

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS
HISTÓRIA

U.PORTO
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

III SÉRIE • VOL. 9 • PORTO • 2008

Gaspar Martins Pereira	5	Nota de Abertura
Dossier Temático: Estudos portuários em perspectiva comparativa		
Amélia Polónia	9	Introdução ao Dossier Temático
Gerard Le Bouedec	11	Les petits ports de la façade atlantique (du XVIe au XIXe siècle)
Amélia Polónia	27	Les petits ports dans le système portuaire européen a l'âge moderne (XVIe.-XVIIIe. siècles)
Sara Maria Costa Pinto	53	Caminha no séc. XVI: dinâmicas mercantis
Rila Mukherjee	67	The struggle for the Bay. The life and times of Sandwip, an almost unknown Portuguese port in the Bay of Bengal in the Sixteenth and Seventeenth Centuries
Amândio Jorge Morais Barros	89	Merchants, ports and hinterlands. The building of sea-port structures in the Early Modern Porto
Christophe Cérino	113	Entre impératifs stratégiques et subsistance civile: approvisionnement insulaire, cabotage et petits ports en Bretagne-sud au XVIIIe siècle
Pierrick Pourchasse	127	Les petits ports, acteurs essentiels de l'espace baltique au XVIIIe siècle
Inês Amorim	141	Recursos e infra-estruturas portuárias – gestão e funcionalidade de um porto: Aveiro (1756 – 1857)
Mariana Abrunhosa Pereira	169	As arquitecturas do vinho de um porto monofuncional

Outros Estudos

Rogério Ferreira de Sousa	195	«Os Mistérios do Além no Antigo Egipto». Questões sobre a exploração museológica de um quadro conceptual
Paz Romero Portilla	217	Relaciones entre Portugal Y Galicia. Siglos XIV-XV
Patricia Costa	271	Para o “socorro da Índia”: o município do Porto e a fiscalidade régia depois da Guerra da Restauração
Eugénio Francisco dos Santos	281	José Bonifácio revisitado: o universitário e o militar
Cláudia Pinto Ribeiro	315	Os heróis que a Guerra invalidou... Reeducar o soldado no Instituto de Mutilados de Santa Isabel (1917-1921)
António Rosas Ramón Máiz	337	Democracia e Cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas
Judite A. Gonçalves de Freitas	357	Ser historiador e cidadão hoje
	379	Notícias
	411	Notas de Leitura
	459	Abstracts

Nota de Abertura

Num momento crucial de reorganização do sistema de ensino universitário, este número da *Revista da Faculdade de Letras — História* reflecte bem os desafios estratégicos em que se têm envolvido os docentes do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP, responsável pela sua edição. Uma maior integração entre as actividades de ensino e de investigação, com um envolvimento crescente de estudantes dos cursos de mestrado e de doutoramento. Uma maior inserção nas redes internacionais de investigação, reforçando a colaboração e o intercâmbio científico com colegas de universidades estrangeiras. Uma abertura ao diálogo interdisciplinar e entre investigadores de diferentes períodos da história. Se é verdade que, desde há muito, o corpo docente do Departamento de História enfrenta estes desafios, sem esperar pelas orientações sugeridas pelo processo de Bolonha, não é menos verdade que os resultados obtidos são cada vez mais visíveis.

No presente número da nossa revista, o *dossier* temático «Dinâmicas portuárias» beneficia do trabalho de investigação que tem vindo a ser desenvolvido, já há alguns anos, por vários colegas do nosso departamento no domínio da história marítima e das redes comerciais centradas nos portos no Noroeste português. Esse trabalho, desenvolvido, em grande parte, no âmbito das actividades do ex-Instituto de História Moderna da Universidade do Porto (agora integrado no Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), estendeu-se, frutuosamente, a diversos projectos de pós-graduação e à participação quer em projectos científicos internacionais quer em acções de estudo, valorização e divulgação do património marítimo. Foi esse trabalho anterior que tornou possível reunir aqui um conjunto apreciável de estudos sobre a vocação e as dinâmicas comerciais-marítimas dos portos, ao longo da sua história, contribuindo para uma maior compreensão dos territórios, das comunidades, dos modos de vida e de relação que cimentaram identidades específicas. Não só dos portos portugueses, pequenos e grandes, como Caminha, Vila do Conde, Porto ou Aveiro, mas também de outros portos da fachada atlântica, nomeadamente do Báltico e da Bretanha do Sul, e mesmo de um pequeno porto da costa de Bengala, no Índico.

As «dinâmicas portuárias» envolvem, necessariamente, sistemas de relações de entrepostos e plataformas comerciais que fazem circular pessoas, mercadorias, informações, em redes complexas de contactos e de tráfego, que se estendem aos respectivos *hinterlands* e, simultaneamente, remetem para o mundo. Por outro lado, suscitam estratégias próprias de ordenamento e gestão dos espaços portuários, modelos arquitectónicos e urbanísticos adaptados a funcionalidades específicas, como no caso

do Entreposto de Vila Nova de Gaia, marcado pelos armazéns de vinho do Porto, ou do porto de Aveiro, desenvolvido pelo comércio do sal e pela pesca distante...

Como é habitual, além do *dossier* temático e das rubricas finais de notícias e recensões, este número da revista inclui, na secção «outros estudos», diversos artigos que se alargam a outras problemáticas, reflectindo a abertura a todos os domínios da história. Neste caso, os estudos aqui publicados cobrem temáticas que vão desde os mistérios do alémtúmulo no Antigo Egipto até às relações entre a cultura política e as práticas culturais no regime democrático ou ao papel cívico do historiador na sociedade contemporânea, passando pelas relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV, pela fiscalidade régia no município do Porto, após a Guerra da Restauração, pela reavistação biográfica de José Bonifácio, enquanto universitário e militar, ou, ainda, pela reeducação dos «inválidos» da I Guerra no Instituto de Mutilados de Santa Isabel.

Uma palavra final de reconhecimento a todos quantos tornaram possível a publicação de mais este número da *Revista da Faculdade de Letras — História*. Antes de mais, aos autores dos artigos, em especial aos colegas estrangeiros, que aqui quiseram partilhar os resultados das suas investigações. À responsável pelo *dossier* temático, Amélia Polónia, e aos restantes membros da Comissão Redactorial (Luís Miguel Duarte e Maria da Conceição Meireles Pereira). Sem a sua dedicação, teria sido bem mais difícil organizar a publicação deste volume. *Last, but not least*, à Susana Cunha, secretária do Departamento, que vem assegurando, na retaguarda, muitas vezes invisível, a realização de muitas das tarefas essenciais para a concretização dos nossos projectos.

Gaspar Martins Pereira

Introdução ao dossier temático

Estudos portuários em perspectiva comparativa é o título, abrangente, sob o qual se agregam nove contribuições, cronológica, temática e geograficamente transversais.

Como um objecto, um porto resulta de uma multiplicidade de factores e de variáveis, de distinta natureza, que estabelecem relações complexas. Geomorfologia, políticas portuárias, transferências de saberes e de técnicas, dinâmicas demográficas e sociais são elementos que entre si definem relações intrincadas, de fundamental compreensão para o estudo de um porto, ou de uma rede de portos, ou de um sistema portuário, a nível regional, nacional, internacional ou mesmo intercontinental. As correlações de factores, causas e efeitos nunca podem ser analisadas de um modo linear ou unilateral.

Um porto é, em si próprio, um sistema complexo. Pode ser visto como o resultado de estrangimentos geomorfológicos, que condicionam acessibilidades e ciclos de protagonismo e/ou de subalternização. Mas pode ser também estudado como um recinto, marcado por um complexo infraestrutural e logístico que viabiliza operações de aportagem, carga e descarga, tidas como centrais para o seu dinamismo económico. Um porto pode ser também visto como um ponto nevrálgico num sistema de defesa e de comunicações, ou mesmo como um centro administrativo e fiscal, marcado pela presença de autoridades portuárias, alfândegas, postos de controlo de entrada e saída de pessoas e de bens.

Captar e compreender as dinâmicas históricas de cada porto implica, ainda, o estudo das suas articulações com um *hinterland*, no qual se implanta e o qual serve, e com um *vorland*, mais ou menos alargado, em que se projecta. Um porto é, ainda, um espaço portuário, mas também urbano, cuja caracterização importa para uma avaliação sincrónica e diacrónica dos seus desempenhos e das dinâmicas económicas e sociais que sustenta.

Um porto é, por natureza e definição, um centro económico, não importa qual seja a sua dimensão, uma plataforma de redistribuição de bens, de mercadorias e de pessoas, um nó num sistema de comunicações, de cuja eficácia depende uma boa parte do seu dinamismo interno. Mas ele integra, também, uma comunidade humana, de cujo perfil socioprofissional, de cuja iniciativa e capacidade financeira, de cuja permeabilidade ao exterior dependem muitos das suas dinâmicas internas e da sua projecção externa.

Um porto evolui, diacronicamente, como um organismo vivo, com o qual se assemelha no desempenho das suas funções vitais.

Esta perspectiva, multifocal, esteve subjacente a um projecto de investigação, sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mas com parcerias institucionais

firmadas com as Universidades do Minho e de Aveiro, o projecto *HISPORTOS – Contributos para a história da construção dos portos do Noroeste de Portugal ao longo da época moderna* (POCTI/HAR/36417/2000), cujos resultados podem ser consultados no endereço: <http://web.lettras.up.pt/hisportos/>. A organização do presente dossier resulta, em grande medida, das linhas de orientação que o nortearam, centradas, nomeadamente, na multidisciplinaridade e na análise comparativa de estudos de casos, numa perspectiva nacional e internacional.

O conjunto de estudos que aqui se apresentam converge com essas prioridades científicas, ao agregar contributos relativos às fachadas atlânticas europeias, ao espaço do Báltico, mas também do Índico, integrando contribuições que se distribuem, cronologicamente, do século XVI até ao período contemporâneo.

O dossier integra, ainda, perspectivas analíticas que se cruzam, conferindo prioridade a alguns tópicos tidos como menos tratados pela historiografia portuária clássica, nomeadamente a articulação entre o porto e o seu *hinterland*; a importância dos pequenos portos, tradicionalmente vistos como “unimportant ports”, mas de cuja vitalidade dependem importantes dinâmicas económicas e sociais; a associação entre a construção infraestrutural de um porto e os projectos políticos que a sustentam ou a aproximação ao estudo urbanístico de cidades portuárias, enquanto projecção e representação de dinâmicas económicas—chave de determinado tempo e espaço.

Com este número temático, a Revista da Faculdade de Letras – História procurou reflectir, no estrito domínio da sua missão e competências, algumas das opções e estratégias tidas hoje como centrais pela Universidade do Porto, e de que o DHEPI comunga: a cooperação inter-universitária; o diálogo científico internacional; a actualidade científica e a divulgação de resultados apresentados por investigadores juniores e seniores.

Amélia Polónia

Gérard Le Bouedec¹

Les petits ports de la façade atlantique (Du XVIe au XIXe si cle)

R   S U M  

Les travaux sur le cabotage, les p ches c ti res, les communautés littorales ont démontré le rôle majeur des petits ports sur la façade maritime. Cet article met l'accent sur deux aspects, leurs fonctions et les spécificités des communautés portuaires. Avant tout n s pour servir les économies locales et régionales au Moyen Age, certains sont intégrés dans les aires d'influence des ports de commandement qui contrôlent les systèmes atlantiques à partir du XVIIe siècle, avant d'être souvent déclassés dans la deuxième moitié du XIXe siècle. Dans les bourgs et villes ports, le rapport à la mer n'entraîne pas nécessairement un clivage entre gens de mer et les autres. L'ancrage territorial de la communauté s'exprime sur le pont du bateau avec un équipage paroissial et dans le système quirataire qui mobilise les capitaux locaux.

Les enjeux historiographiques sont importants. En effet, nous sommes les héritiers d'une histoire maritime qui a construit une certaine représentation du passé en privilégiant, dans le cadre des différents systèmes maritimes développés depuis le Moyen âge, les ports de commandement, c'est-à-dire les grands ports. Ce parti pris s'inscrivait dans une histoire par en haut qui parallèlement s'intéressait aux acteurs majeurs à terre et en mer de cette expansion coloniale et de la domination européenne, j'ose dire de la puissance maritime.

Et paradoxalement c'est à travers les travaux sur les communautés maritimes des ports de la Manche, notamment d'Alain CABANTOUS², que non seulement nous avons découvert les petites mains des activités maritimes mais aussi ce qu'il convient d'appeler la poussiere portuaire. C'est en ouvrant d'une part le champ de recherche des navigations intermédiaires entre les grands ports que les petits ports sont apparus comme essentiels à travers la fonction caboteuse, d'autre part en développant les travaux sur les petites pêches que les havres halieutiques ont constellé le littoral, les localisations des havres de cabotage et de pêche étant souvent les mêmes. La toponymie révèle une prodigieuse guirlande de petits ports sur la façade atlantique.

Or, lors du colloque de Lorient organisé par Olivier PETRE GRENOUILLEAU³, en 2001, nous avons acté qu'il fallait relativiser la part du commerce d'outre-mer comme moteur

¹ Université de Bretagne Sud, Université Européenne de Bretagne. CNRS UMR 6258 GERARD LE BOUEDEC, est professeur d'Histoire maritime de l'Université Européenne de Bretagne, à l'Université de Bretagne Sud, directeur de l'équipe lorientaise de l'Unité CNRS CERHIO (UMR 6258). Il est également Directeur du Groupement d'Intérêt Scientifique français d'Histoire maritime et Vice président recherche de l'Université de Bretagne Sud.

² CABANTOUS, 1991.

³ LE BOUEDEC, Petre, 2006: 89-107. x

du développement et redonner toute sa place aux différentes échelles du commerce européen. Des travaux ont démontré que le cabotage, depuis le niveau local jusqu'à la grande rocade du fond de la Baltique jusqu'à la Méditerranée, avait joué un rôle décisif dans le développement économique et dans la construction d'un espace économique européen.

Séduit par les acquis des recherches d'Alain CABANTOUS sur les identités des communautés maritimes⁴ et agacé par l'orientation des publications des tenants du patrimoine maritime qui célébraient les vieux gréements qui n'étaient pas autre chose que les chaloupes de pêche ou les caboteurs des petits ports de nos côtes au XIXe siècle, nous avons avancé ensemble sur le rapport à la mer de ces communautés littorales en démontrant la pertinence du concept de pluriactivité⁵ fondatrice de liens de solidarité entre les membres des communautés littorales, tout en égratignant l'idée d'une identité maritime pure et dure. C'est aujourd'hui un acquis de l'historiographie tout comme l'est le cabotage, comme en témoigne le numéro spécial de la Revue d'Histoire maritime⁶ qui y est consacré.

Mais nous n'avons toujours pas défini ce qu'est un petit port et le petit port est encore trop rarement un objet d'études en soi. Or ma conviction est que la poussière portuaire constitue le substrat de base du rapport à la mer des populations littorales dans la longue durée, qu'elle a accompagné toutes les mutations des systèmes maritimes jusqu'au nautisme aujourd'hui, et qu'elle est porteuse de cette culture maritime célébrée à partir des années 1980, qui est aujourd'hui dénaturée, et qui oblige sans aucun doute à réévaluer peut-être certains aspects de la vague patrimoniale. Le petit port serait l'unité d'activité et de vie d'une première civilisation de la côte qui n'est bouleversée progressivement qu'avec le développement de l'activité balnéaire à partir du XIXe siècle

Définitions et marqueurs d'un port

Le terme de portus désigne indifféremment l'ouverture, le passage, le refuge, tous les dictionnaires suggèrent la notion d'abri naturel et une certaine appropriation, domestication, remodelage de cet espace pour ne pas utiliser le terme trop souvent impropre d'aménagement. Le prélèvement halieutique, en dehors des pêcheries d'estran et d'estuaire, n'exige guère d'aménagements sur le littoral pour les flottilles de pêche. L'échouage sur la plage, ou entre les rochers, dans un site abrité, a fait office de port. Dans les ports harenguiers et sardiniers, ce sont les ateliers de décaquage et recaquage, les saurisseries, les presses puis les conserveries qui constituent les équipements à terre. Il en est de même pour les ports de cabotage qui ne sont que des havres d'échouage ou des mouillages situés dans les fonds d'estuaire ou dans des rias, au

⁴ CABANTOUS, 1995.

⁵ LE BOUEDEC, 2002; LE BOUEDEC, 2004.

⁶ *Histoire du cabotage européen aux XVIe-XVIIe siècles*. "Revue d'Histoire maritime", élaborée en étroite collaboration avec le groupement d'intérêt scientifique d'Histoire maritime, avec des contributions des principaux spécialistes français: Gerard Le Bouëdec responsable du numéro spécial de la revue, Pierrick Pourchasse, Gilbert Buti, Andre Zysberg, Christian Pfister-Langanay, Thierry Sauzeau. Voir également dans les articles de Gérard Le Bouëdec et de Gilbert Buti, leurs nombreuses contributions à l'historiographie du cabotage.

fil de l'eau si la navigation amont est possible. Si l'abri d'estuaire, de ria, crique, baie, anse, plage semble s'imposer, l'observation par le géographe de la localisation portuaire démontre que les ports sont partout y compris littéralement accrochés au littoral, jetés près des pointes. Aussi, le terme de port est souvent associé à un qualificatif qui souligne ses caractéristiques de localisation: port d'échouage, port de marée, port de fond d'estuaire, avant port. Même si les ports sont partout même où les conditions d'abri sont très sommaires, il faut bien enregistrer ces traits physiques comme les valleuses courtes des côtes à falaises de Normandie, l'ampleur du marnage beaucoup plus forte en Manche que sur le littoral atlantique et qui détermine l'accès au fond des rias et des rivières, les phénomènes hydrologiques de barres ou de bancs de sables, les conditions de courants ou de vents côtiers, car indubitablement ces données vont peser sur l'outil maritime qu'il est possible d'engager dans ces ports de petite taille, d'accès souvent difficile.

En fait le port répond d'abord à un besoin local. Il n'y a pas de terme pour qualifier l'habitant du port car le port est d'abord un lieu de travail, de passage avant d'être un lieu de vie. Ainsi de nombreux ports sont des lieux éphémères, dont certains noms sont difficilement localisables, mais qui répondaient à un besoin ponctuel ou saisonnier. Quand Jean Tanguy indique qu'au milieu du XVI^e siècle, la Bretagne compte 123 ports, il ajoute « qu'il n'était pas nécessaire qu'il y ait agglomération pour qu'il y eut armement et c'est pourquoi d'ailleurs beaucoup de ports cités sont pratiquement impossibles à localiser »⁷. Ainsi, une première sélection se fait déjà: nous travaillons le plus souvent avec les ports qui sont associés à des bourgs, des petites villes où se sont développées des communautés, laissant de côté la première strate des sites portuaires qui accompagne l'exercice des activités maritimes. Finalement la poussière portuaire ne correspond qu'aux ports qui ont pu s'inscrire dans la durée en étant associés à un bourg ou à une petite ville où existe une communauté dont une partie vit de l'activité maritime. De la même manière le terme de port est accompagné par des qualificatifs qui désignent la fonction portuaire : port de pêche, port de commerce, port d'armement, port d'attache. Mais ces catégories sont déjà trop normées car la pratique de la mer n'est pas aussi cloisonnée.

De son côté, André VIGARIE⁸ définit le port comme « une aire de mise en contact entre deux domaines de circulation » et « un prestataire de service qui répond aux besoins de ses deux clients que sont le navire et la marchandise » et nous avons l'habitude d'utiliser les termes anglais de foreland ou allemand d'hinterland pour souligner que le port assure l'interface entre un avant-pays et un arrière pays. Si ce vocabulaire est plus adapté à l'exercice du commerce qu'à celui de la pêche, il a le mérite de mettre en valeur un concept essentiel celui de la territorialisation de l'exercice des activités portuaires

⁷ TANGUY, 1956.

⁸ VIGARIE, 1997.

Le territoire du petit port: ses différentes dimensions

Un hinterland de production à portée de charrette

Le réseau portuaire notamment en Bretagne est avant tout constitué de petits ports de pêche et de cabotage. De nombreux ports de rias et de rivières sont portés par des hinterlands ruraux dont ils assurent la distribution des productions agricoles ou salicoles. Ce sont les ports et havres des marais salants de Le Croisic-Guérande: Mesquer, Le Croisic, Le Pouliguen, Bourgneuf, les sables, les ports des îles de Ré, Noirmoutier et Oléron. Ce sont ensuite des ports d'exportation des productions céréalières de la frange littorale de Bretagne Sud de l'Odet à la Vilaine : Quimper, Pont Labbé, Pont Aven, Quimperlé, Auray, Vannes, les petits havres de l'embouchure de la Vilaine comme Billiers ou Rochevilaine. Au XIXe siècle, ce sont les petits ports de la côte nord ou ouest de la Bretagne revigorés par le développement des cultures maraîchères: Lannion, Lézardrieux, Pontrieux, Portrieux, Plancoët, Poulafret, Lézardrieux, Dahouët, Saint-Pol de Léon, Roscoff, Pont Labbé et Loctudy.

Mais le port est indissociable de son estran proche, qui n'est que la partie amphibie du territoire paroissial qu'il soit rural ou urbain.

En effet ses usages sont multiples. C'est d'abord une zone de prélèvement de goémon, de maërl, de sable coquillier pour l'enrichissement des sols des exploitations agricoles du littoral, puis de sable et de rochers pour les constructions qui accompagnent la balnéarisation du littoral. C'est un espace de collecte des coquillages, des crustacés, des appâts pour la pêche, et de chasse aux oiseaux, et de pillage des produits des naufrages sans oublier que l'estran est aussi un lieu de pratiques illicites comme la contrebande. C'est aussi un espace d'exploitation avec le sel des marais salants qui s'étendent de Guérande Le Croisic jusqu'au Golfe du Morbihan et même Gâvres. Alors que cet espace salicole régresse à partir du milieu du XIXe siècle, l'estran est réinvesti par les inventeurs de l'ostréiculture qui cherchent une alternative à l'épuisement des huîtres. Cet estran devient la plage, quand le besoin de mer incite ceux de l'intérieur à fréquenter la côte pour s'y baigner et bientôt pour s'y installer durant les mois d'été avec le souci de ne pas être dérangés par les usages traditionnels de cet estran, comme l'échouage des barques de pêche, le séchage des filets, les mauvaises odeurs des goémons qui séchent ou qui brûlent, ou la présence de charrettes nécessaires au prélèvement de sables. Le port s'inscrit lui-même au cœur de cet estran avant que le port aménagé ne prenne son autonomie plus tard, avec ses propres équipements, ses cales, ses embarcadères, ses digues.

Le petit port s'inscrit nécessairement au cœur de systèmes agro-maritimes locaux

Cette double dimension d'un arrière pays proche et de taille réduite et d'un estran dont la richesse n'a pas été toujours prise en compte, sauf pour faire le portrait du peuple des grèves d'un point de vue anthropologique, détermine des systèmes agro-maritimes littoraux.

La terre dans l'échelle des valeurs est la première et dès lors que l'activité agricole est rémunératrice, elle l'emporte sur la mer. Dans le Trégor, l'usage d'embarcation est souvent limité

à la drague de maerl puis des marnes. Comme l'écrivait, dans une belle formule, Olivier LEVASSEUR⁹, dans sa thèse sur les usages de la mer dans le Trégor au XVIIIe siècle, la mer est d'abord au service des terres. Il n'a pas été démenti par Albert Michel LUC¹⁰ dans sa thèse sur les sociétés littorales rétaises où il montre que les sarts viennent enrichir les vignobles littoraux. Une approche juridique du littoral et une lecture du VALIN¹¹ ont permis assez tôt de faire écho aux contentieux entre populations riveraines à propos du goémon que ce soit le goémon d'épave ou le goémon de rive qui témoignent de son importance cruciale pour les riverains. Même au XIXe siècle, Johan VINCENT¹² se fait encore l'écho de l'importance que conserve le goémon pour l'agriculture littorale. Le conseil municipal de Mesquer considère que « c'est une question de vie ou de mort pour l'agriculture de nos contrées ». Le préfet maritime de Brest, dans les années 1870, précise que le varech fertilise toute la zone parallèle à la mer dans un rayon de plusieurs lieues. La guerre du goémon est toujours particulièrement vive dans les communes de Pleubian et de Plougrescan en Bretagne nord. Il faut préciser le vocabulaire de ces amendements marins. Le goémon de rive accessible à basse mer, de la famille des fucales, et le goémon de fond accessible que par bateau, de la famille des laminariales, portent le nom de varech en Normandie et de sart en Aunis Poitou. C'est ce que l'on dénomme communément « le fumier de la mer ». Le sable de mer ne contribue à la fécondité des terres qu'en divisant leurs molécules. C'est le sel marin et les parties bitumineuses qu'il contient qui en font un très bon engrais. Les maërls sont des sables de qualités supérieures car ils contiennent des débris d'algues calcifiés et de coquillages. Dans certaines zones littorales les menusses (les frais de poissons et d'alevins) et la guildre composée de petites crevettes, coquillages et frais de poissons sont aussi utilisés, bien que cela soit réprimé, par les agriculteurs comme engrais. La qualité de ces sols amendés est telle que dans les trois grandes îles de Ré, Noirmoutier et Oléron la jachère est supprimée. A Noirmoutier, d'Expilly écrit que froment, orge et fèves viennent sans qu'on laisse les terres se reposer. Bourgeois, sénéchal d'Ars en Ré et subdélégué de l'Intendant, écrit en 1785 : « La terre ne se repose jamais, ici, qu'à peine la moisson est-elle faite, on rompt les terres, on les fume [avec du sart] et on les ensemeince vers la fin septembre»¹³.

Mais il serait erroné de penser que les zones littorales sont nécessairement des espaces agricoles privilégiées. En fait les situations sont très variables. Si les baies d'Audierne et de Douarnenez, la région de Morlaix ou de Saint Pol de Léon sont des régions riches où le froment est cultivé à égalité avec d'autres céréales, si des diocèses sont autosuffisants ou excédentaires comme celui de Vannes, les récoltes landaises, picardes ou flamandes sont médiocres et de nombreuses paroisses du Boulonnais, du Marquenterre, des Flandres ou du Médoc connaissent des situations plus médiocres en années normales. Sur les côtes gasconnes, l'élevage d'ovins peut constituer un appoint, mais en général la part de l'élevage est inégale. Sur les côtes de Cornouaille et du Léon, les cultures légumières sont très présentes, le vignoble est lui plus fréquent, en

⁹ LEVASSEUR, 1999.

¹⁰ LUC, 2005.

¹¹ VALIN, 1766.

¹² VINCENT, 2007.

¹³ GUILLEMET, 2000: 54.

Saintonge continentale et insulaire, en Languedoc et en Provence, mais il ne s'agit pas toujours de vin de qualité. Il ne faut pas omettre les cultures de chanvre et de lin en Bretagne et Picardie à l'origine d'une proto-industrie textile. Surtout il faut bien se garder de penser que les amendements marins font partout des miracles, car le profil du trait de côte et l'océan peuvent être hostiles. Les vents qui privent les paroisses littorales de ressources en bois et poussent les sables et dunes qui envahissent les champs, les inondations consécutives aux tempêtes et aux grandes marées qui privent les paysans de leurs récoltes sont des calamités naturelles contre lesquelles les riverains ont du mal à lutter¹⁴. Sur les côtes sableuses, les agressions de la mer et des tempêtes soulèvent les dunes et menacent les activités agricoles et des villages sont ensevelis. Johan Vincent rappelle que le bourg d'Escoublac qui va donner naissance à la Baule est le second Escoublac, le premier ayant été abandonné dans les années 1780. Il faut attendre le début du XIXe siècle pour qu'une politique de fixation des dunes soit entreprise.

Il est donc très clair que dans une région d'agriculture littorale dominante, la mer ne joue qu'un rôle secondaire, mais essentiel pour la production agricole en lui fournissant le fumier des grèves.

On peut ainsi identifier à l'articulation de la production agricole et du commerce maritime des systèmes au cœur desquels les petits ports jouent un rôle pivot.

Au XIXe siècle la dynamique économique des côtes nord et ouest de la Bretagne repose sur cette articulation mer-agriculture qui se traduit par le développement de la ceinture dorée. «*La ceinture dorée*, écrit Maurice LE LANNOU¹⁵, est l'ensemble des pays maraîchers bretons. Sur cinq à six kilomètres à partir du rivage, les pommes de terre primeurs de Saint-Malo ou du Trégorrois, les oignons et les choux de Saint-Brieuc, les choux-fleurs et les artichauts de Saint Pol de Léon, les fraises de Plougastel, les petits pois de Pont Labbé, enrichissent depuis un siècle seulement, et quelquefois moins une population laborieuse de tout petits propriétaires. Le spectacle de ces champs privilégiés, minuscules, contournés, ceints de muretins de pierres sèches, descendant jusqu'au rivage le long des presque les plus menues, jusqu'aux criques où se tassent les barques et les maisons basses des pêcheurs, est un de ceux qui suggèrent le plus fortement le sentiment de la puissante originalité bretonne ».

Dans le Golfe du Morbihan, Vannes animait au XVIIIe siècle un véritable système céréalier spéculatif que T.J.A. LE GOFF¹⁶ a bien identifié. Un micro-capitalisme local s'est ainsi construit autour de Vannes qui bénéficie régulièrement d'excédents de gros froment cultivé sur la côte et de seigle qui provient des paroisses plus éloignées du littoral. En 1698, l'Intendant, Béchameil de Nointel, cite le chiffre de 9000 tonneaux pour l'ensemble des ports de Vannes, Auray et Hennebont, et le chiffre moyen de 4 à 5000 tonneaux par an semble cité pour les exportations moyennes de Vannes. Mais, TJA. LE GOFF considère que ce chiffre est souvent largement dépassé, et que Vannes est le second port exportateur breton derrière Nantes. Si le commerce des grains fait apparaître au premier plan les négociants vannetais quasi spécialisés dans le

¹⁴ CABANTOUS, 1993: 79-84.

¹⁵ LE LANNOU, 1939: 12.

¹⁶ LE GOFF, 1989.

commerce des grains comme Dubodan, La Rive, La Motte, Delourme et Desruisseaux, c'est l'ensemble des détenteurs de la rente foncière, appartenant notamment au monde nobiliaire et des offices judiciaires qui portent cette économie agricole spéculative. Les marchés préférentiels sont dans le Golfe de Gascogne, parfois au Portugal et en Espagne, éventuellement en Méditerranée occidentale, mais le premier marché Vannetais est sans aucun doute, Bordeaux. Il représente 64% des exportations du plus gros négociant de la place, Advisse Desruisseaux¹⁷. C'est ce dernier qui est l'animateur, au niveau de l'armement et de l'affrètement de chasseur-marée, de cette entreprise de cabotage maritime. Ce sont d'ailleurs deux faillites consécutives de ce dernier qui vont plomber dans les années 1750 et 1766, le système céréalier vannetais.

Dans cette articulation agriculture-mer, la pratique maritime est celle de l'exclu de la terre. Le rapport à la mer est donc souvent dominant dans les paroisses dont le potentiel agricole est restreint. Le fait de dire que le paysan-pêcheur ou caboteur est représentatif d'une certaine réalité sociale sur le littoral n'est pas incompatible avec l'existence d'une communauté de gens de mer qui naviguent au long cours ou à la grande pêche, mais permet de montrer la diffusion très large d'une culture maritime dans une société littorale où le clivage entre «gens de terre» et «gens de mer» fut longtemps inexistant.

A la fin du XVII^e siècle, l'intendant Béchameil de Nointel évoque le développement d'un système viticole littoral et relève que « depuis plusieurs années, on a planté beaucoup de vignes en Bretagne [...] »¹⁸. Roger DION indique que les autorités interviennent pour éviter une trop grande extension de ce vignoble qui fait de la concurrence à celui d'Anjou, qui perd des parts de marché, mais surtout par ce qu'elle se fait au détriment des surfaces emblavées productrices de céréales, avec comme conséquences la baisse de la production de grains et des poussées inflationnistes : « *Les défenses de planter des terres en vignes dans la Bretagne et surtout dans l'étendue du pays nantois ont été faites par ordre du roi et la raison en été que les habitants de ce pays là, voyant que le commerce des vins et eaux de vie était avantageux, ne semoient presque plus de blé, ce qui faisait deux effets fâcheux : l'un que les grains y devenaient fort chers et manquoient souvent, l'autre que les vins et eaux de vie d'Anjou, qui est une province taillable, ne s'enlevoient plus par mer* »¹⁹.

Cette régression de la céréaliculture au profit de la viticulture se fait sous la pression de la demande hollandaise. L'intendant Béchameil de Nointel note que les vins ne sont pas de grande qualité, qu'il s'agit d'une production destinée à la distillation en eau de vie. Les Hollandais vont favoriser les plantations de cépage de Gros Plant de qualité médiocre, mais dont le rendement est élevé, soit 50 à 60 hectolitres à l'hectare contre 35 à 40 pour le Muscadet. Abondance et bon marché constituent les atouts de ce vin. Il faut souligner que ce vin, quand il est acheté pour la consommation par la compagnie des Indes à Lorient, n'est jamais destiné aux cargaisons coloniales mais à la consommation quotidienne des ouvriers des chantiers de construction navale. Les

¹⁷ BARTHELEMY, 2002.

¹⁸ DION, Roger, *Histoire de la vigne* cité par POURCHASSE, 2003: 341. Œuvre publiée sous le titre *Le commerce du nord, les échanges commerciaux entre la France et l'Europe septentrionale au XVIII^e siècle*, aux Presses Universitaires de Rennes en 2006.

¹⁹ DION, Roger, *Histoire de la vigne* cité par POURCHASSE, 2003: 341.

régions salicoles se sont orientées également vers cette production destinée à la distillation, notamment dans les îles d'Oléron, Noirmoutier et Ré. Michel Albert LUC indique que la vigne occupe 4520 hectares à Ré soit les deux tiers des surfaces (61,93%) avec une réelle prééminence dans la Baronnie (83,6%)²⁰. Claude Masse, cartographe qui relève la toponymie de l'île en 1712, relève qu' «*on amasse en certaines années plus de 55000 tonneaux de vin dans l'île de Ré, presque tous blancs et petits et d'un mauvais goût sentant le sart ou goimon avec lequel les vignes sont fumées*»²¹. Les Hollandais ont établi des distilleries dans la campagne nantaise, traitant directement avec les producteurs, court-circuitant le négoce local²². A Oléron la première distillerie est de 1604, à l'île Ré, elle est installée par le Baron Le Berton de Bonnemie en 1708²³. Si les vins produits sont de qualité médiocre, les eaux de vie nantaises et de l'Aunis-Poitou sont particulièrement appréciées à Brême²⁴. PINCZON DU SEL DES MONTS souligne «*que toutes les eaux de vie qui se font en France, celles de Nantes sont les meilleurs par leur goût, leur finesse, leur vigueur et parce qu'elles conservent plus l'épreuve du chapelet*»²⁵. Outre les chargements qu'en font nos armateurs pour tous les pays étrangers, surtout pour les îles françaises, le Canada, la Guyenne, les côtes d'Afrique et le nord, on suppose que les vaisseaux étrangers qui viennent s'en charger, les Anglais, les Ecossais, les Flamands, les Hambourgeois mais surtout les Hollandais, en emportant tous les ans sept à huit mille barriques»²⁶. L'élargissement des débouchés en direction de l'Europe septentrionale et baltique d'une part, les trafics coloniaux d'autre part renforcent l'importance de la viticulture. Ainsi, à l'île de Ré l'acquisition de vignes intéresse toute la population, les laboureurs viticulteurs certes, mais également le monde du négoce, et enfin les gens de mer et les artisans. La production agricole et salicole porte ainsi l'intégration de l'économie rétaise dans l'économie européenne. Malgré l'importance du marché national à travers les cargaisons et l'avitaillement des flottes coloniales, la production des vignobles nantais et d'Aunis restent dépendante du marché du Nord. Or, à partir des années 1760, les flottes de la Flandre impériale et des Provinces Unies sont progressivement remplacées par celles des villes hanséatiques (Lubeck), puis par celles des pays scandinaves Suède (Stockholm et Göteborg) et Danemark (Copenhague). Cette reconfiguration du marché et des échanges s'accompagne d'une plus grande irrégularité puis d'une baisse à partir des années 1770 des exportations des eaux de vie. Ce rôle pivot du petit port dans les systèmes agro-maritimes dessine donc une aire d'usage dont la dimension va du local à l'interrégional et à l'international.

²⁰ LUC, 2005: 150.

²¹ LACHIVER, 1988: 259.

²² COLLINS, 198: 275.

²³ GUILLEMET, 2000: 58.

²⁴ VOSS, 1995: 184.

²⁵ Pierrick Pourchasse donne une définition de chapelet : «*petite mousse blanche qui se forme en rond sur la surface de l'eau de vie lorsqu'on la verse dans un vase qui en diminuant fait un cercle; c'est la marque de la bonne eau de vie*». Cf. POURCHASSE, 2003: 341, note 39..

²⁶ PINCZON DU SEL DES MONTS, 1756 : 48.

Le petit port dans les aires portuaires

Certains petits ports se sont souvent spécialisés dans l'armement de flottes de caboteurs. Leur émergence à la fin du Moyen-âge est liée à la nécessité d'assurer les échanges locaux et interrégionaux. La mondialisation des échanges, en renforçant les trafics traditionnels, permet à certains ports et havres de se développer avec une véritable flottille de service qui prospère grâce à la dynamique des ports de commandement. Ce sont en fait des sites littoraux et d'estuaires, souvent dépourvus d'installations portuaires, des havres d'abri, pas nécessairement de chargement ou de déchargement, ni même de désarmement. Leur localisation relève du trait d'union entre des espaces maritimes et de la complémentarité fonctionnelle dans l'orbite d'un grand port et témoigne d'une compétence nautique particulière, à savoir la maîtrise du passage de seuils particulièrement dangereux. Ainsi Les havres de la pointe ouest-nord-ouest de Bretagne comme Le Conquet, Argenton, l'Aber Ildut, Landerneau, assurent des transports de cabotage depuis la côte à sel du Pays nantais et de l'Aunis-Saintonge vers les ports de pêche morutiers et harenguiers des littoraux normands et flamands. Christian PFISTER souligne l'importance des ports d'armement au cabotage du Conquet, l'Aber Ildut et Argenton pour le trafic du sel entre les ports salicoles et Dunkerque.

En Bretagne, le golfe du Morbihan constitue un pôle cabotage complexe à la fois au service du système céréalier local, mais aussi particulièrement actif qui fournit une flotte de service aux ports de Lorient et de Nantes avec ses havres d'armement de l'île aux moines, l'île d'Arz, Ambon, Arzon, Quiberon et de la presqu'île de Rhuys qui s'est spécialisée dans l'armement de gabares pour le transport du bois.

Ainsi ces petits ports ont su s'intégrer dans des réseaux. La constitution d'aire portuaire sous la houlette d'un port de commandement valorise les petits ports qui savent s'adapter pour remplir des fonctions que le grand port leur délègue. La ville de Nantes s'approvisionne en sel dans les ports de la Baie et du pays de Guérande, en céréales dans les ports de Bretagne Sud de l'Odet à la Vilaine, en sardines en vert à Port-Louis/Belle-île. Il est le premier port d'importation de produits asiatiques à Lorient. Mais c'est aussi un port d'exportation des matières premières et du vin de son arrière-pays très vaste, notamment en direction de la Bretagne Sud (Lorient-Vannes). Le travail d'investigation de Bernard MICHON²⁷ sur les initiateurs des trafics et les détenteurs des flottes donnent des informations précieuses. Nantes n'a pas confisqué pour son seul usage les trafics des ports céréaliers de Bretagne-sud, comme Quimper, qui regardent aussi vers Bordeaux, et les ports à sel conservent une autonomie dans le commerce régional et international. Les ports fournisseurs de sel ont leur propre flotte locale et les chasse-marée et gabares du golfe du Morbihan assurent le trafic des céréales. Les caboteurs de Port-Louis/Lorient assurent l'approvisionnement du Pôle lorientais. Celles de Yeu et des ports de Gironde, au service du port de Bordeaux, se mettent au service de l'aire nantaise, mais il s'agit, notamment en ce qui concerne Yeu, d'assurer des trafics au-delà du seuil de la pointe Bretagne vers les ports de la Manche. Ainsi Nantes laisse aux flottes locales de son aire d'approvisionnement le soin de

²⁷ MICHON, 2005.

le fournir en produits vivriers agricoles et agro maritimes. Ce sont les flottes des autres ports de commandement ou des flottes de service, comme celles du Golfe du Morbihan ou de Yeu qui viennent s'approvisionner à Nantes, en faisant parfois le voyage aller à vide. A l'exception de quelques participations de marchands de bois dans le capital des gabares de Rhuy et Redon, les Nantais ont négligé l'investissement comme parsonniers dans les flottes de cabotage.

Les communautés littorales dans les petits ports

La Fusion Ville-port

La ville/bourg et le port sont intimement liés. La poussière des ports de cabotage portés par de petits arrière-pays producteurs de céréales, de sel et de vin ne dispose que de havres d'échouage ou de mouillages situés en fond d'estuaires ou de rias au pied d'un bourg ou d'une petite localité qui sert d'entrepôt. En réalité le port est à la ville ce que l'estran est à la paroisse rurale littorale. Ils répondent d'abord aux besoins des usagers. Quand Jean Tanguy indique qu'au milieu du XVIe siècle, la Bretagne compte 123 ports, il ajoute « qu'il n'était pas nécessaire qu'il y ait agglomération pour qu'il y eut armement et c'est pourquoi d'ailleurs beaucoup de ports cités sont pratiquement impossibles à localiser »²⁸. Trois siècles plus tard, les ingénieurs des Ponts et chaussées ont recensé 324 sites portuaires en Bretagne alors que les études sur les ports évoquent plus souvent la polarisation et la disparition de cette poussière portuaire²⁹. A cette échelle locale, l'équipement portuaire fait totalement partie du bourg, il est d'ailleurs le plus souvent édifié par les usagers eux-mêmes. La fusion entre la paroisse et le port est souvent éclatée. Ainsi, au XVIIIe siècle, dans la presqu'île de Quiberon la population navigante se répartit sur le bourg et de nombreux villages et hameaux situés à proximité du littoral où se trouvent les cinq havres d'échouage (Port-Orange, Bec-Rohu, Port-Haliguen, Port-Maria et Portivy-Rénaron³⁰). Dans la deuxième moitié du XIXe siècle, ces petits bourgs-ports, exclus du cabotage international ou interrégional, survivent avec le transport des produits des carrières, le dragage des maerls, l'exportation des légumes primeurs, le transports des passagers vers les îles en disposant de petits équipements du type cale. Ainsi à la fin du XIXe siècle à Locmariaquer, l'équipement portuaire comprend la cale du bourg qui sert à ses approvisionnements et aux exportations de goémon et de poissons, aux mouvements des populations et des touristes vers les îles, et deux cales pour les usages des ostréiculteurs.

Dans les ports de pêche, le modèle déjà évoqué pour les ports de cabotage est aussi observable et l'on cherche souvent en vain toute trace d'équipement à la mer avant le XIXe siècle. Mais la fusion ville-port se renforce dans les ports sardiniens au XIXe siècle. Avec l'industrialisation, les conserveries et friteries se multiplient au cœur du quartier du port où grouille une main d'œuvre, notamment féminine, qui se doit d'être à proximité des usines. Ces bourgs industriels, en

²⁸ TANGUY, 1956.

²⁹ AMGHAR, 2006.

³⁰ ROPERCH, 1999.

pleine croissance démographique, se sont dotés d'équipements à la mer, de quais et de cales, qui relèvent le plus souvent, du moins dans un premier temps, des initiatives privées des conserveurs et des marins pour accueillir des flottes toujours plus nombreuses et débarquer les prises près des usines. Ces modèles sont parfaitement observables à Douarnenez³¹, Etel, et Port-Louis. La fusion entre le quartier des pêcheurs et le port est telle qu'ils s'émancipent de la tutelle de la commune rurale dont ils dépendent : Etel d'Erdeven, Le Guilvinec de Léchiagat.

Le portrait du marin et du matelot dans les petits ports

On comprend alors que le portrait d'un marin ou d'un matelot qui ne vit que sur la mer ne cadre pas nécessairement avec cette réalité de petits ports et d'une fréquentation assidue de l'estran. L'exercice d'un métier de la mer n'exige pas jusqu'au début du XXe siècle une formation professionnelle spécifique, sinon de l'expérience, l'inscription maritime n'est pas exigeante au point de n'accepter que des marins à l'année. D'ailleurs l'inscription maritime fait l'objet d'attaque très virulente. Certains y voient un système social devenu bien généreux qui assure une retraite à des marins qui ne naviguent guère mais qui déposent des rôles. Et dans cette offensive, les Bretons sont visés.

L'exercice d'un métier de la mer n'est pas incompatible avec celui d'un autre métier. La pluriactivité à l'échelle individuelle ou à celle de la famille est une manière de gérer son temps et le territoire littoral. Ainsi sur les littoraux, les riverains des bourgs et villages côtiers pratiquent la pêche et le petit cabotage, mais le lopin de terre est toujours présent. Le rapport à la mer se décline par rapport à la place de la terre. L'activité maritime est soit une activité d'appoint soit une activité principale. Les familles sont impliquées dans cette pluriactivité, aussi bien comme main d'œuvre, y compris la femme, que comme investisseurs en détenant des parts dans le système quiritaire de financement de la flottille. Les profils du paysan-pêcheur et/ou marin et du pêcheur-caboteur semblent les plus représentatifs. Les deux hypothèses sont pertinentes. En réalité la pluriactivité apparaît comme « un mode de vie parfaitement intégré par les habitants qui savent tirer parti de leur situation d'interface entre terre et mer ». Les populations littorales ont appris à gérer leur territoire et leur temps, et notamment la saisonnalité des activités maritimes et agricoles, intégrant parfois les pratiques illicites comme la contrebande et le pillage des bateaux naufragés, élargissant l'éventail des activités au tourisme balnéaire naissant. En terme d'identité sociale, la pluriactivité brouille les catégories, « la frontière entre terrien et marin se diluant dans un monde mixte difficilement reconnaissable » écrit Dominique ROBIN³². En revanche, la pluriactivité soude la communauté villageoise.

Que serait devenue la filière sardinière sans l'apport de paysans et d'artisans qui montent à bord des chaloupes pendant la campagne de pêche. Que serait devenu l'armement morutier sans ces jeunes graviers issus des du monde agricole qui viennent chercher un pécule pour le

³¹ LE BOULANGER, 2000: Ch II.

³² ROBIN, 2000.

réinvestir dans les revenus familiaux de l'exploitation agricole. Ce n'est pas la vocation qui les incite à embarquer mais la nécessité. La présence de la mer ne crée pas la vocation. Le fait de dire que le paysan-pêcheur ou caboteur est représentatif d'une certaine réalité sociale sur le littoral n'est pas incompatible avec l'existence d'une communauté de gens de mer qui naviguent au long cours ou à la grande pêche, mais permet de montrer la diffusion très large d'une culture maritime dans une société littorale où le clivage entre «gens de terre» et «gens de mer» fut longtemps inexistant. Dans une société qui a toujours eu ses exclus, le littoral apparaissait très attractif d'une part car le potentiel d'emplois s'accompagnait d'un rêve d'une vie meilleure au-delà des mers, d'autre part car cet espace d'interface offrait davantage d'opportunités y compris illicites. Bref, le littoral offre davantage de possibilités d'intégration³³.

De dire que le monde des gens de mer n'est pas nécessairement constitué de dynasties qui de génération en génération se reproduisent et que le monde maritime a recyclé de nombreux ruraux ou d'urbains issus du monde de l'artisanat ou du commerce n'est pas politiquement correcte au nom d'une représentation plus valorisante d'une identité maritime pure et dure. Mais si la culture maritime est si présente en Bretagne, ce fut justement du fait de sa large diffusion dans une société qui entretenait un rapport pluriel, de l'exclusif au saisonnier et à l'occasion, avec la mer. La prégnance de la culture maritime est plus forte dans les zones de pratique du cabotage et de pêche. D'ailleurs, la vague patrimoniale actuelle fut portée par des associations issues des ports de pêche et de cabotage, et le concours des côtes de France a surtout promu les vieux gréements qui sont ces navires en bois de pêche et de cabotage. Cette puissance de l'attachement à l'activité pêche des petits ports de la côte sud et ouest se vérifie dans la deuxième moitié du XIXe siècle. Alors que la Marine militaire cherche à former ses jeunes soumis aux levées permanentes et à obtenir des rengagements, elle échoue totalement dans les ports de pêche. Le rejet d'une possibilité de faire carrière dans la Marine est sans équivoque. S'il y avait eu, de la part de la Marine, une volonté de conserver les inscrits spécialistes, l'échec est patent. Alors faut-il aller jusqu'à évoquer le rejet du service parmi les pêcheurs? En tout cas, la Marine n'a jamais représenté une alternative pour des pêcheurs confrontés à la crise de la ressource ou des débouchés dans les ports sardiniers, alors que l'institution était favorable à l'engagement et au réengagement pour une période longue de ceux qui auraient souhaité faire carrière. En fait, le service n'est plus qu'une parenthèse dans une vie consacrée quasi exclusivement à la pêche à Etel, Groix et Concarneau, à la fois à la pêche et au cabotage à Quiberon et Palais. C'est même une parenthèse qu'ils souhaitent voir écourtée. La proportion de sursis de levée pour déficiences physiques, ce qui traduit le mauvais état sanitaire des matelots des syndicats, ou en tant que fils aîné de veuves, révélant la dangerosité du métier, ne fait que croître de 1880 à 1900 : de 25 à 35% à Quiberon, de 18 à 33% à Etel, de 25 à 38,5% à Palais et de 23,7% à 51,41% à Groix. Or ces sursis de levée interviennent très tôt avant même le début du service pour 46% des bénéficiaires à Doëlan, 47,5% à Groix et 50% à Concarneau. Près de la moitié

³³ VARY, 2007.

des inscrits l'obtiennent après leur première année de service dans le syndicat d'Étel, Sauzon et Quiberon. Ainsi, les sursis font qu'un pourcentage de 10 à 30% des pêcheurs ne fait pas son service, ce qui ne les empêche nullement de continuer leurs activités halieutiques³⁴.

Le microcapitalisme des petits ports

La formule quirataire, qui n'est pas spécifique aux activités des petits ports, est culturellement indissociable de la vitalité du cabotage et de la pêche en Bretagne. Le microcapitalisme caboteur du golfe du Morbihan n'est que la mobilisation des moyens financiers des petites élites locales, familles de maîtres, marchands, notaires, curés, propriétaires terriens, professions libérales. La propriété de la flotte des chaloupes sardinières par les patrons et les pêcheurs est restée le modèle préférentiel des sardinières. Ce microcapitalisme avait de la ressource. Les maîtres au cabotage ont su résister à la mutation radicale du cabotage à vapeur jusqu'en 1850-1870 avant de céder, les pêcheurs de Groix et d'Étel ont su optimiser leur modèle pour passer de la chaloupe au Dundee. Les Douarnenistes renoncent à la pêche industrielle qui exige des capitaux extérieurs qui leur enlèverait la propriété de leur outil de travail. D'ailleurs, pour la flotte douarneniste qui pêche au large de la Mauritanie, c'est encore ce modèle artisanal qui l'emporte après la seconde guerre mondiale. Le patron reste propriétaire de son bateau avec sa famille. Les pêcheurs sont détenteurs des moyens de pêche et la rémunération est à la part. Ainsi l'exercice des activités maritimes s'accompagne d'une préférence pour un modèle social artisanal qui a la vertu de mobiliser au-delà des gens de mer la communauté paroissiale puis communale. L'ancrage local est fondamental, le financement mais également le recrutement de l'équipage des permanents et des temporaires.

Conclusion: le seuil supérieur du petit port

Chaque petit port possède ses spécificités qui révèlent une cohérence d'ensemble et finalement des contraintes. Le type d'activités, le type de navire, l'horizon des échanges, la nature du fret, les techniques de pêche sont le reflet des capacités économiques et financières limitées de ce micro-capitalisme littoral, familial et paroissial, de la configuration morphologique locale des sites d'armement, du mode de transmission avant tout oral des connaissances maritimes. Or la fréquentation d'une route ou d'une aire maritime s'inscrit dans la durée. Les conditions d'exercice du cabotage ne poussent pas à l'innovation. Ce conservatisme de la pratique dessine une géographie un peu sclérosée des pratiques. L'observation de la formation devient alors incontournable/

L'examen de maîtrise, et donc la formation des capitaines et maîtres en France, permet d'éclairer le propos. La première référence à un examen de compétence dans la législation apparaît dans une ordonnance d'Henri III en 1584. L'ordonnance de 1681 définit les mêmes règles pour

³⁴ LE BOUEDEC; LE HUNSEC; MALONDA, 2008: 185-206.

les capitaines au long cours et les maîtres du cabotage. Un âge minimum de 25 ans, cinq ans de navigation marchande, un service de deux campagnes de trois mois sur les vaisseaux de la Marine royale, sont les conditions requises pour se présenter à l'examen devant l'Amirauté. Outre les questions sur la législation maritime posées par les officiers de l'Amirauté, il comprend à la fois des interrogations sur la théorie de la navigation, dispensée dans les écoles d'hydrographie qui s'ouvrent dans la première moitié du XVIIIe dans les villes ports, par le professeur d'hydrographie et des vérifications des aptitudes à la manœuvre par quatre maîtres ou capitaines, souvent issus de la même paroisse ou de paroisses voisines. L'ordonnance de 1740 crée un examen spécifique, avec des exigences moindres pour la maîtrise au petit cabotage. Les candidats peuvent postuler après quatre ans de navigation et sans avoir accompli les campagnes dans la Marine Royale. L'examen se réduit aux seules questions pratiques «sur la manœuvre, les côtes, les ports et havres et passages compris dans l'étendue du petit cabotage». C'est de la validation d'expérience. Ainsi toutes les problématiques sur les questions de la navigation au cabotage tournent autour de l'articulation entre navigation scientifique et pratique. Il ne s'agit pas de nier l'importance croissante de la formation scientifique mais de resituer l'importance de la pratique. Cette phrase empruntée au commandant DENOIX³⁵ l'exprime parfaitement : «conduire un navire sur les routes de la mer était alors réellement un art comportant instruction, mémoire et expérience ». Jean-Christophe Cassard³⁶ démonte le processus de l'apprentissage «[...] A chaque génération, les populations littorales font normalement leur apprentissage des passes [...] aussi bien que des lieux à éviter en toutes circonstances: actualisé en fonction de l'humeur des courants et des divagations des bancs de sable fantasques, ce patrimoine oral préventif s'est transmis sur place jusqu'à nos jours, de père en fils et de grand-père en petit fils». Les années de pratique se substituent à toute forme d'enseignement théorique. Pour le petit et le moyen cabotage il ne s'agit que de connaître le trait de côte de l'aire dans laquelle le navire évolue. Le capitaine au grand cabotage initié à la navigation astronomique ne peut se dispenser de l'expérience et de la connaissance pratique des pilotes côtiers et des pilotes lamaneurs. Il n'est pas inutile d'ajouter que le jury des maîtrises des candidats au petit cabotage est en fait constitué par les maîtres - formateurs des jeunes de la paroisse.

Néanmoins se pose la question du seuil supérieur du petit port. En effet il est évident qu'à l'intérieur de cette catégorie, on observe une hiérarchie, ce qui me pousse à dire qu'il faut admettre qu'il existe des systèmes locaux. L'exemple du pôle Golfe du Morbihan présente une complémentarité fonctionnelle entre des sites d'armement qui ne sont que des mouillages et qui ne sont pas des sites de chargement et de déchargement, comme certains ports de la presqu'île de Rhuy, et le port de Vannes qui est port de commerce et de négoce et chantier de construction, les acteurs du négoce et de la construction participant à titre de paronniers à l'armement. La ville de Vannes dispose en outre de la fonction institutionnelle d'encadrement des activités

³⁵ Commandant DENOIX, «Les problèmes de navigation au début des grandes découvertes», dans MOLLAT, 1960: 134.

³⁶ CASSARD, 1998 : 144.

maritimes avec les Amirautés, le quartier. Ainsi, Vannes est un petit port mais qui est au coeur d'un système, l'île d'Arz est un petit port qui fournit les maîtres, les matelots, le micro capitalisme unissant l'ensemble. Ainsi la difficulté que je vois c'est qu'il me paraît difficile d'isoler le petit port, il faudrait sans doute identifier avant de voir la connexion avec les grands ports de commandement comment fonctionnent les systèmes locaux.

La deuxième difficulté est chronologique. En effet il me semble que sur le temps long, la classification n'est pas sans risque. Si Dieppe est un grand port au XVI^e siècle, au XVIII^e c'est un petit port. C'est-à-dire qu'il faut aussi envisager de travailler sur la notion de trajectoire portuaire, ne serait-ce que pour montrer que ces petits ports ne meurent jamais et qu'un lecteur avisé des la cartographie des ports de plaisance actuels sera surpris de retrouver la poussière portuaire de l'époque moderne.

BIBLIOGRAPHIE

- AMGHAR, Julien, 2006 - *Les petits ports et les usages du littoral en Bretagne au XIX^e siècle*, Lorient [Thèse soutenue au CEHRIO/SOLITO, à l'Université de Bretagne Sud].
- BARTHELEMY, Magali, 2002 - *Ignace Adviève Desruisseaux, itinéraire d'un négociant vannetais au XVIII^e siècle*, Lorient [Mémoire de maîtrise présenté à Université de Bretagne Sud].
- CABANTOUS, Alain, 1991 - *Dix mille marins face à l'océan. Les populations maritimes de Dunkerque au Havre (vers 1660-1794)*, Paris, Publisud, 672 p.
- CABANTOUS, Alain, 1993 - *Les côtes barbares, Pilleurs dérapés et sociétés littorales en France (1680-1830)*, Paris, Fayard, 311 p.
- CABANTOUS, Alain, 1995 - *Les Citoyens du large. Les identités maritimes en France (XVII^e-XIX^e siècle)*, Paris, Aubier, 278 p.
- CASSARD Jean-Christophe, 1998 - *Les Bretons et la mer au Moyen Age, des origines au milieu du XIV^e siècle*, Rennes, PUR, 198 p.
- COLLINS (JB), 1984 - « The role of Atlantic France in the Baltic trade : Dutch traders and Polish Grain at Nantes, 1625- 1675 ». *Journal of European Economic History*, 13, n°2, 1984.
- LE BOUEDEC, Gérard, 2006 - "Intra-european coastal shipping from 1400 to 1900. A long forgotten sector of development" in EMMER, Peter; GRENOUILLEAU, P. Olivier; ROITMAN, Jessica - *Deus ex Machina revisited, Atlantic colonial trade and European development*, Leiden, Brill Academic Publisher, p.89-107.
- GUILLEMET, Dominique, 2000 - *Les îles de l'ouest de Bréhat à Oléron, du Moyen Age à la Révolution*, Local d'édition, Geste éditions, 355 p.
- LACHIVER, Marcel, 1982 - *Vins, vignes et vigneron. Histoire du vignoble français*, Paris, Société Historique et Archéologique de Pontoise du Val d'Oise et du Veyin, 957 p.
- LE BOUEDEC, Gérard; LE HUNSEC, Mathieu ; MALONDA, Frédéric, 2008 - « Les inscrits à la petite pêche et leur rapport au service de la Marine : l'exemple de la Bretagne-Sud au XIX^e siècle ». *Revue d'Histoire maritime*, n°8, 2008, p.185-206.
- LE BOUEDEC, Gérard, 2004 - « La pluriactivité dans les sociétés littorales (XVII^e-XIX^e siècle) ». *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, t.109, n°1, 2002, p.61-90.
- LE BOUEDEC, Gérard, et alii, 2004 - *Entre Terre et Mer, Sociétés littorales et pluriactivités (XV^e-XX^e siècle)*, Rennes, PUR, 391 p.
- LE BOULANGER Jean- Michel, 2000 - *Douarnenez de 1800 à nos jours, Essai de géographie historique sur l'identité d'une ville*, Rennes, PUR, 502 p.

- LE GOFF, Tim. J.A., 1989 - *Vannes et sa région, ville et campagne dans la France du XVIIIe siècle*, Loudéac Salmon, 396 p.
- LE LANNOU, Maurice, 1939 - *Itinéraires de Bretagne ; guide géographique et touristique*, Paris, Ballière et Fils. 296 p.
- LEVASSEUR, Olivier, 1999 - *Les usages de la mer dans le Trégor au XVIIIe siècle*, Rennes. [Thèse de doctorat soutenue à l'Université de Rennes 2].
- LUC, Michel-Albert, 2005 - *Les gens de mer dans l'île de Ré du XVIIIe siècle (1681-vers 1790), terriens de ma mer, marins d'une terre*, Poitiers [Thèse de doctorat soutenue à l'Université de Poitiers].
- LUC, Michel-Albert, 2005 - *Les gens de la mer dans l'île de Ré au XVIIIe siècle*, Poitiers [Thèse de doctorat soutenue à l'Université de Poitiers].
- MICHON, Bernard, 2005 - *L'aire portuaire nantaise du XVIIe au XVIIIe siècle*, Nantes [Thèse de doctorat d'Histoire soutenue à l' Université de Nantes].
- MOLLAT, Michel, 1960 - *Le navire et l'économie du nord de l'Europe du Moyen Age au XVIIIe siècle, travaux du 9e colloque international d'Histoire maritime*, Paris, SEVPEN, 220 p.
- PINCZON DU SEL DES MONTS, 1756 - *Considérations sur le commerce de Bretagne* Rennes, Impr. J. Vatar, 137 p.
- POURCHASSE, Pierrick, 2003 - *La France et le commerce du Nord au XVIIIe siècle*, Lorient [Thèse de doctorat soutenue à l'Université de Bretagne Sud]
- POURCHASSE, Pierrick, 2006 - *Le commerce du nord, les échanges commerciaux entre la France et l'Europe septentrionale au XVIIIe siècle*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 396 p.
- Revue d'Histoire Maritime*, 2008 – Numéro consacré à l' "Histoire du cabotage européen aux XVIe-XVIIe siècles, Paris, Presses universitaires de Paris Sorbonne, 183 p.
- ROBIN, Dominique, 2000 - *Pêcheurs bretons sous l'Ancien Régime, l'exploitation de la sardine sur la côte atlantique*, Rennes, PUR, 387 p.
- ROPERCH, Solenn, 1999 - *Les populations littorales entre terre et mer : La presqu'île de Quiberon au XVIIIe siècle*, Lorient [Mémoire de Maîtrise présenté à l'Université de Bretagne Sud].
- TANGUY, Jean, 1956 - *Le commerce du port de Nantes au milieu du XVIe siècle*, Paris, A. Colin, 103 p.
- VALIN, Joseph, 1766 - *Nouveau commentaire sur l'ordonnance de la Marine du mois d'août 1681*, La Rochelle, J. Légier.
- VARY, Morgane, 2007 - *Intégration sociale des populations marginales sur le littoral breton au XVIIIe siècle*, Lorient [Thèse de doctorat d'Histoire soutenue à Université de Bretagne Sud].
- VIGARIE, André, 1997 - *Groupe de prospective maritime et littorale de la façade atlantique*, rapport à la Datar, Paris.
- VINCENT, Johan, 2007 - *L'intrusion balnéaire, les populations littorales bretonnes et vendeennes face au tourisme (1800-1945)*, PUR, 278 p.
- VOSS, Peter, 1995 - *Bordeaux et les villes hanséatiques, 1672-1715*, Bordeaux [Thèse de doctorat inédite soutenue à l'université de Bordeaux].

Amélia Polónia

Les petits ports dans le système portuaire européen a L'Âge Moderne (XVIe.-XVIIIe. Siècles).

R É S U M É

Cet article suivra deux angles d'analyse: un plutôt théorique, a travers lequel nous essayerons de réfléchir sur les classifications des ports et la définition de hiérarchies portuaires; l'autre plutôt pratique, a travers lequel nous nous proposons développer un étude de cas: celui de Vila do Conde, un petit port du NW du Portugal. A partir de cette étude on essayera de discuter la question de l'importance ou insignifiance des petits ports dans les dynamiques Européennes à l'époque moderne. On présente dans cette discussion quelques concepts opératives, tels que celui de système portuaire, hiérarchie portuaire et complémentarités interportuaires.

1. Models de Classification des ports

1.1. Concepts et modèles théoriques

Quand on prend la bibliographie spécifique sur les ports, plutôt l'anglo saxonne, on se dépare avec quelques concepts centrales, qu'il faut examiner et discuter pour mieux situer notre position sur la question en débat. Je me réfère a des concepts comme celui de système portuaire, hiérarchies portuaires et complémentarités portuaires – tous fondamentaux pour mieux comprendre les relations complexes qui se développent dans les réseaux portuaires, soit-elles nationales, européennes ou intercontinentales.

D'après le concept de système portuaire, un port est considéré en toute sa complexité: humaine, social, urbaine, logistique, administrative et économique. Le concept souligne aussi le besoin d'évaluer les accomplissements et les taux de croissance des ports singuliers dans un complexe de ports, dans lequel il se positionne comme un élément essentiel du système¹.

¹ GUIMERÁ; ROMERO, 1996; GUIMERÁ, 2002: 291. Nous reconnaissons l'existence de résistances dans l'application du concept de système portuaire dans un niveau régional, national ou international. Les paroles de Gordon Jackson synthétisent des approches pertinent sur cette matière: "I am still not clear how we should deal with the subject of Port Systems, and particularly international systems. What is a 'Port System'? Indeed, what is a 'System'? The Standard *Oxford English Dictionary* offers three definitions: (a) 'An organized or connected group of objects' which British ports were certainly not. Apart from a very brief period after WWII nobody has ever tried to organize British ports. (b)"A whole composed of parts in orderly arrangement according to a plan', which again is laughable in the British context; and (c) 'A set of things connected, or interdependent, so as to form a complex unity', a definition which might just reflect reality. [...] My own studies of port development over time would certainly support only the last definition". JACKSON, 2007: 22-23.

Il faut aussi travailler avec le concept de hiérarchies portuaires. Ce pendant, des hiérarchies univoques n'existe pas: les paramètres par lesquels les ports sont considérés déterminent la position qu'ils assument par rapport à d'autres ports. Si on accepte cette approche, on aura besoin d'essayer la définition d'un ranking des ports, à définir par rapport à un certain numéro de variables.

La première question à répondre est alors: comment chaque port doit être comparé avec les autres? Par le volume du trafic commercial et de son mouvement maritime, par son poids démographique, par sa complexité logistique ou par son capacité d'influence sur le terrain? Gordon Jackson, un renommé spécialiste sur la matière, essaye une possible classification des ports dans un article publié dans le «Journal of Maritime History», dédié aux petits ports. Il défend que les ports majeurs sont essentiellement des ports commerciaux, engagés dans le trafic de longue distance, emploient des gros navires, ont une significative flotte, présentent une grande capacité de cargaison, sont capables de trafiquer une grande variété de produits et dépendent d'un large hinterland. Ils sont généralement peux en nombre, mais ils ont un impact économique significative.

Les ports moyens trafiquent avec peux de produits, se positionnent dans des circuits plutôt régionales ou locales, et mobilisent des navires de petite ou moyenne capacité de transport, généralement de propriétaires locaux. Ils peuvent trafiquer par l'intermédiaire ou au service d'un plus grand port et être responsables seulement par quelques peux circuits internationaux, mais s'affirment à travers des liaisons côtiers très fortes et essentielles à l'articulation des circuits économiques régionaux et nationaux.

Les petits ports, appelés comme «des ports insignifiants» (unimportant seaports), sont, d'après l'auteur qu'on suit, ceux qui ont un hinterland pauvre et limité, peux de connections extérieures, une parcelle minimal des importations et exportations d'un pays ou royaume et, au contraire des expectations, une pourcentage minimal même du trafic côtier, lequel est dominé, soit par les moyen, soit par les grands ports. Avec des exceptions, ils construisent et ont une petite flotte; des petits ou même inexistantes douanes et magasins capables d'emmagasiner des significatives stocks de marchandises; ils ont inadéquates accessibilités maritimes et infrastructures administratives; une petite communauté mercantile avec une très restreinte capacité financière et peux de liaisons avec d'autres communautés marchandes; peux d'industries et une population réduite. En somme, ils n'ont pas des opportunités et des capacités pour auto-générer un signifiant mouvement maritime et commercial, et ils n'ont pas capacité d'auto sustentabilité². Ça n'empêche pas, dans le regard de l'auteur, l'importance du rôle de ces «unimportant seaports».

On pourra aussi discuter des questions de typologies portuaires, plutôt que des hiérarchies, comme défend Adrian Jarvis. L'auteur prends différents paramètres qui peuvent être à la base d'une classification de typologies portuaires. Selon l'auteur un port peut être classifié d'accord avec:

- les principaux types de trafic: des biens coloniaux ; trafic indifférencié; transport de passagers ou importation a grenier;

² JACKSON, 2001: 6.

- le modèle d'administration portuaire: est il un port administré par le gouvernement central, une compagnie adjudicataire, le gouvernement provincial ou bien par des privés? (Ces catégories se présentent comme plus pertinentes dans l'époque contemporaine);
- la nature du commerce: c'est plutôt un commerce d'importation, d'exportation ou bien un mouvement redistributive de marchandises?
- les indicateurs démographiques, dépendant de leur statu comme villes capitales, ports métropolitains, sièges régionaux ou ports marginaux du point de vue administrative;
- la tonnage des vaisseaux qui peuvent accéder a chaque port;
- la quantité de capital mobilisé³

Au delà des essais de classifier des ports et les positionner dans une hiérarchie, il faut prendre en attention le fait de que la position relative d'un port par rapport a d'autres évolue diachroniquement, en accordance avec des contextes geo-économiques, politiques ou même logistiques, lesquels peuvent promouvoir ou bien minimaliser la position relative de chaque port dans un système donné. On peut prendre comme exemple le cas des ports italiens, comme Genova ou Venise, dont l'importance a décliné quand les circuits commerciaux atlantiques se sont imposés, au 16^e. Siècle, amenant a une substitution des antérieurs centres de commandement économique au niveau international. Ou le cas d'Anvers, qui a été remplacé par Amsterdam au 17^e. Siècle, quand les conjonctures politiques, au même temps que morphologiques, l'ont rendu marginal aux centres de direction de la nouvelle potence coloniale : les Provinces Unis, en particulier l'Hollande.

Dans une échelle micro, le même semble s'être passé au Portugal, avec les ports de l'Algarve, dont la centralité a été mise en question depuis le 16^e. siècle. Ces ports, centrales dans les destins d'outre-mer portugais pendant le 15^e. Siècle, ont devenus presque marginaux face aux nouvelles routes commerciales, soit celles de l'Inde, soit celles du Brésil et ses connections avec l'Europe du Nord. De la même manière se poussent en avant les ports du Nord du Portugal, par rapport a Lisbonne, au 17^e. siècle, en ce que concerne le trafic du sucre brésilien. On retournera a cette question.

Des hiérarchies portuaires existent, alors, a un niveaux national et international, et elles évoluent à l'Epoque Moderne, selon souligne toute une bibliographie international, plutôt en articulation avec le commerce maritime et le trafic colonial, celui-ci devenant alors central dans la définition de la geo-économie Européenne. Malgré cette constatation, le succès d'un port ne dépend exclusivement de son statu comme port de trafic colonial. En premier lieu parce que le commerce colonial ne se déroule pas sans l'accès a certains produits des marchés Européens. Les ports n'existent pas sans être fortement enraciné dans les logiques locales, régionales et nationales. Même si le potentiel de l'empire est important, ses complémentarités avec l'économie domestique et avec un ample hinterland est aussi vital⁴. Même si la géographie des échelles maritimes souligne la dimension internationale et si l'historiographie européenne privilégie l'étude des grands ports,

³ JARVIS, 1999: 22.

dont la principale vocation est coloniale, il faut ne pas oublier la dimension régional et national et l'importance même de la navigation et commerce de cabotage⁵. L'Époque Moderne a même vue la consolidation des routes de transport de la côte pour l'intérieur et l'usage intensive des lignes d'eau pour promouvoir la circulation interne et consolider des marchés régionaux et nationaux.

Ça veut dire qu'il existe une question d'échelle à discuter. Un certain port peut être situé, simultanément, à une échelle local, relié avec son hinterland; dans une échelle régionale, a travers laquelle il établit des connections avec des marchés internes; a une échelle Européenne ou à l'échelle des circuits transocéaniques⁶. Et sa position n'est pas évidemment la même, en termes hiérarchiques, dans chacun de ces circuits.

Dans cette perspective, un petit port peut être marginal par rapport aux routes intercontinentales, mais central dans des interactions régionales, se positionnant comme un point central dans un système local ou régional, ou bien par rapport a son propre hinterland. Des agents économiques européens semblent être bien conscients de ça: au 18^e. Siècle les marchands anglais, par exemple, commencent a investir dans les potentialités de son hinterlands, en essayant même d'y développer des industries, comme a Bristol ou a Londres, par exemple. Et même les marchands de Porto ont développé ses articulations avec le Douro et ses potentialités agricoles de production du vin au cours du même siècle⁷. Ce sont ces articulations et la potentialité de l'hinterland qui ont assuré a Porto sa sustentabilité comme port de mer a ce siècle.

Des hiérarchies et des typologies sont, alors, a discuter.

La troisième prémisses conceptuelle, qui est aussi un postulat théorique, est celle de la complémentarité portuaire. Cette complémentarité peut être économique; humaine, laquelle est a la base de la constitution des réseaux commerciaux, par le placement des agents en différents marchés ; financière, soutenue par la transférance de capitaux, ou même logistique.

Dans ce sens, on peut assumer qu'un grand port commercial dépend, par exemple, de plusieurs petits ports de transports, depuis que sa flotte navale est insuffisante pour assurer le trafic commercial dont il est capable. Elle peut-être aussi nautique, depuis que larges flottes dépendent du recrutement des équipages fournis par des communautés de gens de mer situés tout au long de la côte. Voyons, dans le cas portugais, les foyers maritimes constitués par Vila do Conde, Peniche, Setubal or Sesimbra, dont la croissance dépendait des sollicitations venues de plus larges ports, comme celui de Porto ou Lisbonne. Ou prenons le cas d'Amsterdam au 17^e. siècle, dont la force de travaille en ce que concerne les équipages et la logistique maritime dépendait, en grand mesure, des émigrants venus des États Germaines ou de la Scandinavie⁸.

⁴ BIRD, 1989: 360-370; BIRD, 1984; BIRD, 1963: chapitre 1; JACKSON, 2005:1-18. Des réunions internationales promeuvent également l discussion de cette question. Citons, par exemple, l' International Workshop: *Port-Cities and their Hinterlands. Migration, Trade and Cultural Exchange*, réalisée par le Centre for Port and Maritime History - University of Liverpool, a Liverpool, le 7-8 Décembre 2007.

⁵ POLÓNIA, 2007: 28-39; POLÓNIA; AMORIM, 2002.

⁶ POLÓNIA, 2008: 113-118.

⁷ CARDOSO, 2003.

⁸ Cf. ANTUNES, 2007: 115-130.

On peut aussi identifier ces réseaux de complémentarité en ce que concerne la construction navale. Des petits ports fournissaient de la main d'œuvre pour les chantiers navals principales. Ça était le cas, au Portugal, de la Ribeira das Naus, a Lisbonne, qui dépendait non seulement du travail volontaire, mais aussi celui découlant d'un recrutement forcé, commandé par la couronne. Ça était aussi le cas de la Ribeira do Ouro, a Porto, comme on peut constater a travers une liste d'officiers navals, dont 75% étaient originaires d'une vaste région du Nord du Portugal: l'Entre-Douro-e-Minho, qui recouvrait un ample hinterland rural, mais aussi plusieurs petits ports maritimes.

Pour mieux comprendre l'importance des petits ports, il faut alors examiner toutes les réseaux et les complémentarités interportuaires possibles. Les grands centres maritimes dépendaient, en effet, de ses articulations interportuaires. Du point de vue de la logistique, de la construction navale, de la capacité de transport et de l'approvisionnement de gens de mer, un port cosmopolite dépend nécessairement d'autres ports et des domaines territoriaux où l'agriculture et les offices mécaniques sont des activités prédominantes, sans lesquelles le dynamisme portuaire serait impossible de soutenir. C'est, sans doute, le cas de Lisbonne, pendant la période de l'expansion portugaise, ou le cas de Seville, par rapport a la route maritime des Indes de Castille.

Cette perspective nous amène a deux assomptions:

- en premier lieu, ces complémentarités ne peuvent pas être séparés du succès ou de l'insuccès d'un port, quelle que soit sa position dans le système;
- en second lieu, il faut comprendre que les effets de la croissance ou crise économique des ports principaux se répercutent dans ses ports satellites. Les conséquences économiques et sociales de ce fait sont, en tout cas, considerables.

Ces idées soulignent, en parallèle, une autre: les petits et moyens ports n'ont pas des conditions de auto-sustentabilité. Sa dépendance des majeurs ports, en termes d'offre - demande devient un problème significatif.

Laissons les approches de comparaison entre les ports et essayons, maintenant, de présenter un modèle possible d'analyse pour mettre au point l'étude des dynamiques internes des ports, soient ils des petits, moyens ou majeurs ports.

1.2. Un model d'étude portuaire

Le développement des dynamiques portuaires est, selon notre argument, déterminé par une complexité de variables, incluant les géographiques, politiques, économiques ou même logistiques⁹.

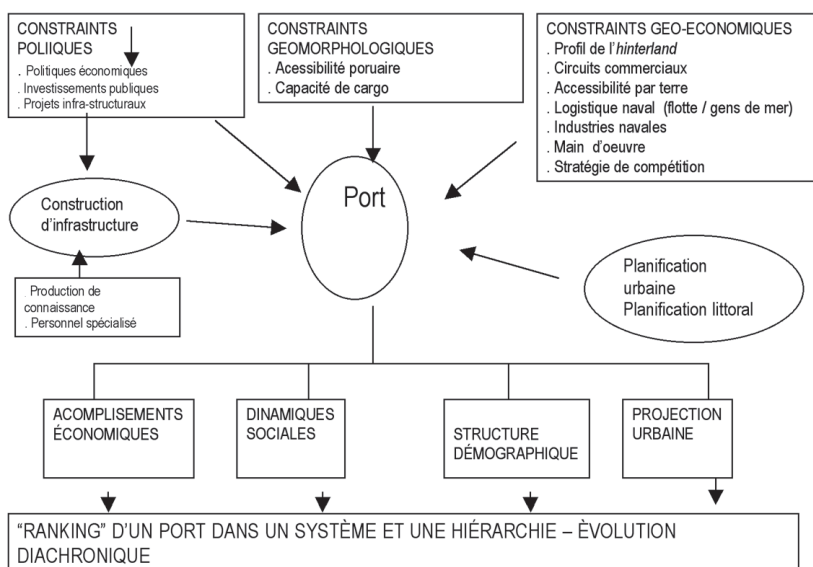
⁹ On appelle a quelques suggestions pour la présentation de ce modèle. Voir, en particulier, JACKSON, 2007: 23-24. L'auteur souligne l'importance de quelques éléments dans l'étude des ports: 1. son *hinterland*; 2. ses propos; 3. ses gens; 4. sa capacité de charge; 5. sa capacité financière; 6. les industries reliées au port ; 7. son support nationale; 8. sa logistique portuaire; 9. sa vie sociale.

Les contraintes politiques, rapportés aux différents hégémonies européennes, les politiques d'État, l'économie politique, les contextes de guerre, influencent, en effet, la centralité ou excentricité des ports. La constitution des systèmes économiques monopolistiques, soit dirigés par la couronne (comme dans le cas d'Espagne et du Portugal), ou par des compagnies monopolistes (comme c'est le cas de la Compagnie des Indes Occidentales et Orientales anglaises ou de la VOC, dans les Pays Bas) ou, par contre, la définition de niveaux de rivalité supportés par la compétition individuel (comme c'est le cas du commerce brésilien du sucre, au Portugal), déterminent eux aussi l'inclusion ou l'exclusion de quelques ports d'un système portuaire ou d'un réseaux économique.

Des contextes geo-économiques, incluant l'accès a des routes commerciales; le profil de l'hinterland; la logistique portuaire (gens de mer et flotte); les industries de support naval (corderie, chantiers, industries des voiles); la main d'œuvre; le degré de compétition avec d'autres ports, sont des variables qui interfèrent aussi avec les dynamiques portuaires.

Les contraintes géomorphologiques: les accessibilités portuaires et la capacité de cargaison, sont aussi des variables a considérer, comme le sont le facteur humain (la dimension des communautés maritimes et marchandes), les stratégies économiques locaux, les priorités d'investissement, le volume du capital disponible et la disponibilité de services d'assurance ou de crédit.

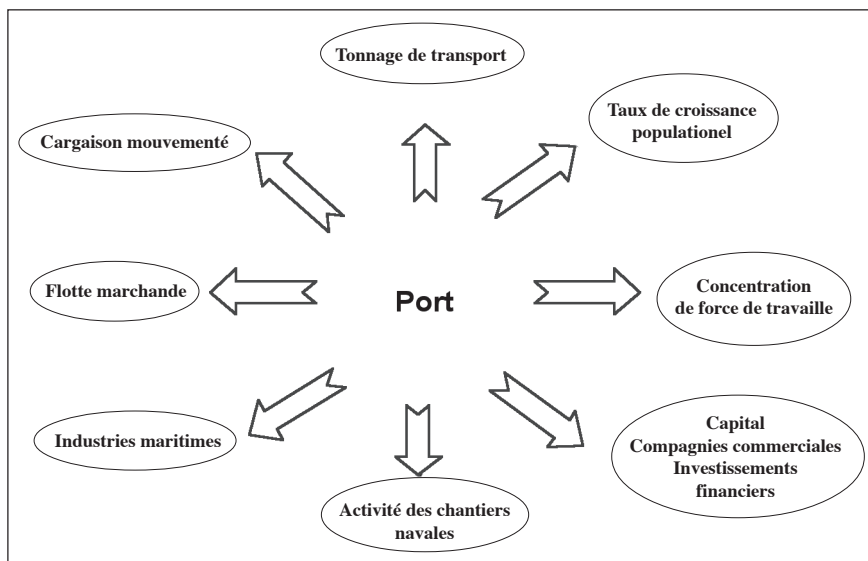
Modèle de Construction Portuaire



Influencé par ces variables et facteurs, chaque port développe une dynamique interne qui peut être mesurée par quelques indicateurs: des taux de croissance démographique, la concentration de force de travail, du capital, des investissements, des services, des compagnies commerciales, la position relative dans des réseaux commerciaux, le volume total de tonnage de

transport, les quantités de cargaison, le volume des contributions fiscales douanières, la flotte mercantile – tous sont des indicateurs capables de mesurer le statut d'un port et son importance relative par rapport à un système portuaire.

Indicateurs de la dimension d'un port de mer



Mais quel est le facteur qui se présente comme déterminant pour la définition de la position d'un port dans un *ranking* portuaire? Il y en a un? Nous n'avons pas une réponse pour cette question, mais nous considérons que ces facteurs-clés peuvent être variables d'accord avec plusieurs circonstances politiques et économiques, lesquelles peuvent être plus ou moins favorables à un port donné, en lui donnant l'opportunité de se maintenir dans une position sustenté dans une échelle national ou international, ou bien leur mettant dans une position marginal dans le système.

Présenté le cadre théorique à partir duquel on peut discuter la spécificité des petits ports à l'Époque Moderne, essayons de présenter un étude d'un cas: celui de Vila do Conde, un petit port du NW du Portugal, qui a eu un rôle central dans le procès d'expansion d'outre-mer Portugaise pendant le XVIe. Siècle, et a pratiquement disparu, en tant que port de mer, pendant les XVII et XVIIIe. Siècles.

2. L'étude d'un cas (Vila do Conde. Siècles XVI-XVIII)

Commençons par présenter, de façon sommaire, cette espace portuaire au XVIe. siècle.

2.1. L'espace

Vila do Conde est un petit port maritime, situé au nord de la ville de Porto. La ville en étude était le siège d'une commune exigu, pratiquement sans un alentours territorial et administratif au delà du siège du municipale, c'est-à-dire, sans un "hinterland" agricole qui puisse répondre, d'une part, aux nécessités d'approvisionnement interne et, en simultanément, attirer des investissements liés à la terre et aux secteurs primaires de l'économie. Son territoire se trouvait encerclé par trois grands municipes qui empêchaient son accroissement, et se confinait, au sud avec la rivière Ave et à l'ouest avec la mer. Celle-ci était, ainsi, par impératif géographique, son seul horizon de projection naturelle.

Au début du XVI^{ème} siècle la ville se limitait à un espace occupé de près de 0,5 Km², avec une population approximativement estimée à 3600 habitants, en 1527, s'élevant aux 5000 à 6000 habitants jusqu'à la fin du siècle, date après laquelle on ressent une nette baisse démographique. Son poids démographique ne surpassait les 0,26% de la population estimée pour tout le royaume en 1527/1532, et les 0,16% de la même population en 1640¹⁰.

2.2. Le port – conditions géomorphologiques

Vila do Conde est situé, sur le point de vue géomorphologique, dans une section du littoral favorable à un progressif ensablement, qui a affecté les conditions d'accès maritime à la ville, notamment dans un période d'accroissement des tonnages des vaisseaux et de la mise au point de modèles d'architecture navale ou prédominant les « naus », ça veut dire, les grands vaisseau de transport avec une grande capacité de cargaison et, en conséquence, des grands calaisons, qui exigent des eaux plus profondes pour entrer dans le port. .

Cette situation se cumulait avec des obstacles naturels constitués par des complexes rocheux situés à l'entrée de l'embouchure de la rivière. Ces deux phénomènes (ensablement et difficultés d'accès) sont bien documentés, soit par un procès d'enquête amené par des représentants du roi, aux années 1540-42¹¹, soit par la cartographie existant sur le port de Vila do Conde, dont les auteurs sont des renommés cartographes des Pays Bas : Lucas Aurigarius¹², Lucas Jansz Wagenae¹³; Willem Blaeu¹⁴; Jean Von Keulen¹⁵; Hendrick Donker¹⁶ e Nicolas Jansz Voogt¹⁷.

¹⁰ POLÓNIA, 1999: I Parte, Chapitre 1.

¹¹ IAN/TT. - *Conv. Sr^a Clara V. Conde*, cx. 37, mç. 7, s.n.,

¹² *Portugalliae Pars. Orae maritime Portugalliae inter Caminum et Mondegum...* in AURIGARIUS, [15—].

¹³ WAGHENAER, 1592: 50.

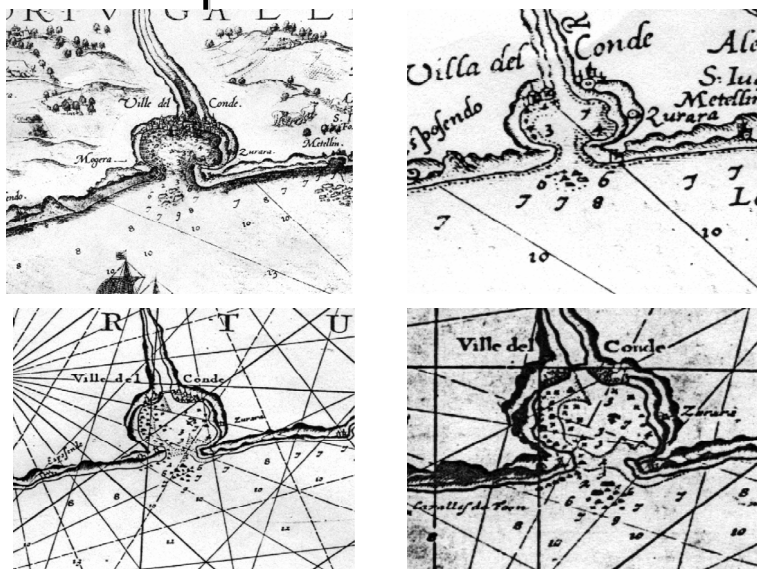
¹⁴ BLAEU, 1638.

¹⁵ KEULEN, 1680: 19.

¹⁶ DONCKER, 1693: carta 52.

¹⁷ VOOGT, [1695]. B.N.L. - Cartografia - C/24a.

Le port de Vila do Conde



Ce panorama semble être responsable, selon les déclarations des autorités locales, par des conséquences directes sur la navigation, et des conséquences indirectes sur l'économie. Parmi ceux-ci, on peut nommer: 1. le détournement du trafic commercial en faveur d'autres ports du NW Portugais avec meilleures conditions d'arrivée; 2. la diminution des recettes de ses deux douanes (une royale, l'autre privée); 3. les limitations imposées au port de Vila do Conde comme entrepôt maritime qui servait un très ample *hinterland*¹⁸.

Vila do Conde n'est pas, en tous cas, un cas singulier en ce qui concerne ces conditions géophysiques, qui semblent être communes à d'autres ports du Nord de Portugal, y compris celui de Porto. Malgré ces constatations, il y a des indices de forte vitalité économique et maritime du port de Vila do Conde jusqu'à la fin de XVIe. siècle, soit en tant que bâtiment naval, soit comme port commercial¹⁹.

Des interventions concrètes ont été mises au point pour essayer de minimiser les inconvénients de son cadre naturel, dont on peut évoquer des œuvres de désobstruction de l'embouchure et du lit de la rivière et les constructions des quais d'embarquement plus proches de l'embouchure, pour assurer de meilleures conditions d'accès.

Ces initiatives, qui essaient de contourner le déterminisme géographique, ont été, jusqu'aux années 1640, financées localement, par la mairie, bien qu'avec le consentement du pouvoir central, qui n'a pas vraiment investi des recours financiers dans cet effort. Même les frais de construction d'une forteresse, pour assurer une défense plus efficace de la côte, ont été supportés par le seigneur de la ville: le duc de Bragança, et pas directement par la couronne.

¹⁸ IAN/TT. - *Conv. Sr^a Clara V. Conde*, cx. 37, mc. 7, s.n., fl. 31-33v.

¹⁹ POLÓNIA, 1999: II Parte. B. Cap^o2.

En tous cas, et si on veut essayer une approximation diachronique a cette question, on constate que, dans les premières décades du XVI^e. Siècle, toutes les interventions sont de la stricte responsabilité, soit des agents particuliers, soit du pouvoir locale. Dans le années 1540, pourtant, on assiste á une intervention décisive du roi, a travers ses agents administratives, soutenus par décisions qui se confrontait même avec les intérêts seigneuriaux en place. Dans la période des Philippines (1580-1640), si on n'assiste pas a une forte intervention de l'état, ni même pas du financement des interventions dans le port, on constate la présence de techniciens (architectes et ingénieurs) liés au pouvoir central, dont le cas de Philippe Terzio est notoire, qui viennent a faire des études de viabilité technique des interventions proposés par le pouvoir local. Sans développer plus cette question, on peut présenter ces indicateurs comme preuve de l'intérêt de la couronne pour ce petit port du NW du Portugal. La tendance y étudié n'est pas, en tout cas, différent de ce qu'on peut identifier pour d'autres ports du Nord du Portugal. Ces éléments nous permettrons de formuler quelques considérations face aux politiques royales envers les petits ports. On retournera a cette question. Les considérations formulées peuvent, en tous cas, souligner quelques topiques de réflexion, concrètement sur:

1. la pression exercée par les conditions géomorphologiques dans l'activité économique d'un port. L'analyse entreprise nous a permit d'exclure l'idée d'un quelconque déterminisme naturel comme obstacle a la sustentabilité d'un port de mer, petit qu'il soit;
2. la multiplication d'interventions techniques, du type infrastructurel, mis en place par le pouvoir locaux, soutenus du point de vue administrative et technique par le pouvoir centrale, en ordre a résoudre des problèmes de accessibilité;
3. la manque de financement de l'état pour mettre en place des nouvelles infrastructures portuaires.

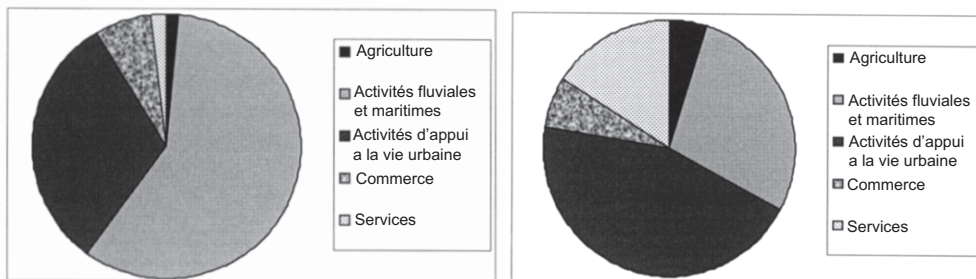
Eclairci le cadre spatial et les conditions d'accès au port de Vila do Conde, prenons compte de son cadre socioprofessionnel et économique dans le période en étude.

2.3. Structure socioprofessionnelle

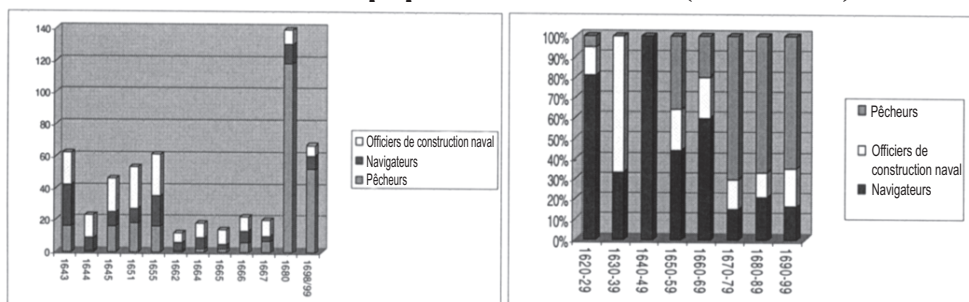
Du point de vue de sa structure socioprofessionnelle, le poids des groupes liés aux activités maritimes était notoire, notamment dans le courant du XVI^{ème} siècle, bien que, une fois de plus, ce poids viendrait à se relativiser au cours du XVII^{ème} siècle. Utilisant des sources à caractère fiscal, du point de vue de la distribution socioprofessionnelle, la situation identifiée est la suivante : en 1568 près de 65% de la population de la ville se trouvait liée à une économie de base maritime et commerciale, mettant en évidence les près de 58% de marins, et les 6,8% de marchants. En 1643 les mêmes secteurs assuraient un poids d'à peine 34 %, englobant les deux groupes en référence (**Graphiques 1 et 2**). Notons, dans les graphiques présentés, le quasi total absence de travailleurs agricoles, directement lié à l'exiguïté territoriale du municípe, au manque d'un espace agricole et à un profil fortement urbain de son territoire.

Le nombre de gens de mer et commerçants était, au contraire, significatif, ayant été possible inventorier, pour la mi-période de 1500 et 1620, 1664 hommes de navigation, desquels 1109 marins et 555 maîtres et pilotes. Quant aux commerçants recensés, et attendant à l'exiguïté de la dimension de la ville, son nombre était également notoire, en particulier dans la seconde moitié du XVI^{ème} siècle, ayant été comptabilisés, pour ce siècle, 435 références.

Structure socioprofessionnel



Évolution de la population maritime (1643-1699)



Sources: AMVC - Lv. 1699, 1877, 1897.

2.4. Profil économique

Du point de vue économique, on est en face d'une communauté dans laquelle, depuis la période médiévale, prévalent, comme activités économiques principales, la pêche et l'extraction de sel. Depuis le début de l'expansion maritime portugaise on peut constater son profond engagement, tant dans les navigations, commerce et colonisation, que dans les activités d'appui logistique, comme le sont la construction navale et la fabrication de voilures. Dans la première moitié du XVI^{ème} siècle, la ville se présentait comme un important chantier de construction navale, et en simultanée, comme un important port de transport, à travers l'affrètement à tiers – roi et particuliers, ayant un poids significatif dans le contexte national, malgré sa dimension réduite. Nous pouvons mesurer cette importance à travers de la prépondérance du poids de sa flotte navale en deux étapes chronologiques, tenant en compte trois indicateurs : les navires abordés par les corsaires français entre 1505 et 1518, les embarcations qui payaient des droits d'arrivage dans la Maison de la Nation Portugaise à Anvers entre 1535 et 1551, et un recensement des embarcations des ports du Nord du Portugal, effectué en 1552.

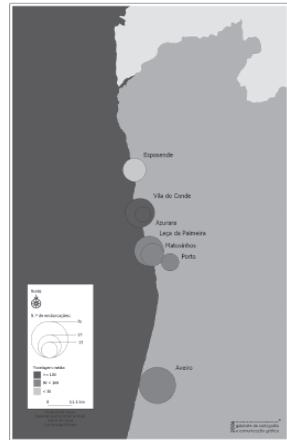
Une étude monographique de ce port de mer a permis de reconstituer, en termes de routes de navigation, commerce et émigration en outre-mer, les tendances que l'on projette dans les plans suivants. Ceux-ci mettent en évidence le profond engagement de la ville dans toutes les dynamiques citées, avec une diversité de destinées, qui se sont révélées marquantes dans la structuration interne de cette communauté.

Indicateurs d'accomplissements maritimes

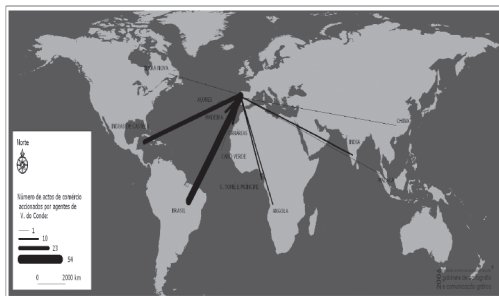
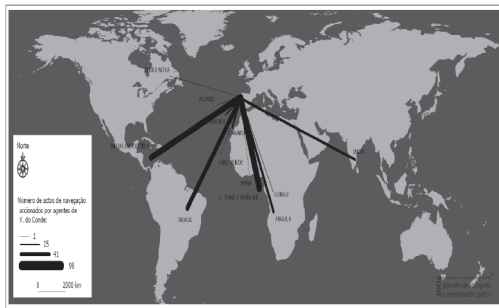
Embarcations prises par des corsaires françaises (1ere moitié XVIe. Siècle)

Embarcations enregistrés a Anvers (1353-1551)

Flotte navale (1552)



Routes de navigation (1), commerce (2) et émigration (3 et 4)



Sources: POLONIA, 1999 II, Chapitre 2.

Quand on essaye de discuter d'autres questions associées aux mécanismes économiques par lesquels ce petit port s'engage dans le trafic d'outre-mer, on arrive à identifier les traits les plus marquants d'une économie maritime, à tendance capitaliste, qui survit et se fait promouvoir à travers des mécanismes inventives et fréquemment innovateurs. On arrive à identifier un univers économique dominé par le capital circulant, imprégné d'une mentalité et de mécanismes capitalistes, bien qu'implantés en petite échelle; un monde d'affaires dans lequel prédominent le petit et moyen commerce de partenariat, et où même les femmes participent, comme détentrices de quotas dans des sociétés commerciales ou comme investisseurs de contrats de perte et de profit.

Dans les plus grandes villes portugaises, comme Lisbonne ou Porto, semble dominer le capital commercial, et prédominer les grands marchands et quelques financiers notables. Dans les petites villes maritimes, comme celle en étude, les solutions trouvées pour résoudre le problème structural du manque de capital semblent avoir incité à l'adoption de mécanismes capitalistes, imprégnés d'une forte capacité d'adaptation et d'inventivité.

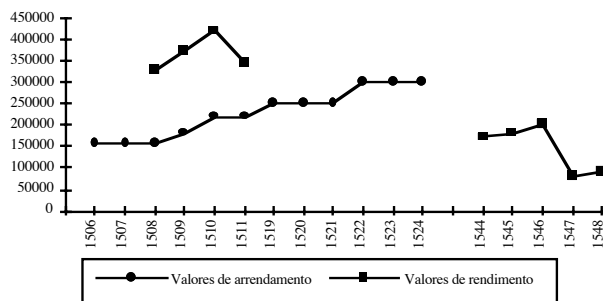
Ce à quoi on assiste c'est à une tendance pour l'association de petites parcelles de capital et de petits investisseurs, qui se rassemblent en un nombre variable selon les affaires, pour qu'ils puissent y accéder. Et ceci est vrai, soit dans le domaine de la contractualisation navale, qui dynamise l'industrie elle-même et permet la construction d'une flotte navale significative et de grande calaison, à partir de procédés d'association de capitaux, soit dans le domaine commercial, marqué par quelques stratégies essentielles:

- La démultiplication du risque, par le recours au petit investissement et à la multiplication de participations d'un même agent en diverses affaires en simultanée;
- La multiplication de contrats d'investissements "à perte et à profit", contrats de risque dans lesquels les pertes et les profits se divisent à moitié, entre l'investisseur et l'agent commercial.
- La constitution de sociétés mercantiles par cotas, réunissant un nombre important d'actionnaires, qui atteignent, en certains cas, plus de 20 dans des affaires de moyenne dimension.
- La constitution de réseaux commerciaux dans lesquelles les marchands de la ville s'associent à des marchands de plus grande capacité financière, comme le sont ceux de la ville de Porto. Cette option semble particulièrement valable dans la première moitié du XVII^{ème} siècle.

Un autre stratégie passe par l'intime association entre deux communautés professionnelles – celles des marchands et des pilotes, amenant, inclusive, à un nouveau genre social: le pilote marchand, qui profitant de son accès privilégié au voyage maritime, assume des rôles commerciaux au service de tiers ou bien garantit ses propres affaires, et ceux de ses partenaires, associant les accomplissements techniques, qu'il garantit en tant que pilote, à ceux économiques, qu'il assume comme agent commercial.

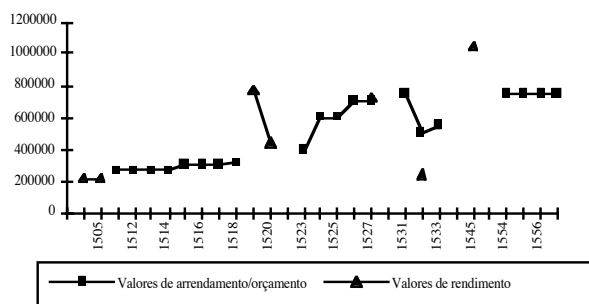
Les stratégies indiqués se sont révélées capables de garantir, soit la présence, même des petites communautés dans les circuits plus vigoureux du commerce d'outre-mer, en dépit de la petitesse de son territoire et de l'exiguïté de sa capacité financière, soit l'engagement, dans ces affaires, de groupes professionnels qui lui sont traditionnellement étrangers. L'étude des sociétés par quotas enregistrées en actes notariaux ainsi le révèle. Le cadre présenté semble, en réalité, prouver que l'on fait appel à un univers social vaste, qui investi en petite échelle, mais se refuse à être exclu d'un négoce appétissant: le commerce d'outre-mer.

Valeurs des rendes de la douane du Monastère de St^a Clara de Vila do Conde (1504-1558)



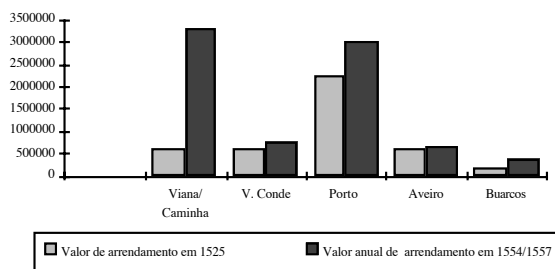
Fonte: IAN/TT – Conv. St^a Clara Vila do Conde, cx. 42, mç. 16, s.n.; cx. 43, mç. 15, s.n., cx. 44, mç. 16, s.n.; CC, III parte, mç. 6, doc.120

Valeurs des rendes de la douane royale de Vila do Conde (1505-1556)

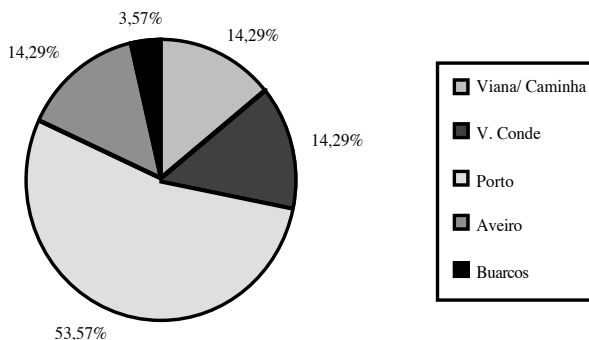


Source: CORDEIRO, 1984a, II: 52-55; CORDEIRO, 1984b, I: 62-65; FREIRE, 1903-08, I-IX, passim

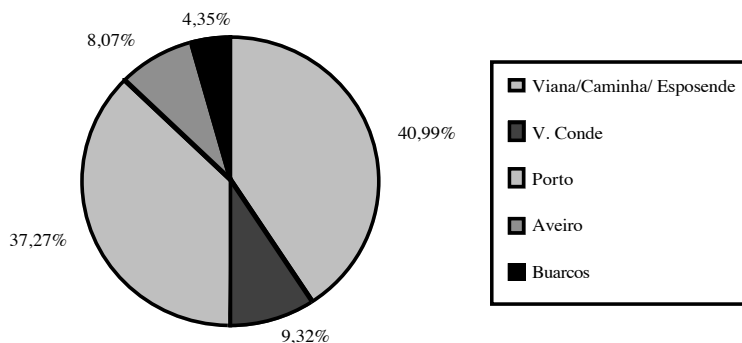
Valeurs des rendes des douanes du Centre Nord du Portugal (1525 et 1557). Comparaison.



Pourcentages des rentes des douanes du Centre Nord du Portugal (1525)



Pourcentage des rentes des douanes du Centre Nord du Portugal (1554-1557)



Source: IAN/TT – NA 590; ADP – *Contadoria da Comarca do Porto*, lv. 20, fl. 341-348v

Du point de vue de l'économie interne du royaume, et en ce que concernent les articulations de ce port avec son *hinterland*, on peut présenter quelques indicateurs de son importance dans le cadre national. Concentrons-nous en premier lieu, dans son poids relatif dans le Nord-ouest du Portugal, prenant en compte ses contributions fiscales.

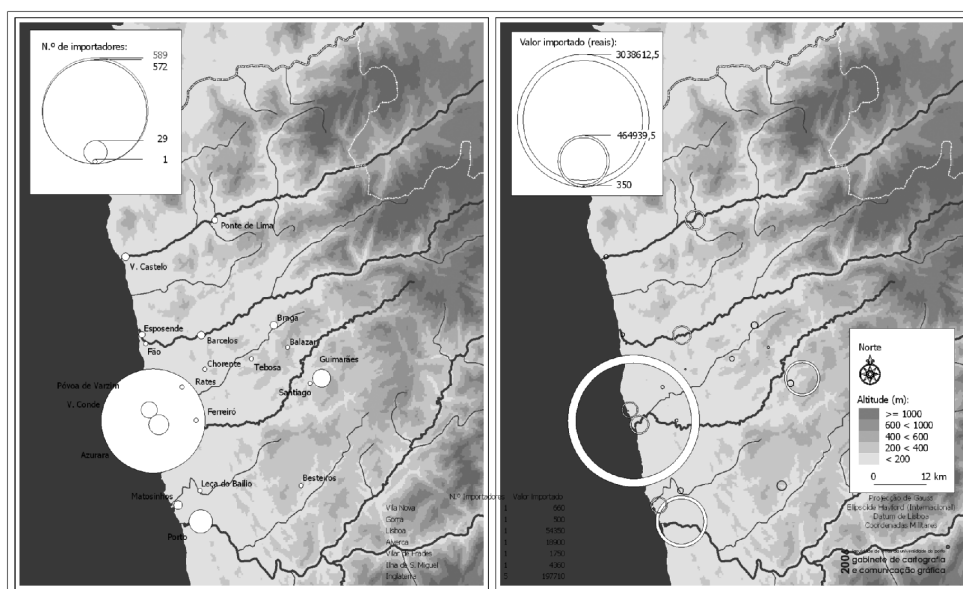
Le panorama dont les numéros donnent compte point une croissance effective des valeurs des rendes des douanes de Vila do Conde, notoire dans la première moitié du XVI^e siècle, mais une tendance décroissante pendant la seconde moitié du siècle, confirmé par l'évaluation comparative avec d'autres douanes du Centre Nord du Portugal.

Il fallait une analyse plus profonde de ce cadre, qu'on ne peut pas suivre dans ce moment, mais on peut dire que on ne sait vraiment pas si la perte relative de dynamisme en ce que concerne le mouvement commercial du port est due a une quelconque causalité interne; la manque d'investissement de la communauté mercantile; le reflux du trafic brésilien du sucre en

direction plutôt a Porto et a Viana do Castelo, plus a nord, ou simplement au fait de la fin de la douane particulière, du Monastère de Sainte Claire, qui était très attractive pour plusieurs marchands, soit de l'*hinterland* du Nord du Portugal, soit d'autres ports du littoral, par des exemptions fiscales qu'elle pratiquait, bien qu'illégales.

En ce que concerne l'importance du port de Vila do Conde par rapport a son *hinterland*, il faut le situer face a l'intérieur rurale, ayant en considération les principales voies de communication terrestres. Dans l'espace d'entre les rivières Douro (qui passe a Porto) et Minho (qui définit la frontière avec la Galice), il y en a trois voies principales vers le Nord. Dans aucune Vila do Conde était un point central ou même de passage. La ville était servi par des voies secondaires, de circulation connues depuis les temps de l'occupation romaine au Portugal. Il y en avait d'autres voies, horizontales, projetés de l'intérieur au littoral, celles qui conduisaient les céréales vers la mer et la sel vers l'intérieur depuis des temps médiévaux. Ces voies liaient Vila do Conde avec Barcelos, Braga, Famalicão, Guimarães, des significatifs centres urbains du Nord de Portugal, qui se servaient de son port comme entrepôt maritime. Ce cadre peut être confirmé par deux voies : la cartographie de la résidence des importateurs de marchandises par la douane royale de Vila do Conde, dans les années 1504-1505 et 1527-1532²⁰, et la cartographie des marchands extérieurs a Vila do Conde qui y exerçaient activité documenté par les registres notariaux.

Importateurs et volume de marchandise importée pour la douane de Vila do Conde (1504-1505)



Source: POLÓNIA, 2007: Vol. 2, p. 120

A la fois, a partir des données extraites des registres de la douane²¹ on peut constater:

1. la prévalence, en numéro de registres et en valeurs d'importation, des résidents a Vila do Conde et a deux petites villes qui lui sont satellites: Azurara et Póvoa de Varzim;
2. la présence notoire de marchands de Porto et Guimarães, Barcelos e Braga, le premier un port de mer et les autres des villes de l'intérieur;
3. la présence de marchands des îles de Azores et Madeira;
4. la présence des étrangers, notamment français et anglais, soit en 1504-05, soit en 1527-1532.

Son univers marchand n'exerçait pas, cependant, son activité *de per soi*, mais établissait des réseaux et des compagnies avec des marchands provenant d'autres villes, notamment du Porto, d'où provenaient des hommes et des capitaux nouveaux chrétiens, qui s'enfuyait de l'action fortement punitive de l'Inquisition, particulièrement dans les années 1618-1620^{22,23}. Vila do Conde, comme un petit port, était moins visé par l'action inquisitoriale, pratiquait des taxes fiscaux moins dures et leurs permettaient de gérer leurs affaires en utilisant, soit des marchands, soit des pilotes locales comme intermédiaires et agents de négoce.

Ses avantages, en tant qu'entrepôt maritime essentiel a un ample *hinterland* intérieur et rurale et en tant que plateforme de distribution de marchandises et capitaux semblent, alors, indéniables, et sa position centrale comme chantier naval et port de frèment des vaisseaux lui permettait de maintenir une centralité et une position fortement enraciné dans le système portuaire portugais, soit par rapport au nord du Portugal, soit même par rapport a Lisbonne, port qui utilisait abondamment la main d'œuvre de Vila do Conde pour les chantiers navales, ses gens de mers pour les équipages et ses vaisseaux pour les flottes mercantiles et de défense navale. Tout ça peut être prouvé pour le XVIe. siècle, mettant en évidence l'importance de ce petit port dans une dynamique centrale a l'économie et la politique portugaise des temps modernes.

Mais Vila do Conde va perdre importance et même presque disparaître du mappe du système portuaire portugais au XVIII^e siècle. Pourquoi?

2.5. De l'apogée à l'échec

Des théories historiographiques traditionnelles présentées par Jaime Cortesão, depuis les années 40 du XX^e siècle, insistaient dans des altérations conjoncturels qui étaient favorables aux ports du nord du Portugal et moins favorables a Lisbonne. Il partait de la conviction de l'existence d'une significative dynamique économique et d'une capacité d'initiative et d'application du capital des ports du Nord par rapport a la route du sucre brésilien. Des travaux récents relativisent cette théorie, en prouvant que les capitaux commerciaux étaient encore majoritairement ceux

²⁰ I.A.N./ T.T. - N.A. 511, 512, 513 e 514.

²¹ PEREIRA, 1983: 143-144 et MOREIRA, 1992: 125-146.

²² SILVA, 1988: I, 123 e 346-347.

²³ MEA, 1997: chapitre V et VI.

²⁴ COSTA, 2002: 94.

de Lisbonne, bien que, en termes de mouvement maritime, les ports du Nord, notamment Porto et Viana do Castelo, ont été promus dans ces circuits commerciaux²⁵. On ne peut pas affirmer que Vila do Conde ait vraiment participé à ce dynamisme, ni qu'elle ait vraiment profité de cette conjoncture. Le port se présentait lié au trafic des esclaves pour le Brésil, c'est vrai, mais surtout à celui des Indes de Castille.

Les conditions politiques et militaires du XVIIe. siècle, liés, soit aux ravages des corsaires anglais et hollandais qui attaquaient le Portugal et son empire, ayant comme prétexte l'Union Dynastique avec l'Espagne, soit au désastre de la Flotte Invincible, dans laquelle Portugal avait, à son échelle, un poids navale considérable, soit celles liés à la guerre de la restauration de l'Indépendance, entre 1640-1656, ont sûrement affecté ce dynamisme. La flotte mercantile étant détruite, ou profondément affectée, la dépendance du commerce maritime portugais des flottes étrangères, notamment l'Hollandaise, en des circuits Européens, est devenu un fait. Ce contexte négative a été même accru par les résultats du Traité de Westminster, en 1654, qui ouvrait le commerce colonial Portugais en Amérique aux Anglais.

La réduction des capacités de transport des ports Portugais et la notoire prévalence des flottes étrangères, dont les frètes étaient moins chers, ont affecté négativement les ports du Nord du Portugal, notamment les petits ports, ceux qui traditionnellement fournissaient ces services.

La situation a été aggravé au cours du 18^e. siècle. A ce période, Porto assurait un trafic dominant au tour de l'exportation du vin de Porto, dont le transport était dominé par les Anglais, bien que sans perdre totalement sa portion du trafic colonial, en particulier brésilien²⁶. Lisbonne maintenait sa position en tant que port central dans les anciens trafics du sucre, du coton et des produits orientales, et dans nouveaux trafics monopolistiques: l'or, le tabac et les diamants brésiliens. Le 18^e. siècle a même renforcé la politique monopoliste, à travers la création de Compagnies par le Marquis de Pombal, soutenus par l'Etat lui-même. La Compagnie du Commerce de l'Asie, créée en 1753; la Compagnie de Grão Pará et Maranhão, en 1755; la Compagnie du Vin et Agriculture du Douro, en 1756; la Compagnie de Pernambuco et Paraíba, en 1759; le renouvellement des contrats exclusivistes du tabac; la promotion de la Chambre du Commerce, avec deux sièges seulement: à Lisbonne et à Porto; les restrictions au commerce livre se présentent comme des mesures coordonnées pour renforcer le grand commerce et en finie avec la multiplication du petit capital, de la petite initiative et du petit commerce. Tous qui prédominaient dans les petits et moyens ports.

Cette législation, basée dans le privilège et le monopole favorable à la concentration des profits dans des grands centres économiques et aux mains de quelque peus grands investisseurs, se présentait hostile à une foule de petits et moyens compétiteurs – ceux qui ont été centraux dans la plupart des négoce, même les coloniaux, pendant le 16^e. siècle, si on exclut les circuits monopolistes de l'or et des épices²⁷.

²⁵ Cf. CARDOSO, 2003: II, 78.

²⁶ Cf. MACEDO, 1989; MACEDO, 1982; JUSTINO, 1988-1989; FISCHER, 1971; PEDREIRA, 1995.

²⁷ "Those with a poor or backward hinterland and few external connections; with a small or no share of national imports and exports and, contrary to expectations, a small share of coastal trade, which was also dominated by major ports; with exceptions they owned and built few ships; they had inadequate facilities for larger ships; few warehouses; no comprehensive mercantile community or direct foreign linkages; few industries and small populations; in sum, they had no opportunity for self generated trade". JACKSON, 2001:6.

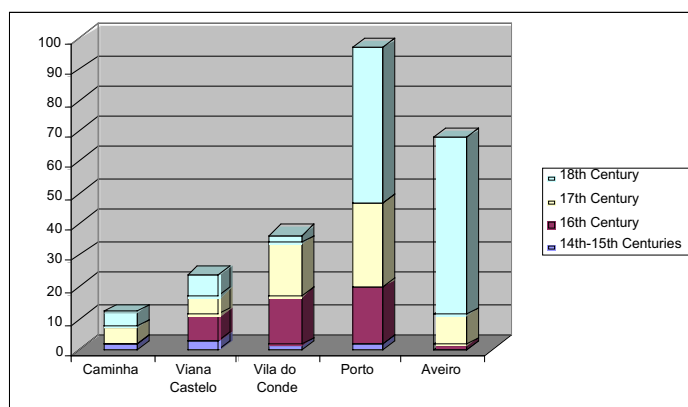
Cette dynamique économique a affecté profondément les petits ports du NW du Portugal, qui ont vu changé son statu dans le système portuaire portugais, soit au niveau national ou international. Au même temps, elle a aussi interféré avec l'intensité des relations de complémentarité inter-portuaire par rapport à la logistique navale. La construction navale et le transport navale ont beaucoup souffert à cause de la diminution de l'importance de la flotte portugaise dans les circuits européens et coloniaux et avec l'irréversible transférence des suprématies des empires maritimes.

Des petits ports, comme Caminha, Vila do Conde, Azurara et même Viana do Castelo, qui ont été très actives pendant le 16^e et 17^e siècles, en relation étroite avec les sollicitations de Porto ou Lisbonne, mais aussi en direct articulation avec sa propre dynamique mercantile, perdent maintenant une grande partie de sa relevance dans les dynamiques économiques externes et même internes. Ces changements dans les statut des ports du NW portugais peut être documenté à travers des fluctuations dans les indicateurs de richesse, des taux démographiques et particulièrement par la décroissance des investissements dans des travaux dans l'enceinte portuaire, un bon indicateur pour mesurer la croissance ou le déclin d'un port.

3. L'évolution des ports du NW du Portugal entre le XVI^e et le XVIII^e siècles: l'évidence de la construction et des interventions portuaires

La distribution des registres d'intervention portuaires à partir des travaux réalisés en plusieurs ports du NW portugais peut, en effet, nous donner quelques éléments de réflexion.

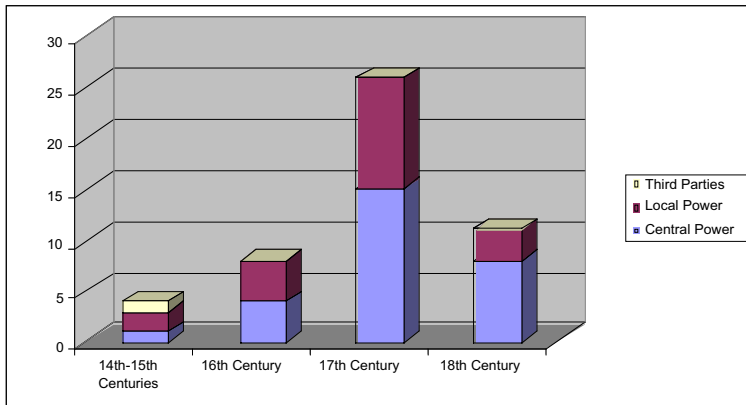
Numéro d'interventions dans les ports du NW (XIV^e – XVIII^e siècles)



Source: Hisportos databases. www.hisportos.com

La diminution des investissements en des petits ports, comme Caminha, Vila do Conde et Viana do Castelo, et la croissance et la concentration des investissements dans deux ports (Porto et Aveiro) au XVIII^e siècle, semble un fait à détacher. Si on croise cette constatation avec quelques autres variables, comme soit la participation des divers niveaux de pouvoirs dans le financement et promotion de ces travaux, on pourra essayer une compréhension plus fiable du phénomène.

Financement et approbation financière des travaux dans les ports du NW Distribution diachronique



Source: Hisportos databases. www.hisportos.com

Quelques idées peuvent être élargies à partir de l'analyse croisée des tables antérieures:

1. Le nombre, bien que la complexité des interventions techniques augmentent aux XVII^e et XVIII^e siècles. Les occurrences enregistrées en temps antérieurs au XVI^e siècle sont très peu, même prenant en considération le manque des sources.

2. Le nombre des travaux financés par le pouvoir central augmente significativement au cours du XVII^e siècle, en comparaison avec ceux des pouvoirs locaux, même si tous les deux sont significatifs, certainement en relation directe avec les contextes de la guerre de Restauration et de l'Indépendance contre l'Espagne.

3. Les investissements de la couronne aux XVII^e et XVIII^e siècles semblent être exclusifs des grands ports du NW: Porto et Aveiro.

Ces tendances doivent être comprises d'accord avec des contextes politiques, militaires et économiques. Pendant que le nombre d'interventions enregistrées au XVI^e siècle, notamment à Vila do Conde et Porto, avait comme but l'amélioration des conditions de navigation et de l'embouchure du port, à travers la construction des quais et docs, en direct relation avec les dynamiques du commerce d'outre mer, celles qui ont eu place au XVII^e siècle, sont plutôt dirigées à la construction et maintenance de fortifications et d'autres infrastructures de défense et sont directement articulées avec les Guerres de la Restauration et de l'Indépendance (1640-1656).

Les interventions du XVIII^e. siècle doivent être interprétées dans un contexte distincte et d'après des variables nouvelles. Même si les dynamiques économiques se présentent comme essentielles, la planification stratégique, d'accord avec des directives d'une politique dirigé par le pouvoir central, a maintenant un rôle accru.

Le numéro des interventions reflète une réalité exprimée par d'autres indicateurs démographiques et économiques, lesquelles sont indicatives du déclin des petits ports, comme Vila do Conde, Caminha et même Viana do Castelo, dans un contexte national et international. Cette réalité semble être aussi en relation, non seulement avec leurs dynamiques internes, ou même avec l'importance économique de leurs *hinterlands*, mais plutôt avec une politique économique orchestrée par le pouvoir central et consolidée au XVIII^e siècle, avec le Marquis de Pombal, laquelle conduit à la marginalisation des petits communautés, des petits capitaux et des petits investisseurs du trafic colonial. Ça se reflète dans les taux d'investissements dans les infrastructures portuaires, autorisés ou promus par l'État dans les divers ports du NW et leur évolution tout au long du XVI^e- XVIII^e siècles, lesquels privilégient, sans aucune doute, les plus grands ports.

Cette dynamique a conduit à la transformation des ports relativement importants, même si à une échelle plutôt régionale ou nationale, en des ports insignifiants, selon le concept de Gordon Jackson, en somme, ceux qui n'ont plus des opportunités pour générer croissance et auto sustentation économique²⁸.

L'évolution étudiée des investissements infrastructurelles aux ports du NW, croisée avec d'autres indicateurs, comme les démographiques ou ceux relatives aux recettes douanières semble, en effet, refléter l'irréversible perte de statu et capacité économique des plus petits ports du NW du Portugal, en faveur de Porto, malgré les sérieux problèmes d'accessibilité maritime de ce port, dues largement à ses contraintes géomorphologiques.

Si on peut comprendre la concentration de l'attention de la couronne dans ce port de mer qui devient central dans le trafic du vin de Douro pendant le XVIII^e siècle, la rivière Douro et son port se présentant comme un facteur central du développement économique à un niveau régional et national, avec une significative projection dans le trafic international, le cas d'Aveiro se présente comme distinct, comme l'a prouvé Inês Amorim, à travers ses études sur ce port au XVIII^e siècle²⁹.

Les successives interventions dans le port, pendant le XVIII^e et XIX^e siècles semblent devoir être comprises dans la base de constructions théoriques et des essais techniques, supportés par le pouvoir central, plutôt que à travers le dynamisme interne du port ou de son hinterland. Aveiro avait été construit pendant des siècles en directe relation avec le trafic du sel, qui connaissait, une tendance irréversible de déclin pendant le XVII^e et le XVIII^e siècles.

En somme, si on doit présenter quelques conclusions préliminaires sur la situation des petits ports au Portugal pendant l'Époque Moderne, on pourrait dire que sont plutôt les défis extérieurs au port lui-même et les conditions géoéconomiques et politiques, à un niveau plutôt macro, qui s'imposent comme conditionneurs de la croissance, ou même la maintenance de ces

²⁸ JACKSON, 2001: 1-17.

²⁹ AMORIM, 2006: 103-128.

petits ports. Le dynamisme économique et social interne ne se présente pas comme suffisante au moment où les conjonctures internationales ou les planifications du pouvoir central ne les positionnent pas comme éléments clés d'un système portuaire. La manque d'investissements dans le port et sa logistique (douanes, magasins, routes de distribution de marchandises) et le fait qu'ils peuvent être dispensables dans des logiques de complémentarités navales et économiques, au moment où entrent en action nouvelles puissances coloniales et maritimes, qui substituent les flottes portugaises, semblent déterminer leur déclin.

Ces petits ports, essentiels pendant l'affirmation de l'expansion maritime et commerciale portugaise, aux XV^e et XVI^e siècles, et qui ont connu, pendant ce temps, une croissance jamais expérimentée jusqu'à ce moment, n'ont pas vraiment survécu à la crise de cette même dynamique, sont devenus moins attractives à des populations migrants, à des capitaux externes, et à des agents et réseaux économiques aussi extérieurs et semblent être votés à un irréversible déclin jusqu'à nos jours.

Aujourd'hui ils vivent de la mémoire de cette «age d'or», d'une projection économique, sociale et maritime qu'ils n'expérimentent plus. Leur vocation maritime a pratiquement disparu, devenant des centres touristiques et balnéaires ou des pôles de résidence des populations de la région du «grand Porto».

Celui c'est le témoin de la réalité portugaise, dont la validité des tendances exprimées ne peut être mesurée que par des études comparatives à une échelle Européenne.

FONTS MANUSCRITES

IAN/TT - *Conv. Sr^a Clara V. Conde*, cx. 37, mç. 7, s.n.

IAN/TT - N.A. 511, 512, 513 e 514.

IAN/TT - NA 590

ADP - Contadoria da Comarca do Porto, lv. 20, fl. 341-348v

CARTOGRAPHIE

BLAEU, Willem - *De Zeecuten van Portugal van Viana tot Aveiro*, Amsterdam, Willem Ianz Blaeu, 1638. B.P.M.P.- C(I) - 2.

DONCKER, Hendrick - *Zee Spiegel*, Amsterdam, 1693, carta 52. B.N.L. - Cartografia - C/132v.

KEULEN, Jean Von - *Grand Nouvel Atlas de la Mer*, Amsterdam, 1680, p. 19. B.N.L. - Cartografia - C/65a.

Portugalliae Pars. Orae maritime Portugalliae inter Caminum et Mondegum... in AURIGARIUS, Lucas - "Atlas Maritimo", s.l., [15]. B.N.L. Cartografia - CA/116 v.

WAGHENAER, Lucas Jansz - *Thresor der Zeevaert*, Leyden, 1592, p. 50. B.N.L.- Cartografia - CA/ 65 p.

VOOGT, Nicolas Jansz - *La Nueva y Grande Relumbrante Autorcha de la Mar...*, Amsterdam, Joannes van Keulen, [1695]. B.N.L. - Cartografia - C/24a.

BIBLIOGRAPHIE

- AMORIM, Inês, 2006 - "Portuguese "free" Ports at the turn of the 18th Century – a Strategy to Promote "Unimportant" Ports". *International Journal of Maritime History*, XVIII, nº 1 (June 2006), p. 103-128.
- AMORIM, Inês, 2008 - *O Porto de Aveiro: Entre a terra e o mar*, Aveiro, APA - Administração do Porto de Aveiro.
- ANTUNES, Cátia Antunes, 2007 - "Population growth, infrastructural development and economic growth: Amsterdam and Lisbon in the 17th century – a comparison" in *European Seaport Systems in the early modern age - a comparative approach. International workshop. Proceedings. Porto-21/22 October 2005*, Porto: IHM-UP, pp. 115-130.
- BIRD, James Bird, 1963 - *The Major Seaports of the U.K.*, London.
- BIRD, James Bird, 1984 - "Seaport development: some questions of scale" in *Seaport systems and spatial change*, ed. B. S. Hoyle and D. Hilling, London.
- BIRD, James Bird, 1989 - "Seaport as a subset of gateways for regions. A research survey" in *Progress in Human geography*, 4 (1989), p. 360-370.
- CARDOSO, António Barros, 2003 - *Baco & Hermes. O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1756)*, 2 vols., Porto, s.n.
- COSTA, Leonor Freire, 2002 - *O transporte do Atlântico. As frotas do açúcar (1580-1663)*, Lisboa, CNCDP.
- FISCHER, F.H.E.S., 1971 - *The Portugal trade 1700-1770*, London, s.n.
- GUIMERÁ, Agustín; ROMERO, Dolores, coord., 1996 - *Puertos y sistemas portuarios (siglos XVI-XX): actas del Coloquio Internacional el Sistema Portuario Español: Madrid, 19-21 Octubre, 1995*, Madrid: Ministerio de Fomento, Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas, CEDEX.
- GUIMERÁ, Agustín, 2002 - *Puertos y Ciudades Portuarias (Ss. XVI-XVIII): una Aproximación Metodológica*, in "O Litoral em perspectiva Histórica. Séculos XVI-XVIII. Um ponto da situação historiográfica. "Actas", Porto, FLUP/IHM-UP.
- JACKSON, Gordon, 2001 - "The Significance of Uni portant Ports", *International Journal of Maritime History*, XIII (December 2001), p. 1-17.
- JACKSON, Gordon, 2005 - "The Maritime Experience of a Region without Ports: Argyll, Scotland, c.1740-1840", in *International Journal of Maritime History*, XVII, 2 (December 2005), p. 1-18.
- JACKSON, Gordon, 2007 - "Early Modern European Studies: Highlights and Guidelines", in *European Seaport Systems in the early modern age - a comparative approach. International workshop. Proceedings. Porto-21/22 October 2005*, Porto: IHM-UP, p. 23-24.
- JARVIS, Adrian, 1999 - "Port History: some thoughts on where it came from and where it might be going", in *Harbours and Havens: Essays in Port History in Honour of Gordon Jackson*, ed. L. R. Fischer and Adrian Jarvis, Newfoundland, International Maritime Economic History Association. [Research in Maritime History series, 16].

- JUSTINO, David, [1988- 1989] - *A formação do espaço económico português*, Lisboa, Veja.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1982a - *Elementos para a história bancária de Portugal (1797-1820)*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Históricos.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1982b - *O Marquês de Pombal, 1699-1782*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- MACEDO, Jorge Borges de, 1989 - *A situação económica no tempo de Pombal*, Lisboa, Gradiva.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo, 1997 - *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto, Fundação Engº António de Almeida.
- MOREIRA, Manuel Fernandes, 1992 - *A alfândega de Viana e o comércio de importação de panos no século XVI*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1992.
- PEDREIRA, Jorge M., 1995 - *Os homens de negócio da praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, Lisboa, s.n.
- PEREIRA, João Cordeiro, 1983 - *Para a história das alfândegas em Portugal no início do século XVI. Vila do Conde. Organização e movimento*, Lisboa , UN-FCSH.
- PEREIRA, João Cordeiro, 1984a - *A receita do estado português no ano de 1526. Um orçamento desconhecido* in “Estudos de História de Portugal”, vol. II. Séc. XVI-XX. “Homenagem a A. H. de Oliveira Marques”, Lisboa, Estampa, p. 52-55.
- PEREIRA, João Cordeiro, 1984b - *O orçamento do estado português no ano de 1527*. “Nova História. Séc. XVI”, dir. A.H. de Oliveira Marques, nº 1, 1984, p. 62-65.
- POLÓNIA, Amélia, 1999 — *Vila do Conde. Um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, Porto. [Dissertação de doutoramento policopiada].
- POLÓNIA, Amélia, 2007- “HISPORTOS – A research Project on Portuguese Seaports in the Early Modern Age” in *European Seaport Systems in the early modern age - a comparative approach. International workshop. Proceedings. Porto-21/22 October 2005*, Porto, IHM-UP.
- POLÓNIA, Amélia, 2007 – *Expansão e descobrimentos numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*, Lisboa, IN-CM, 2 vols.
- POLÓNIA, Amélia, 2008 - “The Northwestern Portuguese Seaport System in the Early Modern Age” in Tapio Bergholm, Lewis R. Fischer and Elisabetta Tonizzi, coord.- *Making Global and Local Connections: Historical Perspectives on Ports* [Research in Maritime History series (No. 35)], Newfoundland, International Journal of Maritime History, p.113-136.
- POLÓNIA, Amélia; AMORIM, 2002 - “Hisportos – Contribuição para o estudo dos portos do Noroeste português. Apresentação de um projecto de investigação”. Paper presented at the 13th AHILA International Congress, Simpose” *Microhistória em Hispanoamérica: Metodologias, Temas e Linhas de Investigação. As migalhas e a pluralidad* (Ponta Delgada, September 3-8, 2002).
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1988 - *O Porto e o seu termo(1580-1640). Os homens, as instituições e o pode.*, Porto, AHMP, 2 vols.

Sara Maria Costa Pinto¹

Caminha no séc. XVI: dinâmicas mercantis

R E S U M O

O estudo dos portos de pequena e média dimensão têm-se revelado essenciais para a compreensão das dinâmicas económicas portuárias do Portugal Moderno. A nossa dissertação de mestrado centrou-se num caso de estudo, a comunidade marítima de Caminha no século XVI. Pretendemos aqui desenvolver o papel que este pequeno porto desempenhou nos jogos de complementaridades do complexo portuário do noroeste português.

1. Introdução

Após a licenciatura foi-nos dada a oportunidade de colaborar num projecto desenvolvido no âmbito do Instituto de História Moderna – o HISPORTOS² – que se debruçou sobre a rede portuária do noroeste português, numa tentativa conseguida de demonstrar a vitalidade dos portos de média dimensão, cuja articulação se revelou essencial para sustento da economia marítima moderna. Ora, se os principais portos do noroeste provaram a importância do seu papel no desenvolvimento desta economia, o que dizer dos portos de menor dimensão? Enquanto grande parte destes portos tinha sido já alvo de análise, nomeadamente Viana do Castelo³, Vila do Conde⁴, Porto⁵, e Aveiro⁶, outros portos de menor dimensão, como Caminha, permaneciam por estudar. A vila de Caminha era-nos familiar e a monumentalidade da sua igreja matriz, assim como a sua topografia urbana, não nos haviam passado despercebidas enquanto testemunho de uma vivência histórica anterior, mais concretamente, de uma forte vitalidade quinhentista.

¹ Aluna de Doutoramento em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Membro do CITCEM – Grupo de Investigação “Memória, Património e Construção de Identidades”. E-mail: dhis07021@letras.up.pt. saramcpinto@gmail.com

² Projecto HISPORTOS POCTI/HAR/36417/99 - “História dos Portos do Noroeste Português na Época Moderna – séc. XV-XVIII”. Resultados disponíveis in www.hisportos.com

³ MOREIRA, 1984

⁴ POLÓNIA, 1999

⁵ BARROS, 2004a

⁶ AMORIM, 1997

2. Dinâmicas mercantis do porto de Caminha

“São de pescadores as primeiras viagens a relativa distância - do Porto à Galiza, da Pederneira ao Algarve, do Algarve à costa andaluza. Viagens modestas, de pura cabotagem, em que a actividade piscatória e o transporte de mercadorias dão as mãos e assentam numa mesma base”⁷. Considerando a progressiva participação dos pescadores na dinâmica mercantil quinhentista, que tipo de iniciativas esperar da comunidade marítima de Caminha?

Está bem demonstrado que actividades económicas interdependentes teceram a integração das regiões de Entre-Douro-e-Minho e a Galiza, desde o século XV⁸. Na aceção de Elisa Ferreira Priegue, a largura do rio Minho não constituiu um entrave ao comércio fronteiriço entre a Galiza e Portugal, mas sim um veículo de comunicação, difícil de controlar pelas autoridades, e objecto de sucessiva legislação, quer pelos monarcas espanhóis, quer pelos portugueses.

No alvor da época moderna, o movimento de mercadorias entre Galiza e Portugal é caracterizado por um tráfico muito diversificado, modesto e pouco marcado pelo comércio internacional. Com efeito, exceptuando as rotas do sal, do vinho, do pescado e da madeira, trata-se de um comércio de raio pequeno, entre as vilas das margens do Minho, unidas por antigos privilégios de vizinhança e por uma feliz ignorância das barreiras fiscais. Os dois reinos suprem mutuamente as suas carestias ao ritmo da conjuntura⁹. Por esse mesmo facto, o comércio marítimo e fluvial com outros portos dos dois reinos, do estrangeiro e, progressivamente, das colónias, constituiu um notável factor de desenvolvimento urbano, precoce nos casos de Caminha, Viana e Baiona, e mais tarde, Vigo¹⁰. Pelo menos desde o séc. XIV (umas vezes confirmada por privilégios régios, outras vezes resultado de uma prática imemorial) existia entre as vilas a prática da vizinhança dupla: portugueses e galegos desfrutavam indistintamente do estatuto de vizinhos nas vilas do outro lado da fronteira, nomeadamente entre povoações mais próximas - La Guardia com Caminha; Monção com Salvaterra; todos os galegos em Valença; os de Tui e Baiona em todo o Portugal. Se por um lado, Portugal necessitava de madeira, pescado e panos de importação que a Galiza lhe proporcionava; por outro, esta precisava do sal português e estava interessada nos produtos algarvios e da região lisboeta - fruta e vinho para consumo e distribuição. Isto significava um comércio franco que se repercutia duramente nas finanças dos recebedores de impostos, uma vez que, salvo algumas mercadorias de grande distância (como o sal), a maior parte do tráfego destas pequenas vilas se fazia com as suas vizinhas da frente, com as quais se saltavam as barreiras fiscais.

Não é de estranhar que os oficiais régios e senhoriais do norte de Portugal estorvem continuamente o movimento de galegos e portugueses através da fronteira¹¹. A comprová-lo está a apresentação feita em conjunto pelos procuradores de Viana, Vila Nova (Cerveira), Valença e Caminha, nas cortes de Lisboa em 1456: “*Senhor em cada huu anno se carrega no rrio de minho*

⁷ ESPINOSA, 1972: 151

⁸ COSTA, 2000: 78

⁹ FERREIRA PRIEGUE, 1988

¹⁰ CAVACO, 1973: 54

¹¹ Sobre este assunto ver a obra de José Marques, nomeadamente MARQUES, 1994 e MARQUES, 2004.

pera frandes e pera aragam huu navyo e aly se ajuntavam as mercadorias de toda riba de minho comprando os mercadores da comarca a mayor parte das mercadorias asy as de hua parte como da outra de galiza e as traziam a esta parte e as carregavam no dicto navyo e depois que eram carregadas as davam em rrol ao almoxarife e asy dadas faziam novimento pera meyo do rio e ali tomava as outras mercadorias que alguus galegos que as queriam caregar e seguia sua viagem e ase costumou de sempre atee ora avera dous annos que gonçalo afonso voso coontador mandou que nenhum navio deste reino nom fretasse no dicto rio nem em galiza alguua mercadoria levasse nele nem trouxesse em o que recebemos grande agravo e vossas rendas e dizima nom rendem nada praza a vosa alteza mandar husar como se atee quy husou¹².

Curiosamente, a grande similitude de produtos de exportação e importação originou, quer situações de concorrência, face aos mercados externos, quer situações em que galegos e portugueses são reciprocamente intermediários no comércio com o estrangeiro. Ambos se encontravam no Mediterrâneo em competição directa, desde finais do séc. XIV e ao longo de todo o séc. XV. Os portugueses que mais frequentavam os portos levantinos com os seus pescados e couros eram os das vilas do norte: Caminha, Viana, Ponte de Lima e Vila do Conde. Portugueses e galegos chegam a Valência e Barcelona formando comboios de naus de um e doutro lado do Minho; as partidas fazem-se juntas, sendo frequente que mercadores galegos de portos com pouca capacidade de transporte utilizem os serviços dos patrões portugueses¹³. Nos inícios do séc. XVI, as ligações de Valência com Portugal começam a decair e a chegada de navios a este porto diminuem, no momento em que os interesses portugueses se viram para o Atlântico, para a exploração de África e das Índias. Nas ligações com Valência predominam Lisboa, Setúbal e o Algarve, nomeadamente Lagos. Os portos do norte mais activos são apenas Viana e o Porto, exportadores de couros, peixe salgado e de vinhos¹⁴. O estudo das apólices de seguros marítimos, efectuadas em Burgos, permitiu a Hilario Casado Alonso obter uma mais completa imagem das relações comerciais ibéricas, no séc. XVI: “Un primer ámbito es el que unía la costa cantábrica española com los puertos portugueses, donde contamos com 313 pólizas por valor de 169.650 ducados. Son seguros de mercancías cargadas en barcos vascos y santanderinos, más algunos de Oport, Vila do Conde y Viana do Castelo. Es una imporatante ruta de navegación de cabotaje en la que se transporta, sobre todo, hierro vasco y manufacturas europeas que eran redistribuídas desde los puertos españoles hacia Portugal. Allí, según los seguros burgaleses, eran intercambiados por la sal de Aveiro o Setúbal, y por las especias, azucares, colorantes y algodones adquiridos en Lisboa, Viana do Castelo y Oporto¹⁵”.

a) Peixe e Sal

É curioso como Portugal, exportador de grandes quantidades de pescado com as mesmas características, importe tanto pescado galego, e precisamente o façam as comarcas do Norte, as

¹² T.T. - *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 36, fl. 197, 2º dipl. Publ. in MARQUES, 1988: 574, doc. n.º 1171

¹³ FERREIRA PRIEGUE, 1988

¹⁴ GUIRAL-HADZIIOSSIF, 1986: 19

¹⁵ CASADO ALONSO, 2003: 218-219

mais dedicadas à salga. Nos mesmos meses em que as naus portuguesas saem com as suas sardinhas, congros e pescadas para o Mediterrâneo, navios galegos de pequena tonelagem sobem os rios, combinando a venda a bordo e o transporte terrestre e levando o pescado para povoações do interior. Elisa Priegue defende que a pesca seria mais rica em águas espanholas, pelo que os portugueses as frequentavam desde muito cedo¹⁶. A salga permitiu aumentar o raio das exportações galegas de pescado e iniciar o transporte marítimo, pelo este se dirigiu para as costas portuguesas e do sudoeste peninsular, essencialmente através dos mercadores de Santiago de Compostela, Noia, Muros e Pontevedra¹⁷. No séc. XVI os vizinhos de Vigo e outros portos compravam a sardinha no mar por grosso e remetiam-na para Portugal já salgada¹⁸. Com efeito, o peixe é, juntamente com a madeira, a moeda habitual com que os galegos pagam as aquisições de sal na costa norte portuguesa¹⁹. Em 1539, o corregedor de Valença pedia a D. João III que se fizesse, nesta vila, uma alfândega e outra na de Caminha, para melhor arrecadação dos direitos de vários géneros que vinham da Galiza para este reino, referindo explicitamente o pescado: “... *E assim me parece que se devia fazer na vila de caminha que outro si he duas léguas abaixo de vila nova per onde passa muito pescado que bem da galiza e não paga por não ouver hi officiais que arrecadem os rendimentos de sua alteza.*”²⁰. Em 1538, das embarcações estrangeiras fundeadas em Baiona, seis eram caravelas portuguesas carregando sardinha²¹.

Esta importação massiva de pescado galego tem sido comprovada por trabalhos relativos a outros centros portuários do noroeste português. Manuel Fernandes Moreira colocou esta questão: como explicar que, a partir de meados do século XVI, cinco sextos da sardinha consumida em Viana venha da Galiza? O investigador refere, que numa acta camarária de 1560, a propósito da exploração das águas nacionais por pescadores galegos, o facto se explica por haver poucos pescadores e poucos barcos e os galegos serem muitos e ricos²².

A documentação municipal de Baiona deu-nos a conhecer o circuito terrestre do pescado. Uma análise da cobrança da imposição sobre a sua compra nesta vila galega, para o ano de 1565²³, permitiu tecer as seguintes considerações:

‡ os compradores de nacionalidade portuguesa que adquiriram peixe em Baiona são de Monção (6); Caminha (3); Trancoso (1) e Lisboa (1);

‡ os três registos existentes para Caminha referem-se a mulheres, enquanto que em todos os outros casos os compradores são homens;

‡ este comércio é feito, na sua maioria, nos meses de Janeiro e Fevereiro.

Este levantamento, ainda que de resultados lacunares, acaba por atestar a realidade que já tínhamos descrito, relativamente a um abastecimento feito pelas populações da fronteira junto das vilas pesqueiras galegas. Atendendo à sazonalidade da pesca, que atinga a sua maior actividade,

¹⁶ FERREIRA PRIEGUE, 1988

¹⁷ GELABERT, 1981: 434

¹⁸ FANGUEIRO, 1984: 251-276

¹⁹ FERREIRA PRIEGUE, 1988

²⁰ Carta de 1539/08/08. T.T. - *Corpo Cronológico*, Parte 1ª, maço 65, doc. 30.

²¹ SAAVEDRA VÁSQUEZ, 2008: 6

²² MOREIRA, 1982: 129

²³ *Libro de la fiedad, 1565*. Publ. in GARCÍA ORO, PORTELA SILVA, 2003: 417-452

entre os meses de Setembro e Dezembro²⁴, é de todo coerente que o pescado seja adquirido logo nos primeiros meses do ano.

A documentação também nos informa sobre o circuito marítimo, que assume uma dimensão completamente diferente do terrestre. Em Junho, registou-se que um homem de Baiona levou 10 milhares de sardinha para Portugal; e que um comprador de Lisboa adquiriu, em Agosto, uma caravela de “*pescado de pasta*” para levar para Sevilha. Novamente, e de forma muito clara, o circuito marítimo envolve já outros portos de maior dimensão, como Lisboa, e um outro tipo de rotas, como o abastecimento da Andaluzia.

Curiosamente, os seguros marítimos efectuados em Burgos parecem contrariar as considerações acerca da participação quase exclusiva dos grandes portos do sul (de Lisboa, Setúbal e do Algarve) no abastecimento do Mediterrâneo. Vejam-se os seguros aí realizados por mercadores de Caminha. Em 1568, Gregório Felgueira, Pedro da Rocha e Afonso Mendes, residentes em Caminha, seguram uma nau carregada de sardinha e congro, destinada a Cartagena, Alicante e Valência, com origem em Vigo²⁵. Este registo testemunha a permanência da realidade que Elisa Ferreira Priegue atestara para os séculos XIV e XV. Segundo a autora: “Parte das mercadorias importadas da Galiza por Valência e Barcelona chegam em naus portuguesas, e vice-versa”²⁶. Ou seja, apesar do porto de Caminha não constar da rota do pescado, os seus mercadores participam directamente, efectuando o transporte entre a Galiza e o Mediterrânico.

Na mesma linha de acção, e apesar de termos constatado que o abastecimento da Galiza com o sal português se fazia, essencialmente, através do comércio directo com os centros produtores, ou através de Valença, centro de redistribuição para as localidades galegas do sul²⁷, não podemos, de forma nenhuma, concluir acerca da ausência de Caminha nesta importante rota. Em 1597 perante a presença de um navio carregado de sal na baía de Caminha, e estando vazios os alfólnis e os vizinhos da cidade e seu termo com grande necessidade do produto, mandaram requerer ao administrador de Pontevedra que se ordenasse ao navio ir descarregar a Tui, pois que aqui havia muita pescaria de sábado e falta de sal²⁸.

Podemos mesmo recuar a 1538, ano em que as notícias de depredações feitas pelos franceses em navios carregados de sal, e pertencentes a mercadores de vários portos, identificam Gabriel Afonso, mercador e vizinho de Caminha a transaccionar esse produto²⁹.

b) Têxteis

O comércio têxtil entre Portugal e Castela e a importação massiva de panos do Norte da Europa constituem uma das mais importantes linhas da história económica ibérica³⁰. O

²⁴ CASTIÑEIRA CASTRO, 1999: 7-30

²⁵ A.D.P.B. - *Consulado*, Livros 28, 37, 39, 41, 44, 46, 74, 95, 98, 99 e 101

²⁶ FERREIRA PRIEGUE, 1988.

²⁷ PINTO, 2006

²⁸ LÓPEZ GÓMEZ, 1985: 217

²⁹ T.T. - *Corpo Cronológico*, Parte 2ª, maço 221, docs. 85 e 90.

³⁰ Sobre este tema foi feito recentemente um ponto da situação no painel *Consumo e Redes de Comercialização Têxtil no Espaço Ibérico (Séculos XV - XVIII)* do “XXVII Encontro da APHES - Globalização: Perspectivas de Longo Prazo”. Lisboa, 16 e 17 de Novembro de 2007.

movimento das alfândegas do Entre Douro e Minho (desde Caminha a Aveiro) assinala este movimento comercial, nos quais se revelam protagonistas, produtos em circulação e espaços de contacto³¹. Um dos seus vectores a destacar é a intensidade de tráfico verificada entre estes portos do noroeste português e os da Galiza, envolvendo a troca de produtos como o sal, os cereais e o pescado³².

Relativamente ao espaço de fronteira aqui em análise, é perceptível que também este comércio assume igualmente um carácter não-oficial: um alvará régio de 9 de Setembro de 1551 denunciava que os mercadores ingleses, combinados com mercadores de Caminha e de Viana, em vez de irem, como era habitual, descarregar as suas mercadorias, nomeadamente panos, à cidade do Porto e às outras alfândegas da comarca de Entre-Douro-e-Minho, aportavam a Baiona e a outros portos galegos, donde avisavam os vianenses e caminhenses que lá lhas iam comprar, introduzindo-as depois em Portugal beneficiando da isenção de dízima³³. Elisa Priegue identificou também uma outra vertente deste comércio: a redistribuição que os portugueses faziam na Galiza do excedente de panos e outras mercadorias que traziam da Irlanda, no torna-viagem dos seus carregamentos de sal³⁴. Inserida neste circuito, uma nau foi vítima de corso, em Outubro de 1537, quando transportava vinho de Monção e roupa, desde Caminha até à Galiza³⁵. A documentação de Baiona atesta esta realidade, mas no sentido inverso: a procura de têxteis em Baiona, por parte dos portugueses. Em 1565, Francisco Franco leva para Caminha 4 panos de Londres e 2 buriéis; João Rodrigues compra 7 frisetas; e João Lopes compra 2 fardos de frisas, tudo para abastecimento de Caminha³⁶. Este tráfico apresenta também outra faceta: o transporte feito por embarcações inglesas e flamengas que prolongam as suas rotas desde Burgos até ao Porto, Vila do Conde e Lisboa, fazendo escala ao longo da costa espanhola e portuguesa. Estas paragens não eram, por norma, meramente técnicas, pelo que se aproveitava para descarregar, voltando a carregar com as mais variadas mercadorias³⁷. Os frades da Ínsua assistiram a este mesmo movimento mercantil registando que *“Em o ano de 1544, no dia da traladação de Santa Clara (...) entrou hua nau de ingleses carregada de panos (...) em véspera de todos os santos do mesmo ano saiu a mesma nau carregada de vinhos e saindo pela mesma barra (...)”*³⁸.

c) *Tabuado*

O censo naval de 1552 regista seis caravelas de Esposende que transportam tabuado de Caminha para Lisboa³⁹. Quer as descrições corográficas da época⁴⁰, quer os trabalhos que se

³¹ BARROS, 2007b

³² CASADO ALONSO, 2007

³³ PEREIRA, 2003: 12

³⁴ FERREIRA PRIEGUE, 1988

³⁵ FERREIRA, 1995: 349-365, Apêndice I: Assaltos Franceses (T.T. – *Corpo Cronológico*, Parte 2ª, maço 220, doc. 32).

³⁶ *Libro de la fieldad, 1565*. Publ. in GARCÍA ORO, PORTELA SILVA, 2003: 417-452

³⁷ CASADO ALONSO, 2007

³⁸ A.D.B. - *Cartorio muito antigo do Convento de Nossa Senhora da Ínsua de Caminha*.

³⁹ SOARES, 1989: 296

⁴⁰ BARROS, 1919

debruçam sobre os recursos florestais⁴¹, convergem para uma imagem do Entre-Douro-e-Minho como uma região abastecedora de espécies, nomeadamente o pinheiro manso, o carvalho e o sobreiro. Mestre António refere, em 1512, a riqueza desta região em “... *arvores muyto frutiferas e muii grandes, que se faz muita madeira tavoado para casas e para naos e para caixas que dão tavoado de cinco e seis palmos em ancho que abasta para a comarqua, e que levão sobre mar para outras partes muiitas*”⁴². Quanto à região de Caminha, Frei Miguel da Purificação confirma que “... *Cristelo é toda de carvalhos, sobreiros e pinheiros. Em Moledo, a mata do Camarido era toda de sobreiros e pinheiros que os de Caminha e Galiza cortaram e roubaram*”⁴³.

Esta denúncia parece ser corroborada por um acordo feito pela vereação caminhense, a 10 de Janeiro de 1562, para que não se “... *corte lenha nem sobreiros de nenhuma qualidade (...) pois que o ano passado ouvera ali muita instruição (destruição) de lenha que se cortou*”⁴⁴. Embora não seja referida a causa de tanto corte de madeira, apontamos o habitual aproveitamento dos ramos para cestaria e de certos componentes para arcos e tanoaria. Temos de considerar, também, que as espécies referidas, sobreiros e pinheiros, eram as tradicionalmente utilizadas na construção de navios⁴⁵, pelo que é de ponderar a possibilidade de a mata do Camarido ser uma fonte de abastecimento para esta actividade. A fortalecer esta hipótese estão as queixas de desflorestação apresentadas por centros portuários em contextos semelhantes. Refira-se o caso de Vila do Conde, no qual o desenvolvimento da construção naval é a explicação apontada muito claramente pela respectiva vereação⁴⁶.

Na mesma altura, em meados de quinhentos, o concelho galego de Viveiro, queixava-se do “disipado que estaban los montes” devido ao corte de madeira para exportação⁴⁷. Não podemos, no entanto, ignorar a possibilidade de a madeira ser expedida a partir de Caminha, mas ter outros pontos de origem, como, por exemplo, da Galiza, funcionando como porto de escoamento⁴⁸.

d) Redistribuição e transporte

A análise feita até agora da dinâmica mercantil da comunidade marítima de Caminha aponta para um raio de acção que se limita ao espaço ibérico. Mas quais as hipóteses de uma participação mais alargada, nomeadamente ao norte europeu, e, se esta existe, quais as suas características?

A Burgos, fazer um seguro marítimo, “vai desde o dono de um barco que segura o casco, a artilharia da embarcação, até ao simples mestre que segura os apetrechos de pesca ou mercadoria

⁴¹ DEVY-VARETA, 1985: 47-67 e OLIVEIRA, 1974

⁴² RIBEIRO, 1959: 441-460

⁴³ B.P.M.P. - *Reservados*, Ms. 543. PURIFICAÇÃO, Frei Miguel da - *Descrição da villa de Caminha*, fl. 74 e 74v.

⁴⁴ T.T., *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios*, lv. 3, fl. 175-175v.

⁴⁵ POLÓNIA, 2007a: vol. I, 290

⁴⁶ POLÓNIA, 2007a: vol. I, 291

⁴⁷ DUBERT, 2000: 265

⁴⁸ BARROS, 2004a: 511-513

miúda. Mas são, fundamentalmente, comerciantes, desde pequenos mercadores e/ou particulares, até aos elementos das grandes dinastias mercantis.⁴⁹ Sendo este o perfil dos contratantes portugueses que surgem nos seguros de Burgos, compreende-se a nossa expectativa em obter um resultado positivo para a presença de mercadores de Caminha. Um filtro feito a todo o universo documental não tardou em revelar alguns resultados afirmativos. O quadro 6 resume os registos que foram encontrados para contratantes de seguros, residentes em Caminha, e cujas mercadorias tinham como destino o norte da Europa. Temos consciência da sua reduzida presença quando comparada com outros portos do noroeste português, como o Porto ou Viana⁵⁰, mas não deixa de ser uma importante achega para o nosso estudo.

Quadro 1
Contratantes de apólices de seguros marítimos em Burgos,
residentes em Caminha (Norte da Europa)

Ano	Contratante	Origem	Destino	Mercadoria
1567	Pero da Rocha	Viana do Castelo	Antuérpia e Londres	açúcar e algodão
1569	Gregório Pita	Arosa	Antuérpia	açúcar e algodão
1570	Gaspar Fernandes Viegas	Baiona	Antuérpia	-
1570	Pero d'Oia	Viana do Castelo	Antuérpia	-
1572	Gaspar Fernandes Viegas	Baiona	Antuérpia	açúcar e algodão

Fonte: A.D.P.B. - *Consulado*, Livros 28, 37, 39, 41, 44, 46, 74, 95, 98, 99 e 101

Os resultados que este quadro sintetiza encaixam perfeitamente no esboço que temos vindo a fazer da comunidade marítima em estudo. Em primeiro lugar, continua a demonstrar uma acção conjunta com os portos que a rodeiam: Viana, Arosa e Baiona, imiscuindo-se nas suas frotas, e participando nos seus circuitos. Em segundo lugar, ocupa-se da redistribuição de produtos coloniais, como o açúcar e o algodão brasileiros, fazendo o transporte destes até ao norte europeu (nomeadamente, e quase exclusivamente, até Antuérpia).

Manuel Fernandes Moreira identificou alguns mercadores vianenses que estabeleceram verdadeiras redes de importação, distribuição, e escoamento do açúcar. Com armazéns e sede em Viana, estes grandes mercadores açucareiros faziam chegar o produto até aos seus correspondentes no norte da Europa⁵¹. Comprovadamente, os mercadores de Caminha estão inseridos nestas dinâmicas mercantis. Porém, a sua acção não se esgota na redistribuição de produtos brasileiros. O mesmo fundo documental regista um seguro feito em 1570, pelo caminhense Francisco Pires, de uma carga de figos, para ser transportada entre o Algarve e Bilbao. Este tipo de transporte era realizado já em 1536, ano em que uma embarcação de Caminha

⁴⁹ CASADO ALONSO, 2003: 221

⁵⁰ CASADO ALONSO, 2003: 223-224

⁵¹ MOREIRA, 1990: 206-207

é vítima de corso quando transportava figos de Tavira com destino a Antuérpia⁵². Refira-se ainda, em 1524, um outro navio também com origem em Caminha, e cujo mestre era João de Caminha. Desta vez o navio sofreu um ataque de corso na costa galega quando se deslocava às Astúrias para carregar ferro⁵³.

Estas ocorrências, ainda que casuísticas, não deixam de fornecer alguns apontamentos sugestivos quanto ao envolvimento de mercadores e transportadores de Caminha em circuitos comerciais que integram, mas extrapolam, o espaço ibérico.

e) Circuitos transatlânticos

Compreende-se agora que a participação do grupo de mercadores em estudo, nas mais variadas rotas, tem de ser seriamente considerada, principalmente em articulação com os centros portuários mais próximos. Uma das principais rotas identificadas por Hilario Casado Alonso foi a do Brasil, que fazia circular tecidos, alimentos e manufacturas europeias, em troca de açúcar e algodão brasileiros⁵⁴. Uma vez mais procuramos mercadores de Caminha envolvidos neste circuito. O quadro 2 apresenta os resultados obtidos:

Quadro 2

Contratantes de apólices de seguros marítimos em Burgos, residentes em Caminha
(Rota do Brasil)

Ano	Contratante	Origem	Destino	Mercadoria
1568	Gregório Pita; Diogo da Rocha Palacios e Pero da Rocha	Caminha	São Salvador da Baía	vinho
1569	Gregório Pita e Pero da Rocha	São Salvador da Baía	Viana do Castelo/Vigo	açúcar, algodão e melação
1570	Pero Frois	Viana do Castelo	Baía e Porto Seguro	panos de linho, panos de Castela e 20 cobertores
1570	Pero Frois	Viana do Castelo	Baía e Porto Seguro	panos de linho, ferramentas, sedas, ferro, cobertores de Castela
1570	Pero Frois	Viana do Castelo	Baía e Porto Seguro	vinho e linho
1571	Pero Frois	São Salvador e Porto Seguro	Viana do Castelo	açúcar e algodão
1571	Pero Frois	Porto Seguro	Viana do Castelo	açúcar, algodão e pau Brasil
1571	Pero Frois	Porto Seguro	Viana do Castelo	açúcar e algodão
1579	Gregório Pita e Francisco da Rocha Palacios	São Salvador da Baía	Viana do Castelo	açúcar e algodão

Fonte: A.D.P.B. - Consulado, Livros 28, 37, 39, 41, 44, 46, 74, 95, 98, 99 e 101

⁵² FERREIRA, 1995: 349-365, Apêndice I: Assaltos Franceses (T.T. — *Corpo Cronológico*, Parte 2º, maço 210, doc. 95)

⁵³ FERREIRA, 1995: 415-417, Apêndice III: Maus tratos

⁵⁴ CASADO ALONSO, 2003: 218-219

Novamente, o facto de a esmagadora maioria dos seguros efectuados não envolverem partidas ou chegadas das embarcações ao porto de Caminha, não impede a participação dos seus agentes na rota dos produtos brasileiros. A proximidade a Viana, onde uma maior facilidade de escoamento para os centros europeus fez que por aqui passasse uma parte do açúcar consumido na Europa, permitiu a Caminha absorver o dinamismo deste grande circuito mercantil.

“A residência dos mercadores e as parcerias criadas para o tráfego e tráfico brasileiro questionam uma observação compartimentada dos portos”⁵⁵. Com efeito, a grande aceitação do açúcar nos mercados internacionais tornam-no apetecível, e provoca a adopção de estratégias que agilizem a sua distribuição. No Porto, à semelhança do que vimos em Viana, verificou-se uma organização de mercadores em torno deste comércio⁵⁶. De uma forma geral, os agentes mercantis descolam-se do seu enquadramento portuário, para se movimentarem em todos os espaços por onde passa o produto (ou seguirem o seu movimento através de correspondentes e parceiros comerciais estrategicamente colocados).

Se recuperarmos as informações do quadro relativo ao norte europeu testemunhamos a presença de agentes de Caminha nas várias etapas da comercialização dos produtos brasileiros: vão buscá-los à origem, fazem a sua redistribuição no espaço europeu, e recolhem têxteis e vinho que levam de novo para o Brasil. Desta forma, são também os protagonistas das ligações entre “Portugal e os portos europeus de Bordéus, Nantes, Ruão, Londres, Hamburgo e Antuérpia. É a troca das especiarias por produtos manufacturados, sobretudo têxteis”⁵⁷.

No *Livro das navegações e comércio de Viana*, testemunho por excelência do comércio marítimo quinhentista deste porto, encontramos os mesmos produtos e proveniências que até agora temos enumerado: panos do norte europeu; açúcar e vinhos da Madeira; pão das ilhas; ferro das Astúrias; sardinha e fruta da Galiza; bacalhau da Terra Nova; açúcar e algodão brasileiros⁵⁸. Não ignorantes desta vitalidade, os caminhenses parecem abarcar todos os seus sectores.

Em 1523 um navio com origem em Vila do Conde é assaltado por corsários, próximo de Viana. Tinha estado nos Açores e dirigia-se para Inglaterra, tendo os corsários levado dinheiro, pastel, o navio, e um homem de Caminha que foi “*açoutado e desorelhado*” por não lhes dizer onde estava o dinheiro.⁵⁹ No ano de 1575 João Lopes, mercador e morador em Caminha, faz uma procuração a seu sobrinho, Francisco de Brito, morador na Ilha da Madeira para que, em nome dele recebesse todas as dívidas, dinheiro e mercadorias que aí lhe deviam⁶⁰. Com efeito, para além do comércio brasileiro, os mercadores dos portos nortenhos especializaram-se no das ilhas da Madeira e Açores.

Se assumirmos que os contextos sejam comuns a Entre-Douro-e-Minho, e baseando-nos no que está dito para Vila do Conde, para os arquipélagos da Madeira e Açores, levava-se do

⁵⁵ COSTA, 2000: 82-84

⁵⁶ BARROS, 2007b: 33

⁵⁷ CASADO ALONSO, 2003: 218-219

⁵⁸ MOREIRA, 1982: 125-126

⁵⁹ FERREIRA, 1995: 415-417, Apêndice III: Maus tratos

⁶⁰ CEDOPORMAR/A/a/a/02/001/0795 – *Notariais Vila do Conde*, 1º cart., 1 sr., lv. 7, fl 26-27

reino, sal, tecidos em peça, beatilhas, couros, linho, estopa, a par de roupas variadas. Da Madeira trazia-se vinho, conservas, marmelada e, acima de tudo, açúcar, enquanto dos Açores provinham pastel e trigo, para além de ouro, este certamente como forma de pagamento de produtos aí vendidos⁶¹.

E para que a lista de produtos e circuitos se complete, em 1579, Simão Dias e António Fernandes, mercadores de Caminha, Manuel Dias, mercador de Vila do Conde e Gaspar Dantas, mestre e piloto, também de Caminha, obrigam-se como parceiros no aparelhamento da nau *Nossa Senhora da Esperança*, com partida marcada para a Terra Nova, para ir à pesca do Bacalhau⁶².

Claramente, a vitalidade mercantil de uma comunidade marítima, como Caminha, ultrapassa em muito o seu espaço portuário. O dinamismo dos portos do noroeste português assentou na sua complementaridade, e na forma como coordenaram a sua participação no período da expansão. Esta tese encontra no comportamento dos agentes caminhenses mais um comprovativo. Apontamos para a existência de centros portuários de média dimensão, articulados entre si, e em torno dos quais gravitam mercadores de localidades costeiras mais pequenas. Estes homens associam-me entre si, ou a mercadores de maior capital, criando parcerias capazes de investimento. A sua acção é bastante heterogénea: ocupam-se da importação dos produtos, da sua colocação nos mais variados mercados, e até mesmo da sua reexportação.

FONTES:

CEDOPORMAR – Núcleo Informacional “Vila do Conde Quinhentista”

Notariais Vila do Conde

1º Cartório, 1 série, livro 7, fl. 26-27

1º Cartório, 1 série, livro 9, fl. 46-48

Archivo Diputación Provincial de Burgos

Consulado, Livros 28, 37, 39, 41, 44, 46, 74, 95, 98, 99 e 101

Torre do Tombo

Corpo Cronológico, Parte 1ª, maço 65, doc. 30

Corpo Cronológico, Parte 2ª, maço 221, docs. 85 e 90

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, lv. 3, fl. 175-175v.

Arquivo Distrital de Braga

Cartorio muito antigo do Convento de Nossa Senhora da Insua de Caminha.

⁶¹ POLÓNIA, 2007a: vol. II, 59

⁶² CEDOPORMAR/A/a/a/02/001/0996 – *Notariais Vila do Conde*, 1º cart., 1 sr., lv. 9, fl. 46-48

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Reservados, Ms. 543 - PURIFICAÇÃO, Frei Miguel da - *Descrição da villa de Caminha*.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Inês, 1997, *Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII: 1690-1814 - estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, C.C.R.C.
- BARROS, Amândio Jorge Morais, 2004a - *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvores dos tempos modernos*, Porto, [Dissertação de doutoramento policopiada]
- BARROS, Amândio Jorge Morais, 2007b - *O negócio atlântico: as redes comerciais portuenses e as novas geografias do trato internacional (séculos XVI-XVII)*. "Revista da Faculdade de Letras. História", Porto, F.L.U.P., III Série, vol. 8, p. 29-47
- BARROS, João, 1919 - *Geografia Dentre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, Porto, B.P.M.P.
- CASADO ALONSO, Hilario, 2003 - *Los seguros marítimos de Burgos. Observatorio del comercio internacional portugués en el siglo XVI*. "Revista da Faculdade de Letras. História", Porto, F.L.U.P., III Série, vol. 4, p. 213-242
- CASADO ALONSO, Hilario, 2007 - *El comercio entre Castilla y Portugal en el siglo XVI como factor de integración: el caso de los tejidos*. Comunicação apresentada no "XXVII Encontro da APHES - Globalização: Perspectivas de Longo Prazo", Lisboa, 16 e 17 de Novembro de 2007
- CASTIÑEIRA CASTRO, Víctor Manuel, 1999 - *El litoral gallego y el abastecimiento de sal a mediados del s. XVI*. "Obradoiro de Historia Moderna", Santiago de Compostela, U.S.C., n.º 8
- CAVACO, Carminda, 1973 - *A região de fronteira do rio Minho*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos / Instituto de Alta Cultura
- COSTA, Maria Leonor Freire, 2000 - *O transporte no Atlântico: as frotas do açúcar (1580-1663)*, Lisboa, [Dissertação de doutoramento policopiada]
- DEVY-VARETA, Nicole, 1985 - *Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a "coutada velha" do rei*. "Revista da Faculdade de Letras. Geografia". Porto: F.L.U.P., I Série, Vol. I
- DUBERT, Isidro, 2000 - *Corsarismo francés, poder real y política imperial en Galicia durante el reinado de Carlos V* in "El Reino de Galicia en la época del emperador Carlos V", coord. Antonio Eiras Roel, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p. 261-299
- ESPINOSA, Fernanda, 1972 - *Escritos históricos*, Porto, Porto Editora
- FANGUEIRO, Oscar, 1984 - *Relações pesqueiras e comerciais luso-galegas* in "Colóquio de etnografia marítima", Galiza, Museo do Pobo Galego / Consellería de Pesca, p. 251-276
- FERREIRA, Ana Maria Pereira, 1995 - *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do séc. XVI*, Redondo, Patrimonia

- FERREIRA PRIEGUE, Elisa, 1988 - *Galicia en el comercio marítimo medieval*, Galiza, Fundación “Pedro Barrie de la Maza”
- GARCÍA ORO, José; PORTELA SILVA, María José, 2003 - *Baiona de Miñor en sus documentos: Actas municipales correspondientes al siglo XVI*, Pontevedra, Diputación Provincial de Pontevedra
- GELABERT GONZALEZ, Juan E., 1981 - *Relaciones mercantiles de la Galicia Litoral segun escrituras notariales del siglo XVI* in “La historia social de Galicia en sus fuentes de protocolos”, coord. A. Eiras Roel, Santiago de Compostela, USC, p. 431-448
- GUIRAL-HADZIOSSIE, Jacqueline, 1986 — *Valence: Port méditerranéen au XV siècle (1410-1525)*, Paris, Publications de la Sorbonne
- LÓPEZ GÓMEZ, Pero, 1985 - *Tui y su Archivo en el siglo XVI según el “Libro antiguo” de la ciudad* in “La ciudad Hispánica durante los siglos XII al XV”. Actas do Colóquio, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense
- MARQUES, João Martins da Silva, 1988 - *Descobrimientos portugueses*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura
- MARQUES, José, 1994 - *Relações económicas do Norte de Portugal com o Reino de Castela, no século XV*, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT
- MARQUES, José, 2004 - *A fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota, na Idade Média* in “Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos”, Porto, F.L.U.P. vol. 2, p. 697-712
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, 1982 - *O medo da peste em Viana da Foz do Lima*. “Caminana”, Caminha, ano IV, Dezembro de 1982, n.º 7
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, 1984 - *O porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, 1990 - *Os mercadores de Viana e o comércio do açúcar brasileiro no século XVII*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo
- OLIVEIRA, Aurélio de, 1974 - *A abadia de Tibães e o seu domínio (1630-1680). Estudo social e económico*, Porto, F.L.U.P.
- PEREIRA, João Cordeiro, 2003 - *Portugal na Era de Quinhentos*, Patrimonia Historica, Cascais
- POLÓNIA, Amélia, 1999 - *Vila do Conde: um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, Porto, [Dissertação de doutoramento policopiada]
- POLÓNIA, Amélia, 2007a – *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local: O porto de Vila do Conde no séc. XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- PINTO, Sara, 2006 - *O rio Minho nas rotas do sal: o abastecimento da Galiza na segunda metade do séc. XVI* in “A articulação do sal português aos circuitos mundiais – antigos e novos consumos”. Comunicação apresentada no II Seminário Internacional sobre o Sal Português, Aveiro/ Figueira da Foz/Leiria, 19, 20 e 21 de Outubro de 2006.

- RIBEIRO, Luciano, 1959 - *Uma descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António (1512)*. “Boletim Cultural da C.M.P.”, Porto, C.M.P., vol. XXII
- SAAVEDRA VÁSQUEZ, María del Carmen, 2008 – *El comercio marítimo de Baiona en la segunda mitad del siglo XVI*. Revista “Obradoiro de Historia Moderna”, Santiago de Compostela, nº 17
- SOARES, Franquelim Neiva, 1989 - *Vida económico-marítima da região entre o rio Neiva e Póvoa de Varzim nos finais do século XV: Os portos de Esposende, Fão e Póvoa de Varzim* in Actas do “Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época”, Porto, Universidade do Porto, vol. III, p. 281-318
- TEIXEIRA, Pedro - *Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*. (1634)

Rila Mukherjee¹

The struggle for the Bay: The life and times of Sandwip, an almost unknown Portuguese port in the Bay of Bengal in the Sixteenth and Seventeenth Centuries

A B S T R A C T

This article places Sandwip, a lesser known salt trading island and port in the Bay of Bengal within the nexus of global trade and politics in the seventeenth century. Sandwip is now a part of Bangladesh but at the time under review it was successively part of the medieval kingdoms of Bengal, Tripura and Arakan. Sandwip was, briefly, held by the Portuguese and is referred to in Portuguese annals as a 'minor' settlement, part of their 'informal empire' in the Bay. The article argues that we should not read such settlements of the Portuguese in Southasia as 'formal' or 'informal', 'minor' or 'major', and make thereby artificial distinctions between categories. We need to, instead, refocus and study Portuguese expansion as a multi pronged enterprise in which local exigencies and imperial vision were braided all over the Bay of Bengal.

Introduction

George Winius, in his analysis of the Estado da Índia, made a distinction between the formal Portuguese administration over overseas possessions emanating from Goa and the 'informal empire' that the Portuguese established in the Bay of Bengal². This latter, he claimed, was a unique experiment carried out by merchant adventurers, missionaries, sailors and pirates with little formal sanction from Goa and Portugal. The general perception of this 'informal empire' is that it was formed of renegades. But Sanjay Subrahmanyam claimed that this informal empire, what Winius called the 'shadow empire', was surprisingly successful in extending trade from the Bay of Bengal to Malacca, Macau and beyond³.

Many of the 'minor' settlements from the 'informal' empire were commercially dynamic. The careers of the Portuguese Domingos Carvalho, Manuel de Mattos, Filipe de Brito de Nicote and Sebastiao Gonçalves y Tibau at Sandwip (and Syriam) show that these 'minor' settlements were a mix of these categories and therefore something in between 'formal' and 'informal', 'major' and 'minor'.

¹ Professor of History, Department of History, School of Social Sciences, Hyderabad Central University, Hyderabad, India. This article is a tribute to my mother, the indologist Dr. Prabhati Mukherjee, who was born in this area in 1920 and who passed away, even while I was writing this paper, on April 8 2008.

² WINIUS, 1983.

³ SUBRAHMANYAM, 1990.

The Bay of Bengal, on the Indian side, has two coastal areas significant for trade: one is the Coromandel, roughly the strip running from the south of present Orissa state on the eastern seaboard to Madras (present Chennai in India), this is the area studied by Subrahmanyam. This was the area that had millennia old links with Southeast Asia and China.

The other is Bengal, the area where the Portuguese first sent missions in the beginning of the sixteenth century⁴. As early as 1509, ships following Vasco da Gama had heard of the wealth of the chief eastern port of Bengal: Chhattagrama⁵. This was the emblematic outlet of the kingdom of Bengal, which the Portuguese later christened Porto Grande.

We should keep in mind that the Bengal ports traded more with the Burmese coast and less with Southeast Asia, as compared to the Coromandel ports, because the northern Bay was subject to cyclones. Sailing here was more of a coastal nature than the transoceanic kind that emanated from the Coromandel ports. The other difference from the Coromandel coast is that the major part of the Bengal coast is an unstable delta stretching from Sagor near present Calcutta up to Sandwip near Chhattagrama, for this is a coast carved by rivers, forming many islands and sandbanks (called *chars*) along their route. The fluvial network of Bengal resembles a high tension spider's web⁶. This distinctive coast, patterned by creeks and inlets through which the rivers flow into the Bay, impacted significantly on the nature of Portuguese expansion in the north Bay of Bengal. Then 'empire' here was based on small islands, *chars* (sandbanks), and the marshy delta, with river channels providing the chief means of communication. Hence ports held by the Portuguese here were riverine rather than ports on the open sea, and this peculiar location dictated a robust, effective and durable relation with the hinterland—both economically and politically. Portuguese historians and writers, cartographers and travellers kept this distinctive seascape in mind when commenting on the Bengal coast⁷.

There are three main arguments in this essay. One is that medieval Sandwip should be seen as part of the Arakan commercial system rather than as part of the trading system of Bengal. Sandwip's position as an autonomous Portuguese held island in the Bay of Bengal is therefore somewhat distinctive and sheds a new light on Portuguese 'informal' expansion in the Bay.

The second argument is that we need to add another dimension to the standard typology of the Portuguese settlements in India as formal/informal and major/minor. Our survey of Sandwip shows that it straddles both categories in its multiple roles: as gateway, as commercial depot, as port, as offensive launch pad, as defensive site and as strategic node.

Finally, this essay highlights the pivotal role played by lesser ports at a time when the map of the world was not drawn in favour of nation states and their more famous maritime gateways; and when small coastal kingdoms challenged the expansive ambitions of interior empires. Thus fairly insignificant ports played a role in determining the fortunes of both Asian and European commercial powers.

⁴ BOUCHON and THOMAZ, 1998.

⁵ THOMAZ, 1995.

⁶ MUKHERJEE, 2006a : 208.

⁷ CAMPOS, 1919; BOUCHON and THOMAZ, 1998; CAMÕES, 2004; BARROS, 1552-1616.

I. Introducing Sandwip

Sandwip is an island in present Chattagrama district in Bangladesh. It is located to the south of Chattagrama town. In the sixteenth and seventeenth centuries this region comprised the southeastern part of the province of Bengal. The southeastern part of Bengal is the delta, known as *bhati* or lowlands, and local rulers, known as the delta *rajās*, ruled the delta from the ports of the kingdom of Chandecan (Sagor, south of present Kolkata), Sripur (near Dhaka), Bakla (Bakergunge, also near Dhaka) and sometimes Sandwip. Chattagrama, to the far east of the delta, was sometimes also held by Tripura, a powerful medieval state, sometimes by Bengal and sometimes by Arakan, yet another important state to the east of Bengal. Chattagrama's history, therefore, is truly multi cultural.

Until the end of the sixteenth century, Bengal was an independent regional state ruled by the Husain Shahi sultans. In 1538 the Husain Shahis were defeated by the Afghans under Sher Shah, and Sher Shah himself was defeated by the Mughals in 1576. At the turn of the seventeenth century southeastern Bengal was conquered, the delta *rajās* defeated, and the whole state made a province of the Mughal empire. The sixteenth century, therefore, saw many powers in this area and in the period under review, Bengal's eastern borders remained very fluid.

Medieval Sandwip, called 'Sundiva', lay to the extreme east of the Bengal delta, in the area contiguous to the powerful medieval state of Arakan. It was not under the control of either the Husain Shahis or the Mughals, on the contrary it was held by the kings (*rajās*) of the delta and frequently by Arakan. Independent during the period under study, Arakan itself was absorbed into Burma (present Myanmar) in 1785. Lying in the shadowy frontier area between the states of Bengal and Arakan, Sandwip was therefore a contested area for local kings (delta *rajās*), the sultans of Bengal, the Afghans and the Mughals, on the one hand, and the Portuguese, the Arakanese and the Burmese kings on the other hand. Because it so often changed hands, and because it lies beyond national frames, the history of Sandwip is difficult to recover.

Travellers have left behind accounts of Sandwip, which lay on the route from Bengal to Pegu in Lower Burma. Nicolo di Conti passed this way in 1421-22 but since he does not mention Sandwip we assume that its importance postdates his visit⁸. The area is also not mentioned in one of the first Portuguese accounts of Bengal, dated 1521⁹.

Sandwip appears on the historical stage between 1521 and 1569. In 1569, Frederici sojourned here for forty days on his way back from Pegu and found it a very pleasant place, well run by a Muslim governor¹⁰. Ralph Fitch too travelled this way in 1586¹¹. Soon after, Alexander Hamilton noted that a rupee spent at Sandwip yielded 580 lbs. of rice or eight geese or sixty poultry¹². Sandwip possessed a diverse economy: it not only served as a refitting station for

⁸ DE' CONTI, 2004.

⁹ BOUCHON and THOMAZ op.cit.

¹⁰ FREDERICI, 2004: 154.

¹¹ FITCH, 2004.

¹² HAMILTON, 1744, II: 23.

riverine traffic, but was also a source of many trade goods, such as rice, grain and cottons. Also, Sandwip was the major source of salt for much of the Bay of Bengal, exporting two hundred boatloads of salt each year¹³.

Cartography, too, gives us a clue to the importance of Sandwip. It is marked in de Barros' Map of Bengal in *Quarta Decadas da Asia* (Lavanha edition of 1615) and shown but not named in both Gastaldi's 1561 *Map of Asia* and Linschoten's map of 1596. Moreover, Dutch and French cartographers continued to represent it on their maps until 1747: Johann and Cornelius Blaeu in 1638 and Johannes Jansson in 1639 as well as in subsequent editions throughout the 1640s and 1650s, Nicholas Visscher in 1660, 1670, Nicholas Defer around 1685, Sanson *fls* (Nicholas Sanson d'Abbeville) in 1705/1720, and Bellin in 1747 marked 'Sundiva'¹⁴. This is clearly indicative of the importance of Sandwip to Europeans.

Portuguese literature mentions this area as well. In *Os Lusíadas* (1572, Tenth Canto, Stanza 1), Luis Vaz de Camões writes¹⁵:

121

GANGES, in which his Borderers dye lav'd;
 Holding it as a certain principle
 That (be they ne're such Sinners) they are sav'd,
 Bath'd in those streams that flow from *Sacred Well*.
 The City CATHIGAN would not be wav'd,
 The fairest of BENGALA: who can tell
 The plenty of this *Province?* but *it's post*
 (Thou seest) is *Eastern*, turning the *South-Coast*.

122

The *Realm* of ARRACAN, *That* of PEGU
 Behold, with *Monsters* first inhabited!

II. Sandwip's Historical Moment

The received history of Bengal emphasizes Pipli, Balasore, Hugli, Chattagrama and Dianga as Portuguese dominated ports on the Orissa-Bengal-Arakan coast. Not surprisingly, many of the above have been labelled 'pirate ports' and slave marts, as Portuguese activity on the eastern coast was not under the control of the Estado da India. As with other 'minor' settlements Sandwip is hardly ever mentioned, neither in histories of Bengal, nor in the annals of Portuguese expansion in Asia.

¹³ CAMPOS, op.cit: 67. See too, TEIXEIRA and SINCLAIR (trans.) 1902, "Nevertheless some ships, and specially those from Cochin, take it in as ballast, and carry it to Bengal, where scarcity gives it a value. For in all the lands thereabouts is no salt made, but in the Isle of Sundiva alone": 164-169.

¹⁴ BLAEU, 1638; JANSSON, 1639; VISSCHER, 1670; DE FER, c. 1685, SANSON, c. 1705; BELLIN, 1747-61.

¹⁵ CAMÕES, op.cit: 163-164.

Sandwip's career was somewhat different from Pipli, a notorious slave port, partly due to its location but mostly by way of political factors. Sandwip was a defensive port under the delta *rajas*, the Mughals and the Arakanese that later became a slave raiding island and port under a combination of Arakanese-Portuguese raiders known as *magh*. It was also a salt producing island. Trade in salt was very important in the Bay and the Portuguese in Bengal were not slow to seize this advantage.

The importance of this area dates at least from the sixteenth century. The Portuguese travel account of 1521 notes that it was a very urbanized zone, with market towns succeeding each other at small intervals: Aluia, Jugdia, Gacala, Meamgar and Noamaluco¹⁶. But Sandwip is not mentioned in this account, as we have already noted. The Portuguese account also notes that despite being a fertile region, producing rice and sugar cane, despite being a highly urbanized zone, experiencing great riverine and maritime traffic and producing black and white fabric that was sold in the numerous shops of the area, it was also an area of startling contrasts, swampy one moment and full of clear lakes the next¹⁷. It was also heavily infested with pirates and some of the islands were completely uninhabited¹⁸. Was Sandwip one such?

We are therefore not very certain to which power Sandwip belonged at the start of the sixteenth century; it is likely that it was held by the medieval state of Tripura, for we know that in 1516 Husain Shah conquered Chattagrama from Tripura. The first half of the century was turbulent for this region. From the 1540s Bengal politics was in disarray and its trade greatly diminished in the 1570s when the province passed into the hands of the Mughals. In the absence of a central authority, 'trade coins' minted at Chattagrama passed as legal tender¹⁹. This fall off of trade benefitted Arakan. At the beginning of the sixteenth century the flowering of Arakanese trade was hampered by Bengali domination of the trade of the north Bay, now this obstacle was removed.

Michael Charney writes²⁰:

"The Portuguese replaced Bengalese control of trade with the Portuguese pass system, in which any ship trading in the Bay of Bengal had to buy a Portuguese pass or face destruction at sea; by 1537, the Portuguese "commanded the whole sea-board from Orissa to Chittagong." Rather, the Portuguese trading system should be seen as a new system rather than a free system. That is, the Bengalese wanted to maintain their ports as the sole sources of trade goods at the expense of Arakanese exports and thus Bengalese control of Bay of Bengal trade meant to Arakan, the suppression of indigenous commodity exports. The Portuguese, however, wanted competition of sources of trade goods, to lower the prices at which Portuguese traders bought goods, while providing Portuguese traders with increased numbers of markets at which they could sell their own trade goods (which increased both demand and profit). The Portuguese system, then, encouraged Arakanese exports as opposed to the Bengalese 'system' which suppressed Arakanese exports with which Bengalese exports competed. This must have revolutionized the Arakanese trading system".

¹⁶ BOUCHON and THOMAZ, 1998: 310-311.

¹⁷ Ibid. : 309, 316.

¹⁸ Ibid. : 311.

¹⁹ MUKHERJEE, 2006 b: 137.

²⁰ CHARNEY, 2005/1993: 1011.

Portuguese Sandwip's life starts in 1590. In that year the Portuguese at Chattagrama fought the Arakanese under their new governor, Min Nala, and captured the fortress of Chattagrama. Antonio de Souza Godinho, who led the attack, soon forced the island of Sandwip to be tributary to the Portuguese trading establishment at Chattagrama.

But the island remained a virtual non-man's land, with Portuguese authority in force in some places, but with Mughal as well as local (delta kings) control there. The Mughal fort remained. Kedar Rai, the delta *raja* at Sripur who held Sandwip and who had been dispossessed of it by the Mughals also still maintained his overlordship of Sandwip. Moreover, Kedar Rai still claimed the island's income. This ambiguous status was to haunt Sandwip's career as port and settlement. In 1602, the Mughals were defeated and Sandwip was brought under complete Portuguese control by Domingos Carvalho, one of Kedar Rai's Portuguese employees. Kedar Rai claimed to have 'liberated' Sandwip from the Mughals²¹.

The people of Sandwip now rebelled against the Portuguese soon after and were besieged in the former Mughal fortress. Carvalho was forced to ask the Portuguese at Chattagrama and Dianga for help. Manuel de Matos, the leader of the Portuguese at Dianga, led four hundred men in support of Carvalho. Since Carvalho and Matos had together defeated Sandwip, they each took half of the island to govern, and it is likely that Kedar Rai still maintained authority over Sandwip.

Angry at the Portuguese, and fearful of being stuck between different Portuguese strongholds in Chattagrama, Dianga and now Sandwip, Min Yazagyi, king of Arakan who claimed Sandwip, now sent to the island a force of 150 *jalias* 'in which there some catures and other great ships, with many *falcões* and *cameletes*'.²² Further, Kedar Rai made an alliance with Min Yazagyi and sent 100 *coses*, (light boats suitable for fighting on the rivers and not at sea) against Sandwip as well. This supports our view that Kedar Rai still retained some control over Sandwip. The Portuguese won this battle in 1602.

In response the Arakan king harassed Portuguese Jesuit and Dominican missionaries. Francisco Fernandes of the Company of Jesus was stripped, blinded, shackled, and then thrown into prison where he died on November 14, 1602²³. The four fathers of the Jesuit mission on Sandwip, led by Father Brasio Nunes, left their church on Sandwip and moved to Bengal. In 1603 Arakan attacked Sandwip once again, but lost. Soon after, another *raja* of the delta, Pratapaditya of Chandecan and Sagor, the most powerful delta *raja*, and one who had expansionist ambitions over the delta, beheaded Carvalho and sent his head to the Arakan capital at Mrauk-U. This ended the Carvalho period of Sandwip and the first Portuguese phase of its life.

Carvalho had written to the Portuguese government offering Sandwip as a new Portuguese possession. The viceroy had accepted hoping, no doubt, that Carvalho and Matos would at least try to bring the large number of scattered and autonomous Portuguese in Bengal back into the service of the *Estado da India*. The Portuguese king, as reward, presented to Carvalho and Matos

²¹ MUKHERJEE, 2006a: 334.

²² GUERREIRO, 1930, I: 286, in CHARNEY 2005/1993: 1051.

²³ CHARNEY, 2005/1993: 1052.

the Order of Christ as well as making them *Fidalgos da Casa Real*. This indicates that the 1602 conquest of Sandwip was regarded as official and that the Portuguese crown accepted it as a crown possession.

Meanwhile, de Brito's star was rising at the Arakan court under Min-razagri, and he planned to take over the whole coast stretching from Sandwip to Syriam. We will turn to de Brito later, let us now see the peculiar environmental factors creating Sandwip's its strategic location and also its isolated position.

III. The Coastal Dynamic

Sandwip lies in the maximum cyclone prone area of Bangladesh. It is located in the southernmost part of the country and is open to the Bay of Bengal. As island, Sandwip is at the center of Bangladesh's Meghna estuary. The Meghna network links up with the Brahmaputra and thereby gains access through India's north east into Tibet on the west and northern Burma and China (Yunnan) on the east. It was therefore a significant communication route from early times and some scholars speculate that the fabled early medieval port of Samandar that Arab mariners and merchants spoke of lay on this route. Others have speculated that Sandwip itself is Samandar²⁴. In fact, Sandwip may have an even earlier lineage: Bhattasali located the Chryse of then *Periplus of the Erythraean Sea* at Sandwip²⁵.

Sandwip lies between 22°16' and 22°43' north latitude and 91°23' and 91°40' east longitude. To its north lies mainland Bangladesh, to its south the Bay of Bengal, to its east the Sandwip Channel, and to its west the Hatia Channel. Bangladesh's location and its hydro morphological process have influenced the formation of this funnel-shaped coastal area, which is vulnerable to tropical cyclones and storm surges. The country's climate is mainly controlled by the funnel-shaped coast in the south and the Himalayas in the north and it has been estimated that the Noakhali-Chattagrama coast, where Sandwip is located, has a 40% plus frequency of cyclones as compared to other parts of the coast (ranging from 16% to 27%)²⁶.

Cesare Frederici, who underwent a cyclone on the Bengal coast in 1569 writes of his experience thus²⁷:

"I went a boord of the ship of Bengala, at which time it was the yeere of oftentimes, there are not stormes as in other Countries; but every ten or twelve yeeres there are such tempests and stormes, that it is a thing incredible, but to those that have seene it, neither doe they know certainly what yeere they will come.

Unfortunate are they that are at Sea in that yeere and time of the Touffon (*touffan-word denoting cyclone, author*), because few there are that escape that danger. In this yeere it was our chance to bee at Sea with the like storme, but it happened well unto us, for that our ship was newly over-plancked, and had not any thing in her save victuall and balasts, Silver and Gold, which from Pegu they carrie

²⁴ MOHAR ALI, 1985, 1A: 32-3.

²⁵ BHATTASALI, 1946: 250-52; CASSON, 1989.

²⁶ PAUL and RAHMAN, 2006, 199 – 215: 201; GLANIUS, 1682.

²⁷ FREDERICI: 152-3.

to Bengala, and no other kind of Merchandize. This Touffon or cruel storme endured three dayes and three nights: in which time it carried, away our sayles, yards, and rudder; and because the ship laboured in the Sea, wee cut our Mast over-board: which when we had done, shee laboured a great deale more then before, in such wise, that she was almost full with water that came over the highest part of her and so went downe: and for the space of three dayes and three nights, sixtie men did nothing but hale water out of her in this wise, twentie men in one place, and twentie men in another place, and twentie in a third place: and for all this storme, the ship was so good, that she tooke not one jot of water below through her sides, but all ranne downe through the hatches, so that those sixtie men did nothing but cast the Sea into the Sea. And thus driving too and fro as the wind and Sea would, wee were in a darke night about foure of the clocke cast on a shold: yet when it was day, we could neither see Land on one side nor other, and knew not where we were. And as it pleased the Divine power, there came a great wave of the Sea, which drave us beyond the shold. And when wee felt the ship afloat, we rose up as men revived, because the Sea was calme and smooth water...”.

This is what Frederici says of Sandwip, when he made landfall on the island after the cyclone²⁸:

“This Touffon being ended, wee discovered an I[s]land not farre from us, and we went from the ship on the sands to see what I[s]land it was: and wee found it a place inhabited, and, to my judgement the fertilest I[s]land in all the world, the which is divided into two parts by a channell which passeth betweene it, and with great trouble wee brought our ship into the same channell, which parteth the I[s]land at flowing water, and there we determined to stay fortie dayes to refresh us. And when the people of the I[s]land saw the ship, and that we were comming a land: presently they made a place of Bazar or Market, with Shops right over against the ship with all manner of provision of victuals to eate, which they brought downe in great abundance, and sold it so good cheape, that wee were amazed at the cheapnesse thereof. I bought many salted Kine there, for the provision of the ship, for halfe a Larine a piece, which Larine may be twelve shillings sixe pence, being very good and fatte; and foure wilde Hogges ready dressed for a Larine; great fat Hennes for a Bizza a piece, which is at the most a Penie: and the people told us that we were deceived the haife of our money, because we bought things so deare. Also a sacke of fine Rice for a thing of nothing, and consequently all other things for humane sustenance were there in such abundance, that it is a thing incredible but to them that have seene it. This I[s]land is called Sondiva belonging to the Kingdome of Bengala, distant one hundred and twentie miles from Chitigan, to which place we were bound”.

Of a similar storm on the Burmese coast in 1566-7, he mentions²⁹:

“Wherefore in this Shippe we departed in the night, without making any provision of our water: and wee were in that Shippe fowr [four] hundreth and odde men: wee Departed from thence with Intention to goe to an I[s]land to take in water, but the windes were so contrary, that they woulde not suffer us to fetch it, so that by this meanes wee were two and forty Dayes in the Sea as it were lost, and we were driven too and fro – For wee had overshot the harbour and left it behinde us, in such wise that wee had loste the lande enhabited with the Ship, and we twentie eight men had no manner of victuall with us in the boate, – we were nine dayes rowing alongst the coast, without

²⁸ FREDERICI: 153-4.

²⁹ FREDERICI: 135-6.

finding any thing but Countries uninhabited, and deserts I[s]land, where if we had found but grasse it would have seemed Sugar unto us, but wee could not finde any, yet wee founde a fewe leaves of a tree, and they were so hard that we could not chew them, we had Water and Wood sufficient”.

A century later, in 1666, Glanius, shipwrecked on the southeastern Bengal coast by a cyclone, writes that this coast was inhospitable³⁰. Yet another century later, in 1795, Symes writes³¹:

“The entrance into the river of Bengal, presents as intricate and dangerous a channel, as any that is known; and during three months of the year, a ship, in leaving the Ganges, incurs considerable hazard from being obliged to beat against a foul wind, in shoal water, among surrounding sands”.

Sandwip’s environment has been, historically, highly vulnerable. Like the rest of the Bangladesh coast, the Meghna estuary is famous for its funnel shape, which predisposes the estuary mouth to violent cyclones. Sandwip is located in a tear drop shape just below this coast and as noted, the Meghna estuary is subject to cyclones and tidal surges from both the Sandwip and Hatia Channels, mentioned by Frederici. About 41 percent of cyclones travel through this funnel-shaped region each year presently, most hitting Sandwip. This environmental factor, coupled with the fact that rivers in Bengal are notorious for changing course almost overnight, ensured that historically few attempted control over this hostile land. It was only the expanding trade of the Bay from the sixteenth century that made Sandwip an attractive transshipment point for all powers in the Bay. The hostile environment also ensures that there are few vestiges left of the Portuguese presence in Sandwip.

IV. Politics: Sandwip 1603-1607, Pivot between Lisbon, Mrauk-U, Delhi and Bengal

The career of Filipe de Brito e Nicote illustrates that the Portuguese Crown, under Philip II (actually Philip III of Spain) was seriously thinking of putting an end to the ‘informal empire’ in the Bay. At the end of the sixteenth century Sandwip emerged as commercially more important to the Portuguese than Chattagrama. Indeed, Charney argues that it was precisely the commercial and strategic location of Sandwip that delayed Chattagrama’s efflorescence as port at this time³². Guerreiro estimated that, at the beginning of the seventeenth century, Sandwip contained 60 Portuguese trading ships as compared to 30 for Mrauk-U, the capital of Arakan, and 10 for Chattagrama³³.

De Brito, master of Syriam and ruler of Pegu, carved out a state for himself in the area stretching from the east of Chattagrama, through a portion of Arakan, into Syriam, Martaban and lower Pegu between 1602 and 1613. In 1602 Brito was, by appointment of Viceroy Saldanha, commander of Syriam and general of the conquest of Pegu. He was given jurisdiction over

³⁰ GLANIUS op.cit.

³¹ SYMES, 2006: 59-208. See p. 205.

³² CHARNEY, 1998a:17.

³³ In CHARNEY, 1998a:17

Bengal in return for his promise to bring the Portuguese renegades living there back into the service of the *Estado da India* as well as the Viceroy's niece's hand in marriage. Brito now received the crown of Pegu 'in the name of the King of Spain and Portugal'. Brito became busy not only defending the new Portuguese possession against the neighboring princes with force and diplomacy, but also in planning the further expansion of the Portuguese empire in the area of the Bay of Bengal. His project contemplated making Syriam the most important port of call on the coast of Burma. He insisted to the king of Portugal that Syriam be well fortified and provided with men and ships with which he could force all navigation between India and Malacca to stop at Syriam and pass through the Custom House there, which would bring enormous benefits to the Portuguese treasury as well as to his own. To this effect he wrote to the king asking the monarch to issue the necessary orders to the Portuguese merchants making them call at Syriam; the rest of the ships he would force with the fleet at his disposal. He also patrolled the Bay to stop smuggling and enrich his (and the Portuguese state's) treasury³⁴.

To Brito, the possession of a Portuguese enclave on the east coast of the Bay of Bengal was a necessity in connection with the *Estado da India*, not only because the monsoon system made it very convenient for shipping but also because such a position was full of commercial advantages. The monsoon system refers to the wind system prevailing in the Indian Ocean, which imposed the practice of sailing from West to East across the Bay of Bengal before the southwest monsoon winds, finding safe harbor on the east coast until the winds and rains subsided in September-October to permit the return voyage. The name comes from the Arabic 'mausim,' meaning 'season' or 'weather'.

But these plans were not so easy to implement and in 1605, de Brito had to face a joint Arakan-Toungoo (Burmese) campaign to recapture Syriam. This failed and de Brito was successful but the wars against Arakan were taking their toll and he doubted if he could bring southeastern Bengal under his control. In 1607 Min-razagri of Arakan again attacked Syriam; this siege was inconclusive but left de Brito in control of Syriam.

De Brito, in a letter to the king of Portugal, had suggested that he should seize control of the region and make a fortress at Chattagrama which would allow him to bring the Portuguese desperados in Bengal back under Goa's control, albeit indirect. In Philip's orders to de Brito that was written on January 23 1607, the importance of Sandwip to the Portuguese was clearly defined: "And because the conquest of Pegu and the island of Sundiva [Sandwip] has the importance that you know, I charge you dearly with doing for them everything in your power..."³⁵.

Why the importance of Sandwip at this moment to the Portuguese? In the seventeenth century Portuguese expansion along the Bay was flagging. In 1607 the Portuguese were chased out from Dianga and in 1613 de Brito was killed by the Burmese at Syriam³⁶. Soon after they would be chased from Ceylon in 1630, from Hugli in 1632, and from Malacca in 1641. The fall of Aceh to the Dutch in 1636 effectively ended any dreams of Portuguese domination in

³⁴ CHARNEY, 2005/1993: 1081.

³⁵ SOCARRAS, 1966: 3-24. See p. 15, fn 33.

³⁶ GUEDES, 1998.

Southeast Asia and the fall of Hormuz in 1644 affected Portuguese hegemony in the Western Indian Ocean.

Portuguese settlements along the North Bay were in decline. The most important Portuguese settlement after Chattagrama, Dianga, had become notorious as a slave port³⁷. Moreover, perhaps to stem the decline, Philip II wanted to bring an end to the informal nature of the Portuguese settlements along the Bay. In a letter dated March 26, 1608, the king very clearly states his purpose on this question when he says: ‘como houve por bem conceder jurisdição a Filippe de Brito, capitao d’ella, para reduzir a meu servigo os portuguezes que andam em Bengala.’³⁸ Also, the king needed treasure and he deemed that Chattagrama’s treasure was well worth taking. In the letter of February 20, 1610 he clearly refers to the treasures of both Chattagrama and Pegu³⁹.

Pegu’s treasures were considerable. As late as 1755-1760, at a time when this area was being torn apart through internal wars and external invasions, the English East India Company noted that the area possessed numerous gold and silver mines as well as diamonds, rubies, sapphires, emeralds, topaz, amber, iron, lead and elephants⁴⁰. Moreover, Pegu was a rich timber region, providing quality shipbuilding timber at a cheap cost. Pegu and Bengal could also serve as a base from which arms and supplies could be sent in any season to Portuguese possessions in the archipelago⁴¹.

Finally, Syriam (and Pegu) provided a fertile ground for Jesuit activities. In March 1600 the Jesuit monk Boves accompanied de Brito to Pegu. Boves writes, at the time just before Pegu was controlled by de Brito⁴²:

“I went thither with Philip Brito, and in fiteene dayes arrived at Sirian, the chiefe Port in Pegu. It is a lamentable spectacle to see the banks of the Rivers set with infinite fruit-bearing trees, now overwhelmed with ruines of gilded Temples, and noble edifices; the wayes and fields full of skulls and bones of wretched Peguans, killed or famished and cast into the River, in such numbers that the multitude of carcasses prohibiteh the way and passage of any ship”.

Brito never got the support of Lisbon during his lifetime. Strangely enough, orders were sent by the king of Portugal on 15 March 1613, for all Portuguese ships trading in the Bay of Bengal to stop at Syriam and pay taxes. The orders probably did not reach Goa before Brito was killed⁴³.

³⁷ SOCARRAS, 1966: 17-18: “There were certain Portuguese settlements in the coast of the Bay of Bengal that were entirely outside the control of Goa, which had always made efforts to reduce them to the jurisdiction of the crown, as they were virtually pirates’ nests and very often their conduct became a source of embarrassment to the Portuguese authorities. Dianga, in Arakanese territory, was perhaps the most notorious of these settlements”.

³⁸ SOCARRAS, 1966: 18 “...and how I considered it convenient to grant jurisdiction to Filippe de Brito, its captain [of Syriam], to reduce to my obedience the Portuguese that are in Bengal.”

³⁹ SOCARRAS, 1966: 21.

⁴⁰ DALRYMPLE, 1808, 2005. See letters 7 and 8, both dated 1760: 87-98, see pp. 93-96.

⁴¹ CHARNEY, 2005/1993: 1075.

⁴² COLLECTION, 2004: 180-187, see p. 183.

⁴³ CHARNEY, 2005/1993: 1117, Document 352, 15 March 1613, letter from the king of Portugal to the viceroy of India, Dom Jerónimo de Azevedo, in *Documentos Remetidos*, II: 391-5.

V. Hiatus

Brito's grand schemes failed. In 1607 the Portuguese at Dianga advised the Arakan king against handing over Sandwip to de Brito⁴⁴. Although the Dianga Portuguese were chased out by the Arakan state that year itself, this complicated plans for the acquisition of the island of Sandwip by the Estado. The Portuguese king did not support Brito's plans for the takeover of Sandwip, and neither did the Viceroy at Goa. Brito therefore never ruled at Sandwip.

Matos died at Dianga in 1607 when Arakan attacked the settlement. Fateh Khan, an officer of Pero Gomes to whom Matos had placed Sandwip in his, Matos', absence, now decided to make himself ruler of Sandwip⁴⁵. Fateh Khan felt that he had a mission and displayed it prominently as inscription on his flag: "Fateh Khan, by the grace of God, Lord of Sandwip, shedder of Christian blood and destroyer of the Portuguese nation"⁴⁶.

In the same year Min-razagri made a pact with the Dutch to hand over Sandwip to them⁴⁷. Affairs at Sandwip were now in chaos.

VI. Sandwip as Rogue Port: 1607-1617

Sandwip became now the site for the career of an extraordinary adventurer, with much less talent than Brito. Sebastião Gonçalves Tibau was a salt trader who had settled on Sandwip at the start of the seventeenth century. When Min-razagri attacked the Portuguese in Dianga in 1607, some of the Portuguese escaped into the woods, and nine or ten ships were able to make for sea. One of the Portuguese who escaped was Sebastião Gonçalves, who arrived at Dianga from the Meghna river with salt for trade just before the Arakanese slaughter. Gonçalves defeated Fateh Khan's forces in alliance with the king of Bacala (Bakla)⁴⁸. He then took possession of the island shortly after and held it as its independent lord until 1617, when the Arakan king Min-kamaun attacked and defeated him. Gonçalves and the rest of the survivors became pirates, robbing Arakanese traders and selling the booty in the ports of the king of Bakla, who was friendly to them⁴⁹. Instead of giving the king of Bakla, Pratapaditya, the promised half of the island's revenues, Gonçalves attacked him, seized the island of Dakhin Shahabpur and won. Sandwip

⁴⁴ SOCARRAS, 1966: 19.

⁴⁵ CHARNEY, 2005/1993: 1101.

⁴⁶ CHARNEY, 2005/1993: 1101-2.

⁴⁷ CHARNEY, 2005/1993: 1100.

⁴⁸ It is not certain whether this is Bakla or Bacala. While historical evidence points to Bakla in Bakergunj in Barisal district, Bangladesh, Blau's map shows an Island of Bacala further down the coast on the extreme southeastern tip of the Arakan coast, near the present island of Cheduba. Kerr uses the name Bacala, see KERR, *A General History and Collection of Voyages and Travels*, 18 vols. Volume VI, Part 10. Available online through Project Gutenberg. Accessed online at www.gutenberg.org/etexts/0n18-04-08. Present geography yields a clue. Barisal is southeast of Dhaka division and in between Khulna and Chattagrama divisions in present Bangladesh. The fact that Kerr mentions that after challenging the King of Bakla, Goncalves took 'Xavaspur and Patelabanga' or (Dakhin) Shahabazpur and Patuakhali (vol. VI), suggests that Bakla in Barisal is meant. There is an area called Patuakhali in present Barisal district. Charney 1993, too, uses Bacala, this should be Bakla.

⁴⁹ CHARNEY, 2005/1993: 1100, 1102-3.

was thus once again enmeshed in murky delta politics, but it also became, under Gonçalves, the key to the southeastern delta from the sea.

Gonçalves' actions introduced a new volatility into the politics of the delta. The treachery against Bakla changed the amicable relations between Bakla and the Portuguese. On April 30, 1559 a treaty had been signed at Goa between the then king of Bakla, Paramananda Rai and Viceroy Constantino de Braganza, whereby Bakla would be thrown open to Portuguese ships with fixed and very low customs duties if the Portuguese discontinued their visits to Chattagrama (then under Arakan). In return Bakla was granted licence for four ships to trade with Goa, Hormuz and Malacca⁵⁰. Around 1600, when Pratapaditya of Chandecan (the same who beheaded Carvalho) held court at Bakla, after taking over the defunct kingdom of the dead Kandarpanaraian Rai of Bakla, the Jesuit Father Fonseca was given the right to erect churches and carry out conversions⁵¹.

In 1615 a joint Dutch-Arakan force defeated Gonçalves and then in 1617 Min-kamaun, successor to Min-razagri, attacked Sandwip and defeated Gonçalves. Sripur relinquished all claims to Sandwip; from then on Sandwip remained an Arakanese possession.

Gonçalves Tibau's notion of Portuguese expansion in the Bay was different from that of Brito's. His plans did not include wider Portuguese control over the Bay. Gonçalves never cooperated with Goa, always ignoring the viceroy's plans and becoming involved in continuous wars with the mainland princes and in rivalry with Brito, who possibly tried to bring him under the jurisdiction of the Estado da India. Thus, with the loss of Sandwip, the Portuguese Crown's strategic plans for the Bay failed miserably. They were revived once again between 1629 and 1643 when Fray Sebastião Manrique dreamt of reviving the defunct Portuguese 'informal' empire in the Bay with the help of Arakan. A central axis of this project was to drive out the Mughals from Bengal with Arakan's help; unfortunately this too came to naught.

The career of Brito illustrates the different functions that Dianga and Sandwip played in the Portuguese scheme in the Bay: Dianga was a slave and pirate port, while Sandwip under Brito was to be part of a grand scheme of the Estado expansion in the Bay with Sandwip and Syriam as pivots. Unfortunately, the Portuguese freebooters under Sebastião Gonçalves y Tibao in 1609 retook the island of Sandwip from Fateh Khan's relative, and with their vessels began to raid the Arakanese coast. The ensuing Sandwip based Portuguese blockade of maritime commerce along the Arakanese coast restricted Arakanese access to maritime revenues. Gonçalves' forces blocked off the Arakanese coast, including both Chattagrama and Mrauk-U, twice attacking the royal city and destroying trading vessels found there. Gonçalves' policy was to force all of the ship captains in the area to submit to his control and thus force all merchant shipping to go to Sandwip island. In this, his scheme was remarkably similar to Brito's.

Gonçalves seems to have succeeded, for, in one Portuguese royal document he is said to have 'subjected all the coast of Bengala [including Arakan]' and with "these fortresses he controls the commerce from those parts"⁵². His blockade prompted the *myd-za*, or governor, of

⁵⁰ SARKAR, 1973, reprint: 358-9.

⁵¹ SARKAR, 1973, reprint: 359-60.

⁵² BULHAO PATO, 1884, II: 393, in SOCARRAS, 1966; On Gonçalves, see SOUSA, 1945, V: 284-292; VI: 80-86 quoted in CHARNEY, 1998b: 197.

Chattagrama to seek an alliance with him to end the blockade. Gonçalves' blockade probably ended the Arakan-Ava trade as well. In any case, supplies of firearms, mercenaries, and, above all, maritime commerce were halted until 1617.

VII. Fragmentation of Power and the Rise of Small States in the Wake of Commercial Decline

Should we assess both Brito's and Gonçalves' careers against the seventeenth century resource crunch and commercial decline along the Bay, as Reid suggests, for Southeast Asia?⁵³ The verdict is still out on the applicability of the seventeenth century crisis to the whole of the Bay; nevertheless, as commercial resources declined, we do see that fringe areas in most kingdoms sought to break away. Aided by the Sandwip-based Portuguese freebooters, the governor-known as the *myd-za*-of Chattagrama rebelled against Arakanese royal authority in 1609. Although this revolt was suppressed by Min-razagri, Arakan resources were so low that it required assistance from the Portuguese freebooters on Sandwip island in a campaign against the Mughals in 1611. The campaign failed after the Portuguese seized the Arakanese naval contingent, killed the commanders, and sold the crews into slavery at East Indian ports; while on land, without support from his ships, Min-razagri, the Arakan king, was soundly defeated.⁵⁴

The Portuguese became bolder and after raiding the Arakanese coast, the Sandwip-based Portuguese and a Portuguese fleet from Goa sailed up the Lemro river and raided Mrauk-U in 1615⁵⁵. But Mrauk-U was still left in command of good agricultural and demographic resources with which to dominate the littoral until maritime commerce returned. Any decline in commercial resources could also be offset in part by a resumption of war-booty raids into neighboring kingdoms, which provided a direct source of goods and valuables available for redistribution by the Mrauk-U king. Later Mrauk-U kings continued and intensified raids on Bengal and Lower Burma for booty.

To offset Portuguese hegemony the Dutch were courted and they established a permanent factory at Mrauk-U in the early 1620s. To meet the Dutch need for labour and foodstuffs to feed their slave-laborers, the Mrauk-U court developed an interconnected rice and slave trade for the next half century. Mrauk-U effected some degree of success in bringing back limited Muslim and other Asian trade, at least into the 1630s, as Manrique noted the presence in Mrauk-U of traders from around the Bay: from 'Bengala, Masulipatam, Tenasserim, Martaban, Aceh, and Jakarta'⁵⁶. Visits to Arakan by new European traders during the 1630s included Germans, traders from the Spanish Netherlands, and Danish merchants.

⁵³ REID, 1988, 1993.

⁵⁴ CHARNEY, 1998b: 197.

⁵⁵ CHARNEY, 1998b: 197.

⁵⁶ MANRIQUE, 1927.

VIII. The Impact of Portuguese Expansion on Delta States. The Case of Chandecan

The flux created by Portuguese expansion in the delta actually helped accelerate the process of state formation within some delta areas. But it is not as yet certain whether it was commercial vitality or mercantile decline that aided the emergence of new state forms in the Bengal delta. Chandecan under Pratapaditya, during the period 1598 to 1607, certainly expanded within the delta at this time, and by the early seventeenth century Pratapaditya controlled the ports of Sagor and Bakla. He also attempted to wrest control of Sandwip from the Portuguese in alliance with Arakan (by beheading Carvalho in 1602), and then again by supporting the Portuguese (Gonçalves) at Sandwip against both the Mughals and Kedar Rai. The extent of the kingdom of Chandecan with its port at Sagor, and now with its port at Bakla, after the alliance with Chandradwip's king Kandarpanarain Rai, brought the eastern limits of Chandecan close to Sandwip. As it expanded eastward, Chandecan faced Arakan.

Gonçalves defeated Fateh Khan's forces in alliance with Pratapaditya, and used his ports for commerce. Pratapaditya's claim for helping Gonçalves was half of Sandwip's revenues, but we saw that Gonçalves attacked him instead and seized the island of Dakhin Shabazpur in Pratapaditya's domains. Gonçalves therefore destroyed the previous amicable relations of the Portuguese with Chandecan, indeed with the whole of the delta.

Chandecan's importance in the delta in the early seventeenth century is attested to by contemporary cartography: Bertius' 1602 map of Bengal marks the delta as *Isola do Chandocam* and on Dudley's 1646 hydrographic map of the Bengal coast the delta is signified as *Regno di Chandican*⁵⁷. We see here a transition from island to kingdom, indicative of the political fortunes of Chandecan.

Conclusion

This essay shows how small states and even lesser ports and 'minor' settlements could play a definitive role in the expansion or regression of empire. The strange history of Sandwip shows that the Mughal empire was not interested in holding on to it, while smaller states did. Why was this so? It was thus because Sandwip was vital to a maritime economy, which the delta *rajās* and Arakan handled, and in which the Mughals took little or no interest. When the Portuguese arrived in the Bay, they too realized the importance of Sandwip. While, as Charney pointed out that the Portuguese frequently exaggerated their enemy's strength in order to drive home their technological superiority, and that indigenous accounts did the same to drive home their own manpower strength, there is little doubt that marginal states on the Bay could very often harness large numbers into their armies⁵⁸.

After 1617, when Min-kamaun destroyed the Portuguese position on Sandwip, he was given it as *jagir* (own revenue domain) by the Mughals. This indicates that Pratapaditya's dreams

⁵⁷ BERTIUS, 1602; DUDLEY, 1646.

⁵⁸ CHARNEY, 2003: 208-211.

of expansion here were over. Kedar Rai, too, had no more control over Sandwip. The delta was now calm. The Portuguese were no longer a factor. Only two powers were left: the Mughals and the Arakanese.

According to Charney⁵⁹ Min-kamaun resettled the Portuguese near Chattagrama, not as traders involved in the *entrepot* trade, but as servicemen devoted to raiding Lower Bengal for loot and slaves. The Portuguese captives were either forced into Arakanese military groups, or were commanded to operate their war *jalias* (also called galleasses, an oared warboat in Bengal and Arakan) under royal supervision. While their service-group was referred to as *Harmad* (corruption of *armada*) and the 'headman' of their group was known as the *capithomor* (*capitão-mor*), the Portuguese servicemen were no longer autonomous and were under the supervision of the *myd-za* of Chattagrama, to whom they gave half of their booty. Also, the Portuguese organization in the Bay was stripped of its political autonomy, commercial activities, and independent overall command structure which they had previously enjoyed. The Portuguese were given stipends from the central court, but they largely drew their income from their relationship with the *myd-za* of Chattagrama. The Portuguese *capithos* (*capitães*) were granted *bilatas* ('revenue-producing lands'), in return for which they maintained their individual crews on their own lands with a portion of their income. The Arakanese practice of forcing the Portuguese to keep their women and children in Arakanese territory also helped to ensure Portuguese loyalty (or at least dependence). As royal servicemen to the rulers of Arakan, the role of the Portuguese in northern Arakan as commercial competitors to Muslim traders was now largely reduced.

Using Portuguese who had been captured on Sandwip island in 1617, and Arakanese slave-raiders, the Arakanese continually raided Lower Bengal as far as Hugli and Jessore for slaves and labor over the next few decades. Sandwip became a centre of this slave trade which shipped slaves all the way down the Coromandel coast and westwards into Goa for sale and transshipment into Africa and Europe. It also became a nodal point for the slave trade further east, through Arakan, into Southeast Asia⁶⁰. Chattagrama now became the sole commercial port in the area, largely due to its proximity to the rich Meghna river trade.

The tragic career of Sandwip highlights how, due to lacklustre policy making in Lisbon and Goa, the Estado missed the chance to put their empire in the Bay on an official footing. Therefore, at least in the initial stage, Sandwip was not an 'informal' settlement.

Then Portuguese did stay on, but not as traders, and Sandwip may have lapsed into an 'informal' settlement with the result that the historical perception of the Portuguese in this area, from both the Indian and the Portuguese perspectives, remains confined to their role as looters, raiders and pirates. Bengali folk tales and songs are replete with instances of 'magh' raids, as the combined Portuguese-Arakanese slave raids are known to this day.

But Sandwip's turbulent history also offers us a glimpse into how the Bay coast responded to European expansion at a time when local polities were facing a legitimacy crisis. The location

⁵⁹ CHARNEY, 2005/1993.

⁶⁰ BOWREY, 1905.

of Sandwip, and its environmental distinctiveness, may have been both boon and disaster. It was a boon because it commanded the Bay from both the Bengal and Arakan coasts, yet was difficult to reach because of environmental conditions. As an island Sandwip had a peculiar autonomy that was attractive to strangers, but this autonomy was also a disaster because its independent situation- between two expanding states, Bengal and Arakan-made it impossible to govern.

Sources and Bibliography

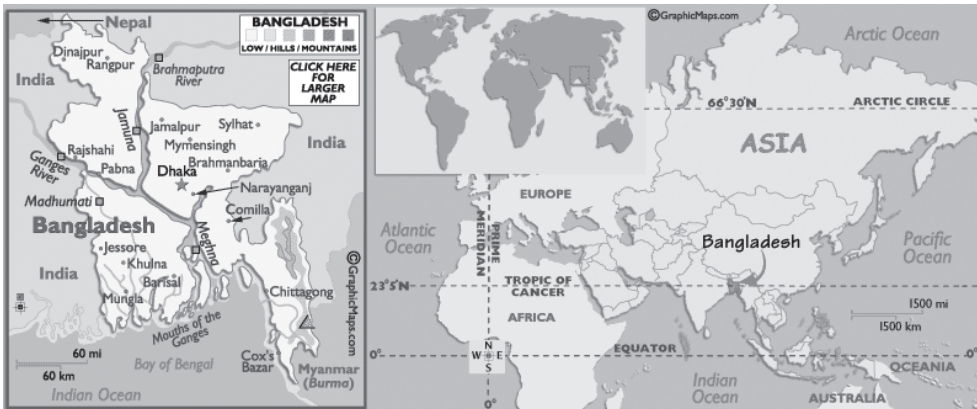
- BARROS, João de, 1552-1616, *Decadas da Asia*, Lisbon, ed. by A.A. Grillo & G.A. Grillo, 1886 et seq; ed. by H. Cidade & M. Murias, Lisbon 1945-46, 4 vols.
- BELLIN, Jacques Nicholas, 1747 'Nouvelle Carte du Royaume de Bengale', from Prevost, Abbe, 1747-61, *Histoire Generale des Voyages*, Paris.
- BERTIUS, Petrus 1602, 'Map of Bengala', Amsterdam.
- BHATTASALI, N.K. 1946, 'New Light on the History of Assam', *Indian Historical Quarterly*, 22: 250-52.
- BLAEU, Johann and Cornelius, 1638, 'Magni Mogolis Imperium'.
- BOUCHON, Genevieve and THOMAZ, Luis Filipe F.R., 1998, *Voyage dans les deltas du Gange et l'Irraowaddy, 1521*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian.
- BOWREY, Thomas, *A Geographical Account of the Countries around the Bay of Bengal, 1669-1679*, ed. R.C. Temple, Cambridge, Hakluyt Society, 1905.
- BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (ed.). 1885, *Documentos Remettidos da India ou Livres das Monções*. 5 vols. Lisbon: Ordem da Classe de Ciencias Moraes, Politicas e Bellas-Lettras da Academia Real das Ciencias de Lisboa, in SOCARRAS, 1966.
- CAMPOS, J. J.A. 1919, *History of the Portuguese in Bengal*, Janaki Prakashan, Patna and Calcutta.
- CASSON, Lionel, 1989, *The Periplus Maris Erythraei*, Princeton.
- CHARNEY, Michael W. 2003, 'A Reassessment of Hyperbolic Military Statistics In Some Early Modern Burmese Texts', *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 46, 2: 208-211.
- CHARNEY, Michael W., 1998a, 'Rise of A Mainland Trading State: Rakhaing under the Early Mrauk-U Kings, circa 1430-1603', *Journal of Burma Studies*, Vol. 3, 1-33.
- CHARNEY, Michael W., 1998b, 'Crisis and Reformation in a Maritime Kingdom of Southeast Asia: Forces of Instability and Political Disintegration in Western Burma (Arakan), 1603-1701', *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Vol. 41, No. 2: 185-219.
- CHARNEY, Michael W., 2005, 'Arakan, Min Yazagyi, And The Portuguese: The Relationship Between The Growth Of Arakanese Imperial Power And Portuguese Mercenaries On The Fringe Of Mainland Southeast Asia 1517-1617' (as submitted in 1993). A thesis presented to the Faculty of The College of Arts and Sciences of Ohio University in partial fulfillment of the requirements for the degree Master of Arts (June 1993) in *SOAS Bulletin of Burma Research*, Vol. 3, No. 2, Autumn. In text as 2005/1993.
- COLLECTION, 2004, 'Jesuit Letters On Pegu In The Early Seventeenth Century', *SOAS Bulletin of Burma Research*, Vol. 2, No. 2, Autumn: 180-187.
- De CAMÕES, Luís Vaz, 2004, 'The Lusiad, Or, Portugals Historicall Poem', Translated by Richard Fanshaw (1655), *SOAS Bulletin of Burma Research*, Vol. 2, No. 2, Autumn.
- DE FER, Nicolas, c. 1685, 'Mogol' and North India, from a miniature map.
- DE' CONTI, Nicolò of Venice, 2004, 'Early Fifteenth Century Travels in the East', Translated by John Frampton in the late sixteenth century,' *SOAS Bulletin of Burma Research*, Vol. 2, No. 2, Autumn: 110-17.

- DUDLEY, Robert 1646, *Dell' Arcano Del Mare*, di D. Ruberto Dudleo Duca di Nortumbria e Conte di Warwick..libri sei..In Firenze, Nella Stamperia di Francesco Onofri, Carta particolare del Golfo di bengala è Pegu che comincia con il capo Masulipatan è finisce con la punto Domurco..D'Asia Carta V.
- FITCH Ralph, 2004, 'An Account Of Pegu In 1586-1587', *SOAS Bulletin of Burma Research*, Vol. 2, No. 2, Autumn: 167-79.
- FREDERICI Cesare of Venice, 2004, 'Account Of Pegu', Translated from the Italian by Master Thomas Hickock, *SOAS Bulletin of Burma Research*, Vol. 2, No. 2, Autumn: 130-159.
- GLANIUS, 1682, *A Relation of an Unfortunate Voyage to the Kingdom of Bengala*, London, Henry Bonwick.
- GUEDES, Maria Ana Marques, 1998, 'Les Portugaises dans l'historiographie Birmane': 225-43, in' *Etudes Birmanes en Hommage a Denise Bernot*, reunis par RICHARD, Pierre et ROBINE, Francois, Paris, Ecole Francaise d'Extreme Orient.
- GUERREIRO, Fernão, 1930, *Relação Anual das Coisas Que Fizeram os Padres Da Companhia de Jesus Nas Suas Missões do Japão, China, Cataio, Tidore, Ternate, Ambóino, Pegu, Bengala, Bisnagá, Maduré, Costa da Pescaria, Manar, Ceilão, Travancor, Malabar, Sodomala, Goa, Salcete, Lahor, Diu, Etiopia a alta ou Preste João, Monomotapa, Angola, Guiné, Serra Leoa, Cabo Verde e Brasil nos Anos de 1600 a 1609 e do Processo da Conversão e Cristandade daquelas Partes: Tirada das Cartas que os Missionários de lá Escreveram*, edited and with a preface by Artur Viegas. Coimbra, University of Coimbra. From CHARNEY, 2005/1993.
- HAMILTON, Alexander, 1744, *A New Account of the East Indies*, Edinburgh, 2 vols.
- JANSSON, Johannes, 1639, 'Magni Mogolis Imperium'.
- KERR, Robert, *A General History and Collection of Voyages and Travels*, 18 vols. Volume VI, Part 10. Available online through Project Gutenberg. Accessed online at www.gutenberg.org/etexts/18-04-08.
- MANRIQUE, Fray Sebastien, 1927, *Travels of Fray Sebastien Manrique 1629-1643*, 2 vols. translated from *The Itinerario de las Misiones Orientales*, with introduction and notes, by C. Eckford Luard, with assistance from Father H. Hosten, Oxford: Hakluyt Society.
- 'Miscellaneous Letters on Burma, 1755-1760', 2005, reproduced by Alexander Dalrymple in 1808, published in London under the title *Oriental Repertory*, by William Ballintine for the East India Company, *SOAS Bulletin of Burma Research*, Vol.3, No. 1, Spring: 87-98.
- MOHAR ALI, M., 1985, *History of the Muslims of Bengal*, 2 vols., Riyadh, Imam Muhammad Ibn Sa'ud Islamic University Press.
- MUKHERJEE, Rila, 2006a, *Strange Riches: Bengal in the Mercantile Map of South Asia*, Cambridgeindia/ Foundation.
- MUKHERJEE, Rila, 2006b, *Merchants and Companies in Bengal: Kasimbazar and Juggdia in the Eighteenth Century*, New Delhi, Pragati Publications.
- PAUL Alak and RAHMAN Maksudur, 2006, 'Cyclone Mitigation Perspectives in the Islands of Bangladesh: A Case of Sandwip and Hatia Islands', *Coastal Management*, 34:2, 199 – 215.
- REID, Anthony, 1988, *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450-1680*. Vol.I: The Lands below the Winds. 275 pp.; Vol.II: Expansion and Crisis, 1993, 390 pp. New Haven, Yale University Press.
- SANSON, Nicholas, c. 1705 'L'Empire du Grand Mogole'.
- SARKAR, Jadunath, 1973, *The History of Bengal, Muslim Period 1200-1757*, Patna, Academica Asiatica, reprint.
- SOCARRAS, Cayetano J., 1966, 'The Portuguese in Lower Burma: Filipe de Brito de Nicote', *Luso-Brazilian Review*, Vol. 3, No. 2, (Winter): 3-24.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, 1990, *Improvising Empire: Portuguese Trade and Settlement in the Bay of Bengal 1500-1700*, New Delhi, OUP.

- SYMES, Michael, 1800, 'An Account of an Embassy to the Kingdom of Ava, sent by the Governor-general of India, in the Year 1795', by Michael Symes, esq. Major in His Majesty's 76th regiment, London, W. Bulmer & Co., *SOAS Bulletin of Burma Research*, Vol. 4, Issue 1 Spring 2006: 59-208.
- TEIXEIRA, Pedro and SINCLAIR, William F. (trans.), 1902, *The Travels of Pedro Teixeira; with his Kings of Harmuz, and extracts from his Kings of Persia*, Hakluyt Society, London.
- THOMAZ, Luis Filipe F. R., 1995, 'The Image of the Archipelago in Portuguese Cartography of the 16th and early 17th Centuries', *Archipel*, 49: 79-124 including 22 plates.
- VISSCHER, Nicolaum, 1670, 'Indiae Orientalis nec non Insularum Adiacentium Nova Descriptio'.
- WINIUS, George Davison, 1983, "The 'Shadow Empire' of Goa in the Bay of Bengal," *Itinerario* 7, no. 2: 83-101.

Map 1

Situating the Region in a Wider World



Source: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/bd.htm>, accessed 25-04-08

Map 2

‘Sundiva’ in Johann and Cornelius Blaeu, 1638 AD, ‘Magni Mogolis Imperium’
Size 52 x 41.5 cm.

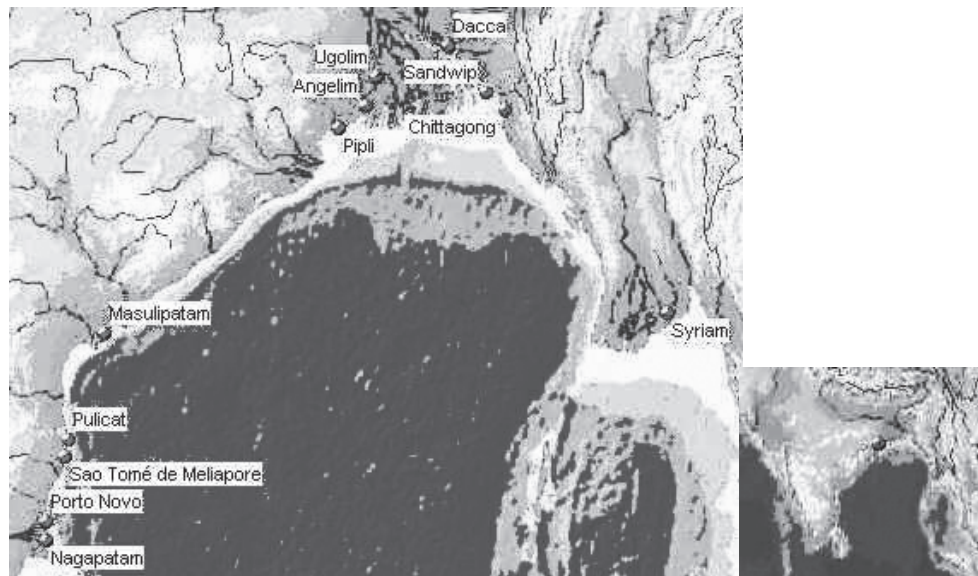


Map 3

'Sundiva' in Jacques Nicholas Bellin, 1747 AD, 'Nouvelle Carte du Royaume de Bengale'.



Map 4
Portuguese Settlements in the Bay



Source: <http://www.colonialvoyage.com/bengal.html> accessed on 25-0408

Amândio Jorge Morais Barros*

Merchants, ports and hinterlands. The building of sea-port structures in the Early Modern Porto

A B S T R A C T

Emerging in the Middle Ages, Porto became one of the most important ports of the Iberian Peninsula. The city's affirmation over the nearby territory was accompanied by the expansion of business towards the northern markets of Flanders, Brabant, Great Britain and northern France (Brittany and Normandy), stimulating the emergence of a merchant navy, and inspiring a set of engineering works meant to organize the harbour. With this paper, I'll pay attention to the role performed by small ports and apparently modest business centres in the building and organization of the first global age.

The history of such port like Porto will contribute to enlighten fields of interaction that existed between the port-cities and their umlands and hinterlands, which supported its economy, mould a significant part of its society, and influenced its cultural standards. In this study I'll present the most important facts of the process of territorial domination, and the way things were conducted in order to get effective its mercantile economy. Charts will be presented and comment, once they are very informative to this evolution, and I'll also emphasize the international context in which it occurred.

This article will focus on the history of relations between Porto and its hinterland during late-Middle Ages and Early Modern Times, and examine the general conditions from which a jurisdictional kind of process generated an articulated economy. The analysis here proposed will demonstrate how, in the long-duration, several actions were directed from the city and were meant to extend and make effective its authority over the surrounding territory, and profit from that.

In these forewords it seems to me important to present the guidelines of the main ideas that will be developed in the chapters ahead, namely the territorial extension and the jurisdictional level of influence in a diachronic perspective, and the initiatives aiming its consolidation, the motivation of the whole plan and the evolution of the economic ties in the meantime established.

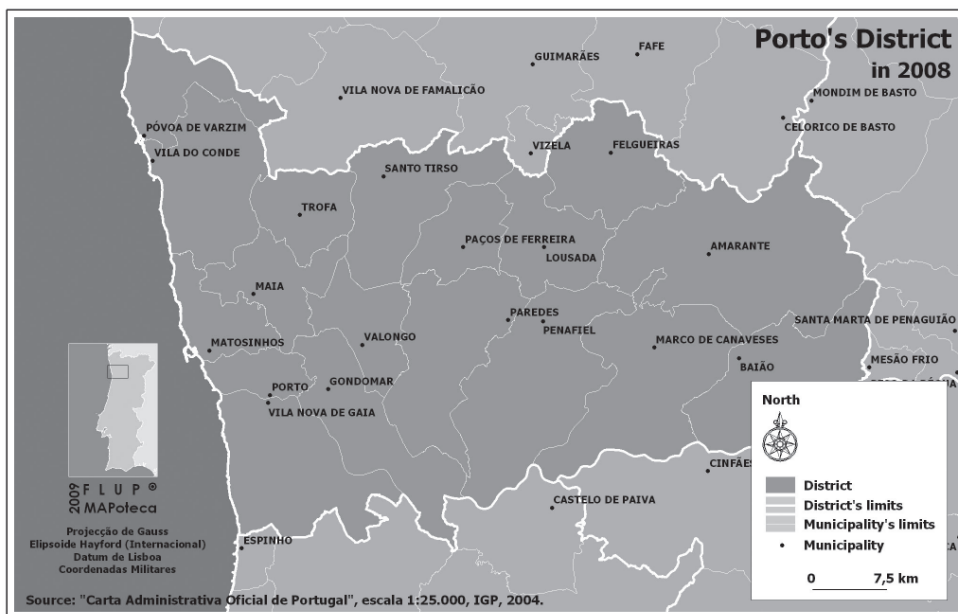
The first one underlines the fact that the process by which Porto achieved to control a vast territory around the city was rapid and not by all means erratic. Evidence will show that the intervention over the hinterland was not an empirical attempt or a response to momentary necessities. It had a sense, a very concrete goal: it was thought and set in motion during medieval

* Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT Post-doctoral scholarship); CITCEM amandiobarros@hotmail.com

times and sought to ensure the survival in addition to the growth of city's wealth. After identifying the city's seating conditions – pretty much unfavourable¹ – Town Hall members assumed a political speech next to the King justifying expansionist projects over the hinterland as a matter of survival². This is, perhaps, the main thesis here supported: that Porto's territorial construction rather than accidentally was carefully thought and resolutely achieved.

The second idea involves the fact that since Porto was given a municipal chart (1123) until later medieval years it changed from a small urban centre³ into an extensive territory coincident with the actual Porto *district*⁴.

Map 1
Current Porto District



The third idea will emphasize the fact that Porto's men in charge took advantage of the dispute involving the local Bishop and the King about the city's jurisdictional statute⁵, having been granted with privileges and acquire political rights over the countryside. This process occurred between 1369 and 1384 and was a consequence of labour force requirements for projected city-wall construction, as well as a matter of city's needs of provisioning.

¹ Geologically speaking the place was (still is) profoundly rocky, granite, and the ground nature didn't allow a productive agriculture.

² This is a very complex and interesting subject: how the official discourse and the language used in it had a subjacent image destined to exalt the strength of those in charge of the city's government, and to impress and convince the ones whom it was addressed. This was remarkably studied by SOUSA, 1995: 155-173.

³ Only the space involving the cathedral.

⁴ In the Portuguese sense of *região*. The Porto District (*Distrito do Porto*) has 2395Km² or 1488,3 square miles.

Therefore, some chapters will analyse the reliability of this territory which was the most populated in Portugal and one of the most fertile, features that are enough to explain Porto's attraction over it. The remaining municipal records highlight many decisions and energetic actions led by Porto when desertion risked arming the desired unity, mainly in terms of economic interdependence.

The fourth idea examines the motives behind the medieval and early modern expansion which are to be observed also in a diachronic approach. In an early stage Porto's rulers aim was to guarantee the urban market and urban population supply. *Maia*, one of the countryside regions was foremost important as wheat producer, while *Refojos* grew vast corn fields of sorghum⁶ and maize⁷, *Aguiar* and *Penafiel* produced both wheat and corn, and *Gondomar* and *Gaia* harvested corn, wheat and barley. In times of food shortage – which happened frequently in the period here studied – the city never hesitated to send commissioners throughout the territory accompanied by armed men to requisite in its name, by force if necessary, every cereal they could find in barns, and bring it to the urban storehouses to be distributed by the population and whenever there was food shortage. Then, when commercial activities developed hinterland commodities were essential to dynamize logistics: wood to supply naval construction and cooperage, and flax and hemp both to ropery, ship's tackle and industrial textile purpose. Finally, and also subjected to a diachronic perspective, the hinterland productions were vital to feed exports and the commercial structure: salt, kettle, wine and leather, in the Middle Ages, which should be added, in the 16th century, to the “triangular trade” commodities, sugar, slaves and raw materials internationally distributed, and Port-Wine in the 17th and 18th centuries, the last stage of Porto's participation in the world's exchange games⁸. This means as well that relations between the city and its hinterland can be seen as crucial to the international projection of the port. And although they appear so, the following chapters are not isolated; they should and can only be understood as a whole aiming to inspire the reflection that small ports count in the history of international trade.

This lead to the last major idea this paper aims to provide evidence of the fact that we cannot study medieval and early modern seaport cities without attach them to a wider hinterland that supported and sustained them.

1. In the year 1123 Porto was granted with a municipal chart of privilege by its landlord, the Bishop Hugh (*Hugo de Cluny*). Less than eighty years later there were Porto's ships visiting France and British Isles ports, and a way of life centred on trade and shipping had begun. Quite soon Porto joined the group of ports with higher level of activity in the Iberian Peninsula,

⁵ Porto was donated to the Bishop in 1120; by the end of the thirteenth-century, however – and in face of the important revenues produced by commerce – the Crown tried to recover the city claiming rights to it, and supported by the local bourgeoisie who looked for advantages in statute changing. In the end an agreement was reached and the Crown bought the city from the Church in 1406;–*Corpus Codicum* (Repertoire of medieval documentation of the city), vol. I, p. 136. See also BASTO, 1937: 323.

⁶ In the Middle Ages.

⁷ Since the second-half of the 16th century in the context of the so-called “corn revolution”.

⁸ CRUZ, 1983; BARROS, 2004; CARDOSO, 2003.

moving raw materials, supplies, salt and wine, which means not far from the general repertoire of early medieval trade.

The city's long tradition of maritime traffic was built thanks to a strong support: the amount of marketable richness produced in its hinterland and distributed from the port by merchant's houses and firms established here which since medieval times had powerful links with the countryside controlling salt, cereals, wine and leather trade⁹. That kind of relation, contemporary of comparable ones produced in other European regions, displayed two main characteristics: firstly, the city's control over the surrounding territory, and secondly, the effective articulation between city's needs and hinterland production in terms of economic evolution. We will see that this was a process that had a lot to do with dynamics experienced in the northern Portuguese region, namely the way local agents and merchants involved understood the role the hinterland could play in their pursuance for prosperity.

For most, this process, which is also political and jurisdictional, only in part had something to do with Portuguese central government policy; it did not come out from any central institution in Portugal, rather was thought and applied by local representatives, although they made the best from political issues concerning the city but generated outside it. Simultaneously with the city's affirmation on the nearby territory, local trade monopolies – such as salt commerce – guaranteed Porto traders the expansion and success of their dealings in the northern markets of Flanders, the British Isles and northern France (mainly Brittany and Normandy)¹⁰, stimulating the rising of their merchant navy, and inspiring a set of engineering works meant to organize the harbour, facilities and trade.

From the beginning of the Early Modern Ages, merchant community's activity was enhanced which can be observed by the significant level of business and commerce internationalization. Those were the days of the Atlantic commerce, sugar and slave trade, which determined the city's prosperity and the ledge of its trade networks that, by then, became noticed in thriving European markets. Local companies dedicated to trade and shipping became responsible for port infrastructures modernization, enacting a comprehensive programme designed to respond the needs of the maritime international commerce¹¹. On the other hand, the study of these trade companies performances provide us precious indications about the self-organized communities' process that, as mentioned, for the most part succeeded without central government policies or strategies. In the Portuguese case, this posture influenced bigger commercial trends developed from sea-ports that were ranked outside State "imperial" initiatives¹². From there it

⁹ Most Porto's prominent merchants acquire major property in Douro valley and explored its resources for trade, export included, purpose; when the harvesting time approach most ask permission to be excused from their administrative duties in the municipality pointing that they had to go "making his «farm» up river";

¹⁰ SILVA, 1990: 17-37. See also the texts published in the catalogue of the exhibition, *O Porto e a Europa do Renascimento (Porto and Renaissance Europe)*. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1983.

¹¹ BARROS, 2004.

¹² It's the aim of the Portuguese research team of the international project DynCoopNet (Dynamics Complexity of Cooperation-Based Self Organising Networks in the First Global Age, within the EUROCORES Programme *The Evolution of Cooperation and Trading* to bring light into these themes by studying Portuguese merchants correspondence in the 16th century.

was possible to promote Atlantic enterprises, mainly the Brazilian sugar route in the last quarter of the sixteenth-century¹³.

This is a topic so far usually unknown among scholars, more preoccupied with the study of a general overview or a macro-analysis centred in the idea of an imperial Early Modern trade, which, in some cases can hardly be found before late eighteenth-century¹⁴. I mean, it is necessary to focus on a different level of analysis, more informative about traders' strategies meant to respond challenges launched by the first wave of expansion and also by the first wave of globalization, which, in fact, was, in most ways, the work of merchants acting on their own.

From that point of view, micro-perspective analysis can be useful to enlighten several aspects of the role performed by small ports and apparently modest business centres in the building and organization of the first global age. From the study of such ports, which function can be interpreted in terms of efficiency, gateways of saleable goods and merchandise, home of well reputed trustable merchants and trade agents (in the way that was interpreted in the sixteenth and seventeenth centuries), we are given important data to clarify topics on social, economic and cultural history. The history of Porto's trade offers a major contribution to enlighten fields of interaction that existed between the port-city, their *umland* and hinterland; both supporters of its economy, moulded a significant part of its society, and influenced its cultural standards¹⁵.

As far as this article is concerned, the city always relied on the surrounding territories to feed its international trade, to produce exportable goods, to recruit ship crews and merchant employees, to obtain means of transportation for merchandise such as sugar dispatched to Castilian fairs (such as Medina del Campo), and to acquire raw materials for the local industry. Amongst the main factors which contribution was crucial to "unite" this extensive land that extended beyond national boundaries was the river Douro. Navigable, intensely crossed, nodal centre of communications from where the main roads left and lead to, this was in the course of History the strongest link between northern Portuguese provinces and the sea, through Porto. That explains why a Portuguese novelist once wrote that "Porto is the last city of the province of Trás-os-Montes"¹⁶.

These territories were the town's "vital space", carefully dominated and jurisdictionally under the authority of the city council. In fact, Porto's authorities knew exactly what they wanted and what to expect from those regions since the Middle Ages, when the domination process began, up to the seventeenthth century (when the domination process was completed). The main objective was to achieve one "economic unit" as it was defined by scholars like Britnell,

¹³ An excellent case-study is Vila do Conde, a Northern Portuguese sea-port closely connected with Porto: POLÓNIA, 1999.

¹⁴ This has been a long-time tendency in the Portuguese historiography as well as some international; recent works by Amélia Polónia, Hilario Casado, Evan T. Jones, Mathias Tranchant, Jean-Phillipe Priotti, Inês Amorim, and myself bring the small ports into the spotlight and calling the attention for the important dynamics they had performed; there's a good revision of the traditional historiography in TRACY, 1990, 1991.

¹⁵ As an extensive programme of port development analysis proposed by Gordon Jackson, 2007: 8-27 points-out.

¹⁶ Northern province of Portugal which far limit stays at more than 220 km away from Porto.

Dyer, Eiden or Irsigler¹⁷, based on the domain of the city over the surrounding territory. If medieval times witnessed the first efforts made in that direction, the seventeenthth century was crucial for the city's history because Porto's entrepreneurs and promoters begun to change the Douro valley into the land of Port Wine and, at the same time, converted the city into an "hegemonic port"¹⁸, a gateway for wine trade at the service of the new leading men of international trade: the British merchants.

Some specific port activities were also a factor of attraction into the city, and promoted complementarity between regions, which must be underlined. The implementation of a naval construction sector attracted countless craftsmen and technicians particularly numerous in the shipyards. This tradition, which started earlier and continued along the Early Modern Period, had always been a motive for people drainage into the city: in 1656, in the era of the great galleons some 147 caulkers and ships carpenters worked on daily basis in the shipyard of *Ouro*, which meant the assemblage of comprehensive logistics¹⁹. Besides the buildings and warehouses, access ways, ramps for ships, and a complex personnel scale were needed.

Again the subject of city's and hinterland relations was present: to complement imports from Northern European countries, to transform raw-materials or even to completely produce them, agricultural and manufactory investments were made in the province. For instance in *Trás-os-Montes* an agriculture based on linen production was implemented and put up to the point where rope and sails production for ship-equipment was possible²⁰. And in the case of wood the supplies came from the neighbourhood forests and also from the ones located up-river Douro. And again, the subject of hinterland domination through jurisdiction comes out.

In this study I'll point out the most significant facts of this territorial control process, which was planned in order to supply solid sustain to merchants' initiatives, and the way things were conducted in order to get effective and efficient the economic features of this port. As I wrote back, the thesis supported in this study focuses the crucial role performed by ports hinterlands while supportive regions for port prosperity, by analysing the case-study provided by Porto. For this purpose, I'll show up and comment charts that I believe can be very informative about each phase of the process, and I'll emphasize the international context of this evolution.

¹⁷ The discussion of the way in which rural development supported urban and seaport growth, about market integration, size, functions and town relations, economic development and special articulation between cities and their hinterlands can be followed in BRITNELL, 2000; DYER, 2000; EIDEN and IRSIGLER, 2000; GALLOWAY, 2000. See also IRSIGLER, 1996: 1-33, cit. by EIDEN and IRSIGLER, 2000: 46.

¹⁸ As it was defined by GUIMERA RAVINA, 2002: 237-255.

¹⁹ About the logistics implemented in the Ouro shipyard, see AHMP (Porto's Municipal Archive) – *Provisões* (Royal privileges), liv. 3, fl. 23; AHMP — *Vereações*, liv. 25, fl. 509; *Corpus Codicum...*, cit., vol. V, p. 55; ADP (Porto's Provincial Archive) – *Contadoria da comarca do Porto* (Provincial customs accounts), liv. 0007, fl. 193; TT (Portuguese National Archive, Torre do Tombo, Lisbon) – *Chancelaria de D. Afonso VI* (Royal Chancery of Afonso the VIth), liv. 28, fl. 198, etc.

²⁰ In the case of rope and cable production, in articulation with the great rope-factory of Porto and, in the case of sails, within the scheme we know as *verlagsystem*, which in fact covered all Portuguese regions; POLÓNIA, 1997: 11-23; CRUZ, 1983: 125-130.

2. In the eighteenth century Porto was a known port within the Atlantic system being one of the most important ones in the context of the contacts established between Europe and the Atlantic settlements in Brazil and Western Indies, by providing continental markets of some interesting merchandise. Commodities from Brazil, mainly sugar and tobacco, were abundantly commercialized starting a shipment that would change these goods into mass consumption ones. At the same time, wine produced in Douro valley, some 150 kilometres away from the city, also succeed. That mean that, in an era of overseas expansion, commercial richness could be obtained within narrow homeland territories; and mean as well that hinterland was crucial as economic wealth was concerned, commercial prosperity included.

Recent historiography studies have typified the scheduling of medieval and modern cities according to their function and hierarchy. Some of these concepts come from a profitable interdisciplinary dialog with Geography, as well as Economy, Sociology and Anthropology, which produced new operating concepts in urban dynamics. The city was defined as a place of centrality, serving commercial, administrative, religious and cultural necessities of its spheres of influence, facts pointed by Christopher Dyer in a recent article, very useful for the present study²¹.

Urban centres were organized in hierarchical terms; each one's position and influence is determined by the scale, value and variety of its functions, and also by its ramifications and vital articulations. We are dealing here with the theme of *centralities* and market formation: if the biggest cities have the tendency to supply the surrounding territory of manufactured goods and imported commodities, the latter was generally dominated by primary activity and performed the role of first necessity provisions and goods supplier to the city. Whenever possible, as it was in Porto, the city could turn into a gateway and a mediation point from where a big part of the hinterland productions (manufactured goods included) where commercialised and shipped away. That kind of dynamics motivates a constant flow between them, with the hinterland feeding the city of workers/employees needed in economical, social, administrative and military services developed through the urbane space, besides merchandise meant for commercial purpose.

Though demographic behaviour constitutes decisive factor for the markets health, in this paper I will mainly attend the political procedure that lead Porto to control the territory and determined the forms of co-operation that suited it best: the affirmation of the city and its elites, the management of economics and merchandise circulation according to its projection strategies between the Middle Ages and the seventeenth century.

Since medieval times, the Portuguese were aware that territories enjoyed different statute. They were distributed in three ranks:

- the inner city or the "urban" perimeter;
- the suburbs or periphery (or *arrabalde*);
- the surrounding territory or hinterland (*termo* or *alfoz*).

If we consider these places according to the predominant occupational genre – within the context of Medieval and Early Modern economy – the first was dedicated to the secondary activity, mainly manufacture and crafts, with a strong presence of transport and commerce

²¹ DYER, 2002: 103-109.

activities and the emergence of pure tertiary sector activities in the form of jurisdictional and government institutions; although the suburbs enjoyed an agricultural statute, they more and more displayed a strong secondary sector with some “industry” and manufacture²²; as far as the hinterland is concerned this was mainly dedicated to primary sector, that means agriculture and agriculture both for foodstuff purpose and for industrial ends.

Suburbs and hinterland evolution cannot be separated from city’s development. The growth of the urban territory by the erection of new walls (in the fourteenth century as far as Porto concerned) had two major effects: the formation of new borrows inside the urban perimeter “gained” from the suburbs; and the establishment of a new periphery in areas once distant from the city centre.

This was a process experienced in Porto where up to the nineteenth century old suburb districts were gradually integrated in the city: Miragaia, Massarelos, Cedofeita, Santo Ildefonso during Early Modern Period; Campanhã and Paranhos, which were a bit more distant, at the end of the nineteenth century, they all changed into city neighbourhoods.

In the Middle Ages *umland* and *hinterland* were already perfectly understood as spheres where vital exchanges for the future of the local economy took place and were wholly established.

A great deal of economic resources were produced in the surrounding fields since then. The land was always fertile, well-populated and able to produce both victuals and manufactured commodities. Besides, by the sea-shore fishing and trade were successfully accomplished from active small harbours which depended on the city in supply and marketing. On the other hand, all these economic resources (mainly salt, wine, olive oil, sumac, leather, fresh and dry fish, etc., in large quantities) were of the most importance for city’s business progress. International trade was very demanding, and in order to succeed among such tough competitors as the Basque, the Bretons, the Italians, and the English, Porto’s traders needed to present solid arguments like the ones they could get with the sale of those products. And so, the city had to find a way to control the places where they were produced and obtained, and profit from their potentialities by governing them. Without a thriving territory, or failing to dominate it, then city’s prosperity would always have been reduced.

The advantages presented by Porto’s hinterland were as follows: largely populated capable to supply manpower, feeding the city’s growth and the development of its professional activities, and particularly fertile of agro industrial products to nourish city’s inhabitants and feed their trade.

These were obviously most valuable assets for a seaport intended to be projected at an international level. From the thirteenth century a maritime port opened to international contacts, a maritime society and a maritime economy grew up based on the hinterland productions. By the sixteenth century, transatlantic commodities were traded simultaneously along with the mentioned traditional products from the hinterland. That meant solid trade economy, able to resist fluctuations that occurred within international demand²³. We can say, either, that Atlantic

²² That, of course, never out-ranked agriculture, farming and cattle breeding, etc.

²³ For instance, when northern European competitors troubled the Portuguese sugar trade, Porto was able to resist focusing its business in wine or salt.

operations – mainly in Brazil and West Indies – were possible because some sort of organized and reliable local trade market was shaped by Porto’s merchants, which became rulers of the city in the Middle Ages, acting over its hinterland; imposing co-operation.

This said, very soon, Porto’s authorities realised they needed to rule the territory. Which is easier to say than to do; territory and jurisdiction were not offered; achieving those was a different task. And they were built on the basis of opened confrontation, imposition, and development of a concrete, planned project, persistently implemented. Certainly, this advance was only possible, in an early stage, thanks to the support of the central government²⁴. But this support was conquered with perseverance, it was toughly justified and negotiated, and in the end it was recognized. In the eyes of the Crown such project supposed the existence of a local strong and relatively unified power, which was very handy in a period of affirmation of royal prerogatives struggling against feudal jurisdictions. Powerful cities meant support, and they were the best way to ease the influence of the great manorial houses still predominant in the medieval political scene.

In sum, Porto’s objectives were achieved through a combination of strong propaganda near the King and intense pressure over the countryside regions.

Porto’s initial full-scale pressure over the surrounding populations took place when a second row of city walls was built²⁵. That was the first strong move to the official reconnaissance of this projected domination.

This initial growth should be put in context with what went on in Europe between the eleventh and thirteenth centuries. The “commercial revolution” reached the Northern coast of Portugal in the thirteenth-century; in Porto its commerce propensity noted in the way population approached the river and took advantage from its potentialities was based in previous contacts made with European merchants in the context of the Iberian Christian *Reconquista* (ninth to twelfth centuries). Thus, this military process provided the city with a new space of wealth, at South, and made Porto an unavoidable path for the traffic heading North and South of Douro river.

3. One must be aware of the fact that the second wall meant, also, a strong desire of commercial port facilities normalisation in view of the trade progress experienced by then. It is known that such urban structures were determinant in terms of logistic improvement. Shaping port areas according to the merchandise exchanged²⁶ as could be seen in Porto was of the most importance and, from then-on (1347), some specialised areas of its port following that criteria emerged: *Lumber Gate* (“Postigo das Tábuas”), *Charcoal Gate* (“Postigo do Carvão”), *Quay and*

²⁴ In 1369, and by city’s request, the King recognized and determined that there was no need that places around Porto like “Bouças”, “Gondomar” and “Massarelos” had their own judges because their “business could be properly dispatched in the City Hall”; *Corpus Codicum*, I, p. 110.

²⁵ In the first half of the 14th century, and had the effect abovementioned: some suburb neighbourhoods were integrated within city limits.

²⁶ TRACY, 2000.

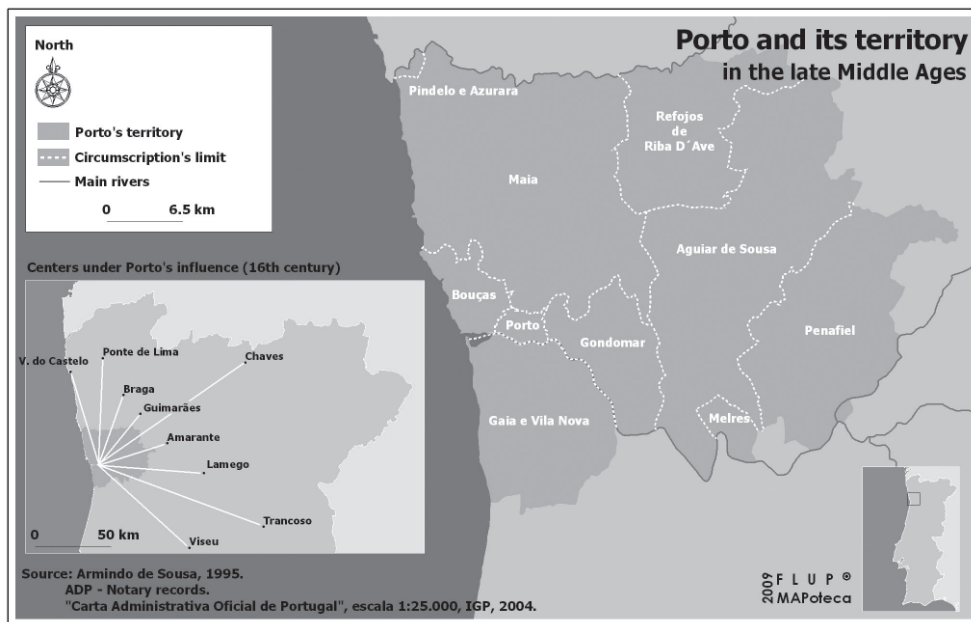
Gate of the Warehouse (“Cais e Postigo da Arrecadação”), etc. From the wall also emerged substantial docks²⁷ with solid rock quays meant to facilitate cargo handling operations.

For the construction of the second wall row massive collaboration of the surrounding territory – by then, still not officially integrating the jurisdictional *termo* – was required and systematically applied; better said: they were sharply imposed. It will be enough to verify the remaining medieval records to understand the level of the protests coming from the country against the successive obligations published in the city obliging the hinterland inhabitants to bring the stone needed in the wall-works, and to work in it or paying for it. This project went through great part of the fourteenth century (it ran for over three reigns, *D. Afonso IV*, *D. Pedro* and *D. Fernando*, until the 1380’s) and I believe it meant the decisive step for the official recognition of the city’s jurisdiction over the nearby territory, because no matter how strong the protests were, no matter how many bills of indictment, no matter how many appeals to the king’s court were sent, the wall was built and, in parallel, King *D. Fernando* had confirmed Porto’s jurisdiction over those lands through successive letters of privilege which continued until the next reign (of *João I*), when the process was completed.

The obvious intention of this city’s projection was to ensure tax revenues, labour force, and population augment. In time, when the city’s administration ran undisputedly over the surrounding area, identical requests were published. In the sixteenth-century an expensive street was opened, several arteries were paved, a solid-stone quay was built, and so were a castle and a fortress. And for all of these works, major contributions of those outside the city were required. With identical reactions than before: strong protests, complaints and refusal attempts from those who were ordered to pay or to work or to bring materials, burdens that from then-on would be borne systematically by the hinterland population.

²⁷ The first one or at least the more noticeable was built in 1439.

Map 2
Porto's jurisdiction and area of influence



Map 2 gives an idea about the mentioned political construction of the *termo* that became effective in the fourteenth century. Over the command of the city there was a region delimited at West by the sea, its natural exit and project of prosperity, and at East, composed by populated territories which guaranteed abundant labour force and essential merchandise for local consumption and trade.

In the final years of the fourteenth century, a very concrete strategy to reinforce domination over this territory was implemented, through the institution of the salt trade monopoly. This issue emphasises the process of hinterland domination by the city, and the continuation of the imposed cooperation process.

Since the early Middle Ages salt reached Porto mainly from Aveiro, approximately 80km south from the city. Salt production was very important in that region and some Porto's merchants and inhabitants owned saline's and managed significant business dispatching numerous ships with salt they stored and sold in warehouses placed near the city quays.

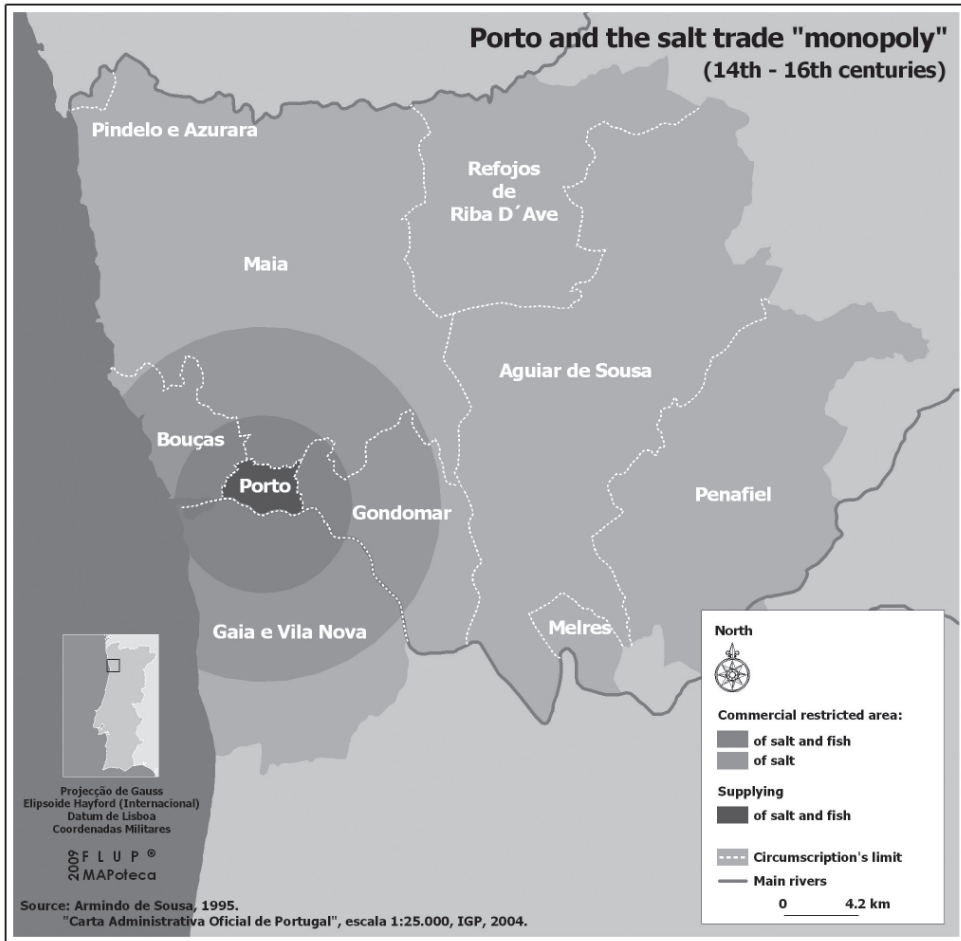
The salt possession became a key factor for the city's international trade, and very soon Porto achieved the monopoly of this commerce in northern Portugal, a statute that was sanctioned by the Crown and huge revenues obtained with this traffic flowed. Furthermore, the salt was exported throughout the Douro bar in the direction of the Galicia markets and, also to northern European staple centres. However, there was an issue to resolve. Next to the city, in the neighbourhood village of Matosinhos, an auxiliary port, from long time salt plants existed and they were explored for fishing purpose and trade. Within the city's strategy of affirmation as a

business centre, to allow such practice was a way to compromise the projected monopoly. The intention was that everyone interested in buying salt should have to go next to the city to get it, and would have to bring their own commodities in exchange. Otherwise, if there was possibility at buying salt outside the bar avoiding the awful risks for the navigation with its crossing, it was obvious for everyone that Porto's commerce would be seriously affected.

To admit that practice was to face profits reduction and to irremediably condemn the city's affirmation project to fail. So, with no further delay, still during the fourteenth century (1392), and with some violence applied in the process, Porto rulers, previously authorized by the king, destroyed the more than one hundred existent salt plants in Matosinhos and stipulated that everyone who wanted salt had to come and buy it exclusively in the city. From then-on local fishermen, for instance, were forced to satisfy their salt needs in the city and, as a matter of fact, they also started to work as salt transporters from Aveiro for Porto merchants.

This prohibition was stretched out; very soon, and to avoid smuggling, the commerce of fish was subjected to the same regime with its acquisition being headed into the town's markets. More than a matter of government, this was a matter of economic policy, and these ordinances were approved in the same spirit or course of action: to direct to the city the whole of the commercial movement, imposing economic practices.

Map 3
Salt and fish trade monopolies



As a result of these rules, at some point also extended to leather trade, Porto became an international port and their merchant ships soon became engaged in transport operations throughout Europe²⁸.

These solutions did not mean that the surveillance over the surrounding communities came to an ease. Holding jurisdictions was a very delicate problem in those times. The city was surrounded by groups of powerful men that could not wait to dispute them, and diverted economic routes in their favour. Thus, the Arnelas situation began.

²⁸ Actually, most of the international trade was performed far away from the city, since Porto masters chartered their ships to foreign merchants: for instance merchandise from Flanders to the Italian republics of Genoa and Florence, and from the Mediterranean ports to Northern Europe; BARROS, 2001: 259-295.

Map 4
The *Arnelas* situation



4. The Count of *Feira*, landlord of an extensive territory located in the south of Douro River shore, was one of the most active competitors disputing the river traffic control with the city; and he had arguments to be a very tough one. The sixteenth century was running when the conflict between these two entities, the city's authority and the Count, reached higher proportions. And this argument burst when the Count tried to seize the revenues of the traffic.

By that time, there was a considerable traffic carried out by boats coming down the River with wine, sumac, olive oil, iron, forest products, especially wood for shipbuilding purpose, and other important commodities. There was in addition a very prosperous commerce of grain essential for Porto's inhabitant's daily life support. Bulky barges, later on known as *rabelos boats* (mainly specialized in wine transportation), were starting a long history of traffic headed to Porto, to its warehouses in order to feed city's needs. Very soon, however, trade went beyond these local requests and a large part of the commodities brought in were diverted to the merchant navy, to supply ships headed to the Atlantic settlements and to European ports feeding a medium and long-distance trade. That was the case of sumac, which was particularly interesting for the northern European textile and tanning industries, and was a profitable complementary for the trade carried out by national merchants and ships returned from the American routes. In a few words: by then Douro river traffic meant a lot for the city's merchant economy.

That is why their rulers could never admit any kind of interference that might damage that monopoly. The attitude adopted by the city's government can be contextualized within the

framework of river richness – meaning by controlling the boat traffic or the passage and crossing, or strategic and profitable nearby lands²⁹.

Possessing the jurisdiction over some domain nearby the river, the Count tried to took advantage attracting it – or a big part of it – to a port under his jurisdiction. In 1553, using an old quay in the small village of Arnelas, 7,5 miles distant from Porto, on the left border, right next and outside the limits of the city, he decided to attract the boats and barges offering them better conditions by enlarging the structures of mooring and with tax reductions. He wanted to shift away from the city the boats that were sailing down the river loaded with sumacs and wines.

He also presented a supplementary argument to strongly enter the game: the Aveiro salt could easily reach that village, since the limits of his land reached closely to the salt territory and were served by an important road.

Like their equals in the fourteenth century, Porto's authorities reacted rapidly and firmly because they were aware of the serious danger that fact represented; and with the same efficiency. The city throw into the fight every trump available: for a start their representatives in the king's court managed to convince the sovereign of the inconvenience of such action; then, provided legal documents sanctioning their claims. With that, they managed to chase the traffic away from the anchorage post by threatening the ships owners with heavy fines and loss of personal goods.

In a matter of just a few months the question was resolved in favour of the city. The Arnelas project never flourished; the small village remained for centuries just a passage of the river served by a crossing barge, and only knew some liveliness during the realization of its annual fair.

Some few years later Porto's claims over the hinterland gained new dimension with a renewed Crown's support and recognition of its role. Besides international inclusion and commercial expansion, the seaport promotion and its articulation with the hinterland owe a great deal to the Spanish dynasty who ruled the country between 1580 and 1640. It was Phillip the second (first of Portugal) the founder of the provincial court seated in Porto, a judicial institution that reinforced the role of the city as a service provider for all Northern Portugal.

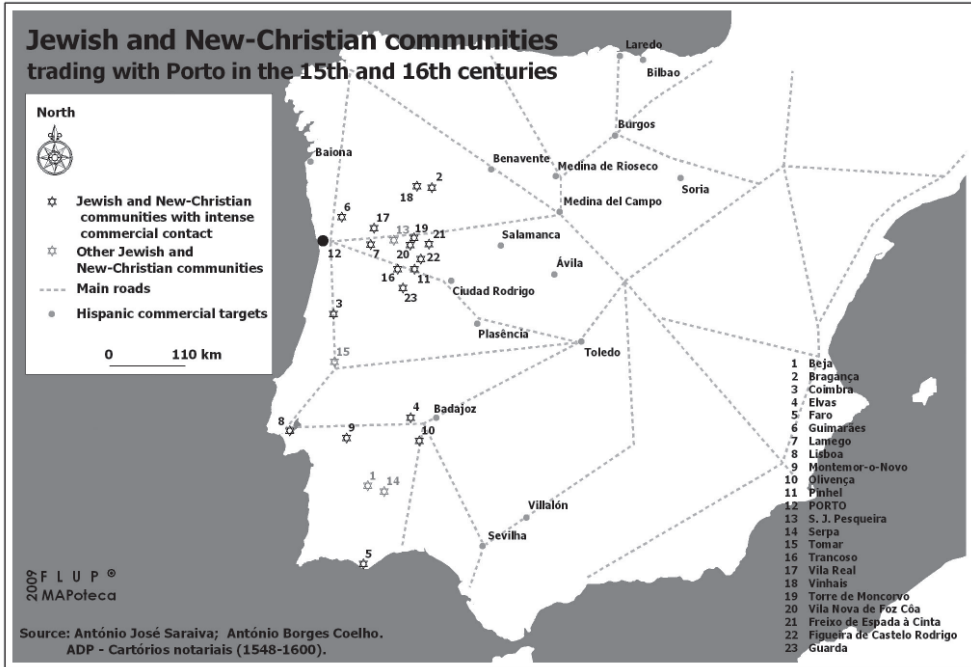
5. So far we have been seen relevant aspects of the political intervention of the city over the hinterland and adjacent territories, noticing an aggressive line of action with Royal support. This posture in fact meant imposed cooperation as well as self-organized initiative, although in some aspects an official central back-up was required to make them succeed. Now, an important part of the evolution regarding Porto and hinterland relations depended on the role performed by merchant communities within the Iberian Peninsula, their networks and the ties they established, the variety and range of business they performed, which were extremely important to improve an economic articulation and support.

²⁹ ROSSIAUD, 2007: 166.

Most of this was the outcome of Jewish and New-Christian (*Conversos*, in the Spanish world) interventions in the territory. In the following map we can observe the distribution of the fifteenth and sixteenth centuries New-Christian communities that had developed intense economic connections with Porto.

Map 5

Jewish and New-Christian communities contacting with Porto (fifteenth and sixteenth centuries)



It is possible to notice the concentration of contact points in the northeast border of Portugal³⁰, in the provinces of *Trás-os-Montes* and *Beira*. This delineation has its origins in the medieval period when Jewish communes settled in the bigger towns and next to communication lines, starting a process of economic improvement that would be especially enhanced by action of the New-Christian merchants in the sixteenth century³¹. For the most part they have been responsible for the decisive expansion of wine, sumac, leather and olive oil trade, making them

³⁰ Intentionally, there's no indication of national limits. These communities performed a role that goes beyond political borders, connecting and cooperating themselves in the context of an economical board that could not be limited by political issues.

³¹ See BARROS, 2007: 877-896; DIAGO HERNANDO, 2002: 749-764. Both studies focus the fact that the installation of *conversos* communities near the border lines after de decree of expel published by the Spanish Catholic Kings (march, 31st 1492) had all to do with the fact they keep contacts in both sides, which they explore maintaining an intense activity and eventually returning to their places of origin although leaving representatives (of their own families) in Portugal. In the case of Porto, they founded a powerful colony (probably aggregating the local Jews which from now-on cease to be mentioned in the documentation) extremely noted in the 16th and 17th centuries as we will see ahead.

available to exportation, both for Europe and the Portuguese and Spanish Atlantic overseas settlements. Furthermore, they were the first ones to realize that the money should be applied in the Atlantic enterprises, in the rising economy of sugar, the American silver and slave trade. They were, somehow, the builders of the Atlantic system, in which they managed to involve all the Portuguese maritime communities, in contrast with the previous oriental expansion in which private participation was partially obstructed by a Royal monopoly³². And more: with this, they managed to involve hinterland and inland regions in the Portuguese Expansionist process, promoting interesting forms of co-operation between the city, the hinterland, the productive areas, and the overseas settlements, in order to fulfil new and complex European requirements.

The way these merchants got organized, in extensive, dynamic and functional networks, accomplishing business in all vital centres of Europe and the Atlantic world, justifies the level of wealth they achieved³³. On the other hand, thanks to their activities, in less than one hundred years Porto became a city internationally regarded as a vigorous commercial centre. They were responsible for the big push that dynamized the local economy by founding banks and promoting capitals flow and investments that benefited the local merchant maritime fleet and an extensive body of traders who were directly engaged in business³⁴. They established fruitful relations with the most opulent European merchants, like Simón Ruiz and his company of Medina del Campo in Castille from where they created a system for sugar drainage into numerous places in Europe, namely Antwerp.

They created currents of distribution, played with the markets, invested in the purchase, sale and redistribution of hinterland products, took merchants at their service, and they were responsible for retailing international commodities such as English, Flemish and Castilian textiles and distributed them within provincial Portuguese centres³⁵.

Of course they were not alone in the process. From a long time Porto was characterized by the high level of its trade. Merchants existed and worked very well since the Middle Ages both in trade and in government. They established commercial firms, invested significant capitals in long-distance trade, and managed to engage in important international ventures. The problem was that, at some point in time they became stagnated, more concerned with governance and politics which, in fact, they never cease to practise, and remained in charge of the political destinies of the city for centuries despite they became second in trade, behind the newcomers. Although some of them noticed advantages by entering in an alliance with the New-Christian merchants, the majority remained separated, in their aristocratic pedestal. In fact, from merchants

³² Although new research contributions disclose ways of participation which study must be continued and deepened. See BARROS, 2004.

³³ Portuguese traders were, with the Spanish, the ones responsible for the most important trade (trade of high price commodities) in Antwerp in the mid 16th century; see SICKING, 2006: 799-800.

³⁴ More than 20 per cent of the city's inhabitants dedicated themselves to trade; actually they were registered like that; however, we have to consider that the 16th century way of life, in Porto, was marked by something that we can define as pluriactivity which means that the majority of the city, at some point, became committed within trade operations even at an international level. Ribeiro da Silva, 1988: 113-117, points some figures for Porto's Early Modern Society.

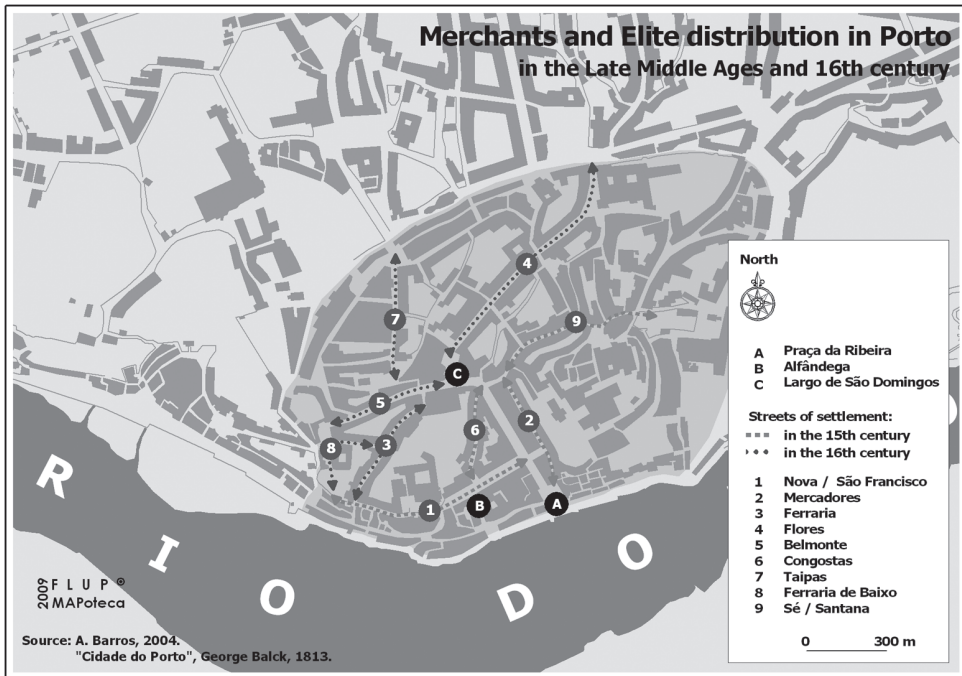
³⁵ Textile products were, in fact, decisive in what we can call the integration of the Iberian economy in the Atlantic and European contexts; see LUCAS VILLANUEVA, 2005. See also CASADO ALONSO, 2007.

they changed into elite, in most ways showing medieval mentality³⁶, somehow responsible for the cleavage between the city's mercantile groups.

So, the government of the city stayed in the hands of the old merchant dynasties in charge. Sometimes deciding things in favour of their New-Christian rivals when they believed the higher interests of the city were at stake, but many times disputing their contestant's wealth³⁷. Moreover, and in my point of view quite interesting, was the rivalry between both groups in the district city streets the two groups chose to live in, as if this arrangement created two different cities: one medieval, close to the cathedral, a part of the town's old memories, and the other a new one, Northern-European Renaissance style from where the Atlantic ventures were designed.

Map 6

Merchants neighbourhoods in Porto, fifteenth and sixteenth centuries



Having at their disposal a solid background that was offered by the hinterland and the continental contact areas, very well incremented by the richness of the Atlantic trade they performed, Porto's merchants had built a solid commercial network that enable them to participate directly in the growth of the sixteenth century international trade.

³⁶ For instance, they start to invest in land and property in the province acting like noblemen.

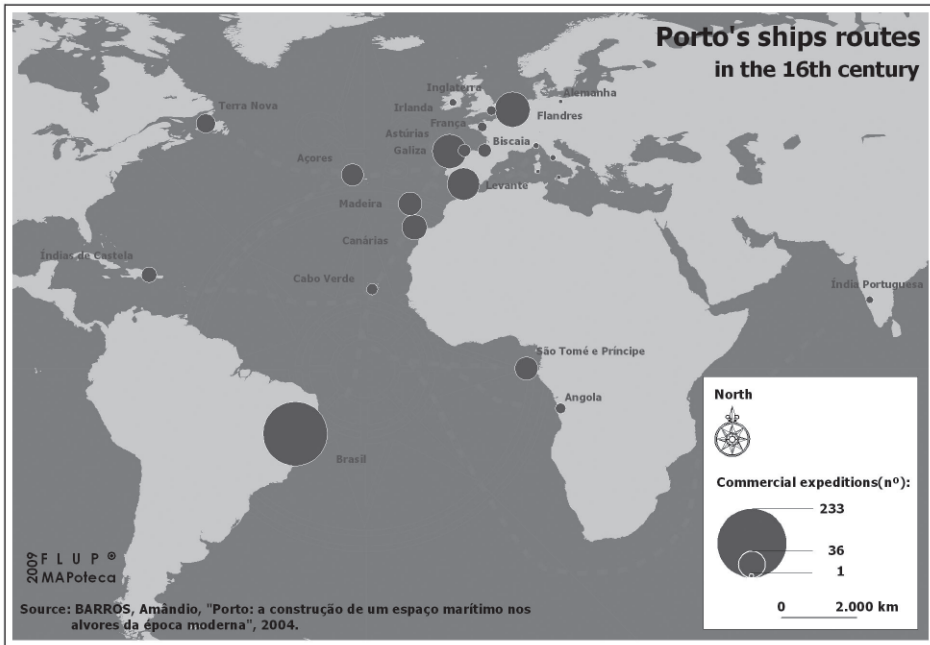
³⁷ Exemplos de defesa dos interesses, questionar o papel da Inquisição que, se não foi requerida pelos velhos mercadores pelo menos não parece ter sido contestada com firmeza.

They had actually built a trade centre at a global scale from Porto whose wealth, as we have seen, derived from Brazilian sugar and Douro commodities. They were connected with financiers in Lisbon, Madrid, Antwerp, and Lyon dislocating commodities, speculating and developing trade networks on self-organized basis that were responsible for the promotion of ports and maritime communities related with the Atlantic enterprises.

We cannot think of this in terms of a huge flow of capitals and goods from each one of these ports and small centres; however, the sum of all the trades and relations developed from them matters. If we look closely to the figures of imports of Brazilian sugar, for instance, from Porto, Viana do Castelo and Vila do Conde in the last quarter of the sixteenth century³⁸, we can easily reach to the conclusion that the Northwest Portuguese ports were one of the main sugar entrances in Europe³⁹.

Map 7

Intensity and directions of Porto trade in the sixteenth century



6. That statute would remain in the early decades of the seventeenth century. However, conditions were about to change. If Brazil, in the eve of another huge contribution to the world economy (I mean, the one represented by the discovery of gold mines and the gold flows in the first half of the eighteenth century), kept on being a referential for the commercial system

³⁸ Despite the fragmentary character of these figures, due to the lack of consistent records.

³⁹ There are a lot of contracts that explicitly point the fact that the sugar transported should be loaded to Porto, or Viana, and not to Lisbon, because this port was jammed with other traffics.

managed from Porto, the concurrence led by Dutch and English in the Atlantic⁴⁰ pushed the search for alternatives. These were looked for within the home territory and, definitely in the Douro valley. The once modest wine explorations became extensive vineyards, the *quintas* that mean the future *Port-wine quintas*. And a new era of business between the city and the hinterland went underway, as well as a new opportunity for the landlords, most of them descendents from the old medieval urban elite, started. Taking advantage of the international context wine shipments were massively direct to the European markets, mainly in Britain, and in parallel, to the Portuguese overseas settlements.

That fact meant the final step in the process towards an articulated economy, which was, most of all, the result of the river navigability. The interest put on the works launched in order to make effective and efficient the traffic in the Douro river displayed all the interest the city had in that region, vital to its business, and, at the same time, the notion that the homeland market articulation would be a valuable asset to the city's commerce. That represented as well, a form of co-operation and also a way of promoting a broad attention and interest towards the port activity. Although the first attempts to remove obstacles were made in the sixteenth century⁴¹, it was only during the seventeenth and eighteenth centuries – especially in this last one – when the real works were actually carried out. Obstacles such as river fishing tackles and, especially, the rocks that existed all over the canal, as well as the river-fall of Cachão da Valeira which totally obstructed the navigation, were the main concerns. We must keep in mind that due to the geographical accidents (high lands and sparse roads), land communications between the city and the province were very hard to accomplish. They meant also an impediment to the real development of the Douro valley region and its wine economy. At the same time, a set of major works were executed in the bar entry by removing some of the most dangerous reefs that obstructed it and made the navigation headed to Porto extremely hazardous. One of the most significant interventions consisted in the creation, in 1584, of an official body of bar pilots by initiative of the Municipality and sanctioned by the King⁴². Coasts that would have to be supported by trade revenues and tax reduction or exemption.

Although progress was made throughout the Early Modern Age, it was only after 1788-1792, when the Valeira fall was removed that a new era of relations between the littoral and the interior began. Most of all, a direct navigation became possible making easier the economic flow in the territory. From then-on, the river Douro became, definitely, the fastest and cheaper line of communication and way out of Douro province and Northern Portugal products to Porto, making effective the potentialities and the articulation between the littoral and the interior.

⁴⁰ The rise of long-distance colonial Dutch commerce and its paramount importance for the whole Dutch society and world trade dates from the 1590s; ISRAEL, 1995: 311, 313, 315-327. Despite the difficulties of central government resources to shape an overseas policy and a massive interest in overseas commitments, English entrepreneurs managed to achieve important positions in the Atlantic world; see the various essays published in CANNY, 1998.

⁴¹ In fact, before 1531 attempts to destroy some rocks in the river with “vinegar fire” were made; see FERNANDES, 1531 [2001]: 95.

⁴² BARROS, 2004, I: 124. It's important to observe that an existing bar-piloting service already existed in the city since the Middle Ages although not in official terms and contracted whenever was necessary by the masters and ship captains.

Being a long-time hub of intense networks and maritime connections, Porto's maritime economy, although from then-on dominated by wine trade, remain as a cluster where immigrants from the countryside found job opportunities both in the city and their merchant marine or, through it, access to the overseas regions.

Nevertheless, the vigour of old times was somehow lost, at least in self-initiative and leading roles once performed. The fact is that, in Porto, the language of the business changed, more and more, into English, and, for the most part, international trade became dependable on the British demand. And a new financier system was introduced, with great consequences: the foreign finance assumed the investment in rural estate and agrarian structures vocationed to wine production which proves again the economic articulation between the city and the hinterland. That led also to the growing of the State intervention reinforcing the presence of the central policy in the economic activity. Those were the days of the monopolistic companies, especially the Port-Wine Trade and Agriculture Company (*Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*), established by Pombal in 1756, which represented the decrease of small merchants and small investors opportunities, and an attempt to control foreign agrarian investment by the regulation of the first demarcated wine region in the world. Although at a certain point successful, these politics were compromised by the dismissal of Pombal from government, and the international economic context dominated by the English⁴³. The British colony in Porto grew extremely quickly, and an English factory was established in the heart of the city, in the medieval place once called "New Street" that soon changed its name into "The New Street of the Englishmen".

Acronyms

ADP = Arquivo Distrital do Porto

AHMP = Arquivo Histórico Municipal do Porto

TT = Torre do Tombo

Documentary sources and references

ADP (Porto's Provincial Archive) – *Contadoria da comarca do Porto* (Provincial customs accounts), liv. 0007, fl. 193

AHMP (Porto's Municipal Archive) – *Provisões* (Royal privileges), liv. 3, fl. 23

AHMP – *Vereações*, liv. 25, fl. 509

Corpus Codicum..., vol. I, p. 110

Corpus Codicum..., vol. V, p. 55

TT (Portuguese National Archive, Torre do Tombo, Lisbon) – *Chancelaria de D. Afonso VI* (Royal Chancery of Alfonso the VIth), liv. 28, fl. 198

⁴³ An excellent insight of the Port-Wine evolution in PEREIRA, 1998: 37-77.

- BARROS, Amândio – *Barcos, banqueiros e cativos. Os portuenses e o Mediterrâneo nos séculos XV e XVI (Ships, bankers and captives. The Portuguese and the Mediterranean Sea in the fourteenth and fifteenth centuries)* in *Portugallo mediterraneo*, (a cura di Luís Adão da Fonseca e Maria Eugenia Cadeddu). Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche/Istituto Sui Rapporti Italo-Iberici, 2001, p.
- BARROS, Amândio – *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos Tempos Modernos (Porto: the building of a maritime space in the Early Modern Times)*. 2 volumes. Porto: Faculdade de Letras, 2004
- BARROS, Amândio – *Alterações nas elites mercantis portuguesas no tempo dos Reis Católicos. O caso da cidade do Porto (Changes in the Portuguese mercantile elites in the days of the Catholic Kings. The case of Porto)*, in Colóquio internacional sobre Isabel la Católica, in *Isabel la Católica Y su Época, Actas del Congreso Internacional 2004*, Luis Ribot-Julio Valdeón-Elena Maza (coordinadores), vol. II. Valladolid: Universidad de Valladolid/Instituto Universitario de Historia Simancas, 2007, p. 877-896
- BASTO, Artur de Magalhães – “Eleição dos juizes da cidade” (City’s judges election), in “*Vereações*” (Municipal meetings acts, in ancient Portuguese). Porto: Gabinete de História da Cidade, 1937
- BRITNELL, Richard – *Urban demand in the English economy, 1300-1600*, in *Trade, Urban Hinterlands and Market Integration c.1300-1600*, ed. James A. Galloway (Centre for Metropolitan History, Working Papers Series, No. 3; London: 2000) ISBN 1 871348 55 2, p.
- CANNY, Nicholas, editor – *The origins of Empire*, in–*The Oxford History of the British Empire*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998
- CARDOSO, António Barros – *Baco & Hermes. O Porto e o comércio interno e externo dos vinhos do Douro (1700-1750)* (Backus & Hermes. Porto and the internal and external Douro wine commerce, 1700-1750). Porto: GEHVID, 2003
- CASADO ALONSO, Hilario – *El comercio entre Castilla y Portugal en el siglo XVI como factor de integración: el caso de los tejidos (Trade between Castile and Portugal in the sixteenth-century as an integration factor: the textile case)*, preliminary version, in XXVII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social — *Globalização: perspectivas de longo prazo/ Globalization: long-term perspectives*, Lisboa, 2007
- CRUZ, António – *O Porto nas navegações e a Expansão* (Porto in the navigations and in the Expansionist movement). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983
- DIAGO HERNANDO, Maximo – “Efectos del decreto de expulsión de 1492 sobre el grupo de mercaderes y financieros judíos de la ciudad de Soria” (“Effects of the 1492 expelling decree over the merchants and financial Jewish group of Soria”), in *Judaísmo Hispano*, Estudios en memoria de José Luis Lacave Riaño. Madrid: Junta de Castilla y León/Diputación Provincial de Burgos/The Rich Foundation/Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, p. 749-764
- DYER, Christopher – *Trade, urban hinterlands and market integration, 1300-1600: a summing up*, in *Trade, Urban Hinterlands and Market Integration c.1300-1600*, ed. James A. Galloway (Centre for Metropolitan History, Working Papers Series, No. 3; London: 2000) ISBN 1 871348 55 2, p.

- DYER, Christopher - Small places with large consequences: the importance of small towns in England, 1000-1540, in "Historical Research", vol. 75, nº 187 (February 2002), p.
- EIDEN, Herbert; IRSIGLER, Franz – *Environs and hinterland: Cologne and Nuremberg in the later Middle Ages*, in *Trade, Urban Hinterlands and Market Integration c.1300-1600*, ed. James A. Galloway (Centre for Metropolitan History, Working Papers Series, No. 3; London: 2000) ISBN 1 871348 55 2, p.
- FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas (Description of the territory around Lamego two leagues, a sixteenth-century manuscript)*. Edited by Amândio Barros. Lamego: Beira-Douro, 2001
- GALLOWAY, James A. (editor) – *Trade, Urban Hinterlands and Market Integration c.1300-1600*, ed. James A. Galloway (Centre for Metropolitan History, Working Papers Series, No. 3; London: 2000) ISBN 1 871348 55 2
- GUIMERA RAVINA, Agustín – *El vino y los puertos de la Europa Atlántica: Burdeos y Oporto (siglos XVIII a XIX)* (The wine and the Atlantic European Ports: Bordeaux and Porto, 18th to 19th centuries), in "Douro: Estudos & Documentos" ("Douro: Studies & Documents"), vol. VII (14), 2002, p. 237-255)
- IRSIGLER, Franz – (see EIDEN, Herbert)
- IRSIGLER, Franz – "Jahrmärkte und Messesysteme im westlichen Reichsgebiet bis ca. 1250", in P. Johaneck and H. Stooß (eds.), *Europäische Messen und Märktesysteme in Mittelalter und Neuzeit* (Cologne, Weimar and Vienna, 1996), pp. 1–33
- ISRAEL, Jonathan I. – *The Dutch Republic. Its rise, greatness, and fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon Press, 1995
- JACKSON, Gordon – *Early Modern European seaport studies: highlights & guidelines*, in *European Seaport Systems in the Early Modern Age – a comparative approach*, coord.–Amélia Polónia e Helena Osswald. Porto: Instituto de História Moderna, 2007, p. 8-27
- LUCAS VILLANUEVA, Oscar – *El Cantabrico y el espacio económico Atlántico en el siglo XVI*, 2005 (*The Cantabrian sea and the Atlantic economic space in the sixteenth century*), in [V Congreso de la Asociación Española de Historia Económica], available in www.usc.es/estaticos/congresos/histec05/b24_lucas_villanueva.pdf
- O Porto e a Europa do Renascimento (Porto and Renaissance Europe)*. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1983
- PEREIRA, Gaspar Martins – *Um vinhedo milenar, um vinho universal* (A millenary vineyard, one universal wine), in *O Vinho do Porto. Vinhos do Douro (Port-Wine. Douro wines)*, "Enciclopédia dos Vinhos de Portugal". S/l: Chaves Ferreira, 1998, p. 37-77

- POLÓNIA, Amélia – *A tecelagem de panos de treu em Entre-Douro-e-Minho no século XVI (Sails industry in the Entre Douro e Minho province in the sixteenth-century)*, in *A indústria portuense em perspectiva histórica (Porto's industry in an historical perspective)*, Actas do Colóquio (realizado no Porto em 4 e 5 de Fevereiro de 1997), Jorge Fernandes Alves (coordenador). Porto: Centro Leonardo Coimbra/Faculdade de Letras, 1998, p. 11-23
- POLÓNIA, Amélia – *Vila do Conde um porto nortenho na expansão ultramarina quincentista – (Vila do Conde a Northern sea-port in the sixteenth-century Portuguese expansion)*, 2 volumes. Dissertação de doutoramento policopiada (PhD thesis). Porto: Faculdade de Letras, 1999
- ROSSIAUD, Jacques – *Le Rhône au Moyen Âge*. Paris: Flammarion, 2007
- SICKING, Louis - *Stratégies de réduction de risques dans le transport maritime des Pays-Bas au XVI^e siècle*, in “Ricchezza del Mare secc. XIII-XVIII”, Atti della “Trentasettima Settimana di Studi” (11-15 aprile 2005). Prato: Istituto Internazionale di Storia “F. Datini”, 2006, p. 799-800
- SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder (Porto and its territory (1580-1640). Men, institutions and power)*, 2 volumes. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto/Câmara Municipal, 1988
- SILVA, Francisco Ribeiro da – “A Alfândega do Porto: os diplomas legais que marcaram a sua evolução secular” (“Porto's customs house: the legal documents and its evolution”), in—*A Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro (Porto's customs house and the customs dispatch)*, catálogo da exposição. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1990
- SOUSA, Armindo de – “Tempos Medievais” (Medieval Times), in—*História do Porto (History of Porto)*, Oliveira Ramos, coord., 2nd ed. Porto: Porto Editora, 1995, p. 155-173
- TRACY, James D. (editor) – *The rise of merchant empires. Long-distance trade in the Early Modern World, 1350-1750*. Cambridge University Press, 1990
- TRACY, James D. (editor) – *The political economy of merchant empires. State power and World trade in the Early Modern World, 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991
- TRACY, James D. (editor) – *City Walls. The urban enceinte in global perspective*. Cambridge University Press, 2000

Christophe Cérimo¹

Entre impératifs stratégiques et subsistance civile: approvisionnement insulaire, cabotage et petits ports en Bretagne-sud au XVIII^e siècle

R É S U M É

Les études sur les microsites portuaires et sur les modalités du cabotage local attirent depuis quelques années l'intérêt des chercheurs en histoire maritime. Cet article se propose d'apporter une contribution à ce champs de recherche en illustrant la dynamique des petits ports de la Bretagne-sud au XVIII^e siècle, confrontés à l'approvisionnement d'une place stratégique majeure pour le royaume de France. À partir du traitement informatisé de sources généralement peu utilisées (archives du service de l'intendance militaire), cette étude de cas permettra de mieux comprendre la vie matérielle d'une garnison à l'époque moderne, d'apprécier les problèmes liés au ravitaillement insulaire et de saisir les processus établis pour y pallier.

«...Il faut risquer tout pour l'approvisionnement de Belle-Isle, et quand mesme la perte des bastiments que l'on enverra par le costé de l'est ne pourra s'éviter sur les rochers de cette coste, il ne faudra pas moins les faire partir, l'objet étant de faire passer des subsistances dans cette Isle et les autres secours dont elle a besoin...²»

C'est en ces termes explicites que s'exprime le ministre de la Marine en 1746 à l'ordonnateur de la Marine de Lorient sans cacher la préoccupation de Versailles pour le ravitaillement d'une place stratégique majeure du royaume de France. À la fin du XVII^e siècle, la mise en place d'un réseau d'arsenaux sur la façade Atlantique conditionne une véritable explosion du cabotage en Bretagne méridionale. Dès lors, deux acteurs majeurs animent une navigation littorale qui va aller en s'intensifiant à mesure de leur développement : la Marine royale sur les sites de Brest & Rochefort et la Compagnie des Indes à Lorient. C'est sur cette base que la Bretagne-sud en général et Belle-Ile-en-mer en particulier acquièrent une importance géostratégique de premier plan au XVIII^e siècle. D'une part, l'île est utilisée par les vaisseaux venant des Indes, ou des Antilles, comme poste d'atterrage. D'autre part, les courreaux bellilois sont le point de passage obligé des voies maritimes qui permettent le ravitaillement des arsenaux bretons. La sensibilité stratégique de cette zone n'échappe bien évidemment pas à l'état-major anglais qui multiplie les opérations navales exploitant tour à tour la guerre d'escadre, la course, les blocus ponctuels et

¹ Ingénieur de recherche & Enseignant en Histoire moderne, Université de Bretagne-Sud – CNRS Unité Mixte de Recherche 6258 CERHIO. –Christophe.Cerino@univ-ubs.fr

² Service historique de la Marine : 1-E4, 1746, F°387.

lançant sporadiquement des débarquements (Fig.1). Cet enjeu stratégique, associé à la nécessité de protéger une île peuplée de 5000 habitants, conditionne bien entendu la mise en oeuvre d'un important dispositif militaire comportant une citadelle remaniée par Vauban, un réseau d'une quarantaine de points fortifiés et une garnison dont les effectifs oscillent entre 300 à 3500 hommes en fonction de la conjoncture. C'est cette troupe qu'il faut en permanence alimenter, chauffer, éclairer, et armer, afin de maintenir le système opérationnel. De fait, l'approvisionnement constitue la donnée fondamentale de la défense belliloise, associant à chaque conflit les besoins civils et militaires. Il s'agit en effet d'alimenter l'île en permanence afin d'entretenir la garnison, mais également d'assurer à la population insulaire les moyens de subsistance suffisants pour éviter alors toute tentation d'exode vers le continent. Tâche complexe s'il en est qui pose diverses questions : Quels sont les besoins en fournitures et denrées nécessaires au maintien d'une garnison en milieu insulaire au XVIII^e siècle ? Quelle est la nature des problèmes posés par le ravitaillement ? Quelles structures et quels réseaux ont été mis en place pour assumer cette mission complexe ?

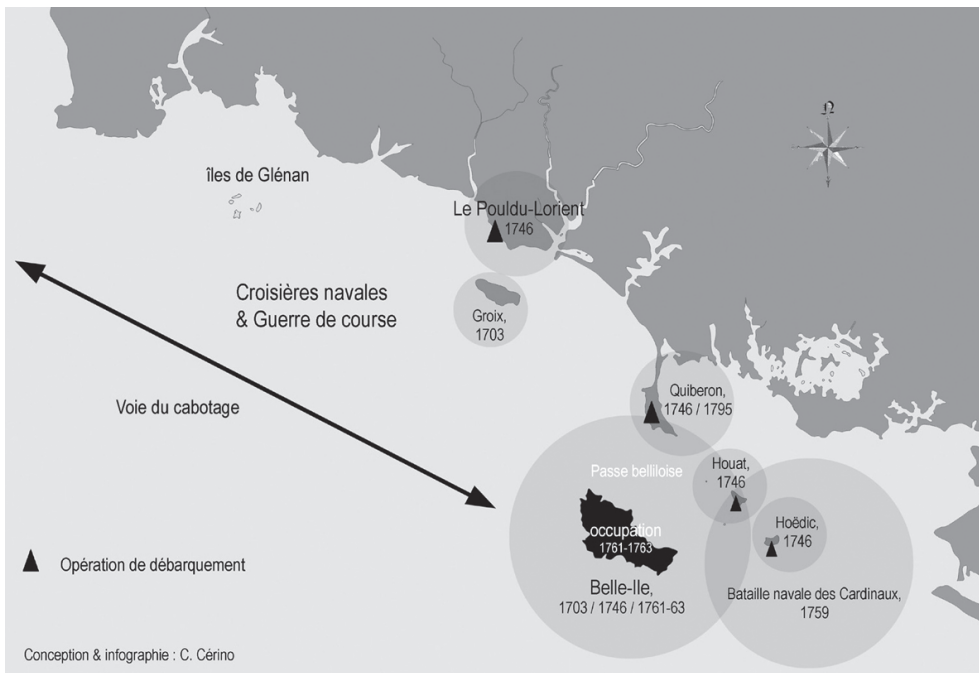


Fig. 1

Carte de synthèse des opérations navales en Bretagne-sud au XVIII^e siècle.

Pour tenter d'y répondre, et d'une manière plus globale dans notre approche méthodologique de l'histoire économique et sociale, nous avons opté pour une étude du «petit». En plongeant dans les sources du service de l'intendance militaire, dans les correspondances, dans les mémoires et dans les rapports conservés aux Archives nationales, dans les fonds du service historique de la Marine, et dans les Archives départementales de Bretagne nous avons pu suivre les fournisseurs,

les commandes publiques, les factures des marchandises et les réseaux commerciaux animant tous les ports de Bretagne-sud quelque soit leur taille, depuis les petits sites portuaires du Finistère jusqu'à la grande place nantaise³. Le recours à des bases de données relationnelles pour permettre des changements d'échelles et des approches globales, apprécier la nature et les quantités nécessaires à l'approvisionnement, repérer les sites portuaires sollicités et les interactions au sein du système de ravitaillement a été au cœur de notre recherche. Cet article propose d'en exposer quelques résultats sous la forme d'une étude de cas qui permettra de mieux appréhender quelques aspects de la vie matérielle d'une garnison au XVIII^e siècle et d'illustrer le rôle et le dynamisme des petits ports de Bretagne-sud.

Besoins stratégiques & limites de la production locale

Forte de ses 83 kilomètres carrés (Fig.2), Belle-Ile-en-mer jouit de conditions naturelles suffisamment favorables pour développer, à la différence des autres îles bretonnes, une importante activité agricole, appuyée sur deux composantes majeures. D'une part la culture du froment,



Fig. 2

Carte de Belle-Ile-en-mer par Cassini (XVIII^e siècle).

³ Aux Archives Nationales (*Fonds Marine*), aux Archives départementales d'Ille'& Vilaine' (*Série C*) et du Morbihan, ainsi qu'au Service historique de la Marine du port de Lorient (*Série 1-E4, et 1 P*).

dont la production totale permettrait de parler d'autosuffisance si les logiques commerciales ne l'emportaient pas parfois sur les besoins civils et militaires. Ainsi, en 1757, les fermiers du domaine répondent à l'intendant qui leur demandait 800 sacs de froment de Belle-Ile, que les grains ont déjà été vendus à la Compagnie des Indes, contraignant l'état-major à des importations...⁴ D'autre part, l'élevage ovin et bovin avec un cheptel relativement important⁵. Il permet cependant d'assurer les besoins en produits laitiers de la population, ainsi que la fourniture de viande pour les bouchers installés à Le Palais. Par ailleurs, il faut prendre en considération les ressources offertes par la mer, telle la pêche à la sardine; mais aussi la pêche à pied, facilitée par l'abondance en crustacés et autres bivalves sur l'estran. Tout le reste doit par conséquent être importé du continent, à commencer par des céréales non cultivées à Belle-Ile comme le seigle, de même que des aliments plus rares en milieu insulaire comme les fruits. Mais le besoin majeur concerne les combustibles, et plus particulièrement le bois dont l'absence sur l'île est complète. Ajoutons l'importation systématique des matières premières pour l'artisanat du Palais (bois, fer, charbon...), pour les outils agricoles et les fournitures nécessaires à la pêche (rogue, fil, hameçons...). Au total, si les productions locales assurent la survie de la population, il n'est pas possible, pour des raisons tant stratégiques que quantitatives, de prendre en charge la garnison qui au demeurant a des besoins spécifiques. En effet, elle ne peut théoriquement pas utiliser les productions agricoles locales car les consignes de sécurité prévoient de préserver au maximum les potentialités de l'île dans la perspective d'un blocus.

L'approvisionnement des troupes stationnées à Belle-Ile est une tâche complexe, dont les difficultés varient à la mesure de l'effectif et donc de la conjoncture. C'est une force oscillant entre quelques centaines à quelques milliers d'hommes qu'il faut en permanence alimenter, chauffer, éclairer et armer, afin de maintenir le système défensif opérationnel. L'étude des archives du service des vivres nous permet d'établir une liste variée de fournitures indispensables.

Citons pour commencer les besoins en bois de chauffage et de cuisson dont les quantités nécessaires pour un bataillon de 685 hommes logés à la citadelle sont estimées à 30 cordes par mois en hiver et à la moitié moins en été⁶. Suivis ensuite par les besoins alimentaires. Les menus nécessitent des ingrédients tels le lard salé et fumé, le beurre, le riz, les légumes secs (pois, fèves, haricots, lentilles), le fromage, le sel, le vin, l'eau de vie et l'huile de cuisson. Il faut de plus y adjoindre la consommation journalière de deux Livres de pain de munition par soldat. Le pain est cuit à Belle-Ile, tantôt chez les boulangers de Le Palais tantôt à la citadelle. En outre, les importations de biscuits préparés sur le continent sont relativement fréquentes en temps de guerre. Par ailleurs, la garnison est consommatrice de divers produits à usages domestiques comme par exemple les chandelles pour s'éclairer ou encore le tabac à fumer.

À ces marchandises directement liées à l'avitaillement des hommes, viennent ensuite s'ajouter un ensemble de fournitures matérielles plus spécifiques au contexte de guerre. Ainsi, les besoins

⁴ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1040.

⁵ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 5125. Environ 700 bœufs, 650 vaches et 5500 moutons en 1759.

⁶ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1049.

liés au campement conditionnent un approvisionnement particulièrement volumineux en pailles de couchage, en piquets, perches, faisceaux d'armes et autres toiles de tentes⁷. Le stationnement des dragons implique de surcroît la prise en charge de leurs chevaux. À titre indicatif, la consommation mensuelle de fourrage pour 300 têtes est estimée à 120000 Livres de foin⁸, et à 100000 Livres d'avoine⁹. Ajoutons les matières premières diverses pour les travaux de fortifications, tels les moellons, les carreaux de terre, les pavés, la chaux, les métaux, les solives de chênes, les planches de sapin, y compris même la pierre de taille, en quantité insuffisante à Belle-Ile. Enfin, nous ne saurions oublier les biens manufacturés liés au dispositif défensif renvoyant à l'équipement fonctionnel des installations (mobilier à usage de la garnison, matériel de service, outillage...) et plus encore à l'armement (fusils, poudres, munitions, pièces de rechange...)

Si les finalités stratégiques imposent l'entretien d'une garnison, elles commandent également d'assurer la survie des habitants. Cette conception de la « défense par le peuplement » est une constante de l'histoire insulaire qui prend une ampleur toute particulière au XVIII^e siècle à la mesure de la pression croissante exercée par la Royal Navy en Bretagne-sud. Au cours de la guerre de Sept-Ans, l'aggravation du contexte maritime conditionne progressivement une systématisation des relations entre l'intendance militaire et la population belliloise. Dans les premières années du conflit, le service des vivres procède à des opérations ponctuelles de soutien d'autant plus intéressantes qu'elles permettent le renouvellement des stocks. Pour les bois, par exemple, le stock est calculé sur la seule base de la garnison, pour un blocus de plusieurs mois. Afin de conserver cette marge de sécurité, tout en évitant l'altération des bois, on accepte d'en revendre au fur et à mesure aux Bellilois en remplaçant aussitôt les quantités distribuées¹⁰. À partir de 1759, les échanges avec la population évoluent bien au-delà des perspectives d'écoulement de stock. Au printemps, le ministre de la Marine s'inquiète... «...de ce qui regarde les habitants de Belle-Isle, pour la plupart déjà réduits à une extrême misère...»¹¹ Il s'agit alors de parer au plus pressé, en leur donnant les moyens de subsister jusqu'à la prochaine récolte. À cet effet, 30 tonneaux de froment, 60 de seigle, et 30 d'avoine sont expédiés depuis le continent, «...pour subvenir proportionnellement aux besoins des riches, des aisés, et des pauvres...» Cette prise en charge s'accompagne, en outre, d'une réflexion afin de prévoir une réserve alimentaire à destination des civils pour la durée de la guerre. La difficulté de la mission confiée alors au service des vivres est à la mesure du volume des marchandises à convoier représentant des milliers de sacs de céréales, de vivres divers et des centaines de cordes de bois, dans un contexte maritime particulièrement risqué... Les sommes avancées sur les budgets de la guerre sont partiellement récupérées lors de la vente des marchandises à la population civile. Néanmoins, une fraction de l'approvisionnement doit être cédée pour contenir au mieux l'aggravation de la misère, l'État jouant alors un rôle social au service de ses besoins stratégiques.

⁷ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 916.

⁸ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1046.

⁹ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1047.

¹⁰ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1048 & C. 1049.

¹¹ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1051.

Tel est le tableau que nous pouvons esquisser des besoins générés par les impératifs de défense de Belle-Ile-en-mer au XVIII^e siècle. La présence permanente de la garnison et le soutien à la population en période de guerre impliquent des importations régulières et bien souvent volumineuses qui nécessitent une organisation efficace appuyée sur un dispositif administratif et technique adapté.

Les modalités structurelles & techniques de l'approvisionnement

Défini par l'État comme une mission prioritaire en période conflit, le ravitaillement de Belle-Ile-en-mer mobilise de nombreux agents¹². Au premier plan, citons bien entendu l'intendant de Bretagne qui supervise l'ensemble du dispositif en tant que représentant du roi. Il s'appuie sur son réseau de subdélégués chargés de coordonner localement le déroulement des opérations. L'administration de la Marine royale est également sollicitée à plusieurs niveaux pour l'approvisionnement de l'île. D'une part, l'ordonnateur de Lorient et Port-Louis contribue régulièrement à l'organisation des convois maritimes, recevant directement et fréquemment des consignes du Ministre de la Marine. D'autre part, les divers bureaux des Classes doivent veiller sur la disponibilité des équipages pour armer les caboteurs. À Belle-Ile, c'est enfin au tour du commissaire des guerres et des commis aux vivres, relevant pour leur part du Ministère de la guerre, de coordonner les corvées de manutention des marchandises, d'assurer leurs distributions, de gérer les stocks et de formuler les commandes. L'ensemble de ces agents entretient une correspondance suivie avec leur ministère de tutelle et avec l'Intendant, permettant à Versailles de suivre de près ces opérations par le truchement de plusieurs canaux d'informations. De leurs côtés les instances provinciales, via la Commission intermédiaire des États de Bretagne, gèrent l'achat des fournitures nécessaires au logement des troupes dont elle ont l'attribution depuis 1732. Leurs agents doivent aussi trouver les embarcations suffisantes pour assurer les convois de marchandises.

L'ensemble de ces fonctionnaires royaux et provinciaux et l'implication forte de leur hiérarchie ne sont pas de trop devant l'ampleur de la tâche qui impose la mobilisation de tous les caboteurs depuis Quimper jusqu'à Nantes. Notons à ce propos que les armateurs bellilois ne participent que très marginalement au ravitaillement insulaire, disposant essentiellement d'embarcations de petit tonnage utilisées pour la pêche. Tout au plus une dizaine de chasse-marée sont armés à Le Palais au XVIII^e siècle. Le transport des marchandises est effectué par barques, gabarres ou chasse-marée. Bien que l'on préfère la navigation par convois d'une trentaine d'unités, les expéditions ponctuelles sont fréquentes en dépit des risques suscités notamment face au corsaires anglo-normands qui se cachent dans les criques des îles de Bretagne-sud. De fait, lorsque la Marine peut mettre à disposition quelques escorteurs, la taille des convois est augmentée. Les bâtiments de la Royale se présentent alors à la sortie des sites clés comme la rade de Lorient, l'entrée du golfe du Morbihan, ou l'embouchure des cours d'eau (Loire, Vilaine,

¹² Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 3808.

Laïta, Aven) afin de prendre en charge la protection en mer des caboteurs. Ce cas de figure idéal reste cependant relativement limité faute de moyens navals suffisants.

Au-delà des modalités d'organisation des convois, le ravitaillement nécessite également une attention toute particulière sur la gestion des stocks. Le magasinage des aliments s'effectue en partie dans les souterrains de la citadelle ventilés par des cheminées construites sur ordre de Vauban; et au moyen de divers locaux disséminés dans la place dont il est difficile de déterminer les affectations précises. Bien entendu, l'arsenal central abrite les armes et leurs fournitures tandis que les matières explosives sont protégées dans une poudrière circulaire spécialement construite à cet effet (Fig.3). Si les potentialités de stockage de la citadelle suffisent en temps de



Fig. 3

Plan du port de Le Palais et de la citadelle.

paix, il n'en va pas de même lorsque les périodes de conflits commandent l'établissement de réserves plus importantes. Le service des vivres a alors systématiquement recours aux magasins

de la ville, loués en général par bail de six mois. La gestion du stock induit par ailleurs de nombreuses opérations annexes. Les diverses manutentions du port à la citadelle, d'un entrepôt à l'autre, ainsi que les frais occasionnés par la distribution des produits à la garnison ou aux habitants, sont autant d'éléments à prendre en compte. Considérés dans leur globalité, ils attestent de l'intense activité du service des vivres et de l'ampleur des sommes qui lui sont allouées montant à près de 30 000 Livres sur la période 1759-1761¹³.

L'autre problème majeur lié au stockage d'importantes quantités de marchandises porte sur les capacités de conservation des produits. Le taux d'humidité, particulièrement élevé en milieu insulaire, est une des causes principales des dégradations organiques affectant au premier plan les denrées alimentaires, telles les farines, enjeu fondamental de l'approvisionnement. Faute de pouvoir éviter les pertes, on se contente tout au plus de les limiter en distribuant parfois des produits de piètre qualité à la garnison. Ajoutée aux précaires conditions de campement, cette donnée contribue notamment à accroître la mortalité frappant par période certaines unités. Les dégradations naturelles touchent aussi les matières premières. Exposés directement aux intempéries dans les fossés de la citadelle, les bois de chauffage ont une durée de conservation moyenne et un taux de pertes parfois élevé¹⁴. Par ailleurs, le volume et la nature des stocks constitués en temps de guerre contribuent largement à la prolifération des rats. Les magasins loués au Palais sont particulièrement vulnérables, les animaux passant par les toits ou creusant des trous au travers des murs.

Au total, les pertes sont certaines, parfois importantes, mais au-delà de l'aspect quantitatif, ce sont surtout les conséquences sanitaires qui paraissent les plus préoccupantes. Pour limiter au maximum les dépenses, l'État établit un circuit de redistribution des marchandises à destination de la population civile. Le dispositif fonctionne très souvent par le biais de mesures coercitives impulsées par l'intendant. Ainsi, en 1746, les boulangers bellilois sont obligés de faire usage d'un stock de farine en limite de péremption... De même, à la fin de la guerre de Succession d'Autriche, une ordonnance empêche les importations de bois sur l'île, afin de contraindre la population à s'approvisionner dans les stocks de la citadelle. En dépit de la liberté du commerce, cette interdiction subsiste jusqu'à l'écoulement total du stock, au printemps 1749...¹⁵ Le système accorde cependant une large place aux enchères publiques. Les parutions se font aussi bien à Belle-Ile que dans les ports de Bretagne-sud. Pratiquement toutes les denrées alimentaires sont « recyclées » de la sorte allant des vins aux viandes salées¹⁶, en passant par les fromages ou le beurre. Si d'ordinaire les négociants de Palais se positionnent au mieux pour racheter les produits, il n'est pas rare que des marchands venus de l'extérieur leur raflent l'adjudication...¹⁷

¹³ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1051.

¹⁴ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1051.

¹⁵ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1048.

¹⁶ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1037.

¹⁷ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1036.

Aire d'approvisionnement & problèmes de transport

Pour déterminer les composantes du système d'approvisionnement insulaire, notre enquête s'est appuyée d'une part sur une abondante collection dispersée de factures, de commandes ou de correspondances; et d'autre part, sur le développement d'une base de données relationnelles qui nous a notamment permis d'isoler la nature des marchandises, leurs provenances, les coûts du transport par cabotage, le surenchérissement des produits liés à l'insularité et bien entendu les ports d'embarquement. Les recoupements électroniques permettant de changer aisément d'échelle, il a alors été possible de modéliser le réseau d'approvisionnement bellilois qui s'appuie sur un ensemble allant des grands sites portuaires jusqu'aux plus petits ports de la Bretagne-Sud (Fig.4). C'est plus particulièrement le rôle joué par ces derniers que cette étude a permis de faire émerger, illustrant toute l'importance des petits sites dans le système caboteur breton au XVIII^e siècle.

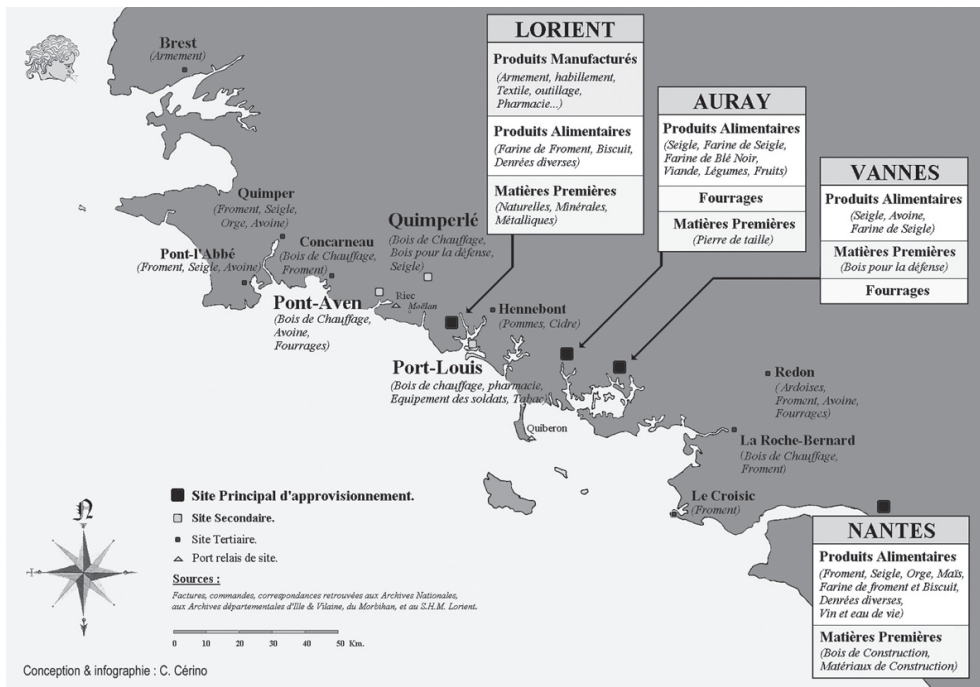


Fig. 4

Carte de synthèse du réseau d'approvisionnement bellilois au XVIII^e siècle.

En tête de réseau, nous trouvons sans surprise les ports disposant d'infrastructures plus ou moins élaborées comme Nantes, Lorient, Auray ou Vannes. Il s'agit de places assurant des échanges importants et variés avec Belle-Ile. Si Auray et Vannes jouent un rôle majeur en temps de paix¹⁸,

¹⁸ Pendant la guerre de Sept-Ans, Quiberon assure en partie le relais de ces ports.

un rééquilibrage s'opère au profit de Nantes et de Lorient pendant les conflits. À cet égard, il convient de souligner le pôle de redistribution constitué par l'arsenal de la Compagnie des Indes, en tant qu'entrepôt gigantesque de marchandises et producteur de biens manufacturés. Les produits alimentaires apparaissent au premier plan parmi les marchandises provenant de ces sites principaux. Malgré une production locale relativement importante, la majeure partie des grains consommés par la garnison est importée du continent. Le réseau de distribution est concentré sur le sud-est de la Bretagne, où Nantes occupe une place prépondérante suivie par la Roche-Bernard et Redon. De même pour le seigle et le blé noir qui proviennent principalement des ports d'Auray et de Vannes. Par ailleurs, divers produits dérivés des céréales, ayant subi une transformation primaire comme les farines de froment, voire secondaire comme le biscuit, émanent des fours et moulins de l'arsenal de Lorient ainsi que des installations nantaises. Les diverses autres denrées alimentaires proviennent essentiellement d'Auray et de Vannes (viandes, légumes, fruits...) en temps de paix. Pendant les guerres, les besoins accrus par l'augmentation de la garnison obligent alors à utiliser un réseau d'approvisionnement plus vaste au sein duquel Nantes, puis Lorient, jouent un rôle majeur. Nantes est par ailleurs le principal port fournissant les boissons alcoolisées telles le vin et l'eau de vie¹⁹, tandis que le cidre provient d'Hennebont. Au-delà des denrées alimentaires, les ports principaux assurent aussi l'approvisionnement en matériaux de construction utilisés tant pour les édifices civils que pour les importants besoins du dispositif défensif. Nantes apparaît une fois encore comme le principal fournisseur de bois de charpente, de peinture, de chaux et de verre tandis que les ardoises et les pierres de taille sont expédiées depuis Auray²⁰. Les magasins de la Compagnie des Indes et le port de Lorient fournissent pour leur part les matières premières d'origine naturelle (brai, amidon, chandelle de suif, cire, résine...), minérales (charbon de terre, soufre, salpêtre...) ou métallique (plomb, fer, acier...) de même que les produits manufacturés tel les biens d'équipement (meubles, ustensiles divers...) ou encore l'armement lourd et léger²¹.

En second plan, plusieurs petits sites portuaires de Cornouailles se distinguent en participant au réseau d'approvisionnement bellillois de manière fréquente et spécifique. C'est notamment le cas de Quimperlé, puis de Pont-Aven, en symbiose avec le port caboteur de Riec sur Belon et avec les ressources naturelles de Moëlan. Ce sont principalement les bois pour le chauffage, des compléments céréaliers et des fourrages qui sont expédiés depuis ces ports. Nous pouvons également considérer Port-Louis comme tel, malgré des échanges plus diversifiés.

Signalons enfin des sites tertiaires qui entretiennent avec Belle-Ile des relations ponctuelles. C'est le contexte de guerre qui permet de voir émerger ces ports en tant qu'éléments complémentaires du réseau d'approvisionnement. Leur rôle est probablement bien plus marginal une fois la paix revenue. Si la majorité de ces sites est caractérisée par un positionnement géographique de périphérie (Brest, Quimper, Pont-l'Abbé, Concarneau, Redon), d'autres, beaucoup plus proches (Hennebont, La Roche-Bernard, Le Croisic) voient leurs potentialités mises en veille par l'activité

¹⁹ Nos dépouillements ne signalent pas d'importations directes depuis Bordeaux, mais il est fort probable qu'un tel négoce ait existé, puisque Belle-Ile exportait des grains et de la sardine vers ce port.

²⁰ S.H.M. Lorient : 1-E4, 1745-49. Contrats passés pour les travaux de fortification.

²¹ La Série 1 P. des Archives du port de Lorient contient de nombreuses factures et états de livraison.

des centres principaux. Au bilan et mis à part Nantes, il apparaît que l'intégralité de l'approvisionnement repose sur un réseau hiérarchisé de ports, situés dans un espace semi-circulaire, dont le rayon depuis Belle-Ile est compris entre 45 et 65 kilomètres.

Au-delà de la reconstitution de ce réseau, l'informatisation des sources nous a permis d'appréhender certains problèmes liés au cabotage et en premier lieu la question des coûts du transport. La conjoncture de guerre apparaît bien entendu comme un facteur de majoration des prix dont nous pouvons estimer le surenchérissement jusqu'à près de 40% lorsque l'on souhaite inciter un envoi urgent de marchandises dans un contexte périlleux (escadre anglaise à proximité, présence importante de corsaires...). Il est par ailleurs possible d'apprécier les frets en affinant la recherche par zone maritime. Ainsi, le passage des îles de Glénan se distingue par un coût pouvant s'élever à 60% au-delà des tarifs habituels en période de conflit. Il ressort néanmoins que la guerre ne conditionne pas une augmentation systématique du fret, dont le montant obéit finalement plus à une conjoncture immédiate et localisée qu'au contexte général. Les quelques données que nous avons pu relever sur les périodes de paix tendent à confirmer cette appréciation. De même, les variations tarifaires sont moins fonction de la distance à parcourir pour approvisionner l'île que des dangers relatifs à l'itinéraire suivi. Ainsi, l'écart de 150 % entre Quimper et Quimperlé, sur les prix de transport pratiqués au cours de la guerre de Sept Ans, s'explique plus par le passage tant redouté des Glénans que par la longueur du trajet.

Il nous est également possible d'apprécier « le coût de l'insularité » en comparant le prix des marchandises sur le continent et celui pratiqué à Belle-Ile incluant le fret. À titre d'exemple les bois coûtent environ 30 % plus chers une fois débarqués sur l'île, donnée non négligeable sur un territoire où la seule alternative pour le chauffage consiste à utiliser les excréments séchés du cheptel. Le surcoût des céréales varie pour sa part entre 5 à 35%, paradoxe s'il en est sur une île productrice de froment ! Citons enfin des oscillations fortes de l'ordre de 35 à 60% sur les frets des fourrages. En effet, le conditionnement volumineux de ces produits nécessite un nombre important de navires, comme par exemple à la fin de la guerre de Succession d'Autriche lorsque sept barques, 33 chasse-marée, une chaloupe, et une gabarre sont mobilisés pour livrer 100 milliers de paille de seigle depuis Redon. Au total, les marchandises importées à Belle-Ile au cours des guerres du règne de Louis XV se paient de 5 à 60 % plus chers que sur le continent.

Ces variations plus ou moins importantes des coûts de transport peuvent en partie s'expliquer par les entraves multiples qui pèsent sur le cabotage, trouvant leurs origines dans des facteurs naturels, humains, ou conjoncturels. Les données météorologiques apparaissent ainsi comme un obstacle réel qui, lorsqu'il se pérennise, peut conduire l'île à connaître des situations difficiles. Il n'est nul besoin de s'appesantir sur la violence des tempêtes en cette partie de la Bretagne, avec des vents dominants au surcôt et de forts courants associés à une houle de travers qui privent souvent Belle-Ile de sa liaison avec le continent.

Pour sa part, le facteur humain doit aussi être apprécié allant des « grèves » de caboteurs pour protester contre les droits passage prélevés par les officiers de l'Amirauté jusqu'à la difficulté à lever des équipages pour le petit cabotage. Il en est ainsi des levées en masse de marins contraints à aller servir sur les vaisseaux du roi en période de guerre, ou encore de la mainmise par les négociants en céréales de La Rochelle et de Bordeaux pour accaparer les maîtres de barque.

Mais, les croisières de navires ennemis en Bretagne méridionale constituent de loin l'élément le plus perturbateur pour le cabotage. Le problème est d'autant plus grave pour l'approvisionnement bellilois que le contexte de guerre impose la présence d'une importante garnison donc de quantités accrues de marchandises. Les corsaires représentent également une menace majeure. De nombreuses correspondances attestent de leurs attaques, poussant parfois même l'audace jusqu'à effectuer des prises à portée de canon de la citadelle...²² Les conséquences de ces raids vont de la perturbation du trafic à sa paralysie totale. En avril 1745, les corsaires anglo-normands empêchent le passage des bois de chauffage depuis leur poste des Glénans, ainsi que les communications avec le Golfe du Morbihan, désorganisant le réseau de ravitaillement de l'île. Notons que la présence des corsaires est aggravée par celle de la Royal-Navy, dont les bâtiments de reconnaissance sont susceptibles de donner la chasse aux petits caboteurs²³. Bien évidemment, c'est au cours de la guerre de Sept-Ans que ces problèmes prennent une acuité particulière. Au lendemain de la bataille des Cardinaux, on privilégie le passage du ravitaillement depuis Quiberon afin de raccourcir les délais de navigation. La presque-île joue alors un rôle crucial dans l'approvisionnement bellilois relayant l'attribution habituellement dévolue aux ports du golfe du Morbihan²⁴. Tout ceci se répercute logiquement sur le coût du fret, l'insécurité sur les voies maritimes n'étant pas propice à motiver les maîtres de barque. La prise de leur matériel par les corsaires, la rançon ou la perspective d'un séjour dans les geôles anglaises sont autant de raisons légitimes pour décourager les marins à prendre la mer. L'argent gagné, y compris en augmentant le prix du fret, représente somme toute peu de choses à côté de ces menaces concrètes. Dans ce contexte, il n'est pas rare que les autorités soient obligées d'intervenir pour forcer les caboteurs du Finistère-sud à franchir le passage des îles de Gléan... Ainsi, les mesures prises pour pallier ces difficultés sont plus coercitives qu'incitatives, allant de l'ordre nominatif distribué par la maréchaussée, à l'emprisonnement, en passant par la réquisition des embarcations²⁵.

En définitive, le ravitaillement de Belle-Ile représente une mission complexe et bien souvent difficile. Condition fondamentale du dispositif défensif, elle soulève pour les instances administratives qui en ont la charge une série de problèmes à résoudre sur de courtes périodes, généralement dans le contexte défavorable d'un conflit. De fait, pour approvisionner la garnison, il convient d'abord de trouver des fournisseurs prêts à répondre à la demande dans les meilleurs délais et aux tarifs les plus adaptés. Cette démarche est associée à la recherche de transporteurs, opération singulièrement laborieuse en temps de guerre. Puis vient le moment de la traversée, impliquant la coordination des convois mais aussi l'attention toute particulière portée à la météorologie et plus encore à la conjoncture immédiate sur les axes de navigation. Une fois les marchandises à destination, c'est une tâche non moins ardue qui commence : la préparation des entrepôts, les manutentions diverses, le contrôle des dégradations sont autant de travaux occupant pleinement le service des vivres. Bien entendu, c'est la gestion du stock qui commande l'ensemble

²² Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1082.

²³ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1042.

²⁴ Arch. Dép. Ille & Vilaine : C. 1029.

²⁵ Arch. nationales : *Fonds Marine*. B³ 466.

de ce système, le but étant de maintenir en permanence l'équilibre entre les réserves de sécurité, la consommation effective, et la conjoncture, tout en évitant les pertes de marchandises... Tel est donc le schéma de fonctionnement de l'approvisionnement insulaire. Il va de soi qu'il mobilise un important personnel, organisé à partir d'un réseau de sites, sur plusieurs niveaux hiérarchiques et sociaux. De fait, si les archives nous renseignent principalement sur l'intendance militaire en période de conflit, nos dépouillements permettent d'aboutir à la constatation suivante : au lieu d'être un prisme déformant, la guerre met au contraire en évidence les parties les plus fines du réseau d'approvisionnement. Une fois isolés les problèmes spécifiques liés à la navigation, les impératifs militaires et la hantise permanente du blocus agissent comme de véritables catalyseurs sur le dispositif de ravitaillement, révélant des sites participant réellement mais plus discrètement à l'approvisionnement insulaire en temps de paix. Cette recherche a donc permis de voir émerger un ensemble de petits ports bretons dont nous ne soupçonnions pas initialement le dynamisme appuyé sur des micro armements privés et sur un micro capitalisme local. Elle tend à nous encourager à multiplier les enquêtes portant sur les petits sites portuaires et à poursuivre les travaux lancés depuis quelques années sur le petit cabotage de la façade atlantique à l'époque moderne.

Sources & Bibliographie indicative:

Cette étude de cas s'appuie sur un travail original effectué directement à partir des sources d'archives dont les références sont indiquées en note de bas de page.

BUCHET, Christian; MEYER, Jean; POUSSOU, Jean-Pierre (dir.), 2004 - *La puissance maritime*, Paris, Presses universitaires de la Sorbonne, 657 p.

CABANTOUS, Alain, LESPAGNOL, André, PÉRON, Françoise (dir.), 2005 - *Les Français, la terre et la mer (XIII^e-XX^e siècle)*, Paris, Fayard, 902 p.

CÉRINO, Christophe, 2007 - *Enjeux stratégiques et opérations navales anglaises en Bretagne-sud au XVIII^e siècle*. « Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest », Rennes, Presses universitaires, Tome 114, p. 132-148.

CÉRINO, Christophe, 2001 - *Sociétés insulaires, guerres maritimes et garnisons, au siècle de Louis XV*, Université de Rennes II, Thèse de doctorat, 2001, 1473 p.

DUMORTIER, Brigitte, 1976 - *Belle-Ile, Houat, Hoëdic. Le poids de l'insularité dans trois îles de Bretagne méridionale*, Paris, Ecole Normale Supérieure de jeunes filles, 180 p.

DZIEMBOWSKI, Edmond, 2007 - *La place des descentes sur les côtes françaises dans la politique de William Pitt l'Ancien (1757-1758)*. « Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest », Rennes, Presses universitaires, Tome 114, p. 119-131.

GUILLEMET, Dominique, 2000 - *Les îles de l'Ouest de Bréhat à Oléron*, Poitiers, Geste éditions, 355 p.

- LE POURHIET-SALAT, Nicole, 1983 - *La défense des îles bretonnes de l'Atlantique, des origines à 1860*, Vincennes, Service Historique de la Marine, 375 p.
- LE BOUËDEC, Gérard, 2008 - *Le cabotage sur la façade atlantique française (XVI^e-XIX^e siècles)*. « Revue d'histoire maritime », Paris, Presses universitaires de la Sorbonne, n°8, p.9-37.
- LE BOUËDEC, Gérard, 1997 - *La Compagnie des Indes et le cabotage atlantique au XVIII^e siècle*. « Bulletin de la Revue d'histoire moderne et contemporaine », p.140-167.
- LE BOUËDEC, Gérard, 1997 - *Activités maritimes et sociétés littorales de l'Europe atlantique (1690-1790)*, Paris, Armand Colin, 372 p.
- LE BOUËDEC, Gérard, 1981 - *Les approvisionnements de la Compagnie des Indes (1737-1770)*, Paris IV Sorbonne, Thèse de Doctorat, 630 p.
- MICHON, Bernard, 2005 - *L'aire portuaire nantaise au XVII^e et XVIII^e siècles*, Université de Nantes, Thèse de doctorat.
- MEYER, Jean, 1969 - *L'armement Nantais dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle*, Paris, S.E.V.P.E.N., 468 p.

Pierrick Pourchasse¹

Les petits ports, acteurs essentiels de l'espace baltique au XVIII^e siècle

R É S U M É |

L'espace Baltique est une zone économique très active au XVIII^e siècle. Un ensemble de petits ports participe activement aux échanges mais le réseau portuaire est plus ou moins dense selon les régions. Ceci est dû aux conditions géographiques mais aussi aux politiques économiques menées par les différents États. Les plus actifs montrent aussi un grand dynamisme en saisissant les opportunités et en profitant des circonstances pour développer leurs activités.

L'espace Baltique au XVIII^e siècle est une zone économique très active. L'ensemble des pays du Nord se spécialise dans la fourniture de matières premières pour la construction navale vers l'Europe occidentale. Les bois de Scandinavie et de Russie, les mâts de Riga, le goudron suédois, le fer du Bergslag et de l'Oural, le chanvre de Biélorussie sont indispensables à tout État qui a l'ambition de se doter d'une marine de guerre efficace. La Pologne devient le fournisseur régulier et indispensable de céréales sur les marchés déficitaires de Hollande ou du Portugal, et sur toutes les autres places lors des nombreuses crises frumentaires de l'Ancien Régime. Enfin, diverses productions comme les graines de lin de Courlande ou la roque de Norvège sont essentielles aux activités textiles françaises ou à la pêche à la sardine sur les côtes de l'Atlantique. En contrepartie, la balance commerciale des pays occidentaux est plus ou moins équilibrée avec la forte demande des pays du Nord en sel, vins, eaux-de-vie et produits coloniaux². Ainsi, la Baltique est un espace où l'activité maritime est importante et où, en conséquence, le réseau portuaire est développé. Selon Pierre Jeannin, au cours de la période moderne, «*il n'existe probablement pas en ce temps là, sur un autre point du globe, un déplacement aussi fort et aussi concentré de matières premières*»³.

Pour avoir une première vue d'ensemble des centres d'impulsion des trafics maritimes dans cet espace, il est tout d'abord nécessaire d'étudier une carte pour évaluer l'ensemble du réseau portuaire.

¹ Université de Brest - CRBC

² POURCHASSE, 2006.

³ JEANNIN, 1964 : 62.

La Scandinavie au XVIII^e siècle

Det Kongelige Bibliotek, Copenhagen, Frederik den Femtes Atlas (1723)

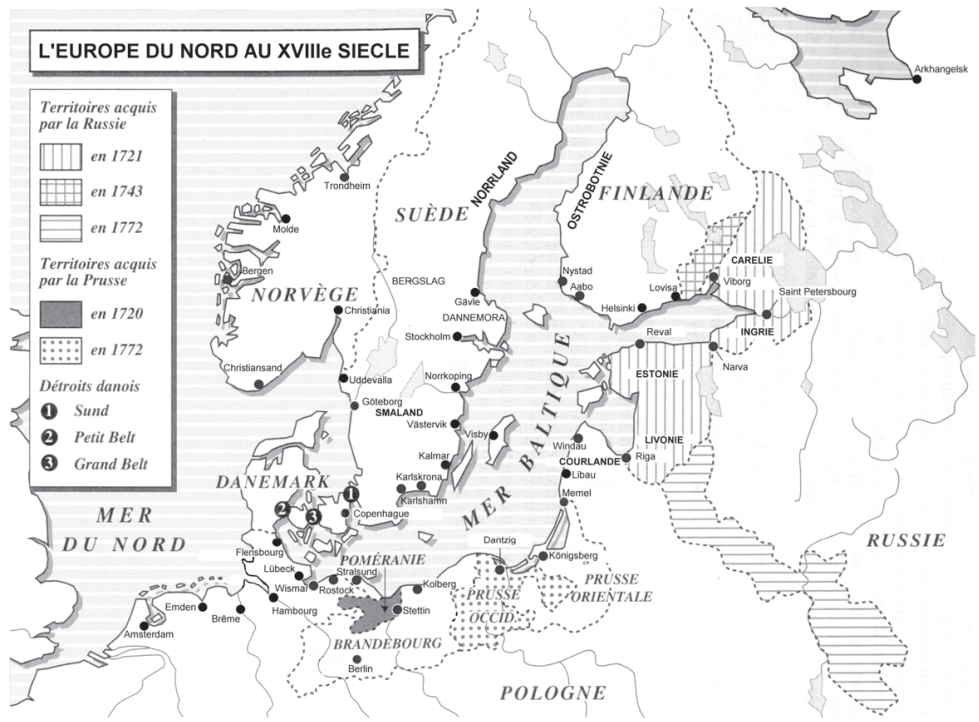
Un élément apparaît immédiatement à savoir le déséquilibre entre le nord et le sud de la Baltique: la côte de Poméranie, Pologne, Prusse, Courlande, Lettonie, Courlande et Estonie a un réseau portuaire assez lâche alors que la densité des petits ports est plus importante en Scandinavie. Une première question porte sur cette différence entre l'espace scandinave et la côte continentale.

D'autre part, l'économie des États du nord de l'Europe au XVIII^e siècle est marquée par l'affirmation de politiques mercantilistes. Conscients de leur infériorité économique par rapport à l'Europe occidentale, tant au niveau industriel (fournisseurs de matières premières, ils produisent peu de produits manufacturés) que commercial (la flotte hollandaise domine le trafic baltique), les États du Nord tentent «*de combler une partie de leur handicap*» en empruntant «*tous au mercantilisme ses recettes de puissance économique*»⁴. Cette volonté de contrôle de l'économie par les autorités va de pair avec une politique centralisatrice des activités en faveur des grandes villes

⁴ DEYON, 1969 : 43.

et donc des grands ports. Pour les activités maritimes, cette centralisation est accentuée par les courants d'échanges, orientés principalement vers l'exportation de matières premières en direction de l'Europe occidentale, trafics qui peuvent être aisément contrôlés et organisés par les grands centres portuaires. Ainsi se pose une seconde question : quelle peut être la place des petits ports dans ce contexte mercantiliste ?

La hiérarchie portuaire dans l'espace baltique



D'après: Haudrière Philippe, *Le grand commerce maritime au XVIII^e siècle*, Paris, 1997, p. 68.

LE SYSTEME PORTUAIRE DE LA BALTIQUE

La première raison qui explique le contraste entre le nord et le sud de la Baltique vient de la géographie. Sur la côte sud, les grands ports se situent au débouché des grandes artères fluviales: l'Oder pour Stettin, la Vistule pour Dantzig, la Daugava pour Riga. Saint-Pétersbourg a été construite sur la Neva: ce fleuve ne paraît pas avoir un immense arrière-pays, mais celui-ci, grâce à un système de canaux très développé, est relié aux grands fleuves russes comme la Volga. Quant aux deux ports de Prusse orientale, Königsberg et Memel, ils se trouvent également à l'embouchure de deux rivières importantes, la Pregel et le Niemen, qui irriguent la totalité de leur territoire national.

Ces grands ports collectent les matières premières de leur *hinterland*. Ainsi, Dantzig, ville située à l'embouchure de la Vistule – ce fleuve constitue la plus grande voie maritime de l'ancienne Pologne et forme avec ses affluents navigables un réseau de 4000 kilomètres –, draine près de 200 000 km² de territoire. À Riga, la zone d'approvisionnement est tout aussi vaste. Au XVIII^e siècle, le grand port de Courlande se procure des bois de mât dans les contrées très éloignées de l'Europe orientale. Après l'abattage des arbres, les bois remontent le Dniepr où ils attendent l'hiver pour être acheminés par voie de terre jusqu'à la Daugava. Les mâts mettent deux, voire parfois trois ans pour atteindre la Baltique par voie fluviale depuis la Galicie, la Volhynie ou la Podolie⁵. De la même manière, le chanvre de haute qualité mis sur le marché par les négociants de Riga est produit en Lituanie mais aussi dans les provinces du centre (Biélorussie) et du sud de la Russie (Ukraine).

L'arrière pays de Riga



Echelle 1 : 5 000 000

⁵ DUNSDORFS, 1938 : 271.

La plus grande partie des marchandises qui arrivent dans ces grands ports est exportée hors de la Baltique. À Dantzig, plus de 60% des navires qui quittent le port se dirigent vers les ports extérieurs à la Baltique⁶. Ainsi, la géographie favorise la concentration des trafics dans les grands ports et le réseau de petits ports est très réduit.

À l'opposé, dans le nord de l'Europe, les caractéristiques physiques sont très différentes. En Suède-Finlande, il n'y a pas de grands fleuves et les voies de communications sont constituées de multiples rivières parallèles qui se dirigent des zones montagneuses vers la mer. En Norvège, la côte est très découpée avec de nombreux fjords qui pénètrent profondément à l'intérieur du territoire. Dans ces deux pays, les matières premières commercialisables comme le bois et le goudron, dont la production est dispersée sur tout le territoire, sont expédiées à partir de multiples sites portuaires. Ainsi, les bois sont transportés par flottage jusqu'aux embouchures où ils sont chargés dans les navires à destination des grands ports exportateurs ou parfois directement vers des destinations lointaines. Quant au Danemark, il est également dépourvu de grandes voies navigables, mais ses très nombreuses îles et sa côte également très découpée font qu'aucun point de son territoire n'est à plus de cinquante kilomètres de la mer. Ainsi, au contraire de la côte sud de la Baltique, les caractéristiques géographiques de la Scandinavie favorisent la présence d'un grand nombre de petits ports.

Une seconde explication est à rechercher du côté de l'histoire maritime de l'Europe du Nord.

La côte sud est profondément marquée par la Hanse, association de villes marchandes qui s'accordent mutuellement des privilèges pour la protection et l'exercice du commerce. L'âge d'or de la Hanse se situe à la fin du Moyen-Âge, entre 1370 et la seconde moitié du XV^e siècle. Au cours de cette période, l'association marchande regroupe environ 200 villes, la plupart d'entre elles situées dans les régions allemandes de la Baltique, avec Lübeck comme centre principal. Au-delà de Dantzig, les principales places sont Riga et le grand comptoir de Novgorod, où les Hanséates sont en contact avec le marché russe. En Scandinavie, Stockholm fait partie de l'association au XIV^e siècle mais, selon l'historien Philippe Dollinger, cela ne semble plus être le cas au XV^e siècle⁷. Même si cette Hanse est de l'histoire ancienne au XVIII^e siècle, elle a favorisé les grands ports de l'association au détriment des petits ports, et cette structure s'est perpétuée au cours des siècles.

Les villes portuaires de la côte sud de la Baltique conservent d'importants privilèges issus de cette période hanséatique, et cela jusqu'au XVIII^e siècle⁸. La plupart des ports ont reçu l'autonomie municipale de la part de leurs souverains, ce qui leur donne diverses compétences à l'exemple de Lübeck : les fonctionnaires municipaux assurent l'administration du port et la perception des droits de douane, les municipalités ont la charge de la juridiction des affaires maritimes ainsi que de la sécurité de la navigation à l'approche du port. Quelques villes qui n'étaient pas membres de la Hanse se sont cependant développées au début de l'ère moderne, à

⁶ MACZAK et SAMSONOWICZ, 1965 : 95.

⁷ DOLLINGER, 1964 : 160.

⁸ CIESLAK, 1972.

l'exemple de Memel, et ont pris les mêmes règles que leurs voisines. Les États essaient de réduire ces privilèges au cours de la période moderne et s'opposent aux autorités municipales. L'évolution est différente selon l'affirmation politique des souverains. Dantzig conserve ses droits jusqu'à la fin du XVIII^e siècle. Par contre, dans les États autoritaires, le maintien de privilèges est inconciliable avec l'idée que les ports doivent devenir des instruments au service de l'État. À Königsberg et à Memel, l'autonomie municipale est fortement réduite par la Prusse. Riga conserve ses privilèges mais la Russie impose des droits de douane supplémentaires.

Dans de nombreux ports (Dantzig, Königsberg, Riga, Memel), les autorités municipales assignent ce régime de l'étape aux commerçants étrangers. Les objectifs sont multiples : imposer leurs citoyens comme intermédiaires entre les étrangers et les fournisseurs de l'intérieur du pays, interdire des contrats directs entre étrangers et, enfin, obliger les étrangers à ne pratiquer que la vente en gros. À Riga, les autorités exigent un délai de vente aux marchandises importées (quatre semaines aux XVII^e et XVIII^e siècles). Le régime de l'étape permet ainsi aux commerçants locaux de contrôler la production de leurs arrière-pays, ce qu'ils vont faire jusqu'à la fin du XVIII^e siècle.

Le système de la ville étape est verrouillé par une organisation du crédit qui lie les fournisseurs de l'intérieur aux bourgeois des villes. À Dantzig, les marchands signent des contrats avec les grands propriétaires producteurs de céréales et, en échange, ces derniers s'engagent à leur fournir des quantités de grains à une date fixée à l'avance. Ainsi, la ville contrôle toute l'exportation des céréales de la Pologne et la plus grande partie de ses produits forestiers.

Ces règles ont été en partie détournées au cours de la période moderne mais ceci ne change pas l'organisation portuaire, c'est-à-dire la non participation des petits ports aux trafics majeurs et la domination totale des grands ports sur la côte sud de la Baltique.

Si les villes protègent par un ensemble des règles leurs activités maritimes, l'influence des réglementations mises en place par les États joue un rôle excessivement important dans l'organisation des réseaux portuaires.

LE COMMERCE, UNE ACTIVITÉ ENCADRÉE PAR L'ÉTAT

L'organisation des productions peut favoriser l'activité des petits ports. C'est ainsi le cas du transport du fer suédois dont la fabrication est encadrée par une législation extrêmement contraignante.

Le fer provient du bassin minier du Bergslag qui se trouve au centre du pays. En Suède coexistent les éléments nécessaires au développement d'une industrie sidérurgique : un minerai d'une grande pureté, des cours d'eau fournissant l'énergie nécessaire et des forêts immenses pour la production de charbon de bois. L'opinion couramment répandue est que les forêts sont l'élément le plus important et non le minerai, qui existe en abondance et semble inépuisable. Les mines ne pouvant naturellement pas être déplacées, de même que les hauts fourneaux, les forêts des régions productrices sont exclusivement réservées à l'activité minière de base. Ainsi, de nombreuses forges doivent déménager pour s'installer dans les vastes étendues situées au nord et à l'est (Norrland, Finlande) des régions d'extraction du minerai ou dans les zones inexploitées du Värmland, espaces disposant d'importantes ressources en bois mais ne possédant

pas de mines. Dès la fin du XVII^e siècle les industriels délocalisent et construisent de nouvelles forges à des centaines voire à des milliers de kilomètres des mines et des fourneaux. L'historien Eli F. Heckscher donne l'exemple de la forge suédoise de Graninge⁹ : « Elle faisait venir son minerai d'une île de la Baltique, au large de Stockholm distante de 1000 km environ. Le transport de minerai se faisait par bateaux à voile sur le fleuve : à chacune de ses boucles, les bateaux attendaient que le vent tournât; le courant était si violent qu'il fallait hâler les bateaux pour traverser le fleuve jusqu'au débarcadère; enfin la route conduisant du fleuve à l'usine n'était praticable qu'en hiver par temps de neige. » Malgré ces conditions, grâce à la qualité des produits et à la limitation de la production imposée par les autorités, la rentabilité de cette usine était excellente: 38% sur le fer en barre, 75% sur la tôle. Les rivières suédoises deviennent des voies de communication actives fournissant le minerai, les industries sidérurgiques et les axes collecteurs des produits transformés.

Au Danemark, le pouvoir accentue la domination du monde urbain sur le monde rural. À la fin du XVII^e siècle, la monarchie accorde d'importants privilèges à la bourgeoisie, selon le principe de la division du travail entre la ville et la campagne. À la ville sont réservées les activités du commerce ainsi que l'artisanat, et les centres urbains se voient attribuer un territoire d'une étendue variable à l'intérieur duquel les habitants doivent recourir à ses services. Seuls sont tolérés, dans les villages où sur les grands domaines, les métiers liés à l'agriculture. Ceci favorise naturellement les villes littorales et leur activité portuaire. Aalborg, ville du Jutland située à l'embouchure du Limfjord, dans sa partie la plus resserrée, contrôle tout le trafic maritime à longue distance à destination ou en provenance des villes et des villages bordant cette petite mer intérieure. Au début du XVII^e siècle, les marchands de la ville achètent systématiquement les cabanes à filet dans la partie orientale du Limfjord, très riche en harengs. Ainsi, dans les années 1720, la vie économique de la petite ville de Nibe est totalement dominée par un seul marchand d'Aalborg qui possède 300 cabanes, 3 entrepôts à sel et plusieurs tonnelleres¹⁰.

En Suède, les villes sont divisées en deux catégories : les villes étapes et les villes de l'intérieur (*uppstäder*). Le droit de commerce outre-mer est réservé aux villes étapes alors que les villes de l'intérieur sont uniquement autorisées à pratiquer le commerce local, non sans quelques restrictions. Le but du gouvernement est de concentrer les échanges dans les villes d'entrepôt situées principalement le long des côtes. En conséquence, les agglomérations de l'intérieur ne se développent pas, la douane des villes décourageant le commerce entre la campagne et les petits centres provinciaux. La très grande majorité des villes suédoises sont situées sur la côte et constituent un réseau portuaire actif.

Si les petits ports sont parfois favorisés par des contraintes ou des réglementations particulières, ils sont cependant généralement défavorisés par la politique mercantiliste des États.

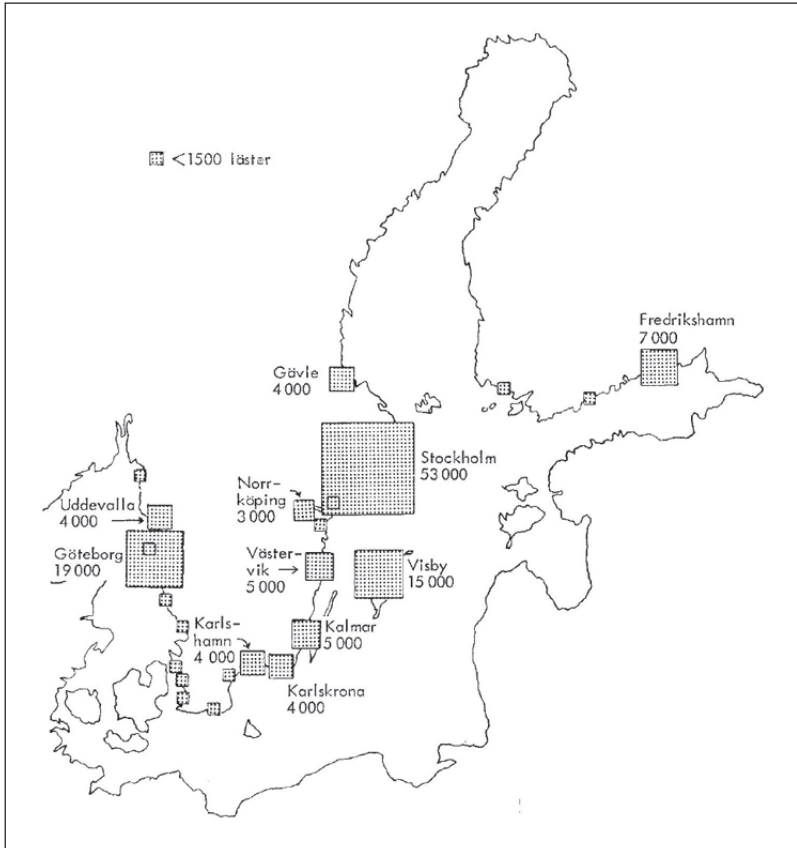
En Suède, la tendance du législateur est de développer les activités de Stockholm aux dépens des autres villes étapes. Dès lors, la capitale scandinave domine totalement le monde urbain suédois: en 1737, 39,4% de la population citadine du pays s'y concentre. La restriction du commerce de Botnie est l'illustration de cette volonté de favoriser la capitale. Les villes suédoises

⁹ HECKSCHER, 1932 : 236.

¹⁰ MIKKELSEN, 1998 : 467.

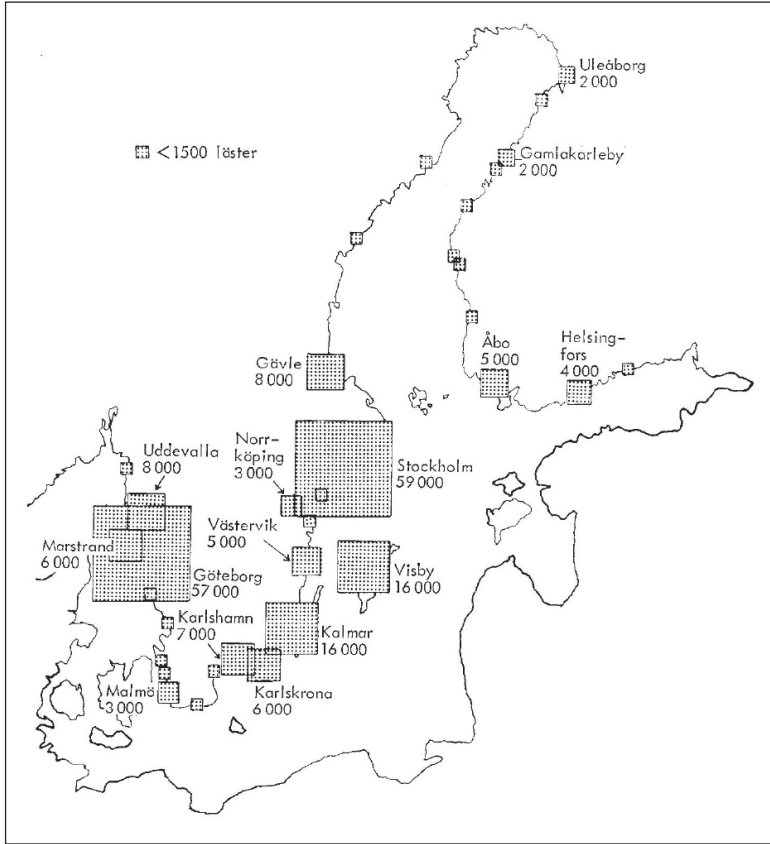
au Nord de Stockholm et les villes finnoises au Nord d'Aabo n'ont pas le droit de commercer directement avec les régions situées au Sud de ces deux villes étapes, à l'exception du port de Gävle. Tout leur trafic, notamment les produits destinés à l'exportation, doit nécessairement passer par ces deux grandes villes. Cette réglementation développe les activités commerciales de Stockholm aux dépens des petits ports du golfe de Botnie.

Les exportations suédoises en 1738-1740 (en last)¹¹



La restriction n'est abolie qu'en 1765: les ports du golfe de Botnie s'engagent immédiatement dans le commerce international sans passer par les deux grandes villes étapes.

¹¹ HÖGBERG, 1969 : 39

Les exportations suédoises en 1796-1799 (en last)¹²

Au Danemark, la capitale Copenhague est l'objet de toutes les attentions du pouvoir. Celui-ci prend une attitude dictée par deux principes. D'une part, il est nécessaire de favoriser la capitale, ce qui fera profiter les autres villes de sa prospérité et, d'autre part, pour atteindre ce but, certaines villes appauvries doivent être sacrifiées. Pour mener cette politique, les réglementations industrielle, commerciale et douanière favorisent considérablement la position de Copenhague par rapport aux autres villes. Pour réduire les importations, l'industrie danoise est encouragée et les entreprises s'établissent majoritairement dans la capitale. Entre 1726 et 1730, les marchands de Copenhague réussissent à se faire attribuer le monopole du commerce sur le vin, l'eau-de-vie, le sel et le tabac à condition que ces produits soient directement importés de leur pays d'origine¹³. Ce monopole, favorisant outrageusement la capitale, est vite supprimé

¹² HÖGBERG, 1969 : 40

¹³ RAASCH, 1955.

mais la ville conserve de nombreux avantages, comme la franchise d'entrepôt permanente pour les marchandises venant sur des navires danois ou la réduction des deux tiers des droits de douane et d'accise aux marchands provinciaux qui viennent s'approvisionner en vin, en tabac et en sel dans la capitale. Copenhague, dont le nom signifie «ville des marchands», concentre ainsi une grande partie du commerce extérieur danois. L'importance de sa population lui assure un marché local très rémunérateur et ses marchands, avantagés par la position de la ville à l'entrée de la Baltique, se vouent au commerce de transit et de distribution.

En Russie, Saint-Pétersbourg est privilégiée par les autorités russes. Celles-ci veulent donner à la nouvelle capitale de la Russie une grande activité commerciale tournée vers l'Occident. Les producteurs et les acheteurs de fer ont l'obligation de s'établir dans le port de la Neva pour traiter leurs affaires. Au cours de la période 1764-1792, presque 90% du total des exportations russes de fer partent de Saint-Pétersbourg ou de Kronstadt, son avant-port.

Par contre, pour le goudron et les bois provenant des régions de la Carélie annexées par la Russie, il est trop coûteux de faire venir les marchandises à Saint-Pétersbourg pour ensuite les réexpédier vers l'Ouest. D'autre part, le problème des armateurs qui viennent livrer dans la nouvelle capitale russe est de trouver des marchandises pour leurs voyages retour vers l'Occident¹⁴ d'une région encore peu active économiquement. Pour répondre à ces contraintes, les Hollandais, grâce à leurs ressources en capital et à leur habileté technique, installent des scieries et organisent des exportations de bois des régions avoisinant le golfe de Finlande: les ports de Viborg et de Fredrikshamm, stimulés par la croissance de la nouvelle capitale russe, se développent et deviennent des centres portuaires actifs.

Malgré les réglementations imposées par les autorités, de très nombreux petits ports profitent des circonstances pour accroître leurs activités et montrer un grand dynamisme.

LE DYNAMISME DES PETITS PORTS

L'activité des petits ports se concentre tout d'abord aux échanges locaux plus ou moins délaissés par les grands ports.

En Suède, ils développent les contacts avec leurs voisins de la côte sud de la Baltique. Il existe en effet une certaine complémentarité entre les deux économies: la Suède à besoin de céréales alors que ses voisins sont acheteurs de produits industriels, notamment le fer. Le pavillon suédois domine très largement ces trafics: en 1777, il détient 100% des échanges dans le sens Pologne-Suède et 95,2 % dans le sens Suède-Pologne¹⁵.

Au Danemark, l'opinion couramment admise par les historiens était que le développement de Copenhague avait nui au reste du pays. Dans sa thèse, Anders Monrad-Møller réfute cette idée et fait remarquer que la croissance de la capitale entraîne une demande considérable qui stimule le trafic des autres ports danois¹⁶. De nombreuses petites villes littorales nouent des liens

¹⁴ BOËTHIUS, 1953:6.

¹⁵ CIESLAK, 1983: 243.

¹⁶ MONRAD-MØLLER, 1981.

avec leurs voisins sans passer par la capitale. Nombre d'entre elles entretiennent des relations directes avec la Norvège qui dispose de fer et de bois de construction – deux ressources naturelles qui manquent au Danemark – et peut également fournir ses produits de la pêche. De son côté, le Danemark approvisionne la Norvège en céréales. Au cours de la période 1735-1788, le Danemark a même le monopole de la vente des céréales dans la partie méridionale de la Norvège. Ce trafic est recherché par les armateurs, car le retour est assuré. De même, dans la partie méridionale du Danemark, les contacts maritimes avec les villes portuaires allemandes revêtent une importance vitale. La partie occidentale de la région du Limfjord a davantage de liens économiques avec l'Allemagne du Nord et Amsterdam qu'avec Copenhague.

Certains petits ports ne se contentent pas de leur marché local et se lancent dans le cabotage à l'échelle du pays. Ainsi Dragør, petit port situé au sud de Copenhague, devient en 1757 le premier port sur le plan tonnage pour le commerce entre la capitale et ses provinces. Il est en contact avec les principaux ports du pays. Le nombre de ses navires passe de 40 en 1733 à 92 en 1740, tout en augmentant leur capacité de charge. Un cas encore plus original est celui de l'île d'Ærø, petite île qui ne présente aucune richesse particulière mais qui prend en main le commerce du sud-est du Danemark. Le succès de ses marins vient de leur dynamisme et de leur sens du commerce, qui leur permet de pratiquer des prix beaucoup plus compétitifs que ceux des ports voisins. Ces derniers accusent d'ailleurs les navires d'Ærø d'être la cause de leur déclin (à Rudkobing le nombre de navires passe de 34 à 8 entre 1709 et 1740). Pour la petite histoire, il se racontait que les navires d'Ærø étaient très bien armés et que, partout, des hommes restaient à bord pour protéger bâtiments et cargaisons de leurs rivaux. À partir de 1769, Dragør et Ærø dominent pendant plus d'une dizaine d'années le commerce entre Copenhague et les villes de province¹⁷.

Les petits ports montrent également leur dynamisme au niveau du cabotage international.

En Suède, de nombreux petits ports n'hésitent pas à participer au grand cabotage européen. L'historien néerlandais Jan Thomas Lindblad a relevé pour l'année 1765 les navires arrivant de la Baltique à Amsterdam : ceux-ci viennent de 46 ports de départ différents dont 30 sont suédois¹⁸. En Europe occidentale, il est fréquent de rencontrer des navires de Varberg, d'Halmstad, de Kalmar, d'Ystad... Ainsi, pendant la majeure partie du XVIII^e siècle, à Nantes, tous les ans, plusieurs navires de Västervik viennent livrer du fer, des bois sciés et du goudron. Les armateurs du royaume se partagent des lignes de cabotage. Ceux du Kattegat fréquentent de préférence les côtes de la mer du Nord et de la Manche alors que ceux de la Baltique se dirigent plutôt vers la Méditerranée, notamment à Marseille qui est un port de première importance pour la distribution des produits suédois dans le sud de l'Europe.

Au Danemark, pays qui dispose de peu de richesses naturelles, hormis celles de la Norvège, les petits ports se lancent dans l'armement vers l'Europe occidentale. Les négociants danois tirent avantage de la neutralité de leur pays au cours des grandes guerres européennes. Ils s'emparent du fret qui revenait normalement aux navires des nations belligérantes et se lancent

¹⁷ FEDLBÆK, 1997 :26

¹⁸ LINDBLAD, 1979: 143

dans le commerce avec l'Europe du Sud-Ouest et avec la Méditerranée. Ils redistribuent dans les pays voisins les produits coloniaux que les grandes puissances ne livrent plus en raison des conflits qui les déchirent. C'est la période dite du commerce «florissant»¹⁹. Ainsi, entre 1744 et 1770, l'armement Otte d'Ekerneførde, petit port des duchés, possède 55 navires de toutes tailles (de 8 last à 100 last). Certains sont affectés au cabotage local alors que d'autres sont spécialisés dans le grand cabotage européen. Par exemple, un des navires de l'entreprise, le Fortuna, galiote de trois mâts de 73 last, est spécialisée dans le grand cabotage entre 1747 et 1769. Au cours de ces 22 années d'activité, elle se rend 17 fois en Europe occidentale, notamment en Méditerranée: elle vient en France (4 fois à Marseille, 3 fois à Bordeaux et une fois à Cette), au Portugal, en Espagne, en Italie, en Grèce et en Barbarie²⁰.

Conclusion

Au contraire de la côte sud de la Baltique où les petits ports ne sont pas nombreux en raison de conditions géographiques et historiques particulières, le réseau portuaire scandinave est très développé et actif. Malgré des réglementations, pas toujours favorables à leurs activités, l'ensemble des petits centres portuaires finlandais, suédois, danois et norvégien trouve sa place dans les échanges et les trafics maritimes de l'espace baltique. Ils sont indispensables au fonctionnement des ports de commandement en collectant les produits destinés à l'exportation, mais développent aussi leurs propres activités maritimes. Ils montrent un grand dynamisme en saisissant les opportunités, en profitant des circonstances et participent ainsi à la montée en puissance des marines scandinaves dans la seconde moitié du XVIII^e siècle.

Bibliographie

- BOËTHIUS, Bertil, 1953 - *New Light on Eighteenth Century Sweden*. The Scandinavian Economic History Review, I, 2, p.143-177
- CIESLAK, Edmund, 1972 - *Les grandes escales de la Baltique (XV^e - XVIII^e s.)*. Recueils de la Société Jean Bodin, 23, Les grandes escales, 2^{ème} partie: Les temps modernes, Bruxelles, Editions de la librairie encyclopédique, p. 299-333
- CIESLAK, Edmund, 1983 - *Aspects of Baltic Sea-borne trade in the Eighteenth century : the trade Relations between Sweden, Poland, Russia and Prussia*. The Journal of European Economic History, vol. 12, 2, p. 239-270
- DEYON, Pierre, 1969 - *Le mercantilisme*, Paris, Flammarion
- DOLLINGER, Philippe, 1964 - *La Hanse (XII^e-XVII^e siècles)*, Paris, Aubier

¹⁹ FEDLBÆK, 1997 :63

²⁰ HENNINGSEN, 1985 :361

- DUNSDORFS, Edgars, 1938 - *Dzas tirdzmiēci has parasas 17 un 18 gadu simtēmi*. Latvijas Vestures, Instituta Zurnals, 2, p. 247-278
- FELDBÆK, Ole, 1997 - *Dansk søfarts historie 3*, Copenhagen, Gyldendal
- HECKSCHER, Eli F., 1932 - *Un grand chapitre de l'histoire du fer: le monopole suédois*. Annales d'histoire économique et sociale, IV, p. 127-139 et 225-241
- HENNINGSEN, Lars N., 1985 - *Provinsmatadoren fra 1700-Årene*. Flensborg, Udgivet af Studiefdelingen ved Dansk Centralbibliotek for Sydslesvig
- HÖGBERG, Staffan, 1969 - *Utrikeshandel och sjöfart på 1700-talet*. Bonniers
- JEANNIN, Pierre, 1964 - *Les comptes du Sund comme source pour la construction d'indices généraux de l'activité économique en Europe (XV^e - XVIII^e)*. Revue Historique, tome 88, p. 55-102 et 307-340
- LINDBLAD, Jan-Thomas, 1979 - *Swedish Shipping with the Netherlands in the Second Half of the Eighteenth Century*, *Scandinavian Economic History Review*, 27, p. 139-165
- MACZAK, Antoni et SAMSONOWICZ, Henryk, 1965 - *La zone baltique : l'un des éléments du marché européen*. Acta Poloniae Historica, XI, p. 71-99
- MIKKELSEN, Jørgen, 1998 - *Les-villes et les réseaux urbains danois au XVIII^e siècle*. Cahiers d'histoire, tome 43, n° 3-4
- MONRAD-MØLLER, Anders, 1981 - *Fra galeoth til galease*. Studier i de kongerigske provinsers søfart i det 18. århundrede. Esbjerg, Fiskeri- og Søfartsmuseet
- POURCHASSE, Pierrick, 2006 - *Le Commerce du Nord. Les échanges commerciaux entre la France et l'Europe septentrionale au XVIII^e siècle*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes
- RAASCH, Aage, 1955 - *Dansk Toldpolitik 1760-1797*. Universitetsforlaget i Aarhus, Aarhus

Inês Amorim¹

Recursos e infra-estruturas portuárias – gestão e funcionalidade de um porto: Aveiro (1756 – 1857)

R E S U M O

No contexto da economia marítima, os portos surgem como infra-estruturas físicas essenciais à dinamização das relações *hinterland/foreland*. Uma perspectiva de análise poderá ser a de avaliar como as políticas portuárias (gestão, investimento – local, regional ou central) serviram a drenagem de mercadorias da terra para o mar e vice-versa.

Esta questão pode tornar-se tanto mais pertinente quanto se está perante um porto – Aveiro –, na costa do Noroeste português, que sofreu oscilações na sua fixação, afastando-se dos centros urbanos (cidade com porto, diferente de cidade situada dentro de um porto) o que nos poderá levar a reflectir, de finais de XVIII a meados de XIX, sobre a existência de políticas de gestão adequadas à sua construção e consolidação.

I PARTE

A procura de uma eficiência logística – os traços documentais

1. Introdução – o tríptico portuário

Se o que confere sentido, basicamente, a um porto é a existência de clientes, barcos, e mercadorias, dever-se-á ter, ainda, em consideração o perímetro marítimo de gestão (autoridade portuária, câmara de comércio, assembleia municipal ou outras instituições), com o poder de decisão e o direito de receber o valor dos serviços. Aquele perímetro poderá variar ao longo do tempo, alargar-se ou alterar a sua natureza se os estuários se estendem por múltiplos canais que asseguram as ligações ao mar (Orléans, Rouen, Londres, Hamburgo, Roterdão)².

Este “tríptico portuário” (*hinterland/foreland* e perímetro) explica, na diacronia, a afirmação de grandes praças portuárias, como Amesterdão, Londres, Rouen, Nantes, Bordéus, Cádiz, Lisboa, etc., ao captarem dois tipos de mercadorias: as originárias do *hinterland* de outros portos europeus, e as que provêm do tráfico colonial, numa procura do equilíbrio frente às opções de comunicação – vias terrestres, vias marítimas e fluviais - e serviços³. Percebe-se, assim, que a história dos

¹ Universidade do Porto, Instituto de História Moderna. iamorim@letras.up.pt. Projecto SAL(H)INA FCT - POCI/HAR/56381/2004. Este texto decorre de vários percursos de investigação. Remete-se ainda para o estudo, recentemente editado, Amorim 2008.

² Vigarié 1979: 83.

³ Heers 1965: 3; Mollat 1962; Mollat 1972-74: 7.

portos é mais do que a das suas instalações físicas e materiais, porque se conjuga com os interesses dos proprietários dos barcos e das mercadores, dos homens de negócio, com as pressões político-sociais locais, regionais e/ou estatais, que condicionam o jogo da concorrência, contribuindo para uma evolução da hierarquização funcional dos portos⁴.

Neste percurso historiográfico e conceptual sobre a função e afirmação de um porto, de qualquer porto, terá pertinência a seguinte questão: quem tem a iniciativa de eleger e fixar um porto nas rotas marítimas? É a construção de um porto que fomenta a economia ou é a economia que o impõe? Será mesmo a evolução económica que impulsiona a mudança ou é uma cultura do poder, a exigência de ordenamento e de mundialização científica que a conduz e a pode, ou não, fomentar⁵?

As respostas não são uniformes. A historiografia apresenta vários exemplos acerca do desinteresse de muitos negociantes nos investimentos infraestruturais, realizados pelos governos, porque traziam, com frequência, défices, quer nos orçamentos municipais, quer nas bolsas de comércio⁶. Nuns casos, foram os próprios homens de negócio a comandarem o processo, como aconteceu em Barcelona⁷. Noutros, a modernização não trouxe qualquer ganho, sendo mesmo uma perda de fundos, quando as exigências de armazenamento e a natureza das mercadorias se alteraram⁸, mas mantinham um carácter apelativo e concorrencial, como aconteceu com as London Docks⁹. Noutros ainda, o financiamento das exigentes e contínuas obras do porto oscilou entre uma obrigação fiscal e uma doação espiritual, como aconteceu com o porto de Génova, ao prever-se uma percentagem obrigatória (um décimo), voluntária, em cada legado testamentário para as obras de abertura do porto e construção do molhe (século XIII)¹⁰.

É bem verdade que hoje se fala de uma nova organização portuária mundial. As mudanças são contabilizáveis, desde meados de XIX, não só porque os meios de transporte de alteraram, pela introdução do vapor e do caminho-de-ferro, mas também porque a independência de colónias obrigou a um reordenamento da distribuição das mercadorias. As duas guerras mundiais interferiram na hierarquia produtiva e nos jogos de oferta e dos mercados consumidores, ao ponto de se medir a eficiência portuária pela adopção de automatização e a redução da panóplia de profissionais de um porto¹¹. Trata-se, assim, de uma história de longa duração, hoje objecto de reflexão, tanto mais que a Europa se interroga, no seu mais recente documento “O Livro Verde dos Mares” (2006), acerca do papel das novas indústrias do mar e dos seus suportes infraestruturais, promovendo debates acerca da responsabilidade das administrações portuárias, sejam elas privadas ou públicas, no modo como poderão enfrentar as mudanças, como enfrentar a concorrência e tornar um porto atractivo, sem descuidar os aspectos que parecem surgir, como novas aportações: a relação entre desenvolvimento, ambiente e eficiência logística¹².

⁴ Jarvis, 1998.

⁵ Reguera Rodríguez 1993: 7-10.

⁶ Reguera Rodríguez 1993: 7-10.

⁷ Martínez Shaw 1988.

⁸ Jackson 2001: 5; Jackson 1996: 79.

⁹ Palmer 1988.

¹⁰ Balard, Massa 1988: 406 e 412

¹¹ Jackson 2007: 27.

¹² Verhoeven, 2006: 38.

2. Objectivos e fontes de informação: a análise de um processo de gestão do litoral

Parece-nos que o estudo de um porto é, verdadeiramente, o estudo de um processo de gestão do litoral, pelo homem, no sentido de uma verdadeira história da paisagem e da relação biunívoca do homem sobre o meio e das alterações que este produz sobre o homem. História do ambiente se acentuarmos a perspectiva do estudo, no passado, das condições naturais e culturais que agem e reagem sobre e com o homem¹³.

Qual poderá ser, então, o significado do porto de Aveiro no conjunto dos portos portugueses e europeus? Até que ponto será legítimo “usar” um estudo de caso na avaliação dos processos de afirmação e construção dos portos? “Arqueologia de um porto”¹⁴ é a expressão que traduz o conceito da necessidade em sondar as sucessivas camadas construtivas, formativas e funcionais de um porto, seja ele qual for. Assim, ultrapassando uma leitura estrita do porto de Aveiro, ele insere-se não só no modelo geral de gestão e construção portuárias, como no estudo da evolução do litoral, da articulação rio/mar¹⁵, que nos coloca, de momento, perante dois níveis de observação:

- a construção histórica desta relação, em torno de imagens deste espaço, do seu “sítio”, da sua relação com o mar, com a avaliação da construção do complexo geo-morfológico determinante no esforço de aproximação do *hinterland* ao mundo e o desenho do porto – entre o espaço imaginado e o executado, em que os “engenheiros” no seu sentido mais lato (desde os militares aos civis) se envolvem na fixação e consolidação do porto e do recinto portuário;

- na segunda perspectiva, a avaliação dos actores institucionais na gestão do porto (os poderes que se geraram ao longo do tempo e as respectivas tutelas, tendo em conta um ambiente político - económico), em que a correcção das assimetrias exigiria as intervenções infraestruturais, não ignorando a legislação justificativa dos modelos de gestão que se idealizaram e concretizaram (ou não).

Em suma, a história do porto de Aveiro, deverá ser vista, tal como acontece em outros casos, como um sistema de relações, político-administrativas, articuladoras de interesses e poderes locais com os globais. Um jogo de escalas, tornando-se num observatório de longa duração¹⁶: um observatório geo-morfológico e da evolução da paisagem, um observatório tecnológico e das decisões de intervenção, um observatório social e dos comportamentos plurais perante as expectativas económicas, o que alimenta o porto e aquilo que ele fomenta.

Assim, a nossa opção centrar-se-á na análise dos agentes de gestão institucional do porto de Aveiro e de que forma eles agem, entre tutelas e decisões administrativas, tendo em conta um ambiente que procura reagir às provocações geo-morfológicas. Esta observação far-se-á entre a institucionalização da Superintendência das Obras da Barra de Aveiro, em 1755, e o seu terminus em 1857.

A evolução destas interações, entre cidade, Estado, economia, engenharia, criou expectativas de remodelação das frentes de água e das bordas marítimas, e originou um percurso discursivo

¹³ Delort 1993: 5-8.

¹⁴ Jackson 1972; 1983.

¹⁵ Vauthier-Vézier 2007: 7-12.

¹⁶ Corbin; Richard 2004; Derex 2002 : 15-20.

que se traduz numa multiplicidade de fontes históricas, que remontam, pelo menos, no caso vertente, ao século XVIII, produzidas pela tutela administrativa do porto, fosse qual fosse a sua natureza, ao longo do tempo, e que acabou por se gravar na diversidade documental, ainda hoje retida no arquivo da actual instituição gestora do Porto de Aveiro¹⁷.

A contínua insistência na recuperação da barra e porto de Aveiro está bem documentada no *I Livro da Superintendência*, que faz parte do Arquivo Histórico do Porto de Aveiro, precioso registo do fluxo de comunicação entre a administração central e a Superintendência (engenheiros e superintendentes), ao longo das cerca das quase 280 folhas. Se, por Aveiro, passaram sucessivos técnicos, porque entendidos no desenho e aferição dos lugares de fixação e abertura da barra, sabemos-lo, em grande medida, graças àquele livro, tal espinha dorsal, articuladora de muitos outros documentos, complementares à compreensão desse período, depositados quer nos Arquivos centrais (do Ministério das Obras Públicas, da Marinha, da Torre do Tombo), quer locais (o Arquivo Municipal de Aveiro). O núcleo documental correspondente à Superintendência da Barra (1755-1857) não é vasto, mas é precioso. Parte da documentação ter-se-á extraviado, por razões que, de momento, desconhecemos. A datação dos livros existentes não é sucessiva e, alguns, estão incompletos. Luís Gomes de Carvalho, um dos engenheiros militares que trabalhou na abertura da barra e fixação do porto, em 1808, referia-se à falta de documentação que lhe seria útil, dadas as sucessivas deslocações que realizou, levando consigo parte dela, sobretudo quando foi chamado ao exército, no âmbito das Invasões Francesas, frente às invasões de Soult e de Massena, desempenhando as funções do quartel mestre-general e comandante da engenharia do exército de operações, até à restauração de Lisboa, e depois na qualidade de comandante dos engenheiros do exército do Norte¹⁸.

Esta concentração e acumulação de informação, secular, justificam-se por razões de natureza institucional, porque a legislação impunha o registo cuidadoso e a avaliação do património quando da transposição do organismo anterior para o subsequente. Mas decorre ainda da atitude dos engenheiros que passaram pelo porto de Aveiro, tomando em consideração os projectos dos seus antecessores, estudando-os e reflectindo sobre esses estudos e memórias descritivas. A informação acumulada foi-lhes fundamental para avaliarem as razões pelas quais, tantas vezes, as intervenções, sob condições técnicas e conhecimentos científicos existentes à época, não conduziram à solução desejada. Frequentemente, confessam esta necessidade: “serve esta análise até certo ponto para melhor inteligência e justificação das obras que vou propor”¹⁹. Este “laboratório de investigação” permanente, reflecte-se na cartografia, porque se copiam cartas e

¹⁷ Parte desse espólio está já identificado no âmbito do projecto de *Preservação e Divulgação do Património Cultural Portuário, financiado pela Administração do Porto de Aveiro – S.A. e decorrente do quadro Comemorativo dos 200 Anos de Abertura da Barra de Aveiro: 1808-2008*. Em simultâneo esta pesquisa realizada procura responder à observação da paisagem do sal, na longa duração, tecida pelas oscilações da barra, no âmbito do projecto Sal(h)ina, POCI/HAR/56381/2004), cujos resultados se poderão ver em Amorim, Inês; Garcia, João Carlos – *A Barra e os Portos da Ria de Aveiro, 1808-1932*, Catálogo da exposição, Aveiro, APA-Administração do Porto de Aveiro, S.A., 2008. Veja-se ainda Garcia, João Carlos - *Representações do sal nos mapas do Arquivo da Administração do Porto de Aveiro*, in Actas do II Seminário Internacional sobre o sal português, Porto, IHM-UP, 2008, p. 265-272.

¹⁸ Loureiro 1904: 24, 30.

¹⁹ Silva 1875: 181.

mapas realizados por engenheiros que lhes foram anteriores (cópias da segunda metade do século XIX de mapas dos inícios do século) e, por este meio, chegaram até nós, no mesmo Arquivo do Porto de Aveiro, desenhos cujos originais, até ao momento, não se localizaram e que, sendo de períodos bem posteriores à realidade que apresentam, mantiveram, assim, imagens desaparecidas.

Encaremos, mesmo, que o sentido memorialista funciona, no caso da construção do Porto de Aveiro (e muito provavelmente de outros portos) como factor estratégico de identificação e afirmação dos avanços e dos recuos na sua consolidação, na reivindicação da navegabilidade da Ria (como veremos), da sua articulação com a barra, no desenho da rede de portos fluviais, em combinação com o mar. Discursos utópicos? Sim e não, porque necessários, que reforçam uma “opinião pública”: a dos engenheiros – acerca da oportunidade da obra e dos expectantes resultados, o das autoridades públicas locais, reivindicadoras dos bons resultados, acenando com as rendas a ceder a El-Rei ou ao Estado, o dos academistas, observadores dos resultados do porto e comparando-os com outros portos e cidades, o dos médicos e cirurgiões que atestavam a imagem de uma cidade, frequentemente inundada, envolvida numa tragédia de morte repetida que só a fixação da barra, como porta de ligação entre o mar e a rede fluvial interna, poderia resolver...É isto que avaliaremos...

II PARTE

Tutelas e decisões administrativas – a(s) autoridade(s) marítima(s)

1. O que poderá ter de específico o Porto de Aveiro? Um porto sem cidade?

Um porto agrega, por definição, um núcleo humano, vila ou cidade, porta por onde entram e saem mercadorias, homens e informações. Obedece a uma organização institucionalizada, com jurisdição sobre áreas terrestres e marítimas ou fluviais, dotada de instalações e serviços que permitam o desenvolvimento eficaz das suas funções. Do ponto de vista físico, deverá estar dotado de águas abrigadas, com profundidade suficiente para as embarcações, áreas e acessos terrestres para servirem as mercadorias e permitirem a transferência entre transportes²⁰. Mas o que sucede se o porto se “afasta”, fisicamente, da cidade? Adivinha-se uma luta, técnica e financeira, com consequências evidentes na reabilitação do contacto entre o núcleo urbano e a desembocadura. Assim aconteceu em Aveiro, vincando-se um percurso original no quadro da rede portuária portuguesa, porque se trata de um porto que se situa, progressivamente, cada vez mais afastado da vila/cidade. Cidade com porto, diferente de outras cidades portuguesas situadas dentro de um porto (como é o caso de Lisboa ou, era, o do Porto, ou de Vila do Conde, mais a norte) o que lhe confere um carácter particular, determinante na compreensão da sua evolução histórica.

O quadro geo-morfológico explica esse afastamento. É bem provável que no último quartel do séc. XIV, inícios de XV, o processo da formação da laguna de Aveiro estivesse já adiantado e diminuído o papel da corrente litoral. A amplitude das marés teria variado ao longo do tempo

²⁰ Fernando Monge, Margarita del Olmo 1996: 215-233.

pelo facto de, frequentemente, a Ria perder a ligação com o litoral, dado o afastamento da barra, e do rio Vouga, por não desaguar directamente no mar, limitando a sua acção de rompimento da barra. Ora o mar e a laguna são dois vasos comunicantes que só deixam de despejar água um para o outro no momento em que o nível da maré, na laguna, é igual ao da maré, na barra. Contudo, a tendência foi para o abaixamento do nível da maré, precisamente porque houve um sucessivo depósito de areias a provocar a diminuição da entrada das águas na bacia e, conseqüente arrastamento de areias, na baixa-mar. Este círculo vicioso conduziu à constituição da dita Ria de Aveiro e foi responsável por um complexo conjunto de factores de assoreamento, que chocam, fortemente, com os interesses existentes²¹.

Onde ficava, então, exactamente o porto de Aveiro? Esta é a outra originalidade, que decorre do anterior. Procura-se um porto, porque o que predominava eram pequenos portos, cais acostáveis, impensáveis para barcos de maior calado. O porto, essa estrutura associada a um quadro alfandegário, seria onde pudesse ser. Barra e porto são, em definitivo, à época, coincidentes. Porto, como ponto de recepção e saída de mercadorias com intuitos de cobrança de impostos régios, gira em torno da Alfândega, que seria um edifício modesto no século XIV, de localização indefinida, por vezes degradado, chegando a situar-se, temporariamente, por ameaça de peste, em localidade vizinha, Ílhavo, em 1522²². Quer dizer, se os barcos não entravam, iam os oficiais da Alfândega ao seu encontro, subindo a bordo, vigiando os descaminhos. Mas o risco era o de nunca mais entrarem, porque a boca da barra se fechava, não só para o fluxo dos barcos, mas para a água salgada que sustentava a vida local e regional – o sal, os peixes da Ria e do mar, enfim...

A cartografia disponível, como os roteiros da costa portuguesa elaborados pelos holandeses, ao longo dos séculos XVI e XVII, mostram já a especificidade da barra de Aveiro, assinalando a profundidade, medida em braças, os bancos de areia que aconselhavam a ter cuidado em entrar na barra, assim como sinaléticas indicadoras das marinhas de sal, e o braço e canal que ainda se abria à então vila de Aveiro²³. Já no primeiro quartel de XVII, a descrição do litoral da Península Ibérica feita por Teixeira Albernaz, entre 1620 e 1630, desenha a extensão do braço que levava até à ribeira da vila, desenhando embarcações de mastros, sinal de algum calado. Apure-se o olhar e logo se lê o pormenor dos escritos na borda da costa: “barra” e “aqui dam fondo navios”²⁴.

A distância entre o cais e a barra aumentava, cada vez mais. Nos inícios do século XVIII, ainda se navegava até ao cais da cidade, porque assim escreve uma memória de 1759 “há pouco mais de 50 anos as embarcações ordinárias que entravam pela barra, a saber, hiates, patachos, e caravelas, iam dar fundo ao cais de Aveiro, defronte da Alfândega, [agora, 1759] acha-se entupido”²⁵.

Os sinais de deslocação da barra vinham detrás, mas, em definitivo, às queixas esparsas, nomeadamente da câmara de Aveiro, juntam-se documentos que expõem, ao poder central, as dificuldades decorrentes da deslocação da barra para sul e do seu assoreamento crescente. A

²¹ Daveau, Ribeiro, Lautensach 1989: 78; Martins 1947: 177-179

²² Amorim 1991; Pereira 2003: 41.

²³ Mendes 1969: 25; Mendes 1972: 161.

²⁴ Dias <http://www.instituto-camoes.pt>; Felipe Pereda, Fernando Marías 2003.

²⁵ Mendes 1972: 60, 67-68.

presença, em Aveiro, de sucessivos corpos de engenheiros e militares, desde meados do século XVIII, parece ser a resposta àquele apelo. Uma cuidadosa historiografia local e nacional, informando-nos acerca das descrições, minuciosas, da complexa Ria de Aveiro, da localização das marinhas, dos cursos de água e de alguns aglomerados populacionais, revelada pelas sucessivas propostas de fixação da barra realizadas pelos diferentes técnicos que passaram ou se fixaram, mesmo, em Aveiro²⁶.

Situemo-nos em 1807, quando a barra fechada, anunciava a morte da Ria e da vida “*as terras lavradas estão fora de estado de cultura; os prados submergidos; as salinas todas cobertas; morre o gado que vive das ervas, adoce muita gente em Aveiro e na Marinha; e alguns médicos dizem que o peixe que vai pastando plantas que não são aquáticas e que apodrecem debaixo da água, vem a ser muito nocível*...].já ninguém em Aveiro quis comprar peixe da Ria”²⁷. Perante este quadro, não admira que, em 3 de Abril de 1808, quando se abriu a barra (no local onde hoje se encontra), o engenheiro comparasse o acontecido a “Hum segundo dia de criação”, expressão que simboliza múltiplas leituras do sucedido. Se, por um lado traduz o cumprimento de expectativas, acalentadas há muito, por outro revela uma luta vencida quando Rei e a Corte, ausentes no Rio de Janeiro, sentiriam o contentamento do sucesso em ambiente ameaçador das invasões francesas²⁸. A linguagem, bíblica, identifica a ocasião. “Criação”, por querer cortar com o passado de dificuldades, num processo de mudanças, sem paralelo. “Segundo dia...” confere-lhe a componente sobrenatural, equiparável à Criação Divina (primeiro dia de Criação). Se o momento é de vitória, é-o, ainda mais, por favor real, como a Criação de Deus fora uma atenção Divina. Desta forma, a analogia entre o rei e Deus impõe-se. Num traço característico da época, um rei iluminado encarna o culminar de uma feliz cadeia da atenção paternal dos monarcas, sublime deferência para os que viviam do Porto, da Ria e dos seus recursos.

Mas se a fixação da barra se realizou, já a manutenção da largura e fundura não persistiu por muito tempo, marcando uma outra etapa na história da construção do porto. Se, como escreveu Luís Gomes de Carvalho, Aveiro se renovou, a verdade é que a tríade de problemas ainda não se resolveu: o avanço, de Norte para Sul, do cordão litoral, o estado das comunicações com o mar, o regime de marés dentro da laguna²⁹, seriam os problemas a solucionar. Mas, sem dúvida, as expectativas foram concretizadas – a barra está lá, há 200 anos, restava consolidá-la e

²⁶ Vide Anexo 1.

²⁷ AHMOP, MR, n. 32, “Memória sobre a Barra de Aveiro” de 23 de Abril de 1807.

²⁸ Arquivo da APA, Biblioteca da APA – doc. n.n Carta de Luís Gomes de Carvalho a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, residente na Corte, no Rio de Janeiro, a comunicar a abertura da Barra de Aveiro. – Mafra, 30 de Setembro de 1808. – [4] f.; 34 cm. Em anexo, a capa de carta contém a seguinte informação: «Do Real Serviço. Ao Illmo e Exmo Snr. D. Rodrigo de Sousa Coutinho Conselheiro d’Estado Grão-Cruz da Ordem de Santi-Ago. Rio de Janeiro. do Sarg.to Mor Director da Obra da Barra de Aveiro Luís Gomes de Carvalho». Cópia. A correspondência entre a carta e a sobrecapa foi atribuída com base na marca de água: «BbK&ALW». A capa onde se encontra arquivado o documento contém a seguinte informação: «Aveiro. 1808. De João Carlos Cardoso Verney. Luís Gomes de Carvalho (2). (Pertencerem estes documentos ao Real Arquivo de El-Rei D. João). Adquiridos ao Exmo Sr. Marquês de Lavradio, recentemente falecido». Provavelmente trata-se de D. José Maria de Almeida Correia de Sá, 6º Marquês do Lavradio (1874 – 1945). O documento fora já publicado na revista “Arquivo do Distrito de Aveiro”, Aveiro, vol. XIII, 1947, p. 30 e novamente transcrito por Manuel Couto em Amorim, Garcia 2006: 33.

²⁹ Cunha 1939: 6-7.

construir um “porto”, mesmo que, ao longo do tempo, o assoreamento, de sul para norte ou de norte para sul, acentuasse a flecha de areias provocando aberturas de “barretas”, como 1838 ou 1839³⁰, ou então provocasse obstruções em alguns anos críticos, como se assinalaria já em 1857, ainda dentro do período cronológico deste estudo³¹.

A justificação para este porfiado esforço prende-se com a forte convicção de que o porto seria a oportunidade de escoamento para os recursos locais (peixe, sal, produtos cerâmicos) e a oportunidade para a aplicação de capitais, convicção fundamentada por autor anónimo ao apresentar, logo em 1818, uma Memória, intitulada “Um porto franco em Portugal [Aveiro]” [1818]. O autor desta memória, publicada no periódico “*O Investigador Portuguez em Inglaterra*”, embora anónimo, revela um conhecimento real da costa e dos problemas referentes à exploração pesqueira que justificam a hipótese de se tratar ora do engenheiro, ora de alguém ligado às obras da barra. De entre os diferentes aspectos invocados nos cinco capítulos destaque para o que é dito acerca da sua gestão. A sua administração deveria ser entregue a uma sociedade, segundo o modelo dos consulados “*famosos estabelecimentos de Espanha*”, elegendo-se, entre os seus accionistas, um corpo administrativo (administrador, vice-administrador, seis vogais, um secretário, e oficiais subalternos). O capital, de 200:000.000 rs, seria formado por 400 acções, a 500.000 reis cada. Estas seriam negociáveis e transmissíveis a nacionais e estrangeiros, a negociantes e a “*qualquer capitalista que o deseje*”³². Este envolvimento dos capitais privados surge, assim, como uma proposta que colocava no cerne da administração os interessados na manutenção do porto, perspectiva que parece pouco realista, tendo em conta a natureza do envolvimento privado, desde o financiamento das obras à sua gestão, como veremos.

2. De quem é o mar? E a Ria? – a “desamortização” das águas

Para se entender as intervenções, nas zonas marítimas e fluviais, há que colocar uma primeira questão – a quem pertence o mar ou, pelo menos, o litoral? De quem são os seus recursos ou a quem compete tutelar e arbitrar a diversidade dos seus usos? Até ao decreto de lei nº 451/91, de 4 de Dezembro, a então Direcção Geral de Portos era quem tinha a jurisdição de toda a faixa costeira, dentro do limite da largura máxima legal do Domínio Público Marítimo³³. Doravante, e até hoje, os Portos ficaram, apenas, com as áreas com interesse portuário. Mas, para trás, há uma imensidão de jurisdições, nem sempre feitas por organismos estatais, e muito menos simplificadoras das relações de poder que estão inerentes à história do porto.

³⁰ A data da abertura desta “barreta” é dúbia. Adolfo Loureiro, citando uma Memória do engenheiro Agostinho Lopes Pereira Nunes (que dirigiu as obras da barra desde 1847 até 1856), indica que “tendo o inverno de 1837 cortado a duna e aberto uma barreta uma légua ao sul da que fora estabelecida em 1808” (Loureiro 1904: 38); na mesma obra de Adolfo Loureiro, citando o 1º relatório de Silvério Augusto Pereira da Silva, também nomeado responsável das obras em 1858, escreve: “até 1851 se conservara muito sofredelmente, excepto em 1839, quando a chamada barra velha se assoreara e se abriu a barreta, chamada da Vagueira, a 9 km ao sul da nova barra” (Loureiro 1904: 48).

³¹ APA, JAFOA - Livro de despesa e dos trabalhos das obras da Barra de Aveiro desde o 1º de Novembro de 1875 até 30 de Junho de 1876, Livro 1º, fol. 326-327

³² Amorim 2006: 103-128.

³³ Gomes 2007: 19.

Sendo o primeiro senhorio o rei, a ele pertencia a jurisdição sobre as águas, dispondo-as, através de sucessivas doações, segundo determinadas contrapartidas³⁴, que funcionavam não só como uma forma de arrecadar receitas fiscais, mas como um instrumento político e negocial³⁵. Não se estranha, assim, que a costa que encaixa a Ria de Aveiro e que se articula com a barra fosse, ao longo dos tempos, entregue a diferentes senhorios, desde o Cabido do Porto, à Casa da Feira (mais tarde Casa do Infantado), Casa das Senhoras Rainhas, etc.³⁶. Nas diferentes Ilhas, entrecortadas por canais e esteiros, que compunham a Ria, fazia-se sal, colhia-se moliço, pertença de sucessivos senhorios que pagavam ao monarca os direitos devidos³⁷. A cartografia assinala, nas legendas e na sinalética utilizada, as áreas de salinas, descrevendo, com algum pormenor, esta paisagem: *As [terras] que ficam entre os diferentes braços do Rio Vouga são mais ou menos pantanosas de pouca profundidade, mas a sua superfície é geralmente de areia, e pela maior parte cultivadas pela curiosidade dos proprietários, que lhes têm formado valados para embaraçar que se inundem excepto nas grandes cheias. As ilhas formadas pelo caes do Espinheiro, cal do Ouro, cal de Aranhão, esteiro de Esgueira são lagoas misturadas de marinhas de sal, e do mesmo modo as há costeando pela banda de Vouga até Ilhavo. As terras que se acham entre a Cal de Ilhavo, e a Cal que conduz a barra, são de areia do mar em forma de lombas, excepto as bordas ou extremidades de perto de 300 braças de largura, que produzem algumas ervas pouco sucozas de pouco rendimento e utilidade e em algumas partes em terras cultivadas que produzem milho. O grande banco de areia que separa o mar e lhe impede o comunicar com o Canal que corre desde Nossa Senhora do Bom Sucesso até a barra e do mesmo modo duas léguas mais desde ela para a parte do Sudoeste até onde estava a antiga, é inteiramente de areia pura, no meio mais elevado em forma de lombas formadas pelos ventos*³⁸.

À medida que a barra oscilava para sul, geraram-se conflitos, porque uns queriam que os seus direitos sobre dízimos de pescado (a décima parte do pescado entregue à instituição apresentadora da paróquia) se estendessem até sul, e outros os direitos inerentes à jurisdição cível (os senhorios dos concelhos respectivos)³⁹. Por outro lado, surgem queixas de proprietários de salinas que se sentem prejudicados pelo corte das suas marinhas de sal, quando de intervenções nos canais de acesso à cidade (por exemplo, a marinha Casamenteira, em 1791⁴⁰).

Nos finais do terceiro quartel do séc. XVIII, o crescente papel ordenador do Estado Moderno, sinal de uma maturação das doutrinas, teorias e políticas económicas em Portugal, traduziu-se num redimensionamento do espaço nacional que incluía o controlo do litoral⁴¹. Mercê da intranquilidade política internacional e nacional, associada à Revolução e Invasões Francesas,

³⁴ Silva 1891: XXIII.

³⁵ Coelho 1995.

³⁶ Amorim 1997: 500.

³⁷ Amorim 2001: 11-12.

³⁸ IGP, nº315n.2 - Carte particulière des environs...1759“Carte particulière des environs d’Aveiro depuis la Riviere du Vouga jusques a la nouvelle barre contenant dex lieues quarrées de pais Sans la partie de mer qui sy trouve levee entierement par François Hiacinte de Polchet et Louis d’Alincourt reduite en petit pour l’intelligence du projet a St.Hiacinte” (Ms., color., em papel, 1070x534 mm; Esc.gráf.de 800 braças de 8 palmos=59.5 mm).

³⁹ Amorim 1997: 56.

⁴⁰ AMA, Livro de Acórdãos e Vereações, nº 8, fol. 455v

⁴¹ Vicente 1971: 42-53; Nunes 2001: 221-231; Alegria, Garcia 1995: 67-73.

assim como às convulsões pós revolução de 1820, adiaram-se as medidas de fundo, condicionadas por um quadro de estagnação económica⁴², mas impuseram-se medidas novas, na utilização de águas, surgidas na década de 20 do século XIX, no contexto das discussões liberais. Em essência, defendia-se que ao Estado competia assegurar os direitos de fruição e de uso, nomeadamente das águas marítimas e fluviais, uma vez que os direitos de cada um em dispor dos bens comuns, se encontravam extremamente coarctados pela multiplicidade dos direitos de uso constituídos sobre o mesmo bem⁴³.

O caminho estava aberto para as futuras reformas administrativas e a consignação do princípio do domínio público marítimo. Já em cronologia subsequente, em 1864, a Lei de 25 de Junho instituiu o Domínio Público Marítimo, DPM, e foi publicado o Decreto de 31 de Dezembro de 1864 que, no seu Artigo 2º, declarava «são do Domínio Público, imprescritível, os portos de mar e praias e os rios navegáveis e fluviáveis com as suas margens, os canais e valas, os portos artificiais e docas existentes ou que, de futuro, se construam, com o fim de pôr termo ao menosprezo do bom regime policial e das advertências da autoridade marítima». Aprovado pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, para começar a vigorar em 1 de Janeiro de 1868, é publicado o Código Civil que no seu Artigo 380, n.º 20, declarou «coisas públicas as águas salgadas das costas, enseadas, baías, fozes, rios e esteiros e o leito delas»⁴⁴. Naturalmente que não pôs termo à propriedade privada neste espaço, mas concedeu à administração portuária o controlo e avaliação das intervenções na Ria e litoral.

2. O controlo administrativo centralizador e a especialização de competências: a Superintendência do “Cofre da abertura a Barra” de Aveiro (1755) e o “Director das Obras”

O que pode motivar a integração deste espaço sob uma tutela e a formação de uma identidade em torno de um porto? Tirando o quadro aduaneiro (juizes da Alfândega: do consulado, portos secos, da extracção, do contrabando, escrivães, feitores, guardas, porteiros, recebedores, tesoureiros, das mercadorias em geral e do sal em particular)⁴⁵, identificaríamos, de imediato, os comerciantes e os cônsules de nações estrangeiras como os mais interessados no tráfego e, por isso, assumindo um discurso interessado na vida da barra. Mas, com estes, também os que viviam do transporte (barqueiros, capitães, marinheiros, carpinteiros e calafates) da pesca e do sal. Finalmente, os que assumiam responsabilidades inerentes à governação municipal ou religiosa e, por isso, representavam todas as “almas”, os habitantes, enfim... Em torno das sessões camarárias, agregavam-se, assim, os discursos locais, tanto em momentos difíceis como em momentos de regozijo e alívio geral, como aconteceu com a abertura da barra, em 1808. Os discursos de dois médicos da cidade, contratados pela Câmara, o juiz de fora e os vereadores, o bispo de Aveiro, todos atestaram a renovação da salubridade dos ares, a redução de óbitos e das

⁴² Mata 1991: 92.

⁴³ Brandão, Rowland 1979: 179-180.

⁴⁴ Boletim da Comissão do DPM 1946: 32.

⁴⁵ Amorim 1997: 353, 540.

despesas com o tratamento das doenças. Esta recuperação colocava a cidade num outro patamar territorial, em relação ao referencial nacional, porque Aveiro “*tornou-se das mais saudáveis e o Estado a ganhou de novo*”⁴⁶.

Esta afirmação é a consequência da contradição fulcral inerente à cidade de Aveiro, ou seja, da dependência de fontes de financiamento que provinham do movimento portuário, numa altura em que os impostos sobre as mercadorias diminuía, porque o comércio escasseava⁴⁷. Círculo vicioso, sem solução alternativa, a não ser que se abrissem outras perspectivas, o que, efectivamente, aconteceu com a criação, em 1756, do “Cofre da Barra de Aveiro”, destinado a recolher os reais de toda a Provedoria (comarcas de Aveiro e Feira) e a custear as obras da abertura da Barra. Tal significa que a primeira iniciativa de gestão das obras do porto decorreu da resolução fundamental da Coroa, do poder central entenda-se, no sentido de criar uma nova Instituição, por carta régia de 6 de Outubro de 1755, com a nomeação do 1º Superintendente, logo a 30 de Outubro. Esta data justifica-se no primeiro documento registado no Livro da Superintendência da Barra de Aveiro. Trata-se da nomeação do 1º Superintendente do Cofre “da abertura da barra”, por 3 anos (mas que ficará de 1755 a 1764), o bacharel João da Fonseca da Cruz, “que deu boa residência” como Intendente das Minas de Cuyabá no Brasil⁴⁸, criada em 1736, na cidade do mesmo nome, Mato Grosso. Bem significativo o facto das suas competências partirem do controlo e supervisão da cobrança dos impostos a aplicar às obras da abertura da barra. Além do mais deveria proceder a pagamentos aos engenheiros e arquitectos hidráulicos que vinham observar a barra, executar as obras quando eram aprovados pela Coroa, realizar as determinações que eram emanadas do governo central, supervisionar, enfim, a contabilidade do Cofre da Barra.

Com efeito, o “Cofre da Barra” tornara-se o centro financiador, ao recolher os impostos dos reais, destinados a custear a abertura da Barra⁴⁹. O Cofre não surgiu com a Superintendência - é-lhe anterior. Remontava já a 1751, se entendermos por tal a data da reunião, num cofre, das verbas cobradas na cidade, provenientes dos reais da água (2 em cada quartilho de vinho e 2 em cada arrátel de carne e do dobro das sisas, explicitamente dedicadas a obras de abertura da Barra de Aveiro)⁵⁰. Doravante, contudo, não só reuniria os anteriores reais, mas de toda a comarca e provedoria “*atendendo a que neste negócio se trata da sua própria utilidade...*”⁵¹, salvaguardando-se que, havendo “*justa causa de escusa, a todo o tempo se poderá deferir pela Mesa do meu Desembargo do Paço, precedendo a informações necessárias*”⁵², inclusive nas terras de jurisdição de donatários que sempre beneficiaram de isenções fiscais, como eram os casos dos Bispo-Conde de Coimbra,

⁴⁶ Neves 1956: doc.18 a 22 e 33, ano de 1812.

⁴⁷ Madahil 1959: 283 a 292; Amorim 1997: 540-552.

⁴⁸ APA, Superintendência, 1º livro primeiro que há de servir para o registo de todas as ... que se rematavam para esta Superintendência e dela satram, e todo vai numerado e rubricado e no alto de cada folha em o meu sobrenome que diz “Fonseca”... 1 de Junho de 1756. João Fonseca da Cruz”, fol. 2-2v. – transcrição da carta de nomeação do Superintendente.

⁴⁹ AMA, L.n.182 - Obra da Barra de Aveiro, s/pág.

⁵⁰ Cerqueira 1973: 123; Mendes 1974: 28, 32, provisão de 1 e 12 de Fevereiro de 1751.

⁵¹ APA, Superintendência, 1º livro, fol. 5v

⁵² Mendes 1974: 32, 35-36.

o Reitor da Universidade de Coimbra, da Junta da Casa de Bragança, embora se sublinhasse “*na parte que somente disser respeito à arrecadação e contribuição e factura da dita obra*”⁵³.

Desta forma, Aveiro adquiriu um papel administrativo central e foi o “real da Barra” que lhe deu a primeira unidade, acima das divergências político-administrativas, tornando-se, desde então, a insistência na construção de infra-estruturas portuárias, um assunto omnipresente e unificador, ainda antes de se verificar a afirmação deste espaço, no quadro político-administrativo, com a elevação de vila de Aveiro a cidade em 1759, a centro de comarca (de Esgueira a Aveiro), de Provedoria (de Esgueira a Aveiro) e a Diocese em 1774⁵⁴.

A Superintendência da barra de Aveiro não foi uma estrutura única. Quase de seguida, para a cidade do Porto, organizou-se a *Junta das Obras Públicas* (1763-1833) e a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro* (1756-1834), que arrecadavam impostos (também sobre o vinho), para obras públicas (barra do Douro, cais e margens do rio)⁵⁵.

Se estas intervenções do poder central não foram exclusivas deste espaço histórico, impunham-se, muito mais, no caso de Aveiro, porque envolvia um território entrecortado por poderes senhoriais, incompatíveis com o processo de reestruturação do Estado moderno, que se queria homogéneo e coerente⁵⁶. Aveiro tornava-se, assim, uma plataforma do exercício do poder central. O traço fiscal, unificador, porque acima de quaisquer jurisdições senhoriais, como se disse, definia um espaço amplo que coincidia com os limites da Provedoria de Aveiro. O primeiro livro de receitas dos reais da barra, depositado no arquivo da APA comprova isto mesmo, ao enumerar, segundo a ordem que aqui apresentamos, o resultado dessa arrematação, comprovando que todos contribuía, mesmo os concelhos senhoriais, bem afastados da Ria e da barra, todos integrantes da, então, Provedoria de Aveiro⁵⁷: Crestuma, Cambra, Ovar, Fervedo, Pereira Jusã, Vila da Feira, Cucujães, Cortegaça, Sandim, Estarreja, Angeja, Bemposta, Eixo, Ílhavo, Vagos, S. João de Loure, Ermida, Frossos, Sangalhos, Barro, S. Lourenço do Bairro, Préstimo, Aguieira, Assequins, Oliveira do Bairro, Vilarinho do Bairro, Avelãs de Cima, Ferreira, Avelãs de Caminho, Brunhido, Esgueira, Aveiro, Sorães, Castanheira do Vouga, Recardães, Segadães, Sever, Casal de Álvaro, Vouga, Serem, Trofa, Paus, Ois da Ribeira, Aguada de Cima, Anadia, Couto de Paredes, Ois do Bairro, Couto de Esteves⁵⁸.

A figura do *Superintendente da abertura da barra*, sendo de nomeação régia, inseria-se no leque de intendentes criados, em meados do século XVIII, no sentido de alterar os quadros tradicionais de administração periférica da Coroa, embora, como se observa no quadro em anexo⁵⁹, frequentemente acumulassem cargos de corregedores e provedores ou tivessem

⁵³ Mendes: 1974: 136-137.

⁵⁴ Amorim 1997: 31-73.

⁵⁵ Nonell 2002: 95, 102.

⁵⁶ Hespanha 1984: 63-64; Hespanha 1986: 55; Coelho, Magalhães 1983: 32-33.

⁵⁷ Amorim 1997: 699-701.

⁵⁸ APA, Superintendência, Livro 1 de Imposições: Livro que há de servir para lançamento dos termos das rematações dos reais de vinho e carnes aplicados para a Real Obra da Barra desta cidade impostos em toda esta Comarca, e para constar fiz este termo que assinei, e o final de encerramento em que se declara o nº de folhas que tem, Aveiro e de Julho 10 de 1767. Existem livros, praticamente, contínuos, neste fundo, até 1866.

⁵⁹ Anexo 3.

desempenhado, anteriormente, essas funções⁶⁰. Se as atribuições do Superintendente se aproximavam das do corregedor, a verdade é que aquele também o substituíra, apesar das dúvidas surgidas, igualmente, com o provedor⁶¹.

A montante, o superintendente colocava-se sob a vigilância do Desembargador da Relação do Porto, órgão judicial, ligado ao Desembargo do Paço de Lisboa, de modo que, logo em 1758, o desembargador do Porto é chamado a controlar as contas do Cofre da Barra⁶², tantas vezes dispersas. Mesmo na véspera do arranque das obras, em 1801, um aviso régio dava ampla autoridade ao Superintendente da barra para a cobrança do real subsídio da barra, por se dever ao cofre mais de 160 contos⁶³.

Esta tutela torna-se visível por altura de da arrecadação de donativos para o Cofre, revelador do contraste com a proposta da Memória acerca de um porto franco, como se viu atrás. A prática de “donativos voluntários” era despoletada por “convite régio”, como aconteceu, logo em 1802, com a dádiva, pelo Superintendente de então, e registado com *muito apreço* pelo rei (“*adiantando-o na carreira da magistratura*”). Quando muito, poder-se-á vislumbrar algum envolvimento económico e de fomento, quando o Superintendente convidou os proprietários das marinhas de sal a participarem com generosa subscrição “em benefício da real fazenda”⁶⁴. Acresce uma nova imposição sobre as embarcações que circulassem pela Ria, de 40 réis, por barco grande e de 20 réis, por barco menor, carregados de molição, no mesmo ano, de 1802⁶⁵. Mas a prática de donativos repete-se entre 1806, e Abril de 1807, numa campanha de arrecadação de “contributo voluntário”, em dinheiro e mão de obra, que vinha reforçar as receitas despendidas naqueles anos, a partir do Cofre da barra”⁶⁶. Alguns contribuintes notáveis: Bispo de Aveiro com 50.000 reis, Pedro de Melo Breyner (Governador das Justiças da Relação do Porto, Senhor de Trofa⁶⁷) com 40.000 réis. O próprio engenheiro e o Superintendente da obra (João Carlos Cardoso Verney), cada um, à sua custa, financiaram 22 braças de fundação do dique, e Verney ainda com mais 100.000 réis⁶⁸. Mas toda a Provedoria em dinheiro, mão-de-obra, barcos, carros, era abrangida, porque, sem porto, não havia Ria e, sem Ria, não existia circulação de gentes e de mercadorias.

Estas pressões contributivas tinham uma razão de ser. Resultavam dos momentos de emoções fortes e contraditórias, das expectativas e desalentos que se iam repetindo, em particular entre 1806 (9 de Março), quando se tentou abrir, sem sucesso, a barra⁶⁹, e 28 de Fevereiro de 1807,

⁶⁰ Amorim 1997: 535-536.

⁶¹ Por exemplo, em 1788, o corregedor substituiu o desembargador superintendente da Barra, Francisco António Gravito “porque assim procederam os corregedores seus sucessores em situações semelhantes”, in AHMOP-MR, n.32-Processos de Obras Públicas, ofício de 3/2/1788.

⁶² APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 20v, 20 de Julho de 1758

⁶³ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 94, 15-09-1801; fol.105v, 5-02-1802

⁶⁴ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 104v e 105v, respectivamente 23-01-1802 e 05-02-1802

⁶⁵ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 114 a 114v, 25-08-1802

⁶⁶ AHMOP, MR, n. 32, “*Mappa do Dom Gratuito. . . 7/4/1807*”; AMA-n. 182-Obra da Barra de Aveiro, f. 7, “*Cópia duma relação authentica. . .*”

⁶⁷ AMA, n. 1683-Registo Geral, f. 355, carta de mercê a Pedro de Mello Breyner, de senhorio de Trofa, de que foi último donatário Bernardo de Lemos de Carvalho, 9/2/1805

⁶⁸ AMA, n. 182-Obra da Barra, f. 7.

⁶⁹ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 138.

tentativa também falhada⁷⁰, tanto mais sentida quanto mais a conjuntura bélica, desde 1791, marcara um outro rumo e estratégias para o porto de Aveiro. Se é certo que, nesta data, 1791, já tinham sido dadas instruções sobre os procedimentos a adoptar nos Cofres do Erário de Coimbra e de Aveiro, a forma das receitas serem vigiadas e recolhidas, pelo Superintendente das Obras que os administraria⁷¹, na procura de alguma eficácia administrativa, a verdade é que apenas se autoriza a abertura de um “*regueirão ou canal [...] removendo por ora toda a ideia de abertura de Barra ou Canal para entrada de navios pois que tendo mostrado huma custosa experiencia a tantos annos que nesta obra mais se tem trabalhado*”⁷², evitando as doenças que se faziam sentir, o estado de pantanal e vigiando a arruinada ponte sobre o Vouga⁷³. A pausa parece, contudo, significava muito mais, a intenção de tomar “*novas medidas e novos planos, não só para essa abertura mas para a fortificação e defesa do porto de que parece não se ter feito conta até agora*”⁷⁴. Desta forma foi lançada uma outra justificação para a prossecução das obras – a conjuntura bélica que se aproximava e o projecto de navegabilidade do Mondego como prioridade⁷⁵.

Esta planificação, em contexto de guerra, terá tido os seus frutos com a presença, em Aveiro, do engenheiro Oudinot⁷⁶ e do seu genro Luís Gomes de Carvalho⁷⁷, que marcou uma nova etapa na história da orgânica do porto de Aveiro, da sua Superintendência. Pela primeira vez, em 1803, um aviso régio indicava que, em virtude do Coronel do Real Corpo de Engenharia Reinaldo Oudinot ir prestar serviço no *ultramar* (sic) (ilha da Madeira), mas continuar a receber o seu *salário* mensal, enquanto *Director das Obras*, ficava, interinamente, encarregue o sargentomor Luís Gomes de Carvalho⁷⁸, designação que este assumirá, daí para a frente, como responsável, em definitivo, das obras da abertura da barra⁷⁹. Esta “especialização”, marcou a divisão de papéis,

⁷⁰ AHMOP, MR 32 - folio 80, Carta de 20 de Março de 1807, de Manuel da Maia Vieira referindo a abertura falhada da barra a 28 de Fevereiro e criticando o Engenheiro Luís Gomes de Carvalho.

⁷¹ AHMOP, MR, n. 18, f. 1

⁷² Mendes 1974: 266-267.

⁷³ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 50v a 60.

⁷⁴ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 59v-61.

⁷⁵ Vandelli 1790 1991; Cabral 1790 1991.

⁷⁶ Nasceu em 1747, em Sepnges, bispado de Verdun. Vem para Portugal em 1776. Faleceu em 1807 na Ilha da Madeira. Nomeado por D. José, em 1802, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro. Em 14 de Dezembro de 1803 foi despachado brigadeiro dos engenheiros (Neves 1947: 28). Ter-se-ia casado em primeiras núpcias com Maria Vicência Mengui, de quem teve uma filha, chamada Dª Francisca de Paula Oudinot, que se casou com Luís Gomes de Carvalho (Amorim 1997: 330).

⁷⁷ Oficial do Real Corpo de Engenheiros, formado na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, nasceu em Atalaia a 15 de Abril de 1771 e morreu a 17 de Julho de 1826. Trabalhou em diferentes áreas do país e ocupou vários cargos. Esteve às ordens de Reinaldo Oudinot, Director das Obras Marítimas e de Fortificação do Partido do Porto (1793-98), sendo encarregado das obras dos fortes de Buarcos e da Figueira e de levantamentos na Província de Trás-os-Montes, onde se manteve até 1801. Trabalhou na Barra de Aveiro, a partir de 1802, tendo dado início às obras de abertura da nova barra, primeiro sob a direcção de Oudinot, que Luís Gomes de Carvalho substituiu em 1803, comissão onde se manteve até à sua morte, com algumas interrupções, até 1823. Faleceu a 17 de Junho de 1826 (Neves 1947: 20, 28). Foi genro de Reinaldo Oudinot por se ter casado com Dª Francisca de Paula Oudinot, filha do primeiro casamento do engenheiro Oudinot com Maria Vicência Mengui. Em 17 de Outubro, Luís Gomes de Carvalho voltou a casar com D. Vicência do Carmo Locatelli, filha João Baptista Locatelli que fundou em Aveiro uma fábrica de algodão (AMA, Quadros, João Rangel de - *Aveiro. Apontamentos Avulsos*: 48-52; Amorim 1907: 330). Vide Anexo 2.

⁷⁸ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 123, 14-12-1803

⁷⁹ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 144: 15-04-1808; fol. 155: 3-09-1810; fol. 163v: 3-09-1811

entre a técnica e a gestão das verbas, em particular, na operacionalidade de uma burocracia crescente, no registo sistemático das ordens e na correspondência entre governo, o superintendente e engenheiro⁸⁰. *Director das Obras* inaugura, assim, um processo, institucionalizado, que se instalou.

2.3 O esvaziamento de funções e as hesitações das tutelas portuárias

Estas estruturas inserem-se numa política de ordenamento e conhecimento do território, de intervenção efectiva em resposta a boas decisões políticas e económicas e as irregularidades políticas, na viragem do século, se trouxeram hesitações a esta política geral de administração territorial, também pressionaram a necessidade de intervenção e construção de acessibilidades. Mesmo antes da saída do do governo, em 1803, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, entusiasta deste processo de sistematização de conhecimentos e de acção⁸¹, revelava o seu empenho em relação a Aveiro, através das suas cartas, transcritas no livro da Superintendência, em defesa dos trabalhos dos engenheiros da barra de Aveiro, em 1802⁸².

A triangulação geral do reino, dirigida por Francisco António Ciera e seu filho Miguel Ciera, assim como as cartas de Franzini (Carta reduzida da costa de Portugal, de 1811) são os resultados do esforço de reconhecimento cartográfico que se fez sentir em Aveiro, mas que será interrompido com as convulsões políticas que se seguirão. Os esforços cartográficos do reino e as iniciativas em termos de obras públicas avançavam com dificuldade, em parte devido às lutas civis, em parte porque a organização central não tinha realizado as devidas reformas estruturais. Na sequência de uma conjuntura nacional, ligada à Regeneração, Fontes Pereira de Melo, ministro da Fazenda e depois das Obras públicas, que já participara, como técnico, nos trabalhos cartográficos e sabia da sua importância, autoriza a constituição do Ministério das Obras Públicas e Minas, a 30 de Agosto de 1852, com objectivos claros de esvaziamento das autoridades locais e de competências associadas à criação de infra-estruturas de comunicação e transporte⁸³.

Aveiro sentiu estas hesitações, e o engenheiro Luís Gomes de Carvalho sentiu-as na sua pele. Se, por um lado, ainda em 1816, após a abertura da barra, adquiriu, cada vez mais, tarefas afectas à continuação da consolidação da abertura da barra, como sejam, a jurisdição para adjudicar os terrenos necessários para o encanamento de rios, corte de árvores, demolição de açudes e indemnizações por terrenos privados essenciais às obras⁸⁴, a verdade é que a barra ia sofrendo oscilações no assoreamento. Continuou à frente das obras, pelo menos até 1823, e como o estado da barra se agravava, a Câmara, para salvar-lhe a vida dos seus inimigos (os políticos e os

⁸⁰ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 38v, *Método de praticar as despesas*, 28-08-1780

⁸¹ Alegria, Garcia 1995: 72.

⁸² APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 91: 15-09-1801, Aviso régio de D. Rodrigo Sousa Coutinho para que se procedesse às cobranças das dívidas ao Cofre da Barra, que totalizariam cerca de 170 contos de réis; fol. 106, 16-03-1802: Carta de D. Rodrigo Sousa Coutinho referindo-se a intrigas contra o superintendente e as obras, ordenando que fosse feito inquérito contra as intrigas em curso; fol. 113, 06-07-1802, Provisão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho elogiando a prestação das contas enviada pelo superintendente da barra.

⁸³ Alegria, Garcia 1995: 74, 76

⁸⁴ AMA, L.n.182 – Obra da Barra de Aveiro.

descontentes com a pouca fluidez da barra), requisitara que aquele engenheiro fosse preso e levado para o Porto, como efectivamente foi.

Contudo, só em 1834 foi nomeado substituto seguido de outros, vários, até à criação da *Junta Administrativa e Fiscal das Obras de Aveiro* (JAFOA), no ano de 1858 e até 1886⁸⁵. Em 1834 sucederia Celestino Soares. Em 1837 o engenheiro Francisco de Paula Sousa Pegado e no ano seguinte Francisco L. Moreira Freixo. Em 1843 foi nomeado director o engenheiro José Luís Lopes, substituído, interinamente, pelo presidente da Câmara de Aveiro, que pouco depois entregava o seu governo ao engenheiro Gomes Palma. Em 1847, assume a direcção o engenheiro Agostinho Lopes Pereira Nunes, até 1856. Desde a morte deste, a 12 de Novembro de 1856, até Junho de 1858, esteve interinamente o engenheiro Augusto Maria Fidié, que acabou por ser substituído por Silvério Augusto Pereira de Sousa quando se criou a JAFOA⁸⁶.

Parece ter sido aquele interregno, entre a saída de Luís Gomes de Carvalho e a criação da Junta, um momento de avanço da administração local, em procurar tutelar o porto de Aveiro, tanto mais que a reforma da administração pública criara os distritos e as respectivas juntas distritais, com competências no domínio das Obras Públicas (decreto de lei de 25/4 de 1835). Desta forma, assinalam-se protestos vários, conhecidos para os anos de 1842, 1844 e 1848, sobretudo à medida que os gastos, orçamentados, eram inferiores aos efectivamente realizados. A razão era a mesma do passado: o decreto de 17 de Abril de 1838, que disponibilizava o dinheiro do cofre para quaisquer outras actividades, realizadas no distrito⁸⁷. Seja como for, sabe-se, sumariamente, quem foram os sucessivos superintendentes até 1837: Carlos Cardoso Moniz de Castro, Araújo Bacelar e José Homem Correia Telles⁸⁸, porque doravante, até 1858, a fiscalização destas obras foi confiada a uma comissão ou junta local que funcionava em articulação com o Governo Civil do Distrito. O impulso viera de um movimento de opinião, em Maio de 1857, encabeçado pelo deputado José Estêvão, em sessão dos Paços do Concelho⁸⁹ que havia já exposto, à Câmara dos Deputados, o estado em que se encontrava a barra, a qual solicitara competente relatório, ao então engenheiro das obras, Agostinho Nunes, datado de 13 de Abril de 1854⁹⁰.

Esta afirmação local decorria das próprias reformas administrativas que haviam conferido aos governadores civis competências nesta matéria. Uma reunião nos Paços do Concelho de Aveiro de forma a instituir a *Junta Administrativa e Fiscal das Obras de Aveiro* (JAFOA), de acordo com o Decreto de 9 de Setembro, contemplava os anseios da Associação Comercial de Aveiro⁹¹. Não era a primeira vez que as dificuldades da Barra e Porto tinham conduzido à realização de reuniões envolventes da sociedade local, diagnosticando os problemas locais, particularmente, as relações entre obstrução da barra e produção de sal⁹². E se é verdade que um movimento de

⁸⁵ Sampaio 1966: 5.

⁸⁶ Silva 1875: 186-187; Cunha 1923: 17-18; Loureiro 1904: 37.

⁸⁷ Loureiro 1904: 38-39.

⁸⁸ Cunha 1923: 16.

⁸⁹ Cerqueira 1967: 5.

⁹⁰ Loureiro 1904: 39-40.

⁹¹ Junta Administrativa das Obras da Barra e Ria d'Aveiro, Aveiro, Minerva Central, 1911, p. 3

⁹² Braga 1995: 191-206.

opinião se ia desenvolvendo em torno da organização, em 1858, da Associação Comercial de Aveiro, também a afirmação da imprensa local, com a multiplicação e desmembramento de vários jornais, registava e protestava contra os insucessos da barra (jornais como *O Aveirense*, *A Aurora*, *O Imparcial*, *O Campeão do Vouga*, *Campeão das Províncias*, *Distrito de Aveiro*)⁹³.

Com a criação da JAFOA, como se viu atrás, clarificaram-se, melhor, as competências associadas à administração e ao financiamento das obras, ficando incumbida de receber todos os impostos regionais destinados às obras, situação que se manteria até Agosto de 1886: artigo 3º «*criar-se-á na cidade de Aveiro uma Junta Administrativa e Fiscal das Obras da Barra, que será composta do Governador Civil, servindo de presidente, e três cidadãos hábeis para deputados, que serão eleitos de dois em dois anos, sendo-o dois pela Junta Geral do Distrito e um pela Associação Comercial de Aveiro, e na sua falta pela Câmara Municipal de Aveiro*». Esse documento revogava o decreto de 17 de Abril de 1838, que disponibilizava o dinheiro das obras para quaisquer outras actividades, realizadas no distrito, e que tanta discussão tinha gerado, localmente, pelo facto de se esvaziar o objectivo fundamental de manutenção da barra.

No artigo 2º esclarece-se quais eram as fontes de financiamento: «*nos termos propostos pelos proprietários das marinhas da ria de Aveiro, são cobradas pela alfândega da cidade, durante 6 anos [...], e com destino às obras desta barra, dois réis e meio por cada alqueire de sal das marinhas da ria da mesma cidade que for vendido para consumo*», de que o sal exportado ficava isento. No parágrafo 2º definia-se ainda que «*o produto do actual imposto do vinho e do real da carne que lhe anda anexo continuará a ser exclusivamente aplicado nas obras da mesma barra*»⁹⁴.

Os desejos de evolução e melhoria das condições devem ter conduzido à aquisição de um serviço de draga, em 1854, como informa o documento publicado no Boletim do Ministério das Obras Públicas, mas que não viria a ser utilizada e, por isso, foi enviada, em 1871, para Viana do Castelo por parecer dispensável⁹⁵. Torna-se, esta draga, símbolo da modernidade técnica, uma caricatura do discurso reivindicador do progresso mas, tantas vezes, não aplicável à realidade local

Despesas com o serviço da draga empregada nas rias do Distrito de Aveiro

Tendo chegado ao Porto de Aveiro a draga que o Governo mandara construir em Inglaterra para ser empregada nas rias daquele distrito e que em breve deve achar-se pronta para funcionar, em virtude das providências adoptadas por este Ministério, por onde se tem ocorrido ao pagamento das despesas respectivas ao seu preço, transporte e armação; e sendo necessário prever ao custeamento do serviço e conservação da dita draga, logo que ela comece a ser empregada na desobstrução das ditas rias: manda Sua Majestade El Rei, que o Governador Civil de Aveiro, exigindo do Director das Obras Públicas os esclarecimentos convenientes acerca das despesas respectivas ao pessoal e material necessário para o mencionado fim, haja de fazer a competente proposta à Junta Geral do Distrito a

⁹³ Rodrigues 1998: 22-27.

⁹⁴ Diário de Governo, nº 218 de 16 de Setembro de 1858 e ainda várias notícias em jornais (Rodrigues 1998: 34-35)

⁹⁵ Loureiro 1904: 75.

seu cargo, a fim de que ela, nos termos da carta de lei de 23 de Julho de 1839 vote as somas suficientes para ocorrer ao importante serviço de que se trata, no qual é interessada não só a navegação, mas também a saúde dos habitantes daquela localidade. O que se participa ao mencionado Governador Civil, para seu conhecimento e devidos efeitos.

Paço, em 24 de Abril de 1854 – António Maria de Fontes Pereira de Melo (in Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Nº 5 Maio 1854).

Foi este esforço de reforma que justificou a vinda, a Aveiro, do engenheiro Sir John Rennie, inglês, que viera ao Porto observar a barra do Douro e, então, convidado a observar a barra, numa breve visita, a 26 de Setembro de 1855. Regressado, enviou de Londres um relatório a 8 de Dezembro. Dele sobressai um aspecto fundamental - a falta de elementos essenciais para diagnóstico e projecto. Não havia uma carta hidrográfica regular do porto, nem uma série de observações das marés e da direcção e velocidade das correntes, nem estudo sobre as sondas, canais e variações das barra, ventos e formação dos bancos de areia. Se o elenco de propostas era vago e prudente, parece interessante, sobretudo, o programa de organização do plano de obras. Considerava ser importante “*recolher observações hydrometricas por 6 a 12 mezes, das tábuas de marés com as alturas do prea-mar e baixa-mar equinoxiaes, medias e mortas, tanto na barra, como no porto, na ponte de Aveiro e em Ovar, com a indicação da hora da maré, phases da lua, direcção e força dos ventos, direcção e velocidade das correntes interiores e exteriores nas diversas estações do anno, e, finalmente, da carta hydrographica da barra e da ria até Aveiro, Ovar e Vagos, comprehendendo a costa com sondagens*”⁹⁶.

Enfim, se as questões financeiras seriam, certamente, um obstáculo e se se pretendia contrariar o uso, sistemático e indiscriminado das verbas do Cofre, a verdade é que os estudos técnicos e a direcção de obras exigiam um programa que a nova estrutura orgânica parece projectar, assunto que merecerá, certamente, uma abordagem, num futuro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

ARQUIVO DO PORTO DE AVEIRO APA

Superintendência (1755-1856)

APA, Primeiro livro do registo para a Superintendência da Barra *Livro primeiro que há de servir para o registo de todas as rendas...que se rematavam para esta Superintendência e dela saíram, ..* 1 de Junho de 1756

APA, Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes para a obra da abertura da barra *Livro que há de servir para lançamento dos termos das rematações dos reais de vinho e carnes aplicados para a Real Obra da Barra desta cidade impostos em toda esta Comarca, 1767.*

⁹⁶ Loureiro 1904: 47-48.

APA, *Registos de despesas de obras: jornas, materiais e cais*

APA, doc. n.n Carta de Luís Gomes de Carvalho a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, residente na Corte, no Rio de Janeiro, a comunicar a abertura da Barra de Aveiro. – Mafra, 30 de Setembro de 1808

Junta Administrativa e Fiscal das Obras de Aveiro (JAFOA 1858-1886)

APA, JAFOA - Livro 1º da despesa e dos trabalhos das Obras da Barra de Aveiro: desde o 1º de Novembro de 1875 até 30 de Junho de 1876, contendo diversos desenhos e apontamentos, de Silvério Augusto Pereira da Silva, manuscrito.

APA, JAFOA - Livro de despesa e dos trabalhos das obras da Barra de Aveiro desde o 1º de Novembro de 1875 até 30 de Junho de 1876, Livro 1º,

APA, JAFOA - Livro de despesa e dos trabalhos das obras da Barra de Aveiro, 1º Anno Economico de 1 de Novembro de 1875 a 30 de Junho de 1876

MUSEU DE AVEIRO

Projecto para a abertura da barra do porto de Aveiro, por Carlos Mardel [1756], desenho nº 31/HM)

ARQUIVO MUNICIPAL DE AVEIRO (AMA)

Livro de Vereações e Acórdãos nº 8

L.n.182 - Obra da Barra de Aveiro, s/pág.

L. 1683-Registo Geral, f. 355

Quadros, João Rangel de - *Aveiro. Apontamentos Avulsos*, manuscritos (de 1911 a 1916)

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (AHMOP)

Ministério do Reino

n. 18 – Correspondência sobre estradas

n. 32 – Processos de obras públicas

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (IGP)

IGP - Cartas n. 315, 318

BIBLIOGRAFIA E SITES

(apenas a citada no texto; veja-se mais informação em Amorim 2007)

SITES

Dias, Maria Helena - *Pedro Teixeira (ca. 1595-1662)*, <http://www.instituto-camoes.pt/CVC/ciencia/p69.html>

<http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/>: Investigador: Maria Helena Dias; Catalogador: Sandra Fernandes

LEGISLAÇÃO

Boletim da Comissão do Domínio Público Marítimo, Lisboa, Ministério da Marinha, nº 1, Agosto de 1946

Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Nº 5 Maio 1854

Junta Administrativa das Obras da Barra e Ria d'Aveiro, Aveiro, Minerva Central, 1911

Silva, A. A. Baldaque da, 1891 - *Estado actual das pescas em Portugal, compreendendo a pesca marítima, fluvial e lacustre em todo o continente do Reino, referido no anno de 1886*, Lisboa, Imprensa Régia, 1891

BIBLIOGRAFIA GERAL - CONTEXTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS

- Brandão, Maria de Fátima; Rowland, Robert 1979 – *História da propriedade e comunidade rural: questão de método*, in “O século XIX em Portugal”, Lisboa, Presença/GIS, [1979], p. 173-210.
- Coelho, M.Helena Cruz, Magalhães, J.Romero 1986 - *O Poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de história social*, Coimbra, Centro de Estudos de Formação Autárquica, 1986.
- Coelho, Maria Helena da Cruz 1995 - *A Pesca Fluvial na Economia e Sociedade Medieval Portuguesa* in “Actas do Seminário Pescas e Navegação na História de Portugal (Séculos XII a XVIII)”, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos, 1992, vol. VI dos Cadernos Históricos, 1995, p 81-102.
- Corbin, Alain; Richard, Hélène, dir. 2004 - *La mer, terreur et fascination*, Paris, BNF/Seuil, 2004.
- Daveau, Suzanne; Ribeiro, Orlando; Lautensach, Hermann 1989 - *Geografia de Portugal-I. A posição geográfica e o território*, v.1, Lisboa, Sá da Costa, 1989.
- Delort, R. 1993 - *Introduction. Pour une histoire de l'environnement*, in « Pour une histoire de l'environnement. Travaux du programme interdisciplinaire de recherche sur l'environnement », Paris, CNRS, 1993, p 5-8.
- Derech, Jean-Michel 2002 - *Pour une histoire des espaces humides: bilan historiographique français (XVIII-XX siècle)*, in « Aux rives de l'incertain. Histoire et représentation des marais occidentaux du Moyen âge à nos jours », Paris, Somogy éditions d'art, 2002, p.15-20.
- Gomes, Veloso 2007 – *Estratégia para a gestão integrada da Zona Costeira Nacional*, in «Gestão e Ordenamento das Actividades Litorâneas», Lisboa, Academia da Marinha, 2007, p,11-28.
- Hespanha, A. Manuel 1984 - *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Hespanha, A. Manuel 1986 - *Centro e Periferia nas Estruturas Administrativas do Antigo Regime*. “Ler História”, Lisboa, n.8, 1986, p. 35-60.
- Livro Verde dos Mares* 2006 *Para uma futura política marítima dos mares*, Bruxelas, Comunidade Europeia, 2006.
- Mata, Maria Eugénia 1991 - *A actividade revolucionária no Portugal contemporâneo – uma perspectiva de longa duração*. “Análise Social”, v. 112-113, 1991, p.755-770.
- Mollat, Michel 1962 - *Les sources d'histoire maritime en Europe du Moyen Age au XVIII siècle*, in Actes do 4º Colloque International d'Histoire Maritime, Paris 20 au 23 Mai 1959, Paris, SEVPEN, 1962, p.VII-X.
- Mollat, Michel 1972-1974 - *Introduction* in «Les Grandes escales», Actes du 10e Colloque d'histoire maritime - Recueils de la Société Jean Bodin pour l'histoire comparative des institutions, nº 32-34; Bruxelles, Lib. Encyclopédique, 1972-1974, vol 1.
- Nonell, Anni Gunther 2002 - *Porto, 1763/1852 – a construção da cidade entre despotismo e iluminismo*, Porto, FAUP, 2002.
- Nunes, Maria de Fátima 2001 - *As Ciências da natureza e os Oceanos na Bibliotheca do povo e das Escolas. Propaganda de instrução para portugueses e brasileiros (1881-1912)*, in “VII Congresso Internacional da Sociedade española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas”, Pontevedra, 2001, p. 221-231.
- Pereira, João Cordeiro 2003 - *Portugal na era de Quinhentos*, Cascais, Patrimonia Historica, 2003.

PORTOS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS, CARTOGRAFIA, OBRAS PÚBLICAS E ENGENHARIA

- Amorim, Inês 1991 - *Alfândega de Aveiro. Documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. “Boletim Municipal de Aveiro”, Aveiro, n. 18, 1991, p.19-25.
- Amorim, Inês 1997 - *Aveiro e sua Provedoria no século XVIII (1690-1814) - estudo económico de um espaço histórico*, Coimbra, CCRC, 1997, vol.1, 867 págs.; vol. 2-Apêndice cartográfico, 7 págs. +10 cartas.

- Amorim, Inês 2001a - *O sal de Aveiro – breve relance histórico (sécs. XIII a XX)*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.
- Amorim, Inês 2006 - *Portuguese “free” ports in the turning of the 18th century – a strategy to promote “unimportant” ports*. “International Journal of Maritime History”, Vol. 18, No. 1, June 2006, p.103-128.
- Balard, Michel; Paola Massa 1988 - *Interventi* in “I Porti come impresa economica”, atti della «Diciannovesima Settimana di Studi» 2-6 Maggio 1987, a cura di Simonetta Cavaciocchi, Prato, Le Monnier, 1988, p. 406 e 412.
- Braga, Amílcar Manuel de Oliveira 1995 - *Aveiro em 1847-1848, segundo um relatório do Governo Civil*. “Estudos Aveirenses”, nº 5, 1995, p.191-206.
- Cunha, Comandante Silvério Ribeiro da Rocha e 1939 - *Notícia sôbre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania do porto de Aveiro*, Aveiro, Gráfica Aveirense Lda, 1939.
- Felipe Pereda; Fernando Marias, ed. 2003 - *El atlas del Rey Planeta: la “descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos” de Pedro Teixeira (1634)*, 3ª ed., San Sebastián, Nerea, 2003.
- Fernando Monge, Margarita del Olmo 1996 - *Un contexto de análisis para el concepto de ciudad portuaria: las ciudades americanas en el Atlántico*, in “Puertos y Sistemas portuarios (Siglos XVI-XX)”, Madrid, 1996, p. 215 a 233.
- Heers, Jacques 1965 - *Rivalité ou collaboration de la terre et de l'eau? Position générale des problèmes*, in “Les grands voies maritimes dans le monde XV-XIX siècles», rapports présentes au XII Congrès International des Sciences Historiques para la Commission Internationale d’Histoire Maritime à l’occasion de son VII Colloque, Paris, SEVPEN, 1965.
- Jackson, Gordon 1972 - *Hull in the eighteenth century. A study in economic and social history*, Hull, Cambridge University Press/University of Hull, 1972.
- Jackson, Gordon 1983 - *The history and archaeology of Ports*, w/pl, World’s Work Ltd., 1983.
- Jackson, Gordon 1996 - *The british port system, c. 1850-1913*, in Agustín Guimera y Dolores Romero, ed. “Puertos e Sistemas Portuarios (siglos XVI-XX)”, Madrid, 1996, p.77-97.
- Jackson, Gordon 2001 - *The Significance of Unimportant Ports*. “International Journal of Maritime History”, December 2001, vol. XIII, nº 2, p. 1-17.
- Jackson, Gordon 2007 - *Early Modern European Seaport Studies : highlights & guidelines*, in Polónia, A. Osswald, H, dir. - *European Seaport Systems in the early modern age – a comparative approach*, Porto, IHM-UP, 2007, p. 8-27.
- Jarvis, Adrian 1998 - *Introduction* in “Port and Harbour Engineering”, ed. Adrian Jarvis, Studies in the History of Civil Engineering, vol. 6, Ashgate Variorum, 1998, XIII-XXXIV.
- Madahil, A.G.da Rocha 1959 - *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos*, v.2, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959Alegria, Maria Fernanda; Garcia, João Carlos 1995 – *Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)* in “Os mapas em Portugal”, dir. Maria Helena Dias, Lisboa, Cosmos, 1995, 27-84.
- Martinez Shaw, Carlos 1988 - *Les transformations du port de Barcelona au XVIII siècle*, in “I Porti come impresa economica”, atti della «Diciannovesima Settimana di Studi» 2-6 Maggio 1987, a cura di Simonetta Cavaciocchi, Prato, Le Monnier, 1988, p. 88 a 120.
- Martins, A. Fernandes 1947 - *A configuração do litoral português no último quartel do século XIV: apostilha a um mapa*. “Biblos”, Coimbra, vol. XXII, 1947, p. 1-35.
- Mendes, H.Gabriel 1969 - *Lucas Jansz Waghenaer e o conhecimento náutico das costas de Portugal, no séc.XVI*, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1969.
- Palmer, Sarah 1988 - *The eighteenth century ports of London and Liverpool. Private versus corporate promotion* in “I Porti come impresa economica”, atti della «Diciannovesima Settimana di Studi» 2-6 Maggio 1987, a cura di Simonetta Cavaciocchi, Prato, Le Monnier, 1988, p. 382-397.
- Perrot, Jean-Claude Perrot 1992 - *Genèse d’une ville moderne: Caen au XVIII siècle*, in “Villes & Civilisation Urbaine, XVIII-XX siècle”, Paris, Larousse, 1992.

- Reguera Rodríguez, Antonio T. 1993 - *Territorio Ordenado, territorio dominado. Espacios, Políticas y conflictos en la España de la Ilustración*, León, Universidad de León, 1993.
- Vauthier-Vézier, Anne 2007 - *L'estuaire et le port. Identité maritime de Nantes au XIX siècle*, Rennes, PUR, 2007.
- Verhoeven, Patrick 2006 - "The expectations of ports regarding a European Policy", in "Uma visão marítima europeia", encontros do Porto, 8 e 9 de Dezembro de 2005, org. Rui Azevedo, Santa Maria da Feira, CRPM/CPPM, Vila Feira, 2006, p. 38-43.
- Vicente, António Pedro - *Memórias Políticas, geográficas e militares Militares de Portugal, 1762-1756*. Sep "Boletim dArquivo Militar", Lisboa, v.41, 1971.
- Vigarié, André 1979 - *Ports de commerce et vie littorale*, Paris, Hachette, 1979.

PORTO DE AVEIRO

- Amorim, Inês 2008 – *Porto de Aveiro, entre a terra e o mar*, Gafanha da Nazaré, APA-Administração do Porto de Aveiro - S.A., 2008.
- Amorim, Inês, Garcia, João Carlos 2008 – *A Barra e os Portos da Ria de Aveiro 1808-1932. Arquivo da Administração do Porto de Aveiro, Catálogo de Exposição*, Aveiro, APA-Administração do Porto de Aveiro, S.A., 2008.
- Cabral, Estevão 1790, 1991 - *Memória sobre os danos do Mondego no Campo de Coimbra, e seu remédio-1790*, in "Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815", t.3, Lisboa, Banco de Portugal, 1991, p. 141-166.
- Cerqueira, Eduardo – *A Instituição da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro*, Aveiro, 1967, Sep. "Arquivo do Distrito de Aveiro", Vol. 33.
- Cerqueira, Eduardo 1973 - *O Cofre da Barra de Aveiro na função de caixa de empréstimos ou subsídios*. "Arquivo do Distrito de Aveiro", Aveiro, v.39, 1973, p. 120- 142.
- Cunha, Comandante Silvério Ribeiro da Rocha e 1923, 1959 – *O porto de Aveiro, conferência em 5 de Maio de 1923*, Aveiro, A Lusitânea, 2ª ed. 1959.
- Loureiro, Adolpho 1904 - *Os portos marítimos de Portugal: Porto de Aveiro*, v.2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.
- Mendes, Humberto Gabriel 1974 - *Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro no último quartel do século XVIII*. "Arquivo do Distrito de Aveiro", v.40, 1974, p.184-219; 241-270.
- Mendes, Humberto Gabriel 1972 - *Cartografia e Engenharia Pombalinas da Ria e Barra de Aveiro*. "Boletim dArquivo Histórico Militar", Lisboa, 1942, v.42, p.11-79; v. 43, p. 9-143.
- Neves, Francisco Ferreira 1956 - *Documentos relativos à abertura da actual barra de Aveiro*. "Arquivo do Distrito de Aveiro", v.22, 1956, p.275-296.
- Rodrigues, Manuel Ferreira 1998– *A fundação da associação comercial de Aveiro e o estado da Barra em meados do século XIX*, Aveiro, Associação Comercial de Aveiro, 1998.
- Sampaio, Álvaro 1966 – *O porto de Aveiro e a sua influência no crescimento económico da região*. "Aveiro e o seu Distrito", nº 2, 1966, p. 5-25.
- Silva, Silvério Augusto Pereira da 1875 – *Barra de Aveiro*. "Revista de Obras Públicas e Minas", T.VI, nº 64, Abril de 1875, 66 Junho 1875, p. 165-227, 241-269.
- Vandelli, Domingos 1790, 1991- *Memória sobre o encanamento do rio Mondego-1790*, in "Memórias Económicas da Academia Real de Ciências de Lisboa", t. 3, Lisboa, Banco de Portugal, 1991, p. 13-19.

ANEXOS

ANEXO 1 – DOCUMENTAÇÃO DO Fundo da Superintendência
(organizado por Manuel Couto no âmbito do projecto de Preservação e Divulgação
do Património-Cultural Portuário, financiado pela Administração do Porto de Aveiro – S.A, e
decorrente do quadro Comemorativo dos 200 Anos de Abertura da Barra de Aveiro: 1808-2008

Cota antiga	Cota actual	Títulos	Datas
	Bib D 11 - 1	Primeiro livro do registo para a Superintendência da Barra	1755-1813
	Porto de Pesca	[Livros de registo de correspondência expedida]	1832-1858
	Bib D 11 - 2	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes para a obra da abertura da barra	1767 - 1771
	Bib D 11 - 4	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes para a obra da abertura da barra	1790-1793
ilegível	Bib D 11 - 3	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes para a obra da abertura da barra	1793-1796
livro 15	Bib D 11 - 6	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes do subsídio da obra da barra "Liv 15"	1799-1801
RB nº16 1802/1804	Bib D 11 - 7	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes do subsídio da obra da barra "Liv 16"	1802-1804
RB nº17 1804/1808	Bib D 11 - 8	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes do subsídio da obra da barra "Liv 17"	1804-1808
RB nº18 1808/1812	Bib D 11 - 9	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes do subsídio da obra da barra "Liv 18"	1808-1812
ilegível	Bib D 10 - 30	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes e dobro das sisas de Aveiro pertencentes ao cofre da barra "Liv 19"	1812 - 1815
D.B. 1802	Bib D 11 - 5	Registos de despesas de obras: jornas, materiais e cais	Jan - Set 1802
D.B. 1803/1804	Bib D 11 - 14	Registos de despesas de obras na abertura da barra: jornas e materiais	Jul 1803 - Out 1804
	Bib D 10 - 29	Livro de registo das contas correntes dos rendeiros do Real do vinho e da carne, e do dobro das sisas de Aveiro pertencentes ao cofre da Barra	1809 - 1827
	Bib A7 - 302	Registo das embarcações saídas da Alfândega de Aveiro	1813 - 1814
	Bib D 10 - 28	Livro de entradas e saídas, receita e despesa do cofre da Barra de Aveiro	1815 - 1834
ilegível	Bib D 11 - 10	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes do subsídio da obra da barra "Liv 20"	1816-1819
RB nº21 1819/1823	Bib D 11 - 11	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes do subsídio da obra da barra "Liv 21"	1819-1823
RB nº22 1823/1827	Bib D 11 - 12	Registo das rematações da Renda do Real dos vinhos e carnes do subsídio da obra da barra "Liv 22"	1823-1827

RB nº23 1823/1827 (repetição)	Bib D 11 - 13	Registo das rematações das Rendas do Real para as obras da barra "Liv 23"	1827-1831
	Bib D 11 - 15	Lançamento das rematações dos reais pertencentes ao rendimento do cofre da Barra de Aveiro	1836 - 1866
ilegível	Bib D 10 - 31	Registos de despesas com as obras públicas do Distrito da cidade de Aveiro	1840 - 1843
	Bib D 11 - 16	Visitas às embarcações	1852-1853
	Bib D 11 - 17	termos de entrada de embarcações	1854 - 1855
	Bib D 11 - Sal	termos de carregamento de sal em embarcações	1824

ANEXO 2 - Técnicos que interviram ou fizeram propostas de intervenção na Barra e Porto de Aveiro (1757-1857) e directores das obras desde 1803

Data	Figuras	Situação da barra	Funções em Aveiro
1756	Carlos Mardel, Arquitecto Húngaro (Loureiro 1904: 16)	Mira	Propôr local de abertura da barra. O mapa encontra-se no Museu Nacional de Aveiro, Princesa S. Joana ⁹⁷
1757	capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro da Silveira	fechada, em Mira	tirassem “ <i>uma exacta planta de todo o terreno que jas desde o rio Vouga até a Barra que novamente se abriu</i> ” ⁹⁸ .
1758	sargento-mor Francisco Xavier do Rego com o seu adjunto o tenente Adam Venceslas Hetochoffs, e Francisco Pinheiro da Cunha, ajudante de infantaria (alemão)	Vagueira	tirassem “ <i>uma exacta planta de todo o terreno que jas desde o rio Vouga até a Barra que novamente se abriu</i> ” ⁹⁹ .
1758	sargento-mor engenheiro François Hyacinte de Polchet com o seu adjunto Louis d'Alincourt Polchet (franceses)	Vagueira	tirassem “ <i>uma exacta planta de todo o terreno que jas desde o rio Vouga até a Barra que novamente se abriu</i> ”.

⁹⁷ Projecto para a abertura da barra do porto de Aveiro, por Carlos Mardel [1756], Museu de Aveiro - desenho nº 31/HM); IGP- Planta n.315 - “Carte particulière des environs...1759 “Carte particulière des environs d’Aveiro depuis la Riviere du Vouga jusques a la nouvelle barre contenant dex lieues quarrées de pais Sans la partie de mer qui sy trouve levee entierement par François Hiacinte de Polchet et Louis d’Alincourt reduite en petit pour l’intelligence du projet a St.Hiacinte” pormenor, no canto inferior esquerdo, em cartela, a seguinte legenda, devidamente representada no mapa: B- *Endroit projecté a ouvrir pour Charles Mardel*

⁹⁸ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 21 v.

⁹⁹ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 21 v.

1777	Tenente coronel Guilherme Eldsen, Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro Isidoro Paulo Ferreira, e o ajudante de infantaria igualmente com exercício de engenheiro Manuel de Sousa Ramos	_ de légua abaixo da Vagueira	Guilherme Eldsen, que recebera ordem régia a 29 de Outubro de 1777 para averiguar “o sítio da barra e dos rios” ¹⁰⁰ .
1780	Arquitecto Hidráulico João Iseppi e capitão de infantaria, com exercício de engenheiro, Isidoro Paulo Pereira, Jeronimo Iseppi, também arquitecto hidráulico (filho de João Iseppi) e outros dois, Tomás Perona e Hermigildo Biassini, italianos “práticos deste genero de trabalho” que vieram com o primeiro “para serem empregados na obra da barra” ¹⁰¹ .	_ de légua abaixo da Vagueira	Diligências necessárias para a navegabilidade da Barra e do Rio Vouga, mas, igualmente, a limpeza do cais, esteiro da Ribeira e Cojo, cujas águas, estagnadas, afligiam a cidade ¹⁰² . Mapa topográfico do esteiro da cidade, com projecto da obra do cais, esteiro do Ribeiro e Cojo, datado de 1780/1781 ¹⁰³ . Novembro de 1777, Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos elaboram várias cartas que levantam o terreno, desde Mira até ao Porto ¹⁰⁴ ; estudavam a forma de esgotar as águas estagnadas, próximas da cidade, e a possibilidade de tornar navegável o Rio Vouga até S. Pedro do Sul (Mendes 1974: 1989)
1781	José Monteiro da Rocha, lente catedrático da Faculdade de Matemática na Universidade de Coimbra	_ de légua abaixo da Vagueira	visitar as obras da barra e canais “ <i>que são concernetes à sciencia hidraulica</i> ”, mostrando-lhe todos os projectos, planos e mapas sobre as obras da barra ¹⁰⁵ .
1788	marechal de campo Guilherme Luís António de Valeré (francês)	Mira	acompanhado de dois oficiais seus ajudantes, teria vindo observar o sucedido, a 5 de Abril desse mesmo ano ¹⁰⁶ , mas nada se sabe dos resultados.
1791	Estevão Cabral, professor hidráulico		" <i>como em Coimbra está Estevão Cabral, que não tem patente de Engenheiro, mas que é Professor Hidráulico, pede a prudência que ele examine esta abertura que vai a fazer-se, e examine o Plano que se tem feito [...]. E pode acontecer que ele com as suas luzes aponte alguma providência de maior segurança e utilidade. Ele poderá chegar aí para este fim somente de examinar o Plano, devendo imediatamente voltar para assistir às Obras do Mondego de que está encarregado</i> " (Mendes 1974: 267).

¹⁰⁰ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 30v

¹⁰¹ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 50v., 10 de Outubro de 1780

¹⁰² APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 38-39

¹⁰³ IGP, nº 318. No mapa do canal da cidade indica Giovanni e não Jeronimo, desconhecendo-se se trata do pai ou do filho, porque com nenhum coincide o nome

¹⁰⁴ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 31

¹⁰⁵ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 51v

¹⁰⁶ APA, Superintendência, Livro 1º, fol. 56

1802	Reinaldo Oudinot (designado director da obra desde, pelo menos 1803) e o seu genro Luís Gomes de Carvalho ¹⁰⁷	fechada em Mira	1803, um aviso régio indica que, em virtude do Coronel do real corpo de engenharia Reinaldo Oudinot ir prestar serviço no <i>ultramar</i> (sic), mas continuar a receber o seu <i>salário</i> mensal, enquanto <i>Director das Obras</i> , ficava, interinamente, encarregue o sargento-mor Luís Gomes de Carvalho
1808, 3 de Abril	ABERTURA DA BARRA E SUA FIXAÇÃO pelo Director das Obras, desde 1803, Luís Gomes de Carvalho	Fechada em Mira, aberta entre o Forte Novo e N ^a S ^a das Areias	
1834 a 1842	1834 a 1837 - Joaquim Pedro Celestino Soares, Capitão-tenente, foi nomeado director das obras da barra (Loureiro 1904: 35; Cunha 1923: 16). 1837 - Francisco de Paula e Sousa Pegado, substitui Celestino Soares como director das obras da barra de Aveiro (Loureiro 1904: 36) 1838 - Francisco Lopes Moreira Freixo, Engenheiro. Direcção das obras (Loureiro 1904: 37) 1842 - António José Gonçalves Chaves, substitui Francisco Moreira (Loureiro 1904: 37)	Onde foi aberta mas, "...tendo o inverno de 1837 cortado a duna e aberto uma barreta uma legua ao S da que fôra estabelecida em 1808. Aberturas de "barretas", como 1838 ou 1839: "até 1851 se conservara muito sofrivelmente, excepto em 1839, quando a chamada barra velha se assoreara e se abriu a barreta, chamada da Vagueira, a 9 km ao sul da nova barra" (Loureiro 1904: 48).	<i>deliberara a junta das obras da barra em 1842 tapar aquella barreta para obviar aos damnos que as aguas da cale de Mira poderiam causar á face meridional do paredão, construindo-se marachões com terra, fachina, estacaria e torrão, de um e de outro lado no sentido EW e NS, para obstem ao alargamento da barreta, estreitando-a depois succesivamente até tapa-la, ou faze-la só communicar com a cale de Mira por meio e reguladores competentes."</i> (Loureiro 1904: 38)
1843	1843 - João Luís Lopes, Engenheiro, assume a direcção (Loureiro 1904: 37) 1844 - Domingos dos Santos Barbosa Maia, Presidente da Câmara de Aveiro, assumiu, interinamente, a Direcção do Porto de Aveiro (Loureiro 1904: 37) 1844 - Hermenegildo Gomes de Palma, Engenheiro, assumiu a direcção (Loureiro: 1904: 37)		João Luís Lopes, elaborou planta indicativa do estado da barra, em Agosto de 1843, mostrando a alteração da direcção da barra e da configuração do areal de S.Jacinto, pelo lado de oeste, fortemente cortado em frente da extremidade do molhe (Silva 1875: 188).
	1847- a Novembro de 1856 Agostinho Lopes Pereira Nunes,		Publicou, em 1852, uma Memória referente aos seus trabalhos,

¹⁰⁷ APA, Superintendência, Livro 1^o, fol.123, 14-12-1803. Aviso régio indicando que, em virtude do Coronel do real corpo de engenharia Reinaldo Oudinot ir prestar serviço no *ultramar* (sic), mas continuar a receber o seu *salário* mensal, enquanto *Director das Obras*, ficava, interinamente, encarregue o sargento-mor Luís Gomes de Carvalho. designação que este assumirá, daí para a frente, como responsável, em definitivo, das obras da abertura da barra (APA, Superintendência, Livro 1^o, fol.144: 15-04-1808; fol. 155: 3-09-1810; fol. 163v: 3-09-1811).

	Engenheiro. Manteve-se na direcção do porto de Aveiro (Loureiro 1904: 37)		esclarecendo que o molhe de Luís Gomes, já então estabilizado, com uma base de 80 palmos de largura, e passando para além da linha de baixa-mar da costa, constituía um sólido apoio para a sua reconstrução e prolongamento, e por isso tinha iniciado os respectivos trabalhos que em Julho daquele ano estavam executados, numa extensão de 3126 palmos (Cunha 1923: 18).
1855	Sir John Rennie, inglês, que viera ao Porto observar a barra do Douro e de Leixões e que, sendo convidado para ir a Aveiro, anuiu a uma breve visita, a 26 de Setembro de 1855.		<i>“recolher observações hydrometricas por 6 a 12 mezes, das tâbuas de marés com as alturas do prea-mar e baixa-mar equinoxiaes, medias e mortas, tanto na barra, como no porto, na ponte de Aveiro e em Ovar, com a indicação da hora da maré, phases da lua, direcção e força dos ventos, direcção e velocidade das correntes interiores e exteriores nas diversas estações do anno, e, finalmente, da carta hydrographica da barra e da ria até Aveiro, Ovar e Vagos, compreendendo a costa com sondagens”</i> (Loureiro 1904: 47-48)
1856	1856, 12 de Novembro, até Junho de 1858, Augusto Maria Fidié, engenheiro, esteve interinamente na direcção até ser substituído por Silvério Augusto Pereira de Sousa, quando da criação da nova tutela portuária (Silva 1875: 186-187; Cunha 1923: 17-18; Loureiro 1904: 37)		obstruções em alguns anos críticos, como se assinalaria já em 1857 ¹⁰⁸

ANEXO 3 - Superintendentes da Barra de Aveiro: 1756 -1818

Nomes	juiz de fora	corregedor	provedor	superintendente
João da Afonseca Cruz	-	-	-	1755 a 1764
João de Sousa Filgueiras	-	1764 a 1771	-	1764 a 1775
José António Pestana e Silva	1764 a 1771	1771 a 1779	-	1775 a 1779
Francisco António Gravito	-	-	-	1779 a 1788
Sebastião José da Gama Almeida de Figueiredo	-	1786 a 1789	-	1788 a 1791
Nuno de Faria de Mata Amorim	-	-	1790 a 1796	1791 a 1798
Gaspar Mendes de Carvalho	-	1798 a 1801	-	1798 a 1802
João Carlos Cardoso Verney	-	-	1800 a 1806	1802 a 1810
Fernando Afonso Giraldes				10 Março 1810

(Fonte: Amorim 1997: 535-536; APA, Superintendência, Livro 1)

¹⁰⁸ APA, JAFOA - Livro de despesa e dos trabalhos das obras da Barra de Aveiro desde o 1º de Novembro de 1875 até 30 de Junho de 1876, Livro 1º, fol. 326-327

Paz Romero Portilla¹

Relaciones entre Portugal y Galicia Siglo XIV-XV²

R E S U M E N

Es conocida la estrecha vinculación de Galicia con el reino de Portugal anterior a su independencia y a lo largo de toda la Edad Media. Muchos son los elementos que hicieron que existiera una mayor conexión: cercanía geográfica, pasado común hasta el siglo XII, misma lengua, pertenencia a una misma jurisdicción eclesiástica, relaciones comerciales, convivencia entre sus habitantes y momentos de enfrentamiento y rivalidad. Buena muestra de esta singular vinculación son los cuantiosos documentos que existen en archivos portugueses y españoles referente a estas relaciones durante este tiempo.

Hace ya algunos años que comencé a trabajar sobre fuentes y documentación de Galicia, y como otra línea de investigación que sigo son las relaciones con Portugal en la Edad Media, creí interesante que este trabajo consistiese en elaborar una colección de documentos de Galicia relacionados con Portugal en los siglos XIV-XV y un estudio de los mismos. Para ello tuve que acudir a diferentes archivos españoles y portugueses para recoger la documentación y posteriormente proceder a su análisis.

Este trabajo será, sin duda, muy útil para el conocimiento de las relaciones políticas, sociales y económicas de Galicia con el reino de Portugal, aportándonos valiosa información, avalada por las fuentes, para entender con mayor hondura el final de una época histórica. El estudio de las principales fuentes documentales medievales, crónicas y documentos, son un material fundamental para el conocimiento de las relaciones entre los reinos peninsulares.

El primer contacto con las fuentes documentales de este período cronológico refleja dos características importantes: su abundancia y su dispersión. El último aspecto alude a la diseminación de la documentación por diferentes archivos, Archivo Nacional Torre do Tombo de Lisboa, Archivo Distrital de Braga, Archivo General de Simancas, Archivo Nacional de Madrid, archivos de algunas catedrales gallegas, archivos municipales, etc.

Es conocida la estrecha vinculación de Galicia con el reino de Portugal anterior a su independencia y a lo largo de toda la Edad Media. Muchos son los elementos que hicieron que

¹ Universidad de A Coruña.

² Esta investigación se ha financiado con el Proyecto de investigación "Comunicación y difusión en la Galicia del Antiguo Régimen: cultura oral y cultura escrita en una sociedad bilingüe" (HUM2005-1289) de la Secretaría General de Política Científica y Tecnológica, Ministerio de Educación y Ciencia de España. Plan Nacional de I+D.

existiera una mayor conexión: cercanía geográfica, pasado común hasta el siglo XII, misma lengua, pertenencia a una misma jurisdicción eclesiástica, relaciones comerciales, convivencia entre sus habitantes y, ¿por qué no decirlo también?, momentos de enfrentamiento y rivalidad. Esta especial relación se vio favorecida por la difícil situación por la que atravesaron las monarquías peninsulares, la formación del reino de Portugal y sus problemas con León y Castilla o la inestabilidad política del reino castellano. Una buena muestra de esta singular vinculación son los cuantiosos documentos que existen en archivos portugueses y españoles referente a las relaciones entre Galicia y Portugal durante este tiempo³.

Los diferentes acontecimientos históricos han dejado su reflejo documental, por lo que una buena manera de conocer mejor la historia de Galicia sería trabajar con la documentación portuguesa. Su pasado común hasta la independencia del reino de Portugal generó profundas raíces y vínculos difíciles de olvidar, por lo que no es de extrañar que las conexiones y especial convivencia pervivieran a lo largo de tantos siglos. La visión y actitud de los reyes portugueses hacia el territorio gallego fue distinta que con respecto al resto del reino de León o de Castilla. La cercanía política, geográfica, eclesiástica y social reflejada en la documentación real portuguesa nos habla de esta singular relación entre Portugal y Galicia.

En los siglos XIV y XV persisten muchas de las circunstancias que habían propiciado una estrecha relación de Galicia con Portugal. La ciudad de Tuy siguió siendo lugar de encuentro y contacto⁴, la conexión de su iglesia con el reino vecino es conocida no sólo por pertenecer a la diócesis de Braga, sino también por poseer beneficios eclesiásticos en tierras portuguesas, una de las muchas singularidades de esta especial relación de Galicia con Portugal originada tras la independencia del reino portugués⁵. Fueron frecuentes los conflictos entre la corona de Portugal y el obispo de Tuy debido a las tierras que este tenía en el vecino reino⁶ y por la pertenencia de esta iglesia a la diócesis portuguesa de Braga, con la consiguiente intervención real en asuntos como la presentación de clérigos para algunos monasterios y parroquias⁷. Del reinado de Dionis de Portugal

³ Cfr. ROMERO PORTILLA, Paz, "La singular relación Portugal-Galicia y su reflejo en la documentación medieval", en *Revista de Ciências Históricas*, (Oporto) XV, 2000, pp. 53-69; Idem, "Valor de la documentación real portuguesa para la historia de Galicia en la Edad Media", en *Cuadernos de Estudios Gallegos*, T. LI, 2004, pp. 219-237.

⁴ Sobre la importancia de Tuy en las relaciones con Portugal ver ROMERO PORTILLA, Paz, "Un observatorio privilegiado de las relaciones entre Castilla y Portugal: Tuy en la Edad Media", en *Homenaje a José Marques*, Oporto, 2006, vol. IV, pp. 247-259.

⁵ 1320. Establecimiento de la tasa que el obispado de Tuy tenía que pagar al rey de Portugal por los beneficios eclesiásticos situados en el territorio Entre Douro e Minho. A.N.T.T. Sé de Coimbra, Livro branco, ff. 22v-25v; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, livro 97, ff. 20v-24. COSTA, Padre Avelino Jesús da, "Comarca eclesiástica de Valença do Minho: antecedentes da diócesis de Viana do Castelo", en *I Coloquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1981, doc. 3, pp. 163-168.

⁶ 1357.10.18. Coimbra. Pedro I de Portugal para acabar con un conflicto entre la Corona y el obispo de Tuy debido al patronazgo de la iglesia de San Esteban de Valença do Miño renuncia a ese derecho en favor de la catedral de Tuy. A.N.T.T. Chancelaria de D. Pedro I, livro I, ff. 16v-17. *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, 1984, doc. 181, pp. 70-71; COSTA, art. cit., doc. 4, pp. 169-170.

⁷ 1361.11.02. Évora. Pedro I consintió y otorgó la elección de Esteban Lorenzo como prior y abad del monasterio de Ermelo que pertenecía al obispado de Tuy. *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, doc. 604, p. 275; 1362.09.02. Óbidos. El rey de Portugal presentó al clérigo Vasco Martins para la iglesia de San Martinho de Soaio perteneciente al obispado de Tuy. Idem, doc. 685, p. 319; 1362.09.14. Óbidos. Pedro I presentó al clérigo Pero Anes para la iglesia de San Paio de Jola perteneciente al obispado de Tuy. Idem, doc. 687, p. 320; 1367.02.08. Porto de Mós. Pedro I presentó al clérigo Rui Tenreiro para la iglesia de San Salvador de Bulhete del obispado de Tuy. Idem, doc. 1153, p. 549.

conocemos algunos documentos de intercambios como el realizado en 1308 con el obispo de Tuy⁸.

Entre la documentación trabajada hay que subrayar la relativa al monasterio de Santa María de Oya, donde encontramos una especial protección de los monarcas portugueses tal vez debida a su situación geográfica. Del reinado de Alfonso IV resultan significativos los documentos de 1326 en que el monarca tomó bajo su amparo al abad, al monasterio y a todas las heredades que este tenía en el reino de Portugal⁹, y de 1340 en que, a petición del abad de Oya, ordenó a su almorjario de Valença do Miño que le restituyese al monasterio las heredades que se le habían confiscado durante la guerra con Castilla¹⁰.

Así mismo la intervención de Alfonso IV de Portugal sobre otros monasterios e iglesias gallegas generó abundante documentación. Tal es el caso del monasterio de Antealtares¹¹, el de Santa María de Miranda¹² y el de Montederramo¹³, o el de la iglesia de Santiago¹⁴ y el obispado de Tuy¹⁵.

Por otra parte, el monarca portugués Pedro I, fruto de sus relaciones con Inés de Castro, mantuvo una vinculación especial con Galicia. De hecho, no podemos olvidar la presencia y

⁸ 1308.01.01. Leiria. A.N.T.T. Gavetas, XIX, maço 3, doc. 41. SANTAREM, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*, Paris, 1842-1866, Tomo I, secção XV, p. 132.

⁹ 1326.02.22. Coimbra. A.H.N. Clero. Oya, leg. 1254. SÁNCHEZ BELDA, L., *Documentos reales de la Edad Media referentes a Galicia: catálogos de los conservados en la sección do Clero del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, 1953, nº 1022, p. 433.

¹⁰ 1340.08.18. A.H.N. Clero. Oya, leg. 1256. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1092, p. 162. MARQUES, José, "O Mosteiro do Oia e a granja da Silva no contexto das relações luso-castelhanas nos séculos XIV e XV", en *Revista de História*, (Oporto) 1985, doc. 1, pp. 20-22; 1342.06.24. Oporto. Carta de Alfonso IV, dictada a petición del abad de Santa María de Oya, en la cual ordena a su almorjario de Valença do Miño, Pedro Carneiro, que entregue al citado monasterio los ganados, cubas y arcas que le había incautado con ocasión de la guerra con Castilla y con las cuales se había quedado después de recibir su anterior carta del 18 de agosto de 1340. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1828, nº 5; leg. 1256. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1100, p. 456. MARQUES, art. cit., p. 22-23.

¹¹ 1334.09.06. Coimbra. Alfonso IV conocidas las pruebas presentadas por el monasterio de Antealtares le confirma en las jurisdicciones que poseía en Paradela y Mazarefes. A.N.T.T. Além Douro, liv. 2, ff. 194v-195. MARQUES, José, "D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais Galaico-Leonesas no norte de Portugal", en *Brigantia*, XII, 4 (1981), doc. 1, pp. 185-186; 1336.09.06. Coimbra. Alfonso I otorga carta de sentencia al monasterio de Sampaio de Antealtares para que pueda colocar mayordomos en Paradela y Mazarefes y emplazar a sus habitantes. *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, Lisboa, 1992, vol. II (1336-1340), doc. 38, pp. 83-84.

¹² 1335.08.03. Guarda. Alfonso IV entrega al monasterio de Santa María de Miranda del obispado de Tuy la jurisdicción de su coto. *Chancelarias portuguesas, D. Afonso IV*, vol. II, doc. 48, pp. 101-105.

¹³ 1335.11.16. Coimbra. Carta de Alfonso IV ordenando a los justicias de Braganza que se informen de los privilegios que el monasterio de Montederramo tenía sobre la granja de Cidones y otros lugares situados en el reino de Portugal y que no pasasen contra ellos. A.H.N. Clero. Montederramo, carp. 1493, nº 13. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1077, p. 456.

¹⁴ 1335.09.22. Coimbra. Alfonso IV respeta la jurisdicción que el cabildo de Santiago tenía en Correlha y exige que proceda a nombrar a un hombre bueno que reciba el juramento de juez electo para evitar trasladarse a Santiago. A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 4, f. 80; Além Douro, liv. 2, ff. 233-234. MARQUES, "D. Afonso IV...", doc. 1, pp. 186-188; 1341.07.24. Lisboa. Alfonso IV confirma al cabildo de Santiago la posesión del coto de Mouquim, Vila Nova de Famalição. A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 4, ff. 73-73v; Além Douro, liv. 2, ff. 225v-226. MARQUES, art. cit., doc. 6, pp. 194-196.

¹⁵ 1338.09.09. Lisboa. Alfonso IV recibe dinero de las feligresías de Camiña y Viana que pertenecen al obispado de Tuy. *Chancelarias portuguesas, D. Afonso IV*, vol. II, doc. 131, pp. 229-230.

protagonismo de la familia Castro en los principales acontecimientos del momento¹⁶. Esta familia pertenecía a la antigua nobleza formada en el siglo XII y tuvo una enorme importancia política y territorial en Galicia y León. Su influencia en la corte castellana era grande, así como notables fueron sus relaciones con la familia real portuguesa. El linaje de los Castro comenzó sus contactos con el reino vecino a finales del siglo XIII. En 1298 Fernando Rodríguez de Castro solicitó a la regente de Castilla, María de Molina, la concesión de la tierra de Trastámara y al recibir una respuesta negativa se desnaturalizó del reino y, apoyado por Dionis de Portugal, prosiguió la campaña en favor del Infante Juan, hermano del difunto Sancho de Castilla. Su hijo Pedro Fernández de Castro tuvo que refugiarse en Portugal al morir Fernando en el sitio de Monforte, y fue educado por el rey Dionis como si fuera de su familia. Dos hijos suyos, Fernando y Álvaro, jugaron un papel protagonista en las relaciones entre Portugal y Galicia¹⁷. Álvaro Pérez de Castro tuvo que huir del rey castellano y pasó a Portugal, donde fue muy bien acogido por el Infante Pedro de Portugal, que estaba con su hermana Inés de Castro¹⁸. En el reino lusitano se le dieron heredades y, según cuenta la crónica, hizo allí su vida¹⁹. Pero la relación del rey Pedro I con mujeres gallegas no terminó con la muerte de Inés de Castro, pues sabemos que tuvo con doña Teresa, natural de Galicia, un hijo llamado Juan que sería después maestre de Avis y posteriormente rey de Portugal²⁰.

Los conflictos que enfrentaron a Castilla y Portugal durante el reinado de Fernando I motivaron unas intensas relaciones de las que hay reflejo en la documentación. En 1369 el rey portugués tuvo que abandonar Galicia al advertir que Enrique II de Castilla se dirigía hacia allí²¹. Mientras tenían lugar las negociaciones para la firma del tratado de Alcoutim entre los dos reinos, el rey castellano se encontraba en Tuy y el obispo de Ourense fue uno de sus embajadores enviados al reino portugués²². La firma del tratado en 1371 significó que Fernando I olvidaba sus aspiraciones al trono castellano y se producía así el derrumbamiento de la resistencia legitimista. Las ciudades gallegas afiliadas a Portugal durante los enfrentamientos aceptaron sin nuevos levantamientos la soberanía castellana. Únicamente Tuy continuó durante algún tiempo como baluarte de la rebeldía. Otro momento significativo tuvo su origen en el matrimonio del rey castellano Juan I con la hija de Fernando I de Portugal. La crisis

¹⁶ Ver ROMERO PORTILLA, Paz, "Implicaciones gallegas en el caso de Inés de Castro", en "Revista da Faculdade de Letras, História, II Serie, Oporto, vol. XV (1998), pp. 1493-1508.

¹⁷ Ver idem, pp. 1502-1508.

¹⁸ *Crónica de los reyes de Castilla, Don Pedro Primero*, BAC, Madrid, 1953, T. I, Año 1353, cap. XXV-XXVI.

¹⁹ 1381.11.02. El conde de Trastámara, Lemos y Sarriá, Pedro, dona a su alguacil mayor, Juan Alfonso, las tierras que pertenecieron a Álvaro Pérez de Castro, desnaturalizado en Portugal. Archivo Catedral de Ourense. Monástica. Pombeiro, nº 4290. LUCAS ÁLVAREZ, Manuel - LUCAS DOMÍNGUEZ, Pedro, *El priorato benedictino de San Vicenzo de Pombeiro y su colección diplomática en la Edad Media*, A Coruña, 1996, doc. 49, pp. 101-103; LEIRÓS FERNÁNDEZ, E., *Catálogo de los pergaminos monacales del Archivo de la S. I. Catedral de Orense*, Santiago, 1951, nº 4290.

²⁰ LOPES, Fernão, *Crónica do Senhor rei Dom Pedro, oitavo rei destes regnos*, Porto, 1986, cap. I.

²¹ 1369. (07-08) LOPES, Fernão, *Crónica do Senhor rei Dom Fernando, nono rei destes regnos*, Porto, 1979, cap. XXXII; LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónicas dos reis de Portugal, Chronica del rei Dom Fernando*, Oporto, 1975, pp. 334-336. SANTAREM, op. cit., T. I, pp. 215-216.

²² 1372.04. Fernando I de Portugal envió una embajada a Enrique II de Castilla, que se encontraba en Tuy, para la reforma del tratado de Alcoutim. LOPES, op. cit., cap. LIII; LEÃO, op. cit., pp. 345-346; SANTAREM, op. cit., T. I, pp. 227-228; 1372.05. Enrique II mandó una embajada a Portugal formada entre otros por el obispo de Orense, Juan, para recibir el juramento de Fernando I igual que el monarca castellano había hecho en Tuy para el tratado de Alcoutim. SANTAREM, op. cit., T. I, pp. 228-229.

generada en el reino vecino tras la entrada del monarca de Castilla y la batalla de Aljubarrota ocasionaron profundos cambios políticos, sociales y económicos en el reino portugués. Algunos documentos que recogen el compromiso matrimonial hacen también referencia a Galicia²³.

En los años 1386-1390 Galicia sufrió la invasión inglesa²⁴. El duque de Lancaster y su mujer Constanza, hija de Pedro I de Castilla, autoproclamados reyes de Castilla, habían desembarcado en A Coruña²⁵ y, apoyados por el monarca portugués, trataban de hacerse con el trono. Como consecuencia de esta ayuda portuguesa a las pretensiones del duque de Lancaster al trono castellano se firmará el tratado de alianza y casamiento celebrado en 1386 entre Juan I de Portugal y una hija del duque²⁶. En este tiempo tuvo lugar una entrada portuguesa por Tuy. El rey lusitano cercó primero Melgaço, villa cercana a la frontera, a media legua del Miño y a cinco de Tuy, que estaba en manos amigas del rey castellano²⁷. Posteriormente cercó y tomó la ciudad de Tuy²⁸. Durante algún tiempo dicha ciudad y Salvatierra estuvieron bajo dominio portugués gracias al apoyo de algunos miembros de la nobleza local, si bien el monarca castellano recuperó pronto la posesión de ambas ciudades.

Continuamos encontrando en la documentación un especial trato hacia el monasterio de Santa María de Oya, como evidencia que, después de la disposición general del reino de Portugal en la que se había prohibido a las órdenes religiosas recibir bienes raíces, el rey Pedro I ordenó a su almojarifazgo de Valença do Miño que devolviera a dicho monasterio dos casas y una viña situadas en Camiña²⁹, la restitución de los bienes que le habían sido incautados³⁰, o cuando instó a su gobernador de Entre

²³ 1383.03.12. Tordesillas. El arzobispo de Santiago, Juan García Manrique, recibe poderes para confirmar el casamiento del rey Juan con Beatriz de Portugal. A.G.S. Patronato Real, leg. 47, f. 46. ARNAUT, Salvador Dias, *A crise nacional de fins do século XIV*, Coimbra, 1960, doc. 26, pp. 369-376; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Historia del reinado de Juan I de Castilla*, Madrid, 1982, T. II, doc. 334, p. 500; 1383. Instrucciones dadas a Pedro de Luna y al arzobispo de Santiago sobre algunas referencias a las cartas enviadas por el rey Fernando de Portugal. A.G.S. P.R., leg. 47, f. 44. ARNAUT, op. cit., pp. 394-397; SUÁREZ, op. cit., doc. 344, pp. 512-516; 1383.05.11. Badajoz. Juan García Manrique, arzobispo de Santiago, recibe poderes completos para confirmar y prorrogar los plazos de los desposorios. A.G.S. P.R., leg. 47, f. 46. ARNAUT, op. cit., pp. 391-393; SUÁREZ, op. cit., doc. 346, p. 517.

²⁴ LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, Barcelos, 1990, vol. II, cap. LXXXII; *Crónicas de los Reyes de Castilla, Don Enrique II*, BAC, vol. II, año 1386, cap. VI y siguientes.

²⁵ 1386.07. El duque de Lancaster como rey de Castilla envía cartas a Juan I de Portugal informándole de su llegada a Coruña llevando consigo a su mujer e hijos, para reclamar para sí el reino de Castilla que por derecho le pertenecía. LOPES, op. cit., vol. II, cap. LXXXII; SANTAREM, op. cit., T. I, pp. 266-267; 1386. Juan I de Portugal mandó con Vasco Martins y Lourenço Anes Fogaça sus saludos al duque de Lancaster como rey de Castilla a su llegada a Galicia. LOPES, op. cit., vol. II, cap. LXXXIX-XC; SANTAREM, op. cit., T. I, p. 267; LEÃO, *Crónica del rey D. João I*, cap. LXVII, pp. 609-613.

²⁶ 1386.11.11. Celanova. LOPES, op. cit., vol. II, cap. XCII; LEÃO, op. cit., cap. LXVIII, pp. 613-615; SANTAREM, op. cit., T. I, p. 270; 1386.11. Juan I de Portugal envía una embajada a los duques de Lancaster que se encontraban en Celanova para que la duquesa ratificase el tratado de alianza y casamiento acordado con su marido. *Ibidem*.

²⁷ LOPES, op. cit., vol. II, cap. CXXXIII.

²⁸ *Idem*, vol. II, cap. CXXXIX. Más tarde la ciudad fue nuevamente cercada. Ver cap. CLXVIII.

²⁹ 1363.07.16. Camiña. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1825, nº 5; leg. 1260. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1161, pp. 487-488; MARQUES, art. cit., pp. 84-85.

³⁰ 1365.07.04. Ribeira de Coruche. Pedro I ordena a su almojarife y escribano de Valença do Miño que devuelvan al monasterio de Santa María de Oya los bienes raíces que éste posea en su jurisdicción y que habían sido incautados para el rey. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1835, nº 11 y 12; leg. 1260. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1162, p. 488; MARQUES, art. cit., pp. 25-27

Douro e Minho a que no incluyera a este monasterio en el reparto de servicios reales, en atención a que Santa María de Oya pagaba anualmente al concejo de Valença do Miño por las heredades que tenía en este término³¹.

Durante el reinado de Juan I el monasterio de Santa María de Oya recibió la tradicional protección de los monarcas portugueses, y así encontramos documentos como el del año 1389 en que el monarca lusitano ordenó a todos los funcionarios de su reino que devolvieran a dicho monasterio todas las propiedades que tenía en Portugal y le habían sido incautadas³², o la provisión de 1393 a Juan d'Alpoy, oidor Entre el Duero y el Miño, comunicándole que ha recibido una queja del abad del monasterio según la cual los recaudadores no respetan los privilegios del monasterio concedidos por Alfonso III y Dionis³³. Cabe destacar por su interés en las relaciones con Galicia la provisión de Juan I del año 1397 en que comunicó a todos los funcionarios del reino que protegía al monasterio de Santa María de Oya y ordenó, a pesar de la guerra mantenida con Castilla, que no le fueran embargados sus vasallos, propiedades y ganado que el monasterio poseía en Portugal. Ese mismo año concedió al abad de Santa María de Oya una carta de protección y seguro para residir en territorio portugués con garantía de libre tránsito por la frontera para visitar el monasterio³⁴, documento renovado el año 1400³⁵. De 1402 es otra provisión del monarca portugués dirigida a su frontero mayor en la ciudad de Tuy, Gonzalo Vázquez, y a todos los fronteros de la ribera del Miño comunicándoles que ha tomado bajo su protección este monasterio y sus bienes, y que ha recibido quejas del abad del monasterio contra Gonzalo Vázquez, instándoles a cumplir fielmente lo contenido en sus cartas a favor de dicho monasterio³⁶. Para terminar con los documentos de Juan I recogemos un albalá, con firma del Infante Duarte, en que ordenaba a Fernão Lopes, encargado del archivo de la cancillería real, que copiase los documentos referentes a las propiedades que el monasterio tenía en Fandega da Fe³⁷.

Siguiendo con documentos reales referentes a Santa María de Oya contamos con el documento de Duarte de Portugal de 1434 en que otorgaba privilegio al monasterio³⁸, así como con otros de Alfonso V. De este último concretamente con uno de 1449 en que concede carta de seguridad al abad del monasterio y a todos sus bienes³⁹, otro de 1451 en el que otorga un nuevo

³¹ 1365.10.16. Leiria. A.H.N. Clero. Oya, leg. 1260. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1165, p. 489.

³² 1389.12.21. Guimarães. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1837, nº 15. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1263, p. 528.

³³ 1393.02.14. Lisboa. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1838, nº 1. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1272, pp. 531-532; MARQUES, José, *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média: Cartas inéditas de D. João I do Arquivo Nacional de Madrid*, Braga, 1985, nº 2, pp. 273-275.

³⁴ 1397.08.28. Santarem. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1838, nº 16. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1288, p. 538. MARQUES, op. cit., nº 3, pp. 275-276.

³⁵ 1400.07.30. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1838, nº 20. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1291, p. 539; MARQUES, op. cit., nº 4, pp. 276-277.

³⁶ 1402.02.11. Montemor-Nov. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1839, nº 5. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1301, p. 543; MARQUES, op. cit., nº 6, p. 279.

³⁷ 1423.10.12. Lisboa. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1843, nº 1. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1342, p. 559. La referencia de este albalá se tiene por la carta de 1423.11.02. Lisboa, en la que Fernão Lopes extiende en nombre del monarca una copia certificada de las posesiones del monasterio de Santa María de Oya referente a Fandega da Fe. A.H.N. Leg. 1265. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1343, p. 560.

³⁸ 1434.11.06. Lisboa. A.N.T.T. Livro de Extras, f. 158v. SANTAREM, op. cit., T. I, p. 48.

³⁹ 1449.11.12. A.N.T.T. Livro de Extras, f. 76. SANTAREM, op. cit., T. I, p. 49.

privilegio de protección a dicho monasterio⁴⁰ y, finalmente, una provisión del año 1455, dictada a petición del abad de Oya, dirigida a los jueces de Valença do Miño, Camiña y Villanova donde les ordena dar posesión de la granja de Silva a dicho abad y que no consientan que nadie le moleste en su dominio⁴¹.

En 1437 Duarte de Portugal maniobró ante la corte pontificia y en el concilio de Basilea tratando de evitar que Castilla recuperase los bienes de las diócesis de Tuy y Badajoz en territorio lusitano, para lo cual amenazó con abandonar la guerra contra los infieles y cancelar una armada destinada a África con objeto de difundir la fe⁴². El año 1439 Alfonso V confirma a Vasco Ferrandes el cargo de merino del obispado de Tuy, lo que muestra que los reyes portugueses continuaban interviniendo en las cuestiones referentes a esta iglesia⁴³. Por fin, en 1444 Portugal logró del Papa Eugenio IV el documento que atribuía al obispado de Ceuta las rentas que integraban los obispados de Tuy y Badajoz en Portugal⁴⁴. La anexión fue ratificada por Nicolás V en 1452⁴⁵ y por Calixto III en 1456⁴⁶. Finalmente, del año 1477 es el documento en que el

⁴⁰ 1451.12.15. A.N.T.T. Livro de Extras, f. 116v. SANTAREM, op. cit., T. I, p. 50.

⁴¹ 1455.10.07. A.H.N. Clero. Oya, carp. 1847, nº 3. Traslado notarial. SÁNCHEZ, op. cit., nº 1358, pp. 565-566.

⁴² Varios son los documentos que reflejan los manejos del rey Duarte. 1437.03.23. Santarem. B.M.L.F. Fondo Ashburnam, cod. 1792, vol. 1, p. 5. *Monumenta Henricina*, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenario da morte do Infante D. Henrique, 1960 y ss, vol. VI, doc. 16, pp. 32-35. 1437.05.16. Lisboa. B.M.L.F. Fondo Ashburnam, cod. 1792, vol. 1, pp. 17-21; *Monumenta Henricina*, doc. 23, pp. 44-9. 1437.06.25. Lisboa. Fondo Ashburnam, cod. 1792, vol. 2, pp. 29-30; *Monumnetta Henricina*, doc. 36, pp. 68-69. 1437.06.27. Lisboa., Fondo Ashburnam cod. 1792, vol. 2, pp. 13-14. *Monumenta Henricinaa*, doc. 37, pp. 70-72. 1437.06.27. Lisboa., Fondo Ashburnam cod. 1792, vol. 2, p. 265. I *Monumenta Henricina*, doc. 38, pp. 73-75.

⁴³ 1439. Lisboa. A.N.T.T. *Chancelaria de Alfonso V*, libro 18, f. 78. *Chartularii Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, 1970, vol. IV (1431-1445), doc. 1192, p. 272. Después de la bula *Romanus Pontifex*, en la que se otorgaban los bienes de la iglesia de Tuy en territorio portugués a la diócesis de Ceuta, encontramos al rey Alfonso V confirmando los privilegios de los frailes del monasterio de Santo Domingo en Tuy. 1450.01.10. Évora. A.N.T.T. Livro de Extras, f. 88. SANTAREM, op. cit., T. I, secção III, p. 49. 1462.07.02. Valença. A.N.T.T. *Chancelaria de Alfonso V*, livro 1, f. 40, doc. 3. MARQUES, José, *Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV*, Braga, 1978, doc. 7. A finales del siglo XV Manuel de Portugal confirmó todos los privilegios que habían sido dados al convento de Santo Domingo de Tuy. 1497.07.19. Évora. A.H.N. Clero. Santo Domingo de Tuy, carp. 1874, nº 18. MANSO PORTO, Carmen, *El arte de la Orden de Santo Domingo en la Galicia Medieval*, Madrid, 1991, doc. 17, p. 51.

⁴⁴ 1444.07.14. Roma. Bula *Romanus Pontifex* por la cual Eugenio IV separa completamente de las diócesis de Tuy y Badajoz ciertos bienes que ambas poseían en el reino de Portugal y los incorpora a la de Ceuta. A.N.T.T. Bulas, maço 4, nº 3. MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua História*, Lisboa, 1988, vol. I, doc. 115, pp. 144-146.

⁴⁵ 1452.06.27. Roma. Bula *Etsi de Singulis Orbis* de Nicolás V al obispo de Évora por la cual incorpora en la diócesis de Ceuta ciertas tierras que pertenecían a las diócesis de Badajoz y Tuy y estaban en territorio portugués. A.N.T.T. Bulas, maço 8, nº 11. MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, doc. 394, pp. 494-498; 1452.08.05. Roma. Bula *Ex Clementi Prouisione* de Nicolás V que, recordando la bula *Etsi de Singulis Orbis*, aprueba y confirma la bula *Romanus Pontifex*. *Monumenta Henricina*, vol. XI, doc. 153, pp. 213-218.

⁴⁶ 1456.02.29. Roma. Bula *Apostolica Sedis Provedentis* de Calixto III por la cual confirma las bulas de Eugenio IV y Nicolás V en las que separaban de los obispados de Tuy y Badajoz los bienes que poseían en el reino de Portugal y los incorporaban a la diócesis de Ceuta. A.N.T.T. Bulas, maço 5, nº 7; A.S.V., vol. 440, f. 282v. MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, doc. 136, pp. 249-253. *Monumenta Henricina*, vol. XII, doc. 129, pp. 258-263.

administrador del obispado de Tuy en territorio portugués, después de considerar las razones esgrimidas por la Colegiata de San Esteban de Valença do Minho, la anexiona a perpetuidad⁴⁷.

La guerra de sucesión castellana en la que intervino Portugal y la firma en 1479 del tratado de Alcáçobas entre ambos reinos peninsulares generó también documentación referente a Galicia y sus vínculos con el reino lusitano. Muchos son los ejemplos de este último, valgan los siguientes como referencia: la confirmación de la reina Isabel a las capitulaciones sobre la restitución de las fortalezas de Azagala, Tuy e Ferrera⁴⁸, la carta de los Reyes Católicos a las autoridades del reino de Galicia en 1488 para que restituyan al fraile Álvaro del Valle el beneficio del monasterio de Santa María de Oya, que le fue confiscado cuando siguió el partido del rey de Portugal⁴⁹, o un documento de 1493 en el que el conde de Camiña exige que se le devuelvan unos bienes que le quitaron cuando estuvo preso del rey de Portugal⁵⁰.

Las relaciones comerciales se mantuvieron a pesar de las difícil situación por la que atravesaron los dos reinos. Y así nos encontramos documentos como el de 1478 que, en pleno enfrentamiento armado, concede licencia a la ciudad de Coruña para traer sal del reino de Portugal⁵¹. Después de la paz continuaron los contactos comerciales entre territorios, como lo muestra la confirmación de privilegio a los moneros de Soajo, por la cual se les da licencia para vender y pasar su ganado a Galicia⁵².

Todavía encontramos en la documentación el reflejo de la peculiar situación eclesíastica de estos territorios. Así lo muestra un seguro de los Reyes Católicos de 1490 al arzobispo de Braga para que pueda cobrar las rentas que poseía en Galicia⁵³, o la confirmación del rey Manuel de Portugal de todos los privilegios que habían sido otorgados al convento de Santo Domingo de Tuy⁵⁴.

⁴⁷ 1477.06.23. Oporto. A.N.T.T. Colegiata de Santo Estevão de Valença do Minho, nº 743. COSTA, *Comarca eclesiástica*, doc. 7, pp. 173-176.

⁴⁸ 1479.09.27. Trujillo. A.G.S. P.R., nº 4094, leg. 49, f. 60. TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, Valladolid, 1958, vol. I, doc. 185, p. 382. Inserto en doc. 173, pp. 371-378.

⁴⁹ 1488.06.16. Murcia. Carta de los Reyes Católicos a las autoridades del reino de Galicia para que restituyan a fray Álvaro del Valle el beneficio del monasterio de Santa María de Oya que le fue confiscado cuando siguió el partido del rey de Portugal. A.G.S. R.G.S., Año 1488, f. 464. TORRE-SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., vol. II, doc. 389, p. 344; *Registro General del Sello*, vol. V, doc. 3246, p. 464.

⁵⁰ 1493.04.03. [Barcelona]. Incitativa a los alcaldes de Galicia, a petición del conde de Camiña, para que le devuelvan los bienes que le fueron tomados por el conde de Ribadavia, mientras él estuvo preso en poder del rey de Portugal. A.G.S. R.G.S. Año 1493, f. 85. *Registro General del Sello*, vol. X, doc. 900, p. 173.

⁵¹ 1478.07.05. Sevilla. A.G.S. R.G.S., tomo II, núm.783. TORRE-SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., vol. I, doc. 105, pp. 160-161; ORTIZ DE MONTALVÁN, Gonzalo, *Registro General del Sello*, Valladolid, 1951, vol. II (1478-junio 1480), doc. 783, p. 110.

⁵² 1483.12.12. A.N.T.T., Chancelería de D. João II, Liv. 24, f. 146v; A.N.T.T., Além-Douro, liv. 1, f. 198-198v y 198v-199; A.N.T.T., Chancelería D. Manuel I, liv. 32, ff. 55-55v. NEVES, *História florestal*, Lisboa, 1982, vol. III (1481-1493), doc. 171, pp. 59-60; 1498.12.08. Sintra. A.N.T.T., *Chancelería de D. Manuel I*, liv. 32, ff. .55-55v; A.N.T.T., *Leitura Nova: Além-Douro*, liv.1, ff. 198-198v. NEVES, op. cit., 1983. vol. IV (1495-1521), doc. 162, pp. 141-142.

⁵³ 1490.10.07. Córdoba. A.G.S. R.G.S., f. 323. TORRE-SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., vol. II, doc. 434, p. 391.

⁵⁴ 1497.07.19. Évora. A.H.N. Clero, Santo Domingo de Tuy, carp. 1874, nº 18. MANSO PORTO, Carmen, *El arte de la Orden de Santo Domingo en la Galicia Medieval*, Madrid, 1991, doc. 17, p. 51.

Junto a circunstancias heredadas de esta singular relación histórica entre Galicia y Portugal, nuevos acontecimientos se reflejan en su documentación. Tal es el caso de la rivalidad mantenida entre Castilla y Portugal en las rutas de navegación y comercio por el atlántico sur y su solución tras la firma del tratado de Tordesillas en 1494. Encontramos algunos documentos al respecto, como la carta para que los alcaldes mayores de Galicia entreguen al rey de Portugal unos presos que están en Bayona por haber robado dos carabelas que hacían comercio con la Mina, isla de Madera y Flandes⁵⁵.

Con todo, la vida continua y en los territorios fronterizos se intenta proseguir con sus actividades diarias y sus contactos entre las villas de uno y otro reino. Así, encontramos documentos como el de 1497 en que se confirma la autorización dada a las personas de Castilla y de Galicia para mantener relaciones de vecindad con los naturales de Portugal y pasar oro, ganado y cosas prohibidas⁵⁶, el documento del rey Manuel en el que autoriza a los vecinos y moradores de la villas de Montalegre, Barroso, Piconha y Portelo para realizar intercambios con los vecinos de Castilla y Galicia hasta 6.000 reales⁵⁷, o la carta de privilegio a los moradores de la villa de Caminha para que puedan cargar las mercancías en los barcos de Galicia⁵⁸.

Podemos concluir que la documentación estudiada refleja una estrecha vinculación del reino de Portugal con Galicia en la Baja Edad Media. Aspectos históricos, geográficos, sociales, económicos y eclesiásticos motivaron una especial relación entre estos dos territorios.

El análisis y estudio de las diversas fuentes utilizadas, con especial atención a la documentación de archivo y a las fuentes narrativas, proporcionan un mejor conocimiento de la historia. La edición de dichas fuentes coloca la documentación al alcance de los investigadores, que de esta manera pueden tener fácil acceso a las mismas. Sin embargo, se trata de un conjunto documental sobre el que habrá que volver numerosas veces y utilizar para distintos estudios y trabajos que completen nuestra percepción de la Baja Edad Media luso-galaica.

RELACIONES ENTRE PORTUGAL Y GALICIA, SIGLOS XIV-XV. COLECCIÓN DOCUMENTAL

1. 1307.03.10

Juan Ares, clérigo, vende al abad del Monasterio de Santa María de Oseira, Miguel, la heredad que poseía en San Juan de Arcos por 150 maravedís de moneda portuguesa.

Archivo Histórico Nacional. Clero. Oseira, carp. 1539, nº 20.

Pub.: ROMANÍ MARTÍNEZ, Miguel, *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Oseira (Ourense)* 1025-1310, Santiago, 1989. Vol. II doc. 1337, pp. 1265-1266.

⁵⁵ 1495.03.07. Madrid. A.G.S. R.G.S., Año 1495, f. 510. *Registro General del Sello*, Archivo de Simancas, Valladolid, 1974, vol. XII (enero-diciembre 1495), doc. 1092, p. 155.

⁵⁶ 1497.06.02. A.N.T.T., *Liv. 1 de Além Douro*, f. 186v-187.

⁵⁷ 1497.07.02. Évora. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 30, f. 104v.

⁵⁸ 1498.02.19. Lisboa. A.N.T.T., *idem*, liv. 31, f. 1021v.

2. 1308.01.01. Leiria
El rey portugués Dionis cambia con el obispo de Tuy los patronazgos de las iglesias de Santa Maria de Monção en Riba de Miño y la de Santa Maria de Castro Laboreiro y recibe los de San Salvador de Viana, y la mitad de la Iglesia de Santa Cristina de Meadelo en Riba de Lima, entre otros.

Archivo Nacional Torre do Tombo. Gavetas XIX, maço 3, doc. 41.

Reg.: SANTARÉM, Visconde de, *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*. Paris, 1842-1866. Tomo I, secção XV, p. 132.

3. 1308.02.17. Santarem
El rey Dionis de Portugal, por las quejas presentadas por el abad del monasterio de Santa María de Oya contra el concejo de Valença do Minho y otros que pretendían usurparle tierras pertenecientes a la granja de Chamosinos, ordena a Pedro Estévez, merino mayor, que averigüe los términos de la citada granja y si fuera justificada la reclamación del abad, obligue a devolver al monasterio lo que se le había quitado.

A.H.N. Clero, Oya, carp. 1816, nº 15.

Reg.: SÁNCHEZ BELDA, L., *Documentos reales de la Edad Media referentes a Galicia: catálogos de los conservados en la sección do Clero del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, 1953, doc. 961, p. 409.

4. 1308.06.27
Esteban Pérez y su mujer María Eanes venden al abad de Oseira, Miguel, las heredades que tenían en San Juan de Arcos por 350 maravedís de moneda portuguesa y una libra de cera cada año por San Juan a la dicha iglesia.

A.H.N. Clero. Oseria, carp.1540, nº 3.

Pub.: ROMANÍ, *Colección diplomática Santa Maria de Oseira*, Vol. II, doc. 1343, pp. 1270-1271.

5. 1309.05.05
Lorenzo Domínguez, su mujer Sáncha Pérez y sus hijos venden al abad de Oseira, Miguel, las heredades que les pertenecían en Quintela, feligresía de San Juan de Coiras, por 180 sueldos portugueses.

A.H.N. Clero. Oseira, carp. 1540, nº 4.

Pub.: ROMANÍ, *Colección diplomática*, Vol. II, doc. 1349, pp. 1279-1280.

6. 1311.07.20. Zamora
Hermanidad de obispos presididos por los metropolitanos de Santiago de Compostela y Braga para poner fin a los abusos y ofensas que, en su opinión, recibían no sólo los clérigos sino también sus feligreses.

A.Catedral de Coria, leg.15, nº 5; Real Academia de la Historia, C-8, ff. 172 y ss.

Pub.: MARTIN MARTIN, José Luis, *Documentación medieval de la Iglesia Catedral de Coria*, Salamanca, 1989, doc. 65, pp.113-114.

7. 1311.07.20. Zamora
Los prelados de Santiago, Braga, León, Oviedo, Palencia, Orense, Mondoñedo, Coria, Ciudad Rodrigo, Tuy, Lugo, Astorga, Ávila, Plasencia y Segovia, acuerdan nombrar sus representantes al arzobispo de Santiago y a los obispos de León, Oviedo, Palencia, Coria y Ciudad Rodrigo para que se entrevisten con la reina y puedan tomar decisiones por ellos.

A. C. C., leg.15, nº 4.

Pub.: MARTÍN, *Documentación Iglesia de Coria*, doc. 64, pp.112-113.

7.

1311.12

Marina Peres vende al abad Juan Martínez toda la heredad de Seyoane de Santiso. Pago en dinero portugués.

A.C.O. Monasterio de Montederramo, nº 1887.

LEIRÓS FERNÁNDEZ, Eladio, *Catálogo de los pergaminos monacales del Archivo de la S. I. Catedral de Orense*, Santiago, 1951, nº 1887, p. 167.

8.

1314.08.18. Valladolid

Carta de trueque del infante don Pedro hijo de Sancho IV, por la que da sus salinas de Ruscos, con sus lugares, a doña Blanca de Portugal, señora de las Huelgas de Burgos, a cambio de las villas de Azañón, Viana Alcocer, Cifuentes, Coruña del Conde y otras.

Real Academia de la historia. M-58, ff. 79-80.

Reg.: *Índice de la Colección de Don Luis de Salazar y Castro*, Antonio de Vargas-Zuñiga y Montero de Espinosa, marqués de Siete Iglesias, Real Academia de la Historia, Madrid, 1979, nº 78462 (53560) del Inventario.

9.

1315.09.16. Lisboa

Dionis de Portugal ordena a los justicias reales que no acojan las causas que les presenten los monjes y vasallos del monasterio de Oya, ni que por tal motivo embarguen los bienes del monasterio, sino que los remitan al abad o al obispo, para que los juzguen éstos.

A.H.N. Clero, Oya. R. 41, leg. 1251.

Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., doc. 1000, pp. 424-425.

10.

1316-1334

Fragmento de una carta dirigida al arzobispo de Toledo y al obispo Silva en la que se expresa que el rey Alfonso de Castilla pidió que se anulase la elección de maestre de la orden de Santiago de Portugal en la persona de fray Lorenzo.

A. H. N. Ordenes Militares, Uclés, leg. 263, nº 37.

Reg.: JAVIERRE MUR, Aurea, "Documentos para el estudio de la Orden de Santiago en Portugal en la Edad Media", en *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, Tomo II, Doc. XLVII, p. 422, *Bracara Augusta*, vol. XVI-XVII, 1964.

11.

1317.04.17. Aviñón

Juan XXII, a instancia de Alfonso de Castilla, ordena a los comendadores y demás miembros de la orden de Santiago de Portugal que obedezcan al maestre general de la Orden, confirmando, en todos su puntos, la bula de su antecesor Bonifacio VIII.

A.H.N. Órdenes Militares. Uclés, leg. 263, nº 29 (Litr^a ececut^o *Inter cetera*. 510/740)

Reg.: JAVIERRE MUR, op. cit., Tomo II, Doc. XLVIII, p. 423.

12. [1318].05.26. Aviñón
El Papa Juan XXII envía al arzobispo de Braga y a sus sufragáneos, la Bula *Si nostrae persuasionis* en que refiere los vicios y escándalos que se daban en sus diócesis por su negligencia y que deben corregirlos, les informa que para ello ha nombrado al Arzobispo de Compostela a quién deben obedecer.
A. Distrital de Braga. Gaveta dos Arcebispos, doc. 47.
Reg.: VASCONCELOS, Maria da Assunção Jacome; ARAÚJO, António de Sousa, *Bulário Bracarense. Sumários de diplomas Pontíficos dos séculos XI a XIX*, Braga, 1986, Doc. 200, p. 87.
13. [1318].05.30. Aviñón
El Papa Juan XII envía la Bula *Conquesti sunt nobis* al tesorero de la Iglesia de Tuy en la que se refieren las quejas que le dirigió el cabildo de Braga contra el Infante don Juan Alfonso, hijo del rey Dionis, que le pretendía usurpar el derecho que tenía en la iglesia de Santa María de Palmeira. Nombra al referido tesorero juez Apostólico para resolver el litigio.
A. D. B. Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 19.
Reg.: VASCONCELOS, op. cit., doc. 201, pp. 87-88.
14. 1318.07.25
Testimonio de Gonzalo Nuñez, deán de Orense y electo obispo de Lugo, por el que reconoce que ha recibido del cabido la jurisdicción espiritual que tiene el cabildo en las iglesias de Aguiar y Rabeda y de entre Miño y Arnoya (tierra de Vicariato) y la ha ejercido en nombre del cabildo como vicario suyo.
A. C. O. Escrituras XIV, 71.
Reg.: DURO PEÑA, Emilio, *Catálogo de los documentos privados en pergamino del Archivo de la Catedral de Orense (888-1554)*, Orense, 1973, doc. 632, p. 174.
15. 1319.01.22
Poder dado por el maestre don García Fernández y la orden de Santiago a favor de Pelayo Soga, arcediano de Trastamara y deán de Tuy, para continuar en nombre de dicha Orden, el pleito que llevaba contra el maestre y orden de Santiago en Portugal.
A.H.N. Órdenes Militares. Uclés, leg. 263, nº 23.
Reg.: JAVIERRE MUR, op. cit., Tomo II, Doc. LII, p. 423.
16. 1320.03.10. Aviñón
Sustitución de don Pelayo Soga como procurador de la orden de Santiago para seguir el pleito que el maestre y la orden llevaban contra el rey Dionis de Portugal y el maestre de Santiago en dicho reino.
A.H.N. Órdenes Militares. Uclés, leg. 263, nº 33.
Reg.: JAVIERRE MUR, Tomo II, Doc. LIII, p. 424.
17. 1320
Establecimiento de la tasa que el obispado de Tuy tenía que pagar al rey de Portugal por los beneficios eclesiásticos situados en el territorio Entre Douro e Minho.
A.N.T.T. Sé de Coimbra, Livro branco, ff. 22v-25v, séc.XIV; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, livro 97, ff. 20v-24, séc.XV.
Pub.: COSTA, Padre Avelino Jesús da, "Comarca eclesiástica de Valença do Minho: antecedentes da diócesis de Viana do Castelo", en *I Coloquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1981, doc. 3, pp. 163-168.

18. 1321.06.13
El Cabildo de Tuy otorga poder a los canónigos Ruy Martins y João Afonso para visitar las iglesias del arcedianato de la Terra de Vinha.

A.N.T.T., Conventos de Viana (compartimento 1); Colegiada de Valença, maço 746, pasta 2, maço 1, nº30.

Pub.: MARQUES, José, *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média: o Censual do Cabido de Tuy para o arcediogo da Terra da Vinha 1321*, Braga, 1994, Doc. 1, pp.90-95.

19. (Sin fecha)
Primera peregrinación de la reina Santa Isabel de Portugal a Santiago de Compostela.

Pub.: LÓPEZ FERREIRO, Antonio, *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, Santiago, 1903. Tomo VI, doc. 19, pp. 83-86.

20. 1323.02.13
Apelación interpuesta por Garcí Pérez, procurador del maestre y del Capítulo general de la orden de Santiago ante el juez delegado por Belenguer, arzobispo de Santiago, en la causa que la orden litigaba contra los caballeros de la misma en Portugal, sobre su nombramiento de Maestre para dicho reino.

A. H. N. Ordenes Militares, Uclés, leg. 263, nº 34.
Reg.: JAVIERRE MUR, op. cit., Tomo II, Doc. LV, p. 424.

21. 1323.02.21
Autos judiciales relativos al pleito entre la orden de Santiago y los caballeros portugueses, signados por Esteban Pérez y Fernando González, notarios apostólicos.

A. H. N. Ordenes Militares, Uclés, leg. 263, nº 35.
Reg.: JAVIERRE MUR, op. cit., Tomo II, Doc. LIV, p. 424.

22. [1324].03.03. Aviñón
El Papa Juan XXII envía a los obispos de Lisboa, Coimbra y Tuy la Bula *Petitio Dilectorum* en la que refiere que encargó al Tesorero de la Iglesia de Tuy juzgar el pleito existente entre el Deán y Cabildo de la Iglesia de Braga.

A. D. B. Gaveta 1ª das Igrejas, doc. 22.
Reg.: VASCONCELOS, op. cit., doc. 205, p. 89.

23. [1324].05.18. Aviñón
El Papa Juan XXII envía al obispo de Lisboa y coadjutor del arzobispo de Braga, y a los sufragáneos de las iglesias de Braga, Sevilla y Compostela constituidas en el reino de Portugal, la bula *Nuper de fratrum nostrorum* informando de las soluciones que la Santa Sede tomo en relación a los Marqueses Rainaldo, Opizão y otros, que acusa de herejes y de enemigos de la Iglesia Romana. Transcribe la bula *Augit nos* que relata los hechos practicados por los referidos Marqueses en la usurpación violenta de la ciudad de Ferrara.

A.D.B. Cx. das Bulas, nº 2, doc. 19; Cx. das Bulas, nº 2, doc. 30.
Reg.: VASCONCELOS, op. cit., doc. 207, pp. 89-90.

24. 1325.07.03
 Carta de defesa y protección concedida a los moradores de la aldea de Mazarelos en el couto de Cedofeita, dichos moradores vivirían siempre como vecinos con los de Oporto, Gaia y Vila Nova, pero no deberían ir a pescar al mar ni al Duero ni a Galicia para no sufrir represalias.
 Dipl., Chartae I, p.87, 2ª col.
 Reg. MARQUES MARTÍNS DA SILVA, João, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história*, Suplemento ao Vol. I (1057-1460), Lisboa, 1944, doc. 322, p.388; *Corpus codicum latinorum et portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum iussu curiae Municipais editum*, 1956, Vol. I, p. 87, 2ª col.
25. 1326.02.22. Coimbra
 Alfonso IV de Portugal toma bajo su protección y amparo al abad y convento del monasterio de Santa María de Oya y a todas las heredades y vasallos que éste poseía en el reino de Portugal.
 A.H.N. Clero. Oya, leg. 1254.
 Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., nº 1022, p. 433.
26. 1331.05.06
 Certificación del voto que el rey Ramiro de León y Oviedo y los pueblos de las Españas hicieron a Santiago de Compostela, de una medida del mejor pan y de otra de vino por cada yugada de bueyes.
 A.D. de Braga, Gaveta dos Votos, nº 9.
 PINTO, Leite, Discurso da Sessão de Encerramento do Congresso, *Congresso Histórico de Portugal Medieval*, Braga; 1965, doc. 156, p. 463.
27. 1334.09.06. Coimbra
 Alfonso IV de Portugal conocidas las pruebas presentadas por el monasterio de Antealtares le confirma en las jurisdicciones que poseía en Paradela y Mazarefes.
 A.N.T.T. Além Douro, liv. 2, ff. 194v-195; Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 4, f. 11v.
 Pub.: MARQUES, José, "D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais Galaico-Leonesas no norte de Portugal", en *Brigantia*, XII, nº 4, 1981, doc. 1, pp. 185-186.
28. 1335.08.03. Guarda
 Alfonso IV de Portugal entrega al monasterio de Santa María de Miranda del obispado de Tuy la jurisdicción de su coto.
 A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, f. 14v.
 Pub. *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, (1336-1340), Lisboa, 1992, doc. 48, pp. 101-105.
29. 1335.09.22. Coimbra
 Alfonso IV de Portugal, vistas las pruebas presentadas por el Cabildo de Santiago de Compostela, le respeta la jurisdicción que tenía en Correlhã y exige que proceda a nombrar a un hombre bueno que reciba el juramento de juez electo para evitar trasladase a Santiago.
 A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 4, f. 80; Além Douro, liv. 2, ff. 233-234.
 Pub.: MARQUES, Afonso IV e as jurisdições senhoriais, doc. 2, pp. 186-188.

30. 1335.10.25
 Procuración en favor del deán Alfonso Rodríguez que afora a Johan Rodrigues de Melgaço y a su mujer Maria Lourença un casal en Remoães.
 A.C. Tuy. Protocolo II, ff. 18-19r.
31. 1335.11.16. Coimbra
 Carta de Alfonso IV de Portugal ordenando a los justicias de Bragança que se informen de los privilegios que el monasterio de Montederramo tenía sobre la granja de Cidones y otros lugares situados en aquel reino y que no pasasen contra ellos.
 A.H. N. Clero. Montederramo, carp. 1493, nº 13.
 Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., n.º 1077, p. 456.
32. 1336.09.06. Coimbra
 Alfonso IV de Portugal otorga carta de sentencia al monasterio de Sampaio de Antealtares para que pueda colocar mayordomos en Paradela y Mazarafes y emplazar a sus habitantes.
 A.N.T.T. Chancelarias portuguesas. Afonso IV, f. 11v.
 Pub.: *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, doc. 38, pp. 83-84.
33. 1337.07.09.Lugo
 El deán y cabildo de Lugo acuerdan conceder los servicios solicitados por el monarca Alfonso XI con motivo de la guerra contra el rey de Portugal, a la vez que advierten que tales servicios no deben convertirse en práctica habitual.
 A.H.N. Cód. 416 B, f. 13v.
 Reg.: PORTELA SILVA, Maria José/ GARCÍA ORO, José, *La Iglesia y la ciudad de Lugo en la Baja Edad Media. Los señoríos. Las instituciones. Los hombres*. Santiago de Compostela, 1997, doc. 360, p. 386. Cuadernos de Estudios Gallegos. Anexo XXIV.
34. 1338.09.09. Lisboa
 Alfonso IV de Portugal recibe dinero de las feligresías de Camiña y Viana que pertenecen al obispado de Tuy.
 A.N.T.T. Chancelarias portuguesas. Afonso IV, f. 32.
 Pub.: *Chancelarias portuguesas, Afonso IV*, vol. II, doc. 131, pp. 229-230.
35. 1339.10.30. Coimbra
 Alfonso IV de Portugal acepta la sentencia para que ningún portero del rey entre en el coto del monasterio de Sanfim de Frestas del obispado de Tuy.
 A.N.T.T. Chancelarias portuguesas. Afonso IV, f. 63v.
 Pub.: *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. III, doc. 286, pp. 77-80.

36. 1340.07.26. Lugo
 Los canónigos renteros de los aniversarios se inhiiben en todo lo relativo a la percepción de las rentas Bracarenses.
 A.H.N. Cód. 416 B, f. 32r.
 Reg.: PORTELA, op. cit., doc. 408, p. 398.
37. 1340.08.18
 Carta de Alfonso IV de Portugal, a petición del abad de Santa María de Oya, ordenando a su almorjariife de Valença do Miño que le restituyese al monasterio las heredades que se le habían confiscado durante la guerra con Castilla.
 A.H.N. Clero. Oya, carp. 1827, nº 17.
 Pub.: MARQUES, José, "O Mosteiro do Oia e a granja da Silva, no contexto das relações luso-castelhanas dos séculos XIV-XV", en "Revista de Historia, Porto, 1985, doc. 1, pp. 112-114.
 Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., nº 1092, p. 462.
38. 1340.09.22. Coimbra
 Sentença dada al cabildo de la iglesia de Santiago de Compostela sobre el uso de las jurisdicciones del couto de Correlha.
 A.N.T.T. Chancelarias portuguesas. Afonso IV, ff. 80-80v.
 Pub.: *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. III, doc. 328, pp. 171-173.
39. 1340.11.17. Sevilla
 Alfonso XI de Castilla ordena a los vecinos de Lugo que restituyan al obispo Juan las llaves de la ciudad y el señorío sobre la misma, que le habían usurpado con auxilio del adelantado en el reino de Galicia con ocasión de encontrarse el obispo en Portugal.
 A. Catedral de Lugo. Libro 10, nº 40; Tumbillo Nuevo, f. 108.
 Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., Doc. 1093, p. 462; López Peláez, El señorío, I, pp. 181-182; PORTELA, op. cit., doc. 413, p. 399.
40. [1341].06.03. Aviñón
 El Papa Benito XII envía al arcedianio de Val de Miñor en la iglesia de Tuy la bula *Ortum dudum* con instrucciones acerca del proceso habido en la causa del arzobispo de Braga, Gonzalo Pereira, contra el prior de la Colegiata de Guimarães, Estevão Dade.
 A.D.B. Col. Cron., cx 15 doc. s/n, inserto en la carta apostólica de la comisión del día 20 de diciembre de 1341.
 Reg.: VASCONCELOS, op. cit., doc. 250, p. 101.
41. 1341.07.24. Lisboa
 Alfonso IV de Portugal confirma al cabildo de Santiago la posesión del coto de Mouquim, Vila Nova de Famalicão.
 A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 4, ff. 73-73v.; Além Douro, liv. 2, ff. 225v-226.
 Pub.: MARQUES, *Afonso IV e as jurisdições senhoriais*, doc. 6, pp. 194-196.

42. 1341.07.24. Lisboa
Sentencia al cabildo de la iglesia de Santiago de Compostela sobre la jurisdicción del coto de couto de Mouquim en el arzobispado de Braga.

A.N.T.T. Chancelarias portuguesas. Afonso IV, ff. 73-73v.
Pub.: Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV, *Vol. III, doc. 313, pp. 134-135.*

43. 1342.06.24. Oporto
Carta de Alfonso IV, a petición del abad de Santa María de Oya, en la cual ordena a su almojarife de Valença do Miño, pedro Carneiro, que entregue al citado monasterio los ganados, cubas y arcas que le habían incautado con ocasión de la guerra con Castilla y con las cuales se había quedado después de recibir su anterior carta del 18 de agosto de 1340.

A.H.N. Clero. Oya, carp. 1828, nº 5; leg. 1256.
Pub.: MARQUES, art. cit., pp. 22-23.
Reg: SÁNCHEZ, op. cit., nº 1100, p. 456.

44. 1345.04
Los cumplidores de Teresa Álvarez hicieron partidas de sus bienes, entre ellos se encontraban los que poseía en Portugal.

A.C.O. Particular, nº 2473.
Reg. LEIRÓS, nº 2473, p. 219.

45. (Sin fecha)
El rey de Portugal Pedro tiene con Teresa, natural de Galicia, un hijo llamado Juan futuro maestro de Avis.

Pub.: LOPES, Fernão, *Crónica de D. Pedro*, 1977, cap.I, pp.45-46.

46. 1348.01.07
El cabildo afora a Rodrigo Eanes y a su mujer Maria Eanes, vecinos de Melgaço, un casal en la feligresía de San Payo de Padem. Deben pagar seis libras de moneda portuguesa vieja.

A.C. Tuy. Protocolo II, f. 35v.

47. 1349.11. 26. Lugo
El deán y cabildo de Lugo conceden en precario, a Vasco Fernández y su mujer, las propiedades de la cofradía de Santa María en san Martín de Furoes, bajo ciertas condiciones. A continuación los beneficiarios donan, a dicha iglesia, el casal de Porto en el Miño, reservándose el usufructo.

A.H.N. Cód. 416 B, f. 65v.
Reg.: PORTELA, op. cit., doc. 545, p. 431.

48. 1353.03.02. Lugo
El cabildo de Lugo afora a Gómez Arias, su mujer y una voz, el casal de Coeses y las heredades de Porto, en las feligresías de Santa Alla de Quinte, San Esteban y San Pedro de Franadeiros.
A.H.N. Cód. 416 B, f. 105r.
Reg.: PORTELA, op. cit., doc. 595, p. 444.
49. 1357.10.18. Coimbra
Pedro I de Portugal para acabar con un conflicto entre la Corona y el obispo de Tuy debido al patronazgo de la iglesia de San Esteban de Valença do Miño renuncia a ese derecho a favor de la catedral de Tuy.
A.N.T.T., Chancelaria de D. Pedro I, livro I, ff.16v-17.
Pub.: *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, 1984, doc. 181, pp. 70-71; COSTA, Padre Avelino Jesús da, "Comarca eclesiástica de Valença do Minho: antecedentes da Diocese de Viana do Castela", en *I Coloquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1981, doc. 4, p. 169; BAQUERO MORENO, Humberto, *1º Colóquio Galaico-Minhoto*, pp 169-170.
50. 1361.03.17. Braga
Martim Domingues, maestro de escuela de Braga y recaudador del diezmo apostólico, levanta el secuestro abusivamente puesto por el abad de la Facha en los bienes de la granja de Silva, porque el monasterio de Santa Maria de Oya no aceptaba diezmos indebidos por esta granja.
A.H.N. Clero, Santa Maria de Oya, carpeta 1834, doc. 15.
Pub.: MARQUES, José, "O Mosteiro do Oia e a granja da Silva no contexto das relações luso-castelhanas nos séculos XIV e XV", Oporto, *Revista de História*, 1985, Separata Revista de História, 6, pp. 23-24.
51. 1361.05.28. Elvas
Pedro I de Portugal por hacer gracia y merced al ayuntamiento y hombres buenos de Melgaço manda que las personas que van y vienen de Galicia no pasen por otra villa que no sea la de Melgaço.
A.N.T.T. Chancelaria de D. Pedro I, Livro I, f. 62; Livro do Além Douro, f. 254.
Pub.: *Chancelaria de D. Pedro I*, doc. 567, pp. 253-254.
Ref.: RAU, Virginia, *Feiras Medievais Portuguesas: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, 1982, pp. 65-66.
52. 1361.08.16. Estremoz
Pedro I de Portugal consintió y otorgó la elección de Rodrigo Aairas como abad del monasterio de San Salvador de la Torre perteneciente al obispado de Tuy.
A.N.T.T. Chancelaria de D. Pedro I, Livro I, f. 65v.
Pub.: *Chancelaria de D. Pedro I*, doc. 589, p. 269.
53. 1361.11.02. Évora
Pedro I de Portugal consintió y otorgó la elección de Esteban Lourenço como prior y abad del monasterio de Ermelo que pertenecía al obispado de Tuy.
A.N.T.T. Chancelaria de D. Pedro I, Livro I, f. 66v.
Pub. *Chancelarias portuguesas, D. Pedro I*, doc. 604, p. 275.

54. 1362.09.02. Óbidos
El rey de Portugal presentó al clérigo Vasco Martins para la iglesia de San Martinho de Soaio perteneciente al obispado de Tuy.

A.N.T.T. Chancelaria de D. Pedro I, Livro I, f. 75v.
Pub.: *Chancelarias portuguesas, D. Pedro I*, doc. 685, p. 319.

55. 1362.09.14. Óbidos
Pedro I de Portugal presentó al clérigo Pero Anes para la iglesia de San Paio de Jola perteneciente al obispado de Tuy.

A.N.T.T. Chancelaria de D. Pedro I, Livro I, f. 75v.
Pub.: *Chancelarias portuguesas, D. Pedro I*, doc. 687, p. 320.

56. 1363.07.16. Camiña
Carta de Pedro I de Portugal ordenando a su almojarife de Valencia do Miño que devuelva al monasterio de Santa María de Oya dos casas y una viña situadas en Camiña, de las que se había incautado en virtud de una disposición general que prohibía a las órdenes religiosas recibir bienes raíces en el reino de Portugal.

A.H.N. Clero. Oya, carp. 1825, n.º 5.
Pub.: MARQUES, *O Mosteiro do Oia*, pp. 24 -25.
Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., Doc. 1161, pp. 487-488.

57. 1364.06.23. Santarém
Pedro I presentó al clérigo Enrique de la Guardia para la iglesia de Santa María de Monção que pertenece al obispado de Tuy.

A.N.T.T. Chancelaria de D. Pedro I, Livro I, f. 98v.
Pub.: *Chancelarias portuguesas, D. Pedro I*, doc. 921, p. 425.

58. 1365.07.04. Ribeira de Coruche
Pedro I de Portugal ordena a su almojarife y a escribano en Valença do Miño que devuelvan al monasterio de Santa María de Oya los bienes raíces que éste poseía en su jurisdicción y que habían sido incautados para el rey.

A.H.N. Clero. Oya, carp. 1835, n.º 11 y 12; leg. 1260.
Pub.: MARQUES, *O Mosteiro do Oia*, pp. 25-27.
Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., Doc. 1162, p. 488.

59. 1365.10.16. Leiria
Pedro I de Portugal ordena al gobernador de Entre Douro e Minho que no incluya al monasterio de Santa María de Oya en el reparto de servicios reales en atención a que tal monasterio pagaba anualmente al concejo de Valença do Miño cuatro libras por las heredades que poseía en su término.

A.H.N. Clero. Oya, leg. 1260.
Pub.: MARQUES, *O Mosteiro do Oia*, Doc. 6, pp. 26-27.
Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., Doc. 1165, p. 489.

60. 1367.02.08. Porto de Mós
Pedro I presentó al clérigo Rui Tenreiro para la iglesia de San Salvador de Bulhete del obispado de Tuy.
A.N.T.T. Chancelaria de D. Pedro I, Livro I, f. 127v.
Pub. *Chancelarias portuguesas, D. Pedro I*, doc. 1153, p. 549.
61. 1367.08.24. Braga
Esteban Pérez canónigo de Braga autoriza a Pedro Enríquez canónigo de Orense, para tomar posesión y administrar todas las heredades de su padre Pedro Anes Galego abogado de Orense.
A.C.O. Escrituras XVII, 60.
Reg.: DURO PEÑA, *Catálogo de los documentos*, doc. 870, p. 224.
62. 1369
Fernando rey de Portugal se retira de Galicia al ser avisado que el rey castellano marchaba hacia allí. Enrique II deja el camino hacia Coruña y se dirige a Portugal asolando las tierras que atraviesa buscando un encuentro con el monarca lusitano.
Reg.: LOPES, Fernão, *Crónica do Senhor rei Dom Fernando, nono rei destes regnos*, Oporto, 1979, cap. 33; LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónicas dos reis de Portugal, Chronica del rei Dom Fernando*, Oporto, 1975, T. 2, p. 240; SANTARÉM, op. cit., T. I, pp. 215-216.
63. 1371.10.11. Lisboa
Sentencia dada por el rey Fernando Portugal en un litigio entre el procurador de este y el ayuntamiento de la ciudad de Lisboa, sobre ciertos agravios hechos a los habitantes y vecinos de la misma ciudad; incluye un resumen de lo que concierne al comercio con Castilla y Galicia.
A.N.T.T, Chancelaria de D. Fernando, l^o 1, fl. 84 v^o, 1^a col.
Pub. MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Vol. I, doc. 180, p. 285.
64. 1371. Lisboa
Se recoge la moneda para que fuese acuñada nuevamente con la intención de obtener el mismo valor tanto en Carmona, Coruña y Tuy.
Pub.: *Cortes Portuguesas: Reinado D. Fernando I (1367-1383)*, Lisboa, 1990, Vol.-I, art. 34, pp.31-32.
65. 1372.04
Fernando I de Portugal envió una embajada a Enrique II de Castilla, que se encontraba en Tuy para la reforma del tratado de Alcoutim.
Reg.: LOPES, *Crónica do Senhor rei Dom Fernando*, cap. LIII; LEÃO, *Chronica del rei Dom Fernando*, pp. 345-346; SANTARÉM, op. cit., T. I, pp. 227-228.
66. 1372.05
Enrique II de Castilla mandó una embajada a Portugal formada entre otros por el obispo de Ourense Juan, para recibir juramento de Fernando I igual que el monarca castellano había hecho en Tuy para el tratado de Alcoutim
Reg.: SANTARÉM, op. cit., T. I, pp. 228-229.

67. [1372].09. 27. Benavente
Carta misiva de Enrique II de Castilla al concejo de Murcia dándole noticias de los sucesos ocurridos con ocasión de su viaje a Galicia.

A. Municipal de Murcia. Cart. Real 1405-18, eras, f. 64r.

Pub.: *Colección de documentos para la Historia del Reino de Murcia*, VIII. *Documentos de Enrique II*, Murcia, 1983, doc. CIII, pp. 150-151.

68. 1376.07.19. Villeneuve (Aviñon)
El Papa Gregorio XI confía a los obispos de Coimbra, de Tuy y de Braga la reforma de los pobres eremitas.

Reg.: MANSILLA, Demetrio, *La documentación española del Archivo del "Castel S. Angel" (395-1498)*, Roma, 1958, Doc. 183, p. 94.

69. 1376.10.15. Lugo
Poderes de Enrique II de Castilla a Fernán Pérez de Andrade para las negociaciones del matrimonio del duque Fadrique con la infanta Beatriz.

A.G.S., Patronato Real, leg. 47, f. 9. Incluido en documento del 19 de enero de 1377.

Pub.: SUAREZ FERNANDEZ, Luis, "Política Internacional de Enrique II", *Hispania*, nº LXII, 1956, doc. 7, pp. 82-84.

70. 1378.05.08. Lugo
Cláusulas testamentarias de Álvaro Rodríguez, arcediano de Dozón, por la que manda a la iglesia de Lugo para aniversarios y procesiones dos casas en la ciudad, tres cuartos de la cortina dos Guimarães y otras cantidades en metálico.

A.H.N. Cód. 416 B, f. 92r.

Reg.: PORTELA, op. cit., doc. 780, p. 492.

71. [1379].03.10. Santa Maria de Roma
El Papa Urbano VI envía la bula *Petitio venerabilis fratris* a los obispos de Viterbo, Tuy y Orense, en la que se refiere la sentencia dada por los visitadores del arzobispo de Braga contra el arzobispo Lourenço Vicente. Confirma la sentencia dada a favor de don Lourenço y reintegra al Arzobispo en el gobierno de su diócesis mandando restituírle todo lo que le pertenecía.

A.D.B. Cx. das Bulas, nº 3, doc. 65 A.

Reg: VASCONCELOS, op. cit., doc. 267, p. 106.

72. 1379.08.10. Burgos
Carta de Juan I de Castilla confirmando al monasterio de San Salvador de Chantada todos los privilegios, cartas, mercedes y donaciones a favor del mismo por los reyes sus antepasados.

A.H.N. Clero, carp. 1071, nº 7.

Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., Doc. 1216, pp. 507-508.

73. 1380.06.08. Verrande
Interrogatorio hecho en los ayuntamientos de Lomba y Souto de Vermoin con respecto a los límites y confrontaciones entre Portugal y Galicia.
A.N.T.T. Gaveta XV, Maço 10-47;
Pub.: Gavetas da Torre do Tombo, Vol. IV, pp.348-350.
74. 1381.11.02
El conde de Trastámara, Lemos y Sarriá, Pedro, dona a su alguacil mayor Juan Alfonso las tierras que pertenecieron a Álvaro Pérez de Castro, desnaturalizado en Portugal
A. C. Orense. Monástica, Pombeiro, nº 4290.
Pub.: LUCAS ÁLVAREZ, Manuel/ LUCAS DOMÍNGUEZ, Pedro, *El priorato benedictino de San Vicenzo de Pombeiro y su colección diplomática en la Edad Media, A Coruña, 1996, doc. 49, pp. 101-103.*
Reg. LEIROS, nº 4290, p. 374.
75. 1382.11.04. Santarém
Seguro del rey de Portugal a Johan de Casal de Pontedeume y a Martin de Mariria mercader de Coruña para comerciar en puertos portugueses hasta el próximo domingo de Pascua.
A. N. T. T. Chancelaria de D. Fernando, livro 3.º, f. 11 v., 2.º dipl.
Pub.: MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Vol. I, doc. 185, p. 303; PRIEGUE, Elisa Ferreira, *Galicia en el comercio marítimo medieval*, Santiago de Compostela, 1988, Doc. 11, p. 820; ROMERO PORTILLA, Paz, *Dos monarquías medievales ante la modernidad: relaciones entre Portugal y Castilla*, La Coruña, 1999, Doc. 21, p. 202 .
76. 1383.03.12. Tordesillas
El arzobispo de Santiago Juan García Manrique, recibe poderes para confirmar el casamiento del rey Juan con Beatriz de Portugal.
A.G.S., Patronato Real, leg.47, f. 46; Libros de copias, XXVI, ff. 37r-45v.
Pub.: DIAS ARNAUT, Salvador, *A crise nacional dos fins do século XIV, I, Coimbra, 1960, dentro de doc. 26 (1383.04.02), pp. 369-376.*
Reg; SUÁREZ FERNANDEZ, L., *Historia del reinado de Juan I de Castilla*, 1982. Vol. II, doc. 334, p. 500.
77. 1383.03
El rey Juan I de Castilla manda al arzobispode Santiago en una embajada a Portugal para tratar su matrimonio con la infanta Beatriz, hija del rey Fernando, devolviendo así la embajada enviada por el rey lusitano.
Monarchia Lusitana, p. 8, livro 22, cap.60, p.392.
SANTARÉM, op. cit., T. I, secção XV, pp. 249 -250.
78. 1383.04. 30
La infanta Beatriz de Portugal recibió en Salvatierra de Magos al arzobispo de Santiago como procurador en nombre del rey de Castilla.
Souza, *Hist. General. da C. R. Prov. Tomo I*, p. 319, incluido no doc. 39, p. 296; *Monarchia Lusitana*, p. 8, livro 22, cap. 60, p. 395.
SANTARÉM, op. cit., T. I, secção XV, p. 257.

79. 1383
Instrucciones dadas a Pedro de Luna y al arzobispo de Santiago sobre algunas referencias a las cartas enviadas por el rey Fernando de Portugal.

A.G.S. Patronato Real, leg.47, f. 44.

Pub.: SUAREZ, op. cit., doc. 344, pp. 512-516; ARNAUT, op. cit., pp. 394-397.

80. 1383.05. 11. Badajoz
Juan García Manrique, arzobispo de Santiago, recibe poderes completos para confirmar y prorrogar los plazos de los desposorios.

A.G.S. P. R., leg.47, f. 46.

Pub.: SUAREZ, op. cit. doc. 346, p. 517; ARNAUT, op. cit., pp. 391-393.

81. 1385.03.22. Sevilla
Noticia de un posible ataque portugués a Galicia.

B.N.mss.13103, ff.102r-v. Copia del siglo XVIII.

Pub.: SUAREZ FERNANDEZ, Luis, *Navegación y comercio en el Golfo de Vizcaya. Un estudio sobre la política marinera de la Casa de Trastámara*, Madrid, 1959, Doc. 6, p. 147.

82. 1386.07
El duque de Lancaster como rey de Castilla envía cartas a Juan I de Portugal informándole de su llegada a Coruña llevando consigo a su mujer e hijos, para reclamar para sí el reino de Castilla que por derecho le pertenecía.

Pub.: LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, Barcelos, 1990, vol. II, cap. LXXXII; SANTARÉM, op. cit., T. I, pp. 266-267.

83. 1386
Juan I de Portugal mandó con Vasco Martins y Lourenço Anes Fogaça sus saludos al duque de Lancaster como rey de Castilla a su llegada a Galicia.

Pub.: LOPES, op. cit., vol. II, cap. LXXXIX-XC; SANTARÉM, op. cit., T. I, p. 267; LEÃO, *Crónica del rey D. João I*, cap. LXVII, pp. 609-613.

84. 1386.11.11. Celanova
Juan I de Portugal envía una embajada a los duques de Lancaster que se encontraban en Celanova para que la duquesa ratificase el tratado de alianza y casamiento acordado con su marido. La duquesa de Lancaster, como reina de Castilla, ratifica en Celanova el tratado de alianza y casamiento entre su hija y Juan I de Portugal.

Pub.: LOPES, op. cit., vol. II, cap. XCII; LEÃO, op. cit., cap. LXVIII, pp. 613-615; SANTARÉM, op. cit., T. I, p. 270.

85. 1389.01.03
 Domingo Anes tenía aforado de la capilla de Santa Eufemia el casal de Miava, cuyas heredades estaban yermas por su culpa y por razón de las guerras entre Castilla y Portugal, se le obliga a plantar viñas, labrar bien y pagar 15 libras de dineros blancos.
 A.C.O. Clérigos de Coro, 81.
 Reg.: DURO PEÑA, *Catálogo de los documentos*, doc. 938, p. 238.
86. 1389.09
 Acabado el período de treguas Juan I de Portugal se apoderó de Tuy por capitulación.
 Pub.: FERNÃO LOPES, *Chronica de D. João I*, t. 2, cap. 140; LEÃO, *Chron. dos Reis*, t. 3, cap. 74; SANTARÉM, op. cit., T. I, secção XV, p. 274.
87. 1389.12. 21. Guimarães
 Provisión de Juan I de Portugal ordenando a todos los funcionarios de su reino que devuelvan al monasterio de Santa María de Oya todas las propiedades que tenía en Portugal de las cuales se habían incautado.
 A.H.N. Clero. Oya, carp. 1837, nº 15.
 Pub.: MARQUES, José, *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média: Cartas inéditas de D. João I do Arquivo Histórico Nacional de Madrid*. Apêndice documental, nº 1, pp. 272-273.
 Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., Doc. 1263, p. 528.
88. 1390.04.05. Granja da Silva
 El monasterio de Santa María de Oya acuerda con algunos habitantes de la feligresía de Fontoura (Valença) que se negaban a pagar tres teigas (antigua medida portuguesa para sólidos) de pan.
 A.H.N. Clero, Oya, carp. 1837, n.º 17.
 Pub.: MARQUES, José, *O Mosteiro do Oia*, pp. 27-28.
89. 1390.04.11
 Teresa Alfonso afora a Gonzalo Martínez portugués y a su mujer Inés Anes, por el tiempo que ella lo tiene del cabildo, la mitad de unas casas en la Rúa dos Arcedianos por cuatro libras a ella y media al cabildo de la Catedral de Orense.
 A.C.O. Escrituras XX, 65.
 Reg.: DURO PEÑA, *Catálogo de los documentos*, doc. 945, pp. 239-240.
90. 1393.02.14. Lisboa
 Provisión de Juan I de Portugal dirigida a Juan d'Alpoy oidor entre el Duero y el Miño, comunicándole que había recibido una queja del abad del monasterio de Santa María de Oya según la cual los recaudadores no respetaban los privilegios del monasterio concedidos por los reyes Alfonso III y Dionis.
 A.H.N. Clero. Oya, carp. 1838, nº 1.
 Pub.: MARQUES, *Relações entre Portugal e Castela*, nº 2, pp. 273-275.
 Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., Doc. 1272, pp. 531-532.

91. 1394.09.12. Oporto
Carta de legitimación de Constança Lourenço hija de Lourenço Martins clérigo y abad de Santiago de Romarigães del obispado de Tuy y de Marina Pires, soltera.

A.N.T.T. Chancelaria de João I, Livro 3, f. 42

92. 1396.05. 15. Sevilla
Enrique III de Castilla ordena al concejo de Écija envíe un procurador a las Cortes que va a reunir en Segovia el día 12 de julio para adoptar medidas contra los portugueses que han tomado Badajoz y atacado Alburquerque, amenazando igualmente a Ciudad Rodrigo y Tuy.

A. Municipal de Écija. Libro de los llamamientos a Cortes, nº 19; Libro de Copias de Privilegios, t. I, nº 30, ff. 259 r-261r.

Reg.: SANZ FUENTES, María Josefa, "Relaciones entre Castilla y Portugal en el tránsito de los siglos XIV al XV. Fuentes documentales en el archivo Municipal de Ecija" *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III, Porto, 1989, doc. 1, p. 1426.

93. 1396.10.12
Carta de confirmación para Esteban Pegado del coto de la heredad de Malpica, término de Olivença, por la cual se prohibía pastar el ganado, cortar madera y cazar, ya que estaba sujeto a ciertas penas.

A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, liv. 2, f.128.

Reg.: NEVES, Carlos M. Baeta/ACABADO, Maria Teresa Barbosa/ESTEVES, Maria Luísa, *História florestal, aquícola e cinegética*, Lisboa, 1980.Vol. I (1208-1483), doc. 250, p. 187.

94. 1397.08. 28. Santarem
Juan I de Portugal concede al abad de Santa María de Oya una carta de protección y seguro para residir en territorio portugués con garantía de libre tránsito por la frontera para visitar el monasterio.

A.H.N. Clero. Oya, carp. 1838, nº 16.

Pub.: MARQUES, *Relações entre Portugal e Castela*, nº 3, pp.275-276.

Reg.: SÁNCHEZ, doc. 1288, p. 538.

95. [1398].01.02
Carta del doctor Juan Alfonso al canciller Juan Martínez acerca de los informes recogidos en Galicia sobre connivencias con el rey de Portugal.

A.G.S. Estado. Castilla, Leg.1-1, f. 83.

Pub.: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Henrique (1393-1460)*, Madrid, 1960, Doc. 16, pp. 112-114.

96. 1398.07.25
Juan I de Portugal toma Tuy por capitulación despues de constatar que el rey castellano no cumplía lo estipulado en las treguas acordadas entre ellos.

Pub.: FERNÃO LOPES, *Chronica de D. João I*, p. 2, cap. 175; Soar. da Silv. *Mem. de D. João I*, p. 3, cap. 186, p. 1382; LEÃO, *Chron. dos Reis*, t. 3, cap. 79; SANTARÉM, *op. cit.*, T. I, secção XV, pp. 280-281.

97. 1399.01.15. Illescas
 Enrique III de Castilla ordena a sus tesoreros mayores que no exijan a los maestros de las órdenes de Santiago, Calatrava, Alcántara y San Juan, que paguen nada de los treinta mil florones que habían sido impuestos a los prelados y clerecías para ayuda de la guerra con Portugal ya que habían colaborado en ella personalmente.

A.H.N. Sancti Spiritus de Salamanca. R. 72.
 Pub.: GUTIERREZ DEL ARROYO DE VÁZQUEZ DE PARGA, Consuelo, *Privilegios reales de la Orden de Santiago en la Edad Média: catálogo de la série existente en el Archivo Histórico Nacional*, Madrid, doc. 834, p. 340.

98. [13 -14].01.24. Alcalá
 El rey de Castilla Juan envía cartas al cardenal de Aragón y al arzobispo de Santiago y al conde Enrique encargando a los dos primeros que viajasen a Portugal y diesen cuenta de su misión al rey, y al tercero le niega la licencia que pedía para venir a tratar con él, le envía a Juan Ruiz para que le comunique lo que quiere.

A.G.S. Patronato Real.
 Reg.: PRIETO CANTERO, Amalia, *Catálogo V Patronato Real*, Valladolid, 1946, Tomo I, doc. 4045, p. 559.

99. 1400.07.30. Arrifana de Sousa
 Provisión de Juan I de Portugal en la que, para hacer merced a Gonzalo de Silva abad del monasterio de Santa María de Oya, toma bajo su especial protección a este monasterio y repite los mismos términos expresados en su carta de 28 de agosto de 1397.

A.H.N. Clero. Oya, carp. 1838, nº 20.
 Pub.: MARQUES, *Relações entre Portugal e Castela*, nº 4, pp. 276-277.
 Reg.: SÁNCHEZ, Doc. 1.291, p. 539.

100. 1401.07.05. Lisboa
 Carta de privilegio para cinco abades del obispado de Tuy mediante la cual el rey se encargaría de la guarda y encomienda de todos los bienes (iglesia, casas, etc.) de los dichos abades a cambio de la concesión de ciertos privilegios fiscales y de derecho de aposentamiento.

A.N.T.T. Chancelaria de D. João I, Livro 3, f. 13 v.

101. 1401.07.14. Roma
 Bula de Bonifácio IX nombrando al inquisidor fray Vicente de Lisboa de la Orden de los Predicadores, maestro de Teología, inquisidor de la provincia hispánica.

Archivo Segreto Vaticano, Reg.Lat.88, Bonifatii Papae IX, ff. 207v-208.
 Pub.: *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Lisboa, 1968, Vol.II (1377-1408), doc. 550, p. 274.

102. 1402.02.11. Montemór-o-Novo
 Provisión de Juan I de Portugal dirigida a Gonzalo Vázquez, su frontero mayor en la ciudad de Tuy, y a todos los fronteros de la ribera del Miño, comunicándoles que ha tomado bajo su protección al monasterio de Santa María de Oya y a todos sus bienes.

A.H.N. Clero. Oya, carp. 1839, nº 5.

Pub.: MARQUES, *Relações entre Portugal e Castela*, nº 6, p. 279.

Reg.: SÁNCHEZ, Doc. 1.301, p. 543.

103. 1405.05.09. Portel
Presentación del clérigo João Esteves a la iglesia de Sampaio de Moledo, de la administración de Tuy.

A.N.T.T. Chancelaria de D. João I, Livro 3, f. 46 v

104. 1405.07.06. Sintra
Presentación del clérigo Gonçalo Esteves a la iglesia de Sampaio de Moledo del obispado de Tuy.

A.N.T.T. Chancelaria de D. João I, Livro 3, f. 46

105. 1405.12.17. Lisboa
Carta del arzobispo de Lisboa a Diego López de Estúñiga presentando al escrivano Álvaro González a quien se encarga reclamar por robos cometidos por marinos de Galicia y Vizcaya.

A.G.S., Estado. Castilla, Leg.1-1º, f. 86.

Pub.: SUAREZ, *Navegacion y comercio*, Doc. 16, p. 165.

106. 1406.01.12. Lisboa
Reclamaciones portuguesas por actos de piratería cometidos en Galicia.

A.G.S., Estado. Castilla. Leg.1-1º, f. 103.

Pub.: SUAREZ, *Navegacion y comercio*, Doc. 17, pp. 165-166.

107. 1406.01.14. Lisboa
Reclamaciones portuguesas por actos de piratería cometidos en Galicia.

A.G.S., Estado. Castilla, Leg.1-1º, f. 101.

Pub.: SUAREZ, *Navegacion y comercio*, Doc. 18, pp. 166-167.

108. 1410.05.25. Bononie
Bula de Juan XXIII a los obispos de Lamego y Orense y al tesorero de la iglesia de Lamego para que se conceda dos canonjías a Fernando Martins Coutinho, canónigo de Lisboa y estudiante de Derecho Canónico del Estudio de Pádua.

Archivo de la Universidad de Coimbra, Gav. I, mº 1, doc. 8 (transcrita en sentencia de 10 de diciembre de 1414).

PUB.: PEREIRA, Gabriel, *Catálogo dos pergaminhos do cartorio da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1880, p. 20; NUNES, Eduardo, *Dom Frey Gomez Abade de Florença*, 1420-1440, vol. I, Braga, 1963, pp. 24-25; *Chartularium Universitatis Portuagalensis (1288-1537)*, Lisboa, 1969, Vol. III (1409-1430), doc. 606, p. 13.

109. 1410.08.18. Lisboa
 Carta de confirmación de usos y costumbres en vigor en Oporto en la que se encuentra la exención del pago de la decima parte a los comerciantes que trajeran a esta ciudad mercancías de Castilla, Vizcaya y Galicia excepto si esos productos fueran oro, plata, hierro, acero, plomo, estaño, cobre, brea, resina, madera de torno, toneles y cubas, paños de color o lona.
 A.N. T.T., Chancelaria de D. Manuel, Livro 29, f. 42 v.
 Pub.: MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Vol. I, doc. 216, pp. 223-227.
110. 1411.01.09. Valença do Minho
 Afonso Roiz de Magalhães, canónigo de Tuy y vicario general de fray Antonio, obispo de la misma diócesis, dio a Alfonso Gonçalves colación y provisión de una canonjía en la colegiata de Santo Estêvão de Valença, por estar Tuy en cisma.
 A.N.T.T., Colegiada de Santo Estêvão de Valença nº 743(actual 1475), pasta I, M.1, nº 11.
 Pub.: COSTA, *Comarca eclesiástica de Valença do Minho*, doc. 5, pp. 170-171.
111. 1411.03. 10. Évora
 Carta de legitimación de Alfonso Eanes, hijo de Alfonso, abad de la iglesia de Trovicoso del obispado de Tuy y de Inés Gonçalves, soltera.
 A.N.T.T. Chancelaria de D. João I, Livro 3, f. 121
112. 1413.10.20. Oporto
 Nicolau de Lapis, nuncio y recaudador general en Portugal y el Algarve, aprueba por autoridad apostólica, la Colegiata instituída en San Esteban de Valença do Miño por el arzobispo de Santiago, administrador del obispado de Tuy.
 A.N.T.T., Colegiada de Sto. Estêvão de Valença do Minho nº 743 (actual 1475), Pasta I, m. I, doc. 15; Arq. Dist. de Braga, *Rerum Memorabilium*, I, ff. 59v-60, pública forma de 14 de Fev. de 1504.
 Pub.: COSTA, *Comarca eclesiástica de Valença do Minho*, doc. 6, pp. 171-173. Braga, 1983, pp. 69-240.
113. 1415
 Súplica del Cabildo de Tuy debido al cisma que existía en Castilla por el antipapa Juan XXIII, para que Lopo Vasco da Cunha, Reitor da Lourinhã Comendatário del Monasterio de Santo André de Rendufe, sea obispo de Tuy.
 Gav. Das Not. Várias, n.48, B.P. e A.D. de Braga.
 Reg.: JAVIERRE MUR, Aurea, "*Documentos para el estudio de la orden de Santiago en Portugal en la Edad Media*", Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval, tomo II, Bracara Augusta, vol. XVI-XVII, 1964, doc. 176.
114. 1416.11.17. Santarém
 Carta de legitimación de Aldonça Gonçalves, hija de Álvaro Gonçalves, clérigo, canónigo de la Catedral de Tuy y de Maria Gonçalves, soltera.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro 3, Fl. 191 v

115. 1417.08.18. Sintra
Carta de legitimación de Catarina Eanes, filha hija de João Afonso, abad de S. Martinho de Tavira del obispado de Tuy y de Joana Lourenço, soltera.

A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro 3, Fl. 199 v

116. 1418.07.23. Santiago
Gonçalvo de Portugal, notário de Cee, se obliga con Pero Bravo de Santiago a entregarle 30 merluzas para fines de Diciembre.

A.H.D.S., San Martín Pinario, Leg.12/434.

Reg.: FERREIRA PRIEGUE, Elisa, *Galicia en el comercio marítimo medieval*, Santiago de Compostela, 1988, doc. 28, p. 837.

117. 1418.10.16. Santarém
Carta de legitimación de Blanca Alfonso, hija de Afonso Lourenço, abad de Parada del obispado de Tuy y de Maria Amélia, soltera.

A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro IV, f. 9 v

118. 1418.10.27. Santarém
Carta de legitimación de Micia Anes, hija de João Lourenço que fue abad de Bayona y de Constança Anes, soltera.

A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro IV, f. 9 v

119. 1418.10.28. Santarém
Carta de legitimación de Afonso Lourenço, hijo de Lourenço Domínguez Dinis, clérigo, abad de Castanheira del obispado de Tuy y de Domingas Lourenço, soltera.

A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro IV, f. 9 v

120. 1419.06.12. Florencia
Súplica de Alfonso Martins, estudiante de Derecho Canónico y rector de la iglesia parroquial de S. Pedro de Miragaia, de la diócesis de Oporto, sobre beneficios en la iglesia de Santa Maria de Caminha, de la diócesis de Tuy.

A. S. V., Reg. Suppl. 126, f. 298.

Pub.: DOMINGUES DE SOUSA COSTA, António, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Súplicas de Martinho V, nº 261; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), doc. 730, p. 172.

121. 1420.02. 8 /15. Santarém
Declaraciones de Juan I de Portugal sobre ciertas dudas presentadas por los *escrivães da portagem* de la ciudad de Lisboa, sobre el *lançamento* y cobro del diezmo nuevo al pescado. Referencia a los pescadores portugueses que van a pescar a Galicia y a otras partes fuera del reino, y a los pescadores extranjeros que vienen a pescar a Portugal.

A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, liv. 5, f. 112.

Pub.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento al Vol. I, doc. 205 y 206, pp. 323-325.

122. 1420.12.05. Roma
 Súplica de Pedro Lourenço, canónigo de Braga, estudiante de Derecho Civil y rector de la iglesia parroquial de S. Julião de Laje, de la diócesis de Braga, sobre un beneficio en la iglesia de Santiago de Guimarães y en la de Santa Eulália de Mondariz, de la diócesis de Tuy.
- A. S. V., Reg. Suppl. 148, ff. 163-163v.
 Pub.: *Chartularum Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), doc. 751, pp. 193-194.
123. 1420.12.30. Roma
 Súplica de Esteban Trigo, canónigo prebendário de Tuy que estudió Derecho Canónico, sobre el arcedianato de Vila Nova de Cerveira.
- A. S. V., Reg. Suppl. 150, f. 133v.
 Pub.: DOMÍNGUEZ DE SOUSA, *Monumenta Portugaliae*, n° 456; *Chartularum Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), doc. 755, p. 197.
124. 1421.03.27. Roma
 Súplica de Alfonso Estevez, canónigo de Tuy y Bachiller en Decretos, sobre el arcedianato de Vila Nova de Cerveira.
- A. S. V., Reg. Suppl. 151, ff. 106v-107.
 Pub.: DOMINGUES DE SOUSA, *Monumenta Portugaliae*, n° 468; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), doc. 757, pp. 198-199.
125. 1422.06.16. Lisboa
 Carta de legitimación de Senhorinha Geraldés, hija de Geraldo, abad de S. Vicente del obispado de Tuy y de Margarida Domingues.
- A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro IV, f. 41
126. 1422.06.16. Lisboa
 Carta de legitimación de João Anes, hijo de Esteves Anes, abad de S. Paio das Areas del obispado de Tuy y de Mícia Esteves.
- A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro IV, f. 41
127. 1423.10.12. Lisboa
 Albalá de Juan I de Portugal, firmado por el infante Duarte en su nombre, ordenando a Fernando López, encargado de la chancillería real de Portugal, que saque copia de los documentos referentes a las propiedades que el monasterio de Santa María de Oya tenía en Fadenga da Fe.
- A.H.N. Clero. Oya, carp. 1843, n° 1. Notícia de este albalá en la Carta de 2 de Noviembre de 1423 (leg. 1265)
 Reg.: SÁNCHEZ BELDA, op. cit., Doc. 1.342, 1343, pp. 559-560.

128. 1423.11.02. Lisboa
 Carta de Fernando López, encargado del archivo de la chancillería real de Portugal, en la que por orden de Juan I y en su nombre extiende copia certificada de un documento que se guardaba en el archivo de la Torre del castillo de Lisboa referente a las posesiones que el monasterio de Santa María de Oya poseía en Fadenga da Fe.
 A.H.N. Clero. Oya R.79 (Legado 1.265)
 Reg.: SÁNCHEZ BELDA, op. cit., Doc. 1343, p. 560.
129. 1424.02.29. Santarém
 Confirmación del privilegio al monasterio, convento y abad de Ganfei, del obispado de Tuy.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro IV, f. 68 v
130. 1426.12.10
 El abad del monasterio de Osera afora a Pedro de Porto el lugar de Lagaços (Deza).
 A.C.O. Monasterio de Osera, nº 3833.
 LEIRÓS, nº 3833, p. 336.
131. 1427.04.14. Roma
 Súplica de Gonçalo Rodrigues de Magalhães, rector de la iglesia parroquial de S. Martinho de Valdigem, de la diócesis de Lamego, canónigo de Tuy y Lamaego, sobre la recepción de las rentas de sus beneficios sin obligación de su residencia personal, durante el tiempo en que resida en el Estudio General o en la Curia Romana.
 A. S. V., Reg. Suppl. 212, f. 107v.
 Pub.: DOMINGUES DE SOUSA, *Monumenta Portugaliae*, nº 1122; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), doc. 882, p. 347.
132. 1428.07.05
 Sentencia dada por D. Aras, abad del monasterio benedictino de Ferreira de Pallares (Lugo), juez apostólico en el pleito que litigaban de una parte el abad y convento de Sobrado y de otra, el prior del de Junqueira de Espadañedo, el abad del de Montederramo y el comendador de Batondeira.
 Pub.: MARTÍNEZ SALAZAR, Andrés. *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*, La Coruña, 1911, nº LXIV, pp. 137-140.
133. 1432.07.17. Santarém
 Carta de legitimación de Leonor Esteves, hija de Estevão Lourenço, abad de St^a. Boia y Refoios del arzobispado de Tuy y de Maria Anes, soltera.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro IV, f. 138 v
134. 1433.04.30. Pontevedra
 Un grupo de mercaderes de Pontevedra fleta una barca para cargar vino en el estuario de Lisboa.
 Museo Arqueológico Provincial de Pontevedra, C.II-5. Restos de minutarario de Lorenço Eanes, ff. 9v-10.
 Pub.: ROMERO PORTILLA, *Dos monarquias medievales*, doc. 25, p. 205; FERREIRA *Galicia en el comercio marítimo medieval*, doc. 33, pp. 842-843.

135. 1433.04.30
 Varios mercaderes de Pontevedra fletan la barca de Santa Cruz de Alfonso d'Ansede, vecino de Lisboa, que se encuentra en el puerto de Pontevedra, para traer vino de la ría de Lisboa.
 M. A. P. P., Col. Sampedro, Caja 2/5, ff. 9v-10.
 Pub.: ROMERO PORTILLA, op. cit., doc. 20, pp. 201-202; FERREIRA, op. cit., doc. 35, pp. 844-945.
136. 1433.05.05. Aldeia Galega de Meretana
 Carta de legitimación de Beatriz Lopes de Seivas, Violante Lopes de Seivas, Inés Lopes de Seivas, Gonçalo Lopes de Seivas y Blanca Lopes de Seivas, hijos de Gonçalo Lopes de Seivas, abad de Viana, obispado de Tuy y de Leonor Anes, soltera.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Livro IV, f. 142 v.
137. 1433.06.08. Pontevedra
 El marino Ruy Gomes de Covas vende o trincado *San Marcos* a dos mercaderes de Lisboa.
 M. A. P. P., CII-5. Restos de minutarario de Lourenço Eanes, f. 16v.
 Pub.: ROMERO PORTILLA, op. cit., doc. 24, p. 205; FERREIRA, op. cit., oc. 36, p. 845.
138. 1434.11.06. Lisboa
 Duarte de Portugal otorga privilegio al monasterio de Santa María de Oya.
 A.N.T.T. Livro de Extras, f. 158v.
 Reg.: SANTARÉM, op. cit., T.I, p. 48.
139. 1436.06.17. Bolonia
 Súplica de Álvaro Vasques, bachiller en Decretos y clérigo de la diócesis de Tuy, sobre el canonicato y prebenda de Braga.
 A. S. V., Reg. Suppl. 323, f. 198v.
 Pub.: DOMINGUES DE SOUSA, *Monumenta Portugaliae*, Suplicas de Eugénio IV, nº 541; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, 1970, Vol. IV (1431-1445), doc. 1046, pp. 123-124.
140. 1436.06.30. Bolonia
 El papa Eugenio IV manda a Juan Chantre do Porto y administrador del obispado de Tuy en la parte de Portugal la bula *Ad ea ex apostolicae* donde confirma la concordia celebrada en Sínodo relativa al subsidio caritativo prometido por al Arzobispo y clero de Braga para mejorar la defensa de la religión y de la Iglesia, manda al obispo de Lamego que confirme el acuerdo.
 A.D.B. *Rer. Mem.*, vol. 1, séc. XVII, f. 262; *Rer. Mem.*, vol. 2, séc. XVII, f. 236v.
 Reg.: VASCONCELOS, *Bulário Bracarense*, doc. 305, p. 117.
141. 1437.03.07
 Tratado por el que los reyes de Aragón y Navarra se comprometen a mantenerse neutrales en el caso de que los reyes de Portugal y Castilla entren en guerra.
 Pub.: As Gavetas da Torre do Tombo, Lisboa, 1965, Vol. V, gaveta XV, maço 23, doc. 14, pp. 590-593.

142. 1437.03.23. Santarém

Carta de Duarte de Portugal a Gomes, abad del monasterio de Santa María de Florencia, con instrucciones para evitar que se cumplan varias determinaciones que el Papa concedió a Castilla a petición de su monarca, ya que de lo contrario podría salir perjudicado el reino lusitano. Se refieren por ejemplo al regreso de las iglesias catedrales portuguesas a la jurisdicción del Arzobispado de Santiago o la obediencia de los Maestre de las Órdenes Militares de Portugal a los de Castilla.

BMLF, Fondo Ashburnam, cód. 1792, vol. 1, p. 5.

Pub.: *Monumenta Henricina*, vol. VI (1437-1439) Coimbra, 1964, doc. 16, pp. 32-35; DOMINGOS MAURICIO, S. J., D. *Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1969, pp. 33-34.

143. 1437.05.16. Lisboa

Carta de Duarte de Portugal a Gomes, abad del monasterio de Santa María de Florencia, para decirle que se le había informado de que el Papa había otorgado en una bula al rey de Castilla ciertos obispados y tierras de Portugal, considerandolos de las diócesis de Badajoz y Tuy. Le ordena que comience inmediatamente diligencias para impedir que la bula fuese ejecutada porque si no fuera así tendría que dejar la guerra contra los infieles para defender con las armas los derechos portugueses.

BMLF, Fondo Ashburnam, cód. 1792, t. 1, pp. 17-21.

Pub.: *Monumenta Henricina*, Vol.VI, doc. 23, pp. 44-49; DOMINGOS, *Duarte e as responsabilidades de Tânger*, pp. 35-37.

144. 1437.06.25. Lisboa

Carta de Duarte de Portugal a Gomes, abad del monasterio de Santa María de Florencia, con instrucciones para oponerse a la bula, ya que según le consta el Papa entregará, a petición de los castellanos, tierras de Portugal a los obispados de Tuy, Ciudad Rodrigo y Badajoz, lo que va en contra de una bula anteriormente recibida por el monarca, además dicha concesión implicaría el cancelamiento de una armada para África que tiene como objetivo la difusión de la fe cristiana.

BMLF, Fondo Ashburnam, cód. 1792, vol. 2, pp. 29-30.

Pub.: *Monumenta Henricina*, Vol.VI, doc. 36, pp. 68-69; DOMINGOS, *Duarte e as responsabilidades*, p. 42.

145. 1437.06.27. Lisboa

Carta de Duarte de Portugal al obispo de Oporto Antão Martins de Chaves, entonces en el Concilio de Basilea, dándoles instrucciones para neutralizar la petición hecha en el Concilio por los embajadores de Castilla para devolver a la diócesis de Tuy los bienes que están en Portugal. Una vez más se habla de la guerra contra los infieles en África y ahora también de la de Granada en auxilio del rey castellano.

BMLF, Fondo Ashburnam, cód. 1792, vol. 2, p. 13 - 14.

Pub.: *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1964, Vol. VI, doc. 37, pp. 70-72; DOMINGOS, *Duarte e as responsabilidades*, pp. 44-45.

146. 1437.06.27. Lisboa
 Carta del rey Duarte a Rodrigo Anes de Asnais, su embajador en la corte pontificia, con instrucciones sobre como debe proceder ante las pretensiones de los castellanos de que les sean entregadas tierras portuguesas de las diócesis de Tuy, Ciudad Rodrigo y Badajoz y sobre el deseo de los mismos de que vuelva al obispado el arzobispado de Lisboa.
- BMLF, Fondo Ashburnam, cód. 1792, vol. 2, p. 265.
 Pub.: *Monumenta Henricina*, Vol. VI, doc. 38, pp. 73-75; DOMINGOS, *Duarte e as responsabilidades*, pp. 42-43.
147. 1439.10.06. Santiago de Compostela
 Justificación auténtica en la que consta que se pagará por los reinos de España unos obsequios a la iglesia de Santiago de Compostela que estaban en posesión por la donación que de ellos hizo el rey Ramiro.
- Pub.: *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, 1977. Vol. XII, gaveta XX, maço 1, doc. 1-14, pp. 407-413.
148. 1439.12. Lisboa
 Capítulos de cortes especiales para la villa de Caminha que se refieren a su situación de villa de frontera con relación de vecindad con La Guardia y Bayona.
- A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso V, livro 20, f. 13.
 BAQUERO MORENO, Humberto, "A representação do concelho de Caminha junto ao poder central em meados do século XV", *Revista da Faculdade de Letras*, História, II, Série, vol. VI, 1989, Oporto, doc. 1, pp. 101-102.
149. 1439. Lisboa
 Alfonso V de Portugal confirma a Vasco Ferrandes el cargo de merino del obispado de Tuy.
- A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso V, libro 18, f. 78.
 Pub.: *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, 1970, vol. IV (1431-1445), doc. 1192, p. 272.
150. 1440.05.07. Roma
 Bula *Pater Immensae Majestatis* de Eugenio IV confirmando la sentencia dada por Juan I de Portugal en la cuestión ecistente entre el obispo y Cabildo de la sede de Oporto y los agricultores residentes en las tierras de Feira de Gaia y otros lugares de la diócesis sobre el pago de los votos de santiago.
- A.D.B. CX. das Bulas, nº 4, doc. 96 A.
 Reg.: VASCONCELOS, *Bulário Bracarense*, doc. 317, p. 120.
151. 1441.06.17
 Carta de seguro para los navíos de Galicia y de Sevilla que fuesen a comerciar a Lisboa.
- A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso V, lº 2, f. 74 vº, 2º dipl.; Estremadura, lº 10, f. 48 vº, 2ª col.
 Reg.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Suplemento al Vol. I, doc. 926, pp. 518-519.

152. 1443.03.31. Lisboa
 Alfonso V concede carta de seguro, a petición del concello y hombres buenos de la ciudad de Lisboa, a todos los barcos que vienen a esta ciudad desde Galicia por el puerto de Viana y de Sevilla por el puerto de S. Vicente, desde que no hacen la guerra a los portugueses.

A.N.T.T, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 27, f. 108 v, doc. Nr. 2

153. 1443.11.28. Évora
 Alfonso V concede perdón real a Pedro Alfonso, labrador, morador en Lamalonga, termino de la Torre de Dona Chama, por la muerte de Juan Longo, gallego natural de Becerros, señorío de Galicia.

A.N.T.T, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 35, f. 235, doc. Nr. 2

154. 1444.02.29. Évora
 En las Cortes de Évora, el concejo de Valença suplica al rey que les conceda autoridad para dar cartas de seguro a los gallegos y castellanos que van a comerciar con sus navíos a la villa, en vista de las prendas y represalias que sufren y les apartan de allí.

A.N.T.T, Chancilleria de D. Afonso V, l. 24, f. 56 v; A.N.T.T, Além-Douro, lº 2, f. 2, 1ª col. .
 Pub.: ROMERO PORTILLA, op. cit., doc. 27, p. 206; FERREIRA, op. cit., doc. 53, p. 859; MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Vol. I, doc. 961, p. 525.

155. 1444.07.14. Roma
 Bula *Romanus Pontifex* de Eugenio IV en la que separa de la diócesis de Tuy la administración de Valença y del obispado de Badajoz la administración de Olivença y las incorpora al obispado de Ceuta.

A.N.T.T. Bulas, maço 4, nº 3; A.D.B. Cx. das Bulas, nº 4, doc. 99; Rer. Mem, vol. 2, sec. XVII, f. 89v.
 Pub.: MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, doc. 115, pp. 144-146.
 Reg.: VASCONCELOS, *Bulário Bracarense*, doc. 322, pp. 121-122.

156. 1445.01.12
 Carta de seguro real a los vizcainos y gallegos que fueran a Aveiro, así como a sus navíos y mercancías durante un año. Esta protección no fue extensiva a los moradores y vecinos de A Coruña ni a sus navíos, bienes y herederos.

A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso V, Libro 25, f. 58, 2º dipl.
 Pub.: MARQUES, *Descobrimientos portugueses, Lisboa, 1988. Vol. I, doc. 346, p. 442; doc. 346. pp. 624-625.*

157. 1445.01.20
 Carta de seguro real a todos los gallegos y vizcaínos que fueran a comerciar a la villa de Aveiro durante un año, a contar desde el día de la presente carta.

A.N.T.T, Chancelaria de D. Afonso V, lº 25, f. 58, 2º dipl.
 Reg.: MARQUES, *Descobrimientos Portugueses, Suplemento al Vol. I, doc. 970. p. 527.*

158. 1446.05.06

Carta de seguro real por dos años a los gallegos y otras personas de fuera del reino de Portugal, y a todos sus navíos, mercancías y marineros, que directamente fueran al puerto de Selir con sus pertenencias y de ahí llevar otras. No serían presos, acusados, ni demandados por deudas, robos o muertes que algunos del señorío de Galicia hubiesen hecho a los portugueses. Este seguro no era válido para los vecinos de A Coruña ni a sus navíos debido a los males y robos que hacían a los portugueses.

A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, f. 51v, 1.º dipl.

Reg.: MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento al Vol. I, doc. 983, pp. 529-530.

159. 1448.03.15. Oporto

Emisión de una carta, revocando una ley antigua, para permitir el comercio de la sal en la ciudad de Oporto, dicha ley dificultaba el comercio de sal con Galicia y acarrearba perjuicios para la corona. Si hubiera mucha sal los barcos gallegos irían a buscarla allí y no a otro lugar.

Gabinete de História da Cidade do Porto, livro 2º de Vereações, ff. 243-244.

Pub.: BAQUERO MORENO, Humberto, "A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da idade média", *Actas do Colóquio: Papel das Áreas Regionais na Formação da História de Portugal*, Lisboa, 1975, Academia Portuguesa de História, doc. 6, pp. 221-222.

160. 1448.10.19. Roma

Confirmación de las anexiones hechas por Juan XXIII de las rentas de algunas iglesias a la Universidad de Lisboa, anexión de otras dos más en las administraciones de Tuy y de Olivenza y nombramiento de nuevos conservadores del Estudio.

Reg. Suppl. 431, fl.183-185.

Pub.: BELTRAN DE HEREDIA, Vicente, *Bulário da la Universidad de Salamanca (1219-1549)*, Salamanca, 1967. Vol. III, doc. 1396, pp. 333-334.

161. 1449.11.12

Alfonso V rey de Portugal concede carta de seguridad al abad del monasterio de Santa María de Oya y a todos sus bienes.

A.N.T.T. Livro de Extras, f. 76.

SANTARÉM, op. cit., T. I, p. 49.

162. 1450.01.10. Évora

Alfonso V de Portugal confirma los privilegios de los frailes del monasterio de Santo Domingo en Tuy.

A.N.T.T. Livro de Extras, f. 88.

SANTARÉM, op. cit., T. I, secção III, p. 49.

163. 1451.12.15

Privilegio de protección Alfonso V para el monasterio de Santa María de Oya.

A.N.T.T. Livro de Extras, f. 116 v.

SANTARÉM, op. cit., T.I, p. 50.

164. 1452.06.27. Roma
Bula de Nicolas V *Etsi de Singulis Obis* al obispo de Évora por la cual incorpora en la diócesis de Ceuta ciertas tierras que pertenecían a las de Badajoz y Tuy y estaban en territorio portugués.

A.N.T.T. Bulas, maço 8, nº 11.

Pub.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, doc. 394, pp. 494-498.

165. 1452.08.05. Roma
Bula *Ex clementi prouisione*, de Nicolas V que, recordando la bula *Etsi de Singulis Orbis*, aprueba y confirma la bula *Romanus Pontifex*.

A.N.T.T., Bulas, maço 8, nº 16

Pub.: *Monumenta Henricina*. Coimbra: s.n., 1970. Vol XI, doc. 153, pp. 213-218.

Reg.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, doc. 396, p. 499.

166. 1455.09.29. Santarém
Provisión de Alfonso V de Portugal, a petición del abad del monasterio de Santa María de Oya y dirigida a los jueces de Valença do Miño, Camiña y Villanova, donde les ordena dar posesión de la granja de Silva al dicho abad y que no consientan que nadie le moleste en su dominio.

A.H.N. Clero. Oya, carp. 1847, nº 3. Traslado notarial.

Reg.: SÁNCHEZ, op. cit., Doc. 1358, pp. 565-566.

167. 1455.12.13. Évora
Incidente de Gonçalo Borrinho, en el trayecto de Castelo Vide para Nisa, con dos peregrinos alemanes que se dirigían a Santiago de Compostela.

A. N. T. T., Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, f. 45v.

Pub.: BAQUERO MORENO, Humberto, "Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras*, Oporto, 1986, Vol. III, pp. 77-89, Doc. 1, pp. 86-87.

168. 1456.02.29. Roma
Bula *Apostolica Sedis Provedentis* de Calixto III por la cual confirma las bulas de Eugenio IV y Nicolás V en las que separaban de los obispados de Tuy y Badajoz los bienes que poseían en el reino de Portugal y los incorporaban a la diócesis de Ceuta.

A.N.T.T., Bulas, maço 5, nº7; Archivo Secreto Vaticano, vol. 440, f. 282v.

Pub.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, doc. 136, pp. 249-253; *Monumenta Henricina*, Vol. XII, doc. 129, pp. 258-263.

169. 1456.06.18
Capítulos de agravios presentados por los moradores de Viana, Ponte de Lima y Vila do Conde, a las Cortes de Lisboa de 1456, sobre el comercio realizado con Galicia.

A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, lº 13, fl. 114.

Pub.: MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua História*, Lisboa, 1988, Supl. Vol. I, doc. 138, pp. 256-257; AZEVEDO, Pedro de, *Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Lisboa, 1934. Vol. II, doc. CCCLXIX, pp. 410-412.

170 1457.06.03. Roma
 Bula de Calixto III a los obispos de Salamanca y de Lugo para que reserven beneficios a favor de Aires Dias, Doctor en Decretos, secretario y consejero de la reina Isabel mujer de Juan II, a favor de Martinho Anes su limosnero y capellán mayor, de Rodrigo Álvares, su confesor y maestro de los Infantes, sacerdotes de las diócesis de Lisboa, Évora y Silves.

A. S. V., Reg.Vat.447, Calixti Papae III, ff. 285-287v.
 Pub.: *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, 1974, Vol. VI (1456-1470), doc. 1830, pp. 53-55.

171 1459.05.07
 Carta de privilegio de Alfonso V a los moneros de Soajo, en la que les da licencia para pasar y vender su ganado en Galicia.

A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 36, f. 90.
 Reg.: NEVES, *História florestal*, 1982, vol. II (1439-1481), doc. 400, p. 120.

173 1459.07.04. Lisboa
 Carta de Alfonso V en respuesta a una carta presentada por los procuradores de Viana, Villa Nova, Valença y Caminha de Minho en las Cortes de 1459, en ella hacen referencia a un barco que se cargaba en el Miño para Flandes y para Aragón juntando mercancías de todas las villas de la Ribera del Miño incluidas de Galicia. Piden perdón por haber comercializado con cosas vedadas y solicitan una amnistía colectiva con la promesa de no volverlo a hacer. El rey les otorga el perdón.

A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso V, livro 36, ff. 107-197v.
 Pub.: BAQUERO MORENO, *A representação*, doc. III, pp. 103-104.

174 1459.07.10. Lisboa
 Capítulos especiales de las Cortes de 1459 para los peregrinos que van a Santiago de Compostela.

Archivo Municipal de Viana do Castelo, Pergaminhos, pasta 2, nº 12.
 Pub.: BAQUERO MORENO, *Vias portuguesas de peregrinação*, pp. 77-89, doc. II, p. 13.

175. 1459.10. 23. Segovia
 Enrique IV, rey de Castilla y de León, confirma al privilegio de Juan II del juro de 4.000 maravedis a favor del Deán y Cabido de Santiago sobre las alcabalas de los paños y vinos de la ciudad de Compostela, que Pedro Cruo, regidor de Pontevedra, cambió por la viña de Rosa y heredades en la villa de Alenquer, en Portugal.

A. C. S. Cart. 9ª, nº 24. Doc. 34, p. 150.

176. 1460.10.21
 El rey de Portugal otorga carta de privilegio a los mercaderes, pilotos y marineros de Galicia, Asturias, Vizcaya y Castilla la Vieja que fueran a la ciudad de Lisboa para traer puñales y dagas, "guarnecidas e por guarnecer", sin que les puedan ser quitados.

A.N.T.T., Extras, f. 59, 1ª col.
 Reg.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Supl. Vol. I doc. 1203, p. 582.

177. 1460.10. 22. Lisboa
 Alfonso V de Portugal otorga privilegio a los capitanes, pilotos, marineros y mercaderes de Galicia y de Asturias para poder traer sus puñales y dagas.

A.N.T.T. Livro de Extras, f. 59.
 SANTARÉM, op. cit., T. I, secção III, p. 50.

178. 1462.07.01. Valença
 Mandato para que la villa de la Guarda establezca lazos de vecindad con el lugar de *Guayana* del reino de Galicia

A.N.T.T. Livro de Extras, f. 121; Chancelaria de D. Afonso V, Livro 1, f. 42, doc. Nr. 1.
 SANTARÉM, op. cit., T. I, secção III, p. 51.

179 1462.07.01. Valença
 Alfonso V de Portugal concede privilegio a la villa de Caminha, dice que ha sido informado por los hombres buenos de la villa que cada año se celebra en el día de San Benito del mes de julio una feria real, pero que los alcaldes están poniendo trabas a los gallegos que acuden a ella y por ello no quieren acudir, le piden para ello remedio. El rey mando a los alcaldes y guardas que no pusieran trabas a los que asistían a la feria, garantizando así la asistencia a la misma.

A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, livro 1, f. 40.
 Pub.: MARQUES, José, "Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV", *Bracara Augusta*, Tomo XXXII, Enero-Diciembre, 1978, doc. 4, p. 47.

180 1462.07.02. Valença
 Alfonso V de Portugal concede privilegio a la villa de Valença. Los vecinos de la villa de Valença do Minho dijeron al monarca portugués que desde tiempos de su padre y de su abuelo existía la costumbre de relaciones de vecindad con los habitantes de Galicia, intercambiando vino, carne, pescado y ganado.

A.N.T.T., *Chancelaria de Afonso V*, livro 1, f. 40v; Além Douro, livro 3, ff. 276-276v.
 Pub.: MARQUES, *Relações económicas*, doc. 6, pp. 48-49.

181. 1462.07.02. Valença
 Alfonso V de Portugal concede privilegio al monasterio de Santo Domingo de Tuy como su abuelo le concedió.

A.N.T.T. *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, f. 40, doc. 3.
 Pub.: MARQUES, *Relações económicas*, doc. 7, p. 49.

182. 1462.07.04. Monção
 Alfonso V de Portugal concede privilegio a la villa gallega de Bayona y sus terminos para establecer vecindad con sus vasallos así como con los mercaderes y señores portugueses. Se indica que no se embargue nunca ganado, monedas y armas a los moradores de Bayona y no impedirles el paso de cosas vedadas.

A.N. T.T., *Chancelaria D. Afonso V*, livro 1, f. 41; Livro de Extras, f. 50.
 Pub.: MARQUES, *Relações económicas*, doc. 5, p. 48; SANTARÉM, op. cit., T.I, secção III, p. 51.

183. 1462.07.04. Monção
 Alfonso V de Portugal concede privilegio al concello de Castro Laboreiro. Los hombres buenos del concello mandaron decir al monarca que tenían derecho desde tiempo de su abuelo para tener trato de vecindad con los habitantes de Mirandela y de Araújo que pertencen al señorío de Galicia.

A N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, ff. 41-41v; Além Douro, livro 3, f. 276V.
 Pub.: MARQUES, *Relações económicas*, doc. 9, pp. 50-51.

184. 1462.07.04. Monção
 Alfonso V confirma privilegios a los del concello y hombres buenos de la ciudad de Tuy y su término, concediéndoles licencia para libremente tengan relaciones de vecindad con los habitantes del reino de Portugal.

A N. T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 1, f. 41. doc. Nr. 4

185. 1462.07.08. Ponte de Lima
 Alfonso V de Portugal concede privilegio a la villa de Viana da Foz do Lima, autorizando a sus vecinos que lleven a los reinos de Galicia y de Castilla monedas de oro y plata para pagar las mercancías que allí compren.

A. M. V., Pergaminhos, pasta nº1, nº8, ff 9-10.
 Pub.: MARQUES, *Relações económicas*, doc. 10, pp.51-52.

186. 1462.07.08. Ponte de Lima
 Carta de Alfonso V de Portugal guardando todos los privilegios de la villa de Valadares (do Minho). En este documento se hace referencia a las amplias relaciones que mantenían desde hacía mucho tiempo los habitantes de Valadares con Galicia.

A N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, f. 42v; Além Douro, livro 3, f. 277.
 Pub.: MARQUES, *Relações económicas*, doc. 8, p.50.

187. 1463.04.20. Lisboa
 Alfonso V de Portugal escribe uan carta al cabildo compostelano recomendándole a su prima doña Filipa.

Pub.: LÓPEZ FERREIRO, Tomo VII, doc. 35, pp. 131-132.

188. 1463.06.29. Lisboa
 Privilégio otorgado al cabildo de Santiago de Compostela.

A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso V, Livro 9, f. 95.
 Pub.: BAQUERO MORENO, *Vias portuguesas de peregrinação*, doc. 3, p. 14.

189. 1465.10.10. Roma
 Súplica de Lopo Martins, sacerdote de la diócesis de Tuy, sobre el canonicato y prebenda de Tuy vacantes por el ingreso en religión de Pero Anes de S. Mateus, bachiller en Decretos.

A. S. V., Reg. Suppl. 586, ff. 197v-198.

Pub.: DOMINGUES DE SOUSA, *Monumenta Portugaliae*, Súplicas de Paulo II, nº 162; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, 1974, Vol.VI (1456-1470), doc. 2122, pp. 355-356.

190. 1469.05.21. Lisboa

Alfonso V concede privilegio a Pero Freire, escudero, morador en La Coruña del reino de Galicia, concediéndole una carta de seguro para sus mercancías y barcos cuando comercian en Portugal, salvándole de posibles represalias de los naturales de este reino.

A.N.T.T. Chancelaria de Afonso V, Livro 31, Fl. 43, Doc. Nr. 2

191. 1469.06.20. Lisboa

Alfonso V de Portugal concede privilegio a Juan Blanco, capitán del barinel (antigua embarcación de carga) Santa María de Sotroña, morador en La Coruña, reino de Galicia, concediéndole carta de seguro para sus mercancías, barcos y compañía cuando comercien en su reino.

A.N.T.T. Chancelaria de Afonso V, Livro 31, f. 56, doc. Nr. 1

192. 1471.02 .04. Santarém

Carta de mandato del rey de Portugal com poderes para fletar en Galicia y en Vizcaya las naves que el mandatario João Anes, capitán y piloto, vecino de Oporto, provea por los precios y con las cláusulas que ajuste con los respectivos señoríos y capitanes, y así darles a ellos y a los pilotos, marineros, mercaderes y mercancías que en ellas vinieren, seguro real por todo el tiempo de su venida, estancia y vuelta.

A.N.T.T. Chancelaria de D. Afonso V, liv. 16, f. 15, 2º dipl. .

Pub.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Vol. III (1461-1500), Lisboa 1988, doc. 63, p. 88-89.; VITERBO, F. M. Sousa, *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, tomo VII, parte I, p. 325.

193. 1472.01.10. Sintra

Alfonso V de Portugal perdona qualquier pena a Vicente Gil, a Fernando Eanes das Póvoas, a António Fernández, su hijo, y a Vasco Gil, mercaderes, moradores en la ciudad de Lisboa, por robar oro, plata y monedas del reino y llevarlas a Galicia para comprar cuero.

A.N.T.T. Chancelaria de Afonso V, Livro 29, f. 35 v, doc, Nr. 3

194. 1472.09.12. Coimbra

Alfonso V concede perdón real a Alfonso Eanes, marinero, morador en el couto de Caminha, acusado de la muerte de Alfonso Rodríguez, gallego, morador en Santiago del reino da Galicia, en el interrogatorio judicial que se hizo sobre las partes de la acusación se otorgó dentro del perdón general concedido a los huídos de la justicia que sirvieron en la armada y conquista de la villa de Arzila y de la ciudad de Tànger.

A.N.T.T. Chancelaria de Afonso V, Livro 29, f. 232 v, doc. Nr. 1

195. 1473.06.23. Oporto
El administrador del obispado de Tuy en territorio portugués, João Ferraz, atiende las razones presentadas por la colegiata de Santo Estêvão de Valença do Minho, anexionando perpetuamente la parroquia.
A.N.T.T., Colegiada de Santo Estêvão de Valença do Minho, nº743 (actual 1475) pasta I, m.I, Doc.36
Pub.: MORENO, Humberto Baquero, *Associação cultural galaica- minhota. 1º colóquio galaico-minhoto*. Ponte de Lima: s.n., 1981. p.173-176.
196. 1473
Los votos prometidos a Santiago de Galicia y pertenientes al arzobispado de Braga deberían ser cobrados por la medida vieja en el tiempo de las cosechas.
A.N.T.T. Maç. 2 de Accl e Cort. Doc. n. 14 fl. 57até fl. 125.
Reg.: SANTARÉM, Visconde de, *Memórias Para a História, e Theoria das Côrtes Geraes, Que em Portugal se Celebrarão pelos Três Estados Do Reino*. Lisboa, 1828, Parte 2, p. 45.
197. 1475.07. 31. Medina del Campo
Merced a Juan de la Banda, del lugar de Taviza de Santiago, que fue de Juan de Porras, regidor de Zamora, el cual lo perdió por haber estado en “la compañía del rey de Portugal”.
A.G. S., Registro General del Sello. Año 1475, f. 522.
Reg.: ORTIZ DE MONTALVÁN, Gonzalo, *Registro General del Sello*, Valladolid, 1950, Vol. I (1454-1477), doc. 581, p. 74, nueva edición Mª Asunción de Mendoza Lassalle.
198. 1476.01.10. Valladolid
Carta al concejo y vecinos de la ciudad de Orense, para que repartan entre sí 300.000 maravedís para ayudar a los gastos de la campaña que se hacía contra el rey Alfonso de Portugal y los entreguen al receptor Diego Rodríguez de Valencia, vecino de Valladolid.
A.G. S. R. G. S. Año 1476, f. 33.
Reg.: ORTIZ DE MONTALVÁN, *Registro General del Sello*, Vol. I, doc. 868, p. 107.
199. 1476.07.31. Oporto
Alfonso V de Portugal perdona a Fernão Gil, criado de Rui Gomes de Abreu, acusado de la muerte de Gonzalo Alfonso natural del reino da Galicia, en la secuencia del perdón general otorgado a los homicidas que sirvieron en Castilla y mediante el perdón de las partes.
A.N.T.T. Chancelaria de Afonso V, Livro 7, f. 18, doc. Nr. 2
200. 1477.06.07. Évora
Carta de seguro por dos años a todos los gallegos que vienen con sus navíos y mercancías a la villa de Aveiro.
A.N.T.T., Extras, f. 168 v.
Pub.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Vol. III, doc. 130, p. 172; SANTAREM, op. cit., T.I, secção I, p. 53.

201. 1477.06.23. Oporto
 João Ferraz, administrador del obispado de Tuy en territorio portugués, después de considerar las razones esgrimidas por la Colegiata de San Esteban de Valença do Minho, la anexiona a perpetuidad.
 A.N.T.T. Colegiada de Santo Estevão de Valença, nº 743.
 COSTA, *Comarca eclesiástica de Valença do Minho*, doc.7, pp. 173-176.
202. 1477.10.29. Roma
 Bula de Sixto IV mandando promover las Órdenes y conceder beneficios a João do Porto, escolar de la diócesis de Tuy y bachiller en Decretos.
 A. S. V., Reg. Lat. 779, Sixti Papae IV, f. 123.
 Pub.: *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, 1978, Vol. VII (1471-1481), doc.2763, p.445.
203. 1478.01.12. Sevilla
 Provisión, hecha a instancias del obispo de Tuy Diego de Muros, para que los jueces de Galicia no conozcan en pleito alguno mientras él esté preso en Portugal.
 A.G.S. R.G.S., Tomo II, nº 50.
 Pub.: TORRE, Antonio de la; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, Valladolid, 1958, Vol. I, doc.74, pp. 139-140.
204. 1478.06.25. Roma
 Súplica de João Alvares do Porto, clérigo de la diócesis de Tuy, bachiller en Decretos, sobre la tesorería de la colegiata de Santo Estevão de Valença, que pertenece a la diócesis de Ceuta.
 A. S. V., Reg.Suppl. 772, ff.129-129v.
 Pub.: DOMINGUES DE SOUSA, *Monumenta Portugaliae*, Súplicas de Sixto IV, nº 1310; *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Lisboa, 1978, Vol.VII (1471-1481), doc. 2776, p. 457.
205. 1478.07.05. Sevilla
 Licencia a la ciudad de La Coruña para traer sal del reino de Portugal.
 A.G.S. R.G.S., tomo II, núm.783.
 Pub.: TORRE/SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., Vol.I, doc.105, pp. 160-161.
 Reg.: ORTIZ DE MONTALVAN, Gonzalo, *Registro General del Sello*, Valladolid, 1951. Vol. II (1478-Junio 1480), doc.783, p.110.
206. 1478.09.12. Sevilla
 Carta de emplazamiento contra Fernando de Pareja, adelantado de Galicia, pasado a Portugal.
 A.G.S. R.G.S., tomo II, nº 1053.
 Pub.: TORRE/SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., Vol. I, doc.114, pp. 169-171.
 Reg.: ORTIZ DE MONTALVAN, op. cit., Vol.II, doc.1053, p.149.

207. 1479.09.04. Alcáçovas.
Capitulaciones sobre la restitución de las fortalezas de Azagala, Tuy y Ferrera, y el perdón de Antón Núñez de Ciudad Rodrigo y Juan de Porras. Con una declaración del barón de Alvito sobre la fortaleza de Ferrera, de 10-IX. Confirmadas por la reina Isabel en Trujillo el 27-IX-1479.
A.G.S. P. R. n° 4094, leg. 49, f. 60.
Pub.: TORRE/SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., Vol. I, doc. 114, pp. 371-378.
208. 1479.09.10
Declaración del barón de Alvito sobre la fortaleza de Ferrera en relación con las capitulaciones sobre la restitución de las fortalezas de Azagala, Tuy y Ferrera, de 4-IX-1479.
A.G.S. P. R., n° 4094, leg. 49, f. 60.
Pub.: TORRE/SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., Vol. I, Doc. 176, p. 378, (inserto en doc. 173, pp. 371-378)
209. 1479.09.27. Trujillo
La reina Isabel confirma las capitulaciones sobre la restitución de las fortalezas de Azagala, Tuy e Ferrera y perdón de Antón Núñez de Ciudad Rodrigo y Juan Porras, de 4 de septiembre de 1479.
A.G.S. P.R., n° 4094, leg. 49, f. 60.
Reg.: TORRE/SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., Vol. I, doc. 185, p. 382. (Inserto en doc. 173, pp. 371-378)
210. 1480.03.07. Toledo
Al arzobispo de Santiago que, cumpliendo lo capitulado por SS.AA. con el rey de Portugal, devuelva al conde de Camiña la tierra de Morrazo y feligresías anejas, todo junto a Pontevedra, que tiene en su poder.
A.G.S. R.G.S. Año 1480, f. 343.
Reg.: *Registro General del Sello*, Valladolid, 1951, Vol. II (1478-Julho 1480), doc. 2765, p. 395.
211. 1480.03.20. Toledo
Provisión a petición de doña Elvira de Gotor, viuda de Fernando de Pareja, adelantado que fue de Galicia, para que en virtud de lo capitulado con el rey de Portugal le sea devuelta su villa y fortaleza de Hinojosa de la Sierra que le tiene ocupada Sancho de Velasco.
A. G. S. R.G.S. Año 1480, f. 378.
Reg.: *Registro General del Sello*, Vol.II, doc. 2964, p. 426.
212. 1480.03.20. Toledo
Restitución a los hijos, herederos de Fernando de Pareja, adelantado de Galicia de los términos de las dehesas de las Navas del Rey, El Esperilla, Val de Tablas y Val de Infierno; se indica a las justicias que los pongan en la posesión de todo ello por razón de lo capitulado con el Rey de Portugal.
A. G. S. R.G.S. Año 1480, f. 74.
Reg.: *Registro General del Sello*, Vol. II, doc. 2980, p. 428.

213. 1480.04.30. Viana
Carta de Alfonso V de Portugal a Isabel la Católica sobre la reclamación presentada por ésta contra el conde de Camiña por daños causados en Bayona de Galicia.

A.G.S. Estado, leg.367, f. 4.

Pub.: TORRE, SUAREZ FERNÁNDEZ, op. cit, vol. II, doc. 229, pp. 46-47.

214. 1480.11.20. Medina del Campo
Carta a los justicias de Galicia ordenando proceder contra el conde de Camiña, Pedro Álvarez de Sotomayor, que hizo prisioneros durante la guerra contra Portugal a García Sarmiento y Fernando de Camba que estaban al servicio de los Reyes Católicos y, pese a lo capitulado con los portugueses, no los quiso dejar en libertad sin rescate.

A.G.S. R.G. S., tomo III, nº 779.

Reg.: TORRE/SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., Vol. II, doc.281, p. 137.

215. 1482.01.18. Évora
Capítulos especiales de los jueces, oficiales y hombres buenos de la villa de Aveiro, presentados en cortes por Martim Vaz, su procurador, con las respuestas del rey de Portugal. Se hace referencia al comercio realizado entre los naturales de aquella villa con comerciantes gallegos y de otras partes de fuera del reino.

A.N.T.T, Chancelaria de D. João II, lº 2, f. 52, 4º dipl.; Estremadura, lº 3, f. 74, 2ª col. .

Pub.: MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*. Vol. III. Doc. 383, pp. 638-644

216. 1482.02.01. Roma
Bula *Conquestus Est Nobis* de Sixto IV informando a los abades de los monasterios Ganfei, S. Salvador de la Torre y S. Juan de Arga de la diócesis de Tuy que resuelvan la queja presentada por el obispo de Ceuta Juan.

A.D.B. Cx das Bulas, nº 5, doc. 130.

Reg.: VASCONCELOS, *Bulário Bracarense*, doc. 361, p. 133.

217. 1483.12.12
Carta de confirmación de privilegio a los monteros de Soajo por la cual se les da licencia para vender y pasar su ganado a Galicia.

A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Liv. 24, f. 146v; A.N.T.T., Além-Douro, liv. 1, f. 198-198v y 198v.-199; A.N.T.T., Chancelaria D. Manuel I, liv. 32, ff. 55-55v.

Pub.: NEVES, *História florestal*, Lisboa, 1982, Vol. III (1481-1493), doc. 171, p. 59-60.

218. 1484.02.28. Roma
Bula *Equum reputamus* de Sixto IV por la cual confirma la creación de la colegiata de Viana hecha por el obispo de Ceuta Justo con el rendimiento de la iglesia de San Salvador de Viana, a quien pertenecía la administración de Tuy en la parte de Portugal hasta el río Limia.

A.D.B. Cx. Das Bulas, nº 5, doc. 133 y doc. 134; Rer. Mem. Vol. I, sec. XVII, f. 248.

Reg.: VASCONCELOS, *Bulário Bracarense*, doc. 364, p. 134.

- 219 1484.05. 21
 Carta de confirmación para Álvaro Fogaça de montero de las perdices de la aldea gallega de Merceana.
 A.N.T.T., Chancelaria D. João II, liv.23, f. 82v.
 Pub.: NEVES, *História florestal*, Lisboa, 1982. Vol. III, doc. 193, pp. 66-67.
220. 1485.04.14. Córdoba
 Provisión a Luis de Alcalá y otros arrendadores de rentas del reino de Galicia para que paguen 50.000 maravedís que la duquesa de Villahermosa prometió en dote a doña María de Portugal, mujer de Fernando de Bolea, de lo cual se había dado sentencia y carta de ejecutoria y cierto asiento entre las partes según se contiene en cédula inserta.
 A. G. S. R.G.S. Año 1485, f. 304.
 Reg.: *Registro General del Sello*, Valladolid, 1956, Vol. IV (Enero 1485-Diciembre 1486), doc.731, p.100.
- 221 1488.02.10. Zaragoza
 Para que los justicias del reino de Galicia guarden una carta por la cual el maestre de Santiago, Alfonso de Cárdenas proveyó de un priorazgo de su orden a don Juan de Portugal.
 A. G. S. R.G.S. Año 1488, f. 197.
 Reg.: *Registro General del Sello*, Valladolid, 1958, Vol. V (Enero 1487-Diciembre 1488), doc. 2356, p.342.
222. 1488.06.16. Murcia
 Carta de los Reyes Católicos a las autoridades del reino de Galicia para que restituyan a fray Álvaro del Valle el beneficio del monasterio de Santa María de Oya que le fue confiscado cuando siguió el partido del rey de Portugal.
 A.G.S. R.G.S., Año 1488, f. 464.
 Reg.: TORRE/SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., Vol. II, doc. 389, p. 344; *Registro General del Sello*, Vol.V, doc. 3246, p. 464.
223. 1488.07. Almada
 Carta credencial hecha en Almada después del Consejo sobre el matrimonio del príncipe portugués, llevada por Rui de Sande al comendador-mayor de Santiago Gutierrez de Cardenas.
 Reg.: SANTARÉM, *Quadro Elementar*, T. I, secção XV, pp. 390-391.
224. 1488.10.04. Valladolid
 Al gobernador, justicia y alcaldes mayores del reino de Galicia, para que vayan a servir a la guerra los homiciados de dicho reino, que por haber estado ausentes, en Portugal y en otras partes, no habían servido en el año 1487, prorrogándoseles el perdón concedido en 1486 a los que sirvieron en la guerra de los moros a su costa durante cierto tiempo del año 1489.
 A.G.S. R.G.S. Año 1488, f. 37.
 Reg.: *Registro General del Sello*, Vol.V, doc. 3979, p. 570.

225. 1490.03.15. Sevilla
Comisión al gobernador y alcaldes mayores del reino de Galicia, para que determinen acerca de unos paños y un navío que el concejo de Ribadeo tomó a Juan de Pinedo, vecino de la isla de San Miguel en Portugal, en arribada de viaje desde esta nación a Inglaterra.

A.G.S. R.G.S. Año 1490, f. 242.

Reg.: *Registro General del Sello*, Valladolid, 1961, Vol. VII (Enero-Diciembre 1490), doc.744, p.109.

226. 1490.07.08
Manuel de Portugal concede privilegio al administrador del obispado de Tuy por el que los jueces de Valença y otras justicias siendo requeridas por su parte o la de sus vicarios, que reciban personas en sus prisiones y no las suelten sin su permiso.

A.N.T.T. Livro de Extras, fl. 144 v.

Reg.: SANTARÉM, Quadro Elementar, T.I, secção III, p. 54.

227. 1490.10.07. Córdoba
Seguro que conceden los Reyes Católicos a Jorge de Acosta arzobispo de Braga, para que pueda cobrar las rentas que posee en Galicia.

A.G.S., R.G.S., f. 323.

Reg.: TORRE/SUÁREZ FERNÁNDEZ, op. cit., Vol. II, doc. 434, p. 391.

228. 1492.09.06. Zaragoza
Comisión a Rodrigo de Mercado, vecino y regidor de Medina del Campo, sobre el oro, plata, monedas, joyas y cosas vedadas que se han sacado por lugares del arzobispado de Toledo, pertenecientes a judíos. Al final del documento dice: "(...) Llebose otra desde donde sale el obispado de Çamora e entra el Reyno de Gallisia por todo lo que va la raya de Portugal fasta la cibdad de Tuy. (...)”

A.G.S., R.G.S. Año. 1492, f. 228.

Reg.: *Registro General del Sello*, Valladolid, 1965, Vol. IX (Enero-Diciembre 1492), doc. 2898, p. 471.

229. [1492-1493]
Fernán Gómez y Fernán Suárez proponen al alcalde Gallego que mande averiguar correctamente lo sucedido con las sacas de oro y plata del puerto de Ciudad Rodrigo.

A.G.S., D.C, Leg. 8, f. 113.

Reg.: CARRETE PARRONDO, Carlos, *Fontes Iudaeorum Regni Castellae*, I, *Provincia de Salamanca*, Salamanca, 1981, Doc. 126, p. 69.

230. 1493.02.14. Olmedo
A las justicias de Gumiel de Izán, Riaza, y otras que hagan justicia al judío converso Pero Nuñes de Santa Fe, vecino de Coruña, al cual, mientras fue al reino de Portugal tras de su mujer para arrancarla del judaísmo, se le habían movido demandas a pretexto de préstamos con logro y usura, procediéndose contra él, de lo cual se agravia.

A. G. S. R.G.S, Año 1493, f. 133.

Reg.: *Registro general del Sello*, Vol. X (Enero-Diciembre 1493), Valladolid, 1967, Doc. 366, p. 74.

231. 1493.04.03. Barcelona
 Incitativa a los alcaldes de Galicia a petición del conde de Camiña, para que le devuelvan los bienes que le fueron tomados por el conde de Ribadavia, mientras él estuvo preso en poder del rey de Portugal.
 A. G. S, R.G.S. Año 1493, f. 85.
 Reg.: *Registro general del Sello*, Vol. X, Doc. 900, p. 173.
232. 1494.04.09. Medina del Campo
 Carta de justicia a Diego Lopez de Haro, gobernador de Galicia, a petición de Alvaro de Sotomayor, conde de Camiña, para que se cumpla la capitulación asentada con el rey de Portugal, por la que los vecinos del puerto de Cangas tienen que pagarle ciertos impuestos.
 A.G. S. R. G. S., Año 1494, f. 417.
 Reg., *Registro General del Sello*, Vol. XI, doc. 1141, p. 171.
233. 1494.10.30. Madrid
 Incitativa al gobernador y alcaldes mayores de Galicia, a petición de García de Cadórniga, sobre que el conde de Benavente le tomaba sus vasallos de los lugares de "Frieras y Valdeconso", impidiéndole cobrar portazgo en un travesío que va de los dichos lugares al reino de Portugal.
 A.G.S., R. G. S., Año 1494, f. 178.
 Reg., *Registro General del Sello*, Vol. XI, doc. 3534, p. 566.
234. 1495.03.07. Madrid
 Carta para que los alcaldes mayores de Galicia entreguen al rey de Portugal unos presos que están en Bayona por haber robado dos carabelas que hacían comercio con La Mina (de Oro), isla de Madera y Flandes.
 A.G.S., R. G.S., Año 1495, f. 510.
 Reg. *Registro General del Sello*, Archivo de Simancas, Valladolid, 1974. Vol. XII (Enero-Diciembre 1495), doc. 1092, p.155.
235. 1495.03.23. Madrid
 Carta, a petición del rey de Portugal, para que los alcaldes mayores del reino de Galicia entreguen unos franceses, vizcaínos y un piloto portugués, que habían robado dos carabelas y que estaban presos en Bayona.
 A.G.S., R.S., Año 1495, f.166.
 Reg. *Registro General del Sello*, Vol. XII, doc. 1443, p. 210
236. 1496.04. 21. Setúbal
 El vizconde João de Lima del Consejo del rey, en su nombre tiene autorización para fletar barcos, con carga de 160 toneladas, de Galicia o Vizcaya para ir en una armada cuando fuera preciso.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 40, f. 51v.

237. 1497.04.29. Évora
 Atribución de carta de confirmación de João II de Portugal que inserta otra de Alfonso V al concello de la villa de Monforte do Rio Livre, en la que hace saber que Martinho de Ataíde, Conde de Atouguia, del consejo real y capitán mayor, había dicho que la villa por quedar en el extremo de Galicia se podía perder en la guerra. Se conceden varios privilegios a los habitantes.

A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 27, ff. 25-25v.

238. 1497.06.02
 El rey de Portugal confirma la autorización dada a las personas de Castilla y de Galicia para mantener relaciones de vecindad con los naturales de Portugal y pasar oro, ganado y cosas prohibidas.

A.N.T.T., *Liv. 1 de Além Douro*, f.186v-187.

239. 1497.07.02. Évora
 Los vecinos y moradores de la villa de Montalegre, Barroso, Piconha y Portelo tienen autorización para hacer cambios con los vecinos de Castilla y Galicia hasta 6.000 reales.

A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel. Liv. 30, f. 104v.

240. 1497.07.02. Évora
 Privilegio dado a los lugares de Montalegre, Barroso, Piconha y Portilho autorizandoles a pasar y cambiar cosas prohibidas con los moradores de Castilla y Galicia.

A.N.T.T., *Leitura Nova Além Douro. Liv. 1*, ff. 186v-187.

241. 1497.07.19. Évora
 Manuel de Portugal confirma todos los privilegios que habían sido dados al convento de Santo Domingo de Tuy.

A.H.N. Clero, Santo Domingo de Tuy, carp. 1874, nº 18.
 Pub.: MANSO PORTO, Carmen, *El arte de la Orden de Santo Domingo en la Galicia Medieval*, Madrid, 1991, doc. 17, p. 51.

242. 1497.08.16. Medina del Campo
 Que los alcaldes de Galicia hagan justicia a doña María de Meneses, abadesa del monasterio de Vila Conde en Portugal, la cual se concertó con Juan de Marrón, carpintero, para cierta obra, y éste, una vez cobrada cierta cantidad de maravedís, se marchó a Bayona, de donde era vecino, sin haber hecho el trabajo.

A.G.S., R.G.S., f.230.
 Reg.: URQUIJO, Maria Jesús, *Registro General del Sello*, Madrid, 1989, Vol.XIV, (Enero-Diciembre 1497), doc.1929, p.294.

243. 1497.11.03. Évora
 Merced de un oficio en la aduana para Gil Eanes de el Reguengo, morador del término de Caminha, para ocupar el cargo que había pertenecido a Brás Lopes, que se fue para Galiza por haber participado en la muerte de Alfonso Leão.

A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 28, f. 28.

244. 1497.12.22. Lisboa
 Donación de la hacienda que había pertenecido a Gonçalo Morim huído a Galicia, a Pedro Morim escudero y morador en Ponte de Lima.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 28, f. 65.
245. 1498.01.29. Lisboa
 Álvaro Dias, morador de Monção, ocupa el oficio de notario público sustituyendo a João de Lisboa que huyó para Galiza.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 28, f. 85v.
246. 1498.02.19. Lisboa
 Carta de privilegio a los moradores de la villa de Caminha para que puedan cargar las mercancías en los barcos de Galicia.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 31, f. 1021v.
247. 1498.12.08. Sintra
 Carta de confirmación de privilegio a los monteros de Soajo, por la cual se les da licencia para vender y pasar con su ganado a Galicia.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel I, liv. 32, ff. 55-55v; A.N.T.T., *Leitura Nova: Além-Douro*, liv. 1, ff. 198-198v.
 Pub.: NEVES, *História florestal*, Lisboa, 1983. Vol. IV (1495-1521) doc. 162, pp. 141-142.
248. 1499.06.07. Lisboa
 Confirmación de los Reyes Católicos de lo acordado con los del consejo del rey de Portugal sobre la extradición de malhechores que fueran de un reino para otro a través de los alcaldes mayores de Galicia.
 Pub.: BAQUERO MORENO, Humberto, "Alguns Acordos de extradição entre Portugal e Castela nos Séculos XIII a XIV", *Portugalia Historica*, vol. I, Lisboa, 1973, doc.4, pp. 99-101.
249. 1499.07.08. Lisboa
 El administrador del obispo de Tuy fue informado del privilegio que los jueces y justicias de Valença tienen en poder los pedidos de los vicarios para recibir presos y no soltarlos sin orden expresa.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 16, ff. 112v-113.
250. 1499.07.10. Lisboa
 Pensión anual de 100.000 reales dada a Isabel de Sousa asentada en la sisa (antiguo impuesto sobre artículo de consumo) de la fruta de la ciudad de Lisboa, y el pago por el rendimiento de los ramos de Oporto y de Galicia y de la castaña que viene por tierra.
 A.N.T.T., Chancelaria de D. Manuel, liv. 41, f. 101.

SIGLAS

- A.C. C., Archivo Catedral de Coria
 A.C. L., Archivo Catedral de Lugo
 A.C. O., Archivo Catedral de Ourense
 A.C. S., Archivo Catedral de Santiago
 A.C. T., Archivo Catedral de Tuy
 A. D. B., Archivo Distrital de Braga
 A. G. S., Archivo General de Simancas
 A. H. D. S., Archivo Histórico Diocesano de Santiago
 A. H. N., Archivo Histórico Nacional
 A.M. E., Archivo Municipal de Écija
 A.M. M. , Archivo Municipal de Murcia
 A.M. V., Archivo Municipal Viana do Castelo
 A. N. T. T., Archivo Nacional Torre do Tombo
 A. S. V., Archivo Secreto del Vaticano
 A. U. C., Archivo Universidad de Coimbra
 B. N. Biblioteca Nacional
 M. A. P. P. Museo Arqueológico Provincial de Pontevedra

BIBLIOGRAFÍA

- AZEVEDO, Pedro de, *Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, Lisboa, 1934.
- BAQUERO MORENO, Humberto, “A representação do concelho de Caminha junto ao poder central em meados do século XV”, *Revista da Faculdade de Letras*, História, II, Série, vol. VI, 1989, Oporto.
- “Alguns Acordos de extradição entre Portugal e Castela nos Séculos XIII a XIV”, *Portugalia Historica*, vol. I, Lisboa, 1973.
- “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras*, Oporto, 1986, Vol. III.
- “A acção dos almocreves no desenvolvimento das comunicações inter-regionais portuguesas nos fins da idade média”, *Actas do Colóquio: Papel das Áreas Regionais na Formação da História de Portugal*, Lisboa, 1975.
- BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente, *Bulário da la Universidad de Salamanca (1219-1549)*, Salamanca, 1967.
- CARRETE PARRONDO, Carlos, *Fontes Iudaeorum Regni Castellae*, I, *Provincia de Salamanca*, Salamanca, 1981.
- *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, 1984.
- *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, (1336-1340), Lisboa, 1992.
- *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Lisboa, 1969.
- *Colección de documentos para la Historia del Reino de Murcia*, VIII. *Documentos de Enrique II*, Murcia, 1983.
- *Corpus codicum latinorum et portugalsium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum iussu curiae Municipais editum*, 1956.
- COSTA, Padre Avelino Jesus da, “Comarca eclesiástica de Valença do Minho: antecedentes da diócesis de Viana do Castelo”, en *I Coloquio Galaico-Minhoto*, Ponte de Lima, 1981.

- ARNAUT, Salvador Dias, *A crise nacional dos fins do século XIV, I*, Coimbra, 1960.
- COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Montaral, Braga. Porto Franciscara 1968.
- DURO PEÑA, Emilio, *Catálogo de los documentos privados en pergamino del Archivo de la Catedral de Orense (888-1554)*, Orense, 1973.
- FERREIRA PRIEGUE, Elisa, *Galicia en el comercio marítimo medieval*, Santiago de Compostela, 1988.
- GUTIÉRREZ DEL ARROYO DE VÁZQUEZ DE PARGA, Consuelo, *Privilegios reales de la Orden de Santiago en la Edad Média: catálogo de la serie existente en el Archivo Histórico Nacional*, Madrid.
- *Índice de la Colección de Don Luis de Salazar y Castro*, Antonio de Vargas-Zúñiga y Montero de Espinosa, marqués de Siete Iglesias, Real Academia de la Historia, Madrid, 1979.
- JAVIERRE MUR, Aurea, "Documentos para el estudio de la Orden de Santiago en Portugal en la Edad Media", en *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, Tomo II, *Bracara Augusta*, vol. XVI-XVII, 1964.
- LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónicas dos reis de Portugal, Chronica del rei Dom Fernando*. Oporto, 1975.
- LEIRÓS FERNÁNDEZ, Eladio, *Catálogo de los pergaminos monacales del Archivo de la S. I. Catedral de Orense*, Santiago, 1951.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. Pedro*, 1977.
- *Crónica do Senhor rei Dom Fernando, nono rei destes regnos*. Oporto, 1979.
- LÓPEZ FERREIRO, Antonio, *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, Santiago, 1903.
- LUCAS ÁLVAREZ, Manuel - LUCAS DOMÍNGUEZ, Pedro, *El priorato benedictino de San Vicenzo de Pombeiro y su colección diplomática en la Edad Media*, A Coruña, 1996.
- MANSILLA, Demetrio, *La documentación española del Archivo del "Castel S. Angel" (395-1498)*, Roma, 1958.
- MANSO PORTO, Carmen, *El arte de la Orden de Santo Domingo en la Galicia Medieval*, Madrid, 1991.
- MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história*, Lisboa, 1988.
- MARQUES, José, *Cartas inéditas de D. João I do Arquivo Histórico Nacional de Madrid*, Braga, 1985.
- "D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais Galaico-Leonesas no norte de Portugal", *Brigantia*, XII, 4, (1981),
- "O Mosteiro do Oia e a granja da Silva no contexto das relações luso-castelhanas nos séculos XIV e XV", Oporto, *Revista de História*, 1985.
- "Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV", *Bracara Augusta*, Tomo XXXII, Enero-Diciembre, 1978.
- *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média: o Censual do Cabido de Tui para o arcediogo da Terra da Vinha 1321*, Braga, 1994.
- MARTÍN MARTÍN, José Luis, *Documentación medieval de la Iglesia Catedral de Coria*, Salamanca, 1989.
- MARTÍNEZ SALAZAR, Andrés. *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*, La Coruña, 1911.
- NEVES, Carlos M. Baeta - ACABADO, Maria Teresa Barbosa - ESTEVES, Maria Luísa, *História florestal, agrícola e cinegética*, Lisboa, 1980.
- NUNES, Eduardo, *Dom Frey Gomez Abade de Florença, 1420-1440*, Braga, 1963.
- ORTIZ DE MONTALVÁN, Gonzalo, *Registro General del Sello*, Valladolid, 1951.
- PEREIRA, Gabriel, *Catálogo dos pergaminhos do cartorio da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1880.
- PINTO, Leite, Eng.º Prof. Discurso da Sessão de Encerramento do Congresso. *Congresso Histórico de Portugal Medieval*, Braga; 1965.
- PORTELA SILVA, María José - GARCÍA ORO, José, *La Iglesia y la ciudad de Lugo en la Baja Edad Media. Los señoríos. Las instituciones. Los hombres*. Santiago de Compostela, 1997. Cuadernos de Estudios Gallegos. Anexo XXIV.

- PRIETO CANTERO, Amalia, *Catálogo V Patronato Real*, Valladolid, 1946.
- RAU, Virginia, *Feiras Medievais Portuguesas: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, 1982.
- *Registro General del Sello*, Vol. IV (Enero 1485-Diciembre 1486), Valladolid, 1956.
- *Registro General del Sello*, Vol. V (Enero 1487-Diciembre 1488), Valladolid, 1958.
- *Registro General del Sello*, Vol. VII (Enero-Diciembre 1490), Valladolid, 1961.
- *Registro General del Sello*, Vol. IX (Enero-Diciembre 1492), Valladolid, 1965.
- *Registro general del Sello*, Vol. X (Enero-Diciembre 1493), Valladolid, 1967.
- *Registro General del Sello*, Vol. XII (Enero-Diciembre 1495), Valladolid, 1974.
- ROMANÍ MARTÍNEZ, Miguel, *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa Maria de Oseira (Ourense) 1025-1310*, Santiago, 1989.
- ROMERO PORTILLA, Paz, *Dos monarquías medievales ante la modernidad: relaciones entre Portugal y Castilla*, La Coruña, 1999.
- SÁNCHEZ BELDA, Luís, *Documentos reales de la Edad Media referentes a Galicia: catálogos de los conservados en la sección do Clero del Archivo Histórico Nacional*, Madrid, 1953.
- SANTARÉM, Visconde de, *Memórias para a história, e theoria das côrtes geraes, que em Portugal se celebrarão pelos três estados do reino*, Lisboa, 1828.
- *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*, Paris, 1842-1866.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1969.
- SANZ FUENTES, María Josefa, "Relaciones entre Castilla y Portugal en el tránsito de los siglos XIV al XV. Fuentes documentales en el archivo Municipal de Ecija" *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III, Porto, 1989.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, L., *Historia del reinado de Juan I de Castilla*, 1982.
- *Navegación y comercio en el Golfo de Vizcaya. Un estudio sobre la política marinera de la Casa de Trastámara*, Madrid, 1959.
- "Política Internacional de Enrique II", *Hispania*, nº LXII, 1956.
- *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Henrique (1393-1460)*, Madrid, 1960.
- TORRE, Antonio de la - SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, Valladolid, vol. I. 1958, vol. II, 1960.
- URQUIJO, María Jesús, *Registro General del Sello*, Vol. XIV, (Enero-Diciembre 1497), Madrid, 1989.
- VASCONCELOS, Maria da Assunção Jacome; ARAÚJO, António de Sousa, *Bulário Bracarense. Sumários de diplomas Pontificios dos séculos XI a XIX*, Braga, 1986.

Patrícia Costa²

Para o “socorro da Índia”: o Município do Porto e a fiscalidade régia depois da Guerra da Restauração¹

R E S U M O

Este trabalho pretende estudar as relações entre a administração central e a administração local em torno da fiscalidade, após a Guerra da Restauração, a partir de um estudo de caso. Em 1672 é pedida pela Coroa uma soma ao Cofre dos Sobejos das Sisas do Porto para a construção de Armadas no Estaleiro da Ribeira do Ouro para “o socorro da Índia”. Em torno deste pedido de despesa extraordinária estudamos, a uma escala micro, através da correspondência trocada entre a Coroa e o município do Porto, os comportamentos e reacções suscitados a nível municipal, bem como a forma como a Coroa resolve e justifica a sua posição.

No presente estudo propomo-nos a analisar a articulação entre a administração central e a administração local no âmbito da fiscalidade, num contexto temporal e espacial específico: a relação entre o Município do Porto e a Coroa no período imediato ao fim da Guerra da Restauração.

Neste sentido, coloca-se a questão do comportamento fiscal dos municípios, em particular o do Porto, perante um previsível alívio da pressão fiscal exercida por parte da Coroa. Isto porque, um dos estandartes da Restauração fora a promessa de pôr um fim à carga fiscal imoderada e ilegítima do período filipino (uma vez que a situação de guerra não permitira o fim da tributação extraordinária)³.

Contudo, se, por um lado, nas Cortes de 1668 ficara estipulado o fim dos tributos⁴ que a assinatura da paz com a Espanha tornara inúteis, por outro, nessas mesmas Cortes é votada uma contribuição para despesas militares⁵.

¹ O presente texto resulta da comunicação apresentada no *XXVI Encontro da APHES* em Ponta Delgada, Universidade dos Açores, a 18 de Novembro de 2006. Este artigo encontra-se mais desenvolvido na nossa tese de Mestrado, entretanto defendida, para a qual remetemos: “Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gostar: as despesas municipais do Porto após a guerra da Restauração (1668-1696”, Porto FLUP, 2008.

² Mestre em Estudos Sociais e Regionais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

³ Vide HESPANHA, 1993, p. 203 e ss.

⁴ Medida levada a cabo através da *Resolução* de 10 de Abril de 1668, in SILVA, 1854-1859, vol.: 1657-1674, p. 146.

⁵ *Regimento* de 23 de Agosto de 1668, in THOMAZ, 1843, vol.2, p.211. Regimento do lançamento da contribuição «para despesas dos Presídios que pareceu necessario haverem de ficar nas Praças das Províncias do Reino» e «para pagamento do que se ficou devendo aos Assentistas». No *Alvará* de 3 de Setembro de 1668 (in SILVA, 1854-1859, vol.: 1657-1674, p.153) é feita a repartição desta contribuição pelas Comarcas do Reino.

De facto, ao avançarmos no estudo da legislação⁶, produzida em 1668 e nos anos seguintes, aferimos indicadores de continuidade da pressão fiscal no pós-guerra, tais como: a manutenção de determinados impostos canalizados para despesas militares (por exemplo, em 1669 é mandado retomar o Real de Água para a fortificação das fronteiras⁷), e o lançamento de contribuições extraordinárias para pagar dívidas contraídas durante a guerra⁸ e evitar a guerra com a Holanda⁹.

Note-se que os indicadores mencionados concernem a questões militares resultantes, quer de um endividamento originado pelos 28 anos de guerra, quer de tentativas de defesa das colónias e comércio de ataques externos¹⁰. Aliás, as despesas de guerra e a fiscalidade andaram quase sempre de *mãos dadas* neste período de construção do Estado Absoluto e, conforme nos diz Sérgio da Cunha Soares: «empurram e configuram o novo molde estatal, instrumentalizando os municípios»¹¹. Será este um indício da passagem do “Estado patrimonial” para o “Estado fiscal” em Portugal de acordo com o modelo de “sociologia fiscal” de Schumpeter¹²?

Paralelamente, na documentação local, como em seguida demonstraremos, encontramos outras informações, ausentes na legislação acima referida, reveladoras da pressão fiscal exercida pela Coroa sobre o poder local, nomeadamente, pedidos extraordinários de quantias por parte da Coroa as Cofres municipais.

Assim, a uma escala micro, apresentamos agora um exemplo dos comportamentos e reacções geradas por um desses pedidos régios a um dos principais municípios do Reino, nomeadamente a nível económico, o Porto.

Ao examinarmos o livro de despesas do Cofre dos Sobejos das Sisas desta Cidade¹³, logo após o balanço final do quarto quartel de 1671, ou seja, depois do registo das despesas desse quartel, é descrita uma reunião, com data de 12 de Janeiro de 1672¹⁴, na Sacristia do Convento

⁶ O levantamento desta legislação foi feito, para o período entre 1668 e 1715 (que marca o fim da Guerra de Sucessão de Espanha), nas seguintes obras: RIBEIRO, 1805-1820; SILVA, 1854-1859; THOMAZ, 1843.

⁷ *Carta Régia* de 18 de Julho de 1669, in RIBEIRO, 1805-1820, vol.I.

⁸ O lançamento da contribuição para pagamento dos Presídios e dos Assentistas acima referidos (*Regimento de 23 de Agosto de 1668* in THOMAZ, 1843, vol.2, p.211).

⁹ *Carta Régia* de 13 de Outubro de 1668, in SILVA, 1854-1859, vol. 1657-1674, p.164. Aumento do lançamento da contribuição imposta no mesmo ano (*vide nota supra*) «a fim de preencher a quantia de 300 mil cruzados, que se hão de dar aos Holandeses, para evitar o rompimento da guerra com os mesmos».

¹⁰ Como nos diz António M. HESPAÑA, 1993, p. 232: «...a situação financeira não permitia grandes alvíos (...) E, quer porque o fim da guerra no Atlântico, no Brasil e na Índia terá ainda que esperar por um complicado processo de ajustamento de tréguas e, muito mais tarde, de paz definitiva com os antigos inimigos, quer porque a Índia já não é, de há muito tempo, o que era e o Brasil ainda demorará a ser o que virá a ser, do ultramar não se esperam grandes ajudas.»

¹¹ SOARES, 2002, vol. III, p. 401. A este propósito, Álvaro Ferreira da Silva (SILVA, 2004, p. 239) refere que: «as finanças públicas portuguesas sofreram processos de transformação da sua estrutura induzidos por choques fiscais do lado das despesas militares»; e continua afirmando: «Nenhum Estado Europeu ficou insensível a esta pressão. Existiram, no entanto, várias modalidades de adaptação a este acréscimo da despesa pública e uma distinta capacidade de fundamentar as reformas necessárias à implantação de um “Estado Fiscal”».

¹² O modelo de “sociologia fiscal” de Joseph A. Schumpeter é apresentado por Álvaro Ferreira da Silva (SILVA, 2004, pp. 237-238).

¹³ A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486.

de São Francisco (local aonde se encontrava depositado este Cofre na época). Nesta reunião juntaram-se: o Sindicante ou Juiz do Cofre, o Juiz de Fora e os Vereadores da Câmara para assistirem à leitura de duas Cartas Régias do dia 2 desse mês, uma dirigida ao Doutor Gonçalo de Meireles Freire, Sindicante do Cofre dos Sobejos das Sisas e Desembargador da Relação do Porto, e outra dirigida à Câmara Municipal do Porto. Em ambas as cartas o Rei pedia que pela necessidade que havia de acudir ao socorro da Índia, se retirasse do Cofre dos Sobejos todo o dinheiro aí remanescente, depois de pagas as despesas ordinárias do último quartel do ano anterior; a quantia deveria ser entregue ao Feitor da Ribeira do Ouro mediante a apresentação de um Conhecimento. Daqui e de registos posteriores, que indicaremos adiante, se conclui que a verba solicitada serviria para a construção de embarcações para a Armada nos estaleiros de Lordelo do Ouro, a Ribeira Ouro¹⁵.

Porém, o que nos parece mais interessante nestas duas cartas do Monarca é o que as distingue. Ou seja, na Carta que o Rei escreve ao Sindicante do Cofre avisa que escreveu a carta dirigida ao Juiz, Vereadores e Procurador da Câmara e ordena que o Sindicante não lhes entregue essa carta senão depois de os ter chamado e de estes estarem junto do Cofre. Certamente o Monarca antecipou uma reacção pouco favorável da Câmara perante este pedido de despesa extraordinária ao Cofre. Além disso, sabemos que os membros da Câmara detinham a maioria das sete chaves¹⁶ que abriam o Cofre, sendo a sua presença essencial para a abertura deste e posterior retirada de quantias.

Ainda na primeira carta, o Monarca manda que, caso alguém tivesse dúvidas quanto a este pedido, lhas fosse representar pessoalmente, mas que, mesmo assim, a entrega do dinheiro existente no Cofre devia ser executada. Ao mesmo tempo, ordena que seja remetida à Coroa, com a maior brevidade, uma relação detalhada da receita e da despesa de todos os quartéis registados nos livros que serviam naquela altura¹⁷. Esta última atitude do Rei demonstra-nos uma pretensão de imiscuir-se nos procedimentos contabilísticos da Câmara, ao querer controlar se os livros andavam ou não correctamente feitos, numa época em que, de acordo com o contrato das sisas, só deveria interessar à Coroa se o total previsto do cabeção lhe era entregue ou não.

¹⁴ A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.64-67v. Estas duas Cartas Régias encontram-se igualmente copiadas nos livros do A.H.M.P. *Próprias do Cofre*, cota: A-PUB/3476, fl. 240 e *Livro que serve dos Registos dos Alvarás, Provisões do Cofre de Esta Cidade do Porto*, cota: A-PUB/ 3508, fl. 34.

¹⁵ Note-se que no período de 1658 a 1676 o Feitor da Ribeira do Ouro, Bento Correia da Costa, teve a seu cargo a construção de pelo menos 4 galeões (RAU, 1984).

¹⁶ Nos vários livros de receita e despesa deste Cofre ele é por várias vezes denominado "Cofre das Sete Chaves" (A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*).

¹⁷ A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.64v: «uma relação pormenor da Resseita de cada coartel com distinção das rendas de que prosedeu e do dinheiro que avia [...] coando comerão os Livros que oie servem e outra também pormenor da despeza pera entender o que nisto ai e a brevidade de tudo vos encomendo muito».

Na carta dirigida ao Senado da Câmara do Porto, o Rei apela à ideia de que o município podia e devia participar em questões governativas¹⁸, auxiliando o Reino, e utiliza expressões como: «pella nessesidade que ai de socorrer a India e ser prezizo valer pera isso de todos os meos», ou ainda, «fico eu do vosso vello e cuidado [...] nesta ocasião de maneira que tenha que vos agradecer»¹⁹.

Por fim, outra prova de que o Rei antevia que a execução desta ordem não seria pacífica é o facto de, conforme explica na carta dirigida ao Juiz do Cofre, ter mandado escrever ao Conde Governador para, e passamos a citar: «que sendo necessario vos assista e vos de todo o favor que vos for nessesario pera melhor execução do que por esta vos ordeno»²⁰.

Tal como o Rei antecipara, a reacção dos Vereadores não se fez esperar. No registo da reunião na sacristia de S. Francisco podemos ler a sua argumentação, quase que em forma de protesto, cuja linguagem e discurso passamos a comentar.

Na sua essência o discurso do Senado da Câmara relembra ao Rei o passado, a Lei – o contrato de encabeçamento das sisas feito por D. Sebastião nos anos de 1564 e 1565 – que o Rei agora parece ignorar, mas que os seus antecessores sempre confirmaram.

De um modo mais detalhado, segundo o texto em análise, o município cumpria a sua parte do contrato pelo qual «se obrigou esta cidade e povo della a pagar o encabesamento que lhes coube contentandoce o dito Senhor com a dita contia e só a ella ficou obrigada a sidade e povo, que quando faltace se obrigou a o prefazer fintandoce pera isso e suposto os mercadores desta sidade tomarão sobre si o prejuizo e danno de sastifazer toda a contia em cazo que não bastacem as rendas por consecuencia infalivel devião tambem ter o subeo do crescimento dellas em caso que o ouvece (...) pera gastar em as nesesidades, e bens publicos desta sidade com o que foi nisto contratar com ella o senhor Rei dom Sebastião não só pello dito modo mas fazer lhe merce e doação dos sobejos em gratificação da cidade»²¹.

Em suma, neste excerto do texto são abordados três pontos essenciais: primeiro, o município do Porto pagava o cabeção das sisas à Coroa de acordo com o seu contrato; segundo, mesmo quando havia falta de dinheiro para o cabeção o Porto satisfazia-o sobrecarregando aqueles que exerciam a principal actividade do município, os mercadores; e terceiro, o sobejo das sisas pertencia à cidade desde o tempo de D. Sebastião.

A seguir, é alegada a contínua confirmação do contrato de encabeçamento em Cortes, nomeadamente durante o período de dominação filipina: «[o contrato] se confirmou sempre pelos senhores reis deste reino como foi no tempo em que tinham o governo delle os Reis de Castela jurando de o não alterarem»²². Claro que, se até os “Reis de Castela”, entendendo-se

¹⁸ De acordo com o que lemos em Pedro CARDIM, 2005, p.411: «A cultura política dos séculos XVI e XVII teve na ideia de representação um dos seus elementos mais marcantes. A noção de que os representantes dos diversos corpos sociais podiam e deviam participar no processo governativo está muito presente na literatura coetânea, surgindo nos tratados que discorrem sobre os deveres do rei, nos livros dedicados ao governo do reino, ou nos escritos sobre os direitos e as obrigações dos membros da comunidade política.»

¹⁹ A.H.M.P – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.64v.

²⁰ A.H.M.P – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.65.

²¹ A.H.M.P – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.65v-66.

²² A.H.M.P – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.66v: neste texto são a seguir indicados os anos das Cortes em que o contrato foi confirmado por cada um dos Filipes.

estes como governantes ilegítimos de Portugal, confirmaram o contrato de encabeçamento: «sendo restetuida a Coroa de Portugal a seu legitimo susesor o senhor Rei dom João o Coarto da saudoza memoria o mesmo jurou e confirmou em as Cortes que selebrou em o anno de seissentos corenta e hum»²³. Ou seja, este pedido régio de dinheiro dos sobejos das sisas tornava-se ilegítimo a partir do momento em que violava um contrato estabelecido por lei e sucessivamente confirmado em Cortes.

A ênfase dada às Cortes é outro dos argumentos fortes do discurso da Câmara. A sua valorização atribuir-se-á ao facto de a Assembleia de Cortes ser a instituição representativa de os sistema político português em que, de um modo mais evidente, se materializava o direito de os poderes locais participarem, em conjunto com o Rei, no processo decisório do governo, no estabelecimento da Lei, sobretudo no que diz respeito ao lançamento de novos tributos²⁴. Mas, na segunda metade do século XVII, deparamo-nos com uma diminuição progressiva da intervenção das Cortes em matérias fiscais, rumo à sua extinção, o que terá provocado um «empenho dos corpos sociais em preservar a sua vitalidade política face à afirmação do poder régio, procurando manter abertos os canais de comunicação entre os representantes do reino e o monarca»²⁵.

Sem mais argumentos, a Câmara salvaguarda: «que todas estas rezoins e outras coom todos os documentos delas tinhão representado a Sua Alteza de que fora servido mandar imformar sobre ella que não tinhão noticia que se tivece desedido e que em cazo que fosse contra a sidade avião de requerer ao dito senhor pera que lhe não tirace as forças e liberdades della»²⁶. E a Câmara passa das palavras aos actos. Na Vereação²⁷ do dia seguinte ao da reunião em S. Francisco, é feita a eleição de representantes da Câmara para irem a Lisboa falar com o Rei sobre este assunto, sendo eleitos os Vereadores e o Sindico da Câmara.

No entanto, apesar das provas apresentadas de *ilegitimidade* deste pedido régio, o Porto cede e entrega o dinheiro «com protesto de não prejudicar ao limite da sidade»²⁸ numa atitude magnânima por «respeito ao aperto em que o reino esta de presente e que a ocazião pera que Sua Alteza que Deos goarde mandava pedir o dito dinheiro»²⁹. O Porto responde deste modo aos anteriores apelos da Coroa à sua participação no governo do Reino³⁰.

Contrariamente ao que poderíamos pensar pelo discurso da Câmara, este tipo de comportamento fiscal da Coroa para com o município do Porto (e provavelmente para com outros), não constituiu um caso isolado. Cruzando o nosso estudo de caso com o que se passou antes e depois no Porto, relativamente a este tipo de despesas, detectamos um padrão de continuidade.

²³ A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.66v.

²⁴ CARDIM, 2005.

²⁵ CARDIM, 2005, p. 431.

²⁶ A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.66v-67.

²⁷ A.H.M.P. – *Vereações*, (Acta de 13 de Janeiro de 1672), cota: A-PUB/61.

²⁸ A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.67.

²⁹ A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.67.

³⁰ Veja-se a nossa análise, neste texto, da Carta Régia dirigida à Câmara do Porto de 12 de Janeiro de 1672 (A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.64-67v).

Recuando ao período filipino encontramos provas de que o recurso a verbas municipais, neste caso do Porto, para despesas militares do Estado era um comportamento recorrente. Os mesmos Filipes que, segundo a Câmara, no nosso estudo de caso, confirmaram e juraram o Regimento do encabeçamento das Sisas em Cortes, solicitaram por mais que uma vez a retirada de dinheiro dos Sobejos para a Armada³¹. E a reacção do Senado da Câmara do Porto qual foi? Idêntica à acima apresentada: argumenta-se com o Rei alegando que o dinheiro pertencia à Cidade, enviam-se representantes à Corte tentando demover o Rei do propósito, faz-se protesto. Tudo isto sem se conseguir travar os intentos da Coroa.

Relativamente ao período da Guerra da Restauração, não nos é possível adiantar muito acerca das despesas do Cofre dos Sobejos das Sisas visto que não encontramos registos de contas desse Cofre entre 1635 e 1670 (período que chega a ultrapassar o da guerra da Restauração).

Partindo do que nos diz Francisco Ribeiro da Silva, acerca das duas últimas décadas da dominação filipina, e passamos a citar: «As circunstâncias e as necessidades de dinheiro levavam o Monarca a reeditar as provisões que mandavam que os Crescimentos fossem entregues ao Conselho da Fazenda»³²; poderemos talvez concluir que o mesmo procedimento se arrastou ao longo do período de guerra.

Por outro lado, António Cruz³³ refere que nos Capítulos Especiais, apresentados pelos Procuradores do Porto às Cortes de Janeiro de 1668, a cidade se queixava que, por causa da guerra e conseqüente redução do comércio, as rendas do concelho destinadas a satisfazer o cabeção das sisas haviam sofrido uma apreciável redução. Se não havia sequer dinheiro para o cabeção, então não existiam sobejos?! Claro que os capítulos às Cortes são frequentemente exagerados e neste contexto talvez o Porto estivesse a tentar dissuadir o Monarca da exigência de mais contribuições à Cidade para gastos da Fazenda. Mas esta manobra do Porto, a ser verdadeira, não terá adiantado muito pois numa Carta de 3 de Maio de 1670³⁴, altura para que ainda não temos registos de despesa do Cofre dos Sobejos no Porto³⁵, o Rei manda que o Corregedor da Comarca do Porto faça recolher o dinheiro das Sisas num cofre, sem que dele possa sair.

De qualquer modo, deixamos todas as hipóteses em aberto.

Quanto ao período posterior ao do caso aqui apresentado, percorrendo os registos de contas do Cofre dos Sobejos, aferimos que pelo menos até 1679, no fim de praticamente todos os quartéis, são retiradas verbas do Cofre, por ordem régia, a serem entregues ao Feitor da Ribeira do Ouro. Perante estas despesas extraordinárias são, por várias vezes, registados no livro de despesas os protestos do Senado da Câmara. A atitude de resignação surge bem ilustrada num

³¹ SILVA, 1988, pp. 937-938. Aqui encontramos referências a contribuições solicitadas pelo monarca aos Sobejos das Sisas para serem aplicadas às Armadas régias nos anos de 1618 e 1621. O autor descreve, de forma mais detalhada, o processo decorrente do pedido régio de 19 de Fevereiro de 1618.

³² SILVA, 1988, pp. 940.

³³ CRUZ, 1960, p. 10

³⁴ *Carta Régia* de 3 de Maio de 1670, in SILVA, 1854-1859, vol. 1657-1674, p.182. Aliás, por *Carta Régia* de 5 de Abril desse ano, a ordem tinha sido dada para todo o Reino (in SILVA, 1854-1859, *Idem*).

³⁵ O livro de despesas do Cofre dos Sobejos das Sisas que temos vindo a citar é o primeiro de que temos conhecimento após um “interregno” de 35 anos e só contém registos a partir de 4 de Novembro de 1670 (A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486).

excerto de 1673, assumindo-se agora que esta não era a primeira vez que tal sucedia: «não dovidavão acestir com o dito dinheiro a Sua Alteza como leais vassallos como em muitas ocaziõens avião acudido»³⁶.

Tal como os pedidos régios de contribuições para despesas militares ao Porto são um comportamento recorrente, da mesma forma o são as atitudes contestárias do município face à fiscalidade régia. Já o verificamos através da análise de fontes municipais levada a cabo por Francisco Ribeiro da Silva, vejamos também o que nos diz, num trabalho de síntese relativo ao reino, António de Oliveira³⁷.

Este autor retrata o município do Porto como um dos principais centros de revolta e contestação anti-fisco nas décadas de 20 e 30 do século XVII, acabando por ser castigado pelo governo que lhe impõe os novos tributos por regalia. Mas, como nos diz o mesmo autor: «No fim de Setembro de 1635, porém, já a câmara do Porto havia “respondido belamente a estas imposições do real de água e quarta parte das sisas”, como informa a correspondência de um jesuíta. E no mês seguinte, a mesma fonte avisava para Coimbra: “cá (no Porto) não se consentiu até agora em tributos; esses de Coimbra cuidio se deixaram logo convencer do sermão”»³⁸.

Da mesma forma que nos foi possível detectar padrões de continuidade temporal quer no comportamento fiscal da Coroa perante o município do Porto, quer nas reacções deste município face àquele comportamento, julgamos que seria interessante um estudo comparativo com outros municípios do reino. Porém, a produção historiográfica portuguesa na área da fiscalidade municipal, raramente se reporta a este período. A nosso ver, é quase certo que a Coroa terá feito pedidos idênticos ao do nosso estudo a outros municípios, indo a sua fiscalidade para além do lançamento de tributos aplicados a todo o reino que a legislação nos revela. Prova disto, encontramos no trabalho de Sérgio da Cunha Soares sobre o município de Coimbra, dos poucos que estuda o pós-guerra, aonde nos é revelado que, tal como outras, a Câmara de Coimbra supriu sérias limitações do poder régio em matéria militar não só durante a Guerra da Restauração, mas também noutras conjunturas de hostilidade³⁹.

Assim, e ao que tudo indica, o “socorro da Índia” terá custado caro aos Cofres municipais portugueses.

³⁶ A.H.M.P – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486, fl.117.

³⁷ OLIVEIRA, 1986.

³⁸ OLIVEIRA, 1986, p. 89.

³⁹ SOARES, 2002, vol. III, p.7-9.

Abreviaturas:

A.H.M.P.: Arquivo Histórico Municipal do Porto

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

A.H.M.P. – *Cofre da Cidade. Despesas*, (1670-1679), cota: A-PUB/3486.

A.H.M.P. – *Livro que serve dos Registos dos Alvarás, Provisões do Cofre de Esta Cidade do Porto*, cota: A-PUB/ 3508

A.H.M.P. – *Próprias do Cofre*, cota: A-PUB/3476

A.H.M.P. – *Vereações*, (1671-1679), cota: A-PUB/61

Fontes Impressas

RIBEIRO, João Pedro, 1805-1820 – *Índice Chronológico remissivo da legislação portuguesa posterior à publicação do Código Filipino*, Lisboa, Academia Real de Ciências, 6 vols.

SILVA, José Justino de Andrade e, 1854-1859 – *Collecção chronologica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de J.J. A. Silva, e outras, 10 vols.

THOMAZ, Manuel Fernandes, 1843 – *Repertorio geral, ou indice alphabetico das leis extravagantes do reino de Portugal, publicadas depois das ordenações (...) 1771-1822*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2 vols.

Bibliografia

CARDIM, Pedro, 2005 – *A Representação no Sistema Político Português dos Séculos XVI a XVII*, in FONSECA, Fernando Taveira da (coord.), “O Poder local em tempo de globalização: uma história e um futuro”, Viseu, C.H.S.C., pp.411-434.

CRUZ, António, 1960 – *As Sisas do Porto seiscentista*, Porto, separata de “Bibliotheca Portucalensis”, Porto, vol. III (1959), pp.5-22.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1965 – *Finanças públicas e estrutura do Estado*, in SERRÃO, Joel (dir.), “Dicionário de História de Portugal”, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. II, pp.244-264.

GONÇALVES, Iria, 1971 – *Sisas*, in SERRÃO, Joel (dir.) – “Dicionário de História de Portugal”, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. IV, pp.1-2.

HESPANHA, António Manuel (coord.), 1993 – *O Antigo Regime (1620-1807)*, in MATTOSO, José (dir.) – “História de Portugal”, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. IV.

OLIVEIRA, António de, 1986 – *Fiscalidade e Revolta no Período Filipino*, in “Primeiras Jornadas de História Moderna”, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa (Linha de História Moderna).

POTTER, Mark, 2003 – *War Finance and Absolutism State Development in Early Modern Europe: an examination of French venality in the Seventeenth century*. In “Journal of Early Modern History” [em linha], s/l, Brill Academic Publishers, Volume 7, Numbers 1-2, 2003, pp. 120-147(28).

[Consultado: Outubro de 2006]. Disponível em <http://ejournals.ebsco.com/>

RAU, Virgínia, 1984 – *Achegas para o estudo da construção naval durante os séculos XVII e XVIII na Ribeira do Ouro – Porto*, in RAU, Virgínia – “Estudos sobre história económica e social do Antigo Regime”, Lisboa, Ed. Presença, 1984, p.270-283.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1965 – *Lisboa, Cortes de (1668)*, in SERRÃO, Joel – “Dicionário de História de Portugal”, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. IV, p.781.

- SILVA, Álvaro Ferreira da, 2004 – *Finanças Públicas*, in LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da – “História Económica de Portugal. 1700-2000”, vol. I. “O século XVIII”, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 237-262.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1988 – *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, Arquivo Histórico, 2 vols. (Col. *Documentos para a História do Porto*, XLVI)
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1993 – *O Porto e as Cortes no século XVII ou os Concelhos e o Poder Central em tempos de Absolutismo*, in “Revista da Faculdade de Letras. Historia”, Porto, Universidade do Porto, II série, vol. X (1993), pp. 9-68.
- SOARES, Sérgio Cunha, 2002 – *O município de Coimbra : da Restauração ao Pombalismo*, Coimbra, C.H.S.C., 3 vols.

Eugénio Francisco dos Santos¹

José Bonifácio revisitado: o universitário e o militar

R E S U M O

Há uma literatura abundante sobre o Patriarca da Independência do Brasil, sobretudo no hemisfério que o viu nascer. O seu projecto político e a acção múltipla que levou a cabo após a proclamação da autonomia da antiga terra de Santa Cruz motivaram numerosas abordagens à sua personalidade e obra, designadamente por parte dos seus compatriotas. Apesar disso, tem sido secundarizada a sua brilhantíssima carreira, quer como académico e técnico de minas, quer como alto funcionário da monarquia do regente D. João e também como patriota, enfrentando os franceses de armas na mão, a partir de 1808. Nesta abordagem sobressai o universitário coimbrão, sempre atento e empenhado, o militar (tenente coronel de estado maior) e o intendente da polícia do Porto, embora em curto espaço de tempo.

1. Formação, cargos, sociabilidades

No firmamento do universo luso-brasileiro dos finais de Setecentos e das primeiras décadas do séc. XIX, brilharam algumas estrelas de primeira grandeza, daquelas que têm o condão de marcar etapas decisivas no destino dos povos e que constituem o seu património espiritual mais valioso e perene. Num período em que, a duzentos anos de distância, evocamos nomes e acontecimentos relevantes de uma história comum, alguns destes se nos impõem como pilares desse universo que culminou na transição do absolutismo régio para o reformismo ou, se preferirmos, da monarquia absoluta para o constitucionalismo liberal². Alguns mereceram já estudos notáveis recentes³, enquanto outros, apesar de muitas abordagens, em tempos diferentes,

¹ Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² No Congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, reunido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, em Setembro de 2005, lançou-se um apelo a que se organizasse uma espécie de dicionário de figuras ilustres do espaço cultural luso-brasileiro dessa época, a fim de que a camada média da sociedade de ambos universos culturais tivesse acesso fácil ao pensamento e à acção das elites de outrora. Quem, por exemplo, nos inícios de Oitocentos preferia aliar-se e optar pela influência britânica, em detrimento da francesa? E porquê? Que ideias e valores norteavam a acção dos governadores, dos proprietários, dos administradores, dos militares, dos eclesiásticos e dos homens de ciência dos finais do século das luzes e do período da implantação do liberalismo?

³ Veja-se, por ex., o notável trabalho de André Mansuy-Dinis da Silva, *Portrait d'un homme d'État D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares. 1755-1812. I Les années de formation. 1755-1796*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian. Lisbonne, Paris, 2002 e, II, *L'homme d'État*. Paris, 2006.

nada perdem em voltar repetidamente ao nosso convívio cultural⁴. Encontra-se entre estes a figura emblemática de José Bonifácio, que os americanos se habituaram a olhar predominantemente pela acção política em prol da emancipação nacional, apelidando-o e, a justo título, de patriarca da independência, reservando-lhe um lugar ímpar na tarefa da unificação territorial e da imposição de uma imagem externa de um país novo, mas organizado e soberano. Este santista, que a natureza dotara de excepcionais aptidões intelectuais e de forte carácter, apesar da multiplicidade de estudos que já lhe foram votados, sobretudo como político e diplomata, continua a merecer, na nossa óptica, que dele nos aproximemos com atenção e respeito. Como se verá, foi um português de eleição, ao longo de décadas, vindo a transformar-se, mercê das vicissitudes e das exigências dos tempos em que viveu, num brasileiro dos mais genuínos de sempre, colocando o seu vastíssimo saber, a sua argúcia político-institucional, a sua experiência e a sua espantosa capacidade de análise e sofrimento ao serviço do povo, no seio da qual nasceu e junto do qual quis repousar para sempre. Monárquico convicto, por entender que a legitimidade dinástica garantia o vínculo indispensável da unidade nacional, deixou-se seduzir pela maçonaria, enquanto esta catalisava as mais genuínas aspirações político-sociais e intelectuais contemporâneas, embora dela se tenha distanciado quando percebeu que interesses inconfessáveis e jogos sujos de poder nela se acobertavam. Manteve com a realeza e com o primeiro imperador do Brasil um relacionamento que oscilou entre a maior reverência, a amizade mais íntima e um distanciamento que o levou ao exílio, vindo a transformar-se ele quase em desdém (no que se refere a D. João VI) e à desilusão mais completa face a D. Pedro, atenuada e corrigida mais tarde, sobretudo a partir do seu último regresso ao Rio de Janeiro, em 1829.

Acerca deste vulto mais emblemático da célebre família dos Andradas (António Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, embora incontornáveis no período crucial do 1º império, jamais atingiram o protagonismo do irmão mais velho) muitas facetas foram já exploradas, como o seu bairrismo santista, o seu apego às origens familiares e paulistas, a sua vida simples e a modéstia contida nos comportamentos públicos, a sua teimosia e determinação na condução dos assuntos políticos, as suas qualidades de inteligência e a sua propensão para a literatura e para os estudos clássicos, a sua atracção pelo belo sexo e os seus amores (lícitos ou não) e também alguns dos seus ódios de estimação, como aquele que sempre lhe mereceu a sua conterrânea Domitila de Castro Canto e Melo, a famosa marquesa de Santos. A isso nada acrescentaremos de relevante, seguramente. Porém, outras facetas dessa figura intrigante emergiram, em determinadas épocas e hoje quase se esbateram, por completo, na memória colectiva. Parece justo e oportuno avivá-la. É isso que nos propomos atingir com o presente estudo.

Ao reescrever-se qualquer biografia, não raro algo de novo se vai revelando⁵. Por essa razão, mesmo resumidamente, relembremos, alguns passos marcantes do percurso vital de José

⁴ Haja em vista aquelas figuras que integraram a Corte de D. João VI no Brasil e as que estiveram ao lado de D. Pedro no processo que conduziu à declaração e à consolidação da independência brasileiras. Acaba de sair (2008) um *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*, organizado por Ronaldo Vainfas e Lúcia Bastos Pereira das Neves. Rio de Janeiro, ed. Objectiva.

⁵ É sugestiva, a esse propósito, aquela que acaba de lhe dedicar Andréa Mansuy-Diniz da Silva e aparecida em 2006, na obra já citada, entre as páginas 434 e 440 e na qual emergem as suas relações com a aristocracia portuguesa do período reformista e alguns dos seus gostos (e propensões) pouco visíveis a uma leitura menos atenta a pormenores.

Bonifácio⁶, mesmo sabendo que o nosso objectivo primordial é focar dois aspectos quase sempre menos considerados, a saber, o universitário e o militar.

A cepa a que pertencia pelo nascimento pairava muito acima da média colonial. Com efeito, seu pai Bonifácio José de Andrada, coronel dos dragões, homem abastado e empreendedor, casara com D. Maria Bárbara da Silva e amealhara fortuna e prestígio. A própria família do coronel Andrada pontuava na sociedade local por sua ilustração: dois dos seus irmãos haviam-se formado em Coimbra, um em medicina, o outro em cânones e um terceiro optara pela carreira eclesiástica, a qual também abraçaria o médico, após a morte de sua esposa. Religião e letras pautavam, pois, os horizontes da família Andrada, de Santos, em meados do século das luzes⁷. E essas coordenadas continuaram nas opções da vida profissional dos mais jovens, encaminhados para os estudos superiores universitários, com perfeita normalidade.

O registo que José Bonifácio apresentara acerca das suas origens, quando foi necessário exhibi-los na universidade de Coimbra, fornece pormenores interessantes. Nele atestou o vigário da vara de Santos, José Xavier de Toledo que *“aos dezoito do mes de Junho de mil setecentos e sessenta e três annos, nesta igreja matriz baptisei e pus os santos óleos a Jose Antonio innocente filho legitimo de Bonifácio Joseph d’Andrada e de sua mulher Maria Barbara da Silva, naturaes desta villa; neto por parte paterna do coronel Joseph Ribeiro de Andrada, natural da freguesia de São Martinho, Cabeceira de Bastos e de sua mulher Ana da Silva Borges, natural desta villa de Santos e pela materna neto de Gonsalo Fernandes Souto, natural da freguesia de São Thiago, comarca de Villa Real ... e de sua mulher Rosa de Viterbo da Silva, natural desta villa: foram padrinhos Manoel Angelo Figueira e Ignacia Maria, mulher de Bartholomeu Júlio, todos desta freguesia.”* Esta certidão foi passada em 7 de Fevereiro de 1783, antes da partida para Coimbra, e devidamente reconhecida. Fica, pois, a saber-se que antes de receber o nome pelo qual se immortalizou, este filho do cor. Ribeiro de Andrada se chamou José António, nome este que posteriormente foi mudado para José Bonifácio, tradicional na família⁸. As raízes masculinas do futuro estudante coimbrão mergulham, pois, em terras minhotas e transmontanas, donde eram naturais seus avós paterno e materno⁹.

Nascera em Junho, a 13, sendo recebido como filho da igreja católica cinco dias depois. A infância e a primeira adolescência decorreram entre a serra e o mar, em ambiente de grande liberdade, próximo dos tios paternos, cujas luzes intelectuais invejava e apreciava desde muito novo. A paisagem verdejante da beira-mar e dos rios com seus mangues e pássaros exóticos nunca se lhe varrerá da memória, sobretudo quando andar por longe. Como a das margens dos rios Cubatão e Bertioxa. Nascera no meio de muitos irmãos, nove ao todo, mas a história registará,

⁶ Basear-nos-emos sobretudo na documentação existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, no Arquivo do Museu Imperial (Petrópolis) e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁷ SOUSA, Octavio Tarquínio de, *José Bonifácio*, Itatiaia, São Paulo, 1988, p. 54.

⁸ Além do pai, usava-o também seu tio médico, que prestava serviço na cadeia de Santos. José António por ser filho de José e ter nascido em dia de Santo António.

⁹ Octávio T. Sousa afirma que o cor. José Ribeiro de Andrada se estabelecera em Santos em finais do século XVII e que entroncava em famílias senhoriais, sendo aparentado com os condes de Amares e os Freires de Andrada. Cit., p. 54.

com mais ênfase para a posteridade apenas quatro deles: José, Maria Flora¹⁰, António Carlos e Martim Francisco. Dos outros pouco mais ficou do que o nome. E na vila de Santos, ao contemplar os navios que acostavam no seu porto, além de algumas informações que ia obtendo sobre o Rio de Janeiro, onde governava o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa e também sobre Portugal cujo monarca se chamava D. José e Sebastião José fazia figura de ministro todo poderoso, aprendia as primeiras letras e latim, este com um mestre duro e de pouco nível. Com 15 anos partiu para S. Paulo onde estudará outras matérias: lógica, metafísica, ética, francês, história. Como ascende de vários familiares clérigos (e de gabarito), o bispo D. Fr. Manuel da Ressurreição recebe-o, acarinha-o, ensina-lhe francês, ética, metafísica, dialoga com ele, presume que seguirá também a carreira eclesiástica e, sobretudo, percebe a sua capacidade invulgar para os estudos. Sugere-lhe que parta para Coimbra, em cuja universidade poderá dar largas à sua sede de saber mais e se graduará. O irmão mais velho, Patrício e três tios paternos já haviam abraçado o sacerdócio. Este tornara-se uma espécie de tradição familiar. E José Bonifácio, bem como seus irmãos António Carlos e Martim Francisco, estes quase ainda crianças, requereram a habilitação *de genere* para, também eles, a seu tempo (quem sabe?) ingressarem na carreira clerical (1779).

Esta e a universidade não eram incompatíveis. Pelo contrário. Dois dos seus tios paternos formaram-se em Coimbra, como sabemos e continuavam padres. Ele decidiu também frequentar, com consentimento paterno, a lusa Atenas, como o bispo aconselhara. Todavia, cedo, à medida que o meio paulistano o foi influenciando, percebeu que não o atraía a carreira sacerdotal. Apreciava sobremaneira a beleza dos corpos femininos que ia descobrindo na capital. Estuava-lhe no peito, de repente, por esse período, um sentimento forte e bonito que poderia designar-se por amor platónico. A sua musa de então até tinha nome. Chamava-se Derminda e ele dedicou-lhe as primícias da sua veia poética: “... *esses teus olhos soberanos / têm cativado a minha liberdade*”. Encontraram-se, descobriram um amor ardente e romântico, juraram fidelidade mútua, que ele questionou depois, por estes versos: “... *aquele amor que me juraras / onde está?*”¹¹ Esses amores dos 16 anos evaporar-se-ão na voragem dos tempos, mas anunciavam uma faceta muito impressionante da sua personalidade. Sempre haveria de manifestar-se um sentimental, um afectivo e a sua propensão pelo belo sexo tornar-se-ia irresistível. Nesse aspecto, nunca seria um puritano. Longe disso. Nem sequer haveria de resguardar com pudor os gastos, que ao longo da vida (até no exílio...), se vira constrangido a fazer por ceder generosamente aos seus impulsos sexuais, uns sucumbindo às exigências da sua energia masculina, outros em razão de afectos incontrolados.

Não seguiria os passos do irmão mais velho, que se ordenou de presbítero, mas que, nem por isso, renunciou ao sexo. Teve até filhas. Legitimou-as. Mas José preferia continuar leigo. E, na verdade, foi nessa condição que partiu para o Rio, donde embarcaria para Coimbra. Contava 19 anos de idade.

Começava uma nova e decisiva etapa na sua vida. Tudo estava em aberto. Sonhos, e muitos, claro, povoavam-lhe a imaginação. Seriam concretizáveis? Quais? Adaptar-se-ia ele facilmente a

¹⁰ Esta viria a ser camareira da 1ª imperatriz D.^a Leopoldina.

¹¹ COSTA, Pedro Pereira da Silva, *José Bonifácio*, Ed. Três S. Paulo, 1974, p. 45 e SOUSA, Octávio Tarquínio de, cit., p. 56.

um meio tão diferente daquele que deixava? É certo que a vida cultural e artística portuguesas, por aquilo que sabia, se lhe apresentava muito mais evoluída do que aquela que deixava no seu Brasil natal. Disso não duvidava e agradava-lhe. Os tios foram-no preparando, com informações preciosas. A sua juventude, a enorme capacidade de aprender, de que sempre se sentira possuído e a ânsia de subir na vida, por mérito próprio, forneciam-lhe agora a dose forte de optimismo de que necessitava nesses momentos de incerteza e sacrifício.

Ele que nascera no seio de uma família numerosa e poderosa, que se vira desde o berço rodeado de serviçais e de comodidades, que fizera amizades e até amores temporãos em S. Paulo, deixava tudo e partia só. Regressaria? Esse era o seu propósito firme, sem dúvida. Mas quando? E em que condições? Que ensinamentos poderia ele colher no velho mundo para os poder, depois, aplicar na sua terra, que já fora mais próspera do que agora? O movimento portuário na vila de Santos fora caindo num quase marasmo. O que seria necessário mudar para recuperar a sua vitalidade de outrora e superá-la? Quando se graduasse na universidade e regressasse aos “*seus outeirinhos*”, que vida profissional o ocuparia? Seria jurista? Talvez. As ciências da natureza fascinavam-no também. E a sua terra constituía um desafio e um manancial imenso para estudos, experiências, para descobertas, sobretudo no subsolo, de que tanto se ouvira falar lá para os lados das Minas ... A todos esses eventuais desafios estava aberta a sua mente. Agora propunha-se estudar, ler muito, discutir, informar-se, integrar-se rapidamente num ambiente acerca do qual tudo ignorava. Meios não lhe faltavam. O pai providenciara para que vivesse desafogadamente. Isso não o preocuparia. Contudo, no momento em que se despedira dos seus para rumar à Europa, assaltaram-no as saudades. Tanta gente morria relativamente jovem. Quando pudesse regressar, com um diploma na mão, voltaria a encontrar todos os seus familiares próximos? A dúvida começara a repercutir-se-lhe na mente. Quem poderia saber? E, se isso cogitou, essa preocupação toldava-lhe a esperança. Com razão. Seu pai deixaria o rol dos vivos em 1789 e, por isso, o mútuo adeus, ao subir para o barco rumo a Lisboa, dois anos antes, fora definitivo. Ficaria, contudo, sua mãe, que reencontraria cerca de 37 anos depois, já velhinha, a roçar os 80 anos.

O certo é que, em 1783, ele deixava o Rio de Janeiro, onde namorara e poetara à maneira arcádica¹², passara por Lisboa, já reconstruída após o terramoto, fixando-se na cidade dos doutores. Haveria de tornar-se um deles. E dos mais bravos e brilhantes, como veremos. Se a preparação de base que trazia não era a melhor, a breve trecho a compensaria, ultrapassando todas as expectativas positivas. As suas qualidades naturais e o vigor da sua inteligência superariam quaisquer eventuais dificuldades. O seu nome juntar-se-á, de facto, ao de numerosos outros estudantes ilustres nascidos nessa América portuguesa, tão rica em metais e pedras preciosas, tão

¹² A sua estadia no Rio, esperando o barco para Lisboa, além da frequência da excelente biblioteca dos beneditinos que lhe franquearam e que o maravilhou, ficou imortalizada em versos pré-românticos, que traduzem o seu pendor pelo belo sexo, que nunca escondeu aos amigos e do qual foi disfrutando generosamente ao longo da vida. Aos 20 anos cantou assim uma das suas musas: “Adeus, fica-te em paz, Alcina amada / Ah sem mim sê feliz, vive ditosa”. Deixava, contudo, o seu olhar preso à sua “linda face”, ao “branco peito” e à “boca graciosa”. Mulheres bonitas, livros de todas as áreas, literaturas clássicas, amor pelas ciências, fascinavam a sua imaginação juvenil. Jamais renunciaria a um inato pendor poético, através do qual exteriorizava a sua sensibilidade mais recôndita. Refugiou-se na poesia em momentos de solidão e de expectativa, de esperança e de sonho, como faria muitos anos depois, no exílio, em Talence (Bordéus).

disputada entre as coroas de Espanha e Portugal, que os tratados recentes de 1750 e de 1777 procuraram delimitar consensualmente, mas que tanto necessitava de técnicos e de académicos que a ajudassem a ser melhor conhecida, explorada, promovida entre as elites cultas do mundo. Os jovens oriundos desse imenso território jamais esqueceriam as suas origens e, promovendo-se, catapultavam o seu próprio país, que então era Portugal, de cuja monarquia haveria de emergir a curto prazo o Reino do Brasil¹³.

O receio de se encontrar em Coimbra como em terra estranha desvaneceu-se logo que lá chegou. Cidade pequena, toda aconchegada à sua universidade, pautava todo o seu ritmo de vida pelas exigências da Academia. Por isso, as pessoas recebiam bem os estudantes, acarinhavam-nos. E, além disso, com algum espanto, verificou ele que, nesse ano de 1783, em cujo Outubro se matriculava, mais vinte e dois brasileiros, aí se inscreviam. Podiam constituir um grupo específico, encontrar-se, partilhar notícias, alimentar projectos, matar saudades da terra longínqua, continuar a ouvir sotaques americanos, ir descobrindo petiscos e sabores locais. Um dos seus contemporâneos é Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, que virá a tornar-se um cientista famoso. Outros foram José Egidio Alvares de Almeida, futuro marquês de Santo Amaro, Bernardo de Sousa Barradas e João Evangelista de Faria Lobato, companheiro de casa de José Bonifácio¹⁴. Afinal, a curto prazo, instalara-se em Coimbra um grupo de brasileiros, como havia o dos minhotos, dos transmontanos, dos lisboetas. As afinidades de procedência juntavam-nos. Este gregarismo atenuava as saudades provocadas pela distância e deixava mais disponibilidade para as leituras. Bonifácio procurou, desde logo, saciar a sua curiosidade incontida.

Encontrou os livros de autores de que tinha notícia, mas a cujos textos nunca acedera. Na poesia, através das *Odes*, que redigiu, denotou o seu entusiasmo pelos escritos de Descartes, Newton, Leibnitz, Locke, Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Pope, não olvidando os seus amados clássicos, como Homero, Virgílio, Horácio, Camões. Encontrou estes textos na velha universidade, já reformada por Pombal¹⁵, sorveu-lhes as ideias e sentimentos, começando a pensar que todo o homem possui uma razão e que esta unifica e liberta a espécie humana. Passou a detestar o despotismo e a considerar que os direitos naturais são inalienáveis e que mestiços, índios ou

¹³ Evoquemos apenas alguns deles: Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Arruda da Câmara, Fr. Mariano da Conceição Veloso, o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, José Vieira Couto, Francisco de Melo Franco, Tomas António Gonzaga, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, José Basílio da Gama, José de S^{ta} Rita Durão, o músico P^r. José Maurício Nunes Garcia ou o artista plástico António Francisco Lisboa (Aleijadinho).

¹⁴ SOUSA, cit., p. 59. Manuel Ferreira da Câmara virá a assumir, no Brasil, a Intendência dos Diamantes e Faria Lobato, senador, defenderia com firmeza o antigo amigo estudante, quando foi discutida, na Câmara, a manutenção da tutoria dos príncipes, especialmente de D. Pedro II.

¹⁵ Mais de vinte anos depois, já regressado ao Brasil, e já com este independente, evocava-a respeitosamente por estas palavras: “Eu ..., em melhores eras também frequentei a *alma mater Academia* que hoje, não sei se com razão, praguejos e descontentadiços abocanhão de decrépita e ignorante e polluta; mas não querendo aumentar o numero dos Galopins ... [os que, em Lisboa, mendigavam lugares], fui-me escafedendo para a terra do Pão de Assucar, e fiz-me roceiro, e ha annos que com o meu trabalho vivo socegado e com fartura”. Cf. *O Tamoyo*, 2 de Setembro de 1823. Como se vê, Bonifácio não enfileirava no número daqueles que desdenhavam da velha universidade coimbrã, onde muitos buscavam quase somente um diploma para acederem a “hum minguado lugarinho de Juiz de Fora”. Pelo contrário. Na cidade do Mondego ele aprendera muito e granjeara alguns “poucos amigos ... a quem o Brasil deve muito e muito”. Portanto, guardará dela grata memória, não esquecendo que nela aprenderam também muitos brasileiros ilustres.

negros também são homens. Urgia cuidar da sua sorte e condição. Nascera e afirmara-se no meio deles, sabendo melhor do que ninguém o que teria que ser encetado, mesmo que fosse de modo parcial, como, aliás, já Pombal havia anunciado. Essa ideia-força jamais o abandonará¹⁶. Nessa óptica, parece que o pensamento de Bonifácio, no plano político-social, seguiu muito de perto as ideias mestras de Voltaire, que considerava o “*vate dos filósofos*”, afastando-se, pois, do de Rousseau. Como o antigo aluno dos jesuítas de França, ele também preconizava um regime de monarquia ilustrada e temperada, combatia todo o tipo de autoritarismo, advogando a tolerância. Detestava, porém, a pressão das massas, que conduziria fatalmente à anarquia e à desordem.

Em Coimbra, iniciou uma carreira universitária, que o haveria de levar longe. Dela ficaram alguns registos sugestivos. Assim, no livro de matrículas consta que “*José Bonifácio de Andrada e Silva, filho de Bonifácio José de Andrada, natural da vila de Santos, Bispaço de S. Paulo [foi] admitido a este 1º anno juridico na forma da Ley, a 30 de Outubro de 1783*”¹⁷. No ano seguinte, repetiu-se o registo, uma vez que ele fora “*admettido a este 2º anno juridico*”¹⁸. O importante será destacar, contudo, que ele se encontrava inscrito em dois cursos, simultaneamente, a saber o de direito e o de filosofia. E não somente a partir de 1784, como afirmam alguns dos seus biógrafos. A verdade é que, desde 83, ele se inscreveu em dois cursos e, a partir de 84, em três, uma vez que também era estudante de matemática. Assim o garantem os livros de matrícula existentes no Arquivo da Universidade¹⁹, onde estão registadas as folhas dos livros de todos os assentos. Falta, todavia, um dado: não existe o registo correspondente ao 1º ano da matrícula no curso filosófico (em 1783). Mas há uma contraprova. Em 13 de Maio de 1785, solicitava-se ao secretário da universidade que justificasse, com documentos, que José Bonifácio cursava o 2º ano filosófico (iniciado em Outubro de 1784), a fim de que ele se pudesse matricular regularmente. O documento foi transcrito no livro das provas dos cursos do 2º ano filosófico, correspondentes ao ano de 1784. Aliás, o registo é mais explícito, pois nele se lê: “*Provou cursar o 2º ano, como obrigatório, desde 12 de Outubro de 1784 ate ao fim do anno lectivo, com três faltas de aula sem causa, cumprindo as mais obrigações respectivas na forma dos estatutos*”. Mais ainda: “*Fez exames do 2º ano, como obrigatório, no curso de Filosofia em 24 de Maio de 1785 e foi aprovado nemine discrepante com rigor de ordinário*”²⁰. O curso continuou regularmente, estando ele no “*3º ano filosófico, desde 20 de Outubro de 1785 ate ao fim do anno lectivo com 12 faltas de aula sem causa cumprindo as mais obrigações respectivas, na forma dos estatutos*”. Na sequência disso “*fez o seu exame na forma dos estatutos, em 17 de Julho de 1786 e foi aprovado nemine discrepante*”²¹. Registaram-se-lhe, pois 12 faltas às aulas nesse ano lectivo, omissões estas que continuaram no

¹⁶ Embora mais tardios são dele os ensaios *Representação Sobre a Escravatura* (1825), apresentada à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil e também uns *Apontamentos Para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*.

¹⁷ Livro de notas n.º 12-1783/84, fl. 25

¹⁸ Livro n.º 13, fl. 59-1784/1785

¹⁹ Cf. IV – 1ª D-8-5-Cx. 326

²⁰ Cf. *Livro de Exames*, f. 50

²¹ *Ibidem*, fl. 111.

4º ano, iniciado “desde 11 de Outubro de 1786”, no qual lhe foram contabilizadas “dez faltas de aula e huma sabatina para defendente com causa”. O exame final deste 4º ano, como aluno obrigatório, em todas as disciplinas, realizou-se a 16 de Julho de 1787, tendo sido ele aprovado *nemine discrepante*, findo o qual lhe foi conferido o grau de bacharel²². Por seu turno, o curso jurídico foi concluído com o 5º ano. Na verdade, “em 7 de Julho de 1788, manda-se que se passem a Jose Bonifacio suas cartas de formatura, que fez na Faculdade de Leys, como tambem sua carta de Bacharel, que fez na Faculdade de Filosofia”. Os documentos foram passados por ordem do reitor D. Francisco Rafael de Castro e neles se afirma que Jose B. de A. e Silva “havendo conseguido o Grao de Bacharel na Faculdade de Leys, como mostra por sua Carta, e havendo continuado mais hum anno de frequência, e ouvido as Lições de sua obrigação, conforme os Novos Estatutos desta Universidade, com prova delle se habilitou para fazer, como fez com effeito, a sua Formatura em V de Julbo de MDCCLXXXVIII, no qual Acto sendo examinado pelos Doutores seus Mestres, e sendo distribuidos, e regulados os votos, foi aprovado, NEMINE DISCREPANTE, como consta do Assento que disso se fez no Livro dos Exames, Actos e Graos do dito Anno, a fl. 185”. Portanto, o estudante santista, embora com algumas faltas injustificadas, ao longo dos anos (sem ser viável conhecer as causas), concluiu o bacharelato em Leys, em 3 de Julho de 1787, presidindo ao exame o Dr. Bernardo Carneiro Vieira de Sousa, na sequência do qual, *nemine discrepante*, recebera o respectivo grau. Como se disse, a formatura plena teve lugar no ano imediato e a acta respectiva ficou com a assinatura de Antonio Joaquim da Silveira e Teles. Em 1788 possuía ele dois diplomas, um em filosofia e outro em leis. Do primeiro ficou, em arquivo, o respectivo diploma, outorgado, em nome da universidade, por D. Francisco Rafael e Castro, reformador e reitor, o qual invoca o nome do Dr. Teotónio José de Figueiredo Brandão, como seu protector²³. E a inscrição no curso de matemática? Nada mais acerca dela ficou registado para a posteridade. Desistiu o estudante? Talvez. Aos 25 anos de idade, o jovem paulista concluiu, sem qualquer reprovação, dois cursos. Podia orgulhar-se do aproveitamento alcançado.

E agora? Regressar de imediato à sua terra distante? Em que condições e para quê? É certo que a carreira das leis estava ao seu alcance, podendo solicitar “*hum minguado Lugarinho de Juiz de Fora*”, que obteria sem dificuldade. Tal, porém, não o atraía. Formara-se também em Filosofia Natural, sabia que a Botânica, a Mineralogia, a Metalurgia e a própria Agricultura se encontravam em profundas transformações, conducentes a servirem melhor os povos e a proporcionarem riquezas acrescidas às nações. Prefere aprofundar, agora fora da universidade portuguesa, os seus conhecimentos. Não é homem de se satisfazer apenas com teorias. Estas devem ser conhecidas, sem dúvida, mas para que mereçam todo o crédito, urge que se lhes alie a prática. É necessário ser pragmático e aplicar o saber à melhoria das condições existentes. O agradável e o desejável transformar-se-ão em excelente se puder vir a ser útil para a comunidade. É assim que pensa e tentará pô-lo em prática. Voltará ao Brasil, sem dúvida, mas ainda melhor preparado para enfrentar os desafios que a sua terra, ainda tão carenciada, lhe possa apresentar. Coimbra já não encerra segredos, nem desafios estimulantes. Lera tudo o que conseguira alcançar, é certo. O meio,

²² Cf. *Livro dos Exames*, Actos e Graos do dito anno, a fl. 163.

²³ Na Real Officina Typografica da Universidade. Coimbra, anno de 1788.

todavia, é pequeno, talvez demasiado próximo ainda de alguma influência clerical e aristocrática. Outros horizontes científico-culturais o seduzem. Concluído o seu curriculum académico, parte para Lisboa, onde se agitam mais preocupações, onde a comunidade estrangeirada vai engrossando e onde, como sede da monarquia, o poder se joga de perto. Inicia-se uma nova faceta da sua rica personalidade.

Na capital acerca-se da Academia Real das Ciências, há pouco fundada (1780) e à qual preside o duque de Lafões, parente da rainha. Homem culto, viajado por ter sido perseguido e exilado por Pombal, admirador das realizações das Luzes, ambiciona constituir nessa associação um escol de homens aptos a procederem à discussão e difusão das ciências contemporâneas, em todas as suas variantes. Alguns dos seus aderentes da primeira hora são homens que regressam ao país após longas estadias forçadas no estrangeiro²⁴.

Deles se abeira o jovem Bonifácio e escuta uma sugestão que o atrai particularmente. Por que não partir ele para o estrangeiro, a fim de se aperfeiçoar nas teorias estudadas e constatar as suas aplicações práticas, nos vários domínios, designadamente na mineralogia, na metalurgia, na botânica e até na hidráulica? Admitido, entretanto, como sócio livre da Academia, logo apresenta um primeiro trabalho, uma **Memória sobre a Pesca das Baleias e Extracção do seu Azeite**, na qual disserta também sobre as pescarias, a qual mereceu a honra da publicação nos Anais da Academia²⁵. É a sua primeira incursão no mundo da ciência natural e da economia política, abrindo-lhe insondáveis horizontes. Graças à atenção sobre si atraída e à protecção do duque, ele é escolhido para, juntamente com outros dois jovens, empreender uma excursão ou viagem científica pela Europa mais avançada. Do trio, dois são de origem brasileira, ele, José Bonifácio e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, sendo o terceiro Joaquim Pedro Frago. Câmara assumirá a chefia da expedição e o Real Erário pagar-lhes-á os respectivos custos. O ministro dos Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, entregar-lhes-á uma **Instrução** na qual explicita os objectivos da bolsa concedida e sugere lugares a percorrer, e prazos de estadia, embora deixando a Câmara alguma liberdade de programação. Em 1790, no mês de Junho, eles partem de Portugal com destino a França. Permanecerão em Paris cerca de um ano, onde, no Jardim do Rei, seguem cursos de química, de mineralogia, de acordo com a programação da Escola Real de Minas. Aí estagiaram entre Setembro de 1790 e Abril de 1791. José Bonifácio acerca-se então dos grandes mestres da comunidade científica francesa, bebe-lhes os ensinamentos e sente o prazer de constatar que o reconhecem como um naturalista, aceitando-o como membro da Sociedade de História Natural e da Sociedade Filomática Parisiense (1791). Por acaso, a sua chegada à capital francesa, coincidia com o desenrolar da Revolução, ateadada a partir de 1789 e que tanto pânico causava no círculo da Rainha de Portugal. Ninguém sabe como ele a viveu aí, mas tem-se informação de que comprou uma indumentária à francesa, com a respectiva cocarda para não destoar dos comportamentos das pessoas do meio em que se inseria. Cuidou particularmente da cabeleira, penteando-se à moda e começou a frequentar os

²⁴ É o caso do P.^c Teodoro de Almeida, oratoriano, versadíssimo em vários ramos da filosofia natural, exilado em França.

²⁵ *Memorias Economicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, 1790, vol. II, pp. 277-293.

lugares onde se apinhavam os jovens residentes em Paris e nos quais abundava o belo sexo, aliás afamado, mesmo fora de Paris. Deixou-se seduzir por beldades que aí encontrou e a quem pagou para fruir da sua intimidade momentânea, lançando os gastos aí feitos no rol das suas despesas correntes²⁶. Desses derriços ocasionais nada de duradouro permaneceu, a não ser algum arrependimento. A missão científica prosseguia, fora de França, agora em direcção à Saxónia, rumo às minas de Freiberg, onde o grupo permaneceu entre finais de 1791 e 1794. Aí contactou com Alexander von Humboldt e outros de igual gabarito. O programa inicialmente proposto tornou-se impraticável, pois incluía as minas da Boémia, da Hungria, da Rússia, da Suécia, da Noruega, da Escócia, do País de Gales e da Espanha. Bonifácio nunca chegou à Rússia, nem à Escócia, nem a Espanha, mas frequentou a Áustria, a Itália, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, a Inglaterra, voltando repetidamente a Freiberg, Paris, Leipzig. Começou a publicar regularmente nas revistas especializadas, ganhando o reconhecimento e o respeito dos meios científicos internacionais.

No decurso das suas deambulações, contactou com enviados diplomáticos portugueses da melhor condição, que lhe valeram amizades e sólidas protecções futuras. Foi em Viena que conheceu D. Lourenço de Lima e Joaquim José de Miranda Rebello, que havia sido secretário de D. Rodrigo de Souza Coutinho, antigo embaixador em Turim. Este, como veremos, transformar-se-ia para ele num indefectível amigo, confidente e alto protector²⁷. Em carta de Viena, de 1797, Miranda Rebello lembra a D. Rodrigo que havia quase oito anos que se mandaram três moços estudar para a Europa “*e adquerir todos os conhecimentos de theoria e observação necesarios para que se formasse entre nós o estabelecimento de hum Directorio de minas por meyo do qual aproveitassemos as immensas riquezas que a Providencia nos deo.*” O próprio Sousa Coutinho se interessava muito por essas matérias há anos, procurando meios para exploração de minerais em Portugal, do ferro em Angola e do cobre na Baía. Rebello deixa de lado Câmara e recomenda-lhe José Bonifácio por estas palavras: “*Este mosso... hé cheio de talentos naturaes e adquiridos, he vivissimo, nutre hum zello patriotico tão activo e tão illuminado, que eu estou seguro, que quando V. Excia. o conhecer, e comunicar, certamente achará hum homem com quem possa entender-se perfeitamente.*” Refere que o jovem tem aprendido muito de mineralogia e metalurgia e que se preocupa com a economia política. Enfim, desabafa com D. Rodrigo: o que eu pretendo é ser útil ao país, rematando, “*Jozé Bonifacio d’Andrade hé superiormente hábil e V. Ex.^{cia} achará certamente que elle pode ser muito útil... para aproveitamento das minas portuguezas, da gloria que ellas podem dar a V. Ex.^{cia} e da utilidade que de tudo pode rezultar a Portugal*”²⁸.

Antes desta recomendação dos préstimos do jovem Bonifácio a D. Rodrigo, já o santista havia escrito uma muito longa carta ao embaixador D. Lourenço de Lima, através da qual, na iminência de voltar logo a Portugal, expunha as suas ideias sobre a importância das minas na riqueza dos países, sobre a reformulação da legislação delas, tanto de Portugal, como para o Brasil, sobre as exigências e qualidades do pessoal nelas envolvido, recusando os escravos e

²⁶ SOUSA, cit., pp. 65 e ss.

²⁷ SILVA, *Portrait* ... II, pp. 432 e ss.

²⁸ *Ibidem*, carta nº 1, p. 441.

preferindo homens livres, sobre a criação de escolas especializadas para formação de pessoal superior e, finalmente, sobre o recrutamento de técnicos estrangeiros, indispensáveis nos primeiros tempos²⁹. Rebello anexou esta carta à que enviou a D. Rodrigo, ficando este, pela sua leitura, a ajuizar que tipo de homem era José Bonifácio e a perceber as vastas afinidades de que ambos partilhavam. Reuniam-se todas as condições para que se tornassem amigos e colaboradores estreitos. Finalmente, em 1799, Bonifácio dirige-se pessoalmente a D. Rodrigo, a partir de Hamburgo e antes de regressar a Portugal, aguardando as eventuais ordens que este lhe quisesse endereçar, na perspectiva de que, logo que chegasse, pudesse entregar-se à dinamização da actividade mineira, de acordo com as mais modernas técnicas e meios humanos e materiais. Firmavam-se em bases sólidas as relações pessoais e institucionais entre o ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos e o bolsheiro do governo português que regressava ao país após dez anos de estudo, de observação, de reflexão e de publicação de trabalhos científicos. Embora ainda jovem, já ultrapassara os 35 anos, o que o tornara um homem maduro, e já prestigiado. O que sugeria ele a D. Rodrigo como indispensável? Quatro medidas essenciais, a saber:

- 1º “Hum bom Codigo Montanístico, que não temos;
- 2º Novos Conselhos e Superintendencias de minas;
- 3º Gymnasios ou Academias montanísticas em que se formem candidatos;
- 4º Alguns praticos e trabalhadores inteligentes...”

O ministro percebeu o alcance das propostas e o gabarito de quem as subscrevia e aproximou-o de si. A partir de Novembro de 1800, entrega-lhe a ele e ao cavaleiro Napion³⁰, um turinês, o encargo de reconhecer e inspeccionar os terrenos mineiros a norte da capital, de cuja tarefa, rapidamente, em carta conjunta, ambos dão conta a D. Rodrigo. A partir de então a ascensão de Bonifácio na administração pública e na sociedade portuguesas torna-se meteórica, não apenas pelo seu próprio valimento, mas também pelos altos apoios de que dispõe. Logo no ano seguinte, foi nomeado professor de metalurgia na universidade³¹, sem abandonar, contudo, o trabalho de prospecção e conhecimento dos terrenos minerais. Ele e D. Rodrigo tornaram-se amigos sinceros e colaboradores leais, perseguindo ambos o Bem Comum, uma das utopias mais caras ao ideário das Luzes, que ambos haviam abraçado.

Atento ao que se discutia na Academia das Ciências, mas sem o tempo indispensável para a ela se dedicar a fundo, começa a perceber que Portugal não se pode equiparar aos países da Europa Central ou do Norte, em que estagiara. Há poucos recursos disponíveis e a inércia e as invejas das pessoas envolvidas na administração pública bloqueiam muitas iniciativas mais ousadas. Começa a apoderar-se dele alguma desilusão e pessimismo, quando não desalento. Valeu-lhe, na

²⁹ Ibidem, pp. 443 a 451.

³⁰ Napion, natural de Piemonte, após se ter oposto ao avanço francês sobre o norte italiano, veio para Portugal a convite de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Entre nós ficaria para sempre e chegaria aos mais altos postos. De facto, além de técnico, alistar-se-ia no exército que se opôs às tropas napoleónicas, em 1807. Feito brigadeiro e inspector real do exército, nomearam-no responsável pelas oficinas e laboratórios de instrumentos bélicos. A convite da família real, partiu para o Brasil, onde continuou a carreira militar, chegando a inspector geral de artilharia, membro do Conselho Supremo Militar, ten.-general e marechal de campo, sendo o criador de uma fábrica de pólvora nas margens da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

³¹ Carta Régia de 15 de Abril de 1801.

circunstância, o re-encontro com seus irmãos António Carlos e Martim Francisco, que lhe haviam seguido as pisadas. Também eles se matricularam na universidade de Coimbra, na qual ambos se haviam já graduado. António Carlos copiara o itinerário académico do irmão José. Graduara-se em filosofia natural e em leis, enquanto Martim Francisco, o mais jovem dos três e que viria a transformar-se em seu genro, se graduara em filosofia. O encontro, além da actualização de notícias e de projectos, permitira aos irmãos mais novos aperceberem-se do prestígio do irmão e da sua superior formação intelectual e humana. Mais tarde, de novo juntos no Brasil, a partir de 1819, formarão uma tríade de capital importância na condução dos destinos de um país emergente. Todos diferentes em algumas opções de pormenor, estarão unidos no essencial, que é a defesa dos ideais de um Brasil autónomo, uno, pautado pelos valores essenciais da civilização ocidental. A superioridade do mais velho e a sua estatura moral e cívica nunca pelos outros foi contestada. Estes Andradas tornar-se-iam um dos pilares da formação e da afirmação do império brasileiro e até do seu 1º imperador.

Voltemos ao convívio de José Bonifácio nos primeiros anos do século XIX. Na sequência da missão de reconhecimento à roda de Lisboa e na Estremadura e em consequência da sua permanente actividade, dos seus méritos e de alta protecção ministerial, sucedem-se as nomeações, como para o exame e a inspecção reais, para a intendência geral das minas e metais do Reino, para membro do respectivo tribunal, para a direcção do Real Laboratório da Casa da Moeda, para administrador das minas de carvão de Buarcos, para encarregado de recuperar as oficinas de fundição de ferro de Figueiró dos Vinhos, para superintendente do rio Mondego e das obras públicas de Coimbra, além de desembargador da Relação do Porto, esta ocorrida a 5 de Março de 1805. Seria possível arcar responsabilmente em tantos cargos? A resposta é óbvia: mesmo tendo em conta a dimensão do pequeno país, que era Portugal continental, não. E disso ele tinha clara consciência. Não lhe faltavam ideias, projectos concretos e vontade decidida para avançar. Mas os meios eram demasiado escassos e de pouca qualidade, além dos bloqueios institucionais. Por exemplo, na universidade de Coimbra havia muito poucos alunos interessados na sua área (quatro inicialmente, no máximo) e, além disso, de que meios poderiam o docente e os estudantes dispor? Poucos. A reforma pombalina não lograra impor-se nos seus objectivos essenciais, pois não existiam (ou eram deficientes) os laboratórios para as ciências da natureza e as colecções para estudo, seja botânicas, seja mineralógicas, como ele confessou em carta a um rival de D. Rodrigo, António Araújo Azevedo, o futuro conde da Barca³². Valia-lhe a que ele próprio reunira, bem como a sua biblioteca. Mas o desânimo ia-se apossando do seu ânimo, que, aliás, era ativo e orgulhoso. Na mesma missiva a Azevedo, escrevia: “... *estou convencido por própria e triste experiência que a vida da universidade me não pode convir, por muito tempo... Nunca tive medo ao trabalho e de boa mente sacrifico o meu repouso e saúde ao bem da pátria, quando vejo que as fadigas e trabalhos lhe podem ser úteis...*”, rematando que vivia com uma sensação de tempo perdido. Isso foi-lhe minando a boa vontade e a energia. Em carta a D. Rodrigo, de 11 de Março de 1803, queixava-se de sentir-se “*perdendo inutilmente o tempo, que*

³² “Não há colecção mineralógica que sirva e valha coisa alguma” (SOUSA, 1988, p. 80).

*me não sobra, em responder a representações dezasizadas e esquerdas de Câmaras compostas de homens leigos e sem criação e governadas por assessores rabulas da antiga Universidade, raça malfazeja que se tem aninhado por toda a parte. E vou deixando de maravilhar-me, à proporção que estudo o interior das províncias, de que tudo nellas obedeça à só lei da inércia*³³.

O poderoso ministro havia deixado a Marinha e Ultramar (em 1801) para assumir a presidência do Tesouro Régio, o que o colocava ainda com mais força no governo do Regente D. João. Bonifácio contava um aliado e um confidente ao mais alto nível e, por isso, nomeações e menções honoríficas não lhe faltavam. Escasseava-lhe o tempo e as deslocções permanentes a que se via constringido iam-lhe minando a saúde e gastando os cabedais. É que as nomeações não se traduziam em compensações financeiras. Pelo contrário. Fazia mais despesas e os réditos não compensavam. Em carta, de Lisboa, a D. Rodrigo, de 26 de Julho de 1802, confessa-se muito honrado com as nomeações. Porém, abre-lhe a alma, em termos deste género: “*em Portugal... tenho observado por experiência própria, e bem mau grado meo, hum magistrado para ser respeitado e por consequencia mais facilmente obedecido, deve ter huma renda sufficiente com que possa subsistir com decencia, tratamento e outras exterioridades que requer o seo emprego...*”. Nessa ordem de ideias e de comportamentos, continua, lembrando ao aristocrata que dispõe apenas do ordenado de lente da universidade, com o qual é impossível viver e sustentar a família decentemente, uma vez que tem que viajar permanentemente pelo país “*que devo conhecer mineralogica e metallurgicamente*”, pagar rendas de casas em Coimbra e em Lisboa, “*comprar livros e instrumentos de que necessito para me não atrazar nas sciencias, que cultivo por gosto e para bem do Estado*”. E desabafa, com azedume: “*todos os magistrados ao serviço do governo dispõem de cavalgadas e de viático, mas eu não*”. E compara o que se passa no seu Brasil natal. “*Os intendentes do oiro das comarcas de Minas geraes, que não sabem, nem fazem senão despachar petições... têm só por isso 4 mil cruzados e quinhentos mil reis... e o intendente dos diamantes do Serro do Frio oito mil cruzados, alem dos avultados emolumentos que recebem*”. A sua estadia no estrangeiro mostrou-lhe ainda que os intendentes das minas, além de avultados ordenados, são cumulados de privilégios e do estatuto de nobreza *ipso facto* adquirida. Estas lamentações conduzem-no à conclusão lógica, que explicita: “*eu só peço poder subsistir decentemente e sem me empenhar cada vez mais, os aceito [800 mil reis de ordenado e uma moeda de oiro de ajuda de custo] porque não quero gravar a Real Fazenda, rogando, porem, para não ridicularizar o meo cargo e merecer as imprecações dos meos successores, que se reuna a esta quantia... a minha pensão*”. Será curioso lembrar aqui que José Bonifácio se transformou num crítico mordaz da posterior atribuição de títulos de nobreza, por D. Pedro, após a independência brasileira. Ele próprio os recusou, com veemência, demarcando-se da atribuição do título de viscondessa e, depois, de marquesa à favorita do imperador Domitília, que criticou abertamente. Agora, contudo, a cerca de 20 anos de distância, parecia-lhe que a dignidade do lugar exigia foro de nobreza, a fim de implicar automaticamente respeito. Termina, porém, a sua missiva com altivez: “*Tudo isto, que allego, torno à dizer, hé mera representação, e não supplica, porque... a maior honra possivel... hé servir-lo com zello, intelligencia e inteireza...*”³⁴. A

³³ SILVA, 2006, pp. 456/457.

³⁴ Ibidem, carta n.º 8, pp. 461/466.

correspondência mantida entre os dois amigos permite-nos ir avaliando o mútuo estado de espírito. Bonifácio nos anos de 1802, 1803 e 1804 abre-se mais com D. Rodrigo, começa a fazer cada vez mais exigências, “*porque estou ja radicalmente curado da mania tola de ser dezinteressado*”. E bate o pé com decisão: “*se eu continuar a ser Intendente Geral e V. Ex.^{cia} quizer que dê lições docimasticas na Casa da Moeda, alem do meo malfadado ordenado, devem-se me dar cazas em Lisboa, porque não posso, nem devo, estar a pagar duas ao mesmo tempo... Se eu visse o Estado pobre, de boa mente faria todos os sacrificios ainda os mais penozos e até comeria sardinha e broa, mas como o Erário nada em riqueza... tambem quero participar da esmola*”³⁵. A sensação de que estava a ser tratado com pouca dignidade e o desencanto assumem um tom violento uns dias depois. Em 22 do mesmo mês, além da frustração, escreve com ironia e desassombro: “*Perdoe-me de coração, que tenho hum grande empenho que lhe pedir de rastos. Desgostozo de viver em Portugal, com quem não sympathizo, e temendo que se me não deixe ir comer farinha de pao no Brazil, e dezejando ao menos ir para terra, que por analogia e parentesco me fizesse lembrar da minha, quizera que V. Ex.^a me alcançasse o despacharem-me para Residente de Marrocos, lugar a criar, e creio sem pretendentes de monta. Neste novo emprego prometto fazer muitos serviços ao Estado, como terei a honra de expor a V. Ex.^a em huma longa memoria, que já está na forja. Confesso que a mercê hé grande, mas tenho tanto exemplo recente a meo favor, que confio, se V. Ex.^a me quizer favorecer, se me deffera com maior brevidade a este novo requerimento*”³⁶. Mais contundente do que isto seria quase unimaginável. Só uma confiança mútua ilimitada permitia tal linguagem, mesmo que metafórica.

Quando D. Rodrigo deixou o governo (1803), Bonifácio conforta-o, o que ele agradece, incitando-o a que seja prudente com os seus sucessores, com os quais o Intendente trabalhará, i. é, com Luís Pinto de Sousa Coutinho e com Luís de Vasconcelos e Sousa. O verdadeiro (e grande) amigo continua a ser D. Rodrigo e José Bonifácio visitou-o frequentemente nas suas residências nos anos que se seguiram. A troca de correspondência revela dois amigos indefectíveis, comentando, com ironia e sarcasmo, o que à sua volta se vai desenrolando, dando um ao outro conforto e ânimo, na expectativa de melhores dias. Entre 1805 e 1807 as notícias mútuas continuam, mas Bonifácio encontra-se cada vez mais desencantado com os cargos honrosos para os quais fora nomeado e vai regressando à universidade. De lá comunica que enviara uma carta por um seu colega e amigo, pedindo a D. Rodrigo que o receba com fidalguia. Chama-se António José das Neves e Melo, é lente substituto de Zoologia e Botânica, “*cadeiras que dignissimamente tem regido*”. Compara-o a Brotero, podendo até excedê-lo, rematando: “*Não lê só por livros como a maior parte de nossos naturaes; lê e conversa diariamente com a mestra natureza, com quem tem aprendido a mór parte do que sabe...*”³⁷. Como se intui, para Bonifácio, a teoria não constitui senão uma parte da verdadeira ciência. Esta sem a experiência não passa de um diletantismo, oco de valor social.

Da correspondência trocada entre estes dois confidentes íntimos, desiludidos ambos do curso das suas actividades, embora por razões diversas, se infere que Bonifácio se vai re-

³⁵ Carta de 19.11.1802.

³⁶ SILVA, 2006, p. 468.

³⁷ Idem, Carta de 12.08.1804, p. 479.

aproximando da universidade, não por convicção e por gosto do ambiente de trabalho que aí encontra, mas porque ela se tornou o seu modo de vida, proporcionando-lhe uma renda fixa e acenando-lhe com uma jubilação honrosa. Além disso, a vida acadêmica não pode considerar-se monótona. Sempre surgem notícias, a propósito de matérias, de professores, de orientações ideológicas, de alunos. Os filhos de D. Rodrigo, João e Victorio, lá estão matriculados e José Bonifácio e Tristão Alvares da Costa da Silveira, amigos da família, encarregam-se de os acompanhar, a pedido do pai. Este confessa que quando era da idade deles, ou menos ainda, lia “*Virgílio, Cícero e resolvia os primeiros problemas de álgebra*”, desejando que eles, ao menos, o igualassem. E os dois acadêmicos ficavam atentos.

Como se sabe, em 1807 D. Rodrigo irá para o Brasil, mas apenas no final do ano. Até lá, Bonifácio continuará a mantê-lo ao corrente de tudo o que julga poder interessar-lhe, como as questões com o carvão, o ferro, os pinhais, as minas, a investigação científica (acerca de cometas), ou os achaques de que tem padecido a sua frágil constituição física (reumatismo, gota, hemorróidas). E a correspondência mútua permanece, manifestando ela cada vez mais desencanto e até pessimismo. A vontade de regressar ao Brasil aparece cada vez com mais insistência. Em carta de D. Rodrigo, de 1804, este pretende dissuadi-lo de tal proposta por estas palavras: “... não me sei acomodar à sua ideia de huma rossa no Brasil e de viver ali em chambre e barrete de folhos, porque não lhe acho figura para esta representação... não lhe acho proporçoens senão para se fazer honrar na Europa, onde se sabem apreciar as suas luzes e se lhe rende justiça”³⁸. Porém, em 1806, em carta redigida da quinta que alugara perto de Coimbra, atinge o cúmulo do pessimismo. “*Mas eu, Ex.^{mo} Sr., estou doente, afflicto e cançado, e não posso mais com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo de Coimbra, e obtenha a minha jubilação, vou deitar-me aos pés de S.A.R. para que me deixe ir acabar o resto de meus cançados dias nos sertões do Brazil, a cultivar o que é meu. Já saberá V. Ex.^a que me preparo para isto desde longe: pois já estou lavrador, tendo arrendado aqui huma grande quinta por 600\$ réis por anno, que me tem enriquecido de conhecimentos practicos de agricultura, e empobrecido a magra bolça. Ao menos n’isto quero imitar a V. Ex.^a. Aqui vou rusticando e durando. De cousas academica não lhe fallo, porque já as saberá por via do Tristão: de politicas estou aborrecido com este melhor dos mundos possíveis, e tomara, passando à América, que o grande Rio fosse o meu Lethes completamente. Temo entretanto cahir em uma inteira misanthropia com quem ando a braços de continuo.*

Tenha V. Ex.^a saude e paciencia com os males d’este mundo christão, e ponha-me aos pés da Ex.^{ma} Sr.^a D. Gabriella e mais senhoras, e do meu honrado amigo o Sr. Principal, de quem tenho saudades sem conta. Faça-me V. Ex.^a a mercê de dizer à estimadíssima Sr.^a D. Gabriella, que para dar um exemplo de imitação de virtudes e boas qualidades, e não podendo tomal-a por comadre por estar de longo tempo engagé, puz o seu auspicioso nome à minha ultima filha, que é muito linda e boa”³⁹.

³⁸ Idem, Carta de 11.04.1804, p. 476.

³⁹ Carta enviada de Coimbra, da quinta do Almegue, em 26 de Maio de 1806. Idem, p. 485.

A desilusão era total. Nem a quinta alugada e os trabalhos constantes por ela exigidos o entusiasma. Prestes a completar 43 anos, as consolações que o tocam, reduzem-se às amizades que mantém: D. Rodrigo e sua encantadora esposa, de origem italiana (Gabriela Asinari Di San Marzano), o Principal da Sé de Lisboa, acrescidas, naturalmente, de outras que aqui não refere e a filha mais nova⁴⁰. Falta-lhe o conforto do apoio de D. Rodrigo, uma vez que de Luís Vasconcelos e Sousa, que criticara abertamente na Academia das Ciências, apodando-o de ignorante, nada pode esperar. Por ser um alto funcionário, expõe-se à inércia de outros servidores públicos, que, se podem, o tentam achincalhar, como já havia dado conhecimento a Sousa Coutinho na carta de 30.07.1804, escrita de Coimbra, quando convalescia, e na qual referia: “*demais os justças hoje em dia brincarão comigo, porque não tenho mais a V. Ex.^{cia} à testa desta repartição*”. De D. Rodrigo em Portugal, nada mais pode esperar, quanto a peso político. Este mesmo disse lhe dá conta “... *espero não ter mais parte na Couza Publica no resto dos anos que possa viver*”, em missiva de Outubro de 1805. O mal estar do cientista vai-se acentuando e o seu sonho corporiza-se no regresso à sua terra de nascimento, onde pensa poder assumir um papel muito mais útil e eficaz.

Entretanto, a evolução política europeia parece favorecer-lhe os projectos. Os exércitos napoleónicos avançavam em várias direcções e a Península Ibérica não escapará à cobiça e aos planos do general corso. Em finais de 1807, a corte portuguesa desloca-se para o Brasil⁴¹. Tudo mudará na vida político-institucional portuguesa. D. Rodrigo dela faz parte e na América desempenhará um papel relevante. Vai como um alto funcionário desiludido⁴², mas no novo meio e em contexto diversíssimo recuperará influência e poder. Bonifácio fica à espera das suas notícias, ansioso, mas confiante. Elas tardam muito mais do que imaginara. Em vagas sucessivas,

⁴⁰ Em 1792 casara, em França, com Narcisa Emília O’Leary, senhora de origem irlandesa, renunciando, a partir de então, às suas saídas de final da tarde, para os lugares de divertimento, envolvendo as famosas “demoiselles”, com seus colegas bolsieiros Câmara Bethencourt e Fragoso. Continuará a ir ao teatro, mas com D.^a Narcisa. Esta dar-lhe-ia duas filhas, Carlota Emília e Gabriela Frederica. A mais velha casaria com Alexandre Antonio Vandelli e a 2.^a com seu irmão Martim Francisco, que se tornaria seu genro. D.^a Narcisa nunca conseguiu evitar que o marido, algo tímido e educado, se envolvesse, uma vez ou outra, com as moças que o rodeavam. A sua vida de errância constante propiciava um comportamento relativamente livre. E o certo é que, no ano em que vai regressar ao Brasil, em 1819, surgiu mais uma menina na família, filha apenas de pai. Já ele contava 55 anos. Partir sem ela, ou levá-la, eis o seu drama. Optou pela 2.^a hipótese. D. Narcisa teve que ser informada de tudo. Custou-lhe aceitar a situação de facto, mas perdoou a infidelidade ao seu “querido Andrada”, como se lhe referia. A menina embarcou com o pai e as meio irmãs e chamou-se Narcisa Cândida, sendo devidamente registada no passaporte. Muitas outras aventuras deste tipo se atribuem a José Bonifácio, que, perante o belo sexo, perdia o equilíbrio. Aliás, em vários planos, a sua compostura e racionalidade tornaram-se proverbiais. Noutros, não. Corajoso e decidido, manejava bem a espada, envolveu-se em rixas mortais e deixou fama de briguento, além da de boémio, claro. SOUSA, 1988, pp. 105/106.

⁴¹ Muito se tem escrito sobre o alcance dessa decisão, chamando-se-lhe fuga, exílio, cobardia... Parece adequado, a este propósito, transcrever o que afirmou uma luso-brasileira insuspeita: “A decisão de transferir a corte portuguesa para o Brasil não foi, ... ditada pelo pânico. Embora forçada, não foi imprevista. A esquadra portuguesa estava pronta e o tesouro, os arquivos e o aparelho burocrático estavam a bordo, a postos para a retirada... D. João... chegou [ao Brasil] não como um exilado, mas como chefe de um Estado nacional em funções. SILVA, “*O Império...*”, 1986, pp. 382/383.

⁴² Em carta de 28 de Março de 1807, conforta-o e confia-lhe os seus sentimentos: “Não approvo o total abandono que quer fazer do optimismo... Eu também fui por longos anos partidista da perfectibilidade indefinida da espécie humana, e talvez a maior pena que tive na minha vida foi quando descobri a falsidade de huma tão lizonjeira opinião. Cf. SILVA, 2006, p. 490.

os franceses invadem o país, matando, pilhando, humilhando as populações, a partir de 1807. Nesse transe, Bonifácio guarda a beca e veste corajosamente a farda, como um bravo. Defende o país, a sua gente, a sua dignidade. Requerera autorização para ir ao Brasil, por um ano, em 1809. Obtivera-a, mas não parte. A situação política exige que pegue em armas, que se aliste como soldado. E fá-lo resolutamente, como veremos. Finalmente, em 1810 recebe carta do seu saudoso amigo. Este, informado do que ocorrera em Portugal, chama-lhe herói “*como eu o considero*”, felicita-o pela Restauração da Pátria e sacia-lhe a curiosidade, confessando o que pensa sobre a terra onde está e onde ficará para sempre: “*Sobre o seu Brasil, pode estar descaçado; são grandes os seus destinos, e o melhor dos Príncipes tem feito a seu respeito tudo o que era possível fazer em tão pouco tempo. Liberdade do commercio, e mais amplo, debaixo dos principios os mais liberaes. Direitos das Alfandegas muito moderados, sendo os maiores 24 por % e huma 1/3ª parte remettida a favor da navegação e propriedade nacional. Nenhum privilegio exclusivo. Declaração que não haverá Inquisição no Brazil, feita no Tratado com a Grã Bretanha. Permissão do estabelecimento de todas as manufacturas. Introdução de todas as culturas preciosas, e que o Brazil ainda não possuhia. Abertura de todas as communicações do interior do Brazil, tanto por agoa, qual o de Goiaz pelo Tocaty [Tocantins], como a do rio Doce, e muitas outras communicações para o Maranhão, para Mato Grosso etc., sem esquecer os estabelecimentos de Guarapuava, na sua Capitania, onde se tem entrado de força para segurar o Pacana e as cabeceiras do Uruguay, e organizando outras novas terras para criação de gados, unir a hum tempo a facil communicação do que se conseguiu no Paiz de Missoens com as Capitánias de S. Paulo e de Rio Grande. Remetto-me ao discurso que o nosso Lisboa fez sobre os beneficios que S.A.R. tem feito ao Brazil, e não quero importuná-lo, nem me sobeja tempo para me ocupar de materia tão agradável. O que S.A.R. tem tambem ordenado a favor de Portugal não ha de deixar de o elevar a hum maior grau de felicidade do que antes possuhia, e a emancipação do Brazil ha de ser-lhe muito util, não obstante tudo o que inquieta os vizionarios que seguem os principios do systema mercantil, e que talvez he a cauza de se não terem executado as Reaes Ordens que tanto terião feito ao Reyno. Apezar do dezejo que tive sempre de o ver aqui, e que espero se verificará brevemente, visto a licença que eu tambem aqui sollicitei, nunca deixei de lembrar-me da falta que fará ao Real Serviço no Reyno, e por isso hé que me não vio tão activo neste ponto*”.

Que bálsamo para a ferida aberta no peito de Bonifácio! O seu amigo augura-lhe o que ele mais deseja para a sua terra: serão “*grandes os seus destinos*”. Aí se construirá um grande império. Apenas falta o regresso. Porém, dele se está a cuidar⁴³. Muitos dos seus conhecidos trabalham no Rio de Janeiro, por incumbência do governo. Um deles é Napion, a que acima nos referimos, responsável pela recém-criada fábrica da pólvora. Convites para se lhe juntar não faltam. A sua expectativa é, porém, ir para S. Paulo, agregando-se aos irmãos António Carlos, que é juiz (já regressou, em 1805) e a Martim Francisco, naturalista, como ele e encarregado das minas de S. Paulo. A partir da expulsão definitiva dos exércitos franceses e da consequente Restauração da pátria, a preocupação de regressar torna-se quase obsessiva. Mas já não o acompanharemos nessa fase da vida. Ficar-nos-emos pelo rechaço das invasões gaulesas.

⁴³ Ele apenas ocorrerá em 1819, a despeito de muitas tentativas anteriores, todas falhadas, como em 1809, em 1810, em 1811, em 1817.

2. Docente desencantado, mas universitário corajoso

A frequência da universidade, em dois cursos tão diversos no plano curricular, açambarcava-lhe o tempo, ocupando-se ele também, em simultâneo, em outras leituras filosóficas e políticas contemporâneas, como já sabemos. Não sobrava tempo, nem espaço mental para reflectir sobre o conteúdo dos estudos, sobre métodos de trabalho, sobre as estruturas de apoio de que a instituição dispunha, sobre as suas formas de governo, sobre a produção de saber, sobre a eventual inovação e circulação da informação. Por essa razão, enquanto estudante, Bonifácio não fora um crítico sistemático da forma como funcionava o ensino superior nacional. Bem sabia que os professores de Coimbra não se pautavam pelas mesmas exigências científicas dos membros da Academia das Ciências, da qual se aproximou. É bem certo que o curso que socialmente mais prestígio atingia era justamente aquele pelo qual se sentia menos atraído, o de Leis. Mas não se lhe conhecem críticas contundentes à velha universidade, onde se graduara, até 1800. Porém, a sua estadia, durante uma década, nos lugares cientificamente mais avançados da Europa, redundaria fatalmente numa comparação, a qual só poderia tornar-se pouco lisonjeira para o estado do ensino e da ciência em Portugal. Regressara e dera conta do que vira e aprendera, sugerindo, em carta a D. Lourenço de Lima, da qual foi enviada cópia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o que urgia fazer em Portugal para que fossem aproveitadas as suas riquezas minerais, tanto no continente, como em Angola ou no Brasil. As minas eram olhadas na época como uma das maiores riquezas de que os povos deveriam usufruir. A sua missiva e as recomendações de que foi alvo por parte dos diplomatas portugueses surtiram efeitos imediatos. Começaram as nomeações em catadupa, sobretudo a partir de 1801. Neste ano, com efeito “*para promover e activar cada vez mais o restabelecimento das nossas minas e fabricas mineraes e para fomentar igualmente todos os conhecimentos assim practicos como theoreticos deste importantissimo ramo de instrução publica dignou-se o mesmo Senhor (D. João) nomear-me Lente proprietário da cadeira de metallurgia na Universidade de Coimbra, de que se me passou carta aos 20 de Maio de 1801*”⁴⁴. A partir de então, o ilustre santista, aos 37 anos de idade, tornou-se professor da universidade em que se formara⁴⁵.

⁴⁴ Carta a D. Rodrigo, de 26.07.1802. Cf. SILVA, 2006, p. 463

⁴⁵ No Livro 1 dos *Actos Grandes e Graos de Doutor da Faculdade de Filosofia*, de 1780-1801, lê-se, na folha 76: “Incorporação de Grao de Doutor na Faculdade de Filosofia de Jozé Bonifácio de Andrada e Silva, filho de ... e bacharel na mesma Faculdade que SAR foi servida mandar graduar na forma da Carta Regia de 15 de Abril de 1801, registada no livro 3º do Reg.º Geral, a fol. 79 vº. “*Aos 20 de Junho de 1802 na Salla Grande dos Paços Reaes desta Universidade, tendo precedido as legalidades do costume, o R. P.º Concelheiro, o Senhor D. Theotonio de N.ª S.ª da Porta... deu o grao de Doutor em Filosofia ao bacharel Joze B. de Andrada e Silva, na forma dos Estatutos e Carta Regia...*” Portanto, como já referimos, a partir de 1801, ei-lo doutor pleno. Era o reconhecimento do seu mérito e fruto dos seus altos patrocínios.

Logo no dia seguinte, prestou ele juramento e tomou posse de 5º lente da cadeira de Metalurgia, a qual lhe foi dada pelo Doutor Rev.º José Monteiro da Rocha, do Conselho do Príncipe Regente, comendador da Ordem de Cristo, decano da faculdade de matemática e director perpétuo da mesma faculdade, que já era professor responsável pela educação do príncipe D. Pedro, futuro regente e imperador do Brasil. Bonifácio conhecia, pois, o mestre do seu futuro amo, o que os deve ter aproximado, naturalmente. Por ordem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dada em 11 de Julho de 1801, se mandava abonar-lhe os ordenados da universidade, mesmo que ele estivesse ausente.

Cf. *Livro dos Juramentos*, 1772-1812, f. 57, v.º

A primeira contrariedade a ultrapassar decorria da conciliação entre as obrigações docentes, que exigiam a sua morada fixa em Coimbra e as tarefas de que também estava incumbido, ou seja, da prospecção de minerais em todo o país e da supervisão e intendência geral das minas. Além disso, fora ele ainda incumbido de reger um curso docimástico na Casa da Moeda, em Lisboa. Nessa circunstância, “*Foi S.A.R. servido ordenar a V. Ex.^{cia} me ouvisse sobre o modo de salvar este inconveniente, para que se descobrisse a maneira de empregar utilmente e regular o melhor possível o meo tempo*”⁴⁶. A proposta que apresentou considerava de maior urgência o curso na Casa da Moeda e o início do funcionamento das ferrarias, bem como a aplicação de uma bomba, encomendada na Inglaterra, em poços e galerias de esgoto de águas.

E o curso de metalurgia, criado para si? Retardar-se-ia o seu início por um ou dois anos, sem grande prejuízo. As razões invocadas são de vária ordem, porque embora a cadeira seja utilíssima e necessária, a sua pertinência e interesse ainda não foram explicados aos potenciais candidatos. Assim, “*Quando muito terei annualmente hum até dois discípulos, que frequentem a minha aula, vista a falta de entusiasmo da mocidade escolastica para uma tal sciencia, em si pouco amena e mui difficilissima; e pela falta igualmente de arrumação e empregos uteis para os bachareis em philosophia*”. Esta limitação já de si impunha prudência e algum esclarecimento junto dos eventuais interessados.

Porém, as dificuldades aumentam, dado que “*esta nova cadeira exige alumnos ja com todos os conhecimentos theoréticos e practicos da mineralogia e geologia, que se não encinão de modo nenhum na Universidade e de phisica e phoronomia, que poucos ou quazi nenhuns tem*”⁴⁷. Aqui surge, de forma elegante, mas veemente, uma crítica aos curricula da velha instituição. E ela intensifica-se, ao referir o que tal curso exige ainda, a saber: busca, descobrimento de metais e minerais no seio das montanhas, arquitectura subterrânea, escolha e uso de ferramentas próprias, ou seja, o 1º ano dessa cadeira limitar-se-ia à montanística, com suas lições, excursões, trabalhos práticos de moendas, lavagens, queima. Na sequência dessas exigências básicas, acerta uma pancada forte na instituição que o formara: “*Tudo isto se não pode fazer em Coimbra, onde não há minas, nem officinas, nem os estudantes estão pelos estatutos obrigados a semelhantes excursões e trabalhos, nem tem dinheiro para as fazer*”. Acresce a isto que a metalurgia, ensinada adequadamente, vai muito mais longe, implicando a docimasia, a arte fusória e suas máquinas, as levadas de água e outros aspectos. É deste modo que ela é concebida e ensinada na Europa Central. É assim que ele a pensa para lhe conferir dignidade e utilidade pública. Não se ficam, todavia, apenas por aqui as suas observações pertinentes. Uma outra o scandaliza: “*... descontados os dias santos, prèstitos, quintas-feiras e as ferias pequenas e grandes, fica reduzido o anno lectivo na Universidade, quando muito, a quatro mezes effectivos e neste curto espaço de tempo he impossivel ensinar coiza que valha*”⁴⁸. Perante este quadro, seria adequado inquiri-lo sobre a utilidade da cadeira criada efectivamente para ele leccionar. Imaginando a questão, antecipa-se a responder: “*Verdade hé que nas Universidades só se procura dar as primeiras linhas dos conhecimentos scientificos*”, remetendo-

⁴⁶ SILVA, 2006, p. 461.

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Idem

se uma especialização a fundo para outros níveis de ensino. Bonifácio aceita o encargo da cadeira, mas percebe-se, pelo seu texto, que ele não é a sua preocupação nem mesmo ocupação primordial. Aliás, o Regente nomeou-o lente, mas, ao mesmo tempo, atribuiu-lhe numerosos encargos, que exigiam a sua constante presença e mobilidade.

Ao longo da sua docência universitária, viu-se forçado a passar numerosas procurações a amigos de confiança para que, em seu nome, levantassem na universidade o seu ordenado e lho remetessem. Eis um exemplo: “*O Doutor José B. de A. e Silva do Dezembargo de SAR Lente Proprietario da cadeira de Metallurgia Intendente Geral das Minas e Metaes do Reino Cavalleiro Professo da Ordem de Cristo: Por este meu Alvará de Procuração constituo meu bastante procurador o Senhor Belchior Pinheiro de Moura para em meu nome e como se eu presente fosse receber do cofre desta Universidade a quantia de duzentos mil reis... Coimbra, 8 de Outubro de 1804*”⁴⁹. Ainda em 22 de Junho de 1821, quando já havia regressado ao Brasil, Bernardo de Sousa Barradas, recebia da Fazenda da Universidade de Coimbra 400\$000 em seu nome, como seu bastante procurador. Portanto, desde a nomeação, este Lente se apresentava aos poderes públicos pessimista e desencantado com o labor universitário. Sentia-se muito mais um homem de acção do que um Escolástico, para usar a sua própria expressão, ao que parece algo depreciativa. Dotado de um forte sentido crítico e pragmático, não se deixava embalar em falsas ilusões. Preferia parecer rude, por vezes indelicado, mas cultivava o sentido da perfectibilidade, tanto no plano humano, como na vida profissional. E batia-se galhardamente pelas suas convicções, sem nunca vergar no essencial, como demonstrará repetida e fartamente na sua actividade política após 1822. A sua frieza de análises e o seu sentido construtivo ficaram patentes desde bem cedo, pois ele não contava mais do que 39 anos. Neste aspecto, jamais mudaria.

Uma coisa não suportava ele na esmagadora maioria dos mestres de Coimbra e dela se demarcava com uma ironia mordaz. Considerava-os auto-convencidos, enfatuados, vaidosos, possuidores de um saber apenas livresco e oco de significado. Quase lhe mereciam desdém, salvo algumas – e honrosas – excepções, que, aliás, refere ao longo das suas cartas. O círculo onde se discutiam questões mais interessantes que lhe “*ralavão a paciência*” e lhe “*espertavão o sangue*”, mas o entusiasmavam, encontrava-se longe da universidade. A esta e à cidade que com ela se confundia chamou ele *Pedantopole* um dia⁵⁰. Comentários para quê? A universidade que reencontrou a partir de 1801 desiludi-o, pois, profundamente. Nunca, porém, dela se desligaria. Além de lhe pagar, garantia-lhe uma jubilação honrosa. Por essa razão se manteve nos seus quadros, uma vez que todas as outras honras e cargos se revelaram efémeros e de escassa utilidade, de acordo com a rudimentaridade da administração pública e seus consequentes bloqueios.

Todavia, não podia queixar-se da velha universidade, como muito mais tarde expressará nas páginas de *O Tamoio*. Nela adquirira as bases de tudo o que conseguira vir a ser na vida pública. A formação nela recebida o projectara para sempre. É certo que a criticara, às vezes com exagero e sobre ela subscrevera juízos rigorosíssimos. Isso, porém, se ficara a dever ao alto conceito que dela interiorizara, mesmo antes de a frequentar e conhecer. O seu perfeccionismo permanente

⁴⁹ Cf. Fac. Filosofia IV-1ªD-8-5, cx. 326.

⁵⁰ Idem

e o grau de exigência, que em tudo colocava, impeliu-no a buscar a excelência em tudo. Não pactuava com um certo ritual ultrapassado e com a vaidade oca de muitos dos seus docentes. Que enormes diferenças com algumas das suas congêneres do centro europeu. Por que não acercar-se mais das orientações destas e da sua estrutura de funcionamento? A crítica clarividente e construtiva pode (deve) tornar-se um meio de buscar a perfeição. Por isso ele denuncia, zurze, mas sabe respeitar e até ser grato.

Na verdade, nunca pôde esquecer-se que a cadeira de metalurgia foi criada expressamente para si, por sugestão e interferência do seu poderoso amigo D. Rodrigo de Sousa Coutinho junto do Príncipe. Aliás, desde a sua criação, em 1801, que ele ficara a ela adstrito, mas com uma total capacidade de manobra e flexibilidade pessoais. Assim, com assinatura de D. Rodrigo se lavrou no Paço este despacho: “*O Príncipe... houve por bem resolver que José Bonifácio de Andrada e Silva lente proprietário da nova cadeira de metalurgia... seja nella contado como presente para o Ordenado e quanto mais lhe pertencer desde a data desta nomeação sem embargo de ainda ter demora na Corte a bem do Real Serviço e desempenho das suas obrigações. O que participo a V. Ex.^{cia} para que assim a faça executar. Paço, em 11 de Junho de 1801*”⁵¹. Mas, logo no ano seguinte, novo despacho assinado pelo visconde de Balsemão e dirigido ao Reitor da Universidade corroborava que “*tendo em conta que os muitos e constantes trabalhos de que se acha encarregado o Intendente Geral das Minas e Metais do Reino José B. de A. e Silva exigem a sua continuada assistência muito particularmente em quanto estão no principio quaes são os Estabelecimentos de Fundação e Officinas de Ferro, a direcção da mina de carvão de Buarcos e a abertura de nova mina em a Ericeira e o Curso Docimastico na Caza da Moeda. Hei por bem que em atenção aos sobreditos trabalhos em beneficio do Real Serviço o mesmo Intendente Geral possa estar ausente da Universidade por espaço dos dois annos lectivos proximos seguintes vencendo tanto o ordenado como quaisquer emolumentos que hajam pertencer-lhe e sendo contado para este fim como se fora presente... Paço, em 9 de Agosto de 1802*”⁵². E a verdade é que assim ocorreu, de facto. Bonifácio ausentava-se de Coimbra sempre que queria, sem necessidade de qualquer autorização suplementar. Mais. A sua cadeira de metalurgia não havia começado a funcionar em 1807, o que colocava à universidade um sério problema. Na verdade, dizia-se em 9 de Outubro que “*a cadeira de metalurgia ainda não se abriu, porque José Bonifácio continua a estar doente, (violento achaque de hemorróidas que o obrigava a estar deitado) e o Vice-reitor entra na dúvida se o Demonstrador a deve abrir*”. Percebendo a delicadeza da questão, Bonifácio entregou ao responsável universitário os seus “*cadernos competentes para a dita abertura*”. Nessa mesma consulta se afirma que “*a regencia das cadeiras de Botanica e Historia Natural*” foram entregues ao seu colega e amigo Dr. Neves, i. é, António José das Neves e Melo. Como se vê, até 1807 a cadeira de metalurgia não funcionara, abrindo nesse ano, através da orientação dos seus cadernos, ao que parece, mas por interposta pessoa. Daí em diante, tudo indica que ela funcionou, a despeito das perturbações provocadas pelas invasões francesas que afectaram o normal funcionamento da velha instituição. Na verdade, em 1810,

⁵¹ Carta de D. Rodrigo de 30.07.1804. No mês seguinte, dirigindo-se ao mesmo aristocrata e confidente, refere o nome de um colega coimbrão, de nome Tristão, o qual lhe pareceu “muito afflito pelas pedantarias da Universidade”. Carta de 4 de Agosto de 1804. A.U.C.: IV – 1ª E-4-2-1.

⁵² *Ibidem*

Jose Bonifácio requer, como lente, que, mercê da invasão francesa da província do Minho (a 2ª) foram parar ao porto de Lisboa vários caixotes com os “*Petrechos Mecânicos*”, marcados uns com as suas iniciais, JBAS, outros sem elas, produtos metalúrgicos, livros e papéis que lhe faziam imensa falta, pois “*lhe são actualmente de muita necessidade para os trabalhos de sua profissão*”. O requerimento foi datado em Coimbra, em 20 de Junho. Portanto, a partir da Restauração da Pátria, tudo indica que a metalurgia tenha funcionado regularmente e que o seu lente proprietário a tenha orientado directamente. Com o desencanto crescente provocado pela presença inglesa em Portugal, Bonifácio reaproximou-se da universidade, a despeito das suas constantes ausências de Coimbra. Na verdade, foi-lhe necessário passar sucessivas procurações para que, por si, recebessem os seus honorários universitários. As procurações exibem as datas de 1801, 1803, 1804, 1805, 1806, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1815, 1817, 1818, denotando as respectivas ausências. Em 1812, a Junta da Fazenda da Universidade pergunta se deve continuar a pagar-lhe. E, em despacho assinado no palácio do governo, em 30 de Abril, o Príncipe manda que se lhe pague, como se ele estivesse presente “*atendendo a ele ter sido encarregado pelo governo destes Reynos de importantes comissões muito úteis ao seu Real Serviço*”. O despacho foi comunicado por João Antonio Salter de Mendonça ao senhor Francisco António da Fonseca Montanha, responsável pelo governo da universidade. Aliás, três anos antes, portanto, em 22 de Dezembro de 1809, os mesmos intervenientes comunicavam entre si que o Príncipe autorizara o professor de metalurgia, o desembargador J. B. A. e Silva, a ausentar-se para o Brasil durante um ano. Ele não poderia nunca queixar-se da falta de magnanimidade do Regente relativamente à sua pessoa. Continuaria professor, mas dispondo de total liberdade. A instituição talvez lhe manifestasse algumas reservas. Porém, quanto a ele, como docente, não se conhece qualquer crítica desfavorável.

Este lente, de estatura abaixo da meã, magro, de rosto pequeno e redondo, onde se destacava um nariz curvo e algo aristocrático, com olhos pretos, miúdos e muito brilhantes, cabelos negros, finos e lisos, usando casaca castanha, calças compridas e chapéu redondo, exibindo as insígnias da Ordem de Cristo, suspensas na jaqueta juntamente com uma espécie de corneta de fita vermelha, distintivo da magistratura, como o descreveu o barão de Eschwege, que com ele privou, falador e muito arguto⁵³, versado em várias línguas, desde as clássicas às modernas, demonstrou, em momentos de aperto, uma espantosa coragem, um estranhado amor à liberdade e um apego forte aos sentimentos pátrios. As sucessivas invasões francesas revelá-lo-ão também como um militar de gabarito, encarregado de missões delicadas e pronto a arriscar a vida pelos seus ideais. Acerquemo-nos desta marca da sua rica personalidade.

Em finais de 1807, (30 de Novembro) começou a entrar em Lisboa o exército da Gironda, comandado por Junot, consumando-se, desse modo, a 1ª invasão francesa. Recebido com desconfiança, mas, a princípio, sem violência, cedo se manifestou a revolta da população, que jamais admitiria passivamente as cláusulas do tratado de Fontainebleau (perda da independência). Iniciada a reacção popular, Junot procurou dismantelar o exército português, licenciando uma parte dos seus efectivos e mandando a outra para França, compondo a famosa Legião Estrangeira,

⁵³ COSTA, 1974, pp. 69/70.

posta ao serviço de Napoleão⁵⁴. Uma parte significativa da população reagiu às insinuações e aos abusos de Junot e dos seus homens. Entre os inconformados, encontrava-se a elite da Universidade de Coimbra, disposta a lutar pela independência. Esta enviou à capital uma delegação, composta por dois lentes, “*para irem a Lisboa como deputados da Universidade aos governadores do Reino e ao gen. Junot*” expor os seus pontos de vista. Os enviados chamavam-se Simão de Cordes Brandão e José Bonifácio de Andrada e Silva, ambos doutores. Do resultado da diligência nada se sabe, a não ser que o Cofre Académico lhes pagou uma ajuda de custo individual (192\$000 a cada um), por ordem de D. Francisco de Lemos⁵⁵. O documento exhibe a data de 21 de Dezembro de 1807, sendo a 1ª referência à acção de Bonifácio em oposição aos franceses invasores. As crueldades e insolências destes levantaram protestos e iniciaram-se os movimentos de reacção. Coimbra assistiu, no mês de Junho, à acção armada. Todos se uniram entregando o governo militar da cidade nas mãos do vice-reitor Manoel Paes de Aragão Trigoso, pessoa muito estimada e consensual. E os estudantes da velha instituição começaram a alistar-se para, organizadamente, expulsarem os franceses dos lugares de que estes se haviam lentamente apoderado, nas imediações. Temia-se um ataque à cidade especialmente do famoso general Loison, o maneta, sobre o qual corriam loas de uma crueldade indiscriminada. Faltavam munições na cidade. Para as confeccionar foi chamado o lente de química Tomé Rodrigues Sobral, que se encarregou do fabrico de pólvora. Os cartuchos ficaram a cargo de José Bonifácio, cuja confecção passou a supervisionar. Na iminência de um ataque de Loison, sobre Coimbra, foram organizados batalhões, compostos na maioria por estudantes voluntários, comandados pelos seus lentes. Assim se organizou o Corpo Militar Académico. Tratava-se dos voluntários que trocaram a beca por um uniforme militar, pago por cada um deles. Os Voluntários Académicos, como passaram a ser conhecidos, começaram a agregar os mais generosos e destemidos do escol universitário. Não seguiremos as suas diligências anti-francesas, a propósito da expulsão dos homens de Junot. Limitar-nos-emos ao papel desempenhado durante as invasões pelo lente de metalurgia José Bonifácio.

Encontrá-lo-emos graduado, primeiramente em sargento e depois em major no Corpo Académico, logo em Janeiro de 1808. Era o início de um percurso de coragem e patriotismo. Este revelou-se, à saciedade, a propósito da 2ª invasão, aquela que atingiu o Porto, em Março de 1809. Um livro manuscrito, existente no Arquivo da Universidade relata o que sucedeu e como estava organizado o Corpo Militar Académico. O seu autor foi o 3º lente de Cânones José Inácio da Rocha Peniz. Por ele se ficou a conhecer a acção de Bonifácio nesse período delicado por que passou o país. O medo apoderou-se da região centro, uma vez que o objectivo de Soult e dos seus homens era marchar sobre a capital. Coimbra e sua região prepararam-se para o embate frontal com o exército inimigo. Comandava superiormente as forças nacionais o gen. Nicolau Trant. Por ordem do vice-reitor Aragão Trigoso “*congregou-se o Corpo Militar Académico*”. Foram escolhidos logo os oficiais maiores para comandarem 206 fuzileiros e 80 artilheiros, conduzidos eles pelos lentes Fernando Fragoso de Vasconcelos, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Inácio R. Peniz e Manuel Serpa Machado. Os franceses, após passarem o Douro,

⁵⁴ ARTUR, 1901 e BANHA, 2007.

⁵⁵ A. U. C. Invasões Francesas IV-1ªE-4-2-1-1.

avançaram para Grijó, Feira e Ovar. Foi então que o Corpo Académico se lhes opôs, partindo de Coimbra e avançando para Águeda. Ai “*compoz-se delle a Presidencia e Vogaes do Conselho Permanente da Segurança e Policia do Exercito*”, cujo objectivo era impor a ordem e a disciplina, reprimir a insubordinação, castigar a espionagem e tranquilizar os habitantes. Este Corpo avançou sempre para norte e entrou finalmente no Porto, onde combateu valorosamente as tropas de Soult, expulsando-as em direcção à fronteira com Espanha.

José Bonifácio já tinha experiência deste tipo de combates, pois, em 1808, fora graduado no posto de sargento, tendo frequentado “*os exercícios com exactão. Apresentou-se com farda e espada, concorrendo para as despesas da sua companhia. Offereceu-se para hir com o Exercito que hia restaurar Lisboa*”⁵⁶. Agora, na 2ª invasão ser-lhe-á entregue um lugar de maior destaque na hierarquia militar. Com efeito, o 5º lente da faculdade de Filosofia, que integrava as forças sob o comando de Nicolau Trant, saiu de Coimbra, em direcção ao norte, em 31 de Março de 1809, integrando o seu Estado Maior e graduado em tem. coronel. Ao chegar a Águeda, o Corpo Académico estacionou e todas as forças foram reestruturadas. Foi então que Bonifácio “*pricipiou a servir no Conselho de segurança do Exercito. Acompanhou depois desde a passagem do Vouga até que no Porto foi nomeado Inspector Interino da Policia da mesma cidade e seo Districto*”. Em a “*Ordem do Dia 14 de Agosto de 1809 o Ill.º e Ex.º Sr. Marechal Beresford, condescendendo com a sua representação, lhe concedeo que se retirasse, fazendo publico ao Exercito a grande approvação que merecião os seus bons Officios...*”⁵⁷. Nesta 2ª invasão francesa coube-lhe, pois, uma função chave: integrar o Estado Maior, como sub-chefe e presidir ao Serviço de Segurança do Exército, de capital importância, mercê da espionagem inimiga, das delações constantes, da “caça” indiscriminada aos afrancesados, actuando ele na triagem constante dos boatos, cujo objectivo era alvoroçar permanentemente as populações.

Mesmo antes de deixar Coimbra, rumo ao norte pareceu prudente fortificar a cidade, antes de a entregar aos cuidados e comando do lente de cânones Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcelos, ten. coronel do Corpo Académico. A escolha para o planeamento e execução das obras, de fortificação coube ao então major José Bonifácio, bacharel em Leis, lente de Metalurgia, Desembargador da Relação e casa do Porto. “*Este varão... animava com a sua presença e actividade os Obreiros anciosamente empregados na factura de huma bateria e fôso na Ponte e însua de Agoa de Maias...*”⁵⁸. Em 4 dias a obra, planeada pelo Superintendente das Obras de encanamento do Rio Mondego, ficou pronta, de acordo com a encomenda e o desejo do gen. Trant. Como se disse, deixando Coimbra, o exército de cavaleiros, artilheiros e infantes avançou para norte, agora caminhando para Aveiro, onde Trant o esperava. Foi nesse movimento que se avistaram à distância inimigos a cavalo. Nesse momento, o comandante da força lusa, José Bonifácio “*com a mais louvavel e assombrosa intrepidez os foi reconhecer*”, pondo-os em fuga, já na região do Corvo⁵⁹.

⁵⁶ Cf. *Livro Mestre do Registo do Corpo Militar de Lentes Oppositores, Doutores e Professores Voluntarios Academicos*, formado para cooperar quando lhe for possível para a feliz Restauração do suave Governo do Príncipe Regente N. S., f. 2. (Trata-se da 1ª invasão francesa, claro).

⁵⁷ Cf. A.U.C. *Relação dos Academicos e Agregados que servirão no Corpo Academico Militar* em as Expedições do Vouga e Porto e nas Marchas do Porto para as Fronteiras em o anno de 1809.

⁵⁸ SILVA, 1809, p. 7.

⁵⁹ *Ibidem* e também *Memorias Relativas ao Corpo Militar Academico*, Livro 6º, 1ª 1.1.6. fol.4.

Este continuou sempre a comandar os seus homens, expondo-se ao perigo iminente. Pelo caminho, alguns réus de alta traição, postos ao serviço dos esbirros franceses, foram sentenciados à morte, para que o seu exemplo desencorajasse outras atitudes idênticas. Bonifácio, recorde-se, como juiz e integrante do corpo de Estado Maior, mandou aplicar a lei com rigor. Era a ele que competia esse cargo, como se lê na Ordem do dia de 12 de Abril de 1809: “o S.^{or} Comandante de Divisão de Entre Douro e Mondego estabeleceu hum Conselho permanente para examinar as Espias e revistar os passaportes e decidir quaesquer contendas que possa haver entre os individuos dos differentes corpos que compoem a sobredita Divisão. Pois que o sr. comandante não pode tomar conhecimento miudamente e continuadamente destes acontecimentos, os Officiais que compoem o sobredito Conselho serão os Senhores José Bonifácio de Andrada, major do corpo académico... Quartel general no Sardoão, assinado: D. Pedro de Sousa Holstein., ajud. gen.^{ab60}. Pertencendo ao quartel general, sediado em Águeda, como sub-chefe de Estado Maior, o 5º lente da Faculdade de Filosofia, integrou-se nas forças que marchavam sobre o Porto, para o libertar das tropas do duque da Dalmácia, o odiado Soult. Entre a Terra da Feira e Gaia, o Corpo dos Militares Académicos, comandado pelo já ten. coronel José Bonifácio, “*varão d’huma valentia sem termos*”, avançou até ao limite sugerido por Trant⁶¹, para entrar na cidade do Porto, a 12 de Maio. E o autor da *Narração das Marchas e Feitos do Corpo Militar Academico* remata o seu relato sobre os briosos universitários reconhecendo que “*com os livros na esquerda, e na direita a espada*” eles souberam ser dignos da sua instituição e da sua pátria.

Não terminara aqui a demonstração de brio e de patriotismo do lente de Filosofia Natural. Na sequência da 3ª invasão francesa, o Corpo Académico solicitou autorização para “*novamente se organizar para empregar na defeza deste Reino o seu Patriotismo*”. O Príncipe “*anuindo aos seus desejos houve por bem determinar que elle reunisse, commettendo a sua organização e o seu commando ao Doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, a maior patente do dito Corpo, que se achava em Lisboa, em 28 de Novembro de 1810*”⁶². Na mesma ordem, se afirmava que logo que cessassem os motivos da mobilização, o corpo se dissolveria para que os seus integrantes se pudessem dedicar à sua carreira académica.

Esta relevante folha de serviços, no âmbito militar, levara-o a acrescentar antes ainda mais uma função ao seu brilhantíssimo palmarés. Com efeito, no livro onde se registaram as atribuições dos universitários, lê-se: “*Acompanhou e servio desde o principio enquanto o não distrahiu o outro Serviço no Conselho de Segurança para que foi nomeado a 12 de Abril [1809]. Acompanhou e servio depois desde a passagem do Vouga até que no Porto foi nomeado Inspector Interino da Policia da mesma Cidade e seu Destricto. Adiante do Corvo offereceu-se para hir comandar huma Guarda avançada de 100 Academicos*”⁶³.

Sobre esta função transitória de José Bonifácio as fontes não são concordantes. Um chamam-lhe Inspector interino, enquanto outras o designam por Intendente interino e

⁶⁰ Cf. *Ordens do Dia, Avizos e Cartas relativas ao Corpo Académico*. Livro n.º6, fol. 69 vº.

⁶¹ Idem, pp. 21/22.

⁶² A.U.C. *Memorias Relativas ao Corpo Militar Academico*, Livro 2º, fol. 4.

⁶³ A.U.C. Livro 6º, onde se registam os dados dos elementos constitutivos do Estado Maior.

superintendente da Alfândega. Após uma pesquisa cuidadosa, mas pouco frutífera no Arquivo da Torre do Tombo sobre os Livros da Intendência, conseguiu-se apurar que a partir de 9 de Junho de 1809, todos os casos ocorrentes no Porto e províncias do norte deveriam ser endereçados a José Bonifácio de Andrada, interino intendente da polícia. Antes dele as queixas estavam a ser dirigidas ao corregedor de Guimarães, que também servia o mesmo cargo no Porto⁶⁴. Portanto, desde o início de Junho, restabelecera-se a intendência de polícia do Porto, à qual eram dirigidas inúmeras queixas: contra espíões, afrancesados colaboradores do inimigo em fuga, roubos, escritos sediciosos e outras questões do foro jurídico e policial. Assim, em ofício enviado do Porto para o intendente geral da polícia, em 6 de Junho de 1809, perguntava-se o que fazer após se terem apreendido proclamações sediciosas, que ainda não haviam chegado a Lisboa. Além disso, inquiria-se também que medidas adoptar para fazer face à ordem pública. A verdade é que a 10 de Junho os papéis sediciosos, constituídos por Proclamações, Editais, Decretos e outros, impressos no Porto, começavam a ser distribuídos na capital, sendo um deles particularmente visado, designado por **O Dezengano**⁶⁵. Uns dias mais tarde, o livro refere: “*O corregedor da comarca do Porto me envia neste correio o Edital que ponho na presença de V.A.R. para conhecimento da jurisdição que alli exercita José Bonifácio de Andrada*”⁶⁶. O edital continha a seguinte ordem: “*Mando que todos os que souberem dos Authores dos papeis incendiários, que se publicarão nesta Cidade, debaixo do intruso Governo Francez, os venhão delatar a esta Intendencia de Policia, para que pelos modos legaes se desagrave a Soberania offendida, e se contenhão para o futuro os Traidores, e Aleivosos como exemplo do castigo, que merecem tão abominaveis maquinações. Dado, e passado nesta Cidade do Porto aos 5 de Junho de 1809. O Dr. Dz.ºr José Bonifácio de Andrada e Silva*”. Que jurisdição? A de intendente, pois em ofício de 14 de Julho, o desembargador corregedor da cidade do Porto afirma “*que José Bonifácio de Andrada continua a exercer as funções de Intendente Geral da Policia, tendo para seu ajudante ao Doutor Matheos de Souza Coutinho; e havendo criado hum secretario de Policia, que passa passaportes, fazendo nisto innovaçoes a que prudentemente se não tem o dito Corregedor opposto para evitar conflicts...*”⁶⁷. A referência seguinte, sem data aliás, mas que se presume possa ser ainda de finais de Julho ou Agosto, emanada do corregedor do Porto, refere, laconicamente, que José Bonifácio deixara as funções de Intendente Geral da Polícia, entregando todo o expediente em seu poder ao chanceler governador das justiças daquela Relação (do Porto). A nosso ver, o lente de Metalurgia, cumulado de distinções e cargos, procurou reestruturar a Intendência do Porto, como lhe parecia oportuno, mas, por essa razão, atraíu sobre si a desconfiança e a reserva dos mais retrógrados juristas da Relação. Isso provocou-lhe um sentimento de enfado e de desconforto, precipitando o desejo de regressar à universidade e aos numerosos outros cargos profissionais de que ainda se achava incumbido, deixando este. Solicitou escusa ao marechal Beresford, comandante em chefe, de todos os cargos a que ele acedera, na sequência da guerra. A Intendência Geral da Polícia nestes se englobava. E o certo é que Beresford condescendeu com o seu pedido e aceitou a demissão do cargo, em 4 de Agosto de 1809, a partir de um

⁶⁴ (A.N.T.T.) Intendência Geral da Policia, Livro n.ºX, fol. 165.

⁶⁵ Idem, f. 163 vº

⁶⁶ Idem, f. 177 vº.

⁶⁷ Idem, ff. 195, vº e 196.

despacho dado no quartel general, em Almeida. Louvava-lhe, contudo, “*as melhores provas do seu patriotismo, conhecimentos e valor*”⁶⁸. Portanto, pelo menos a partir do início de Agosto, José Bonifácio abandonava o cargo de Intendente Geral da Polícia do Porto, organismo cuja complexidade de atribuições e de decisões exigia, ao que parece, profunda transformação. O seu regresso à vida civil estava consumado. Na sequência disso, em 28 de Julho de 1810, ele solicitava ao governador de armas do Porto Nicolau Trant que lhe fossem fornecidos os meios para empreender o restabelecimento das Minas, de acordo com o seu projecto, superiormente aprovado. As do Pejão, perto do Porto, estavam quase inactivas porque os respectivos mineiros haviam sido mobilizados por Trant. Daí a sua inquietação. Os “*Pérfidos Franceses*” tinham sido expulsos, mas os estragos por eles provocados continuavam⁶⁹.

Contudo, uma convulsão longa como aquela que foi provocada pelas invasões francesas teria fatalmente consequências, a vários níveis. Uma delas terá sido desencadear alterações no policiamento das cidades, o que ocorreu pelo Alvará de 28 de Maio de 1810. E uma questão de fundo se poderá colocar com legitimidade: até que ponto a passagem de José Bonifácio pela Intendência não as terá sugerido ou precipitado? Durante dez anos percorreu ele os países mais avançados da Europa. Como jurista, ter-lhe-ão escapado as medidas mais avançadas aí introduzidas em tais matérias? Parece legítimo questionarmos sobre isto a documentação existente. Que ele introduziu alterações ao funcionamento da Intendência, não há dúvida. Em que sentido? Ficar-lhe-emos a dever mais alguma achega importante para a modernização das estruturas do país? A investigação continua. Esperemos que surta alguns efeitos⁷⁰.

Ficar-nos-emos por este período de vida de José Bonifácio. Até 1819, data do seu regresso ao Brasil, as marcas que foi deixando em Portugal continental, foram-se diluindo progressivamente. Emergirá daí em diante o homem público na sua terra natal. Essa história, contudo, ultrapassa os objectivos deste trabalho.

Em 1812, elegeram-no os sócios da Academia das Ciências seu secretário. Era mais uma honra. Agora dedicar-se-ia mais às questões da actualização e discussão científica, nas áreas da sua especialidade, em que produziu muitos e originais trabalhos, no âmbito dessa prestigiada instituição. Só se despediu dela ao regressar ao Brasil, conforme o discurso de 24 de Junho. Mas os seus colegas recordavam-no com respeito e admiração, particularmente os que o conheciam há muito⁷¹. Voltava às suas origens com 56 anos feitos, carregado de prestígio e de ideias. Por estes lutará bravamente, como sempre o fizera e nem sempre de forma consensual. Aí ganhará direito a que o viessem a considerar o Patriarca da Independência, havendo-se transformado, nos últimos anos, no tutor do futuro imperador Pedro II. Enobreceu as suas duas Pátrias.

⁶⁸ A.U.C., Livro 6º, f. 95.

⁶⁹ A.H. Militar (Lisboa), Processo individual de José Bonifácio de Andrada e Silva.

⁷⁰ Agradecemos à colega (e amiga) Maria José Moutinho Santos as suas achegas sobre esta passagem de José Bonifácio pela Intendência da Polícia no Porto.

⁷¹ É o caso, por exemplo, de Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, que nas suas *Memórias* escreveu: “Eu conhecia já de Coimbra a José Bonifácio; era um homem de grandíssimo talento e instrução, de muita vivacidade, de genio forte e emprehendedor, e muito espirituoso e engraçado em sociedade de amigos”. *Memórias*, 1933, p. 65.

Afinal que homem foi este, que ficamos a conhecer certamente um pouco melhor, como estudante, como professor, como altíssimo funcionário régio, como miliciano, decidido e corajoso, como responsável pela manutenção e reestruturação das forças de ordem pública (na cidade do Porto)? Será possível caracterizá-lo, mesmo sumariamente, em termos humanos e sociais? Correndo o risco de repetir alguns traços daqueles que os seus estudiosos já vêm carregando para a elaboração do seu perfil psicológico e lembrando que a plenitude das suas espantosas qualidades e principais defeitos só se revelaram, em absoluto, ao longo da sua acção político-institucional no Brasil, onde desempenhou os mais altos cargos públicos, disfrutou das maiores honrarias e sofreu, conseqüentemente, afrontosas humilhações, arriscaremos algumas notas pessoais. Há aspectos que sempre nos impressionaram muito no seu carácter.

José Bonifácio passava de um extremo ao outro, na apreciação de pessoas e situações, com impressionante volubilidade. Era homem de convicções, de princípios morais intocáveis, mas, por isso mesmo, frontal, leal, às vezes a roçar a inconveniência. Tanto louvava e reverenciava, como, quase no imediato, criticava com veemência, usando, às vezes, a ironia mais descabelada e mordaz. Conhecem-se-lhe alguns juízos rigorosíssimos sobre pessoas que, durante décadas, lhe haviam merecido respeito e até muita estima, consideração e reverência. O caso paradigmático a citar não pode deixar de ser o da atitude para com o soberano que o nomeou para os mais altos cargos da administração pública portuguesa, D. João VI. Ao longo de décadas, sobretudo na sua correspondência, ele o reconheceu como benfeitor e, portanto, lhe tributou honras de súbdito, agradecido e fiel. Porém, quando, em 1825, teve conhecimento das cláusulas do tratado de reconhecimento da independência do Brasil, através das quais o monarca de Portugal avocava o título de imperador, embora cedendo-o a seu filho D. Pedro, o que constituía uma situação insólita, tanto mais que o império se comprometia a pagar à sua antiga metrópole uma pesada indemnização (2.000.000 de esterlinos), explodiu de raiva e estalou nele todo o verniz. Perdeu completamente o equilíbrio, esqueceu o passado e caiu na quase boçalidade, chamando a D. João VI, João Burro⁷². E, embora estigmatizado e azedo pelo exílio que suportava amargamente em Talence (Bordéus), voltou a ser duríssimo para com o rei de Portugal e para com seu filho, criticando a atribuição de tantos títulos de nobreza por parte de D. Pedro aos seus apaniguados e favoritos (de uma só vez 19 viscondes e 22 varões), explodindo de raiva: “*Nunca o João⁷³ pariu tanto na plenitude e segurança do seu poder autocrático. Quem sonharia que a michela Domitila seria viscondessa da pátria dos Andradas? Que insulto desmiolado*”. Por aqui se poderá ajuizar da violência de linguagem que caracterizou a sua vida pública, designadamente após o seu banimento político, a partir de 1823. Os seus inimigos (e estes contavam-se em grande número) temiam-no, procuravam desacreditá-lo e, por isso, mereceram-lhe epítetos dos mais violentos que a língua portuguesa conhece.

Contudo, pela sua acção multímoda, pela espantosa cultura humanística e científica, pela coerência dos seus princípios e, sobretudo, pelo seu desprendimento dos bens materiais e das benesses públicas, pelo sentido de Estado que sempre o norteou, transformou-se num “*colosso*”,

⁷² “Que galanteria jocosa de conservar João Burro o título nominal de imperador”. SOUSA, 1988, p. 234.

⁷³ Isto é, D. João VI.

como reconheceu Aureliano Coutinho, um dos seus inimigos políticos, no momento em que o destituíram da tutoria dos príncipes. O tempo encarregar-se-ia de o consagrar como uma das maiores figuras de sempre da comunidade luso-brasileira. De constituição física algo débil, com perturbações cardiovasculares que o apoquentaram na velhice, roubando-lhe a capacidade de trabalho de outrora, conseguiu ir recuperando alguns lugares de prestígio que perdera. Na maçonaria, por exemplo, voltou a ser grão-mestre do Grande Oriente do Brasil e presidiu a várias sociedades científicas até à morte, em Abril de 1838. De si próprio escreveu, à guisa de auto-retrato: “... eu não sou dogmático atrevido, nem académico desmarcado; amo a verdade e procuro-a deveras; em uma palavra, sou céptico e desejava... adquirir o estado de tranquilidade interna, fruto da nossa crassa ignorância”⁷⁴. Ignorante é que não. Lera gregos e latinos no original, como Homero e Plínio (História Natural), Dante, Shakespeare, Goethe, Schiller, além dos franceses, tornara-se um amante e excelente conhecedor de Camões e dos autores clássicos portugueses, sendo versado em línguas antigas e modernas⁷⁵. Reuniu uma biblioteca que chegou a contar cerca de seis mil volumes e em cujo âmbito cabia quase tudo o que um homem culto podia abarcar.

Um último aspecto da personalidade de Bonifácio é impossível omitir: a sua dedicação à casa de Bragança a qual para ele representava, no Brasil, a legitimidade política e servia de elo de aglutinação de todas as parcelas do território nacional. Quando, durante a Regência, se extremaram os campos políticos, ele e seus irmãos optaram pelo grupo restaurador, ou caramuru, que ainda vislumbrava, como possível, o regresso de D. Pedro. Nessa perspectiva, entenderemos as relações, tantas vezes tensas, mas sempre tolerantes para com o jovem imperador, ao longo dos anos. Bonifácio foi o seu braço direito no período crucial da afirmação da independência, a ponto de o imperador o visitar rotineiramente em sua casa do centro da cidade, a cuja porta acabrestava o seu cavalo ostensivamente. Discordaram muitas vezes, brigaram em questões políticas de fundo, mas mantiveram sempre uma incontida proximidade, lealdade e amizade indestrutíveis. Bonifácio sempre atribui alguns dos exageros imperiais à juventude do monarca e aos maus conselhos e pérfidos exemplos dos validos. Por isso os perdoava. A cumplicidade entre essas duas figuras chave da independência documenta-se através de alguns episódios significativos, cujos efeitos perduraram até às respectivas mortes.

D. Pedro olhava para José Bonifácio como o seu mentor político-cultural, respeitando-o como uma figura impoluta, uma espécie de aio, de cuja direcção nunca pudera dispor durante a sua criação e educação brasileiras, a que tantas vezes se referiu. Tratava-o por meu José, meu amigo e assinava-se como seu amo, portanto dentro da maior familiaridade. Trocaram alguns documentos de grande alcance e humanidade de que não referirei senão alguns, poucos, aliás, mas sugestivos. Em 3 de Março de 1822 D. Pedro dirigiu-se-lhe: “*Chorando escrevo esta a dizer-lhe que venha à manham aqui ao despacho às horas do costume, porque eu lá não posso hir visto o meu Querido filho [D. João Carlos] estar exalando o ultimo suspiro e assim não durará huma hora. Nunca tive e Deus permita que não tenha outra ocasião igual a esta como foi o dar-lhe o ultimo beijo*”

⁷⁴ Idem, p. 269.

⁷⁵ “... não falo mas entendo 11 línguas, das quais só falo seis”. PEREIRA, 1974, p. 208.

e deitar-lhe a derradeira benção Paterna. Calcule pelo amor que tem à sua família e ao meu filho qual será a dor que transpassa o coração deste seu amo e amigo. Pedro”⁷⁶. O príncipe morreu de facto e o pai escreveu para o seu túmulo um epitáfio. Mandou o texto a José Bonifácio, pedindo-lhe que o lesse e corrigisse como entendesse, o que, na verdade, sucedeu. Em 18 do mês anterior, a carta que lhe havia dirigido desmente aquela afirmação, tantas vezes repetida, de que D. Pedro era arrogante, autocrático, insensível aos bons conselhos. Ei-la: “*Recebi a sua carta e n’ella judiciosas reflexoens as quais eu aprovo muito e agradeço; e digo que se todos os Príncipes que quizessem obrar precipitadamente (assim como pello Diabo eu hia fazendo) tivessem hum amigo, como eu me prezo de ter, elles nunca se deslustrarião e a sua gloria seria multiplicada todos os dias; graças a Deus que tal me concedeu.*”

Logo quando passar por sua caza, entrarei para lhe agradecer a franqueza que tem com este seu amo que cada dia he mais seu amigo. Pedro”⁷⁷. Nove anos volvidos e depois de muitos choques políticos que, a partir de 1823, compeliram o velho Andrada ao exílio, mas já após o seu regresso ao Rio, na sequência da abdicação de D. Pedro à coroa imperial, em 7 de Abril de 1831, outro documento do ainda imperador, é taxativo: “*Hei por bem... nomear, como por este meu imperial decreto nomeio, Tutor dos meus amados e prezados filhos ao muito “Probo, Honrado e Patriótico Cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, meu verdadeiro Amigo”*”⁷⁸. Mais eloquente prova do que esta da admiração e confiança em José Bonifácio é impensável. D. Pedro entrega-lhe nos braços o filho herdeiro, com 5 anos e as irmãs, para que a todos eduque e instrua convenientemente. E o amigo, posto ao corrente da situação, logo no dia seguinte responde: “*Senhor. A carta de V. Mag.^e veio servir de hum pequeno lenitivo ao meu afflicto coração; pois vejo que apezar de tudo V. Mag.^e ainda confia na minha honra e pequenos talentos para cuidar da tutoria e educação de seu Augusto filho o Senhor D. Pedro 2º ... Confie V. Mag.^e em mim, que nunca enganei a ninguém e nunca soube dezamar a quem huma vez amei... Iguaes votos [de felicidades] encaminha aos ceos o meu sincero coração pelo Soberano que foi da minha escolha e pelo meu amigo. Beija as mãos de V. Mag.^e Jozê Bonifácio de Andrada e Silva*”⁷⁹.

Entre ambos nunca uma sã e sincera amizade faltou, mesmo nas circunstâncias mais dramáticas. Em carta do exílio, escrita a um dos seus sobrinhos, José Ricardo da Costa Aguiar Andrada, desembargador, antigo deputado às Cortes de Lisboa e à Constituinte do Brasil, em 23 de Fevereiro de 1825, escreveu em P.S.: “*Rogo-lhe 2ª vez que mostre esta minha carta ao Imperador; pois nella nada ha que o possa offender; e só sim sinceridade e franqueza de hum homem bom e franco, a quem elle em melhores eras lisongeava com o titulo de seu amigo, titulo que nunca lho desmereci, embora digão patifes o contrário*”⁸⁰. Em verdade, nunca se desmereceram um ao outro. D. Pedro reconheceu o erro tremendo em que incorrera ao permitir o seu exílio. Arrependeu-se.

Quando, em 1829, ele voltou ao Rio, procurou-o, conversaram, reataram essa velha amizade indelével. A prova mais cabal disso mesmo encontra-se nas cartas que o então duque de Bragança, após deixar definitivamente o Brasil, em Abril de 1831, passou a dirigir aos filhos.

⁷⁶ Arquivo do Palácio Imperial de Petrópolis.

⁷⁷ Idem

⁷⁸ Idem

⁷⁹ Idem

⁸⁰ Idem

De Paris, em 9 de Janeiro de 1831⁸¹, escreveu ao filho: “*Faze os meus cumprimentos à Regência e também aos Ministros, com muita especialidade ao muito honrado paulista que tem sabido conter os anarchistas e apoiar os homens de bem*”, embora se queixe que não recebeu qualquer carta de José Bonifácio. Porém, o nome deste está presente em todas as missivas que da cidade cercada do Porto, em 1832 e 1833, continuou a enviar aos filhos. Solicita-lhes obediência ao tutor, manda a este abraços e felicitações pelos êxitos alcançados (carta de 4 de Novembro de 1832) e ainda nesse mês (a 24) elogia o tutor perante os filhos, lamentando a sua idade avançada, mas confiando nele como se presente estivesse. Nas cartas seguintes, refere-se sempre a José Bonifácio como “*o vosso bom tutor*”, o “*meu amigo*”, culminando na de 3 de Julho de 1833, ainda no Porto, na qual, ao referir-se a José Bonifácio envia agradecimentos ao “*nosso velho amigo*”. Ora isto é tanto mais significativo quanto D. Pedro trata todos os demais palacianos por criados, incluindo a aia⁸² dos filhos.

Contudo, a referência mais explícita a José Bonifácio por parte do ex-imperador está contida na carta de 11 de Março de 1833, também dirigida ao filho, na qual escreveu: “*Tu farás os meus cumprimentos ao meu amigo José Bonifácio e teu tutor ao qual tenho escripto diferentes vezes e do qual ainda não tive resposta alguma e lhe dirás que eu não julgo que esta falta provenha d'elle, mas sim das circumstancias delicadas e criticas em que desgraçadamente se tem achado e que o forção, por teu bem, a obrar contra o que dezejará: as recomendaçoens que nas tuas cartas elle me manda cauzarão-me grande prazer; meus olhos se arrazarão de lagrimas ao lê-las e ao mesmo tempo dei parabens a mim mesmo por ver que o meu amigo ja não teme tanto fazer-me constar que existe; o que tambem me faz conhecer que a grande tempestade começa a desvanecer-se e que começa a fazer justiça àquelle que espozando a causa justa do Brasil, jamais pensou outra coisa que engrandecel’o*”⁸³. Que elogio maior e mais sentido do que este seria possível fazer à personalidade do velho Andrada, provindo da sensibilidade de quem com ele privou como ninguém?

Frequentemente se afirma que D. Pedro jamais manteve uma amizade duradoura com qualquer dos seus ministros ou conselheiros íntimos, ressalvando-se sempre, como excepções, os casos do Chalaça e de Rocha Pinto, aliás muito discutíveis. O imperador e Bonifácio conheceram-se, muito provavelmente, através das recomendações de um amigo comum, o Dr. José Monteiro da Rocha, antigo universitário de Coimbra do tempo do ilustre santista e também mestre de D. Pedro, muito apreciado por este. A figura do antigo director perpétuo da faculdade de matemática aproximou-os. O duque de Bragança, quando abdicou da coroa imperial, percebeu quanta preparação humanística, técnica, política e cultural faltou à sua própria educação, em tempo oportuno. Para seu filho e sucessor augurava outra formação, abrangente e avançada. A única pessoa que conhecia e que era capaz de transmitir a um jovem essas características, acrescidas do amor à liberdade, à constituição e ao Brasil, era José Bonifácio, a cuja tutoria não hesitou em entregar os filhos. Na velha universidade de Coimbra ele cultivou a inteligência e temperou o carácter, como sugerimos.

⁸¹ A carta exhibe a data do ano de 1831. Não é possível, pois nesse ano e mês ainda ele estava no Brasil. Deve ter sido um lapso. Só pode ter sido escrita em 1832.

⁸² D.^a Maria Carlota de Verna Magalhães Coutinho.

⁸³ Arquivo do Palácio Imperial de Petrópolis

Esta evocação dos seus tempos de estudante e de docente entreabriram-nos um pouco mais as portas para o recolocarmos melhor na sua verdadeira dimensão humana, científica, política e institucional. O convívio espiritual com os grandes homens enriquece-nos sempre, uma vez que a memória do passado colectivo constitui a base da nossa própria identidade, no caso vertente, da luso-brasileira.

Fontes

I – Manuscritas

- Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (A.N.T.T.)
 - Livros da Intendência Geral da Polícia
- Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.)
 José Bonifácio de Andrada e Silva
 - Faculdade de Filosofia. Caixa 326
- Invasões Francesas IV-1ª E – 4 – 2
 - Livro 1 dos Actos Grandes e Graos de Doutor da Faculdade de Filosofia, de 1780-1801
 - Livro dos Juramentos, 1772-1812
 - Livro Mestre do Registo do Corpo Militar de Lentes Opositores, Doutores e Professores Voluntarios Academicos
 - Ordens do Dia, Avizos e Cartas relativas ao Corpo Académico, Livro n.º6
 - Rellação dos Academicos e Agregados que servirão no Corpo Academico Militar
 - SILVA, Ovidio Saraiva de Carvalho e, *Narração das Marchas e Feitos do Corpo Militar Académico Desde 31 de Março, Em que Sabio de Coimbra, Até 12 de Maio, Sua Entrada no Porto*. Coimbra, 1809
- Arquivo Histórico Militar (A.H.M.)
 - Processo relativo a José Bonifácio de Andrada e Silva
- Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis)
 - Processo de José Bonifácio de Andrada e Silva
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
 - Colecção relativa a José Bonifácio de Andrada e Silva

II – Bibliografia sumária

- ARTHUR, Ribeiro, *A Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão*. Lisboa, 1902
- BANHA, Tenente Teotónio, *A Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão*. Introd. de António Ventura. Lisboa, 2007
- BARREIROS, Fernando, *Notícia Histórica do Corpo Militar Académico (1808-1811)*, Lisboa, 1918
- CALMON, Pedro, *O Rei Cavaleiro. A vida de D. Pedro I*. São Paulo, 1933
- CAVALCANTE, Berenice, “D. Pedro I e José Bonifácio sob o império da amizade”, *Anais*, Museu Histórico Nacional, 1998, vol. 30
- COSTA, Pedro Pereira da Silva, *José Bonifácio*. São Paulo, 1974
- LEOPOLDINA, Dona, *Cartas de uma Imperatriz*. Rio de Janeiro, 2006
- LUSTOSA, Isabel, *D. Pedro I*. São Paulo, 2006
- Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, Coimbra, A.U.C., 2002
- Memorias Economicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, vol. II, pp. 277-293*

- MORATO, Francisco Manoel Trigoso Aragão, *Memórias*. Coimbra, 1933
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz da, *Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. Les années de formation. 1755-1796*. Lisbonne-Paris, 2002. I *L'Homme d'État* 1796-1812. II. Paris, 2006
- SILVA, Jose Bonifacio de Andrada e, *Projectos para o Brasil*. São Paulo, 1998
- SOUSA, Octavio Tarquinio de, *José Bonifácio*. Belo Horizonte, São Paulo, 1988
- TAUNAY, Affonso de, *Grandes Vultos da Independência Brasileira*. São Paulo, 1922
- VAINFAS (R.) e NEVES (L.) org., *Dicionário do Brasil Joanino*. Rio de Janeiro, Objectiva, 2008.

Cláudia Pinto Ribeiro¹

Os heróis que a Guerra invalidou...

Reeducar o soldado no Instituto de Mutilados de Santa Isabel (1917-1921)

R E S U M O |

Quando chegaram a Lisboa os primeiros soldados mutilados, pouco ou nada havia que acudisse à sua nova condição. Foi na resposta a esta premente necessidade que surgiu o Instituto de Mutilados da Guerra, anexo à Casa Pia de Lisboa, e que procurou apoiar, reeducar e readaptar os nossos inválidos da guerra, preparando-os para o regresso à vida activa.

– E tu, ó Manuel de Jesus, também já não falas sem medo?

– Lá isso é verdade...

Efectivamente, o bravo rapaz que ficou gago naquele dia da luta nas trincheiras, quando os sacos voavam pelos ares e a terra se abriu em covas fundas e buracos enormes, já fala sem hesitações, fazendo-se perceber claramente.²

A 1ª Guerra Mundial deu a conhecer ao mundo uma nova realidade que havia de perdurar na memória daqueles que a viveram – ou dela sentiram apenas um leve toque –, até muito após o seu fim, no longínquo ano de 1918. Nunca um conflito tomara tamanha proporção; não havia recordação de uma guerra tão duradoura, mortífera, dolorosa. O mundo pós-1914 nunca mais seria o mesmo... principalmente para aqueles que gastaram longos anos da sua vida enfiados em trincheiras enlameadas, invadidas pelas águas da chuva, pelos ratos, pelos gases asfixiantes.

Não fosse a referência às trincheiras, um aspecto inovador característico da Grande Guerra, e poderíamos retirar o breve diálogo de um qualquer livro de memórias, de uma qualquer guerra. Contudo, “*o bravo rapaz que ficou gago naquele dia de luta nas trincheiras*” foi uma das muitas faces de uma dura realidade que perdurou muito depois do Inverno de 1918.

Para os que voltavam, “*heróis que se bateram em terras de França e da África*”, o futuro não era muito animador. Muitas vezes mutilados e estropiados, física e psicologicamente, o regresso dos soldados era encarado em Lisboa com certa indiferença.

Para evitar danos irreversíveis na frágil adesão da sociedade à causa da guerra, os homens da república tiveram de encontrar uma solução à altura do desafio. O primeiro a aperceber-se dessa necessidade parece-nos ter sido o Director da Casa Pia de Lisboa, Dr. Costa Ferreira, médico e

¹ Doutoranda em História da Educação, Universidade do Porto. dout06003@letras.up.pt

² José Pontes. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 4 de Fevereiro de 1918. In CPL, 1918, p. 94

pedagogo eminente que, desde cedo, colocou à disposição de Norton de Matos, Ministro da Guerra, os meios disponíveis na Casa Pia para acudir à urgência da situação. Contudo, foi a natureza da proposta de Costa Ferreira que despertou a nossa atenção e, provavelmente, também a do ministro. O Director da Casa Pia não concebia a construção ou criação de um depósito de inválidos, com o objectivo de acomodar corpos e apaziguar espíritos. A solução apontada por Costa Ferreira era muito mais espessa e prometia ir além de meras formalidades. A proposta consistia na adaptação do Instituto Médico-Pedagógico – que a Casa Pia possuía em Santa Isabel a funcionar desde 1915 – em Instituto de Mutilados da Guerra, concebendo o seu funcionamento como o de uma escola-hospital, na qual os mutilados e estropiados da guerra encontrariam o lugar privilegiado para finalizarem a cura das suas maleitas e iniciarem, o mais breve possível, a adaptação à sua nova condição física.

Consciente que a sua obra tinha um prazo de validade, a equipa médica de Santa Isabel repartia-se entre o serviço prestado aos mutilados nesta casa e os preparativos para acelerar a conclusão do Instituto de Arroios, criado a título permanente, pelo menos enquanto as necessidades de adaptar, orientar e reeducar os feridos da guerra o justificassem. Criado no papel pela pena de Norton de Matos, o Instituto de Arroios era o amadurecimento do Instituto de Santa Isabel. A equipa médica era quase a mesma, o propósito semelhante, só os meios se diferenciavam, uma vez que Arroios concentrava nas suas instalações o material necessário e a vontade política indispensável ao seu funcionamento. O anexo da Casa Pia fora sempre considerado uma solução temporária, e talvez por isso mesmo houvesse uma certa relutância em ceder aos pedidos do Director. Contudo, o Instituto de Santa Isabel acabou por funcionar durante um longo período, muito além dos pedidos de encerramento dirigidos por Costa Ferreira. E, muito embora se pretendesse salvaguardar a actividade regular do Instituto Médico-Pedagógico para o fim que ele fora criado, o seu funcionamento normal acabou prejudicado com a chegada de novos inquilinos.

Inserido num movimento europeu, iniciado em 1915/16, e que se preocupava fundamentalmente com o destino a dar aos milhares de soldados mutilados que regressavam das trincheiras, o projecto encetado por Costa Ferreira é pioneiro em Portugal, onde quase nada existia, e vai consistir um importante contributo lá fora, onde os primeiros passos dados eram ainda incipientes e, decerto, se enriqueceram com a contribuição da delegação portuguesa nas conferências interaliadas. Também não é de estranhar que esta iniciativa tenha partido de alguém que se encontrava à frente da Direcção de uma instituição como a Casa Pia de Lisboa. Referimo-nos, evidentemente, ao reconhecido carácter inovador que a Casa Pia ostenta ao longo dos anos de sua existência. Devotada à arte de ensinar uma profissão aos mais desvalidos, não surpreende que, neste episódio, a Casa Pia possua o carácter e o conhecimento necessários à execução de um programa tão audacioso. De facto, possuía as instalações, o pessoal, a experiência e o sentido inovador inerente à sua natureza.

O presente artigo, inserido num trabalho mais vasto, pretende lançar algumas pistas de investigação sobre este projecto desenvolvido pela Casa Pia de Lisboa, e que procurou dar uma resposta eficaz às dificuldades originadas por uma nova realidade: o retorno dos soldados mutilados na Grande Guerra.

Assistência ao mutilado: as raízes de um projecto...

É na correspondência com a Cruzada das Mulheres Portuguesas, em Abril de 1916, que Aurélio da Costa Ferreira menciona pela primeira vez a sua preocupação com os mutilados e estropiados da guerra, que em breve regressariam a Portugal.

(...) esta Direcção ainda não viu tratada por nenhuma das comissões que se têm organizado, qual seja a da assistência aos indivíduos que venham a ficar mutilados ou estropiados, ministrando-lhes a educação e instrução compatível com a sua nova situação e a aprendizagem de um ofício adequado às suas condições especiais e que lhes permitisse poderem de futuro continuar a angariar os meios da sua subsistência (...).³

E, colocando ao dispor desta ideia os meios disponíveis na instituição, sublinha a conveniência de existir na Casa Pia professores devidamente habilitados e mestres de oficinas muito competentes que, decerto, de boa vontade se encarregariam desses serviços em horas suplementares”.⁴

Em meados de Outubro de 1916, quando Costa Ferreira decide comentar com o Ministro do Interior o seu plano, já não o faz do modo vago e inseguro como acontecera seis meses antes.⁵ Se na correspondência entre a Direcção da CPL e a Cruzada, Costa Ferreira apalpava terreno, investigando até que ponto seria possível uma suposta parceria, em Outubro, apresenta as razões que o levaram a pensar em tal programa, os motivos porque ainda não o pôs em prática e, evidentemente, o que é preciso para que entre em acção.

Ora, o regresso de soldados mutilados, incapazes de angariar os meios de vida, colocá-los-ia nas ruas de Lisboa, à mercê da generosidade dos transeuntes, engrandecendo o grupo dos ociosos. E isso poder-se-ia remediar através de uma educação compatível com as circunstâncias, que lhes permitisse, pelo seu esforço, ganhar o suficiente para a sua subsistência.

Para que tal se concretizasse, havia dois aspectos importantes a ter em consideração: a necessidade de se produzirem aparelhos de prótese, “*cuja indústria sofreu com a guerra um formidável avanço*”, e a conveniência em deslocar um funcionário da Casa Pia ao estrangeiro, para se habilitar junto dos mais notáveis especialistas no fabrico desses aparelhos. Em ambos os casos, Costa Ferreira conseguia imprimir à instituição um papel fulcral.

Poderia, pois, o início da colaboração da Casa Pia manifestar-se pela montagem de uma oficina daqueles aparelhos, e em que fossem aproveitados, como operários, alunos deste estabelecimento, depois de devidamente industriados. (...) e o funcionário desta Casa que, pela natureza do ramo de ensino a que se dedica, pelas suas aptidões e cultura, mais em condições está de adquirir essa habilitação no menor prazo, é, sem dúvida, o Sr. Fernando Palyart Pinto Ferreira, professor de trabalhos manuais.⁶

³ Ofício n.º 319, de 25 de Abril de 1916, dirigido à Cruzada das Mulheres Portuguesas, in CPL, 1916: 35-36

⁴ Ofício n.º 319, de 25 de Abril de 1916, dirigido à Cruzada das Mulheres Portuguesas, in CPL, 1916: 35-36

⁵ Ofício n.º 777, de 16 de Outubro de 1916, dirigido ao Ministro do Interior, in CPL, 1917: 96

⁶ Ofício n.º 777, de 16 de Outubro de 1916, dirigido ao Ministro do Interior, in CPL, 1917: p. 97

Um mês depois, a firma Orey, Antunes & C.^a decide contemplar, entre outros estabelecimentos, a Casa Pia de Lisboa com o donativo de 500\$00, deixando ao critério do Director a aplicação do mesmo. Canalizou o montante para as despesas inerentes à viagem do professor Pinto Ferreira.

Nesta fase, já se começavam a delinear os trilhos a percorrer. Seria o recém-criado Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel, o estabelecimento destinado aos serviços de reeducação, sempre “*sem prejuízo dos restantes serviços*”.⁷

Apesar de se encontrar a funcionar havia pouco tempo, mas com benefícios assinaláveis, o Instituto possuía os recursos necessários à reeducação funcional e pré-profissional que os inválidos da guerra tivessem de receber. Sem provocar perturbações no seu serviço normal, o instituto estava habilitado a fazer desde logo:

(...) a educação da mão esquerda, o ensino da dactilografia, a leccionação de algumas disciplinas do curso comercial e também a reeducação dos que viessem a ficar privados do sentido do ouvido e da fala. Com mais alguns recursos que à Casa Pia fossem facultados, poderia instalar-se também um gabinete para exame de aptidões, aproveitando-se o material que este estabelecimento já possui e outro que se adquirisse; montar-se-ia uma topografia (...) e poderia também instalar-se uma pequena oficina para o fabrico de brinquedos (...) se torna indispensável o aproveitamento de aparelhos de prótese, esse facto aconselhava sem dúvida a montagem de uma pequena oficina para manufactura e reparação desses aparelhos (...).⁸

No último dia de Outubro, a Revista “Medicina Contemporânea” publicava a teorização do projecto de Costa Ferreira, um novo feito a partir das pontas soltas que ele foi deixando cair ao longo dos últimos meses.⁹

Começaria por justificar que faltava em Portugal um estabelecimento onde, por processos apropriados de reeducação funcional, prótese e orientação e ensino profissional, se preparasse o indivíduo mutilado ou estropeado, com os conhecimentos e práticas necessários, para voltar a exercer a profissão civil que tinha ou, a ser impossível, aprender nova profissão, que lhe permitisse viver em melhor condição moral e económica compatível com a sua categoria de herói da guerra.

Pretendia-se, sobretudo, resgatar o soldado do vício e do mau feitio, estado de espírito que segue quem, de um momento para o outro, se “*vê privado ou inferiorizado em certas faculdades que dantes tinha*”.

Mas a todas estas razões sobrelevam outras que dimanam da consideração das conveniências económicas do país. O exemplo do que se passava lá fora alertava o Estado a tomar medidas urgentes, para evitar as dificuldades que um grande país como a França enfrentava, a braços com o elevado número de mutilados fabricados pela guerra.

O projecto de Costa Ferreira era ambicioso. Pretendia reabilitar os indivíduos física e psicologicamente afectados pela guerra, aparelhando-os com próteses feitas em oficinas apetrechadas para esse fim, adaptar o aleijado à sua mutilação, conformando-o e mostrando-lhe as

⁷ Ofício n.º 893, de 14 de Novembro de 1916, dirigido aos Srs. Orey. In CPL, 1917: 98-100

⁸ Ofício n.º 900, de 20 de Novembro de 1916, dirigido ao Ministério do Interior, in CPL, 1917: 100-102

⁹ “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 30

infinitas possibilidades de vingar profissionalmente, munido com os conhecimentos necessários para ganhar o sustento com o suor do seu trabalho, resgatá-lo à ociosidade e ao vício, encurtando, assim, o número de mendigos e pedintes pelas ruas do país, tornando a sua estadia em instituições de caridade e depósitos de inválidos meramente transitória, e libertar o Estado do peso económico e moral que “um batalhão” de mutilados acarreta.

Para a Casa Pia de Lisboa, todo este projecto consistia numa oportunidade que convinha não desperdiçar, principalmente se tivermos em consideração dois aspectos relevantes: o facto de ocupar os alunos da instituição, com o fabrico de próteses para os mutilados garantindo, por sua vez, a montagem de laboratórios e oficinas; e permitindo, ainda, que um dos professores da Casa se deslocasse ao estrangeiro para se inteirar do que se praticava lá fora, importando para a instituição os mais modernos conhecimentos relacionados com a produção de aparelhos de prótese e noções relevantes e actuais sobre o funcionamento das escolas de reeducação funcional e profissional em actividade. A principal preocupação norteadora do projecto de Costa Ferreira seria a constituição de bases de conhecimento que servissem de apoio aos serviços médicos e pedagógicos que pretendia criar. Se apartarmos este programa de uma série de proveitos científicos perseguidos por Costa Ferreira, estamos a desenraizar o evento da época em que está inserido e a considerá-lo, erradamente, um mero acto de filantropia. A preocupação de aproveitar, adaptar, reeducar e socializar os mutilados da guerra tem, além das questões económicas subjacentes, e que já apontámos, um objectivo bastante definido e que se prende com um dos aspectos mais característicos do movimento pedagógico português durante a 1ª República: o vigoroso impulso destinado a conceber uma pedagogia científica, ou seja, uma pedagogia experimentada, em que a Escola – e neste caso o Instituto de Reeducação – seria um verdadeiro laboratório de pedagogia, no qual eram experimentadas ideias e colhidas estatísticas.¹⁰

É a par das iniciativas e inovações que se realizam em França, Bélgica ou Itália, que Costa Ferreira vai delineando o seu projecto, acrescentando, ao que recolhe, a sua vasta experiência enquanto médico e pedagogo.

De facto, e não retirando o devido mérito ao pioneirismo de Costa Ferreira, a sua acção insere-se num movimento europeu, iniciado em 1915/16, e que se preocupava fundamentalmente com a reeducação profissional dos inválidos da guerra e, principalmente, com a sua teorização e prática científicas, no que se refere à edificação de uma série de preceitos que norteassem a actuação de médicos e pedagogos empenhados em preparar o soldado para o regresso à sua profissão, a sua casa e aos seus. Fundamentalmente, os especialistas procuravam habituar o ferido ao seu estropiamento ou mutilação, ajudando-o e ensinando-o a suprir, o mais e o melhor possível as “deficiências anatómicas e fisiológicas que os acidentados da guerra, directa ou indirectamente, acarretam”¹¹, para, posteriormente, adaptar o indivíduo à sua antiga profissão ou ensinar-lhe uma nova profissão mais de acordo com as suas capacidades físicas.

Assim, numa primeira fase, procedia-se à reeducação funcional, o “*mais importante e urgente dos serviços de assistência*”;¹² uma reeducação que deveria visar, além dos movimentos, os sentidos,

¹⁰ FERNANDES, 1979: 8-12

¹¹ “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 33

e além da reeducação moral, que tende a conformar e consolar o inválido, “*corrigindo-lhe o carácter e aproveitando-lhe a inteligência para despertar-lhe e fortalecer-lhe a vontade, a confiança em si e naqueles que o reeducam*”.¹²

Dada a essência médico-pedagógica dos serviços de reeducação funcional, estes deviam instalar-se, sempre que possível, junto a hospitais para tentar responder à necessidade de se começar a reeducação ainda quando o indivíduo anda nas mãos do cirurgião. Por outro lado, os serviços de reeducação profissional deveriam estar junto de um estabelecimento de instrução, na dependência de uma direcção eminentemente pedagógica.

É nos serviços de reeducação profissional que Costa Ferreira consagra a sua atenção de pioneiro. Ponderando a necessidade de uma íntima colaboração entre as competências médicas, pedagógicas, técnicas e sociológicas na questão da orientação profissional, considerava que na escolha da profissão se devia atender não só à profissão anterior, ao desejo ou vocação manifestados pelo indivíduo, mas também às aptidões, à sua inteligência, à sua cultura, aos seus hábitos, à sua idade, aos recursos económicos e aos costumes da região onde pretendia inserir-se.

Traçando, deste modo, os preceitos dos serviços de orientação profissional a adoptar no Instituto de Mutilados de Santa Isabel, estamos em crer que Costa Ferreira abriu caminho ao Instituto de Orientação Profissional, fundado por Faria de Vasconcelos, em 1925, considerado o pioneiro da Orientação Profissional em Portugal.¹³

Em Janeiro de 1917, a Casa Pia de Lisboa enviou a França um dos seus funcionários para estudar a organização do ensino profissional dos estropeados da guerra, a fim de, na medida do possível, “*montar um serviço de exame de aptidões, escolha de profissão e reeducação profissional preparatória, no seu Instituto Médico-Pedagógico, a Santa Isabel*”.¹⁴ O funcionário em questão, o Professor Palyart Pinto Ferreira, fora seleccionado pela natureza dos serviços que lhe estavam confiados – “*ensino dos trabalhos manuais, educação sensorial e motriz dos anormais*” – e por ser um eminente professor do recém-criado Instituto Médico-pedagógico.

O relatório serviu, fundamentalmente, para Costa Ferreira avaliar o ponto de situação em matéria de reeducação de mutilados. Apesar de Portugal ainda estar a dar os primeiros passos, a França, país precursor do movimento de assistência ao inválido, tinha dificuldade em uniformizar os métodos e processos empregados na reeducação funcional e profissional.

Esta descentralização das técnicas e procedimentos era natural num país imenso como a França, com dificuldades em coordenar a acção desenvolvida nas variadas escolas do ramo. Palyart visitou três institutos: o *Institut National Professionnel des Invalides de la Guerre*, dirigido pelo Dr. Bourrillon, o *Laboratoire des recherches sur le travail professionnel au Conservatoire National des Arts et Métiers*, sob a direcção do Dr. Jules Amar; e a secção de reeducação funcional do Val de Grâce, cujo director técnico era o Dr. Kouindjy, e nos dois últimos arranjou motivos de censura. Os aparelhos do Dr. Amar eram demasiado difíceis de empregar – nem toda a gente conseguia interpretar os gráficos produzidos; e os métodos de reeducação funcional do Dr.

¹² “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 33

¹³ FERNANDES, 1979: 118

¹⁴ “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 37

Kouindjy, à base do trabalho manual, permitiam ao soldado ganhar algum sustento, mas estavam longe de proporcionar a reeducação do mutilado. O soldado inventava—*trucs* e empregava-os sempre que podia para aumentar a rentabilidade do seu trabalho, sacrificando a sua aprendizagem e a sua reeducação funcional.

Quanto à avaliação das aptidões, esta fazia-se por intermédio de muitos dos numerosos aparelhos utilizados no exame das capacidades, entre eles a ficha de aptidão para trabalhar. Segundo o preenchimento dessa ficha, o pedagogo seria capaz de avaliar se o inválido teria condições para regressar à sua antiga profissão, ou se, por outro lado, teria de abraçar uma nova. Mais uma vez, as observações de Palyart pautaram-se pela desilusão. Se as havia, as informações recolhidas nas fichas eram ignoradas e não pesavam minimamente na escolha das profissões. Além disso, Palyart reparava, com pesar, que as vocações e gostos do sujeito não eram determinantes na escolha do ofício.

A decepção permaneceu em quase todos os assuntos que abordou. Ou eram os métodos que não convenciam, ou era a educação ministrada muito inferior, ou eram os próprios mutilados que se achavam com direito a tudo, por vaidade... O rol de críticas é extenso. Já para não falar das Escolas de Reeducação Profissional, com “*um ensino inferior, não sobressaindo nem pela higiene nem pelos métodos que são nenhuns*”.

O Prof. Palyart é vigoroso nas suas críticas, arriscando mesmo dizer que “*escolas de reeducação profissional é coisa que não existe em França*”.

Há uns estabelecimentos que recebem feridos de guerra, e onde se lhes ensina este ou aquele ofício, nem sempre em harmonia com as de educação suas aptidões e com as necessidades do meio. Educação é que não há em parte alguma, consequentemente não há reeducação.¹⁵

Acrescentando ao que dissemos anteriormente, se a visita de estudo de Palyart serviu para alguma coisa foi, certamente, para Costa Ferreira ver o que não devia fazer, em matéria de assistência, no Instituto de Mutilados.¹⁶

Os primeiros passos tinham sido dados. O Instituto de Mutilados de Santa Isabel ia ver a luz do dia.

Aurélio e o optimismo

A 9 de Dezembro de 1916, Costa Ferreira tinha motivos para estar optimista. Do Ministério do Interior provinha um ofício que não poupava elogios à prestação do Director da Casa Pia. O seu “*rasgado espírito de iniciativa numa das mais interessantes e generosas obras de assistência*” tinha-lhe granjeado a admiração do Ministro.¹⁷

¹⁵ FERREIRA, Fernando Palyart Pinto, “A reeducação profissional em França em 1917”. In CPL, 1917: 90

¹⁶ Aliás, é muito possível que o relatório de Palyart tenha concorrido para o abandono do projecto de instalação de uma oficina de brinquedos no Instituto. O professor da Casa Pia foi peremptório: a fabricação de brinquedos, além de não constituir uma profissão de valor efectivo e real ao mutilado, pois pelas suas características de produção não permitiria a independência do operário, era uma indústria condenada a desaparecer, pois o preço de venda de cada objecto – pelo menos em França – tornava-o um artigo muito dispendioso.

¹⁷ Ofício n.º 579, de 9 de Dezembro de 1916, do Ministério do Interior in CPL, 1917: 103

O Ministério do Interior dava o seu aval, só faltava agora o Ministro da Guerra manifestar-se. Um primeiro sinal viria acompanhado de um subsídio de 500\$00, com destino à aquisição de material para o Instituto de Reeducação de Mutilados da Guerra, cinco meses depois.¹⁸

Por conseguinte, o ano de 1917 seria consagrado à organização e instalação do Serviço de Mutilados no jovem Instituto Médico-Pedagógico da CPL.

Em meados do ano, o subdirector Alfredo Soares, em nome da Direcção casapiana, dirigia-se ao Ministro da Guerra a pedir um médico capaz de assumir a direcção dos serviços de reeducação dos soldados portadores de surdez. O desejado era o Dr. Carlos Ary dos Santos.¹⁹ Uns meses mais tarde, o grupo seria reforçado com o contributo do Dr. Vítor Fontes, incumbido dos serviços de intervenção médica.²⁰

Entre 8 e 12 de Maio, Costa Ferreira empenhava-se na importante missão de representar o Governo Português na 2ª Secção da *Conferência Inter-aliados para o estudo da reeducação profissional e das questões que interessam aos inválidos da guerra*, realizada em Paris.

A comitiva era constituída por nomes relacionados com os vindouros Institutos. O Dr. Tovar de Lemos, futuro director de Arroios, Drs. José Pontes e Formigal Luzes, posteriormente encarregados da direcção dos serviços de fisioterapia em Santa Isabel e Arroios, e Costa Ferreira, que dispensa apresentações.

Ao último coube a tarefa de tratar dos serviços de inspecção dos feridos, exame de aptidões e orientação profissional, reiterando as perspectivas que já tinha defendido na “Medicina Contemporânea”. Aliás, deve-se salientar o carácter inovador do estudo publicado por Costa Ferreira, em Outubro de 1916, nesta revista, quando comparado com os princípios defendidos na 1ª *Conferência inter-aliados* em Paris. Os aspectos relacionados com a reeducação, fisioterapia e prótese, e selecção e orientação profissional discutidos nas conferências já tinham sido indicados por Costa Ferreira no seu artigo.

Esta primeira conferência teve um saldo muito positivo para a participação portuguesa, principalmente porque se deu a conhecer. O interesse em granjear o reconhecimento estrangeiro estava subjacente à opção de Norton de Matos enviar uma delegação a esta conferência.²¹ Ainda que os elementos que a constituíam participassem de forma activa e conscienciosa dos seus deveres, procurando engrandecer os seus conhecimentos com base nos resultados de experiências realizadas nos outros países, a mensagem que levavam implícita no seu pensamento era a importante representação política que tinham a seu cargo.

Visitaram escolas, discutiram pontos de vista, trocaram experiências. A participação na Conferência só veio mostrar a Costa Ferreira que a sua intuição estava correcta e que, tendo em consideração os recursos e as vontades do país, “*o melhor é utilizar os serviços que tenhamos e se possam utilizar, despertar iniciativas e procurar orientá-las e coordená-las*”.²²

¹⁸ Ofício n.º 359, de 2 de Maio de 1917, in CPL, 1917: 106-107

¹⁹ Ofício n.º 538, de 26 de Julho de 1917. in CPL, 1918: 128-129

²⁰ Ofício n.º 745, de 19 de Novembro de 1917, in CPL, 1918:133-134

²¹ “Reeducação profissional dos feridos de guerra” Entrevista a A. A. da Costa Ferreira publicada no Jornal O SÉCULO, em 9 de Junho de 1917. In CPL, 1917: 52-58

²² Reeducação profissional dos feridos de guerra – O que foi a conferência inter-aliados. I in CPL, 1917: 57

A 2 de Outubro, Norton de Matos dava o seu parecer. Era a resposta que Costa Ferreira já contava. O Ministério da Guerra aceitava o oferecimento da Casa Pia, enquanto o Instituto de Reeducação de Mutilados de Arroios não estivesse concluído.²³

A atenção que Norton de Matos dedicou a Santa Isabel é digna de registo. Quando lá foi em Outubro, procurou inteirar-se das necessidades físicas do edifício. Apesar do Ministério do Fomento já estar informado de algumas pequenas reparações que tinha de patrocinar, coube ao Ministério da Guerra o encargo da instalação da iluminação eléctrica, pois o fornecimento de gás havia sido cortado. Norton de Matos colaborou.

O Decreto n.º 3:751, que veria a luz do dia a 12 de Janeiro de 1918, acabaria por ser promulgado já no governo de Sidónio Pais. Norton de Matos, cúmplice de Costa Ferreira em todo este empreendimento, veria o seu nome arredado da lista de Ministros que participaram no evento. Este decreto, com força de lei, seguiu a orientação da proposta apresentada pela Direcção da Casa Pia, dois meses antes. Tal como tinha sido consignado na Conferência de Paris, a cooperação entre o “*cirurgião fisioterapeuta e o médico educador, encarregado dos serviços de orientação profissional*”, ficava definida no artigo 3º do referido decreto. Este enlace entre o cirurgião e o médico pedagogo era fundamental para a realização da missão incumbida a este instituto, uma vez que,

(...) não só se procederá a todas as observações que se julguem necessárias para a sua reeducação funcional e colocação, mas também se cuidará de, por processos pedagógicos apropriados, se fazer a preparação moral, intelectual e pré-profissional (trabalhos manuais, exercícios de educação sensorial, etc.) que convém fazer antes do ferido seguir o seu destino.²⁴

Ficava, então, determinado que o Instituto de Santa Isabel assumia a função de recolher os soldados mutilados nos primeiros tempos, por um período nunca inferior a 15 dias. O processo seria concluído no centro de reeducação profissional do Instituto de Arroios, aparelhado para este fim.

Como Costa Ferreira reconhecia, a missão do Instituto tornara-se mais fácil desde que, prontamente, a sociedade portuguesa se mobilizara para esta *nobre* causa.

A simpatia dos portugueses em relação à causa dos mutilados era visível. Inúmeras iniciativas contribuíram para o sucesso do Instituto, propiciador de uma certa tranquilidade económica, facilitando a aquisição e instalação de mobiliário de diversas salas (como a sala de massagens, por exemplo), ou a constituição de um fundo específico – o *Capital do Mutilado* – com vista a ser distribuído pelos soldados quando saíssem do Instituto.²⁵

²³ O Instituto de Mutilados de Arroios foi criado pela portaria n.º 1119, de 11 de Outubro de 1917. O Dr. Tovar de Lemos, colega e amigo de Costa Ferreira, foi encarregado pela Cruzada das Mulheres Portuguesas de organizar a Escola de Reeducação Profissional no extinto convento de Arroios. O Director da Casa Pia acumularia este cargo com o de director dos serviços pedagógicos e de investigação profissional do Instituto de Arroios. Nos serviços da Casa Pia completava-se a acção da Escola de Arroios, encarregando-se particularmente de alguns ramos de reeducação preparatória e profissional, e muito especialmente da reeducação dos surdos, aproveitando para isso a secção especial de ensino de surdos da instituição casapiana.

²⁴ Decreto n.º 3751 de 12 de Janeiro de 1918, in CPL, 1918: 71-73

²⁵ No Instituto de Santa Isabel existiam dois fundos perfeitamente independentes e com escrituração em separado: um constituído pelas quantias dadas pelo Estado ou oferecidas por particulares e que se destinam exclusivamente aos

O grande apóstolo desta propaganda assistencial foi o Dr. José Pontes que colaborava com *A Capital*, romanceando o quotidiano dos residentes desta casa. O entusiasmo, dedicação e talento do Dr. Pontes tudo faziam “*para conseguir mais recursos e para reunir donativos que, em vez de serem dados ao acaso, e com ar de esmola (...)*”.²⁶

Em meados do ano, nas páginas d’*A Capital* prestavam-se contas. Os donativos ascendiam à quantia de dezassete contos e, minuciosamente, a Direcção do Instituto de Santa Isabel discriminava as somas e as respectivas aplicações.²⁷ Aurélio tinha motivos para sorrir.

E os mutilados, principalmente. Pela primeira vez, eram alvo de uma campanha de solidariedade empenhada em recolher fundos que garantissem a sua subsistência após a saída do instituto de reeducação. Além disto, o ano de 1918 é fértil em diplomas visando a protecção dos mutilados. Em Abril, o Decreto 4:154 assegurava aos mutilados e famílias todos os vencimentos de campanha, durante o tempo de tratamento ou reeducação em hospitais ou institutos. Até à data deste decreto, o mutilado não recebia do Estado mais do que alojamento e tratamento.²⁸ Uns meses mais tarde, o Ministério da Guerra nomeava uma comissão, da qual fazia parte Costa Ferreira, incumbida de estudar um projecto de lei criando pensões complementares para mutilados e estropiados.²⁹ Numa tentativa de aproximação ao que se fazia nos outros países beligerantes, procurou-se corrigir a lei em vigor, que concedia pensão de reforma em atenção unicamente à graduação militar, independentemente do grau de incapacidade. Assim, além da pensão a que tinham direito, sempre que o grau de invalidez de um soldado fosse superior a 30%, seria concedida uma pensão complementar, em relação com a percentagem de depreciação existente, procurando, desta forma, corrigir injustiças entre os soldados invalidados.³⁰

Entre a apreciação do projecto e a promulgação do Decreto-lei medeia um curto período. A 5 de Outubro de 1918, “*o governo publicou o decreto sobre as suas pensões e reformas e outro decreto sobre a criação de uma insígnia que os nobilita*”.³¹ Também aqui se encontra a marca de Costa Ferreira. Numa tentativa de evitar que os mutilados por acidentes da vida civil beneficiassem desta onda de solidariedade que abraçava os inválidos da guerra, sugeria à Secretaria da Guerra a adopção de um emblema “*que servisse ao mesmo tempo de sinal de reconhecimento e protecção*”.³²

E em finais de Junho, quando Aurélio julga terminada a sua missão, vê-se obrigado a manter o instituto em funcionamento até “*que sejam concluídos todos os processos de pensões complementares que no Instituto de Santa Isabel se estão organizando e que em dois ou três meses podem estar concluídos*”.³³

serviços de reeducação dos mutilados; o outro representado pelas quantias oferecidas para serem distribuídas por aqueles. Ofício n.º 627, de 30 de Novembro de 1918, dirigido à firma Romariz e Pistacchini. In CPL, 1920: 68-69

²⁶ “Donativos”. In CPL, 1922: 94-95

²⁷ CPL, 1918: 87-88

²⁸ “A legislação”. In CPL, 1922: 90-91

²⁹ Ofício n.º 407, de 13 de Agosto de 1918, dirigido à Secretaria de Estado da Guerra, in CPL, 1920: 51-52

³⁰ Esta pensão complementar seria, por sua vez, uma percentagem da pensão de reforma.

³¹ CPL, 1920: 93-94

³² Decreto 4268, de 5 de Outubro de 1918. In CPL, 1920: 53-54

³³ Ofício n.º 375, de 25 de Junho de 1919, dirigido à Secretaria da Guerra. In CPL, 1920: 61-62

Nestes últimos tempos começa-se a notar um certo desgaste no espírito de Costa Ferreira. O optimismo inicialmente demonstrado começa a dar lugar a um certo desânimo. No percurso do Instituto de Santa Isabel, que é também o nosso, contam-se as histórias de quem lá permaneceu, daqueles bravos soldados que depois de voltarem diferentes, ainda puderam ser (re)aproveitados. Se regularmos a nossa lente, quase que conseguimos observar que o grande mérito do Instituto de Mutilados de Santa Isabel, e outros similares, não reside apenas na assistência e apoio que prestaram aos estropiados da guerra, mas, e sobretudo, na forma como os conseguiram colocar ao serviço do ideário da República. Os “*heróis que se bateram em terras da França e da África*” possuíam ainda uma última missão: a de permitir ao mesmo Estado que os enviou para a guerra a possibilidade de se reclamar seu protector. Contudo, este interesse revelou-se uma faca de dois gumes fatais. Foi graças ao movimento de assistência aos mutilados e à preocupação gerada em seu redor que os inválidos da guerra se consciencializaram do seu valor na defesa da Pátria, e decidiram associar-se para melhor defenderem os seus direitos. Este é o primeiro episódio de uma jornada decidida a ditar a falência dos serviços de assistência aos mutilados da guerra.

As histórias de quem as viveu...

Quando, a 16 de Novembro, o anexo de Santa Isabel, “*esplendidamente adaptado a hospital de mutilados da guerra*”, recebeu os primeiros cinco soldados recém-chegados dos campos de batalha de França, Costa Ferreira pôde, finalmente, respirar de alívio. Estas almas perdidas que tinham sido resgatadas das ruas de Lisboa, “*quase mendigando, à mercê da falsa caridade e da especulação que contra a guerra se fazia*”, encontraram dentro dos muros do estabelecimento um regime de tranquilidade e de conforto, “*sem grandes esforços nem fadigas*”, mas de molde a conservar o mutilado sempre ocupado e o espírito distraído.³⁴

A inauguração do instituto seria recordada com aparato e entusiasmo. A comitiva chefiada por Costa Ferreira encarregava-se de mostrar ao Ministro da Guerra como o dinheiro do Estado havia sido *bem empregue*. Este, agradavelmente impressionado, regozijava-se com esta grande obra de assistência aos feridos de guerra.

O Instituto de Mutilados de Santa Isabel, mais do que um louvável dispositivo de auxílio aos mutilados, comportava-se como um autêntico *circo das aberrações*. Adelino Mendes, redactor do Jornal *A Capital*, ficou tão comovido com o que presenciou que não teve pudor em apelidar o estabelecimento de “*Palácio do aleijão*”, como se aqueles indivíduos, “*principesmente*” mutilados, tivessem sido abençoados com a sua invalidez.³⁵

A exposição mediática a que os mutilados estavam sujeitos era a contrapartida necessária para que a sociedade continuasse a preocupar-se com eles. Costa Ferreira promovia a faceta publicitária do instituto, no sentido de propagandear “*a grande obra de assistência aos mutilados da guerra*” e granjear a simpatia dos portugueses para o financiamento daquela nobre causa.

³⁴ Local publicada no Jornal O SÉCULO, de 18 de Novembro de 1917. In CPL, 1918: 73-75

³⁵ Entrevista a Adelino Mendes, redactor de A CAPITAL, publicada a 20 de Novembro de 1917. In CPL, 1918: 75-80

As visitas de ilustres ao Instituto de Santa Isabel repetiam-se amiudadas vezes. Norton de Matos e a esposa, na qualidade de presidente da Comissão de Assistência às Vítimas da Guerra, eram visitantes habituais. Bernardino Machado, Sidónio Pais e Pimenta de Castro também quiseram conhecer “*uma das mais interessantes e generosas obras de assistência*” da República. E os jornalistas d’*O Século*, d’*A Capital* ou d’*A Manhã* entravam e saíam do estabelecimento como se aquela também fosse a sua casa.

Aqueles soldados que partiram para as trincheiras e regressaram heróis, jamais poderiam imaginar ser notícia de jornal ou anfitriões de visitas de chefes de Estado. Por isso, inicialmente, era com humildade e espanto que viam o interesse da comunidade no seu reaproveitamento.

Os percursos que conhecemos são-nos esclarecidos, em grande medida, pela pena do Dr. Pontes. Tendo aceite de bom grado a tarefa de divulgar a “*obra dos mutilados*”, o correspondente do Instituto nas colunas d’*A Capital* perseguia um duplo objectivo: por um lado, propagandear os benéficos resultados que os serviços de reeducação desempenhavam no aproveitamento de homens que, à partida, seriam considerados inválidos; por outro, apelar ao sentimentalismo da comunidade, sem nunca aceitar a palavra esmola, no sentido de responsabilizar a Pátria pela mutilação do soldado que deixava, assim, de ser desconhecido.

Deste modo, as narrativas do Dr. Pontes eram salpicadas com as histórias dos ilustres residentes, desempenhos vitoriosos que importava salientar para alimentar o interesse e atenção da opinião pública.

Do conteúdo das peças jornalísticas que tivemos oportunidade de consultar, o aspecto mais marcante consiste na forma romanceada com que se narra o quotidiano dos hóspedes de Santa Isabel. Era o melhor dos mundos possíveis. Os mutilados eram “*rapazes vivos, inteligentes, resignados. (...) Se entra um revoltado, torna-se um razoável. Se é um irritado, torna-se de uma placidez absoluta. Se é um deprimido, transforma-se num homem de energia e confiança*”.³⁶ As enfermeiras eram devotadas senhoras, carinhosas, muitas delas voluntárias neste instituto, que se negavam a receber a devida remuneração ou, quando a recebiam, entregavam-na na forma de donativo aos mutilados da guerra. “*Pequenina nuvem de blusas brancas*”, deixavam desvendar rostos cheios de caridade e dedos ágeis, correndo ao de leve sobre os músculos doridos, esfacelados pela metralha das granadas.³⁷ O pessoal ao serviço neste hospital era, na sua maioria, rapazes da instituição, “*inteligentes, habilíssimos e de uma cativante ternura para com os pobres mutilados*”.³⁸

³⁹ E, nas palavras do Dr. Pontes, a equipa médica reunia o consenso entre os residentes, que lhe votavam uma sincera amizade e gratidão.

As melhorias nos pacientes eram bem visíveis. As habilidades espantavam educadores e companheiros. Os mutilados das mãos, o grosso dos que estavam internados, demonstravam grande habilidade em realizar verdadeiras proezas, como fazer a barba, construir baús, ou coser

³⁶ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 30 de Janeiro de 1918. In CPL, 1918: 91-93

³⁷ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 30 de Janeiro de 1918. In CPL, 1918: 76

³⁸ Artigo publicado no Jornal O SÉCULO de 28 de Novembro de 1917. In CPL, 1918: 75

³⁹ Todo o percurso de criação e funcionamento do Instituto de Mutilados foi consagrado ao envolvimento da Casa Pia na questão da guerra, para afervorar nos alunos a *ideia de bem servir, de bem honrar o País*. Este propósito é visível nas diversas ordens de serviço dirigidas ao Inspector dos Estudos, no sentido de dar conhecimento aos alunos sobre a conjuntura que se vivia, apelando sempre à nobreza da pátria e da instituição que os acolhia.

os botões na farda já gasta pelo tempo... O soldado Santos, vítima dos estilhaços de um morteiro dos *boches*, conseguia regressar à sua vida normal. O soldado Ferreira da Silva viu que as suas pernas tomavam o comprimento dos tempos antigos e readquiriam força, muito embora o ferimento da bala o tivesse posto em *maus lençóis*. O soldado Bexiga dizia que o seu braço estava como era, antes de ferido. E o soldado Lourenço garantia não ter medo de voltar a pegar no arado e na enxada, como fazia dantes! Os cuidados fisioterápicos do Dr. Pontes e das enfermeiras davam os seus resultados. Também o Manuel de Jesus, que chegara gago das trincheiras, conseguia falar sem hesitações graças à intervenção do professor Cruz Filipe. E os mutilados das mãos, em maior número, podiam contar com os rudimentares aparelhos de prótese, elementares à luz dos nossos dias, mas a par com aquilo que de melhor se fazia na Europa. Para tal vanguardismo contribuiu a visita de estudo do professor de trabalhos manuais, Palyart Pinto Ferreira, que se interessou profundamente pelas produções do Professor Jules Amar, a cedência de inúmeros trabalhos científicos de eminentes investigadores estrangeiros, por intermédio de Costa Ferreira, e a sapiência do Dr. Pinto de Miranda, director dos serviços de ortopedia e prótese.

O quotidiano no instituto era marcado por uma atmosfera familiar, aconchegante. A ordem era mantida apenas pela sugestão de que era necessária, sem se ter de recorrer a *ordens do dia* ou *instruções especiais*.⁴⁰

O mutilado é utilizado, debaixo de fiscalização médica, nos serviços ordinários da casa, e a vida é de civil, gozando de uma larga liberdade, limitando-se-lhe, porém, as saídas, às quintas e domingos.⁴¹

O cumprimento da lida doméstica fazia parte do processo de reeducação dos mutilados.⁴² Por isso, não é de estranhar que alguns auxiliassem os serviços de limpeza, outros cuidassem das salas de curativos, outros, ainda, experimentassem o trabalho agrícola.

Havia, também, os que conseguiam ultrapassar rapidamente a fase da reeducação funcional, regressando à antiga profissão, habituados que estavam à sua nova condição física. O apelo da terra falava mais alto e, logo que obtivessem autorização da equipa de médicos e pedagogos de Santa Isabel, regressavam para junto dos seus, impelidos a pegar na enxada e no arado. Homens de pouca instrução, sem grandes alternativas, mormente oriundos do meio rural, contavam regressar à actividade nos campos e esperar a recepção da pensão que o Estado lhes garantia.

Para os que ficavam, a permanência no instituto era pautada por um sentimento de bem-estar e conforto. O rol de festas e homenagens era extenso, tendo-se mesmo procedido ao restauro do *“teatrinho do Instituto Médico-Pedagógico”* para tornar possíveis as festas recreativas que se organizavam como tributo aos mutilados.⁴³ Estas iniciativas, desencadeadas pela mediação do instituto, favoreciam o interesse de individualidades do mundo do espectáculo que se disponibilizavam a contribuir para o bem-estar dos soldados. O actor Chaby, que se comovera

⁴⁰ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 7 de Janeiro de 1918. In CPL, 1918: 89-91

⁴¹ Costa Ferreira, “Problemas de reeducação profissional” – Trabalho publicado na revista “A Medicina Contemporânea”. In CPL, 1918: 39-51

⁴² Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 20 de Dezembro de 1917. In CPL, 1918: 83-86

⁴³ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Dezembro de 1917. In CPL, 1918: 86-88

com os artigos do Dr. Pontes e com a elaborada notícia do redactor Adelino Mendes, a que já fizemos referência, prontificou-se a ir representar com alguns dos seus artistas ao instituto. “*Era uma iniciativa idêntica à que se tomou nos hospitais e escolas de reeducação francesas, inglesas e belgas*”.⁴⁴ Também Costa Ferreira, sempre com propósitos didácticos, “*preparou a novidade de um espectáculo inesperado, próprio para lhes despertar a sua mentalidade e para os estimular na sua reeducação*”.⁴⁵ A visita do “pintor sem mãos”, um artista que de terra em terra, e de teatro em teatro, mostrava as suas “habilidades”, provava como era possível a uma pessoa mutilada praticar actos que, à partida, só poderiam ser realizados por “*homens válidos*”.

Animação não faltava naquela casa. Eram as matinés em honra dos soldados, com a representação das comédias da moda, eram os jogos de futebol entre o Benfica e o Sporting, na disputa pela Taça dos Mutilados da Guerra⁴⁶, eram as grandes festividades pela altura do Natal e da Páscoa... Tudo servia para demonstrar aos rapazes a gratidão dos lisboetas.⁴⁷ E o Dr. Pontes sabia-o bem.

O título do artigo que se segue é bastante elucidativo: “*Um apelo a portugueses – Tabaco para os inválidos da guerra – Quem o dá e quem se interessa pelos soldados que a guerra estropiou?*”⁴⁸ Após breve explicação das potencialidades psicológicas que o *cigarrinho* detinha, porque “*para um doente (...) o cigarro representa uma distração, uma necessidade orgânica, um lenitivo de dores*”, o Dr. Pontes lamentava-se que nunca faltara tabaco na instituição para distribuir pelos seus doentes.

Agora... passam-se dias e dias que os nossos heróicos soldados – aqueles que se invalidaram na defesa da Pátria – não têm um cigarro para fumar! Os filantropos foram desaparecendo e são raras, raríssimas, as ofertas de tabaco!^{49 50}

Bastou este apelo para que a solidariedade dos portugueses se convertesse em maços de tabaco, enviados de todos os pontos do País.^{51 52} Costa Ferreira tinha bons motivos para agradecer

⁴⁴ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Dezembro de 1917. In CPL, 1918: 88

⁴⁵ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Dezembro de 1917. In CPL, 1918: 87

⁴⁶ O duelo entre o Sport Lisboa e Benfica e o Sporting Club de Portugal pôde contar com o pontapé de saída do general Gomes da Costa e a presença muito aclamada do Presidente da República, Sidónio Pais. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 15 de Julho de 1918. In CPL, 1920: 85-87

⁴⁷ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 15 de Julho de 1918. In CPL, 1920: 85-87

⁴⁸ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Fevereiro de 1918. In CPL, 1918: 95-97

⁴⁹ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 26 de Fevereiro de 1918. In CPL, 1918: 97

⁵⁰ Dez meses mais tarde, o Dr. Pontes volta a noticiar a carência de tabaco. Desta vez, a Direcção do Instituto tinha dinheiro, simplesmente escasseava esse bem tão essencial aos mutilados. José Pontes. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 10 de Outubro de 1918. In CPL, 1920: 93-94

⁵¹ Houve donativos importantes por parte de firmas bastante conhecidas, como Henry Burnay & C.^a e Romariz & Pistacchini, mas também por parte de anónimos que quiseram ajudar sem publicitar o seu contributo. Além do tabaco, acrescentem-se os inúmeros donativos em dinheiro, estampilhas, papel, envelopes e postais, e outros géneros, em quantidade menos significativa (peças de roupa, gramofone, discos, flores, amêndoas, livros, ilustrações, jogos legumes, bilhetes de teatro, touradas, bolos, cerejas, vinho do Porto, etc.). “Listas dos donativos feitos ao Instituto de Mutilados de Santa Isabel até 30 de Junho de 1918”. In CPL, 1918: 123

⁵² Saliente-se o importante donativo enviado pela Comissão Patriótica de Senhoras do Pará, Brasil: doze contos. Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 28 de Novembro de 1918. In CPL, 1918: 100-103

a Manuel Guimarães, director do jornal, a “*altruísta iniciativa*” sustentada por este diário.⁵³ De facto, o *Século* e *A Capital* consistiram na plataforma que Costa Ferreira encontrou para distribuir os numerosos apelos em favor da causa dos mutilados. A sua poderosa vulgarização contribuiu, em grande medida, para o sucesso deste projecto. Quando foi necessário encontrar colocação para os “*homens reeducados no instituto*”, foi à redacção do *Século* que Costa Ferreira se dirigiu.

O *Século*, com a sua rede de leitores, com os seus muitos amigos, com a sua engrenagem de agentes e correspondentes, tudo pode resolver num momento. É mais útil que o melhor “Office National Hacement” que se podia instituir. Assim, quando um homem reeducado nos nossos Institutos queira colocar-se em Faro, em Viana, enfim por qualquer canto de Portugal, o *Século* tem extrema facilidade de execução (...).⁵⁴

A imprensa também serviu de arena de discussões. Data das vésperas do 5 de Outubro de 1918 o início da discórdia, por causa da intenção de Sidónio Pais de dar um banquete em honra dos mutilados, durante o qual colocaria ao peito dos internados de Santa Isabel e de Arroios uma Cruz de Guerra, para associar este acto à propaganda da sua *boa imagem* política. Face à renitência de Costa Ferreira, Sidónio não teve outro remédio senão adiar a parada: não se deram as Cruzes de Guerra e não se efectuou o banquete. Guardou-se esse dia para publicar duas “*generosas leis para os mutilados*”.⁵⁵

Porém, no cérebro de Sidónio não dormiu a ideia do banquete. E, então, a 5 de Dezembro, sem que os médicos reeducadores de Santa Isabel fossem ouvidos em tal, apareceu uma ordem para enviar todos os internados dos dois Institutos de Reeducação ao Coliseu de Lisboa, onde se lhes ofereceu um jantar ao qual assistiram grupos de marinheiros espanhóis, americanos e franceses das tripulações de navios ancorados no Tejo.⁵⁶

A equipa médica de Santa Isabel não compareceu ao jantar por não ter sido convidada. Contudo, o Dr. Pontes não careceu de estar presente para considerar que o banquete primou pela falta de “*entusiasmo vibrante, como deviam ter todas as festas em que se presta homenagem aos que se bateram na França e em África, honrando as tradições de lealdade da terra portuguesa*”.⁵⁷

Do relato fica-nos o reconhecimento de um denominador comum em toda a campanha a favor dos mutilados. Parece-nos inegável a manipulação desta causa no favorecimento do poder político, qualquer que fosse o seu segmento. Dos governos que serpentearam a Primeira República evidencia-se a mesma necessidade de se apropriarem da triste realidade dos inválidos da guerra para colmatarem a visível desilusão em que se converteu a participação de Portugal no conflito.

Pouco tempo depois, os clientes de Santa Isabel receberiam a notícia de que as portas do instituto de mutilados estariam prestes a encerrar. Voltar-se-ia à normalidade dentro da instituição casapiana, pois “*sendo a obra dos mutilados uma obra de guerra, com a guerra devia acabar*”.⁵⁸

⁵³ CPL, 1918: 88-89

⁵⁴ Artigo publicado no Jornal O SÉCULO, de 15 de Setembro de 1918. In CPL, 1920: 114-116

⁵⁵ Referimo-nos aos decretos sobre as pensões e reformas e sobre a criação de uma insígnia que os nobilitasse.

⁵⁶ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 19 de Março de 1919. In CPL, 1920: 108

⁵⁷ Artigo publicado no Jornal A CAPITAL, de 19 de Março de 1919. In CPL, 1920: 108

⁵⁸ Notícia publicada no Jornal A CAPITAL, 9 de Agosto de 1919. In CPL, 1922: 101-111

Por fim, a desilusão...

Em meados de 1919, Costa Ferreira julgava a missão da Casa Pia terminada e demandava da Secretaria da Guerra que se tomassem as providências legais indispensáveis ao encerramento do serviço de mutilados instalado em Santa Isabel.⁵⁹ Os subsídios tardavam em chegar, a instabilidade política dificultava a continuidade do projecto, o número de mutilados que regressavam era cada vez menor e, por isso, bastava apenas uma escola de reeducação: a de Arroios. A mobilização da sociedade portuguesa nesta causa de assistência permitiu um maior desafogo financeiro, uma vez que os donativos ultrapassaram em muito as expectativas dos elementos do projecto. Contudo, era “*quase impossível lutar contra a ansiedade pela distribuição e repartição dos donativos pelos mutilados*”⁶⁰, prejudicando o financiamento de melhorias nas instalações ou o pagamento aos funcionários e fornecedores.

Por conseguinte, Costa Ferreira iniciou a publicação de uma série de artigos no jornal *A Capital*, prestando contas do que se fez, ou se pensou fazer, aos mutilados da guerra.⁶¹ Numa altura em que se “*julgavam severamente os serviços da assistência*”, e se formulavam queixas, era natural que o dinamizador de toda esta empresa se doesse, e viesse para a praça pública defender o projecto que tinha acalentado durante os três últimos anos.

Ainda recordava o artigo publicado na “Medicina Contemporânea”, de 1917. Tinha tido a oportunidade de delinear o plano que, com optimismo, julgara possível adoptar-se. Contudo, “*os homens são mais instrumentos das circunstâncias que os factores delas*”⁶² e, no fim de contas, só restava um amargo sabor a fracasso.

Os serviços cirúrgicos foram, nas palavras de Costa Ferreira, o ramo da assistência para o qual estavam mais preparados, e aquele que ficou mais aquém das possibilidades.

Foi, no entanto, no sector dos serviços pedagógicos que Costa Ferreira imprimiu mais vigor e empenho na sua actividade. Inicialmente, o plano traçado previa a existência de serviços de reeducação profissional nos diferentes pontos do país a que pertencessem os mutilados. Sucedeu, porém, que a iniciativa partia de Lisboa, e foi em Lisboa que se instalaram esses serviços.

E foi em obediência a este plano que o professor Palyart visitou e estudou diversos serviços de reeducação profissional, em França, custeado pelo primeiro donativo empregue nesta causa: o da família Orey.

Costa Ferreira, contudo, não hesita em admitir o fracasso, tanto em Santa Isabel, como em Arroios. Salvaguardando, desde logo, o “*poder de acção inovadora e coordenadora do plano traçado*”, Costa Ferreira atribui as causas do insucesso, sobretudo, aos indivíduos a quem este programa se destinava. A maioria dos feridos da guerra não tinha hábitos escolares e não desejava aprender. Foram as profissões de *sapateiro* e *cesteiro* que se demonstraram mais úteis para a reintegração no meio rural, de onde a maior parte dos soldados era proveniente.

⁵⁹ Ofício n.º 375, de 25 de Junho de 1919, dirigido à Direcção Geral da Secretaria da Guerra. In CPL, 1920: 61-62

⁶⁰ “Serviços cirúrgicos”. In CPL, 1922: 81

⁶¹ Artigos publicados pelo Director da Casa Pia, no Jornal A CAPITAL, sobre os serviços de mutilados de guerra portugueses. In CPL, 1922: 79-105

⁶² “Uma carta do Dr. Aurélio da Costa Ferreira”. In CPL, 1922: 79

A mágoa de Costa Ferreira acabou por dar lugar à resignação. O número de mutilados era relativamente pequeno quando comparado com o de outros países, por isso, a solução passaria pelo aumento da pensão do Estado e pelo acesso facilitado ao funcionalismo público. Não havia tempo,

(...) razão ou prestígio para, querendo se reformar os costumes, começar-se a reformá-los ao invés, principiando por dificultar ou impedir o usufruto dos lugares do Estado e da liberdade de exercício do menor esforço aos que, ao contrário da maioria dos que o usufruem, tão tragicamente se sacrificaram e perderam parte da saúde e da integridade do seu corpo e, por ora, justamente a perfeita calma do seu espírito.⁶³

Atento às vicissitudes do seu tempo, Costa Ferreira não ficou alheio ou surpreso com o movimento que se vinha a instituir, sob o olhar atento do Comité Inter-aliado.⁶⁴ Por quase todos os países, a assistência aos mutilados da guerra ia perdendo o seu carácter estatal, para dar lugar a associações determinadas a defender os interesses dos inválidos da guerra, repudiando qualquer tipo de tutela. A recuperação da saúde e o regresso à vida civil e aos seus hábitos, o licenciamento de muitos profissionais que se dedicaram à assistência, uma aparente diminuição do interesse pelas vítimas da guerra, a realidade e o exemplo que davam as classes dos trabalhadores, tudo estimulava o mutilado a procurar o associativismo e a chamar a si a questão da defesa dos seus direitos. Por estes motivos, e à semelhança do que observara na Bélgica, em França ou em Itália, países com associações extraordinariamente poderosas, Costa Ferreira conseguiu do Ministro da Guerra a autorização necessária para a organização da associação dos mutilados de guerra portugueses.

Apesar de ter posto em funcionamento a maior obra de assistência que a República observara, Costa Ferreira apercebeu-se que não estava imune às críticas e de nada lhe serviram as contas cuidadosamente registadas⁶⁵, os donativos angariados, as medidas legislativas propostas e adoptadas, os cuidados de médicos e pedagogos que investiram num programa cuidadosamente delineado para devolver à vida activa aqueles que regressavam sem confiança no futuro. Costa Ferreira tinha sucumbido à tentação de reformador, e só demasiado tarde se apercebeu que não tinha tempo, vontade ou oportunidade de reformar os costumes.

Contudo, este olhar pessimista não faz jus aos benefícios que promoveu. No que concerne aos serviços de fisioterapia, num país onde oficialmente quase nada havia, criou-se “*um instituto modelar de fisioterapia, o único instituto oficial desta especialidade (...): o Instituto de Arroios. (...)*”

⁶³ “Serviços pedagógicos”. In CPL, 1922: 90

⁶⁴ No período que medeia a realização das conferências em Roma e Bruxelas, começa-se a notar o relevo que os mutilados da guerra vão adquirindo na defesa dos seus interesses. Tanto os mutilados franceses como belgas tinham delegado em advogados, também eles estropiados da guerra, a missão de protegerem os seus direitos no seio do Comité Permanente Inter-aliado.

⁶⁵ As contas do Instituto foram entregues à superintendência de Rodil Fernandes, funcionário da Casa Pia de Lisboa. A gerência das contas do instituto foi sujeita a rumores de desvios financeiros, principalmente quando os mutilados da guerra começaram a aperceber-se que a fatia do bolo que lhes era destinada não roçava os valores inicialmente adiantados. Foi no discurso do Ministro da Guerra, Álvaro de Castro, que encontramos expressa a hipotética calúnia que atormentara Costa Ferreira. In *Diário do Senado*, n.º45, de 27 de Abril de 1921, pp. 6

em nada inferior a alguns daqueles que lá fora serviram aos mutilados da guerra e eram mais considerados.”⁶⁶

Os serviços de enfermagem também foram beneficiados com a realização de um curso, muito frequentado e da iniciativa da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

O serviço de prótese, completamente desorganizado à data de recepção dos primeiros mutilados em Santa Isabel, sofreu o aperfeiçoamento digno do profissional que encabeçou o departamento, o Dr. Pinto de Miranda. Entre os melhoramentos científicos que a guerra proporcionou figuram não só os progressos notáveis na indústria de aparelhos de prótese, mas também os que se operam no estudo científico desta especialidade e para a qual se instalou um laboratório em Arroios, seguindo as orientações do Prof. Jules Amar.

Também no que se refere aos serviços de selecção e orientação profissional, Costa Ferreira tinha motivos para estar satisfeito. Apesar de ter situado neste plano a sua principal derrota, podemos alhear-nos da sua visão pessimista e vislumbrar traços de modernidade. A preocupação em seleccionar os indivíduos e orientá-los do ponto de vista profissional, tendo em consideração a *“sua profissão anterior, o desejo ou vocação manifestados, a sua inteligência, a sua cultura, os seus hábitos, a sua idade, os recursos económicos e os costumes da região onde quer fixar-se”*⁶⁷, é um aspecto preponderante na prática pedagógica de Costa Ferreira e que revela muito acerca da sua envergadura científica.

E, apesar de ter ficado muito aquém das expectativas que formulara no início do seu percurso, a verdade é que o balanço final se apresenta muito positivo, uma vez que, apesar dos resultados se terem esfumado e convertido em duras críticas, os laboratórios, oficinas e salas de arquivo permaneceram para além da desilusão. As melhorias dos diversos serviços do Instituto Médico-Pedagógico iriam aproveitar a outros *“mutilados, vítimas de flagelos sociais, que estão quase sem amparo entre nós: as crianças física e mentalmente mutiladas e estropiadas”*.⁶⁸

Também o estudo das questões que interessam aos mutilados da guerra deu um grande impulso a certos ramos de investigação científica, dos quais os mais importantes dizem respeito à cirurgia cinemática e à fisiologia do trabalho.⁶⁹

E não devemos esquecer a envolvente campanha publicitária de angariação de donativos, determinada a criar um capital exclusivamente destinado à distribuição de um pecúlio a cada mutilado da guerra, muito embora o derrotismo de Costa Ferreira só lhe tenha permitido observar que *“pequeno foi o êxito, ou melhor, insuficiente o que se juntou”*.⁷⁰

Os últimos dias do Instituto confundem-se com o regresso à normalidade. O Instituto Médico-Pedagógico volta à sua rotina, dedicando-se ao ensino dos *“anormais pedagógicos”*.

⁶⁶ “Serviços de fisioterapia”. In CPL, 1922: 82-83

⁶⁷ “Inválidos da Guerra”. Separata da “Medicina Contemporânea”, 31/10/1916, in CPL, 1917: 35-36

⁶⁸ “A obra do Instituto de Santa Isabel – A entrega de 28.424\$44 ao Instituto de Arroios – Um penhorante agradecimento à «Capital»”. Ofícios publicados no jornal A CAPITAL, de 8 de Novembro de 1919. In CPL, 1922: 113

⁶⁹ “Investigações científicas”. In CPL, 1922: 99-101

⁷⁰ “O Capital”. In CPL, 1922: 101-103

Como sempre, o 9 de Abril é recordado com pesar e espírito de sacrifício. Costa Ferreira não esquece as homenagens ao “soldado desconhecido” nem aos soldados que conhece. Dedicase, agora, a canalizar os donativos que ainda o procuram, aconselhando o melhor destino.

Arroios, obra tão sua como de Tovar de Lemos, ainda se veria a braços com polémicas questiúnculas discutidas na Câmara dos Senadores. Era o próprio Ministro da Guerra, Álvaro de Castro, quem, em Abril de 1921, fazia um balanço muito negativo do Instituto de Reeducação.

Pelo Instituto de Arroios, essencialmente criado para reeducação dos mutilados, e pelo de Santa Isabel, passaram 576 mutilados.

Por motivos de vária ordem, alguns parece que voluntariamente, saíram mutilados, restando 78 que aguardam a definição da sua situação.

É justo salientar (...), pelo que vi, que o Instituto de Reeducação de Mutilados não deu resultado nenhum, fosse por que motivo fosse.⁷¹

O ambiente familiar, acolhedor, confortável, que imperava nos corredores dos institutos, e que tinha sido apanágio do espírito criativo de Costa Ferreira, era agora o motivo do seu fracasso. As oficinas vazias, o regime de completa liberdade e o desleixo dos mutilados, vivendo na condição de homens “*bem alimentados e com bela casa*”, foram sintomas preponderantes para que o Ministro da Guerra iniciasse uma cruzada contra o Instituto de Arroios.⁷² Nas tribunas do Parlamento eram poucas as vozes que se ouviam em defesa dos hábitos e costumes dos antigos soldados. Entre elas contava-se a do Dr. Pontes, reclamando que não se esquecessem os mutilados em tempos de paz. Pouco a pouco, o projecto de Costa Ferreira e Tovar de Lemos foi perdendo a sua autonomia e validade. A lei n.º 1:516, de 18 de Dezembro de 1923, que regulamentava que os serviços de assistência e reeducação funcional e profissional dos mutilados e estropeados da guerra e dos sinistrados do trabalho transitassem para o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, fora posteriormente alterada, no seu ponto primeiro, colocando o Instituto de Arroios na alçada da Direcção Geral dos Hospitais Civis de Lisboa, sem ver salvaguardada a continuidade da sua missão.⁷³

Considerações finais

O regresso dos primeiros soldados mutilados a Portugal, deambulantes pelas ruas de Lisboa, despertou a atenção de alguns para a necessidade de se encontrarem soluções adequadas. Convinha que se resgatassem essas almas errantes dos vícios a que a sua triste condição as entregava. Era preciso agir e depressa. E sempre tendo em consideração os poucos recursos de um Estado deveras debilitado.

Foi atendendo a todos estes aspectos que surgiu, por parte da Direcção da CPL, a sugestão de se aproveitarem os meios disponíveis na instituição e proceder-se à criação do Instituto de Mutilados de Santa Isabel, anexo à Casa Pia.

⁷¹ O Ministro da Guerra, Álvaro de Castro. In *Diário do Senado*, n.º44, de 26 de Abril de 1921, p. 6.

⁷² *Diário do Senado*, n.º45, de 27 de Abril de 1921, p. 6

⁷³ Lei n.º 1:516, de 18 de Dezembro de 1923 e projecto de lei n.º 851, de 7 de Julho de 1925.

O poder político demonstrou grande solicitude no que se refere a esta questão, autorizando esta iniciativa e comprometendo-se com a criação de um Instituto permanente, no antigo convento de Arroios. Houve, desde logo, o cuidado de assentar a sua criação em bases científicas, a par do que de mais moderno se fazia no estrangeiro, e não foi por acaso que Costa Ferreira tratou de enviar a França um dos professores mais eminentes da instituição que, dada a natureza do ramo de ensino a que se dedicava, poderia reunir os conhecimentos necessários para a criação do Instituto, no que se refere ao seu funcionamento básico, à produção de próteses e orientações seguidas nos serviços de reeducação funcional e profissional.

Pelo que nos foi dado a observar, durante o período de funcionamento, o instituto anexo à Casa Pia colocou à disposição dos mutilados uma variedade abundante de cuidados e serviços que lhes permitiam, tanto quanto possível, regressar a uma vida normal. Seguindo um cuidadoso processo de reeducação funcional, o mutilado era “programado” a aceitar a sua invalidez, reaprendendo simples hábitos diários e acelerando o regresso à sua antiga profissão, quando tal fosse possível. Em certos casos, a reeducação funcional era realizada a par da reeducação profissional, durante a qual se ensinavam as técnicas de uma nova profissão que se adaptasse à condição física e psicológica do soldado. Além deste programa de reeducação ser inovador para a época e, do que nos foi possível observar pelo relatório do Prof. Palyart, mais completo do que o desenvolvido em outros países, devemos ainda realçar o facto de Costa Ferreira ter criado um gabinete de selecção e orientação profissional, quer em Santa Isabel, quer em Arroios, departamento da sua responsabilidade, precedendo a criação do Instituto de Orientação Profissional, dirigido por Faria de Vasconcelos, alguns anos mais tarde.

Contudo, apesar do ímpeto reformador que acompanhou este plano, o balanço realizado pelo próprio autor acabou por ser muito negativo. Das centenas de mutilados que passaram pelas instalações de Santa Isabel reconhece-se um denominador comum que prejudicou o sucesso do projecto concebido por Costa Ferreira: o baixo grau de literacia. O analfabetismo e a falta de hábitos escolares ofereciam resistência aos esforços desenvolvidos pelos pedagogos de Santa Isabel, uma condicionante que não conseguiram ultrapassar.

Num país onde quase nada havia, a criação deste estabelecimento, que visava responder às necessidades dos soldados mutilados, consistiu num projecto inovador para a época, e até mesmo para períodos subsequentes. Sublinhando a pertença a um movimento europeu, comum a alguns dos países beligerantes, a Casa Pia de Lisboa comportou-se como uma instituição de vanguarda em Portugal que, ao procurar atender ao seu “público-alvo” – os marginais – importou o que de mais inovador se praticava lá fora. Sempre atenta às novidades pedagógicas, em todos os seus segmentos, a Casa Pia de Lisboa assume-se como um laboratório edificante de modernidade, ou seja, um espaço privilegiado de construção de saberes e práticas educacionais.

Bibliografia

- CPL, 1914/1923 – *Anuário da Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa.
- FERNANDES, Rogério, 1979 – *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, Volume 37. Venda-nova, Livraria Bertrand.
- FERRO, Marc, 2002 – *A Grande Guerra 1914-1918*, Lisboa, Edições 70.
- NÓVOA, António, 2005 – *Evidentemente. Histórias da Educação*, Porto, Edições ASA.
- PROENÇA, Maria Cândida (coord.), 1998 – *O sistema de ensino em Portugal (sécs. XIX e XX)*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa.
- RAMOS, Rui, 1994 – A segunda fundação. Volume VI in MATTOSO, José (dir.) – “História de Portugal”, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RAMOS, Rui, 2006 – “A Primeira República (1910-1926) e a divisão política da sociedade portuguesa no século XX” in AAVV – *O estudo da História*, Revista da Associação de Professores de História, n.º 6. Lisboa, APH.

António Rosas*, Ramón Máiz**

Da Cultura Política às Práticas Culturais Democráticas

R E S U M O

Partindo de pressupostos pós-positivistas, as contribuições do neo-institucionalismo sociológico nos estudos da cultura, oriundas sobretudo de áreas como a história social, a antropologia cultural, as sociologias da cultura e dos novos movimentos sociais, ao partirem das noções de cultura como prática, são aquelas que melhor poderão contribuir para uma definição normativa e simultaneamente útil desta variável na Teoria da Democracia. Neste artigo, tentaremos descrever essas contribuições, exibindo algumas das suas vantagens e limitações, para mostrar, em seguida, como uma concepção pós-geertziana da cultura como prática semiótica é a mais adequada para identificar, descrever e explicar as variáveis simbólicas nos regimes democráticos entendidos como sistemas políticos de não dominação.

Introdução

If you talk about essence – you are merely noting a convention.

Wittgenstein

As sucessivas reelaborações conceptuais e os estudos empíricos relacionados com a cultura política foram sempre uma espécie de *chasse gardée* da ciência política positivista. Não é preciso folhearmos muitas publicações científicas da especialidade para constatar a evidência. Em todos essas obras, algumas já consideradas como clássicos da ciência política,¹ podemos no entanto detectar a mesma ideia de cultura política. Dotada de uma natureza “psicológica ou subjectiva”, aquela é definida como a *distribuição agregada, numa determinada população, das atitudes, crenças, orientações, ou valores, relacionadas com ou à cerca da política.*²

Esta abordagem da cultura e das suas categorias (valores, crenças, ideologias, sentimentos individuais ou partilhados), de inspiração funcionalista e positivista, que vê estas como

* Investigador e Professor Universitário. Doutorado em Ciências Políticas e Sociais / Universidade de Santiago de Compostela (anjoserosas@gmail.com).

** Este artigo foi escrito, enquanto um dos autores terminava a Tese de Doutoramento em Ciência Política na Universidade de Santiago de Compostela. O facto de basear-se, na maior parte, na literatura especializada anglo-saxónica, não pretendeu substituir, obviamente, o recurso aos trabalhos de autores portugueses que a partir de diferentes ciências, estudam as relações entre as culturas como fenómenos semióticos e a política.

¹ ALMOND e VERBA, 1963; PYE e VERBA, 1965; ECKSTEIN, 1966, 1988, 1996; ALMOND, 1956, 1982; INGLEHART 1985, 1988, 1990, 1997.

² ALMOND, 1982: 26.

orientações subjectivas da acção ou como variáveis internalizadas de padrões culturais servindo de orientação à acção, não se distingue, porém, no essencial, da que subjaz à tradição empirista rival em ciência política³.

Com efeito, a perspectiva económica, ou *Rational Choice* (RCT), estipula uma determinada psicologia (*belief-desire psychology*) como fim último da razão instrumental,⁴ com a diferença de que quer o determinismo, quer os micro-mecanismos que explicam o impacto da cultura sobre a acção, serem, no seu caso, tanto neutralizados como explicitados.

Nos anos 80 e 90, autores como Wildavsky ou Lane⁵ ou Lane, entre outros, chegariam mesmo a sublinhar a importância das variáveis culturais na compreensão das decisões racionais, ao atribuir-lhes uma ascendência ontológica e metodológica dificilmente aceitável pelos behavioristas. Com a entronização da cultura política como teoria geral dos comportamentos políticos, estes autores pretendiam suplantam as insuficiências dos primeiros modelos da racionalidade instrumental através da sua inserção em “culturas” sub-grupais. O objectivo era definir, caso a caso, fosse nacional ou sub-nacional, os mecanismos através dos quais certos fins ou motivações produziam determinados resultados.

Esta relativa endogenização de interesses, utilidades e preferências, não bastou, porém, para alterar as abordagens da cultura implícitas no modelo da racionalidade instrumental. Em consequência, aquela continuou a ser encarada, na maior parte dos casos, como uma variável latente, pré-política, “natural”, “exógena”, com consequências normativas e empíricas importantes para os estudos das culturas políticas e dos comportamentos.

Ora as concepções que vêm as culturas ou como essências, ou como factos positivos⁶, ou ainda como “bagagens” psicológicas de sujeitos racionais com um menor ou maior grau de omnisciência (ou, no pólo oposto, de condicionamento estrutural), pecam, sobretudo, pelo modo como ignoram, ou tendem a neutralizar, a natureza social e constitutiva da cultura e dos processos simbólicos em geral, assim como a sua inserção, eventual ou automática, nos processos históricos e nas relações do poder. Com efeito, definir ou explicar a “cultura” dos portugueses por certos traços de lusitanidade, ou estipular um eventual desinteresse da maioria dos cidadãos pela participação política a partir de sondagens pode ser um exercício académico não apenas tautológico como empírica e heurísticamente discutível⁷. E o mesmo pode suceder a uma concepção pretensamente neutra da racionalidade, que a isola da sua imersão convencional, histórica e política, para postulá-la como uma *facultas* estratégica face a constrangimentos e a oportunidades estruturais de natureza tanto tangível como intangível⁸.

³ LAUDAN, 1977.

⁴ ELSTER, 1986; COX, 2004; GREEN e SHAPIRO, 1994.

⁵ WILDAWSKI, 1987; LANE, 1992.

⁶ Culturas nacionais que preexistem e determinam os comportamentos dos agentes (*sedimented essences*, Huntington, 1993, 1996; Ortner, 1997: 8-9). Ver as críticas de Johnson (2003) e Wedeen (2002) a esta visão essencialista e reduccionista da cultura, que encara os padrões culturais como herdados e inertes.

⁷ O que não significa a rejeição dos métodos quantitativos na investigação da cultura *latu sensu* ou da cultura política em particular.

⁸ “(...) rational choice theory, as currently practiced, lacks the conceptual and methodological tools necessary to explain the emergence and transformation of the cultural frameworks within which calculation takes place” (Sewell 2005: 269). Ver igualmente SOMERS, 1998.

Perante este panorama, é de referir que dos três neo-institucionalismos dominantes nos estudos anglo-saxónicos de sociologia da cultura, o neo-institucionalismo sociológico (NIS), é aquele que, pela sua filiação ao constructivismo social e às mais variadas influências das ciências humanas e sociais, maior atenção tem suscitado nos estudos especializados da Ciência Política sobre a cultura. Através da sociologia da cultura, o NIS tem desenvolvido, em conjugação com outras áreas de estudo, tais como a psicologia cognitiva e a psicologia social, outras formas de abordar os fenómenos culturais nas sociedades contemporâneas.⁹

A seguir tentaremos descrever as principais contribuições desta perspectiva, mostrando ainda como têm sido “acompanhadas” pelos estudos teóricos e empíricos da sociologia da cultura e dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

Como o neo-institucionalismo vê a cultura

Especialmente em sociologia, são notáveis as diferenças nas formas de encarar os processos políticos e culturais entre as perspectivas funcionalistas/behavioristas, individualistas, e as realistas e pós-positivistas. Com origens na antropologia, na etnometodologia, no constructivismo social fenomenológico e no interaccionismo simbólico, a concepção de cultura geralmente proposta pelo NIS parece demonstrar não apenas uma actualidade e influências crescentes como uma capacidade notável para gerar sinergias conjuntamente com as perspectivas behavioristas e económicas.

As proposições de base do NIS podem ser resumidas do seguinte modo¹⁰: 1) A cultura, dada a sua abrangência e centralidade nos processos sociais, é fortemente associada às instituições, que passam a ser concebidas, *latu sensu*, não apenas como regras formais, procedimentos, ou normas, mas como *scripts* cognitivos e moldes morais (*moral templates*) que, por fornecerem os actores com “*frames* de significado” (*frames of meaning*) (“marcos interpretativos”¹¹), são guias imprescindíveis da acção; 2) as relações entre as instituições e a acção individual ou colectiva assentam na dimensão cognitiva desses impactes institucionais, ou seja, no modo como as instituições fornecem *scripts* cognitivos, categorias e modelos sem os quais o mundo ou os comportamentos não podem ser interpretados; 3) tanto a origem como as mutações das práticas institucionais são explicadas não por critérios de eficiência, como sucede na abordagem da RCI, mas porque são validáveis num determinado ambiente cultural (*broader cultural environment*).

Em relação ao primeiro princípio podemos, desde já, extrair algumas conclusões. Se a cultura é fortemente assimilada às instituições, as explicações tradicionais da Ciência Política e da Sociologia Política sobre a cultura política, que assentam em valores e atitudes compartilhadas (vulgo Cultura Política) por indivíduos isolados e tomados como ponto de partida e de chegada da análise (individualismo metodológico), deixam de fazer sentido. De facto, uma redefinição da cultura como instituição permite redescrevê-la como uma “rede de rotinas” (*network of routines*),

⁹ DIMAGGIO, 1997.

¹⁰ HALL e TAYLOR, 1996: 947.

¹¹ MÁIZ, 2004: 83-153.

de símbolos, ou de *scripts*, que servem de base ou funcionam como moldes (*templates*) aos comportamentos.¹²

A relação entre as instituições e a acção também merece algumas considerações. Permite encarar as instituições não como factos ou processos externos às acções dos indivíduos ou das organizações (como objectos científicos positivos), mas como uma pluralidade de sentidos e de interpretações que definem e afectam não apenas a racionalidade instrumental como as suas próprias preferências e identidades dos indivíduos. “Accordingly, many sociological institutionalists emphasize the highly-interactive and mutually constitutive character of the relationship between institutions and individual action”.¹³

Dos três princípios citados, o terceiro é de importância crucial. Vendo bem, é aquele que atribui à cultura ou às variáveis simbólicas um papel que as diferencia de modo decisivo da RCI ou do neo-institucionalismo económico. Para os neo-institucionalistas, a cultura não é uma variável residual ou subliminável sob critérios, mesmo que relativizáveis, de eficiência. Os fenómenos culturais, como dimensões simbólicas das instituições, são componentes essenciais quer da sua compreensibilidade como da própria identidade dos sujeitos.¹⁴

Se as instituições não são estruturas ou objectos sociais externos à acção ou à racionalidade dos indivíduos, delimitando ou favorecendo *sui generis* a acção, ou moldando e impregnando as descrições dessa racionalidade, então a explicação para a adopção de práticas deve ser procurada, para cada caso, na legitimidade social das organizações ou dos seus participantes. Como diz Gamson,¹⁵ não são poucos os factores capazes de dissuadir os indivíduos de participarem ou de fundarem movimentos, assinarem petições, ou a participarem em manifestações, em *sit-ins* ou nas mais variadas formas de acções de protesto. Tal não tem impedido, porém, que o façam, e muitas vezes independentemente de saberem se têm, ou não, boas razões para tal.

A cultura na Sociologia e nos estudos dos Novos Movimentos Sociais

Vários autores estão de acordo de que os fenómenos simbólicos e da linguagem são centrais aos processos políticos. O modo como chegaram a essa conclusão resultou em larga medida das influências do interpretativismo e dos estudos hermenêuticos nas ciências sociais, particularmente na antropologia, bem como em áreas de especialização relativamente recentes como os estudos pioneiros que alguns sociólogos americanos produziram sobre os NMS's, ou Novos Movimentos Sociais, a partir dos anos 60 e 70. Uma das consequências mais reveladoras desta influência traduziu-se numa mudança de paradigma nos estudos sociológicos da cultura, que passaram de uma abordagem de tipo exclusivamente weberiano ou durkheimiano, a uma centrada nas práticas dos actores (Swidler, 1995). A seguir, debruçar-nos-emos sobre essas perspectivas, começando pela evolução registada na sociologia da cultura; depois trataremos dessas influências nos estudos sociológicos sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS).

¹² HALL e TAYLOR, 1996; SWIDLER 1986; MARCH e OLSEN, 1989.

¹³ HALL e TAYLOR, 1996: 948.

¹⁴ FRIEDLAND e ALFORD, 1991.

¹⁵ GAMSON, 1995.

Max Weber¹⁶ encarava as culturas como sistemas complexos de ideias que moldavam as motivações individuais da acção. Na identificação de como uma determinada cultura, ou de como uma determinada tipificação cultural de grupo (*mundivisão*), motivava a acção, residia, no seu entender, o verdadeiro sentido da explicação. Durkheim,¹⁷ pelo contrário, encarava-as como representações colectivas, ou como veículos de um processo fundamental, no qual os símbolos, compartilhados publicamente, *constituíam* os grupos sociais, ao mesmo tempo que constrangiam e moldavam as consciências individuais.

Parsons,¹⁸ no seu esforço de síntese, optou por teorizar o sistema cultural como um “paramount value system”, recorrendo às noções basilares de valores e de normas.¹⁹ Encarava os valores como fins últimos, embora compartilhados, da acção, enquanto que as normas eram entendidas como regras culturais igualmente compartilhadas que definiam os meios mais apropriados para alcançar fins valorados. O carácter psicológico dos valores parsonianos, assim como a vocação abstracta das suas normas sistémicas acabariam, no entanto, por produzir fracoss resultados empíricos.²⁰

Embora Geertz,²¹ um discípulo de Parsons, possa ser considerado como o expoente do primeiro paradigma, os seus trabalhos sem dúvida que preluíram o paradigma concorrente, ao atribuírem às estruturas simbólicas uma autonomia e um peso sem precedentes desde Weber e de Durkheim. Para Geertz, a cultura deve ser estudada não pelos seus efeitos nas acções dos indivíduos ou das colectividades, mas sim pelos seus significados. O seu objectivo não é pois estudar os significados existentes nas mentes dos indivíduos, mas sim os símbolos que a cada momento estão publicamente disponíveis.

Distanciando-se do funcionalismo antropológico de Boas e de Benedict, ou da sociologia funcionalista individualista Weber e de Parsons (a versão estrutural), a posição de Geertz é a de que se a cultura influencia a acção, não o faz por estabelecer objectivos, mas sim por consistir em vocabulários de significados, de símbolos e de emoções, sem os quais não haveria sequer uma procura. As implicações desta perspectiva, nos limites daquilo que designaríamos pelo primeiro paradigma nos estudos da cultura, são evidentes e assinalam a ocaso do psicologismo funcionalista parsoniano. O resultado, significativo para tudo o que vier a seguir, consistiu numa objectivação da cultura e dos símbolos capaz de ultrapassar os limites da antropologia e fecundar várias disciplinas. Como diz Ortner: “Geertz most radical theoretical move was to argue that culture is not something locked inside people’s heads, but rather is embodied in public symbols, symbols through which the members of a society communicate their worldview, value-orientations, ethos, and all the rest to one another, to future generations – and to anthropologists. With this formulation, Geertz gave the hitherto elusive concept of culture a relatively fixed focus, and a degree of objectivity, that it did not have before.”²²

¹⁶ WEBER, 1946a, 1946b.

¹⁷ DURKHEIM, 1965.

¹⁸ PARSONS, 1953.

¹⁹ SMELSER, 1992: 13.

²⁰ DIMAGGIO, 1997; SWIDLER, 1995.

²¹ GEERTZ, 1973.

²² ORTNER, 1984.

Ora se esta alteração do saber sociológico sobre a cultura teve, e continua a ter, uma importância decisiva nos estudos da sociologia da cultura, tem suscitado, desde os anos 80, fortes resistências.

Uma das críticas mais pertinentes é a de tender a encarar as culturas como sistemas simbólicos estáticos, sem costuras, lógico consistentes - fora, portanto, da história e das relações de poder.²³ Numa perspectiva não holista, e muitas vezes em conflito aberto com a interpretação geertziana, Swidler, entre outros, têm vindo a encarar a cultura com um *tool kit*,²⁴ ou como uma “caixa de ferramentas”. A cultura influencia a acção, nomeadamente a política, “not by providing the ultimate values toward which action is oriented, but by shaping a repertoire or ‘tool kit’ of habits, skills and styles which people use in constructing strategies of action.”²⁵ Para Reed, “a cultural toolkit is not used instrumentally as means to a specific end, but rather provides schemas and blueprints for the ensuing action-in-situation. Actors mobilize certain frames, depending upon the situation, to motivate action and construct meaningful interpretations”.²⁶

Embora estejam ainda por clarificar os pressupostos cognitivos da teoria dos usos culturais, vai sendo possível avançar pelos caminhos desta importante derivação no novo paradigma com a ajuda de algumas contribuições relativamente consensuais nos campos das psicologias social e cognitiva.²⁷ Seja como for, as vantagens empíricas parecem ser imediatas. Se a cultura não é entendida como um sistema simbólico, ou como um conjunto de valores essenciais identificando grupos particulares e isolando-os dos demais, mas como um repertório disponível de estratégias de acção, as ferramentas culturais, por serem discretas, locais e destinadas a fins específicos, podem ser concebidas como variáveis explicativas conjuntamente com as variáveis mais estruturais.²⁸

As vantagens analíticas e empíricas desta perspectiva, porém, ao incidirem no modo como os valores ou as variáveis culturais operam na prática, produzindo acção ou resultando da acção, não têm impedido que esta peque por reduccionismo, ao perder de vista a estrutura significativa inerente a qualquer prática (Saussure, Lévy-Strauss). Com efeito, se a ideia de *tool-kit* permite compreender o carácter contraditório, fluido, contingente, contestado, permanentemente em aberto e em risco, da cultura (Foucault, Bourdieu, Swidler, Sewell, Derrida, Máiz, Certeau, Wendt, Steimetz, entre outros)²⁹, não é menos verdade que tende a esquecer a estrutura simbólica ou o capital simbólico socialmente disponíveis sem os quais esses repertórios carecem de significado. “The employment of a symbol can be expected to accomplish a particular goal only because the symbols have more or less determinate meanings – meanings specified by their systematically structured relations to other symbols. Hence practice implies system”.³⁰

²³ WEDEEN, 2002: 719.

²⁴ SWIDLER, 1986.

²⁵ BREIGER, 2000; SWIDLER, 1986.

²⁶ REED, 2004.

²⁷ DIMAGGIO, 1997.

²⁸ SWIDLER, 1986, HECHTER, 1992; JOHNSON, 2003.

²⁹ Influenciado, por exemplo, pelas relações de poder entre os actores. Ver também as críticas de Máiz (em 2003, por exemplo) a esta visão fixista e essencialista da cultura ainda presente nos estudos do nacionalismo.

³⁰ SEWELL, 1999.

Para evitar este problema, Sewell e Wedeen têm vindo a propor uma nova articulação teórica, ao definirem a cultura e as culturas como “práticas semióticas” compostas tanto pelas práticas materiais dos actores como pelas estruturas de significação associadas³¹.

As vantagens desta concepção, ao ter em conta os aspectos estruturais e simbólicos da cultura e o modo como são produzidos, reproduzidos e transformados pelas práticas dos actores, parecem evidentes. Os caracteres contingentes, contestados e dinâmicos da cultura *latu sensu*, assim como das culturas particulares, ficam assim ressalvados, ao mesmo tempo que são acautelados os pressupostos estruturais das acções significantes. No entanto, uma tal solução acarreta, necessariamente, um problema, que é o de como conceptualizar a articulação, para cada momento e cada caso específico, entre estrutura e acção, sistema e prática, subjectividade e objectividade.³²

Este problema tem sido abordado, entre outros, por Sewell,³³ para quem a cultura, como *dimensão semiótica de qualquer prática social*³⁴, ou como *prática semiótica*³⁵, é sempre uma comunicação de informações que constrói o “social” a partir de uma sistematicidade histórica, aberta e em risco (*thin coherence*), que embora relativamente autónoma no seu princípio estruturante e no grau da intercontextualidade dos seus significados, nunca é independente de outras dimensões igualmente fulcrais da acção, tais como as relações de poder, a espacialidade ou a distribuição de recursos.³⁶ Como diz Sewell, numa posição que é, como veremos, compatível como a concepção realista da cultura - “from the fact that all social action is meaningful, it does not necessarily follow that social action is shaped by nothing but meaning”.³⁷ O que não significa que o estudo de cada problema ou situação, podendo envolver uma ou mais estruturas espaciais e temporais de um campo institucional (constitucional-político, criminal-legal, etc.), não seja sempre incompleto se não envolver a análise de como os sistemas simbólicos fazendo parte dessas estruturas afectam ou constituem práticas concretas e como estas reproduzem ou transformam os sistemas simbólicos³⁸.

³¹ Para uma definição de prática, FREEDEN, 2005: 239.

³² SEWELL, 1992; ARCHER, 1995; BEISSINGER, 2002: 12 e segs.

³³ SEWELL, 1999, retomado em 2005.

³⁴ “Culture is neither a particular kind of practice nor practice that takes place in a particular social location. It is rather the semiotic dimension of human social practice in general” (Sewell, 1999).

³⁵ Não apenas linguística ou discursiva, mas também icónica, lúdica, espacial, técnica, gestual, ritual, disciplinar, etc. (Sewell, 2005: 335).

³⁶ Para Sewell, o carácter dual das estruturas como condições e fins da acção implica necessariamente a dualidade simbólico e material das práticas e das estruturas. Na sua revisão do estruturalismo reflexivo de Giddens e do conceito de *habitus* de Bourdieu (Bourdieu, 1990; Sewell, 1992), Sewell concebe as estruturas que compõem as esferas institucionais da sociedade de forma dual, ou seja, como esquemas (*schemes*) e recursos (humanos e não-humanos). No mesmo sentido vão autores neo-institucionalistas como Friedland e Alford (1991), ao conceberem as lógicas institucionais como dualidade de práticas e sistemas simbólicos. A correspondência sewelliana entre a dualidade das práticas e das estruturas carece, no entanto, de ser clarificada. Apesar da transição micro-macro não ser feita por abstracção, mas sim através da articulação entre as diferentes modalidades das práticas semióticas (Sewell, 2005), está ainda por esclarecer e formular uma teoria dessa articulação.

³⁷ SEWELL, 2005: 164, nota.

³⁸ Segundo Sewell (1999), a relação entre variáveis materiais e simbólicas é dialéctica, o que significa que os dois pólos se influenciam mutuamente sem que as sínteses resultantes percam autonomia. No mesmo sentido vai Wedeen, ao dizer que a concepção da cultura como *prática semiótica* implica a dualidade histórica e política entre as práticas

Como se vê, é já grande a diferença entre estas perspectivas e aquela que a partir principalmente de Weber chega até Geertz, aos sociólogos funcionalistas da Teoria da Modernização e aos politólogos behavioristas da *Political Culture Research*. As culturas e as suas categorias já não são essências inexplicavelmente objectivadas, variáveis latentes, as “informações para a selecção de equilíbrio” dos autores económicos (por exemplo, Tsebelis 1997), ou simples equivalentes semânticos de motivações psicológicas individuais. Analisar a cultura equivale a estudar³⁹: 1) as práticas de produção de significados – não apenas a linguagem, mas os “discursos multiseimióticos” que caracterizam os “textos” da modernidade⁴⁰ – ou seja, o que a linguagem e os símbolos *fazem* (variável explicativa), 2) o modo como resultam de contextos institucionais e estruturais específicos - de dominação ou de interesses estratégicos (variável dependente) e 3) os fenómenos propriamente políticos, atendendo ao modo e à razão pela qual os actores os investem com significados específicos.

Ora os estudos sociológicos sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS), principalmente a partir dos anos 70, ao socorrerem-se cada vez mais dos conceitos culturais de *frame* e de *framing* como variáveis explicativas da mobilização política têm convergido para esta perspectiva.⁴¹

Com efeito, tem havido uma comprovação empírica assinalável de que quer os recursos organizativos dos actores, quer as oportunidades políticas estruturais que os condicionam, embora variáveis explicativas importantes da acção colectiva, não bastam para compreender os processos de mobilização levados a cabo pelos movimentos sociais. O uso estratégico das componentes culturais da acção revelar-se-ia assim crucial para compreender a produção e a ruptura de muitas práticas sociais que chegam mesmo a afectar duradouramente as super-estruturas simbólicas, os recursos e as estruturas.⁴² Os conceitos de *frame* e de *framing*⁴³, ao auxiliarem à compreensão dos processos produtivos de natureza semiótica associados às práticas políticas, apresentam-se assim como corolários importantes não só da concepção estratégica dos usos da cultura como de qualquer aproximação aos fenómenos culturais pela via das práticas e das estruturas. Com efeito, as percepções de injustiças sofridas, ou a confiança na exequidade da acção colectiva para solucioná-las, são geralmente activadas (*primed*) estrategicamente pelos movimentos, através de processos materiais de natureza psico-social (*framing*), com o fim de mobilizar prosélitos (e/ou potenciais seguidores) ou conflictualizar relações de poder com terceiros – outros movimentos,

concretas e a sua dimensão sistemática ou simbólica. “Systems of signs are inscribed in material, observable practices; semiotic practices produce material effects, the observable implications of which are so important for positivist social science. And material effects reproduce systems of signification which are communally intelligible and therefore open to interpretation” (Wedeen, 2002: 723)

³⁹ FAIRCLOUGH, 2000: 165.

⁴⁰ MÁIZ, 2003. Para as dificuldades e limitações da concepção da cultura como um dos recursos dos movimentos sociais ver, por exemplo, SHARMAN, 2003.

⁴¹ BENFORD e SNOW, 2000; ZALD, 1996; MÁIZ, 2003: 255)

⁴² Na definição de David Snow, *framing* consiste nos esforços conscientes e estratégicos de grupos para confeccionarem interpretações compartilhadas do mundo e de si mesmos com a finalidade de legitimar e motivar a acção colectiva (McAdam, McCarty, Zald 1996: 6). Maíz (2004: 85) define esses processos de produção simbólica, ou “marcos interpretativos”, como “pautas, modelos ou esquemas elementares mediante os quais são percebidos e interpretados os acontecimentos pelos indivíduos”.

⁴³ SHAPIRO, 2003.

contra-movimentos, governos, etc. Por outras palavras, as componentes culturais da acção política (ideologias, crenças, determinadas instituições informais como hábitos, rotinas, etc.) são usadas muitas vezes estrategicamente e no contexto agentivo pelos actores, podendo o seu processo de construção simbólico-discursivo ser desmontado a partir das unidades de base, as *frames*, agora entendidas como práticas propriamente semióticas.

Na qualidade de estruturas genéricas de sentido, estandardizadas e pré-definidas, as *frames* não esgotam a complexidade da comunicação humana ou as possibilidades da construção discursiva da realidade, mas são uma componente importante destas. Dada a sua ubiquidade como esquemas de simplificação, essas pautas orientam, em muitos casos, as percepções dos actores, podendo, a qualquer momento, serem activadas na memória dos receptores com o fim de permitirem interpretações rápidas e com uma forma pré-orientada (Máiz, 2004: 85-86).

Uma das principais consequências dos processos culturais de *framing*, quer tenham por origem organizações ou grupos ou indivíduos interagindo na vida quotidiana, é a de que não apenas estão quase sempre presentes nos processos políticos como prefiguram qualquer decisão. Se tivermos em linha de conta o projecto institucionalista de inserir as práticas dos actores, individuais ou colectivos, em “estruturas” simbólico/materiais, parece evidente a importância dos discursos e da sua comunicação para o conjunto do sistema inter-institucional. Num sistema aberto e contingente (não funcional) de práticas discursivas cuja produção acompanha qualquer processo de conflictualização política sobre recursos, a produção e o uso de “esquemas”, *scripts* (*frames* de acção) ou *frames* pelos actores, sejam os meios de comunicação social, o Governo, os NMS's ou partido políticos, revelam-se assim primordiais e decisivos na produção e reprodução das identidades dos actores, dos seus interesses e, até, das estruturas sociais.

Implicações para a Teoria da Democracia

Nesta secção tentaremos mostrar a utilidade da concepção pós-geertziana de cultura para a teoria da democracia. Para tal, partiremos do princípio normativo de que esta é indissociável de uma determinada concepção de poder, sendo melhor definida como um sistema político de não dominação.⁴⁴ O nosso argumento é de que uma concepção de cultura como prática semiótica, consistente com a noção dual das estruturas, é a mais adequada para compreender e explicar os processos históricos e políticos em que se desenrolam os conflitos democráticos bem como o papel assumido pelas variáveis simbólicas nesses conflitos. Para o efeito, começaremos por descrever sumariamente a concepção *mainstream* de democracia nos estudos democráticos e a sua relação com uma determinada ideia de poder e da cultura, para em seguida determo-nos criticamente sobre as suas implicações. A secção seguinte será reservada à demonstração das vantagens analíticas e empíricas implícitas na concepção da cultura como prática semiótica.

Se os dois princípios tutelares da teoria clássica da democracia foram, pelo menos desde as origens modernas, o do auto-governo (*self-government*) e o da oposição, parece dificilmente questionável que o segundo tenha sido e continue sendo amplamente secundarizado em relação ao primeiro.

⁴⁴ DALTON, 1996 e 2004.

As razões para esta subalternização são muitas e, como é óbvio, nem sempre de carácter disciplinar. O modelo representativista em vigor nos regimes formais e nas práticas institucionais das democracias ocidentais é indissociável da pujança dos princípios liberais-democratas, desde sempre aptos a secundarizar os aspectos oposicionais da democracia a favor da componente representativa ou de auto-governo. Um tal modelo assenta na desconfiança de que a maioria dos cidadãos não se interessa, não compreende ou não é suficientemente competente àcerca das complexidades da política.

Recentemente, Dalton tentou reformular a tradição elitista do pós-guerra através do conceito de *satisficing behavior*.⁴⁵ Em vez das massas desinteressadas, cognitivamente incompetentes e dependentes da vanguarda iluminada das elites, retratadas pelas primeiras sondagens e estudos de opinião, o modelo representativo de governação tem em conta as novas competências cognitivas dos eleitorados modernos. Se a maior parte dos cidadãos não se interessa ou está mal informada sobre a maior parte dos assuntos públicos, não é menos verdade que muitos são capazes de recorrer a esquemas heurísticos que lhes permitem tomar decisões aparentemente racionais ou especializarem-se até nos temas (*issues*) que mais directamente as afectam. Assente na teoria da modernização, esta concepção moderada não deixa, porém, de encarar a cultura política como um fenómeno positivo, essencial, muitas vezes nacional e primordial, funcionando de cima para baixo.

Não surpreende portanto que o controlo do poder monolítico estatal deva ser, deste ponto de vista, alcançado através de um “emparedamento” constitucional e legal sobre as acções do governo e das principais instituições. O que se pretende é acautelar três objectivos: proteger os cidadãos dos abusos estatais, preservar e dilatar a esfera pública não política, e tornar mais representativos os poderes intermédios, ou os seus agentes, perante os cidadãos.

Para os representativistas, como se vê, não há pois verdadeiros direitos de oposição não delegados. O que se pretende é que os cidadãos participem ou reúnam as condições de participação no interior de um sistema de governo desenhado para representar os seus interesses. As concepções subjacentes do poder e da política são geralmente monolíticas, de natureza jurídico-estatal ou institucional e artificialmente retiradas do âmbito das actividades e estruturas maioritariamente presentes na sociedade, pelo que não parece ser difícil deduzir daqui a utilidade funcional e estratégica de uma concepção essencialista e partilhada da cultura. Determinados rasgos simbólicos colectivos, que podem ir de uma cultura política fixista a uma *Weltanschauung* democrática mecanicamente determinada pelo esforço material da modernização económica, são considerados mais ou menos funcionais do ponto de vista de uma ideia do poder social e do regime que constrói a cidadania unicamente como o seu garante e alicerce e não como um dos *locus* privilegiados da política.

Não deixa de ser surpreendente que a tradição que melhor revitalizou os direitos fundacionais de oposição democrática tenha sido a iniciada por Joseph A. Schumpeter,⁴⁶ embora ao preço da rejeição de qualquer concepção substantiva de democracia como “bem comum” ou como

⁴⁵ PRZEWORSKI, 1996: 4.

⁴⁶ SCHUMPETER, 1942; PRZEWORSKI ET AL., 1997, 1999.

representação de interesses. Na democracia mínima de Schumpeter, em que a gestão limitada e rotativa do poder é executada, *strictu sensu*, através de eleições, ⁴⁷cabe à própria formalidade institucional do mecanismo assegurar os direitos de oposição.

Esta definição competitiva da democracia, agnóstica quanto à natureza do poder social, mas essencial como consagração mínima de direitos de contestação é, no entanto, insuficiente. Mesmo que os custos da subversão do regime por parte dos perdedores não sejam inferiores aos decorrentes da aceitação das regras, a realização regular de eleições entre *entrepreneurs* políticos disciplinados pelas exigências da competição não esgota os direitos de oposição democráticos. “(...) (D)emocracy is not reducible to competition. Often it involves other things as well, notably rights to participate in agenda-setting and to operate as a “loyal” opposition – to render competition meaningful, if for no other reason”.⁴⁸ Por outro lado, nada impede que as regras não sejam respeitadas, ou traduzam interesses de grupos específicos ou de facções da sociedade.

A conclusão pragmática é a de que uma concepção minimalista da democracia deve ser suplementada pelo fortalecimento dos processos competitivos resultantes da “oposição leal”, cujo domínio de aplicação deve ser alargado a todas as actividades e práticas sociais.⁴⁹ Mas com uma ressalva. A de que uma concepção neo-schumpeteriana da democracia acarreta, necessariamente, uma alteração definicional desta, que passa a ser entendida não como um regime político formal, substantivo⁵⁰, um bem ou um conjunto de bens supra-ordenados, mas como um *bem subordinado*, instrumental, destinado a revelar e a minorar as múltiplas formas em que os processos de dominação e de não oposição emergem das actividades humanas.

Ao suplementar a definição minimalista e procedimental da democracia através de uma reformulação realista e pragmática das práticas competitivas democráticas, pretende-se assim minorar ou erradicar todas as formas de dominação ou de interferência ilegítima nos interesses básicos dos cidadãos.⁵¹ Esta concepção da democracia, menos minimalista do que a schumpeteriana⁵², mas menos substancial do que as concepções agregacionistas ou deliberativistas clássicas e pós-modernas, parte portanto do princípio de que se as relações de poder e de

⁴⁷ SHAPIRO, 2003: 57.

⁴⁸ SHAPIRO, 2003.

⁴⁹ A expressão de uma “ideia”, de uma cultura nacional, certos rasgos caracteriológicos nacionais, a expressão de preceitos constitucionais não procedimentais, ideológicos ou substantivos, de um “consenso social”, de uma determinada “opinião pública”, de um “bem comum” calculado a partir de uma *volonté générale*, de um pacto de regime, etc.

⁵⁰ SHAPIRO, 2003: 45.

⁵¹ É notória a influência republicana em Shapiro através da noção da não dominação como bem comum. Maquiavel ([1517], 1979) define este como sendo aquilo que todos os que têm interesse em evitar a dominação partilham.

⁵² Ou, como dizem DiMaggio e Mullen (2000), como determinados actores, acções e objectos, compõem lógicas institucionais servindo de princípios organizadores a domínios institucionais específicos (ver também Friedland e Alford, 1991: 248; Mohr, 2000). Temos aqui em mente, por exemplo, o modo como alguns direitos humanos foram sendo construídos, estipulados e vividos por determinadas grupos em resultado da expansão imperial do Estado-Nação europeu (Marshall, 1977) e como, no presente, estão sujeitos a “pressões” do modelo racional subjacente às novas relações entre Estados na era da globalização (Meyer, 1997; Boli e Thomas, 1999; Jepperson, 1992). A reinterpretação jusnaturalista de muitos direitos individuais liberais da fase inicial do liberalismo por parte do activismo internacional dos Novos Movimentos Sociais, é constatada, por exemplo, por Soysal (1994).

dominação são imanentes às actividades humanas, os sistemas políticos democráticos, caracterizados não apenas pelo auto-governo, como por uma *oposição leal* extensível a todas as esferas institucionais, são os mais aptos a gerir essas relações. Para cada caso, o “exercício democrático” consistirá, pois, em identificar, descrever e explicar o modo como certas práticas associadas a assimetrias de recursos e modos de poder podem estruturar formas de dominação ou de interferência ilegítima nos *interesses básicos*⁵³ dos cidadãos.

A seguir, veremos como a concepção da cultura como prática semiótica, ou como articulação de formas simbólicas, modos de poder e recursos, parece ser a mais adequada para integrar um programa científico realista que do interior da teoria da democracia procura identificar, explicar e gerir os processos sociais e políticos nos quais a dominação pode afectar a competição material e simbólico/discursiva entre instituições e sujeitos.

Realismo crítico e práticas culturais democráticas

O realismo científico, ou transcendental, é uma perspectiva sobre a ciência que acredita na existência de uma realidade independente do observador regulada por relações causais em que são igualmente reais as entidades não observáveis postuladas pelas ciências.⁵⁴ O facto de não haver nenhuma pesquisa sobre o real que não seja condicionada pela teoria, não leva pois o realista a acreditar que o grau dessa intervenção não possa variar, produzindo melhores ou piores explicações da realidade.

Nos estudos da democracia, uma prática científica realista apresenta pelo menos duas vantagens sobre as concorrentes lógico-positivista, logicista e interpretativista. Em primeiro lugar, é agnóstica quanto à perspectiva ou à teoria que, à partida, poderá parecer a mais apropriada para explicar um determinado fenómeno. O que significa que a validade dessa perspectiva só pode ser aquilatada durante a investigação empírica e pelo modo como esta permite formular hipóteses heurísticamente superiores sobre a realidade. Em segundo lugar, ao não afastar a possibilidade das variáveis não observáveis poderem também contribuir decisivamente para a explicação de determinados fenómenos ou resultados, abre-se à descoberta de muitos mecanismos geralmente descartados pelas outras perspectivas ou práticas científicas, mas não menos relevantes para a acumulação de conhecimentos sobre a realidade.

Ora as variáveis culturais, cuja incidência nos fenómenos sociais não é poucas vezes velada ou opaca, configuram este segundo caso. Para uma perspectiva realista, o interesse de uma concepção da cultura como prática semiótica parece ser, pois, manifesto. E o mesmo sucede

⁵³ BHASKAR 1978, 1979; HARRÉ 1994; MILLER 1988; LAUDAN 1977. “We must adopt a realist constructivism according to which reality is a complex of phenomena that exist independently of our conceptual and discursive resources” – and which therefore set limits to the content of our understanding and interpretation of the world – but which only constitute significant facts in so far as they are conceptualized within some interpretational framework” (Máiz, 2003: 253). Sobre a concordância neste ponto entre o realismo e o constructivismo realista ou moderado ver por exemplo as críticas de Bhaskar a Winch, em Bhaskar (1979).

⁵⁴ Birney e Shapiro (2005) mostram como as sondagens podem ser importantes para identificar e descrever percepções generalizadas da opinião pública que são muitas vezes irracionais do ponto de vista dos visados.

quanto à sua inclusão, através da abordagem realista, nos estudos especializados da teoria da democracia fecundados pelas novas análises do poder e da política. Já que para esta perspectiva é mais importante saber qual o peso das variáveis simbólicas nos mecanismos causais das relações de dominação, será sempre preferível ter em conta o modo como as componentes simbólicas são utilizadas ou accionadas pelos agentes, do que seleccionar o real a partir de princípios ontológico e teoricamente pré-determinados.

Por outras palavras, se as descobertas macro-estruturais e comportamentais dos positivistas continuam a ser relevantes nos estudos das culturas nacionais e grupais⁵⁵, uma teoria democrática empenhada na gestão das relações de poder e na defesa dos interesses básicos dos cidadãos está, em princípio, mais motivada a analisar o modo como as produções simbólicas, os recursos dos actores e os diversos modos de poder estruturam determinados “problemas” de análise.

Uma concepção da cultura como prática semiótica parece ser assim a mais adequada, quer metodológica quer teoricamente, para integrar um programa realista nas ciências sociais e na ciência política que visa identificar, compreender e explicar mecanismos causais reais sem cair nas malhas dos reducionismos empirista ou interpretativista.⁵⁶ A compreensão e a resolução dos problemas concretos no âmbito da teoria da democracia, dado não ser estipulada por qualquer programa de investigação específico (RCT, interpretativismo, teoria empirica, funcionalismo estrutural, teoria dos sistemas) é livre de, face a cada caso, optar pelas melhores estratégias para a descoberta dos mecanismos que explicam os fenómenos sociais e políticos sem deixar de atender tanto às dimensões internas como externas da acção⁵⁷.

Deste ponto de vista, será útil salientar que embora as decisões racionais e os comportamentos observáveis possam ser pertinentes e por vezes decisivos na análise do poder e das relações de dominação, estes não esgotam nem o leque das possibilidades de análise, nem são exteriores aos processos culturais indissociáveis das actividades humanas. Há pois que sondar, para cada caso ou problema, além de decisões e dos seus resultados causais, as componentes contrafactuais das inter-relações humanas sem as quais as acções, preferências, interesses, ou identidades, não podem ser compreendidas. Como diz Wedeen: “(...) the purpose (...) is to show how a critical understanding of culture as practices of meaning-making facilitates insights about politics, enabling political scientists to produce sophisticated causal arguments and to treat forms of evidence that, while manifestly political, most political science approaches tend to overlook”.⁵⁸ Partindo da inteligibilidade inerente aos sistemas de significação, é assim possível complementar as perspectivas mais causalistas com o recurso a metodologias interpretativas especialmente desenhadas para detectar os modos como estruturas simbólicas “mínimamente coerentes” são aplicadas de modo lesivo por determinados actores e/ou aceites, sem contestação, por outros.⁵⁹

⁵⁵ SHAPIRO, 2005.

⁵⁶ A noção de que os marcos conceptuais e culturais são constitutivos do conhecimento da realidade não afecta o princípio realista sobre a existência de uma realidade social ontologicamente intransitiva. Como diz Máiz, “uma sociedade socialmente construída pressupõe uma realidade não socialmente construída” (*declaração a um dos autores*).

⁵⁷ WEDEEN, 2002:714.

⁵⁸ WEDEEN, 2002 722; SEWELL, 1999.

⁵⁹ FREEDEN 1996.

Uma perspectiva pós-geertziana da cultura como prática apresenta, portanto, pelo menos três grandes vantagens sobre a concorrente funcionalista e positivista. Em primeiro lugar, desnaturaliza criticamente os conceitos, discursos, emoções e símbolos, permitindo compreender quem, como e com que fim privilegia, impõe ou desconta⁶⁰ esses conceitos, discursos ou símbolos, em detrimento de outros. Deste modo, as componentes tanto culturais como ideológicas das práticas e das estruturas de dominação ou de interferência ilegítima nos interesses básicos dos cidadãos são identificadas, compreendidas e explicadas; depois, ao enquadrar histórica e politicamente os processos sociais, supera a tradicional divisão do trabalho entre ciências humanas e ciências sociais, e entre estas e as ciências ditas exactas, ao integrar perspectivas semióticas, sociológicas, históricas, económicas e da ciência política na compreensão dos fenómenos políticos; por fim, a identificação e a explicação das estruturas duais presentes nas esferas institucionais reinscreve o projecto neo-institucionalista no *corpus* teórico e metodológico da disciplina da ciência política, pela via de um programa científico realista que *acredita* em mecanismos causais *reais*, sejam estes observáveis ou não, e procura explicações verdadeiras tanto para as dimensões internas como externas da acção.⁶¹

Se o segundo e o terceiro pontos foram já abordados neste artigo, o primeiro, por envolver as relações entre cultura e ideologia, requer algumas considerações.

Neste caso radica, com efeito, a superação necessária das distinções positivistas ou culturalistas entre os vários tipos de culturas e entre estas e as ideologias.⁶² Embora continue sendo útil manter a distinção entre variáveis ideológicas e culturais, aquelas também devem ser encaradas como configurações das dimensões simbólicas das práticas sociais (*thought-practices*), ao lado das dimensões dos modos de poder e recursos materiais (humanos e não humanos).⁶³ E é nessa qualidade de configurações de sistemas ideais dialecticamente relacionados com modos de poder e recursos, que as ideologias podem, ou não, estar presentes, e em diversos graus e modos, nas instituições ou nas relações sociais.⁶⁴

Componentes essenciais das práticas e das estruturas que as sustentam, as ideologias não são portanto nem “más teorias políticas”, nem conglomerados estáveis e sem costuras de conceitos, discursos ou símbolos, cuja génese e reprodução vivem apartadas de um real político cuja natureza lhe é irredutível ou parcialmente vedada.⁶⁵ Pelo contrário, são componentes fundacionais e essenciais da política, ao estabelecerem orientações, entendimentos e avaliações morais que na qualidade de estruturas dinâmicas de significados e de acção, servem de veículos ao poder, produzindo efeitos reais de natureza tanto social como material.⁶⁶

⁶⁰ BHASKAR 1978, 1979; MILLER 1988; HARRÉ 1994; SHAPIRO 2005; WENDT e SHAPIRO 1999; WENDT 1999, GAVENTA 1980.

⁶¹ HUNTINGTON, 1993, 1996.

⁶² FREEDEN, 1996; STEINBERG, 1993:316; WEDEEN, 2002; SEWELL, 1999.

⁶³ WARREN, 1999.

⁶⁴ KANT, 1991. A quimera de uma separação funcional e oportuna entre as ideologias e as práticas (Sartori 1969), paralela à separação essencialista entre cultura e ideologia, é insustentável (Freeden 2005a: 245).

⁶⁵ STEINBERG, 1993: 316.

⁶⁶ FREEDEN, 2005b: 127.

Deste ponto de vista, uma análise realista das ideologias nos sistemas políticos democráticos caracterizados pela *multi-governance*⁶⁷ estará sempre atenta ao modo como determinadas práticas de tipo simbólico ou material configuram ou resultam de negociações e de conflitos entre grupos, instituições e actores que, em diferentes posições de poder, aspiram ou à hegemonia,⁶⁸ ou a simples decontestações locais de conceitos e discursos.⁶⁹ A análise e o estudo das ideologias como práticas semióticas peculiares afectando as vidas dos agentes requer, portanto, não apenas uma leitura interna das dimensões semânticas/morfológicas e funcionais/intencionais dos seus elementos constitutivos⁷⁰, como a indagação externa dos elementos genético/causais que as condicionaram ou determinaram.⁷¹

A consideração do papel das ideologias nos processos de mobilização política, bem como a sua articulação com as variáveis mais amplas de carácter cultural, têm suscitado igualmente uma atenção especial nas pesquisas sobre os Novos Movimentos Sociais.⁷² Embora estes estudos tendam a delimitar as suas análises aos usos estratégicos daquelas variáveis (*framings*), parece ser relativamente pacífica a ideia de que tanto as componentes culturais como ideológicas da acção são indissociáveis das práticas e das acções dos actores, neste caso colectivos. Com efeito, foi uma concepção exterior e teórica da ideologia e das ideologias que provocou muitos dos insucessos empíricos nesta área de estudos ao longo dos anos 80 e 90. Após elencar esses erros, entre os quais figuraria a ideia de que as ideologias teriam um elevado grau de coerência e de integração, Snow e Benford concebem a relação entre os processos interpretativos e as ideologias como sendo de não determinação ou de não isomorfismo. Na maior parte dos casos, os primeiros consistem em *elaborações* ou em *articulações* mais ou menos inovadoras das últimas, funcionando ou como extensões ou como antídotos a estas, num trabalho dialógico (que depende dos contextos culturais e discursivos em que estão inseridas. Esta interrelação de variáveis, contingente e aberta, histórica e marcada pelas relações de poder, deixa portanto antever uma complexidade nas interpenetrações ideológico/culturais/ discursivas que só uma análise empírica pode revelar em todas as suas dimensões.

⁶⁷ NORVAL, 2000; LACLAU E MOUFFE, 1985; STEINBERG, 1993.

⁶⁸ FREEDEN, 1996.

⁶⁹ Não apenas discursivos, como extra-linguísticos - rituais, ícones, bandeiras, estilos de vida, expressões populares, imagens, rotinas do dia-a-dia, procedimentos informais, costumes, etc.

⁷⁰ STEINBERG, 1993: 316; FREEDEN, 1996; SKINNER, 1988; SHAPIRO, 2005. O que não impede que a consideração funcional, causal ou semântica das construções culturais do tipo ideológico não possa, em alguns contextos, extravasar o domínio das práticas, para se concentrar nas rupturas estruturais ou em certas discontinuidades formais e materiais. Uma análise ideológica dos eventos (*Events*, Sewell 2005) possibilita, com efeito, identificar e compreender o modo como as variáveis simbólicas relacionadas com a acção política alavancaram um conjunto de processos criativos cuja singularidade não só abalou as continuidades estruturais anteriores, como *inaugurou* um novo ciclo histórico e político (Braudel 1969, Strath 2003).

⁷¹ "Questions concerning the generation of collective action and master frames raise questions about their derivation, which, in turn, beg questions concerning the relationship between collective action frames and the broader culture, and particularly ideology" (SNOW, 2004: 396).

⁷² BAKHTIN, 1981; TODOROV, 1984.

Conclusão

O neo-institucionalismo, ao abraçar diferentes contribuições disciplinares, sugere uma noção de cultura não apenas materialmente diferente da da PCR (culturas nacionais, caracteres dos povos, culturas de estratos sociais ou de classes) como consagra uma ferramenta de trabalho útil e operacionalizável no interior da teoria da democracia baseada em práticas de oposição e de não dominação definidas suplementarmente sobre princípios minimalistas.

Por um lado, por serem indissociáveis das práticas sociais, as culturas são encaradas como construções ideais abertas, plurais, fluidas, contingentes e indeterminadas, agentes e palcos sobrepostos de permanente negociação e contestação. Por outro, uma teoria da democracia que parte de um conceito de poder como móbil eventual de dominação inerente às estruturas e actividades sociais será sempre incompleta se não integrar uma concepção da cultura que lhe seja útil. Parece ser portanto razoável partir-se do princípio de que uma determinada prática significativa de tipo cultural ou ideológico não será necessariamente questionável se não puder ser interpretada e/ou explicada empiricamente como pressupondo ou implicando dominação. Não parece ser menos evidente que deste ponto de vista deverão ser os próprios indivíduos e grupos afectados, apoiados por uma “*judicial review* democrática”, a definir quais os processos políticos mais apropriados na defesa dos seus interesses básicos, tendo em conta que qualquer prática cultural ou ideológica não apenas pode iniciar, como acompanhar ou resultar, das assimetrias das relações de poder que fazem parte das sociedades humanas.

Referências

- ALMOND, G. 1956. “Comparative Political Systems.” *Journal of Political Systems* (Agosto): 391-409.
- _____. 1982. “The Intellectual Story of the Civic Culture Concept.” In Almond G e Verba V. *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little Brown.
- ALMOND, G. e VERBA S. 1963, Reed. 1989. *The Civic Culture*. Beverly Hills: Sage.
- ARCHER, M. 1995. *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAKHTIN, M. M., 1981. *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press.
- BENFORD, R. e SNOW, D. 2000. “Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment.” *Annual Review of Sociology* 26: 611-39.
- BEREZIN, M. 1997. “Politics and Culture. A Less Fissured Terrain.” *Annual Review of Sociology* 23 (Agosto): 361-83.
- BHASKAR, R. 1978. *A Realist Theory of Science*. Sussex: Harvester.
- _____. 1979. *The Possibility of Naturalism*. Sussex: Harvester.
- BIRNEY, M. e SHAPIRO, I. 2005. “The Political Uses of Public Opinion: Lessons from the Estate Tax Repeal.” *Working Paper*, Yale University.
- BOLI, J. e Thomas, G. 1999. *Constructing World Culture*. Stanford: Stanford University Press.
- BOURDIEU, P. 1990. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- BRAUDEL, F. 1969. *Écrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion.
- BREIGER, R. 2000. “A Tool Kit for Practice Theory.” *Poetics* 27: 91-115.
- CHONG, D. 1996. “Interests Versus Values in the Explanation of Social Conflict.” *University of Pennsylvania Law Review* 144: 2079-134.

- COX, G.W. 2004. "Lies, Damned Lies, and Rational Choice Analyses." In Shapiro, I., Smith, R., Masoud, T. (Eds.), *Problems and Methods in the Study of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DALTON, R. 1996. *Citizen Politics in Western Democracies*. Londres: Chatham House.
- _____.2004. *Democratic Challenges, Democratic Choices*. Oxford: Oxford University Press.
- DIMAGGIO, P. 1997. "Culture and Cognition." *Annual Review of Sociology* 23: 263-87.
- DIMAGGIO, P. e MULLEN, A.L. 2000. "Enacting Community in Progressive America." *Poetics* 27: 135-162.
- DURKHEIM, E. [1915]1965. *The Elementary Forms of the Religious Life*. Nova Iorque: Free Press.
- ECKSTEIN, H. 1966. *Division and Cohesion in a Democracy*. Princeton: Princeton University Press.1988. "A Culturalist Theory of Political Change." *American Political Science Review* 82: 789-804.
- _____.1996. "Culture as a Foundation Concept for the Social Sciences." *Journal of Theoretical Politics* 8: 471-498.
- ELSTER, J. 1986. "The Nature and Scope of Rational Choice Explanation." In LePore E. e McLaughlin (Eds.), *Actions and Events*. Oxford: Blackwell.
- FAIRCLOUGH, N. 2000. "Discourse, Social heory, and Social Research: The Discourse of Welfare Reform." *Journal of Sociolinguistics* 4/2: 163-195.
- FERREE, M.M., GAMSON, W., GERHARDS, J., RUCHT, D. 2002. "Four Models of the Public Sphere in Modern Democracies." *Theory and Society* 31: 289-324.
- FREEDEN, M. 1996. *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. Oxford: Clarendon Press.
- _____.2005a. *Liberal Languages. Ideological Imaginations and Twentieth-Century Progressive Thought*. Princeton: Princeton University Press.
- _____.2005b. "What Should the 'Political' in Political Theory Explore?". *The Journal of Political Philosophy* 13(2): 113-134.
- FRIEDLAND, R. e ALFORD, R. 1991. "Bringing Society Back In: Symbols, Practices, and Institutional Contradictions". In Powell W.W. , DiMaggio, P. (Eds.), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: Chicago University Press.
- GAMSON, W. 1995. "Constructing Social Protest." In Johnston, H., Klandermans, B. (Eds.), *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- GAVENTA, J. 1980. *Power and Powerlessness: Quiescence and Rebellion in the Appalachian Valley*. Urbana: University of Illinois Press.
- GEERTZ, C. 1973. *The Interpretation of Cultures*. Londres: Basic Books.
- GIDDENS, A. 1976. *New Rules of Sociological Method: A Positive Critique of Interpretative Sociologies*. Londres: Hutchinson.
- _____.1979. *Central Problems in Social Theory: Action, Srtucture and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- _____.1981.nA *Contemporary Critique of Historical Materialism*. Vol. 1: Londres: Macmillan.
- _____.1984.n *The Constitution of Society*. Berkeley: University of California Press.
- GOFFMAN, E. 1974. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Nova Iorque: Harper.
- GREEN, D.P. e SHAPIRO I. 1994. *Pathologies of Rational Choice Theory*. New Haven: Yale University Press.
- HALL, P.A, e TAYLOR R.C.R. 1996. "Political Science and the Three New Institutionalisms". *Political Studies* XLIV: 936-57.
- HARRÉ, H. R. 1994. *Realism Rescued; How Scientific Progress is Possible*. Londres: Duckworth.
- HECHTER, M. 1992. "Should Values be Written Out of the Social Scientist Lexicon?" *Sociological Theory* 10: 214-30.
- _____. 1994. "The Role of Values in Rational Choice Theory." *Rationality and Society* 6(3): 318-33.
- HECHTER, M., KIM, H., BAER, J. 2005. "Prediction Versus Explanation in the Measurement of Values." *European Sociological Review* 21(2): 91-108.
- HECHTER M., KANASAWA S. 1993. "Group Solidarity and Social Change in Japan." *Journal of Theoretical Politics* 5: 455-93.

- HUNTINGTON, S. 1993. "The Clash of Civilizations." *Foreign Affairs* 72(3): 22-4.
- _____. 1996. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova Iorque: Simon and Schuster.
- INGLEHART, R. 1985. "Aggregate Stability and Individual Level Flux in Mass Belief Systems." *American Political Science Review* 79: 97-116.
- _____. 1988. "The Renaissance of Political Culture." *American Political Science Review* 82: 1203-30.
- _____. 1990. *Culture Shift*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 1997. *Modernization and Postmodernization*. Princeton: Princeton University Press.
- JEPPERSON, R. 1992. *National Scripts*. New Haven. Yale, Ph.D. Dissertation.
- JEPPERSON, R. e SWIDLER, A. 1994. "What Properties of Culture Should We Measure?" *Poetics* 22: 359-71.
- JOHNSON, J. 2003. "Conceptual Problems as Obstacles to Progress in Political Science. Four Decades of Political Culture Research." *Journal of Theoretical Politics* 15(1): 87-115.
- KANT, E. 1991. "On the Common Saying: 'This May be True in Theory, but it does not Apply in Practice.'" In H.Reiss (Ed.), *Kant: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LACLAU, E. e MOUFFE, C. 1985. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso.
- LANE, R. 1992. "Political Culture. Residual Category or General Theory?" *Comparative Political Studies* 25(3): 362-87.
- LAUDAN, L. 1977. *Progress and Its Problems*. Berkeley: University of California Press.
- LEWIS, B. 1961. *The Emergence of Modern Turkey*. Oxford: Oxford University Press.
- MÁIZ, R. 2003. "Framing the Nation: Three Rival Versions of Contemporary Nationalist Ideology." *Journal of Political Ideologies* 8(3) 251-267.
- _____. 2004. "Marcos Políticos Identitários e Medios de Comunicación." In Máiz, R. (Ed.), *Identidade Colectiva e Medios de Comunicación. La Voz de Galicia 1977-1996*. Santiago de Compostela: Fundación Santiago Rey Fenández Latorre, Xunta de Galicia: 83-154.
- MAQUIAVEL, N. | circa 1517 | 1979. *The Discourses*. Harmondsworth: Penguin.
- MARCH, J. e OLSEN, J. 1989. *Rediscovering Institutions*. Londres: Free Press.
- MARSHALL, T.H. 1977. *Class, Citizenship and Social Development*. Chicago: University of Chicago Press.
- McADAM, D., McCARTHY, J.D., ZALD, M. 1996. *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEYER, J.W. 1997. "The Changing Cultural Content of the Nation-State: A World Society Perspective." In Steinmetz G.(Ed.), *New Approaches to the State in the Social Sciences*. Ithaca: Cornell University Press.
- MILLER, R. 1988. *Fact and Method: Explanation, Confirmation and Reality in the Natural and the Social Sciences*. Princeton: Princeton University Press.
- MOHR, J. 2000. "Structures, Institutions, and Cultural Analysis." *Poetics* 27: 57-68.
- NORVAL, A.J. 2000. "The Things we do with Words – Contemporary Approaches to the Analysis of Ideology." *British Journal of Political Science* 30: 313-46.
- ORTNER, S. 1984. "Theory in Anthropology since the Sixties." *Comparative Studies in Society and History* 26: 125-66.
- _____. 1997. "Introduction." *Representations* 69 (Verão): 1-13.
- PARSONS, T. 1953. *The Social System*. Nova Iorque: The Free Press.
- PRZEWORSKI, A. 1996. "Democracy as an Equilibrium." Manuscrito. Nova York: New York University.
- _____. 1999. "Minimalist Conception of Democracy: A Defense." In Shapiro, I. e Hacker-Cordón, C., *Democracy's Value*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PRZEWORSKI, A. et al. 1997. "Modernization. Theories and Facts." *World Politics* 49(2): 155-83.
- PUTNAM, H. 2002. *The Collapse of Fact/Value Dichotomy*. Cambridge: Harvard University Press.

- PYE, L. e VERBA, S. 1965. *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton University Press.
- REED, I. 2004. "Love and Theory: Other Ways Culture Could Matter." *Culture* 18(2), p. 6.
- ROGOWSKI, R. 1997 - "Rational Choice as a Weberian View of Culture." *APSA-CP8* (2): 14-15.
- SARTORI, G. 1969 - "Politics, Ideology, and Belief Systems." *American Political Science Review* 63: 398-411.
- SCHUMPETER, J.A. 1942 - *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova Iorque: Harper.
- SATZ, D. e FERREJOHN, J. 1994 - "Rational Choice and Social Theory." *Journal of Philosophy* 91: 71: 87.
- SEARLE, J. 1995 - *The Construction of Social Reality*. Nova Iorque: Free Press.
- SEWELL, W. H. 1992 - "A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation." *American Journal of Sociology* 98 (1): 1-29.
- _____. 1999 - "The Concept (s) of Culture." In Bonnell, V. e Hunt, L. (Eds.), *Beyond the Cultural Turn*. Berkeley: University of California Press, 35-61.
- _____. 2005 - *The Logics of History*. Chicago: Chicago University Press.
- SHAPIRO, I. 1999. *Democratic Justice*. New Haven: Yale University Press.
- _____. 2003 - *The State of Democratic Theory*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2005 - *The Flight from Reality in the Human Sciences*. Princeton: Princeton University Press.
- SHARMAN, J.C. 2003 - "Culture, Strategy, and State Centered Explanation of Revolution, 1789 and 1989." *Social Science History* 27(1): 1-24.
- SKINNER, Q. 1988 - "Social Meaning' and the Explanation of Social Action". In Tully, J. (Ed.), *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Oxford: Oxford University Press.
- SMELSER, N. 1992 - "Culture: Coherent or Incoherent." In Munch, R. e Smelser, N. (Eds.) *Theory of Culture*. Berkeley: University of California Press, 3-27.
- SNOW, D. 2004 - "Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields." In Snow D.A., Soule S.A., Kriesi H. (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Publishing.
- SNOW, D. e BENFORD, R. 2000 - "Clarifying the Relationship Between Framing and Ideology in the Study of Social Movements: A Comment on Oliver and Johnston." *Mobilization* 2000.
- SOMERS, M. 1998 - "We're No Angels": Realism, Rational Choice, and Relationality in Social Science." *American Journal of Sociology* 104(3): 722-84.
- SOYSAL, Y. 1994 - *Limits of Citizenship*. Chicago. University of Chicago Press.
- STEINBERG, M. 1993. "Rethinking Ideology." *Sociological Theory* 11 (3): 314-320.
- STRATH, B. 2003 - "The State and its Critics: is there a Post-Modern Challenge?" In Skinner, Q. e Strath, B. (Eds.), *States and Citizens*. Cambridge: Cambridge University Press: 167-90.
- SUTHERLAND, C. 2005 - "Nation-Building Through Discourse Theory." *Nations and Nationalism* 11(2): 185-202.
- SWIDLER, A. 1986 - "Culture in Action: Symbols and Strategies." *American Sociological Review* 51: 273-86.
- _____. 1995 - "Cultural Power and Social Movements," In Johnston, H. e Klandermans B. (Eds.), *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- _____. 1996 - "Geertz's Ambiguous Legacy." *Contemporary Sociology* 25: 299-302.
- TARROW, S. 1992 - "Mentalities, Political Cultures and Collective Action Frames." In Morris, A. e Mueller, C. (Eds.), *Frontiers in Social Movement Research*. New Haven: Yale University Press.
- TODOROV, T. 1984 - *Mikhail Bakhtin: The Dialogic Principle*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- TSEBELIS, G. 1997 - "Rational Choice and Culture." *APSA-CP8* (2): 15-18.
- WARREN, M.E. 1999 - "What is Political?" *Journal of Theoretical Politics* 11(2): 207-31
- WEBER, M. 1946a - "The Social Psychology of World Religions." In Gerth, H. e Wright Mills, C., *From Max Weber*. Nova Iorque: Oxford University Press.

- _____.1946b - "The Protestant Sects and the Spirit of Capitalism." In Gerth, H e Wright Mills, C, *From Max Weber*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- WEDEEN, L. 2002 - "Conceptualizing Culture: Possibilities for Political Science." *American Political Science Review* 96(4) 713-28.
- WENDT, A. 1999 - *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WENDT, A e SHAPIRO, I. 1999 - "The difference that realism makes: Social science and the politics of consent." *Politics and Society* 20 (2): 197-224.
- WILDAVSKI, A. 1987 - "Choosing Preferences by Constructing Institutions: A Culture Theory of Preference Formation." *American Political Science Review* 81: 3-21.
- WITTGENSTEIN, L. 1953 - *Philosophical Investigations*. Nova Iorque: Macmillan.
- WUTHNOW, R. 1987 - *Meaning and Moral Order: Explorations in Cultural Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- ZALD, Mayer N. 1996. 'Culture, Ideology, and Strategic Framing.'" In McAdam, D., McCarthy, J.D., Zald, M, *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press.

Judite A. Gonçalves de Freitas*

Ser Historiador e Cidadão Hoje**

R E S U M O

O presente estudo visa questionar a actualidade da participação do historiador enquanto cidadão e profissional de um ramo do saber que requer condições particulares de exercício, ou seja, que deve praticar uma determinada disciplina e dever profissional. Neste contexto, reportar-nos-emos aos actuais pomas de discussão filosófica sobre a natureza e validade do conhecimento do passado assentes em factores epistemológicos, metodológicos e ideológicos e que são sobretudo colocados pelos teóricos e filósofos post-modernos. Pretendemos igualmente salientar algumas das vantagens da introdução e conquista de «novos» territórios de pesquisa e das actuais perspectivas metodológicas da prática da História como disciplina académica e séria. O nosso intuito é trilhar o caminho da interpelação na busca de uma leitura do valor ético do trabalho dos sacerdotes de Clio e, obviamente, da respectiva dimensão cívica. De facto, o que se deseja é repensar o valor e o impacto do estudo do passado humano na sociedade do século XXI, interpelando-nos sobre: o que é (e para que serve) a História Hoje? (isto para adoptar como mote o cabeçalho de um livro recentemente dado à estampa entre nós).

I – Apresentação da problemática

“Even in a democracy, history involves power and exclusion, for any history is always someone’s history, told by that someone from their point of view (...) the effort to establish historical truths itself fosters civility (...) no one can be certain that his ou her explanations are definitively right, everyone must listen to others. All human histories are provisional; none will have the last word” (APPLEBY, HUNT e JACOB, 1995: 10)

“A história é a mais aberta e acessível das disciplinas académicas. Todos podem fazê-la – de facto todos a fazem, já que todos têm a experiência do passado e acesso privilegiado às fontes da sua própria

** Contém duas entrevistas efectuadas ao Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e à Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a quem queremos manifestar os nossos agradecimentos por toda a disponibilidade. Esta comunicação foi apresentada no *Congresso Internacional Cidadania(s) - Discursos e Práticas* (Porto, Universidade Fernando Pessoa, 29 e 30 de Junho de 2006).

* Professora associada com agregação da Universidade Fernando Pessoa; Professora Agregada pela Universidade do Porto / Faculdade de Letras; Investigadora do Centro de Estudos Medievais e do Renascimento – UP - CEPESE (FCT); jfreitas@ufp.edu.pt.

história (...) mas o facto de a história estar acessível a todos não significa que todos a pratiquem igualmente bem” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 195-196).

“According to many, we live in the time of the ‘posts’ - postindustrialism, postFordism, postMarxism, posthumanism, posthistory, and postmodernism (...) The discourse of the post is sometimes connected with apocalyptic sense of rupture, of the passing of the old and advent of the new” (BEST e KELLNER, 1997: 1).

Não sendo propriamente uma historiadora da área do mental ou do “intelectual”, não é de todo despiendo que ao cuidar e propender para temas relacionados com as sociedades políticas e o poder, me tenha vindo a interessar de há algum tempo a esta parte por questões atinentes às actuais tendências da história, ou por temas relativos à linguagem conceptual subjacente à produção historiográfica nacional e internacional e respectivas inter influências, perspectivando a evolução da historiografia bem como reflectindo sobre o discurso e as práticas historiográficas actuais¹.

No último quartel do século XX e princípios do corrente muito se tem produzido no âmbito da explicação do valor e da responsabilidade cultural da História enquanto disciplina científica, na base daquilo que hoje se entende por ciência post-moderna, produzindo as mais diversas perspectivas críticas sobre o actual «valor» do relato do passado. Tal facto conduziu-nos à procura de uma via de esclarecimento das principais interpelações que nortearam a redacção desta comunicação: Que desafios e críticas impendem sobre os profissionais de Clio? Que papel cabe hoje ao Historiador enquanto transmissor de uma visão compreensível do passado? Que respostas têm sido dadas pelos defensores da validade, pertinência e legitimidade do discurso historiográfico? Pode algo de ético ser aprendido através da história? Existe uma responsabilidade pública dos produtores da história maior do que aquela que cabe aos restantes profissionais dos saberes sociais e humanos? Se sim, porquê?

Assim, o que inicialmente expomos é uma sinopse das correntes de pensamento e os problemas que levantam inserindo-as no respectivo contexto histórico e humano de produção e prática da história. A problemática subjacente às questões enunciadas não é de fácil abordagem. A ligação entre história, ética e política é inevitável; bem como entre história e julgamento moral, entre ofício de historiador e propósito público do seu trabalho. Dito de outro modo, está aqui em causa a dimensão ética e cívica do trabalho historiográfico. No sentido de (re)examinar a controversa problemática lemos e analisamos vários ensaios filosóficos (alguns de difícil abordagem e interpretação), estudos críticos, ensaios analíticos produzidos por estudiosos de diversos domínios (da literatura à filosofia, passando, evidentemente, pela história intelectual e do pensamento) incidindo, o mais das vezes, sobre a natureza da História e debruçando-se sobre questões epistemológicas (validade e objectividade do conhecimento) e as etapas de construção do discurso historiográfico (método). Assim fomos palmilhando as actuais tendências metodológicas e as perspectivas investigativas nos principais trabalhos dados à estampa nos últimos vinte e cinco anos, sob os auspícios do *post*-modernismo, mas que ocupam um lugar destacado na revisão bibliográfica por nós executada. Paralelamente procedemos a uma entrevista

¹ FREITAS, 2004 e 2005.

a alguns dos maiores vultos da historiografia nacional que exercem o *sacerdócio de Clio*, há mais de trinta anos, com dedicação e seriedade, completando a revisão da bibliografia internacional, sobretudo originária do mundo de língua inglesa que, em nosso entender, «estranhamente» ignora ou persiste em transpor os desenvolvimentos da actual análise filosófica da história de origem francesa e/ou alemã, acabando por lhes conceder um espaço reduzido².

De um ponto de vista teórico, o debate encontra-se em fase incandescente, e por isso é possível apontar os representantes das distintas correntes, sobretudo dos anos 80 aos finais do século XX.

Verificámos que existem pontos de contacto, mas que são muito mais os problemas levantados (e que não são passíveis de uma análise exaustiva nesta reflexão), do que os resolvidos, e estamos em crer que a discussão se irá manter (entre escolas, correntes interpretativas, territórios ou domínios historiográficos) por mais tempo até à progressiva dispersão do confronto entre as correntes e níveis de observação que, de algum modo, celebram o *post-modernismo*³ – confirmadas nas advertências de Arthur C. DANTO (1965 e 2004); Hayden WHITE (1987); Steven BEST (1991 e 1997); de Keith JENKINS (1997 e 1991 sobretudo), de Alan MUNSLOW (1997), de Frank ANKERSMIT (1997), de David HARLAN (1997), de Elizabeth D. ERMARTH (1992) *et al.* - e, do neomodernismo patente em Agnes HELLER e Ferenc FEHÉR, 1989; Joyce APPLEBY, Lynn HUNT e Margaret JACOB (1995) *et al.*, a que podemos juntar as reacções mais ou menos explícitas ao *post-modernismo* interpretadas por John TOSH (2000 e 2005), C. Behan MCCULLAGH (2001), Richard EVANS (1999), David CARR (1991 e 2004), Terry EAGLETON (1996) John P. DIGGINS (1995) *et al.* que apontam para a ideologia do «novo» valor ético da história⁴.

Do nosso ponto de vista, as correntes que assumem uma postura teórica e metodologicamente distinta são essencialmente duas. De um lado, a encabeçada pelos (auto-)designados detractores da história como disciplina científica e convencional (incluindo os que concebem a história como uma ilusão – uma representação / reconstrução subjectiva do passado - e os que negam o carácter científico ao afirmar que ela é uma arte); de outro lado, os que assumem uma atitude oposta perfilando e defendendo a existência de um código de prática profissional e que acreditam no papel e na função racional e positiva da disciplina⁵, ainda que lhe reconheçam preocupações específicas e distintas dos restantes saberes sociais⁶. Estes autores defendem a tese

² Como excepções a esta regra cabe-nos salientar o recente ensaio de DAVIES, 2006 e o de EVANS, 1999. Entre nós pode ver-se igualmente a bibliografia do ensaio de CATROGA, 2003.

³ Sobre a génese, consolidação e consequências do *post-modernismo* deve ler-se Perry ANDERSON que avança com novos dados, nomeadamente no que respeita às origens do movimento em 1930, na era *post-industrial*, pelo autor espanhol Frederico de ONIS (ANDERSON, 1998).

⁴ DAVIES, 2006, estabelece de forma sistemática uma diferenciação entre os argumentos dos autores que defendem que a história é uma ilusão (uma construção) e os que a consideram um conhecimento de natureza sensorial, estético, uma arte. Cfr. por todos os quadros das páginas 252-253.

⁵ Muito recentemente foi dado à estampa, em Espanha, um ensaio que apresenta o resultado de uma nova e singular experiência pedagógica levada a cabo por um grupo de professores titulares de História Medieval da Universidade de Saragoça, que perceberam a necessidade de produzir uma reflexão conjunta sobre as práticas investigativas e os métodos de ensino e de aprendizagem do passado humano como um meio de melhor compreender o presente (CORRAL LAFUENTE, GARCÍA HERRERO, NAVARRO ESPINACH, *Taller de Historia. El oficio que amamos*, 2006).

⁶ CANNADINE, 2006, e nomeadamente CERTEAU, 1975, que no ponto “A História, discurso e realidade” distingue as formas essenciais de procedimento científico sobre o conhecimento do real (1975: 45-54).

de que a história e o seu ensino não está em crise⁷, muito embora reconhecendo a “*natureza inconstante da disciplina*”⁸.

Se atendermos aos estudos entretanto publicados (resultado da prática historiográfica), e tomando como referente as especializações e subespecializações, os reflexos do *post*-modernismo revertem a favor de uma maior amplitude temática em virtude da introdução de «novas» e originais temáticas que, em boa parte se devem às influências da antropologia e da sociologia (v.g. a morte, o ritual, os símbolos, o gesto, o corpo, o pudor, o género, as múltiplas dimensões da vida privada...; e ainda “*As histórias «virtuais», as histórias do contrafactual, do ambíguo, do implícito, do liminal, do transgressivo, do auto-reflexivo, do semiótico, do representacional, do inconsciente, do sonho, (...) tornam-se interessantes e aceitáveis, para quase toda a gente*”⁹, se bem que a abordagem metodológica nem sempre corresponda integralmente aos respectivos princípios teóricos e especulativos.

Em geral, tudo se passa como se o domínio da discussão dos princípios não estivesse a produzir ampla e radial moza na praxis historiográfica, pois a maioria dos profissionais de Clio não se inquieta com a barreira epistemológica erigida pelos filósofos da história post-modernos entre investigadores e «sacerdotes de Clio» de consciência e prática modernas, post-modernas e neomodernas¹⁰, no produto final da respectiva actividade de investigação e análise interpretativa dos dados.

Mas vejamos quais são as principais críticas lançadas pelos post-modernistas à confiança na verdade do conhecimento histórico.

II - Verdade e Ética

Nos termos da prática historiográfica a busca da verdade histórica constitui um dos principais valores da respectiva objectividade científica. A questão reside no que pode e deve ser entendido como verdade na escrita da história¹¹. E no que toca a este assunto existem perspectivas e níveis de análise que raramente coincidem na argumentação.

Elisabeth D. ERMARTH e David HARLAN falam de *post*-história e *post*-ética quando se referem a viver o tempo e a moralidade em tempos *post*-modernos. Elisabeth D. ERMARTH, num livro intitulado *Sequel to History* (1992) subverte a ideia de tempo linear apontando para um tempo rítmico que preconiza o abandono da dialéctica, da teologia e transcendência, bem como da suposta neutralidade do tempo histórico¹². A mesma imagem pode ser extraída da análise

⁷ Por exemplo, WILSON, 2004.

⁸ FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 195.

⁹ FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 192.

¹⁰ GREEN e TROUP, 1999 dividem em onze escolas ou edifícios a evolução do pensamento histórico e construção metodológica da disciplina, desde o empirismo do filósofo e ensaísta londrino Francis Bacon (1561-1626) ao *post*-estruturalismo e *post*-modernismo do último quartel do século XX, passando pelo marxismo, a história quantitativa, o *post*-colonialismo, entre outras.

¹¹ O filósofo historicista alemão W. DILTHEY (1833-1911) procedeu à crítica da verdade histórica, ideia retomada pelos pensadores da história anglo-americanos ao colocarem a questão da cientificidade da história. Por exemplo, CARR, 1991.

¹² JENKINS, 1999: 163.

produzida por David HARLAN em *The Degradation of American History* (1997). HARLAN reporta-se aos nossos dias como viver no tempo mas fora da história, e viver na moralidade mas fora da ética. Não obstante, HARLAN segundo John DIGGINS ser “*um pós-modernista com consciência pré-moderna*”¹³. O filósofo e ensaísta George STEINER (2001), como ele próprio se define - um “*maître à lire*” -, fala em “*imagens do passado*” quando se reporta ao resultado do trabalho do historiador.

Estes críticos e filósofos da história, no limite, negam a existência de um código profissional quando anunciam o colapso da história e da ética, questionam o valor da narrativa, colocam fim à dialéctica e combatem a crença nas metanarrativas, declaram a contingência do significado em detrimento da causação na linha de Jacques DERRIDA (1967), Michel FOUCAULT (1970), Jean F. LYOTARD (1979) *et al.* e, finalmente, realçam a importância da compreensão menosprezando a explicação. Outros ventos original e simetricamente fenomenologistas e *post*-estruturalistas conferem um «renovado» papel à linguística com destaque para Roland BARTHES, considerando a história como género literário, aproximando-a da ficção quando escreve “*historical discourse is essentially a product of ideology, or rather of imagination*”¹⁴. De igual modo, a teoria da desconstrução de Jacques DERRIDA em que a “*A linguagem se cria e cria mundos*”, aplicada à história, traduz-se numa ameaça à possibilidade de efectuar uma leitura da verdade. Na mesma linha de ideias Lawrence STONE adverte que não existe necessariamente uma relação entre o texto da história e os textos dos historiadores. Os textos que sobrevivem do passado são arbitrários na sua significação tal como os outros textos, e igualmente os textos que os usam; e conclui que nada existe fora do texto¹⁵.

A este propósito Keith JENKINS, seguindo a linha de pensamento de Hayden WHITE e Frank ANKERSMIT, argumenta que “*when we study history we are not studying the past but what historians have constructed about the past (...) our real need is to establish the presuppositions that historians take to the past*”¹⁶.

Num ensaio publicado recentemente, o mesmo autor, salientou que o passado só pode ser redesenhado / reconstruído e não representado pelo historiador, conseqüentemente há tantos desenhos, quantos os construtores do discurso¹⁷. Muito antes dele Paul RICOEUR¹⁸, que não é um *post*-estruturalista, referia-se à narrativa histórica como um tipo de discurso semelhante ao do romancista, ambos se apropriam dos eventos factuais ou não, conferindo-lhe uma ordem e significado. O objectivo é narrar ao leitor acontecimentos passados a que ele não tem acesso. Neste sentido, existe uma subjectividade implícita no discurso historiográfico, pois depende de quem narra, efectua a selecção e a organização dos factos.

Apreciação distinta é sustentada por David CARR, quando a propósito da diferenciação entre história/narração, imaginação e ficção refere que na ficção a questão da verdade ou falsidade

¹³ DIGGINS *cit. in* JENKINS, 1999: 184.

¹⁴ BARTHES, 1970: 153.

¹⁵ STONE, 1992: 189-194.

¹⁶ JENKINS, 1991: 47.

¹⁷ JENKINS, 2003.

¹⁸ Respectivamente em 1964 e 2000.

não se coloca, na medida em que não existe um compromisso de aproximação com a realidade. “Historians use their imagination (...) not to produce fiction but to make claims about the real world -, in particular, to produce narrative accounts of how things really happened”¹⁹. Por conseguinte, a história é uma narrativa não-ficcional. Para CARR mais importante que alimentar as discussões pouco férteis sobre o valor da narrativa versus a experiência individual (criada pelos fenomenologistas) considera ser fundamental combinar: fenomenologia hegliana e teoria da narrativa; tal é por ele considerado como essencial à compreensão da História²⁰.

“The historian does not have to «reinscribe» lived time into natural time by the act of narration, as Ricouer says, lived time already there before the historian comes along. To tell stories about the human past is not to impose an alien structure on it but is continuous with the very activity that makes up the human past.”²¹

Nesta mesma linha de ideias se encontra o historiador britânico John TOSCH que num recente livro intitulado *The Pursuit of History* (2005), descreve os principais motivos pelos quais a história é uma disciplina controversa e incómoda. Para este autor a verdade factual não pode ser encarada como uma mera opinião. A evidência factual é estabelecida a partir da interpelação das fontes (resulta de um inquérito protocolar aplicado) e é sustentada em documentos e memórias do passado; por conseguinte não reside numa arbitrariedade do historiador²². Para este autor a erudição crítica é um dos sustentáculos do discurso histórico, que não pretende ser a Verdade, mas uma verdade credível, porque próxima do real. Por consequência, a narração parece ser uma qualidade implícita ao labor historiográfico, na medida em que exprime a *décalage* temporal entre algo de mais antigo e algo de mais recente, muito embora a acuidade do discurso narrativo se possa colocar de forma diversa de um domínio histórico para outro, tal como salienta Armando L. de Carvalho HOMEM²³.

Por seu lado, a relação entre ética, verdade e consciência histórica são para todos os efeitos conceitos relacionados e sempre presentes no esforço cognitivo do historiador, segundo Arthur C. DANTO²⁴. Para este autor, e recordando as palavras de Heródoto para quem o principal objectivo da história era o de “*preserve the memory of the past by putting on record the astonishing achievements both of our own and other peoples*”, existe uma razão moral para escrever história, como existe uma relação entre moral e verdade, na medida em que compete ao historiador dizer a verdade²⁵. Por seu lado, Frank ANKERSMIT escreve em louvor da subjectividade do historiador – a historicidade, conceito proveniente de HUSSERL, HEIDEGGER, SPENGLER - ligando-o à política e aos valores culturais e morais da sua formação, realçando a contingência do discurso histórico²⁶. Frank ANKERSMIT defende as virtudes e o valor da presença do historiador nos seus escritos, justificando-

¹⁹ CARR, 2004: 255.

²⁰ CARR, 1991: 45-72.

²¹ CARR, 2004: 257.

²² TOSCH, 2000 e 2005.

²³ Sobre a distinção entre “realidade histórica”, “narração” e “verdade histórica” veja-se por todos a Entrevista I, em anexo.

²⁴ Designadamente nas obras de 1965 e 2004.

²⁵ DANTO, 2004: 78.

²⁶ ANKERSMIT, 1989 e 2004.

-as pela inclinação natural por determinado tema da história, pelo estilo de escrita e argumentação ou pela pertença a uma Escola, rematando que a questão da subjectividade *versus* objectividade deve ver-se na lógica da proximidade da verdade e valor. Para este pensador, “verdade histórica” e “valor” estão intrinsecamente ligados. A verdade determina o valor e vice-versa. O valor é um guia indispensável para se atingir a verdade histórica²⁷. No que ao conceito de historicidade respeita²⁸, as ideias do autor não constituem de todo uma novidade. Relembro que em 1961, Edward Hallett CARR referia-se à história como um produto do historiador e do seu tempo (“a história é o resultado de um diálogo interminável entre o presente e o passado”) – ideias que fizeram escola nos anos 60 e 70 - e que acabaram por ser fortemente contestadas pelo historiador do político Geoffrey R.-ELTON (1967) ao denunciar a superficialidade da história social da época, acreditando na narrativa histórica apoiada na erudição crítica.–

Hoje em dia, uma larga maioria dos *sacerdotes de Clio* acredita igualmente na influência dos factores que constituem a sua própria história de vida e que, muito naturalmente, condicionam o seu comportamento numa ou noutra situação; fazem-no numa atitude de responsabilidade científica e compromisso cívico. Neste sentido se deve compreender, a publicação ao tempo inovadora, dos *Essais d'Ego-Histoire*, coordenados por Pierre NORA, e publicados em 1987, que reúne um conjunto de depoimentos pessoais de alguns dos maiores nomes da historiografia da altura. Outro tanto vem sendo apresentado por “celebridades” da historiografia nacional e internacional, dirigindo-se a um público mais vasto, prontificando-se a prestar esclarecimentos sobre o carácter singular dos respectivos itinerários pessoais e profissionais, abordado questões de linguagem conceptual e de construção de discurso historiográfico numa obra de publicação recente intitulada *Os Historiadores*, sob a coordenação de Michel VOVELLE *et al.*, ou até mesmo através de depoimentos individuais²⁹.

Os debates *post-modernos* têm efectivamente dominado a cena intelectual, cultural e científica de há pelo menos três décadas para cá, atingindo inevitavelmente a história e tudo o que ela produz (historiografia).

Actualmente são muitos os pensadores que questionam a validade científica (objectividade) do trabalho historiográfico quando associam e conectam conhecimento histórico e narrativa / ficção, partindo de uma proposição falsa (falácia) de que todo o conhecimento científico é objectivamente verdadeiro. É tão errado pensar que atingimos a verdade absoluta como pensar ser impossível atingir uma verdade historicamente assinalável. “*we are arguing here that truths about the past are possible, even if they are not absolute, and hence are worth struggling for*”³⁰. Quando falamos de verdade em história referimo-nos à verdade intelectual, que se funda numa atitude de liberdade e de responsabilidade científica e social (sem necessitar de consenso), que assegura que o alcance da verdade exige um esforço cognitivo e disciplinado de investigação, exploração e avaliação das fontes, em especial, de arquivo. A verdade funda-se pois no respeito

²⁷ ANKERSMIT, 2004: 3-5. Uma contestação da tese de ANKERSMIT produzida por EVANS pode ler-se em www.list@ihr.sas.ac.uk.

²⁸ CARR, 1991: 100-118.

²⁹ COELHO, 2006; COELHO, 2006 – entrevista II, em anexo e–HOMEM, 2006 – entrevista I, em anexo.

³⁰ APPLEBY, HUNT e JACOB, 1995: 7.

integral pelas fontes, “(...) *se estas forem fidedignas então as informações que contém serão verdadeiras*”³¹. Por seu lado, a verdade histórica não resulta do conhecimento da totalidade da «realidade passada» mas da ‘totalidade’ da «realidade conhecida», daí a importância da erudição crítica sustentada na busca e avaliação criteriosa das fontes e respectiva crítica documental. O rigor do trabalho do historiador assenta num conjunto de rotinas e procedimentos que constituem um garante da compreensão objectiva do passado, a que se convencionou chamar de verdade. Rematando com as palavras de Fernando SAVATER, “*Nem todos os tipos de verdade são iguais, mas isso não equivale a dizer que o conceito de verdade careça de conteúdo ou que toda a «verdade» é uma construção tão caprichosa e imprecisa como as falsidades que se lhe opõem*”³².

Por tudo isto, não creio que haja justificação suficiente para que enveredemos pelo cepticismo radical, pelo niilismo ou relativismo excessivos, que constituem uma resposta cultural, não raro desmedida e intencional, à questão da crise do conhecimento e da autoridade do pensamento moderno. Concordamos com Hayden WHITE quando refere que “*o relativismo moral e o cepticismo epistemológico constituem a base de tolerância social e do reconhecimento positivo das diferenças*”³³, ideias que, do nosso ponto de vista, devidamente reflectidas, não põem em causa a possibilidade de construção de um saber cientificamente válido.

Numa palavra, o pragmatismo a-moral, de que alguns filósofos e teóricos da história *post-modernos* são intransigentes defensores, e que vão conseguindo expandir junto de determinado tipo de consumidor e estudantes – um fenómeno já «velho» de que o «novo» é bom e popular, colocam dúvidas e atraentes «mistérios» (raramente anunciam soluções), para os quais alguns de nós têm igualmente apontado ao movimento ambivalências e contradições, sirva de exemplo o exercício crítico de Terry EAGLETON³⁴. Os propaladores da visão apocalíptica e mais radical, regra geral, criticam a história produzida pelos académicos - os verdadeiros *sacerdotes de Clío* -, os que fazem da história o seu ofício, não se referindo à história produzida pelos não profissionais, pelos aprendizes, jornalistas e curiosos. Por outro lado, partem de uma perspectiva, o mais da vezes especulativa, procedendo à avaliação do exercício profissional do que habitualmente não fazem. Ou seja o relativismo radical é defendido, o mais das vezes, por teóricos ou filósofos da história. Deontologicamente falando, a história, de acordo com os seus objectivos práticos, reconhece valores e configura normas de exercício profissional e técnico de há pelo menos dois séculos a esta parte.

Passemos agora para o segundo segmento de análise a que nos propusemos de início, partindo de uma indagação: para que serve a história hoje?

III - História, Identidade e Cidadania

Em tempos *post-modernos* vaticina-se o fim da história, como ciência e como discurso válidos. Mas a história como disciplina tem uma das mais longas tradições no Ocidente e na

³¹ FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 199.

³² SAVATER, 2004: 97.

³³ WHITE *cit. in* JENKINS, 1991: 90.

³⁴ 1996: 20-44.

civilização ocidental³⁵. Porém, a tarefa do historiador está repleta de riscos e implicações. Em primeiro lugar, porque toda a actividade humana tem uma dimensão de valor / importância e o resultado da actividade do historiador é particularmente susceptível de transportar uma responsabilidade cívica e pública; em segundo lugar, todos os *profissionais de Clio* têm que encarar as respectivas origens e formação intelectual e político-cultural (os historiadores são agentes do processo histórico - historicidade); e por último, os limites da sua própria interpretação, susceptível de refutação.

Ainda recentemente, num artigo, David CARR³⁶ lançou uma interpelação, no mínimo, inquietante: Que base moral existe na aprendizagem da verdade sobre algo que não tem no imediato reflexos sobre as nossas vidas? O que faz da prática histórica uma prática moral e cívica?

Em resposta à interpelação de David CARR podemos reportar-nos à proposição do filósofo de Harvard, George SANTAYANA (1863-1952)³⁷, que admite que as pessoas que esquecem o passado estão condenadas a repeti-lo. No seu entender a história tem um fim útil, pois permite enquanto conhecimento «verdadeiro» do passado o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. SANTAYANA pretende igualmente salientar que a história é a memória colectiva da humanidade e que uma amnésia colectiva (de massas) teria péssimos efeitos. E remata, “*Um país sem memória é um país de loucos*”³⁸. Esta visão utilitária da história não é porém a única que justifica a pertinência da difusão do conhecimento histórico. Edward H. CARR – no seu conhecido e contestado livro – *What is History?* (1961) – na busca de uma explicação racional, considera que a história ajuda a dominar o presente e a alterar o futuro, o que confere à disciplina um manifesto propósito público.

Outros historiadores como Edward GIBBON, um dos mais reconhecidos especialistas do Império Romano³⁹, pensam que o estudo da história é um meio de conhecimento de nós próprios, assim como Beverly SOUTHGATE argumenta que a história (a memória dos factos passados), é de “*suprema importância*” para manter o sentido de identidade. A história para SOUTHGATE (2005) permite o conhecimento da identidade pessoal e da identidade colectiva fundamento da coesão social (a memória social). Na mesma linha de pensamento se situa Arthur MARWICH (2001) quando refere que a consciência histórica é uma necessidade pessoal e social.

Sob um outro prisma, alguns estudiosos sustentam que a história satisfaz as nossas necessidades pessoais e colectivas de identidade na base de uma relação quase psicanalítica de que só conhecemos o comportamento humano no presente pelo conhecimento “consciente e explícito” do passado, como argumenta Mark T. GILDERHUS: “*History also provides a way to study the identity of people, both individually and collectively. In some ways, this function of history parallels psychiatry and psychoanalysis in that these fields also endeavour to clarify human behaviour in the present by making knowledge of the past both conscious and explicit*”⁴⁰.

³⁵ LAMBERT e SHOFIELD, 2004.

³⁶ 2004: 254.

³⁷ Publicou, entre outros, nomeadamente *The Realm of Truth*, 1937.

³⁸ SANTAYANA *cit. in* GILDERHUS, 2003: 4 e ss.

³⁹ GIBBON *cit. in* GILDERHUS, 2003: 4.

⁴⁰ GILDERHUS, 2003: 7.

Num artigo muito interessante o historiador da cultura alemão Jörn RÜSEN refere que existem três níveis de responsabilidade no trabalho do historiador: a um primeiro nível os historiadores são os advogados da memória colectiva e responsáveis pela sua ordem; a um segundo nível, os historiadores são responsáveis pelo futuro na medida em que este depende da representação do passado, e finalmente a um terceiro nível, os historiadores são responsáveis pela herança do passado, eles têm que fazer justiça às pessoas (neste âmbito cabe o juízo moral). A história é uma parte da orientação cultural da vida⁴¹.

Em suma, o conhecimento histórico promove o entendimento cultural entre povos (a história das etnicidades tão em voga dos anos 70 para cá) e, simultaneamente ajuda o indivíduo a captar uma noção geral da sociedade em que está inserido, - a compreender a sociedade em que vive. Por conseguinte, facilita a sua integração social. A história é um ensino útil ao cidadão dos nossos dias, sendo essencial à formação integral do indivíduo⁴². Mas o facto é que a história nos *curricula* escolares tem vindo de há pelo menos duas décadas a decair de importância⁴³. Não obstante esta tendência, a história permanece «viva» nas Universidades – entidades por excelência produtoras do saber – onde “nas décadas de 80 e parte da de 90 conheceu uma fase de verdadeira pujança do estudo e ensino da História”⁴⁴ contribuindo para o aumento do número daqueles que estão habilitados a desenvolvê-la (mestres e sobretudo doutores). Os doutores em História, no entender de Richard J. EVANS, são os mais habilitados profissional e tecnicamente para fazer e discutir a história⁴⁵, uma vez que possuem sofisticados métodos de análise desenvolvidos ao longo dos anos. Como refere Arthur MARWICH, “*the techniques of deconstruction on discourse analysis have little value compared with the sophisticated methods historians have been developing over the years*”⁴⁶.

Para além do mais, junto de determinados sectores da sociedade, a História goza de uma certa popularidade que deixa transparecer alguns vantajosos efeitos no futuro imediato. Assim entende C. B. McCULLAGH (1998) que refere que a reputação da história reflecte um desejo de nos conhecermos mais e melhor. Rematando que os professores de história têm o dever de dar a conhecer às novas gerações o conhecimento acumulado da civilização humana, como que prevenindo a incompreensão do passado e/ou do «outro». Ideia análoga é partilhada por Maria Helena COELHO ao referir que “*A História assegura a memória colectiva dos povos, contribuindo para a sua identificação e identidade e para uma mais abrangente compreensão do mundo*”⁴⁷.

Presenciamos na era *post*-industrial que decorre, uma fulgurante fase da produção editorial de entretenimento, em que o romance histórico (ficcionalizado é certo), ocupa um destacado e

⁴¹ RÜSEN, 2004: 197-202.

⁴² FURAY e SALEVOURIS, 2000.

⁴³ MATTOSO ao proceder recentemente a um diagnóstico realista do ensino da história nas escolas portuguesas salienta que lamentavelmente “(...) corremos o risco de a história ensinada ter cada vez menos relação com a história investigada (mesmo considerando nesta os estudos com efectivo valor crítico e excluindo os subprodutos)”, considerando “a manutenção dos programas do ensino secundário como insustentável” (2001: 233 e 236).

⁴⁴ COELHO, 2006: 167.

⁴⁵ 1999: 39 e ss.

⁴⁶ MARWICH *cit. in* EVANS, 1999: 61.

⁴⁷ COELHO, Entrevista II, em anexo.

preeminente lugar. Existe um canal aberto de História, em paralelo salienta-se apenas um ou outro programa de tipo documental inserido do domínio das ciências aplicadas (canal Odisseia, por exemplo). No cinema observamos um fenómeno simétrico, o filme que retrata heróis do passado atrai multidões e vende milhões, porque é atraente e agradável, mas também, pensamos, porque é, de algum modo reconfortante e interessante confrontarmo-nos com modos de existência findos, mas válidos enquanto impressões da mudança da humanidade ao longo do tempo⁴⁸. Este interesse pelo passado manifesta-se, quer colectiva, quer individualmente. A biografia, género de tradições marcadamente narrativas⁴⁹, cronísticas e historiográficas, é um género actualmente muito praticado, nem sempre pelos melhores intérpretes. As pesquisas genealógicas privadas estão na moda e a história familiar (patrimonial) também⁵⁰. Uma «onda» de interesse pelas raízes, num tempo que valoriza o presente, o efémero, o acontecimento trepidante, breve e rítmico. Acresce a este facto que todas as pessoas, de nível médio ou superior de formação, detém uma especial propensão para tecer comentários sobre algumas das realidades históricas conhecidas, sejam elas mais próximas ou mais afastadas de nós. Vivemos um tempo em que a história domina a sociedade contemporânea, conforme refere Martin L. DAVIES (2006). Ou como salienta FERNÁNDEZ-ARMESTO “*Tudo o que fazemos ou pensamos, tudo o que imaginamos sobre o futuro, passa instantaneamente para o passado, tornando-se assim adequado para a investigação [e curiosidade] históricas*”⁵¹.

Mas nem tudo corre assim tão bem para nosso contentamento. Nos programas televisivos nacionais, o mais das vezes, são descurados os aspectos mais relevantes para que a mensagem seja competentemente transmitida. Poucos são os documentários ou outros programas que procedem à recolha de opinião de especialistas. Outro tanto se passa no que respeita ao jornalismo cultural que dilui precipitadamente a possibilidade de existência de “*uma crítica cliográfica que estivesse atenta à História que se faz e a encarasse como tal*”⁵², em conjunto com o todo da crítica e dos críticos (literários, cinematográficos, das artes plásticas, etc). Neste ponto, quase tudo está por fazer infelizmente, quando sabemos que estes meios são hoje dos mais poderosos instrumentos de formação de opinião. Carvalho HOMEM lança o alerta quando refere “*seria essencial no mundo de hoje a existência de uma boa divulgação do saber dos profissionais de Clio. [Em Portugal] Não há boa divulgação histórica*”⁵³.

Terminemos com um excerto de J. MATTOSO, “*A exigência do exame crítico tornou-se (...) maior ainda no mundo actual do que no tempo das lutas ideológicas. Poucas disciplinas preparam*

⁴⁸ Sobre a forma como a televisão e o cinema têm produzido, algumas vezes, abusivamente, idealizações ou interpretações erróneas do passado, superando em larga escala a influência dos livros da especialidade junto do público em geral ver por todos FERRO (2003). *The use and abuse of History*. Sob um outro ângulo de abordagem ver também Neustadt e May (1986), *Thinking in time: the uses of History for decision makers*.

⁴⁹ Narrativa remete para descrição ou exposição de acontecimentos mais ou menos encadeados, conferindo-lhes um determinado espaço ou tempo reais ou imaginários.

⁵⁰ O IAN/TT disponibiliza a todos os consultores do seu site meios informativos para aprenderem a construir uma árvore genealógica, para além de indicar as origens e os actuais desenvolvimentos desta prática científica <http://www.iannt.pt/instituto.html?menu=menu_genealogia>.

⁵¹ FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2006: 195.

⁵² HOMEM, Entrevista I, em anexo.

⁵³ HOMEM, Entrevista I, em anexo.

*tão seriamente o indivíduo para o exercício da crítica da informação mediatizada do que a História, pelo facto de só permitir o uso de factos estabelecidos por uma inferência rigorosa a partir de dados seguros. [E remata] É evidente que o ensino da História tem que se preocupar com este objectivo de formação estrutural do indivíduo. Talvez ele seja mais importante ainda do que o que busca o conhecimento do passado, porque dele depende, até certo ponto, a sobrevivência do cidadão como ser responsável e autónomo*⁵⁴.

Concluindo, estamos «condenados» a viver historicamente como seres morais e juizes éticos⁵⁵. A história não pretende dar respostas a todas as nossas questões, mas com toda a certeza que um conhecimento englobante dos factores que possam explicar os fenómenos passados, mais próximos ou distantes de nós, nos proporciona um juízo crítico, mais bem apoiado e independente, e nos permite decidir de uma forma mais consciente e responsável no presente. Aos *Sacerdotes de Clío*, enquanto seres de pensamento, de palavra e de comunicação, tomando em devida conta os critérios científicos e valorativos da ciência que praticam, compete continuar a dar o seu melhor contributo para o aprofundamento da cultura cívica.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry, 1998 - *The Origins of Postmodernity*, London, Verso.
- ANKERSMIT, Frank R., 2004 - “Historical representation” in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKEEL [Ed.], Illinois, Northwestern University Press, pp. 1-27.
- ANKERSMIT, Frank R., 1989 - “Historiography and Pos-modernism” in *History and Theory*, vol. 28, 2, p. 137-153.
- ANKERSMIT, Frank R., 1997 - *A aesthetic Politics: political Philosophy beyond Fact and Value*, Standford, Standford University Press.
- APPLEBY, Joyce Oldham, HUNT, Lynn e JACOB, Margaret, 1994 - *Telling the truth about history*, New York, W. W. Norton & Company.
- BARTHES, Roland, 1970 - “Historical Discourse” in *Introduction to Structuralism*, Michael LANE [Ed.], New York, Basic Books, pp. 145-155.
- BEST, Steven, 1991 - *Postmodern theory: critical interrogations*, New York, Guilford Press.
- BEST, Steven e KELLNER, Douglas, 1997 - *The Postmodern turn*, New York, Guilford Press.
- CARR, David, FLYNN, Thomas R. e MAKKEEL, Rudolf A. [Ed.], 2004 - *The Ethics of History (Topics in Historical Philosophy)*, Northwertern University Press.
- CARR, David, 1991 - *Time, narrative, and History*, Bloomington / Indianapolis, University of Indiana Press.
- CARR, David, 2004 - “History, Fiction and Human Time: historical Imagination and Historical responsibility” in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKEEL [Ed.], Illinois: Northwestern University Press, pp. 247-260.
- CARR, Edward Hallet, 1990 - *What is History?*, New York, Random House, 1990 (1ª edição é de 1961).
- CATROGA, Fernando, 2003 - *Caminhos do Fim da História*, Lisboa, Quarteto.

⁵⁴ MATTOSO, 2001: 231-232.

⁵⁵ Do ponto de vista de W. DILTHEY “we are historical beings first, before we are observers of history” (cit. in CARR, 1991: 178).

- CERTEAU, Michel de, 1975 - *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard (edição brasileira: *A escrita da História*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975).
- CANNADINE, David [coord.], 2006 - *Que é a História hoje?*, Lisboa, Gradiva.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2006 - "Maria Helena da Cruz Coelho" in *Faces de Eva*, nº 15, Edições Colibri / Universidade Nova de Lisboa, pp. 159-169.
- CORRAL LAFUENTE, J., GARCÍA HERRERO, C. e NAVARRO ESPINACH, G., 2006 - *Taller de Historia. El oficio que amamos*, Barcelona, Edhasa.
- DERRIDA, Jacques, 1967 - *De la grammatologie*, Paris, Seuil.
- DERRIDA, Jacques, 1979 - *L'écriture et la différence*, Paris, Seuil.
- DANTO, Arthur C., 1965 - *Analytical Philosophy of History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DANTO, Arthur C., 2004 - "Prudence, History, Time and Truth" in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKEEL [Ed.], Illinois, Northwestern University Press, pp.76-88.
- DAVIES, Martin L., 2005 - *Historics. Why History Dominates The Contemporary Society*, London, Routledge.
- DIGGINS, John Patrick, 1995 - *The Promise of Pragmatism: Modernism and the Crisis of Knowledge and Authority*, Chicago, University of Chicago Press.
- EAGLETON, Terry, 1996 - *The illusions of Postmodernism*, Oxford, Blackwell Publishing.
- ELTON, Geoffrey R., 1967 - *The Practice of History*, Sidney, Sidney University Press.
- ERMARTH, Elisabeth D., 1992 - *Sequel to History*, Princeton, Princeton University Press.
- EVANS, Richard J., 1999 - *In Defense of History*, Londres, Granta (New York: Norton & Company).
- FEBVRE, Lucien, 1977 - *Combates pela História*, 2 vols., Lisboa, Presença.
- FERNÁNDEZ-ARRESTO, 2006 - "Epílogo: Que é a História hoje?" in *Que é a História hoje* David CANNADINE [Ed.], Lisboa, Gradiva.
- FERRO, Marc, 2003 - *The use and abuse of History*, London, Routledge.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de, 2004 - «Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca.1970-ca.2000)» in *Études & Travaux 2003-2004*, nº 8, Auxerre, Centre d'Études Médiévales – CNRS / Université de Bourgogne, pp. 81-98. Reed. in *ANAIIS, Série História*, 2005, Universidade Autónoma de Lisboa, vol. IX/X, Lisboa, pp. 231-266 (versão integral).
- FOUCAULT, Michel, 1998 - *As palavras e as coisas Uma arqueologia das Ciências Humanas*. Lisboa, Edições 70 (a 1ª edição é de 1966).
- FOUCAULT, Michel, 2005 - *A Arqueologia do Saber*, Coimbra, Almedina.
- FURAY, Conal e SALEVOURIS, Michael J., 2000 - *The Methods and Skills of History: A Practical Guide*, 2ª ed., Harlan Davidson (1ª edição é de 1988).
- FUKUYAMA, Francis, 1992 - *O fim da História e o último homem*, Lisboa, Gradiva.
- GARDINER, Patrick, 1984 - *Teorias de História*, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILDERHUS, Mark T., 2002 - *History and Historians. A Historiographical Introduction*, 5ª ed., New York, Prentice Hall (a 1ª edição é de 1987).
- GREEN, Anna e TROUP, Kathleen [Ed.], 1999 - *The Houses of History: A Critical Reader in Twentieth-century: History and Theory*, Oxford, Manchester University Press.
- HARLAN, David, 1997 - *The Degradation of American History*, Chicago, University of Chicago Press.
- HELLER, Agnes e FEHÉR, Ferenc, 1989 - *Políticas de la postmodernidad: ensayos de crítica cultural*, Montserrat Gurguá, Barcelona, Ediciones Península.
- JACOUTY, Jean-François, 2004 - *Éthique, Histoire et Politique chez Guizot: Genèse d'une pensée et pratiques jusqu'à la Révolution de Juillet*, Doctorat d'Etat, 3 vols., Paris.
- JENKINS, Keith, 1991 - *Rethinking History*, (reed. in the Routledge 'Classics' Series, 2003).
- JENKINS, Keith, 1997 - *The Postmodern History Reader*, London, Routledge.
- JENKINS, Keith, 1999 - *Why History? Ethics and postmodernity*, London, Routledge.

- JENKINS, Keith, 2000 - *An English Myth: Rethinking E. H. Carr's What is History?* In *Essays in Honour of E. H. Carr*, M. COX [Ed.], London, Macmillan.
- JENKINS, Keith, 2002 - *Refiguring History. New thoughts on an old discipline*, London, Routledge.
- LAMBERT, Peter e SHOFIELD, Phillip [Ed.], 2004) - *Making History. An Introduction to the History and Practices of a Discipline*, London, Routledge.
- LYOTARD, Jean François, 2003 - *A condição pós-moderna*, 3ª ed., Lisboa, Gradiva (a 1ª edição é de 1979).
- MARWICK, Arthur, 2001 - *The New Nature of History*, London, Palgrave.
- MATTOSO, José, 2001 - "A História hoje: que História ensinar?" in *Um século de Ensino da História*, Maria Cândida PROENÇA [coord.], Lisboa, Edições Colibri/ Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNL, pp. 223-236.
- McCULLAGH, C. Behan, 2001 - *John Adams (1735-1826)*, New York, Simon & Schuster.
- McCULLAGH, C. Behan, 1998 - *The truth of History*, London,
- MEGILL, Allan, 2004 - "Some aspects of the ethics of History-Writing: Reflections on Edith Wyschogrod's an Ethics of Remembering" in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKREEL [Ed.], Illinois, Northwestern University Press, pp. 45-75.
- MUNSLow, Alan, 1997 - *Deconstructing History*, London: Routledge.
- NEUSTADT, Richard e MAY, Ernest R., 1986 - *Thinking In Time: The Uses of History For Decision Makers*, New York, Simon & Schuster.
- NORA, Pierre [coord.], 1987 - *Essais d'Ego-Histoire*, Paris, Gallimard.
- POPPER, Karl, 1989 - *L'Histoire des histoires*, Paris, Fayard.
- POPPER, Karl, 1974 - *Conocimiento objetivo: un enfoque evolucionista*, Madrid, Editorial Tecnos.
- POMIAN, Krzysztof, 1999 - *Sur l'Histoire*, Paris, Gallimard.
- PROENÇA, Maria Cândida [coord.], 2001 - *Um século de Ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNL.
- RICOUER, Paul, 1964 - *Histoire et Vérité*, Paris, Seuil.
- RICOUER, Paul, 2000 - *La lectura del tiempo pasado. Memoria y olvido*, Madrid, Ed. da Universidad Autónoma de Madrid.
- RICOUER, Paul, 2000 - *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Seuil.
- RÜSEN, Jörn, 2004 - "Responsability and Irresponsability in Historical Studies. A critical consideration of the Ethical Dimension" in *The Ethics of History. (Topics in Historical Philosophy)*, David CARR, Thomas R. FLYNN, e Rudolf A. MAKKREEL [Ed.], Illinois, Northwestern University Press, pp. 195-213.
- SAVATER, Fernando, 2004 - *A coragem de escolher. «O núcleo essencial de tudo o que escrevi»*, Lisboa, Dom Quixote.
- SOUTHGATE, Beverly, 2001 - *History: What and Why?: Ancient, Modern and Postmodern Perspectives*, 2ª ed., London, Routledge.
- SOUTHGATE, Beverly, 2000 - *Why Bother with History: ancient, modern and postmodern motivations*, Londres, Longman.
- SOUTHGATE, Beverly, 2005 - *What is History for?* London, Routledge.
- STEINER, Georges, 2001 - *Grammaires de la création*, Paris, Gallimard.
- STOKES, Geoffrey, 2000 - *Popper - Filosofia, Política e Método Científico*, Lisboa, Temas e Debates.
- STONE, Lawrence, 1992 - "History and Post-modernism II" in *Past and Present*, 135 (Maio 1992), pp. 189-194.
- TOSH, John, 2005 - *The Pursuit of History*, London, Longman.
- TOSH, John, 2000 - *Historians and History*, London, Longman.
- VEYNE, Paul (s/d.) - *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70.
- VOVELLE, Michel et al., 2005 - *Os Historiadores*, Lisboa, Teorema.

- WHITE, Hayden, 2005 – “As Ficções da Representação Factual” in *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, Manuela Ribeiro SANCHES [Org.], Lisboa, Cotovia, pp. 43-62.
- WHITE, Hayden, 1987 - The value of narrativity in the representation of reality. In: *The Content of the Form*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, pp. 2-32.
- WILSON, Norman J., 2004 – “History in crisis? Recent Directions” in *Historiography*, 2ª ed., New York, Prentice Hall.

ANEXO I

Entrevista Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem Maio de 2006

1 – Durante muito tempo, à História, como disciplina convencional, foram atribuídas virtudes cognitivas. Que espécie de relação pode estabelecer-se entre realidade histórica, narração e verdade histórica?

- Os conceitos em causa não se encontram todos exactamente da mesma linha de ideias.

“Realidade histórica” tem sido entendida como a parte da realidade passada, da totalidade do passado, da evolução das sociedades humanas, a parte desse todo susceptível de se converter em *conhecimento histórico*. Uma vez que os vestígios do passado não cobrem a totalidade desse mesmo passado, *realidade histórica* será a parte do passado susceptível de ser *historicamente conhecida*, de se tornar *historiografia*.

A questão da “narração” como forma de escrita do passado histórico, como forma textual de exposição, não é uma questão nova nem sequer recente. Se quisermos, as crónicas medievais e do Renascimento desde cedo foram consideradas género literário e o problema de uma história que hoje diríamos “de divulgação”, em textos levezinhos, agradáveis e acessíveis a um leitor não especialmente pré-informado, também se colocou, nomeadamente, na segunda metade do século XVIII. O Romantismo, se não colocou teoricamente o problema, fez pelo menos com que ele fosse encarado a propósito da maneira de escrever de um Jules Michelet ou de um Alexandre Herculano (que, aliás, e ainda que não necessariamente na mesma fase da vida, praticou também o romance histórico, como é arqui-sabido). É evidente que há domínios e domínios da História e que não se coloca da mesma maneira para eles todos o problema da narração. A narratividade, e atendo-me a pontos de vista de Arthur C. Danto, que tem a ver com a existência do discurso do historiador de *frases* que ele qualifica de *narrativas*, frases que pretendem exprimir a *décalage* temporal entre algo de mais antigo e algo de mais recente, realmente a narratividade assim entendida não se põe da mesma maneira para um qualquer domínio *cliométrico* que se põe para a História política tradicional (a *febvrianamente* chamada «história historicizante»), para a história dos acontecimentos militares, para a biografia singular, para certas *novas* formas de encarar historicamente o *político* ou para as representações dos poderes. Mas a verdade é que um certo rasto de narratividade não deixa nunca de estar presente no discurso do historiador. É curioso que Hayden White escreveu algures que [cito de memória] «os historiadores do século XX não foram além dos processos de escrita do realismo do século XIX». Seria como se o máximo de

ousadia na escrita da história em Novecentos fosse escrever um pouco à maneira dos homens da *geração de 70*. Não deixa de ser interessante que há em Vitorino Magalhães Godinho ou em Joaquim Romero Magalhães passagens que me lembram Antero... Outras formas de narração mais novecentistas já as haverá na historiografia portuguesa, mas julgo-as, por enquanto muito localizadas.

A questão da «verdade histórica» põe-se a um nível ético. Eu não confundiria aqui «realidade» com «verdade»: qualquer trabalho do cientista social do passado executado segundo os princípios da ética do espírito científico (que passam também pela metodologia) é um trabalho *verdadeiro*; só haverá falha, *traição* à verdade histórica, se um qualquer aprendiz de historiador – ou aprendiz de feiticeiro, se preferirmos – se permitir forjar dados, imaginá-los, trocar cotas de arquivo ou produzir referências bibliográficas fictícias. Ora não é por acaso que esta questão da «verdade histórica» tem sido agitada no nosso País por alguns dos vultos mais conservadores da Historiografia do século XX, que esgrimiram a questão da *verdade* – ou da falta dela – como algo para ameaça e, eventualmente, – *castigo académico* daqueles cujas conclusões porventura não agradassem por «não conformes com a verdade histórica».

2 – Qual o papel da História no mundo *post*-moderno que tende a confundir a história com a ficção? A erudição crítica não será o melhor antídoto no enfrentar do relativismo mais radical?

- Sem dúvida, justamente reportando-me à última das interrogações. Antes de chegar lá eu diria: nada se perde em que os historiadores escrevam com elegância, em que os historiadores, para além de se lerem uns aos outros, leiam a prosa, a poesia, ou a dramaturgia do seu tempo, do seu País ou de outros; do seu tempo ou de qualquer tempo passado que lhes agrade e assimilem maneiras de escrever. Haverá *camilianos* ou *queirozianos* na Historiografia portuguesa actual? Penso que sim...

Prosseguindo, há cerca de três anos o helenista Jean-François Jarrige, numa intervenção da abertura solene do *Institut de France*, colocava justamente o problema patente na interrogação: que a dimensão atingida pelas mais eruditas disciplinas históricas – pensemos, para o caso dos antiquistas, na *Epigrafia* ou na exegese dos poemas homéricos ou, para outras épocas, que não a Antiguidade, na *Diplomática*, na *Paleografia*, na *Codicologia* ou na *Sigilografia*, nas conquistas que têm tido sensivelmente ao longo do último meio século, serem uma parte importante do Património de uma comunidade nacional, um *superavit* em termos científicos e um instrumento essencial na construção de uma Memória Nacional; os excessos do *européismo* tendem a desprezar este último ponto, mas há também há a questão de uma Memória europeia e as disciplinas eruditas nisto terão sem dúvida um papel insubstituível.

3 - Numa era de profundo cepticismo e relativismo, em boa parte devedor da projecção fenomenologista / pós-estruturalista que associa a história e a ficção, que lugar resta para a História produzida pelos profissionais de *Clio*? Mantém-se o significado ético do passado?

- Sem dúvida, quanto a esta última pergunta. E eu vou pegar no conjunto das questões que me coloca, justamente nesta base: seria essencial no mundo de hoje a existência de **uma boa divulgação do saber dos profissionais de *Clio***. Isso pode já acontecer há muito em diversos países, mas não entre nós. Não há boa divulgação histórica. Direi mais: quase não há divulgação histórica e a pouca que há não é de qualidade, não está conforme os *estados actuais de conhecimentos* construídos nos últimos tempos pelos **sacerdotes de *Clio***. Estou a pensar naquele programa televisivo, nem é preciso dizer da responsabilidade de quem, onde se reproduzem *lugares-comuns* que podem ter sido válidos há muito tempo, mas não hoje. É evidente que não é qualquer profissional da história que dá o salto de dentro dos muros da sua Escola e de entre as circunspectas páginas das revistas universitárias para o mundo da grande comunicação social. Então, essencial seria o papel do jornalismo cultural, e já estivemos, no que a este domínio diz respeito, melhor do que estamos hoje: estou a pensar no *JL, jornal de letras, artes e ideias*, dos anos 80 e 90; mas era bom que no jornalismo cultural deixasse de haver tanta mistura entre o que seja a crítica literária, a crítica de artes plásticas, a crítica de cinema, a crítica de teatro e algumas raras alusões ao que historiograficamente se vai fazendo (mas encaixando tais referências sob a etiqueta “Ensaio” ...), e que houvesse uma crítica *cliográfica*, que estivesse atenta à História que se faz e a encarasse como tal. Sena dizia que [cito de memória] «o crítico é crítico da profissão que não exerce»; pois sem dúvida, e então que haja o crítico da profissão de historiador visto pelo lado de fora e o crítico dos textos científicos do historiador nas publicações periódicas de carácter cultural, atingindo públicos mais vastos do que o universitário, ou então ao nível de outros *media*, como a televisão ou como a rádio. No que diz respeito à rádio, nomes como Damião Peres, Magalhães Basto ou o Mestre desta Casa [Faculdade de Letras da Universidade do Porto] José António Ferreira de Almeida tiveram durante anos programas com público fiel. Na televisão estão vazios os lugares ocupados noutros tempos por Vitorino Nemésio, acima de todos, mas também mais pontualmente por David Mourão-Ferreira ou, mais pontualmente ainda, por Manuel Alegre ou por Natália Correia. Passagens pela televisão por historiadores como Jorge Borges de Macedo ou José Mattoso francamente não me convenceram; Magalhães Godinho e Oliveira Marques, em raras presenças, agradaram-me francamente mais. E outros exemplos são demasiado ocasionais para que possam ser isso mesmo, *exemplos*.

ANEXO II

Entrevista Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho Junho de 2006

1 – Durante muito tempo, à História, como disciplina convencional, foram atribuídas virtudes cognitivas. Que espécie de relação pode estabelecer-se entre realidade histórica, narração e verdade histórica?

- A História, como qualquer ciência ou área do saber que é, acrescenta, obviamente, valores no domínio do conhecimento. Para analisar o processo de funcionamento e evolução das sociedades, inscrito no tempo, maneja uma conceptualização e metodologia científica que, aventando hipóteses leva à transformação da informação em conhecimento. Mas o conhecimento histórico, como o de outras ciências, não é estático nem tem mesmo um valor universal e evolui ao longo dos tempos, bastando lembrar como o redimensionamento do conceito de fontes e a sua dimensão serial e quantitativa e as possibilidades ainda em expansão das técnicas informáticas, passaram a sustentar renovadas metodologias e hermenêuticas históricas. Logo o conhecimento histórico estará sempre em movimento, equacionando novas problemáticas e ensaiando outras interpretações sobre as acções dos homens no seu devir temporal.

2 - Qual o papel da História no mundo *post*-moderno que tende a confundir a história com a ficção? A erudição crítica não será o melhor antídoto no enfrentar do relativismo mais radical?

- Com tais pressupostos científicos, fácil é de deduzir que, na minha opinião, a História não é ficção. No entanto, estou cada vez mais consciente que o historiador que escreve sobre o passado é um homem inscrito e comprometido com o seu tempo e lugar, é um homem que carrega as suas memórias e os seus esquecimentos. Logo com essa carga social, emocional e cognitiva acerca-se dos acontecimentos e dos homens do passado, interpretando-os e reescrevendo-os. Acresce que o historiador não alcança o que aconteceu, mas tão-só o que nos chega sobre o acontecimento vivido. Dai que o historiador, ainda que trabalhando com toda a sua aparelhagem heurística e hermenêutica, mais não poderá fazer que apresentar a sua visão desse passado. Só esse poderá ser, no âmbito da maior cientificidade e capacidade crítica e interpretativa, o discurso do historiador, mas nem por isso esse discurso ou visão do mundo transforma a História numa ficção, como o sentido da relatividade do conhecimento científico não nega o valor ou o método de qualquer ciência.

3 - Numa era de profundo cepticismo e relativismo, em boa parte devedor da projecção fenomenologista / pós-estruturalista que associa a história e a ficção, que lugar resta para a História produzida pelos profissionais de *Clio*? Mantém-se o significado ético do passado?

- Sabemos bem que a escrita da história se inscreve numa complexa dialéctica entre o tempo acontecido e o tempo narrado e que cada historiador está presente no pedaço de história que reconstrói. Mas para chegar a essa reconstrução procurou informação, munuiu-se de

metodologias e técnicas de investigação e de linguagem conceptual apropriada ao seu campo de análise.

Buscou os testemunhos que chegaram do passado – da paisagem aos *documenta-monumenta*, dos objectos às imagens, dos actos aos pensamentos, dos gestos aos sentimentos, dos sinais aos signos. Leu-os, desenterrou-os, contemplou-os, criticou-os, interpretou-os e com eles procurou contextualizar os homens e os acontecimentos num tempo e espaço, apresentando por fim a sua construção cultural e histórica desses mundos, que pode e deve corporizar-se numa discursividade de bom recorte literário. Mas entre inventar ou fantasiar e interpretar, reflexiva e criticamente, os testemunhos que nos chegam do passado, há significativas diferenças.

A História não tem nos nossos dias o sentido ético - “a História mestra da vida” – que lhe foi assignado noutros tempos. Mas com ela compreendemos sem dúvida melhor o processo evolutivo das sociedades e por meio dela temos uma mais ampla percepção dos encadeamentos e interrelacionamentos biunívocos entre o meio e o homem, e entre o “eu” e o “outro”, na longa gesta do pensamento, dos sentimentos, das emoções e das acções dos homens. A História assegura a memória colectiva dos povos, contribuindo para a sua identificação e identidade e para uma mais abrangente compreensão do mundo.

Esta memória e saber é, sem dúvida, uma mais valia para lermos e apreendermos o tempo presente e, se assim o entendermos, para mais esclarecidamente nos envolvermos numa empenhada cidadania e numa consciente solidariedade universal.

International workshop “**Trust, Reputation, Defectors, and Sustaining Social Norms: Studying spatially complex cooperative relationships in ways that connect TECT projects**”

(Porto, FLUP, 26-29 March 2008)

Org: Amélia Polónia, University of Porto, Portugal; Jack Owens, Idaho State University, USA

Between 26 and 29th March historians, mathematicians, biologists, specialists in cognitive sciences, sociologists and GIS experts from Europe, India and the United States gathered in Portugal for a scientific reunion supported by the European Science Foundation (ESF).

The scientific meeting had been held at the Faculty of Arts of the University of Porto (Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

This workshop was an initiative of **DynCoopNet**, a EUROCORES CRP (Collaborative Research Project) that addresses the ESF - TECT program through the examination of the evolution of cooperation tying together the self-organizing commercial networks of the first global age (1400-1800). It involved participants of other TECT - CRPs .

The networking activity focused on “**Trust, Reputation, Defectors, and Sustaining Social Norms: Studying spatially complex cooperative relationships in ways that connect TECT projects**”. It aimed to produce new academic insights about cooperation in the context of the dynamic complex system of which those evolving networks were a part. Through a convergence of methods unusual in the historical social sciences, the reunion offered an intense 4-day technical and theoretical programme focused on new methodological approaches encouraging the discussion of the mechanisms of cooperation that permitted to establish and to sustain networks. Further information available at www.dyncoopnet-pt.org

Amélia Polónia

FEEGI 2008 Conference “**Empire and Identity**” (Washington D.C. - Georgetown University, 22-23 February 2008)

O FEEGI (Forum for European Expansion and Global Interaction), associação filiada na AHA (American Historical Association), organiza um congresso bienal, com sessões por norma plenárias. Os painéis, temáticos, funcionam como sub-divisões do tema principal do Congresso, e visam a promoção de um debate alargado sobre temas que se têm centrado em dinâmicas históricas ligadas à expansão europeia, envolvendo, numa perspectiva comparativa e diacrónica, os complexos geográficos do Mediterrâneo, do Índico e do Atlântico.

A conferência de 2008, realizada na Universidade de Georgetown, entre 21 e 24 de Fevereiro, centrada na temática “*Empire and Identity*”, abarcou os seguintes painéis: *People in Motion; Imperial Strategies; Framing Empire; Commodities and Objects; Transforming Local Identities; Views of Empire; Trades and Traders; Conflict on the Margins*.

O Congresso terminou, numa nota de convivialidade, com um “Banquet and Keynote Address”, proferida por Chris Lane, presidente do FEEGI, sob o sugestivo tema: *Everybody Must Get Stoned: Rock Medicine in the Early Modern World*.

A presença de três investigadores portugueses não passou despercebida, e revelou-se essencial para o debate de temas e de dinâmicas históricas em que a historiografia portuguesa tem, por certo, uma palavra a dizer...

Amélia Polónia

Fifth IMEHA International Congress of Maritime History (Greenwich, 23-27 Junho 2008)

O Congresso da Associação Internacional de História Económica Marítima (IMEHA- International Maritime Economic History Association) ocorre a cada quatro anos. O anterior teve lugar na Grécia, em Corfu, em 2004 e este ano no Campus da Universidade de Greenwich. O evento reuniu mais de 300 participantes, e mais de 250 comunicações, distribuídas pelos 5 dias do Congresso e por sessões temáticas, simultâneas, em que participaram especialistas provenientes de mais de 30 países.

Tendo como alvo e objecto de estudo as dinâmicas marítimas, em todas as suas expressões, e cultivando um enfoque abrangente, temática, cronológica e geograficamente, as sessões cobriram uma multiplicidade de temas, desde a história naval; a construção naval; a marinha mercante e o comércio marítimo; políticas marítimas e imperiais; defesa e segurança; pesca; comunidades marítimas; cultura marítima; portos e trabalho portuário; história dos impérios marítimos; pirataria; arqueologia marítima; património e turismo.

Para além das conferências de abertura e de encerramento, proferidas pelos Professores Gopalan Balachandran, Nicholas Rodger e o Doutor David Williams, o Congresso incluiu uma sessão em que o editor da revista da IMEHA, o International Journal of Maritime History, Lewis Fischer, bem como os responsáveis por outras publicações de áreas disciplinares afins, apresentaram projectos editoriais e fizeram balanços de quatro anos de actividade editorial.

Vários investigadores Portugueses participaram, com comunicações que incluíam, entre outros, estudos sobre ciência náutica e comércio; a acção do Estado e de particulares na construção do “império” marítimo português e balanços acerca da produção recente sobre história marítima, em Portugal.

Amélia Polónia

Charles Tilly (1929-2008):

In Memoriam

“The concept of civil society is morally admirable, but analytically useless.”

O que distingue um bom cientista, seja ele historiador, sociólogo, cientista político, ou qualquer outro, são as dúvidas, ou melhor dizendo, a qualidade das suas dúvidas. As dúvidas sobre as crenças básicas de todo o tipo que necessariamente contaminam a teoria e a forma como esta se relaciona com os métodos que aplica e as hipóteses que testa. De que modo o que pensamos sobre a realidade é ajustado? E de que modo esse “conhecimento” pode ser aprimorado? Como todos os grandes cientistas do passado e do presente, Charles Tilly foi um homem avassalado pelas dúvidas, e foi nesse questionamento incessante que se redimiou até à grandeza o corpo aparentemente frágil da sua obra.

Charles Tilly faleceu. E com ele desapareceu a fonte criadora de alguma da melhor historiografia social e política norte-americana. O que nos deixou, porém, é já de si imenso, para não dizer excitante e inspirador. Em Tilly há de tudo, desde os seus trabalhos sobre a metodologia social construtivista moderada, aos seus trabalhos pioneiros sobre os movimentos sociais europeus dos séculos XVI e XVIII, e ao inextinguível trilho dos estudos sobre a formação dos Estados europeus. Nesta pequena homenagem bibliográfica sobre um dos maiores sociólogos e historiadores do nosso tempo, apenas abordaremos o trabalho de Tilly sobre a formação do Estado, não por representar o melhor ou o cume da sua obra, mas sim por ser tão importante e central no conjunto desta que não apenas irradia a sua influência sobre as outras áreas de pesquisa como é um veículo privilegiado para acompanhar, mesmo que sumariamente, o percurso vital do autor.

A iovação instável e profícua das ideias de Tilly sobre a formação dos Estados europeus é talvez uma das ideias centrais menos dubitativas da sua obra. Talvez não seja exagerado dizer que foi praticamente desde os seus primeiros trabalhos, em grande parte influenciados pelo seu professor, Barrington Moore Jr. (*As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*), que Tilly resiste ao paradigma dominante nos estudos históricos e sociológicos sobre o Estado de que as formações estatais obedecem a leis evolutivas que têm o seu modelo na Europa, mais precisamente na Grã-Bretanha e em França. Contra Almond e contra os grandes politólogos americanos dos anos 60 e 70, Tilly impulsiona então uma visão alternativa, logo a partir de 1975, com o seu *The Formation of National States in Western Europe*.

Tilly, que entretanto se doutorara em sociologia pela prestigiada Harvard (1958) e publicara, seis anos depois, o seu primeiro livro, *The Vendée*, no qual retomara e refutara a Dissertação Doutoral, segue mais uma vez os passos do irreverente Barrington Moore, ao defender que os Estados-Nação do mundo moderno não são modelos formais e exógenos de relações de autoridade, mas sim conglomerados de relações de poder baseado, principalmente, no sucesso bélico de certos grupos organizados pelo controlo do poder militar.

Este cair das nuvens do conceito do Estado estava naturalmente em desacordo com as premissas formais dos funcionalistas americanos e dos teóricos das teorias do desenvolvimento. Por outro lado, equivalia a um profundo envolvimento e a uma verdadeira interpenetração da sociologia com a história, um dos temas maiores do percurso metodológico posterior de Tilly. A cegueira analítica do modelo formal era superada pela análise documentada e minuciosa das componentes espaço-temporais dos fenómenos históricos, de modo que a *formação estatal*, muitas vezes associada a processos revolucionários e contra-revolucionários (dois outros temas tillianos importantes), também podia ser investigada nas suas origens e modos de expansão através da análise de processos historicamente localizados e verificados.

Esta ideia da Formação Estatal (*State Formation*), que seria, como dissemos, muito mal compreendida e interpretada pelos funcionalistas da época (que o acusavam de não ser capaz de compreender e de seguir as regras da disciplina, ou seja, de ser um mau sociólogo), passaria então a ser englobada por Tilly numa teoria mais ampla, de contornos adaptativos e reticulares, sobre as sociedades industriais e pós-industriais, cujos contornos e conceitos centrais seriam muitas vezes reavaliados à luz das novas investigações e da pesquisas do passado. Em 1993, Tilly publicaria o seu *European Revolutions, 1492-1992*, onde, pela primeira vez, integra nas suas perspectivas sobre os processos de formação estatal algumas das ferramentas conceptuais que o seguirão até à actualidade. Uma das inovações teóricas com implicações metodológicas imediatas é a ideia de que essas formações foram geradas, na maior arte dos casos, por processos revolucionários propulsionados pela concatenação causal de mecanismos e processos contingentes.

Esta inovação, que livraria Tilly de vez de qualquer concepção evolucionista e formal das sociedades ao ponto de, nas suas palavras, poder ter servido, se tivesse sido descoberta antes, para refutar muitas das conclusões já de si inovadoras que expusera no *The Vendée* (em parte como crítica à versão proto-funcionalista que o grande historiador francês Georges Lefebvre oferecera sobre as origens e a natureza da Revolução Francesa), marcaria uma segunda fase no percurso intelectual de Tilly, cujos limiares de sistematicidade mínimos seriam alcançados em obras posteriores como *Dynamics of Contention* (2001, co-editado com dois especialistas em movimentos sociais, Doug McAdam e Sidney Tarrow) e *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000* (2004). Ou seja, será integrada numa concepção agónica das sociedades modernas, cuja produção histórica é indissociável das relações de poder entre vários actores motivados pelo controlo do poder estatal ou de poderes sociais derivados através da contestação (*Contention*; sobre este e outros conceitos centrais, ver um artigo do autor desta resenha publicado nesta revista).

Num esforço para sintetizar o que dissemos, poderemos talvez dizer que é nas suas últimas obras que Tilly desenvolve um conjunto de ferramentas úteis que lhe permitem compreender melhor como certas democracias foram produzidas a partir de processos de formação Estatal idiossincráticos e irreprodutíveis. Será a partir do estudo de eventos espaço-temporais limitados (catálogos de eventos), cuja natureza é iminentemente histórica, que Tilly tentará compreender como certos grupos vitoriosos na luta pelo controlo da coerção ampliaram ou negociaram incidentalmente a sua posição sobre as populações, os aliados ou os antagonistas, resistindo, em certos casos, ou propulsionando, noutras, certos mecanismos e processos contingentes sem os quais não existiriam as *polites* democráticas do passado e do presente.

Aberta ao futuro, a teoria tilliana leva-nos pois a interrogar analiticamente o Estado numa base histórica materialista e espaço-temporalmente delimitada, impregnada de pesquisa analítica e de documentação histórica, permitindo-nos investigar o modo como esse conflito profundo e relativamente recente das civilizações sobreviverá a novos problemas e desafios. Por outras palavras, como se processarão a extração e a coerção estatais sobre os novos adversários e aliados das democracias consolidadas? Como se institucionalizarão as novas identidades e as novas cidadanias no contexto útil da autoridade Estatal? No futuro, assistir-se-á a um retrocesso ou a um reforço, das posições de tutela estatais que sabemos serem contingentes? E, principalmente, como será e deverá ser o Estado de um sistema político democrático?

Sem Tilly, é muito provável que não existissem estas questões. O que não é pouco. Serão poucos os cientistas que poderão orgulhar-se de um tal palmarés: o de questionarem escolas e modos convencionais de pensar e de investigar, para procurarem alternativas oferecendo melhores explicações e respostas.

António Rosas

Doutorando em Ciências Políticas e Sociais
Universidade de Santiago de Compostela
Mestre em Cultura e Comunicação
Universidade do Porto

RUY DE ALBUQUERQUE*
(1933-2007)

1. Evocação de um Mestre

Na sequência de doença que os jornais costumam adjectivar como «prolongada», mas que no seu caso o não chegou a ser, morreu ontem à tarde o **Doutor Ruy Manuel Côrte-Real de Albuquerque**, eminente historiador do *Direito*, lente jubilado da FD/UL.

O Mestre ora desaparecido era neto do Dr. Alexandre de Albuquerque (1875-1937), figura destacada da Academia Coimbrã em finais do séc. XIX, sendo então conhecido por «Xandre»¹; filho do Doutor Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque (1898-1975), formado em *Ciências Histórico-Geográficas* (1921) e em *Direito* (1922) pela UC, e ulteriormente doutor em *Ciências Históricas* pela UL (1930) e lente de *História* e de *Estudos Brasileiros* da respectiva Faculdade de Letras (1932 ss.)²; e irmão do Doutor Martim Eduardo Côrte-Real de Albuquerque, historiador do Direito e das Ideias Políticas, também lente jubilado da FD/UL. Entre os seus filhos, mais um lente da FD/UL (*Direito Civil*): o Doutor Pedro Côrte-Real de Albuquerque.

Ruy de Albuquerque fez o seu percurso académico pelas áreas da *História do Direito Português* e do *Direito Romano* (a S. tese de doutoramento, defendida em 1973, versou o Direito de *represália* no Portugal Moderno)³. Mas razões de distribuição de serviço ditaram que, mormente nos Ss. anos de assistente (1961-1973), participasse na docência de muitas outras disciplinas, da *Teoria Geral do Direito Civil* ao *Direito da Família*, do *Direito Comercial* ao *Direito Processual*; e assim teve ensejo de colaborar com uma série de lentes famosos da FD/UL dos anos 60 e 70. O que tal representou em termos de preparação nos mais diversos campos da «Enciclopédia Jurídica» – como ele gostava de dizer – e das Ciências Humanas em geral foi incomensurável. Ouvi-lo era ímpar; lê-lo era – e continuará a ser – um prazer: e lembrem-se muito em especial as Lições de *História do Direito Português*, escritas em colaboração com o Doutor Martim de Albuquerque, e documentando uma docência apoiada em sólida equipa, que inclui hoje 3 professores associados com agregação⁴, uma professora auxiliar e uma “pequena multidão” de habilitados com o grau de Mestre em *Ciências Histórico-Jurídicas*, parte dos quais doutoranda a curto prazo. Lê-lo – essa Obra didáctica e outras – será portanto, e sem dúvida, a melhor homenagem que poderemos prestar a Ruy Manuel Côrte-Real de Albuquerque.

* As duas partes deste texto foram inicialmente divulgadas em <http://guitarradecoimbra.blogspot.com>, posts de 2007/01/20 e 22.

¹ ALBUQUERQUE, 1898; Alexandre de Albuquerque era monárquico; entre os seus amigos contou-se Afonso Lopes Vieira; o opúsculo citado inseriu-se numa polémica com os estudantes republicanos António Macieira (ministro da Justiça num Executivo da I República), Egas Moniz (futuro lente da UC e da UL e Prémio Nobel da Medicina) e outros; veja-se também o *post* de A. M. NUNES patente em <http://guitarradecoimbra.blogspot.com>, 2006/11/04.

² Sobre Mário de Albuquerque v. por todos HOMEM [no prelo].

³ ALBUQUERQUE, 1973.

⁴ Dois dos quais fizeram entretanto o concurso para professor catedrático. No momento presente, há nas diferentes Escolas superiores de Direito mais do dobro do máximo de doutores em *Ciências Histórico-Jurídicas* alguma vez atingido: 4, nos anos 20 e 30 do século passado (Manoel Paulo Merêa [1889-1977] e Luís Cabral de Moncada [1888-1974] em Coimbra; Artur Miranda Montenegro [1871-1941] e Joaquim Pedro Martins [1875-1939] em Lisboa).

Lembrarei, por último, que Ruy de Albuquerque esteve uma vez na FL/UP, participando numa actividade do Departamento de *História* e do *Instituto de Documentação Histórica* – foi em Novembro de 2002, por ocasião da 2.^a *Semana de Estudos Medievais*, subordinada ao tema *Historiadores e Jus-Historiadores: a identidade e a diferença. Estado, Instituições, Poderes, Saberes, Portugal: séculos XIII-XX*, coord. Martim de Albuquerque e o autor destas linhas. A Ruy de Albuquerque coube a (notável) lição de encerramento, «O Homem e o Estado nas Relações Internacionais», proferida numa tempestuosa manhã de sábado, mas que nem por isso – com surpresa do conferencista – afugentou a assistência, que no final o aplaudiu com entusiasmo. O adiantado da hora não permitiu depois prolongar o diálogo, mas ainda houve tempo para intervenções de Humberto Baquero Moreno, de Luís Adão da Fonseca, de mim próprio e de um estudante de Mestrado, bem como para a resposta final de Ruy de Albuquerque. Uma só vez nos visitou, portanto; mas ficou na memória de quantos o ouviram⁵...

Lisboa, 19 de Janeiro de 2007

2. O Cerimonial Fúnebre Académico: apontamentos e interrogações

A participação no funeral do **Doutor Ruy de Albuquerque** – ontem à tarde – é a motivação imediata para este breve texto, com alguns dados e bastantes mais questionamentos.

Como é sabido, situações de *luto* – pessoal, institucional, *académico*... – traduzem-se imediatamente no *quomodo* do uso do traje estudantil: a capa passa a ser usada completamente desenrolada, eventualmente fechada com colchete – quando este exista –, e a batina (casaco de «tailleur» para as Senhoras) será igualmente fechada, encobrendo as bandas de cetim e fechando com um colchete (ou mola). Ou seja: um estudante trajando *enlutadamente* não fica muito diferente de um lente em *hábito talar* (ainda ontem me pude [re]aperceber disso): como ao longo da maior parte do século XIX...

Um lente coimbrão *de luto* enverga pois a sua farpela sem mais adornos; festivas que são, as insígnias não entram aqui⁶, como não entram, em geral, em cerimónias religiosas. E se usar luvas, estas podem passar do branco para o preto, como aquando do uso de *fraque* em cerimónias fúnebres⁷; mas podem manter-se brancas, se o paralelo se fizer em relação à *casaca*⁸.

⁵ Este trabalho aguarda ainda publicação. Em Março de 2005, na FD/UL, Ruy de Albuquerque participou ainda – e deve ter sido uma das últimas intervenções em reuniões científicas – no 2.º Colóquio *Historiadores e Jus-Historiadores*..., subordinado agora à temática *A Lei: do Jurídico ao Social*; coube-lhe desta vez a lição de abertura, «A Lei, o Direito e o Estado», outro precioso texto também inédito.

⁶ Os convites para celebrações religiosas, fúnebres ou não, na Capela de S. Miguel referem explicitamente: «Hábito: talar sem insígnias». Há uma excepção histórica: o funeral de Sidónio Pais (1918), onde nos surgem imagens de lentes trajando *hábito talar* com *borla e capelo*. Há quem pense – caso do Doutor Luís Reis Torgal, e com toda a pertinência – que não se trata de lentes de Coimbra – onde trajes e insígnias, suspensos em 1910, só retomaram ca. 1920 –, mas de lentes de *Direito* da UL, com carreira iniciada (e por vezes levada ao topo) na UC. Mas, e a ser de facto assim, uma interrogação cobra pertinência: será que antes de 1910 se usavam insígnias nos funerais dos lentes da UC (coisa que Sidónio também fora) (2007, Mar.): Numa conhecida fotografia do funeral de Sidónio podem ver-se 4 lentes em hábito falar com borla e capelo de Direito; 3 deles são identificáveis: Fernando Emygdio da Silva (da FP/UL), Alberto Rocha Saraiva (ao tempo da FP/UL, mas com início de carreira na FP/UL) e João Telo de Magalhães Colaço (ao tempo da FP/UL, transferido para a FP/UL em 1922).

⁷ Estou a pensar no funeral de Franco (1975) e no uso de *fraque* com gravata e luvas pretas pelos dignitários civis do Estado espanhol, imagens essas patentes na série televisiva *A Transição* (TVE, 1993, com transmissão em Portugal no *Canal História* da TVCABO em 1999); sobre esta série cf. *HOMEM; HOMEM; 2000-2001: 389-404*.

⁸ Vejam-se as imagens do funeral de Carmona (1951) patentes em *NOGUEIRA, 1981: 160*; os civis ostentam condecorações; os oficiais do Exército, de farda cinzenta, também, ainda que com um «fumo» preto no braço esquerdo...

Lentes de outras U's portuguesas usarão então a toga / beca / hábito / batina / etc. que lhes competir, sem aquilo que normalmente é tido por *insígnia doutoral* e, como tal, *festivo*: uma medalha pendente de epitógio na cor da especialidade científica ou da Unidade Orgânica universitária. É claro que o traje-base pode incluir cores outras: o castanho de Évora; o azul-celeste dos *canhões* das mangas das becas da U. Beira Interior e da U. Autónoma de Lisboa; o verde da U. Aveiro; as cores das especialidades científicas do capelo – indissociável aqui do traje-base – do ISCTE; o vermelho dos *debruns* do traje da U. Portucalense e dos *canhões* das mangas da batina da U. Moderna, etc. Sem falar no caso dos lentes que usem policromos hábitos de U's de outros Países, onde se tenham doutorado...

Um lente de Coimbra cujo funeral parta da capela de S. Miguel será aí velado por Colegas em «hábito talar sem insígnias» – com os necessários *mutatis mutandis* relativamente aos Mestres de outras Escolas que presentes estejam; terá junto do caixão a sua *borla*, colocada sobre uma almofada; será esta transportada no saimento pelo dr. mais recente da s. especialidade; no percurso até ao – e no – cemitério terá acompanhamento dos *arceiros* da Universidade e do *bedel* da s. Faculdade; e poderá haver oração fúnebre, proferida por um Colega – aqui o mais antigo –, o representante institucional da Escola, etc.

De tudo isto, o meu conhecimento directo é limitado: em Janeiro de 1992, em representação do Dep. de *História* da UAL, a que presidia, pude assistir ao saimento, do Arsenal da Marinha (ao Terreiro do Paço), do Doutor Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque (n. 1916); na circunstância – e para além de numerosas individualidades dos meios políticos, culturais e militares – estavam presentes, em *hábito talar*, o Director da Biblioteca-Geral da UC – Doutor Aníbal Pinto de Castro, que em 1986 sucedera no cargo ao próprio Doutor Albuquerque – e dois ou três lentes de *Matemática* da FCT/UC, o mais novo dos quais transportou a *borla* no breve trajecto da capela do Arsenal à viatura funerária. Sei que depois, no cemitério de Sangalhos, estiveram numerosos lentes e estudantes, bem como a *guarda de honra* dos arceiros; mas isso já não presenciei.

Imagens televisivas retenho ainda de funerais de outros lentes e drs. da UC:

- António de Oliveira Salazar (1889-1970), *funeral de Estado* com componente académica, sendo orador no cemitério de Vimieiro (Santa Comba Dão) o Doutor Afonso Queiró, Director da FD/UC;
- Carlos Alberto da Mota Pinto (1937-1985);
- Paulo Quintela (1905-1987), com oração fúnebre pela Doutora M. H. Rocha Pereira, ao tempo Presidente do CC da FL/UC;
- José de Azeredo Perdigão (1896-1993) e Vergílio Ferreira (1916-1996), drs. h.c. pela UC;
- Francisco Lucas Pires (1942-1998)...

E nas outras Instituições universitárias ?

Não tenho informações no que diz respeito às U's nascidas no último quartel do século XX; ainda que pequenas-médias urbes pudessem ser palco de cerimoniais com *modelo* na UC; um exemplo vindo de uma outra área profissional mas, para o que aqui interessa, com pontos de contacto: em Viseu, há já algumas décadas, advogados houve acompanhados na sua *última viagem* pelos Colegas envergando *toga*... Mas no que às U's mais tardias diz respeito nada sei de concreto.

Relativamente às U's da primeira metade do século XX:

a) Não tenho elementos sobre a U. Técnica de Lisboa (1930 ss.) e as Escolas que a precederam e nela se *federaram*;

b) na UP a grande tradição parece estar na Faculdade de Medicina, com mais do que prováveis antecedentes na Escola Médico-Cirúrgica; assim, e até aos anos 80 do século XX, um lente-médico era velado a dois tempos pelos seus Colegas:

i. uma hora antes da missa de corpo presente formavam semi-círculo em torno do ataúde os lentes não catedráticos⁹, trajando, ao longo da maior parte do século XX¹⁰, o «hábito talar» de referência coimbrã;

ii. meia hora depois este grupo era rendido pelos professores catedráticos¹¹, envergando a *beca*; permaneceriam nesse lugar durante a celebração;

- lentes de outras Escolas, mesmo que trajados, ficariam na assembleia; esta homenagem fúnebre foi desaparecendo a partir da década de 1980 – os últimos a recebê-la terão sido os lentes Álvaro Rodrigues e Ernesto de Moraes, quando alguns Mestres deixaram declarações de últimas vontades prescindindo de tal cerimonial¹²;

c) das restantes Escolas portuenses não tenho grandes notícias; ainda assim, recordo que os lentes de Ciências / *Matemática* Jayme Rios de Souza (1907-1971) – morto quando exercia as funções de Director da FC/UP – e Ruy Luís Gomes (1905-1984) – antigo Reitor e portador do título honorífico de *Reitor vitalício* – foram velados na Fac. *Ciências*, no segundo caso em circunstâncias totalmente *laicas*; das circunstâncias do primeiro destes casos já não me recordo; um outro lente de Ciências, mas agora de *Física*, Alexandre Pires de Carvalho (?-1979), teve a presença de Colegas trajados na missa de 7.º dia, celebrada na Igreja da Lapa¹³;

d) ulteriores tentativas de realização de *funerais académicos* geraram alguma resistência, contrapondo-se, não raro, argumentos do tipo:

- Aqui não estamos em Coimbra !...

e) pelo que nos resta a UL:

⁹ Os lentes « substitutos» e «preparadores» da Escola Médico-Cirúrgica (até 1911); os assistentes doutorados, primeiros-assistentes, professores auxiliares, professores agregados e professores extraordinários dos sucessivos regimes legais em vigor de 1911 a 1979; e os professores auxiliares e associados (com ou sem agregação), nos termos do *Estatuto da Carreira Docente Univeristária*, de Novembro do último daqueles anos.

¹⁰ Antes disso teve pleno vigor a legislação de 1856-1857, que previa o uso da beca pelos lentes de todas as categorias (HOMEM, 2006). O confinar deste traje aos professores catedráticos na UP é algo que ainda aguarda o devido esclarecimento (*quando ? cur ? quomodo ?*).

¹¹ E, anteriormente a 1911, os lentes «proprietários» da Escola Médico-Cirúrgica.

¹² Informações prestadas pelo Doutor Rui Mota Cardoso, lente de *Psicologia Médica*.

¹³ Informação prestada pelo Doutor Manuel João Lemos de Sousa, lente jubilado de Ciências / *Geologia*.

i. a Fac. Letras (1911 ss.), com o ‘laicismo’ que enformava o preexistente Curso Superior de Letras, pouco ou nada terá praticado do estilo; e só tardiamente (anos 40 / 50) lá se usará *hábitos talares*;

ii. nada sei das Facs. Medicina e Farmácia (1911 ss., a segunda como Escola anexa – 1911-1915 –, Escola Superior – 1915-1921 e 1928-1968 – e Faculdade— 1921-1928 e 1968 ss.);

iii. e vamos para a Fac. Direito; Escola constituída à partida com diplomados pela UC, tratando-se em múltiplos casos de lentes com bacharelato, formatura, licenciatura, doutoramento e concursos até ao topo da carreira, só com lentes inteiramente formados *intra-muros* a partir do início dos anos 20 (Armando Monteiro [1890-1953] e Marcello Caetano [1906-1980] foram os primeiros), natural será que esta Escola tenha mantido múltiplas práticas da ALMA MATER, v.g., e ainda hoje, o uso do *hábito talar* com *borla-e-capelo* por parte significativa dos seus Mestres, alguns dos quais de gerações jovens.

E aqui se enquadra o problema dos *funerais académicos*, e particularmente o do Doutor Ruy de Albuquerque, ontem ocorrido.

Um antecedente particularmente visível ocorrera em 2004, com o funeral do Doutor António Luciano de Sousa Franco (n. 1942), vítima de doença súbita na sequência de um episódio ‘surrealista’ na *lota* de Matosinhos, no decurso da campanha eleitoral para as *européias* desse ano. O funeral saiu da Basílica da Estrela para o Cemitério dos Prazeres, com transmissão televisiva; acompanhamento a pé por uma multidão onde se destacavam lentes da FD/UL (e, mais pontualmente, de outras U’s e Escolas), em traje académico. No cemitério usaram da palavra um representante da Família e o então Reitor da UL, Doutor José Barata Moura. A organização coube ao Presidente interino do CD da FD/ UL, o lente de *História do Direito* Doutor Eduardo Vera-Cruz-Pinto.

O mesmo lente, agora Vice-Presidente do mesmo órgão, repetiu a função. E foi assim:

I. Nos Jerónimos, lugares marcadas para: Autoridades (destaque para o PGR, Conselheiro Pinto Monteiro); Familiares; Lentes (peso, naturalmente, para o Reitor da UL e parte da equipa reitoral, para a FD/UL e para a FD/UC, com presenças pontuais da FL/UL e da FL/UP; destaque ainda para a presença dos antigos Reitores da UC e da UL, Doutor Rui de Alarcão e Doutor José Barata Moura, respectivamente, no segundo caso acompanhado por membros da sua antiga equipa reitoral; e ainda para o antigo Director da Biblioteca-Geral da UC, Doutor Aníbal Pinto de Castro); Estudantes, muitos deles envergando traje académico; e acompanhantes de lentes; junto do féretro a *borla* doutoral do extinto.

II. Pequenos cortejos dos lentes se formaram à entrada e à saída do templo; no da saída foi a *borla* transportada pelo *decano* dos drs. em *Direito* da UL (e não pelo *benjamim*, como em Coimbra), Doutor Pedro Soares Martínez; e à saída da Igreja a homenagem – capas no solo – de numerosos Estudantes de Direito.

III. Um dos concelebrantes foi o lente de *Filologia Clássica* da FL/UL Rev. Doutor Aires Augusto Nascimento.

IV. Nos Jerónimos, no termo da missa, um breve elogio académico foi proferido pelo Doutor Jorge Miranda, Presidente do CC da FD/UL.

V.À entrada dos Prazeres, junto à capela central do largo de entrada, intervenção do Reitor da UL, Doutor António Sampaio da Nóvoa.

VI. A borla doutoral continuou bem visível, no percurso até ao jazigo da Família.

O que aqui fica – já o disse e repito – é muito mais um conjunto de reflexões, partidas do que tenho observado ao longo de anos e ontem muito directamente, do que um *fazer História* ou um ditar de *normas protocolares*. De outros mais informados do que eu se poderão esperar contributos mais enriquecedores.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2007

Armando Luís de Carvalho HOMEM



Vaticano, 2003 - Ruy de Albuquerque entrega a João Paulo II a medalha de ouro, símbolo do Prémio *Pro Iustitia*, atribuído ao então Sumo Pontífice pela Fundação *Direito e Justiça*, Instituição ligada à Fac. Direito / UL; ao fundo, ao centro, um lente de *Ciências* ao tempo Vice-Reitor da UL.

Fonte: www.barvelho.blogspot.com/.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Alexandre de, 1898 – *Carta à Academia de Coimbra*, Coimbra, Tip. E Lit. Minerva Central.

ALBUQUERQUE, Ruy de, 1973 – *Represálias (As). Estudo de História do Direito*, Lisboa, s.e.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2006 – *Traje (O) dos lentes: memória para a História da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)*, Porto, Faculdade de Letras, 2006, 125 pp. [col. «flup e-dita»].

HOMEM, Armando Luís de Carvalho [no prelo] – «Mário de Albuquerque e António Sérgio: revisitação de uma polémica» [entregue em 2004 para publicação no *In memoriam Mário de Albuquerque* (no prelo, 2009)].

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; HOMEM, Maria Isabel N. Miguéns de Carvalho, 2000-2001 – «Utilização (A) de registos fílmicos e testemunhos orais em História do tempo presente. Algumas considerações em torno da série televisiva “A transição” (TVE, 1993)», *Anais da UAL/série História*, V-VI (2000-2001), pp. 389-404.

NOGUEIRA, Franco, 1981 – *História de Portugal. 1933:1974*, Porto, Livraria Civilização.

In Memoriam
A. H. de Oliveira Marques
(1933-2007)*

1. A. H. de Oliveira Marques: memórias e percursos

No ano de 1975 ou 1976 eu batia – expressão literal – à porta do Prof. Oliveira Marques, da sua casa, na Rua Francisco de Andrade.

Era então Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra e não tinha, ao tempo, qualquer Professor Doutorado em História Medieval que me pudesse orientar. Tinha apresentado, em 1971, um tese de licenciatura sobre *O Mosteiro de Arouca* e nela sentira um gosto muito particular pelo estudo do meio rural em que a instituição se inseria.

Queria, pois, realizar um doutoramento em História rural, tomando como campo de análise uma região no entorno conimbricense, que concretamente veio a ser a espacialidade entre Coimbra e a Foz do Mondego, a conhecida região do Baixo Mondego. Ora o único medievalista português que até àquele ano havia escrito um trabalho de fundo sobre a temática era o Prof. Oliveira Marques, que em 1962 publicara a *História da Agricultura em Portugal*.

Com a afoiteza dos meus verdes anos, dirige-me pessoalmente a esse historiador, que até então só conhecia pela leitura. E a porta a que bati abriu-se-me completamente. O Mestre aceitou ser meu orientador e, o tempo o diria, viria a ser mesmo muito mais do que isso, um Amigo.

Pesquisar e reflectir sobre os dados recolhidos nessa investigação para doutoramento foi para mim um tempo feliz. Se eu era trabalhadora e metódica, o Prof. Oliveira Marques ultrapassava qualquer ser humano nessas qualidades. Logo o trabalho ia avançando a ritmo certo e programado. Claro que mais no tempo de investigar e trabalhar os dados, menos no de escrever, que é muito mais lento e subjectivo. Mas justamente quando, como acontece a qualquer um, o espaço dos nossos encontros se alongava, porque surgiam dúvidas sobre a pertinência do que estava a fazer ou a escrita emperrava, aí estava o telefone a tocar. Era o Prof. Oliveira Marques a incutir-me ânimo e a dar-me força.

Tive pois o melhor orientador possível – sabedor do tema que orientava e oferecendo-me todo o estímulo que eu precisava. As nossas sessões de trabalho eram uma alegria. Primeiro trabalhávamos a sério e sem pausa, mas depois, depois vinha o tempo de conversarmos sobre tudo. Não sei o que mais me enriquecia, se o aprofundamento da história rural medieval ou o conhecimento dos meios, dos homens, das vivências que o Prof. tinha adquirido e comigo partilhava. Sempre gostei de conversar, melhor direi, de escutar um bom conversador. Oliveira Marques, na sua assumida urbanidade, sabe, como poucos, transmitir o que pensa e apreende. E assim fui-me aproximando sempre e mais de um Mestre, e admirando um Homem. Mestre que acompanhou todas as provas e concursos da minha carreira universitária até eu chegar em 1991 a Professora Catedrática. Homem que sempre fui considerando pela frontalidade e verticalidade por que pautou a sua vida. Para finalmente ter ganho um Amigo, com quem venho partilhando, os bons e maus momentos, há mais de três décadas.

* Conjunto de intervenções na *Biblioteca-Museu República e Resistência* (Lisboa), 2006 /12/11, em sessão de homenagem a A. H. de Oliveira Marques, na constituiu uma das suas últimas aparições em público.

Por isso foi-me muito grato participar na Homenagem que lhe foi feita em 1982 e mais ainda recebê-lo, no fim da sua carreira, em Coimbra, numa das suas últimas lições, e de ter coordenado, juntamente com o meu Colega Carvalho Homem, a obra *Na Jubilação Universitária de A. H. de Oliveira Marques*, onde se condensam estudos sobre a sua polifacetada vida e obra.

E depois deste registo mais pessoal, era sobre essa obra, sobremaneira como medievalista, que me queria fixar por uns momentos.

Oliveira Marques foi muito precoce na sua produção científica. E produziu obras maiores fora do tempo. Mas que, depois do tempo, vieram a ser consagradas.

Nomeado 1º Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, a 17 de Outubro de 1960, entregou, a 10 de Maio de 1962, como dissertação, já impressa, a introdução à *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, para concurso a professor extraordinário, concurso que, por vicissitudes políticas várias, nunca se realizou, acabando mesmo Oliveira Marques por abandonar a Faculdade e a função pública, a 17 de Novembro de 1964, rumando como docente para os Estados Unidos da América.

A *História da Agricultura* aborda, com detalhe, aspectos da produção, circulação e comercialização dos cereais. Nas condições de produção o estudo trata dos importantes vectores do clima, solo arável e mão-de-obra, nas áreas de produção analisa o solo cultivado, os cereais produzidos e o quantitativo da produção, para nos meios de produção se deter sobre as técnicas agrárias, as formas de propriedade e as formas de exploração agrária e a panificação. A análise da circulação e distribuição interna dos cereais leva o Autor a estudar celeiros e covas, a organização do comércio interno e as vias de comunicação, para depois se fixar na importação e exportação no âmbito do comércio externo e ainda a precisar as técnicas comerciais e os movimentos dos preços e dos consumos. Compreende-se bem que, dada a abrangência e variedade dos temas estudados, esta obra se tenha tornado modelo para os investigadores que à história agrária, e mesmo à história económica, se vieram a dedicar.

Mas o impacto desta magna obra, porque o seu Autor, como se disse, sempre esteve adiantado em relação ao seu tempo, só se sentiu verdadeiramente nas décadas de setenta e oitenta, nas teses de doutoramento sobre história rural que então se produziram. E a obra conta actualmente com três edições.

Dois anos depois, em 1964, saía à estampa o estudo *A Sociedade Medieval Portuguesa*, obra que já conhece quatro edições, para além de um tradução inglesa.

O autor demonstrava, nos inícios do seu labor historiográfico, uma inequívoca propensão para a valorização dos temas sociais. Mas Oliveira Marques estava algo só. Verdadeiramente apenas na década de 80, depois de alguns trabalhos mais profundos sobre a clerezia e nobreza, se deu relevo a todas as valências dos diversos estratos que compunham a sociedade medieval portuguesa e se incidiu sobre os aspectos do seu quotidiano de viver, sentir e morrer. Então a obra de Oliveira Marques *A Sociedade Medieval Portuguesa* torna-se “uma Bíblia”. Não se pode discorrer sobre as funções e os ritmos de trabalho do homem medieval, sobre as suas condições de habitabilidade, higiene ou saúde, sobre as suas manifestações exteriores de vestuário e mesa, sobre os seus afectos e crenças, sobre os seus valores culturais ou distrações ou sobre os seus modos de encarar a morte, sem recorrer a essa obra fundamental. Sempre, assim o cremos, este estudo será uma referência para quem se dedique à história medieval. Esta a característica maior da obra dos grandes Mestres.

Ainda no mesmo ano de 1964 saía a público um outro trabalho de profundo impacto na comunidade historiográfica dos medievistas. Trata-se do *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, já com três edições. Nenhum estudioso do período medieval terá deixado de consultar esta obra, roteiro de fontes e bibliografia, mas também incentivadora da investigação medievística, na proposta de novas sendas de pesquisa e métodos de trabalhos.

Ainda na década de 60 (1965), em que este autor deixou marca maior na historiografia medieval, a par das monografias já referidas, acrescentam-se-lhe ainda estudos fundamentais, constituindo comunicações a congressos ou artigos de revista, que vieram depois a englobar-se na obra *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, abordando-se na maioria dos trabalhos, como era timbre da época, a história económica. Sem esquecer que, entre 1963 e 1971, escrevia mais de oitenta artigos para o *Dicionário de História de Portugal*, grande parte deles dedicados a temas medievais.

Mas, por contraponto, o saber de Oliveira Marques não fez apenas renovar a história rural, mas vivificar igualmente a história urbana. Esta talvez mesmo do maior gosto e interesse deste professor, um cidadão por excelência, ainda que não tenha publicado até agora o trabalho de fundo que sempre sonhou, pela muita investigação desenvolvida, sobre Lisboa medieval. Nesta temática prevalecem os seus estudos mais particularizados, primeiro apresentados sob a forma de comunicações e depois reunidos em obra conjunta, o seu magistério e a sua orientação de teses de Mestrado e Doutoramento. Na colectânea *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, que me é afectivamente muito cara, pois, em gesto único de um grande Mestre e Amigo, o Autor ma dedicou, reúnem-se onze estudos sobre história urbana.

São artigos produzidos entre 1981 e 1987, período durante o qual Oliveira Marques regia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do Mestrado em História Medieval, o Seminário sobre “Cidades Medievais”, do qual resultaram muitas teses sobre grandes ou pequenas vilas e cidades, bem como um precioso roteiro sobre vários centros urbanos de Portugal. À leccionação de Oliveira Marques nesses Seminários e à sua devotada entrega como orientador científico se ficam a dever dissertações de Mestrado ou Doutoramento que particularizam o tecido urbano de centros como Ponte de Lima, Chaves, Guarda, Aveiro, Tomar, Óbidos, Alenquer, Santarém, Abrantes, Sintra, Setúbal, Évora e Silves. E como fruto desse mesmo Seminário, no ano lectivo de 1986-87, sob a sua coordenação sai a lume o *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, que individualiza muitos centros urbanos espalhados pelas Comarcas de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre Tejo e Guadiana e Algarve, alcançando mesmo a Madeira. Ainda uma vez mais, e inequivocamente, esta significativa e valiosa produção sobre a história se deve ao pioneirismo e entrega de Oliveira Marques no desbravar de novas facetas do passado medieval.

Do mesmo modo que, consciente de que a história só se pode construir sobre alicerces seguros, no Centro de Investigação que criou naquela mesma Faculdade, o Centro de Estudos Históricos, tem vindo a dirigir uma equipa, a qual com grande empenho e regularidade, publicou já vários volumes de *Chancelarias e Cortes Régias*, edição de fontes que prestam um relevante serviço a toda a comunidade científica em Portugal e mesmo no estrangeiro.

Mas sem tudo poder abarcar nestas breves palavras, salientemos ainda o espírito de síntese e divulgação de Oliveira Marques.

Este vasto saber condensou-se, de pronto, em amplas sínteses e, no ano de 1972, publicou o primeiro volume de uma *História de Portugal*, que pretendia dar a conhecer o passado pátrio no estrangeiro, sendo por isso a obra simultaneamente publicada em Lisboa, Londres e Nova York. Obra que marcou um tempo. Nenhuma outra História de Portugal havia saído depois daquela que é conhecida como a *História de Portugal* de Barcelos. E esta, como sempre límpida na escrita e clara na sua arquitectura, abria-se às temáticas económicas e sociais que então inovavam. Com sucessivos aumentos, pois que de um volume chegou a três, e alcançando mesmo a história do tempo presente, tem já treze edições. Mais, para além da versão inglesa e portuguesa, foi traduzida para francês, japonês, castelhano e polaco. E a partir dela Oliveira Marques elaborou uma *Breve História de Portugal* que conhece versões em francês, inglês, chinês, romeno, alemão e italiano.

Mas em matéria de sínteses o sonho era mais alto. Entre 1981-82 lança-se no projecto da na publicação da *Nova História de Portugal* e a *Nova História da Expansão Portuguesa*. Saíram da primeira oito volumes e da segunda dez volumes. E nos últimos anos muito do seu melhor tempo, do seu contínuo esforço, da sua denodada vontade foram investidos nesta empresa. Amor e dor, alegria e tristeza, lhe têm vindo deste projecto. Mas a obra aí está para servir os historiadores. A *Nova História* assume-se como uma síntese eminentemente didáctica e informativa, mas também muito actualizada. Face ao desenvolvimento dos diversos campos históricos e a um saber especializado, cada volume tem o seu coordenador e por dentro dele colaboram os investigadores que particularmente se têm dedicado às diferentes temáticas. Mas a superior orientação dos volumes é do Prof. Oliveira Marques. Escreveu sozinho um dos volumes, o quarto, que envolvia os séculos XIV e XV, coordenou outros e escreveu capítulos em muitos mais, por gosto ou por necessidade de suprir faltas.

Estou bem por dentro deste Projecto. Porque muitos dos nossos diálogos decorreram em torno das expectativas e dos desânimos que esta obra carrega. Mais objectivamente coordenei, juntamente com o meu Colega Carvalho Homem, o volume III da *Nova História*. E sei bem como essa coordenação foi árdua para concertar tempos, limites de páginas e escritas de doze colaboradores, melhor compreendendo o labor geral do Mestre. Mas foi-me muito grato partilhar mais esta vivência com o Prof. Oliveira Marques.

Quem escreve a uma só mão uma *História de Portugal*, como a que saiu em 1972, domina a história toda. Para além de que o medievalista Oliveira Marques é também o historiador especialista da I República ou da história da maçonaria. Por isso a obra *Na Jubilação Univeristária de A. H. de Oliveira Marques* foi construída na base de análises das diversas linhas fortes da sua vastíssima produção científica.

Na história da história dos séculos a haver o nome de Oliveira Marques ficará para sempre gravado. E a memória histórica de Portugal e dos Portugueses, ontem, como hoje ou amanhã, será conhecida em países europeus como a Espanha, a França, a Inglaterra, a Itália, a Alemanha, a Polónia e a Roménia ou transcontinentais como os Estados Unidos da América e Brasil, onde também ensinou durante alguns anos, e mesmo ainda na China e no Japão, graças ao labor de Oliveira Marques.

Nestas palavras ficaram traços de uma obra. Sobre Oliveira Marques, o cidadão comprometido com a sociedade e a política do seu tempo, a ponto de conhecer o exílio, ou o homem frontal e de vontade firme, apoiante de causas e ideais, outros falarão melhor do que eu.

Mas, acreditem, também todas essas vertentes do seu carácter eu conheço e admiro E até outras mais. Gostos de músicas, de dança e de cinema, gostos de saborear boas iguarias e bebidas, gostos de bem parecer e de bem estar, gostos de viajar, gostos de mimar certos animais... Mas o íntimo e pessoal é de cada um de nós. E esse guardo-os por dentro de mim, como a relíquia de uma dedicatória.

*Maria Helena de Cruz COELHO**

* Universidade de Coimbra.

2. A. H. de Oliveira Marques: homenagem

- Sr. Director da Biblioteca-Museu República e Resistência
- Sr. Doutor Oliveira Marques
- Srs. Doutores Maria Helena da Cruz Coelho e Fernando de Almeida Catroga, igualmente intervenientes nesta sessão
- Colegas, Amigos, Senhoras e Senhores:

Repetidamente tenho dito que, não tendo sido, no sentido *escolar* do termo, *aluno* de Oliveira Marques, o considero, no entanto, um dos Mestres que tive, um dos grandes responsáveis, além do mais, pela minha opção pela *História Medieval* quando, há cerca de três décadas e meia, houve que escolher tema para a tese de licenciatura, passo de carreira então existente nas Faculdades de Letras.

Tive o ensejo de frequentar a mais recente daquelas Escolas, a da UP, que na actual fase remonta a 1962. E acontece que iniciei o meu percurso discente pouco depois de alguns dos mais altamente classificados dos primeiros licenciados da Escola terem nela iniciado funções como Assistentes. Não estava nas tradições daquela juvenil Casa de jovens Mestres qualquer *censura* bibliográfica: citavam-se estrangeiros de perfil ideológico que alhures seria considerado, no mínimo, *suspeito*, de Proudhon a Max Weber, a Émile Dürkheim ou a Werner Sombart ou até (por *insólito* que hoje possa parecer...) ao *Manifesto* de Marx / Engels nas Ciências Sociais; e de Marc Bloch a Edward R. Palmer, a Earl J. Hamilton, a Georges Lefebvre, a Albert Soboul ou a Jacques Godechot, entre muitos outros, na Historiografia; e entre os nacionais podiam citar-se Mestres assumidamente desafectos ao Regime (caso de Luís de Albuquerque), historiadores que nunca foram professores universitários em Portugal (caso de José-Gentil da Silva) ou só mais tarde o vieram a ser (como Joel Serrão), ou então se que encontravam ao tempo banidos do Ensino Superior do nosso País (casos de Magalhães Godinho e de Oliveira Marques). Foi pois assim, Sr.^{as} e Srs., que no ano lectivo de 1969/70 (o 2.º da licenciatura) pela primeira vez ouvi falar de ANTÓNIO HENRIQUE RODRIGO DE OLIVEIRA MARQUES, e logo em duas disciplinas: *História Medieval de Portugal* e *História da Expansão Portuguesa*.

A primeira, com esta designação que 1 ano antes substituíra a preexistente *História de Portugal I*, era ao tempo regida por um S. antigo aluno na FL/UL, que depois não seguiria carreira na Escola, ficando antes conhecido como longo autarca, concretamente no município da Maia. Refiro-me ao já desaparecido Dr. José Vieira de Carvalho (1938-2002), que, faço questão de salientar, antes dessa sua *viragem* para a política autárquica, foi indiscutivelmente um docente com méritos. Citou-nos o *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa* (de que corria a 1.ª ed.: 1964), *A Sociedade Medieval Portuguesa* (também em 1.ª ed. – 1964 – mas aparecendo a 2.ª logo em 1971) e os *Ensaios de História Medieval* (também em 1.ª ed.: 1965).

A segunda das mencionadas disciplinas tinha dois responsáveis: o Doutor Luís António de Oliveira Ramos – também lic.º pela FL/UL e aí tendo iniciado carreira em 1962 – e o Doutor Eugénio dos Santos; ambos fizeram carreira na Casa, estando o primeiro hoje aposentado depois de, entre outras coisas, ter sido, nos anos 80, Reitor da UP; e o segundo é o actual decano do Departamento de *História* e jubilar-se-á dentro de meses. Os dois incluíam na Bibliografia da disciplina em causa a recente 2.ª ed. (1968) da *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. Posso dizer que, de entre as Obras de Oliveira Marques, foi esta então a mais decisiva em termos de influência exercida: pela simples razão de que, estando eu ao tempo particularmente motivado pela História Económica – sobretudo Rural —, via aquele livro abordar à nossa dimensão problemáticas que, em termos europeus ocidentais, eu encontrava tratados tal como nas Obras de um Marc Bloch, de um Michael M. Postan, de

um Bernard H. Slicher van Bath, de um Édouard Perroy, de um Georges Duby, de um Robert Fossier ou de um Guy Fourquin, entre outros que, no mesmo ano, me foram referidos em *História da Idade Média*.

Acasos de escolha de tema acabaram por me conduzir não à História Rural da nossa Idade Média, mas antes à Diplomática Régia e à História dos Poderes. Mas Oliveira Marques – longos anos regente de *Paleografia* na FL/UL (1957-1964), autor da entrada «Diplomática» do *Dicionário de História de Portugal* (1963) e co-autor de um *Álbum de Paleografia* (1987), recorde-se – permaneceu-me como essencial referência da nossa Historiografia. Só o conheci pessoalmente em Maio de 1974, por ocasião de uma conferência sobre Teófilo Braga que foi proferir numa Casa de nobres tradições intelectuais e cívicas como o Ateneu Comercial do Porto. Uma relação cordial se foi estabelecendo e, pela minha parte, de grande admiração, já não só pelo Intelectual, como pelo Cidadão e pela Individualidade, frontal sempre que indispensável: fosse na FL/UL nos anos 50 e 60; na Biblioteca Nacional, de que foi Director, nos *idos* de 74 e 75; ou na FCSH/UNL, que ajudou a fundar e que em mais de um momento dirigiu, dos anos 70 aos anos 90; para já não falar de inúmeras entrevistas que foi dando ao longo da sua carreira e que em mais que uma circunstância acabaram por ficar registadas em livro.

Para além de tudo isto, Oliveira Marques acabou por estar presente em praticamente todos os passos do meu percurso académico:

- a) Foi membro do júri das minhas provas de doutoramento (1985) e arguente da tese;
- b) pertenceu ao júri do meu concurso para professor associado (1989) e foi relator do CV;
- c) esteve no júri das minhas provas de agregação (1994) e arguiu o meu currículo;
- d) e apenas ponderosas razões de saúde o impediram de integrar, em 1997/98, o júri do meu concurso para professor catedrático.

Da admiração de um jovem estudante e depois assistente por um Mestre consagrado se foi evoluindo para a estima recíproca entre *dois oficiais do mesmo ofício* e da mesma família intelectual e cívica, ainda que pertencendo a gerações diferentes: 17 anos nos separam etariamente. Com toda a lógica colaborei nos dois volumes miscelânicos que em 1982 assinalaram os seus 25 anos de vida universitária; e ajudei a coordenar (com Maria Helena Coelho) o livro que em 2003 marcou a sua jubilação e onde, para além do percurso biográfico, se traçou o perfil do medievista, do paleógrafo e diplomata, do estudioso da nossa Expansão, das relações luso-alemãs, da Maçonaria, da I República, do autor de obras de síntese, do coordenador de realizações colectivas, do Historiador da Historiografia ou, finalmente, do filatelista e estudioso da História da *franquia postal*; e de salientar que nesta Obra colaboraram dois Colegas espanhóis e um alemão.

Quando conhecemos e admiramos Alguém há bastante tempo – 32 anos, como é o meu caso para com Oliveira Marques –, poderemos às vezes julgar já saber tudo sobre a Pessoa em causa e sobre os seu *modus agendi* na vida pessoal, profissional e cívica. Mas às vezes surgem surpresas, como quando alguma fonte até então inédita nos confirma o retrato daquele que admiramos com umas cores particularmente vivas. A que quero referir-me? O lente (jubilado) de *Literatura Latina* da FL/UL e antigo *leader* da CAP, deputado e eurodeputado Doutor Raul Miguel Oliveira Rosado Fernandes publicou há meses um volume intitulado *Memórias de um Rústico Erudito. Viagem à volta de lentes, terras e políticos*¹. Apesar de

¹ Lisboa, Edições Cotovia, 2006.

ideologicamente distante, num sentido acentuadamente conservador, como já veremos, foi – e julgo que continua a ser – Amigo de Oliveira Marques, de quem foi também Colega na FL/UL nas décadas de 50 e de 60 (é alguns anos mais jovem); e refere-se-lhe a dado passo com muita simpatia:

«Fui colega (...) de Oliveira Marques, discípulo de Kellenbenz, então em Würzburg, e que, como historiador medieval, abriu muitos caminhos para a compreensão da historiografia portuguesa. Fora sempre extremamente dotado, primeiro em Filatelia, imagine-se !; era metódico, com as ideias arrumadas e tinha uma capacidade de análise que, quando longe da paixão ideológica ou corporativo-maçónica [sic], era de uma imparcialidade digna de respeito. Veio a ser vítima das más vontades que se levantaram à sua volta, que lhe espiolharam a vida privada, e que por motivos ditos políticos, o levaram a ter de ir ensinar para Auburn, no Alabama»².

Ora, tal como Oliveira Marques, também Rosado Fernandes, anos depois, em 1968, já doutorado, teve um grave dissabor profissional que lhe ditaria uma interrupção de 4 anos de exercício na FL/UL. No ano em causa, ao regressar de uma estadia de 3 anos como professor visitante numa Universidade norte-americana, nos termos de um protocolo que envolveu a dita Universidade, a UL e a Gulbenkian, e depois de a pessoa de quem academicamente dependia – um lente de *Filologia Clássica* (1.º Grupo das Facs. Letras) que era ao tempo o único catedrático do dito Grupo na FL/UL – começar a não responder às suas cartas, viu rescindido o contrato como 1.º assistente da ALMA MATER, isto por decisão do Conselho Escolar; a justificação era a prolongada ausência do País num Grupo com falta de docentes; e quem propôs tal coisa soube aproveitar uma ausência de Lisboa de Orlando Ribeiro e de Lindley Cintra – que supostamente apoiariam a eventual vítima – e da solidariedade de alguém que não perdoava a Rosado Fernandes a sua própria solidariedade com Oliveira Marques em 1964³. Espantosamente, o Reitor da UL – um físico de renome – despachou sem mais, sem ouvir o atingido e esquecendo que a Reitoria tinha responsabilidades no ‘crime’, a estadia nos EUA por 3 anos e não por apenas 1, como inicialmente previsto!

Os absurdos da *estória* não ficam por aqui: o referido lente classicista reclamava-se de laico, desafecto ao Regime vigente e (pasmai, Srs. !) admirador de Afonso Costa !!!! Sem embargo, e independentemente dos seus méritos intelectuais, esteve sempre com as facções mais conservadoras e retrógradas da Universidade portuguesa. E era uma «fera», no trato com alunos e assistentes. Na década de 40 ensinara na FL/UC, de onde regressou em 1952. Não sei o que por lá se terá passado, mas o que sei é que não mais esta Escola o convidou para júris...

É claro que Rosado Fernandes teve solidariedades: as esperadas de Lindley Cintra e de Orlando Ribeiro (que numa carta de 1967 se refere ao lente classicista como «o Bola de Unto») e também a de Oliveira Marques: numa carta expedida de Gainesville (Florida), onde então ensinava, este último escreve, em Março de 1968:

«Dizes-me que tencionas lutar... Não o faças ! Em primeiro lugar, não vale a pena. Sempre que um catedrático se alça contra um assistente na Faculdade de Letras de Lisboa e lhe retira a sua “graça e mercê”, o assistente está liquidado e não volta, pelo menos até que o catedrático morra ou se reforme. Exemplos entre muitos: Saraiva contra Nemésio, Godinho contra Heleno⁴, eu contra Rau, Irisalva contra Heleno, Morais Barbosa contra Cintra. Coimbra, se te desse qualquer apoio, seria apenas até determinado

² *Op. cit.* na n. anterior, p. 87.

³ *Op. cit.* nas nn. anteriores, pp. 162-163.

⁴ Sobre este caso concreto vejam-se as duas cartas de Vitorino Magalhães Godinho transcritas em *Anexo*.

*limite, porque para eles (como para os de Lisboa) acima de tudo está o respeito total, absoluto, pela hierarquia e pelo status quo. Sobre isso nunca nos devemos enganar*⁵.

Como argumentação e como segurança de fundamentação esta passagem é de antologia! E atenção, Sr.^{as} e Srs., quem escreve não é nenhum *velho mal-humorado*, é um jovem universitário de apenas 34 anos, mas já com 11 de experiência profissional e quase 8 decorridos sobre o seu doutoramento.

Oliveira Marques era assim! Oliveira Marques é assim! E «que nunca as mãos lhe doam», agora mormente pela escrita, neste chamar «os bois pelos nomes» quando as circunstâncias o exigam. A admiração extreme dos seus amigos indefectíveis pode passar também pelo conhecimento de tomadas de posição como esta, face aos «Bolas d'Unto» que ainda subsistam, na Universidade e na Vida Cultural portuguesa.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2006

Armando Luís de Carvalho HOMEM

Anexo ao texto 2.

Duas cartas de Vitorino Magalhães Godinho

1.

2007 Janeiro 29 s.l. [Lisboa] – *Vitorino Magalhães Godinho escreve ao autor, a propósito das circunstâncias da denúncia do seu contrato pela Fac. Letras / UL (1944). O blog referido é o <http://guitarrade.coimbra.blogspot.com>, onde estes textos inicialmente foram publicados.*

Caro Amigo

No seu blog sobre Oliveira Marques transcreve uma passagem de uma carta dele a Rosado Fernandes, que este publicou nas suas *Memórias*.

Acontece que a referência que me respeita está errada, e o erro mancha um professor que sempre esteve do meu lado, Manuel Heleno.

Considero importante corrigir o erro, pois está em causa o bom nome de uma pessoa.

Por isso envio-lhe cópia da carta que enviei a Rosado Fernandes, esperando que no blog se faça a devida correção.

Com os meus cumprimentos para sua Esposa, cordiais saudações do

a) VITORINO MAGALHÃES GODINHO

⁵ A. H. de Oliveira MARQUES, carta a Raul M. Rosado Fernandes, publ. em *Op. cit.* nas nn. anteriores, pp. 164-165. «O Bola de Unto» aposentou-se prematuramente em 1970, por motivos de saúde. Em 1972 a UL abriu concurso para vagas de professor extraordinário de *Filologia Clássica*. Rosado Fernandes candidatou-se e foi aprovado («... até que o catedrático morra ou se reforme», escrevera Oliveira Marques...). Atingiu a cátedra em Dezembro de 1974. Foi Reitor da UL – o último de nomeação ministerial – de 1979 a 1983. O seu sucessor – o 1.º eleito na UL desde a I República – foi o Doutor José Manuel Gião Toscano Rico (lente de Medicina, Reitor 1983-1986).

29-01-2007

2.

S.d. [2007 Janeiro] s.l. [Lisboa] – *Vitorino Magalhães Godinho escreve a Raul Rosado Fernandes, a propósito das circunstâncias da denúncia do seu contrato pela Fac. Letras / UL (1944). O Doutor Manuel Domingues Heleno Júnior, referido em ambos os documentos, viveu entre 1894 e 1970, ensinando na FL/UL de 1923 a 1964, como lente do 4.º Grupo (História); foi Secretário (1934-1939) e Director (1958-1959 e 1959-1964) da Escola*⁶. Cópia do original dactiloscrito.

Vitorino Magalhães Godinho
Rua D. Estefânia 118 – 3.º Esq
1000-158 Lisboa

Ao Prof. Doutor Raul Rosado Fernandes

Caro Rosado Fernandes

Nas *Memórias de um rústico erudito* denuncia o costume, na Universidade de Lisboa, nos anos 50 e 60 do século passado, de se protelarem as provas de doutoramento para que, ultrapassado o prazo, o candidato fôsse obrigado a abandonar a docência, «sempre que os catedráticos se entretinham a praticar o tiro aos assistentes.» (p. 106). Mais adiante transcreve um trecho de uma carta de Oliveira Marques, escrita dos Estados Unidos em Março de 1968, onde se referem cassos desta prepotência: «Sempre que um catedrático se alça contra um assistente na Faculdade de Letras de Lisboa e lhe retira a sua “graça e mercê”, o assistente está liquidado e não volta, pelo menos até que o catedrático morra ou se reforme. Exemplos entre muitos: Saraiva contra Nemésio, Godinho contra Heleno, eu contra Rau, Irisalva contra Heleno, Morais Barbosa contra Cintra.»

Não era, infelizmente, o único defeito do ensino universitário. Mas o meu caso não se insere neste quadro. Nunca se deu qualquer conflito, nem sequer atrito, entre mim e o Prof. Manuel Heleno (como, aliás, com qualquer outro catedrático); e isto embora por vezes dele discordasse, e nem sempre aceitasse as nomeações para júris de exames (escusa ditada por não me considerar habilitado nas matérias em causa). Pude mesmo realizar uma pequena “revolução” na História dos Descobrimentos, largamente aceite lá fóra e também pelos nossos historiadores, conquanto suscitasse raios e coriscos das entidades do regime. Quando o Conselho escolar deliberou não renovar o meu contrato como professor extraordinário, Manuel Heleno foi o único a votar a meu favor (Hernâni Cidade não compareceu; do Conselho faziam parte dois ou três professores que... para quê lembrar quem eram ?)

Caso de contornos totalmente políticos. Pretendia-se submeter as minhas aulas a fiscalização e inserir tal cláusula no contrato; submissamente, o Conselho aprovou (com o voto contrário de Manuel Heleno). Nesse dia um jornal da manhã deu a notícia de que o Conselho da Faculdade votara retirar a proposta do meu contrato – ora a reunião só se realizou às 11 h ... Houve protestos da parte dos estudantes – uma das primeiras manifestações políticas em que participaram nomes que viriam a ser de dirigentes; a resposta do

⁶ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – «Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)», texto elaborado no final dos anos 50, ed. em 1970 e reed. in IDEM – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, pp. 123-198, *maxime* 164, 165, 183, 184, 185, 186, 193, 196 *et passim*.

Director da Faculdade⁷, reconhecendo a perda que era a minha saída, corrobora o carácter político da decisão, imposta por entidades superiores. Os documentos foram publicados na *Seara Nova*. Mesmo depois, estando eu em França, o Prof. Heleno me escreveu, incitando-me a apressar o doutoramento, pois me queria de volta à Faculdade. É de elementar justiça que fique esclarecida a sua actuação neste caso.

Com as lembranças cordiais de

a) VITORINO MAGALHÃES GODINHO

⁷Tratava-se do Doutor José Joaquim de Oliveira Guimarães (1877-1960), antigo lente de Teologia (1902-1911) e depois de Letras (1911-1938) da UC; transferido para a FL/UL em 1938, nesta última Escola ensinou *Pedagogia e Didáctica* (do Curso de *Ciências Pedagógicas*) e assumiu o cargo de Director (1940), exercendo-o até à jubilação (1947). Cf. RODRIGUES, Manuel Augusto (Dir.) – *Memoria Professorum Vniversitatis Conimbricensis, 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1992, pp. 22 e 73-74; e MARQUES, A. H. de Oliveira – «Art. cit.» na n. anterior, pp. 164 e 192.

Na entrega da *Medalha de Ouro* da FL/UP aos Professores Doutor Cândido dos Santos
Doutor Eugénio Francisco dos Santos e Doutor Francisco Ribeiro da Silva*

- Magn.º Reitor
- Srs. Vice-Reitores
- Sr. Director
- Sr. Presidente do Conselho Pedagógico
- Sr. Presidente da Assembleia de Representantes
- Sr.ª Presidente do DHEPI
- Srs. Professores hoje homenageados
- Restantes Colegas
- Caros Estudantes
- Srs. Funcionários
- Senhoras e Senhores

Com a recente jubilação do Prof. Doutor Eugénio dos Santos e, logo a seguir, com o pedido de aposentação do Prof. Doutor Aurélio de Oliveira, tornei-me, aos 56 anos, no mais antigo docente em exercício no *Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais* desta Casa, situação que, embora compreensível, me não é propriamente cómoda; para além de não facilmente previsível até há relativamente pouco tempo: se, por hipótese, alguém me antevisse tal coisa quando, há 9 anos, atingi o topo da carreira, a minha reacção teria sido de incredulidade, tendo até em conta a **idade** dos Mestres ultimamente separados do Serviço.

Concretizando. De 1996 para cá perdeu a nossa Subunidade Orgânica – inicialmente 4.º Grupo da Faculdade de Letras, depois Departamento de *História*, hoje DHEPI – perdeu, repito, o concurso de 13 dos seus docentes, acrescidos de mais 3 que nos últimos anos de Serviço pertenceram ao–*Departamento de Ciências e Técnicas do Património* (DCTP). Três partiram prematuramente do nosso convívio: os Profs. Carlos Alberto Ferreira de Almeida – em circunstâncias particularmente trágicas –, Henrique David e Armindo de Sousa; a todos saudosamente recordo; outros três por jubilação: os Profs. João Francisco Marques, Cândido dos Santos e Eugénio dos Santos, a que se acrescentarão mais dois, ultimamente pertencendo ao DCTP, os Profs. António Cardoso Pinheiro de Carvalho e Geraldo Coelho Dias. Os oito restantes saíram em situação de aposentação por tempo de serviço. E se, destes últimos, dois atingiram entretanto o chamado «limite de idade» – concretamente os Profs. Francisco Fortunato Queirós e Humberto Baquero Moreno –, os 6 restantes encontram-se ainda **para cá** – e por vezes **muito para cá** – desse inexorável **limite**:

• Assim, o Prof. José Marques (nos últimos anos também do DCTP) só no próximo Verão atingirá tal idade, enquanto que ao Prof. Luís de Oliveira Ramos ainda faltam 2 anos, ao Prof. Francisco Ribeiro da Silva 3, ao Prof. Fernando de Sousa 5, ao Prof. Aurélio de Oliveira 7 e ao Prof. Luís Adão da Fonseca 8...

* Intervenção na sessão solene ocorrida na FL/UP em 2007/05/20.

Seria por certo um bom motivo para reflectir, isto de um número significativo de Colegas, às vezes mal entrados na casa dos 60, gozando nas mais das vezes de boa saúde, continuando não raro a trabalhar noutras actividades e, talvez acima de tudo, continuando a produzir Obra escrita, deixar tão cedo o serviço efectivo na Universidade a que todos deram o seu melhor... Seria... se não tivéssemos em conta as incertezas da conjuntura e do mais que adiante se verá, com as interrogações que se colocam para a próxima década em matéria de Segurança Social, pensões de Reforma, *and so on...*

Situação assim compreensível, por muito negativa e ilógica que se apresente. E que leva a que os que, como eu, se mantêm *a bordo da embarcação*, formulem o voto de saber ser dignos de quantos os precederam.

- Magn.º Reitor,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

Dos três homenageados de hoje, foi o Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos aquele que primeiro conheci em contexto universitário. Corria o Outono de 1968, e acabava eu de ingressar no 1.º ano da licenciatura em *História*; ingressara também no Orfeão Universitário do Porto (OUP), e foi justamente aí que travei conhecimento com um dos elementos mais sólidos do naipe de *barítonos*, já antigo no Organismo, a que pertencia desde 1962, tendo no ano anterior exercido o cargo de Presidente da Direcção (um dos vogais foi o Prof. Doutor Aurélio de Oliveira), justamente no ano em que o OUP pela primeira vez se deslocou, em digressão, aos Estados Unidos da América. Foi um Presidente diferente de uma Direcção diferente, e por isso o seu desempenho nem sempre terá sido apreciado por um certo tipo de *aparelho interno* que muitas instituições possuem. No Verão do ano seguinte (Agosto / Setembro de 1969) participou pela última vez numa actividade orfeónica, mas numa situação diversa: coube-lhe, como assistente universitário que já era¹, representar o Reitor Manuel Corrêa de Barros na digressão do OUP a Angola, Moçambique e África do Sul.

Voltando um pouco atrás, nos finais de 1968 estava o Doutor Eugénio dos Santos a iniciar a sua docência nesta Casa, de que fora meses antes um dos primeiros licenciados; e era agora, entre esses primeiros diplomados, um dos que tinham acesso ao Ensino na sua ALMA MATER. No ano de 1968/69 prestou já serviço em duas disciplinas a que permaneceria ligado com alguma detença: a *História da Expansão Portuguesa* e a *História da Educação* (do antigo Curso de *Ciências Pedagógicas*). Nas aulas práticas da primeira destas disciplinas fui pela primeira vez seu aluno em 1969/70, o meu 2.º ano. A *História da Expansão* era marcante na licenciatura. Regida pelo então também jovem assistente Dr. Luís de Oliveira Ramos, o ensino deste último, desde *ca.* 1964, cedo concretizara uma unidade didáctica exigente e com um programa em pleno sintonizado com o que de mais recente e interpelante fora aportado pela nossa Historiografia: Sérgio, Cortesão, Magalhães Godinho, Luís de Albuquerque, Oliveira Marques ou o brasileiro Manuel Nunes Dias, por exemplo, eram apenas alguns dos numerosos nomes constando da *Bibliografia*. Por outro lado, face a uma disciplina de *História de Portugal I* que durante alguns anos tivera um programa que, a jusante, mal ultrapassava o Condado Portucalense, a *História da Expansão*, tal como ministrada por Oliveira Ramos e Eugénio dos Santos, corporizava afinal a mais desenvolvida abordagem da Idade Média portuguesa ao longo da licenciatura, mediante o estudo do litoral, das actividades marítimas, do comércio externo, do «dossier» historiográfico em torno de Ceuta, do Norte de África e do Atlântico ou dos rumos do nosso processo descobrimentista ao longo de Quatrocentos. Enfim, uma *cadeira-chave*,

¹ Fizera acto de licenciatura no ano anterior, com a tese E. SANTOS, 1968.

tendo até em conta, pessoalmente, as minhas ultiores escolhas; uma cadeira que, a mim e aos meus condiscípulos, definitivamente comprovou que o tempo dos apontamentos policopiados (vulgo *sebentas*) – ainda assim com limitada tradição na Casa – passara e que a conjuntura ia antes de feição ao compulsar de livros muitos e variados.

Por esses anos – e até 1975 – o Doutor Eugénio regeria ainda, ocasionalmente, *História da Civilização Romana* e *História da Idade Média* e, sobretudo, e a partir de 1972, *Teoria da História*, disciplina cuja complexidade seria agora redundante salientar; mas interessará dizer que foi o primeiro Mestre formado pela Casa a regê-la, e que pela sua mão o nome de Paul Veyne terá sido pela primeira vez referido em aulas.

Depois viriam os anos parisienses, o magistério de Jean Delumeau na elaboração da tese sobre os Oratorianos no Norte de Portugal, as provas doutorais no Outono de 1977² e o chegar ao topo da carreira nos alvares da nova década. E, daí para cá, mais de um quarto de século de exercício como professor catedrático, os numerosos mestrandos e doutorandos que orientou, os muitos e diversificados serviços prestados à Instituição onde, como ninguém, soube «criar um espaço de humanidade» (palavras do Sr. Director ao encerrar, em 8 de Março último, as provas de agregação da Doutora Maria Cristina Cunha, último júri em que o Doutor Eugénio participou), o constante intercâmbio com o Brasil³ ou a inquebrável dinamização de eventos desportivos e conviviais. Em suma, alguém que deixa o Serviço Efectivo depois de o ter exercido de forma abrangente; um Professor que, manifestamente, **gostou de o ser**.

Prosseguindo...

Também o Prof. Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos integrou em 1962 o primeiro Curso de *História* desta Casa. Mas 1 ano de bolseiro em Roma pelos meados da década atrasou-o em relação aos Colegas de Curso, vindo a licenciar-se em 1969 – com uma tese sobre a diocese do Porto nas vésperas do Concílio de Trento⁴ – e a integrar o Corpo Docente em 1969/70. Para além de duas disciplinas semestrais do 1.º ano então votadas à História da Antiguidade – a *História da Antiguidade Oriental* e a *História da Civilização Grega*, muitas vezes entregues ao assistente mais novo acabado de ingressar –, o Doutor Cândido dos Santos marcou sobretudo, até meados da década de 70, o ensino da *História Moderna e Contemporânea* e da *História Moderna e Contemporânea de Portugal* e ainda de uma das linhas do *Seminário de História de Portugal*, do 5.º ano. Fui seu aluno na primeira das mencionadas disciplinas, em 1970/71. E foi outra das cadeiras que decisivamente marcaram o meu percurso. Face à extensão potencial do programa, o Doutor Cândido dos Santos assumiu à partida uma opção: dividir o ano lectivo, informalmente, em semestres; de Novembro a Fevereiro ministrar alguns temas fulcrais de *História Moderna*, e de Março a Maio fazer outro tanto em *História Contemporânea*. Tive a honra de integrar uma equipa de 5 pessoas encarregada de editar uma antologia bibliográfica de apoio à disciplina (um dos meus Colegas foi o já mencionado Doutor António Cardoso Pinheiro de Carvalho). E daí o ter guardado viva memória de um Curso onde sucessivamente nos foram ministradas problemáticas como as origens da monarquia absoluta, o grande comércio internacional do século XVI, os caminhos fundamentais da Reforma protestante e da Reforma católica, a Revolução Francesa enquanto processo «ocidental» e «atlântico», a primeira «Revolução Industrial», o emergir da «questão social» e as saídas propostas pelos socialismos utópico e científico. Nas aulas práticas, um universo de textos para ler e comentar, de Maquiavel a Thomas Morus, a Erasmo, a

² Tese (publ.): E. SANTOS, 1982.

³ A este respeito, a sua biografia de D. Pedro IV (E. SANTOS, 2006) é significativa no seio dos seus trabalhos recentes.

⁴ C. SANTOS, 1973.

Thomas Hobbes, a John Locke, a Rousseau, a Proudhon, a... Marx / Engels (por muito insólitos que estes dois últimos autores nos possam parecer, considerando que nos encontrávamos nos alvares da década de 70). E um mundo bibliográfico que ia de Max Weber, Paul Mantoux ou Werner Sombart, a Fernand Braudel, Ernest Labrousse, Earl J. Hamilton, Roland Mousnier, Jean Delumeau, Frédéric Mauro, Pierre Chaunu, Claude Fohlen, Edward R. Palmer, Georges Lefebvre, Jacques Godechot, Albert Soboul e outros ainda. Julgo que não será necessário acrescentar mais nada, porque o que evoquei é suficiente para ilustrar o quão marcante esta disciplina então foi para os estudantes de *História* da Casa.

Direi também que, nesses anos, o Doutor Cândido dos Santos iniciou uma linha de *Demografia Histórica* nos *Seminários* do 5.º ano, tendo orientado múltiplas teses de licenciatura; a problemática em causa seria entretanto uma das vertentes da sua própria Obra, culminando no trabalho complementar de doutoramento, sobre a Demografia portuguesa em tempo de «Antigo Regime»⁵.

Também os anos de 1975 a 1977 foram tempo de bolseiro em Paris, preparando com Jean Delumeau a tese doutoral sobre a Ordem dos Jerónimos; prestou as suas provas em Novembro de 1977⁶ e atingiu a cátedra em 1981.

Nos anos de 1980 a 1983 desempenhou cargos como o de Vice-Presidente do Conselho Científico e o de Presidente do Conselho Directivo, este último em delicada e fracturante conjuntura da Escola, mas em que soube agir com isenção e frontalidade. De 1985 a 1998 seria Vice-Reitor da UP, na totalidade dos mandatos reitorais do lente de *Química* Doutor Alberto Manuel Sampaio e Castro Amaral. Dois pontos me parecem de salientar no desempenho do Vice-Reitor Cândido dos Santos:

a) Em primeiro lugar, a disponibilidade para o Corpo Docente da sua Escola, de que tinha, na Reitoria, o *pelouro*. Julgo que nenhum Colega poderá dizer que, tendo procurado o Vice-Reitor para resolver qualquer assunto premente, deixou de ser atendido, se não no próprio dia, pelo menos no ou nos imediatamente subsequentes. O que só mostra que o Prof. Doutor Cândido dos Santos, por trás de uma aparência fria e até austera, é na realidade detentor de um fundo de *humanidade* como se não encontra todos os dias.

b) Mas, e em segundo lugar, não se pense que o Vice-Reitor Cândido dos Santos se deixou *submergir* pela burocracia nos 13 anos em que esteve no exercício do cargo: a verdade é que o historiador nunca desapareceu, e os anos 80 e 90 acabaram por revelá-lo pioneiro de uma «nova História» do *Studium Generale* português – de artigos pontuais celebrando qualquer efeméride (v.g. os 75 anos da UP em 1986, o Centenário da primeiras médicas portuguesas em 1991⁷ ou o bicentenário da Academia Real da Marinha e do Comércio, já em 2003) ao volume *Universidade do Porto: Raízes e Memória da Instituição*⁸, saído em 1996 e contando já reimpressões e uma versão inglesa.

Em 1998, a cessação de funções na equipa reitoral cedo permitiu verificar que o modernista sólido e erudito continuara e continuaria activo: pouco depois foi dada à estampa uma recolha de artigos sobre História Cultural e Religiosa da Época Moderna⁹; há dois anos ofereceu-nos o Doutor Cândido dos

⁵ Publ.: C. SANTOS, 1978.

⁶ Tese (publ.): C. SANTOS, 1980/1996; sobre os Jerónimos veja-se também o seu livro-síntese SANTOS, 1984.

⁷ C. SANTOS, 1991.

⁸ C. SANTOS, 1997.

⁹ C. SANTOS, 1998.

Santos um sólido livro sobre a vida, o tempo, a obra do P^c António Pereira de Figueiredo¹⁰, autor que desde os anos 60 merecia a sua atenção, sendo pois este volumoso trabalho que o versa de algum modo «a Obra da S. vida», como me disse em finais de 2005, em troca de impressões de que por certo não se importará que reproduza este passo; e outro volume se anuncia para breve, versando o Jansenismo em Portugal¹¹. Para os próximos tempos, e entre outros projectos que certamente desenvolve, a participação numa história dos Reitores portuenses, uma iniciativa acarinhada pelo Prof. Ribeiro da Silva, como veremos dentro de instantes.

Enfim, um historiador normalmente longe das *multidões* e dos *holofotes*, mas não propriamente longe dos seus Colegas no ofício que, à sua maneira discreta, tanto tem prestigiado.

Prosseguindo, de novo...

«*The last but not the least*»...

Dos três Mestres hoje homenageados, o que conheço há mais tempo é o Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva: desde 1963, sendo ele professor e eu aluno do Liceu de Alexandre Herculano, nesta Cidade; muito antes, portanto, de qualquer de nós chegar a esta Casa. Tempos de Vaticano II, tempos de *diálogo*, tempos de *Primavera* (como foi o advento do Executivo de Marcello Caetano), esses anos 60, para além de um Bom Amigo, trouxeram-me o conhecimento de uma personalidade calorosa, actual, trabalhadora, incessantemente enriquecedora da sua preparação cultural, *um Homem de causas*, em suma. Apenas em 1 ano diferimos no chegar à escolaridade nesta Casa: eu em 1968, como disse, ele em 1969. Mas a circunstância de a breve trecho ter sido chamado ao Serviço Militar, começando a realizar exames no regime específico ao tempo existente, logo nos aproximou ainda mais. E só uma Comissão militar de 2 anos em Angola acabaria por diferir o termo de licenciatura para 1975 e o início de funções docentes na Casa para a Primavera do ano seguinte.

Seguir-se-iam mais de 30 anos de exercício docente; que, no nosso caso, foram também de *vizinhança intelectual*. De alguma maneira se pode dizer que, embora de diferentes gerações biológicas, a geração académica que nesta Casa incluiu o Doutor Ribeiro da Silva em *História Moderna* e o Doutor Armindo de Sousa e eu próprio em *História Medieval* corporizou uma erudição redescobridora do *político* enquanto *História Social das Instituições e dos Poderes*. Comprobativos do que afirmo, quanto ao Doutor Ribeiro da Silva? A sua incontornável tese doutoral sobre o Porto no período filipino (1986)¹²; a revisão da problemática da revolta portuense de 1757¹³; a análise das interrelações de poderes num contexto de «monarquia absoluta», de que um dos exemplos mais acabados estará na lição-síntese em provas de agregação (1993)¹⁴. Cumulativamente, apontem-se o capítulo sobre os Tempos Modernos na colectiva *História do Porto*, dir. Luís de Oliveira Ramos, 1.^a ed. 1994, com reeds.¹⁵; os abrangentes estudos sobre a alfabetização em sociedades de «Ancien Régime»¹⁶; as muitas páginas e textos que consagrou à viticultura duriense e ao vinho do Porto, em parte no quadro de uma Unidade de I&D criada nesta Casa na década de 90¹⁷; e a significativa internacionalização das suas pesquisas e dos seus trabalhos. No momento presente coordena o Doutor Ribeiro da Silva um volume em projecto que constituirá uma História dos Reitores da UP, de

¹⁰ C. SANTOS, 2005.

¹¹ C. SANTOS, 2007.

¹² Publ.: SILVA, 1988.

¹³ SILVA, 1990a.

¹⁴ SILVA, 1993.

¹⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – «Tempos Modernos», in RAMOS [Dir.], 1994: 254-375.

¹⁶ V. g. o trabalho complementar de doutoramento, SILVA, 1986.

¹⁷ V. g. SILVA, 1990b.

Gomes Teixeira à actualidade, dando assim corpo e sequência a uma Historiografia incidente sobre este quase centenário agrupamento de Escolas. Pode ainda dizer-se, que sobre todas as matérias que investigou, o Doutor Ribeiro da Silva ensinou, dirigiu teses, criou posteridade.

E acrescente-se por último que o Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva deixou o Serviço activo no mesmo dia em que cessou funções como Vice-Reitor, em Julho último; exercera-as desde o Outono de 2001, no reitorado do Prof. Doutor José Ângelo Novais Barbosa. Antes, e com uma disponibilidade digna de todo o realce, passara praticamente por todos os órgãos de Gestão desta Casa:

- Ainda como Assistente, integrou o Conselho Pedagógico, a Assembleia de Representantes e o Conselho Directivo;
- como Professor foi Vice-Presidente do Conselho Científico, Presidente do Conselho Directivo (talvez o cargo que lhe tenha sido mais difícil de exercer, entre 1993 e 1995), duas vezes Coordenador da antiga Comissão Científica do Grupo de *História* e Presidente (o primeiro...) do Dep. de *História* (2000-2001).

Enfim, um perfil curricular abarcante e que, até por isso mesmo, dará conta da riquíssima dimensão humana do terceiro homenageado da tarde de hoje.

- Magn.º Reitor,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Três Mestres, duas gerações universitárias:

- A primeira diz respeito aos que conheceram como alunos os tempos iniciais desta Casa, que aqui iniciaram carreira nos finais da década de 60, se doutoraram 8-10 anos depois e atingiram o cume na primeira metade da década de 80. Foi uma geração com um contributo essencial para o conjunto de viragens *modernizantes* então sentidas no ensino da *História* na Academia portuense, levando a que o 4.º Grupo desta Casa rapidamente se tivesse colocado a par dos congéneres mais antigos.

- A segunda geração, discípula já da anterior, fez o seu percurso estudantil «grosso modo» durante o Governo de Marcello Caetano e iniciou carreira imediatamente antes ou imediatamente após a mudança de Regime, vindo a doutorar-se pelos meados da década de 80 e a atingir a cátedra no último decénio de Novecentos. Soube esta geração recolher os contributos de Historiografias várias da segunda metade do século XX, inclusivamente no reabilitar do *político* e na incessante busca de novos caminhos para o *cultural*.

Todos os homenageados de hoje, membros de uma das duas gerações enunciadas, cumpriram assim, e com todo o mérito, o seu ofício de *sacerdotes de Clío*. Pelo que, Magn.º Reitor, rogo que vos digneis entregar-lhes o mais alto galardão que esta Casa outorga aos seus Maiores, a Medalha de Ouro, dando assim cumprimento a decisão tomada em devido tempo pela Assembleia de Representantes da Escola.

Porto e FL/UP, 20 de Maio de 2007

Armando Luís de Carvalho HOMEM

REFERÊNCIAS

- RAMOS, Luís A. de Oliveira [Dir.], 1994 – *História do Porto*, Porto, Porto Editora.
- SANTOS, Cândido dos, 1973 – *Censual (O) da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Porto, Câmara Municipal.
- SANTOS, Cândido dos, 1978 – «População (A) do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana», *Revista de História* [Centro de História da Universidade do Porto], I: 281-349.
- SANTOS, Cândido dos, 1980/1996 – *Jerónimos (Os) em Portugal: das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC; 2.ª ed.: Porto, JNICT.
- SANTOS, Cândido dos, 1984 – *Os monges de S. Jerónimo em Portugal na época do Renascimento*, Lisboa, ICALP (col. «Biblioteca Breve»).
- SANTOS, Cândido dos, 1991 – *Mulher (A) e a Universidade do Porto. A propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*, Porto, Universidade do Porto.
- SANTOS, Cândido dos [1997] – *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*, Porto, [Universidade do Porto].
- SANTOS, Cândido dos, 1998 – *História e Cultura na Época Moderna. Estudos e documentos*, Porto, Universidade do Porto.
- SANTOS, Cândido dos, 2005 – *Padre (O) António Pereira de Figueiredo. – Erudição e Polémica na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, Edições Roma.
- SANTOS, Cândido dos, 2007 – *Jansenismo (O) em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras / UP – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais.
- SANTOS, Eugénio dos, 1968 – *A congregação do Oratório do Porto. Subsídios para a sua história*, dissert. de licenciatura / –UP, dactilo-policop., Porto.
- SANTOS, Eugénio dos, 1982 – *Oratório (O) no Norte de Portugal (1673-1834): contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Porto, INIC.
- SANTOS, Eugénio dos, 2006 – *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1986 – «Alfabetização (A) no Antigo Regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650)», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, 2.ª sér., III: 101-163.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1988 – *Porto (O) e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e os poderes*, Porto, Arquivo Histórico Municipal.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1990a – *Absolutismo esclarecido e intervenção popular: os motins do Porto de 1757*, Lisboa, IN/CM.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1990b – «Porto e Ribadouro no século XVII: complementaridade imposta pela Natureza», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, 2.ª sér., VII: 145-153.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1993 – «Porto (O) e as Cortes no século XVII ou os concelhos e o poder central em tempo de absolutismo», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, 2.ª sér., X: 9-68.

XXXIV Congresso Internacional de História Militar (Trieste, 31 de Agosto a 4 de Setembro 2008)

Tendo como tema central "Conflitos armados e populações civis: guerras totais, guerras limitadas e guerras assimétricas", realizou-se em Itália, em Trieste, o XXXIV Congresso Internacional de História Militar, promovido anualmente pela Comissão Internacional de História Militar, através das mais de trinta associações que nela estão filiadas, incluindo a Comissão Portuguesa de História Militar, presidida pelo Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto.

O *call for papers* apontava para o tratamento de uma multiplicidade de temas, cujo elenco se indica, candentes pela sua pertinência e actualidade, distribuídos por 16 sessões, plenárias e simultâneas:

1. Civis e militares : uma fronteira flutuante. O nascimento do conceito de civil e a evolução da sua definição jurídica.
2. Regimes políticos, sistemas internacionais, guerras limitadas ou totais.
3. As populações civis na guerra assimétrica, a guerrilha e a contra-guerrilha; genocídios e depurações étnicas; a guerra indiscriminada: o terrorismo.
4. As regras de protecção das populações civis : génese e desenvolvimento desde o *jus in bello* medieval, até ao direito internacional contemporâneo.
5. Os governos militares em territórios conquistados.
6. Mobilização militar e mobilização civil : das guerras profissionais às guerras de massas.
7. O impacto social e demográfico das guerras: do Antigo Regime ao período contemporâneo.
8. Guerras, mobilização e militarização da sociedade civil.

Pela primeira vez neste evento anual foi organizada uma *workshop*, com a intenção, conseguida, de envolver jovens investigadores, estudantes de mestrado e de doutoramento, no intuito de se promover esta área de estudos entre os investigadores *juniores*. Entre o painel de comunicantes marcou presença um estudante de mestrado português, Manuel Couto, aluno do Mestrado de Estudos Locais e Regionais da FLUP.

Foram apresentadas mais de 60 comunicações, por militares e por académicos, todos estudiosos de história militar ou de temas afins, cuja publicação está agendada para o próximo ano, 2009, no decurso do XXXV Congresso, a realizar no Porto (vd. notícia seguinte).

A Comissão Portuguesa de História Militar esteve presente com um número significativo de participantes, a ela se tendo associado investigadores-docentes do DHEPI da FLUP, que apresentaram também comunicações.

Amélia Polónia, Jorge Martins Ribeiro, David Martelo

XXXV Congresso Internacional de História Militar: "A guerra no tempo de Napoleão. Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração" (Porto, 30 de Agosto - 4 de Setembro, 2009) – "Call for papers"

O teor do texto do documento de boas vindas ao Congresso, disponível no respectivo *site web*: <http://www.xxxvcongressicmh2009.com>, explicita os objectivos gerais a atingir pelo XXXV Congresso Internacional de História Militar, cuja realização, correspondendo embora a um evento anual da Comissão Internacional de História Militar, é assumida no próximo ano e pela segunda vez, pela Comissão Portuguesa

de História Militar. O encontro, aberto a militares, investigadores e estudantes, é organizado em parceria pela Comissão Portuguesa de História Militar, a Câmara Municipal do Porto e a Universidade do Porto, através do DHEPI.

Pode ler-se na referida carta de boas vindas: “Em 2009, de 30 de Agosto a 4 de Setembro, Portugal será pela segunda vez o país anfitrião do prestigiado Congresso da Comissão Internacional de História Militar (CIHM), a realizar na cidade do Porto. A primeira vez em que Portugal acolheu este evento foi em 1998, em Lisboa. Confiamos que participem neste Congresso delegados de mais de 35 países e entre estes esperamos oficiais, historiadores, académicos, professores de ciências militares, arquivistas e diplomatas.

O tema deste XXXV Congresso Internacional de História Militar será: “**A guerra no tempo de Napoleão. Antecedentes, campanhas militares e efeitos de longa duração**”. Trata-se de uma realização internacional e multidisciplinar, que visa reflectir sobre aspectos de história militar, política, diplomática, económica, social e cultural, ao nível local, nacional, europeu e global.

As sessões incluirão abordagens que vão desde os antecedentes políticos e ideológicos das guerras até às campanhas e estratégias militares e às suas projecções globais – em geopolítica, economia, sociedade e cultura. Neste domínio, será dada uma ênfase particular ao desenhar de uma nova ordem política e à disseminação de novas ideologias, as quais fizeram nascer novos regimes e formas de governo que ultrapassaram o espaço europeu e se projectaram noutros continentes. Contribuições centradas em experiências militares e políticas ligadas diacrónica ou sincronicamente com este importante acontecimento são bem-vindas, de forma a promover abordagens comparativas ao tema.

O objectivo principal deste Congresso é o de permitir um contacto entre os investigadores seniores e juniores, bem como o de convocar os investigadores de ponta nestas áreas da especialidade, em ordem a promover um debate sobre vastas e complexas problemáticas que, apesar de já terem sido amplamente analisadas no panorama da historiográfico internacional, não se esgotam na produção científica disponível.

Ao mesmo tempo, o espírito do Congresso é o de promover discussões em torno do tema central: *A Guerra Peninsular*, tentando averiguar como as suas consequências afectaram a Europa, a América e o futuro do mundo. Também pretende chamar a atenção de um público mais amplo, que engloba, para além de militares, académicos e especialistas, e, ao mesmo tempo, cruzar perspectivas múltiplas que contextualizarão melhor e permitirão uma reconstituição, sempre incompleta, da intrincada dinâmica histórico-militar que este encontro é suposto evocar”.

Como facilmente se compreende, a cidade do Porto foi escolhida para acolher este evento, pois o ano de 2009 marca o bicentenário da segunda invasão francesa de Portugal, cujo maior impacto foi sentido na parte norte de Portugal, nomeadamente no Porto.

Articulando as sessões do Congresso com outras iniciativas, tais como exposições temáticas, a reconstituição histórica de acontecimentos marcantes da história do Porto, a realização de espectáculos culturais ou apenas o calcorrear de itinerários utilizados pelas tropas francesas nas suas invasões, este acontecimento visa projectar-se para a comunidade envolvente.

As inscrições *on line*, bem como o programa geral e o *call for papers*, estão disponíveis no *site* oficial do Congresso (<http://www.xxxvcongressicmh2009.com>).

Amélia Polónia, Jorge Martins Ribeiro, David Martelo

OS EQUÍVOCOS DE UM SUBTÍTULO

COELHO, Joaquim Guilherme Gomes, 1861-2005 – *Da importancia dos estudos meteorologicos para a Medicina e especialmente de suas applicações ao ramo operatorio*, dissertação inaugural para Acto Grande seguida de seis Proposições apresentada á [sic] Eschola Medico-Cirurgica do Porto (...), [fac-simile da tese de licenciatura de Júlio Diniz], [Porto, Typographia de Sebastião José Pereira]; ed. fac-similada, Porto, Editora da Universidade do Porto, 5 p. + 3 p. fac-simile de texto ms. + 68 p. fac-simile de texto impr. + 4 p. de repr. de documentos + 2 p. de iconografia e legenda.

Cerca de 145 anos sobre a obtenção do diploma da Escola Médico-Cirúrgica do Porto por Joaquim Guilherme Gomes Coelho / Júlio Dinis (1839-1871), a Editora da UP dá à estampa uma ed. fac-similada da dissertação que, em 1861, lhe valeu o dito diploma. O volume abre com um «Prefácio» assinado pelo ao tempo Director da Faculdade de Medicina / UP; prossegue com a reprodução de 3 fólios da versão manuscrita do trabalho do clínico-romancista; ao que se segue a parte mais longa do volume – a reprodução do texto impresso do trabalho académico em causa:

- Em epígrafe (pág. de contra-rostro) uma passagem de BABINET, *Études et lectures sur les sciences d'observation*;¹
- depois (era uma exigência legal), a listagem do Director e do «Corpo Cathedratico» da Escola, constituído por 8 lentes proprietários (para outras tantas cadeiras), 4 lentes substitutos (2 da secção médica + 2 da secção cirúrgica) e 2 lentes demonstradores (1 + 1).
- vêm de seguida uma dedicatória ao Pai (José Joaquim Gomes Coelho) e uma saudação «Ao Jury».
- a natural sequência está no trabalho propriamente dito, que compreende uma «Introdução» (p. 1-11) e quatro Partes, sucessivamente «Provas da influencia da atmosphaera sobre os seres organisados» (p. 13-22), «Influencia physiologica da atmosphaera e de suas variações» (p.23-38), «Influencia pathogenica da atmosphaera e de suas variações» (p. 39-56) e «Applicações á [sic] medicina operatoria» (p. 56-67).
- a fechar, a colecção de oito «Proposições» apresentadas pelo Autor.
- a presente ed. compreende ainda a reprodução dos diplomas referentes a dois Prémios obtidos pelo Autor enquanto aluno da Escola Médico-Cirúrgica (1858) e da Academia Politécnica (1854) e do diploma do Acto Grande (passado a 08 de Fevereiro de 1862).

¹ O retratado enverga a *beca* preta criada em 1857-1858 para as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto (HOMEM, A., 2006: 18-21, 31-38), com colarinhos altos e laço branco; ausência do chapéu de cantos e de luvas. Excelente perspectiva das mãos. Este retrato parece ter por base uma fotografia (repr. SANTOS, 1997: 129; a foto encontra-se no Museu de História da Medicina / UP) na qual o lente tem à sua esquerda uma pequena mesa, sobre a qual é visível (aqui sim...) o dito chapéu.

• por último, a reprodução (a cores) do retrato de Júlio Dinis¹ existente na Faculdade de Medicina e uma breve nota bio-bibliográfica.

Tudo bem. Só que Júlio Dinis não defendeu «tese de licenciatura»: e não o fez porque – correndo eu agora o *risco* de enunciar verdades arqui-sabidas – a licenciatura era um **grau académico** e, como tal, somente obténível na (ao tempo) única Universidade do nosso País e obviamente não conferido pelas Escolas Superiores de Lisboa e do Porto; o futuro lente obteve antes um **diploma habilitante** para o exercício de uma profissão – médico-cirurgião – ao ser aprovado no «Acto Grande» que coroava o curso da sua ALMA MATER.

Mas o que seria, então, a *licenciatura* ao tempo?

O *acto de licenciatura* remontava a uma das várias reformas que os Estatutos pombalinos da UC conheceram ao longo do século XIX; mas foi objecto de múltiplas reformas ao longo do seu tempo de vigência (< 1911); a última verificou-se em 1901. Como escreveu Fernando de Almeida RIBEIRO² sobre o regime estabelecido pela dita reforma³:

• «As provas [do acto de licenciatura], com a assistência de toda a Faculdade e a presidência do Reitor, comportavam uma dissertação sobre um ponto sorteado com trinta dias de antecedência, concluída e entregue dentro do prazo de vinte dias e apreciada e discutida por o primeiro de seis professores escolhidos para os interrogatórios; os outros cinco ocupavam-se dos argumentos de outros tantos pontos tirados à sorte três dias antes do acto. E, como cada argumento era de meia hora, o acto demorava um mínimo de três horas. Era uma prova temível! a dissertação, de que o candidato não escolhia nem o assunto, nem mesmo a disciplina respeitante, era motivo para trabalho extenuante. Lembro-me de que a minha, sobre «Auto-intoxicação gravídica», ficou passada a limpo por um calígrafo (...) às oito horas do dia em que, às dez, havia de entregá-la na Secretaria da Universidade. (...) Dos cinco argumentos para os restantes interrogatórios, incidia [sic] cada um deles sobre um ponto sorteado, de entre vários referentes a disciplinas de cada uma das cinco secções estabelecidas para esse efeito, uma vez excluída aquela a que respeitasse a dissertação. (Recordo-me de que os argumentos que me caíram, além do da dissertação, foram nas disciplinas de Fisiologia geral e Histologia, de Fisiologia especial, de Patologia Geral, de Patologia interna e de Medicina Legal). Daqui advinha que o candidato tinha de preparar-se para prestar provas em todos os assuntos que interessavam às disciplinas da Faculdade. E preparar-se com tempo. Não era em três dias de ponto que se havia de habilitar a responder à curiosidade inquiridora de tantos arguentes. E, como sabia que a inquirição podia ir do ponto, meramente de partida, e atingir profundidades abissais, quem se abalanchava a esta empresa, ao iniciar os trabalhos de auferir tanta ciência, experimentava a impressão de ter diante de si “o mar para beber”, como gostam de dizer os franceses, mesmo em casos de menor magnitude. Enfim: meses e meses de trabalho árduo, de muitas e muitas horas por dia... e por noite».

À primeira vista não faltarão pontos de contacto com as provas que Júlio Dinis prestou em 1861: uma dissertação e seis provas «complementares» – como diríamos nos anos 70 e 80 do século que passou –, as quais, na sua diversidade, não deixam de apresentar ‘parentescos’ com a situação descrita por Almeida Ribeiro: *Anatomia Pathologica, Medicina Legal, Pharmacologia, Pathologia geral, Pathologia interna* e *Obstetricia*. Posto o que, porém, cessam as semelhanças e iniciam-se os contrastes:

² Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro (1884-1959), lente de *Medicina Legal* e fundador do respectivo Instituto na cidade de Coimbra; Reitor eleito da UC (1926-1927). Cf. RODRIGUES, 1992: 227-228.

³ RIBEIRO, 1951: 15-17 (respeitou-se a ortografia do original).

1.

i. Na UC a dissertação de licenciatura era «sorteada» e dado ao candidato um prazo não propriamente generoso para a concluir; seria apresentada em manuscrito.

ii. Nos Actos Grandes das Escolas Médico-Cirúrgicas a dissertação – apresentada obrigatoriamente em duas versões, uma manuscrita, outra impressa – incidia sobre «tema (...) da escolha do candidato»⁴.

2.

i. Na UC os argumentos incidiam sobre pontos sorteados no seio de um elenco apresentado pela Escola.

ii. Joaquim Guilherme Gomes Coelho apresenta seis «Proposições» também por si elaboradas; numa linha de comparação com as práticas académicas da UC, estas *Proposições* assemelham-se às *Teses*⁵ apresentadas pelos candidatos ao *Acto de Conclusões Magnas* (a aprovação no qual dando acesso ao grau de doutor); ao abrir do século XX, um doutorando deveria apresentar uma colecção de 36 teses, das quais seriam discutidas sete; este tipo de prova manteve-se até meados de Novecentos⁶.

3. O Acto Grande das Escolas Médico-Cirúrgicas incluía ainda «o exame de *Cirurgia Clínica* e o exame prático de *Medicinas*»⁷.

Por tudo isto, evidente fica que o futuro lente Joaquim Guilherme Gomes Coelho não defendeu «tese de licenciatura» na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Nem podia!⁸ Se o lapso *enravado* no subtítulo não deixa de ser lamentável, saliente-se no entanto que a actual Faculdade de Medicina da UP – representada na presente ed. pela pena do seu então Director, o lente José Manuel Amarante – está de todo *isenta de culpas*: no seu conciso texto prefacial, o Doutor Amarante jamais usa o vocabulário descabido do subtítulo.

Pelo que, a responsabilidade total do equívoco escapa assim aos *responsáveis científicos* da edição, para de todo recair nos responsáveis editoriais. A Editora da UP deveria estar mais atenta à plena correcção de títulos e subtítulos das Obras que edita ou reedita.

⁴ AMARANTE, José Manuel – «Prefácio» à ed. recenseada, p. s/n.

⁵ Entenda-se: **breves afirmações consubstanciando pontos positivos de Saber.**

⁶ RIBEIRO, 1951: 18-23; a p. 33 ss., a «impugnação» de 5 teses, transcritas estas ao abrir de cada argumentação.

⁷ AMARANTE, J. M. – Op. e loc. cits. *supra*, n. 3.

⁸ *Licenciaturas* existirão ulteriormente nas três Faculdades de Medicina (em Coimbra dando sucessão ao grau de bacharel formado), comportando obrigatoriamente, até *ca.* 1962, a defesa de uma dissertação original proposta pelo candidato (exemplifico com dois casos conhecidos por via institucional e familiar, respectivamente: BARRETO, 1963 [cit. por PINA, 1966: 356]; e HOMEM, J., 1961); aqui, no fundo, a causa do equívoco. Longa foi, entretanto, a evolução dos regimes legais *post-1911* até à fixação nesta fórmula; mas seria *excessivo* entrarmos agora por aí...

REFERÊNCIAS

- BARRETO, João, 1963 – *Contribuição para o estudo do comportamento anti-social nos adolescentes*, dissert. de licenciatura / Faculdade de Medicina – UP, dactil., Porto, Ed. do Autor.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2006 – *Traje (O) dos lentes. Memória para a História da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)*, Porto, Fac. Letras / UP (col. «flup e-dita»).
- HOMEM, José Amadeu da Cunha de Carvalho, 1961 – *Algumas observações sobre tumores do mesentério*, dissert. de licenciatura / Faculdade de Medicina – UC, dactil., Coimbra, Ed. do Autor.
- PINA, Luís de, 1966 – «Programa da cadeira de Psicologia Experimental e Aplicada», *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I [único publ.]: 345-356.
- RIBEIRO, Fernando de Almeida, 1951 – *Doutoramentos em Coimbra. Impugnação de cinco teses*, Coimbra, Por Ordem da Universidade (col. «Acta Universitatis Conimbrigensis»).
- RODRIGUES, Manuel Augusto (Dir.), 1992 – *Memoria Professorum Vniversitatis Conimbrigensis: 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade.
- SANTOS, Cândido dos, 1997 – *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*, Porto, [Universidade do Porto].

Porto, 15 de Outubro de 2007.

Armando Luís de Carvalho HOMEM

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS, coord. de Fernando Catroga e José Pedro Paiva. Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, vol. 28, 794 p. ISSN 0870-0958.

*Nota prévia**

O 28º volume da *Revista de História das Ideias*, coordenado por Fernando Catroga e José Pedro Paiva, é dedicado ao tema *Portugal* e reúne um conjunto de vinte e cinco artigos. Apesar do seu carácter plural, os primeiros vinte e três dão voz a historiadores que se propõem pensar Portugal e as reflexões que acerca da sua origem e destino têm sido elaboradas ao longo dos tempos.

Jorge Alarcão, professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, num breve artigo intitulado *Portugal: um Estado não predestinado*, argumenta que a

* A presente nota de leitura foi realizada no âmbito da disciplina História da Cultura Contemporânea de Portugal da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, leccionada pela Prof.^a Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira, no segundo semestre do ano lectivo de 2007/2008.

autonomia e as fronteiras de Portugal resultaram de um “projecto voluntarioso” (p. 15), não tendo sido pré-configuradas por condições geográficas, pelas divisões político-administrativas romanas ou por uma identidade étnica pré-romana (p. 9-15).

António Resende de Oliveira, da mesma Faculdade, revisita as origens do Reino português no seu ensaio *Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)*. Apresenta o surgimento de Portugal, enquanto Reino independente, como corolário de uma série de acontecimentos e interesses políticos: o desmembramento do Reino de Leão, a afirmação e autonomização do território português em relação ao Reino da Galiza e a sua para Sul (p. 17-37).

Portugal, no seu dealbar histórico, face à unidade hispânica é o tema abordado por José Antunes, professor jubilado da FLUC (p. 39-51). Este autor questiona por que é que Portugal permaneceu independente e outros reinos peninsulares como a Galiza, Leão, Castela, Navarra e Aragão desapareceram ou foram integrados. Deste modo, procura razões que tenham contribuído para a autonomia política do Condado Portucalense e para a gradual formação de uma identidade comum, de uma pré-nacionalidade. Portugal não é fruto do acaso, mas de “um plano premeditado e organizado” (p. 47), resultado da acção colectiva de um grupo social, que se apoiou num rei que assegurasse essa independência.

João Francisco Marques traz-nos outro tema: *Defesa da independência e identidade de Portugal na literatura apologética da Restauração de 1640: O Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa* (p. 53-80). Este catedrático jubilado da FLUP defende que, com a Restauração, surgiu uma literatura apologético-política com o objectivo de justificar a revolta de 1640. Neste contexto insere-se o *Sermão da Circuncisão* do Pe. Jorge da Costa, que através de uma oratória barroca, procurou legitimar a soberania de D. João IV e a defesa das fronteiras portuguesas face às incursões da Coroa espanhola na região raiana. Este sermão consagrou-se um verdadeiro opúsculo apologético da existência de uma identidade portuguesa completamente diferenciada da de Castela, de um Portugal livre e independente fundado por vontade divina e encarregue da concretização de um Quinto Império, do qual seria líder.

Portugal na obra de António Vieira é um ensaio da autoria de Pedro Calafate, professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no qual se analisa o pensamento e as interpretações míticas do Pe. António Vieira sobre Portugal. Na obra deste jesuíta, os portugueses são o povo eleito, o único “fundado e instituído por Deus” (p. 88), predestinado à superação da crise, à realização da conversão do mundo e concretização do Quinto e último Império, de natureza apostólica e com uma expressão política. Num tom profético, cruzando as profecias bíblicas com a lenda fundadora de Portugal, António Vieira exaltou esta missão supranacional de reunir todos os homens da terra sob o signo da Cristandade, consumando o Reino de Cristo na terra, sendo protagonistas da criação de um Mundo Novo, de uma Nova Jerusalém (p. 81-95).

O texto de Maria Manuela Tavares Ribeiro – catedrática da FLUC e investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX –, cujo título é *Mazzini no pensamento dos utópicos portugueses* (p. 97-128), estuda até que ponto os italianos exilados em Portugal, sobretudo nos anos 40 do século XIX, divulgaram o ideário mazziniano no nosso país. Giuseppe Mazzini foi o principal mentor do programa da *Giovine Italia* que teve repercussões a nível europeu, nomeadamente na própria organização da *Giovine Europa*, pautada pelo princípio da independência das nações e da fraternidade internacionalista. Neste contexto europeu de emergência das nacionalidades, a questão da união ibérica também foi alvo da atenção deste político revolucionário, antecipando o debate peninsular, fundamentalmente teórico e ideológico, sobre esta questão. A autora conclui que a doutrina mazziniana influenciou os demo-republicanos e

os socialistas utópicos, plasmando-se no seu anseio por uma república social, pela unidade democrática e pacífica da Nação portuguesa, cimentada pela demopédia, e no seu ideal da fraternidade internacionalista dos povos. A existência, embora irregular, da Carbonária em Portugal foi também resultado dessa presença de exilados italianos.

Maria da Conceição Meireles Pereira desenvolve o tema *O 1º de Dezembro – memória e liturgia cívica na 2ª metade de oitocentos*. Esta professora da FLUP apresenta-nos a comemoração da Restauração da Independência de Portugal de 1640 como uma das mais importantes festas da 2ª metade do século XIX, cujo grande impulsionador, a partir de 1861, foi a Associação Nacional 1º de Dezembro. Estas comemorações estavam ligadas à necessidade de afirmar e redesenhar a identidade portuguesa, de inventar tradições que permitissem forjar uma continuidade em relação a um passado, a uma identidade colectiva específica legitimadora da autonomia nacional, de forma a resistir à propaganda ibérica, que se intensificou com a revolução espanhola de 1868. A ritualização do 1º de Dezembro teve um carácter popular e, apesar das críticas que lhe foram dirigidas na imprensa periódica portuguesa e espanhola, conquistou uma adesão à escala nacional, ganhou dinamismo entre 1860 e 1870, não caindo no esquecimento décadas depois e em diferentes regimes, como a 1ª República e o Estado Novo (p. 129-167).

No artigo da autoria de Sérgio Campos Matos (FLUL) *Conceitos de Iberismo em Portugal*, assiste-se à problematização do(s) conceito(s) de iberismo e é analisada a sua evolução na diacronia. O iberismo oitocentista, pretendendo ser um nacionalismo ou uma aspiração supranacional, revestiu-se de um carácter claramente político, que tinha em vista a reunião forçada ou voluntária, unitarista ou federal dos dois países ibéricos. Já nas primeiras décadas de novecentos, quando alguns autores falam na necessidade de olhar para os problemas portugueses enquadrando-os no contexto peninsular, não preconizam qualquer tipo de integração política. Ao longo do século XX, o conceito de iberismo foi adquirindo novos significados, distancia-se das querelas políticas nacionalistas do século XIX, assumindo-se como um “iberismo cultural” (p. 169-193).

O Portugal dos “Acácios”. *O Conselheiro do constitucionalismo monárquico* é o título apresentado por Fátima Moura Ferreira do Departamento de História da Universidade do Minho (p. 195-221). Neste texto, a autora procura saber qual o significado e o papel do “conselheiro” na monarquia constitucional a partir de 1839. Este título passou a ser concedido como forma do rei “remunerar serviços públicos e/ou qualidades pessoais e cívicas” e de garantir, simultaneamente, uma “fidelização política ao regime” (p. 215). A sua figura acabou por assumir um importante papel na construção de uma nova sociedade, onde os valores das classes médias vieram opor-se aos da aristocracia do Antigo Regime. Contudo, a literatura oitocentista, que estava ligada aos movimentos ideológicos e culturais críticos do liberalismo e da sua versão de monarquia parlamentar, veicula uma visão bastante depreciativa, apresentando-o como um tipo quase caricatural. Apesar disso não nos podemos esquecer dos fins estéticos dessas obras, do facto de o seu autor ser sobretudo um criador.

Joana Duarte Bernardes, mestranda da FLUC, apresenta o estudo *De como a hidra se fez mestre: o lugar de Ramalho Ortigão* (p. 223-243). Aqui demonstra-se como este pensador e escritor oitocentista, cuja obra transparece vários estádios de evolução ideológica e uma postura multimoda diante dos factos, foi feito mestre dos integralistas lusitanos. Estes descontextualizaram-no da geração à qual pertenceu e na qual interveio, tomaram os seus últimos escritos, produzidos numa fase agónica do seu sentimento republicano, como uma matriz do seu pensamento. Retiraram-lhe os traços democráticos, rotularam-no de antiliberal e confundiram a sua atitude de sacralização da(s) pátria(s) com uma atitude nacionalista.

No ensaio *Portugal como “corpo” e como “alma” (sécs. XIX-XX). Uma revisitação sintética*, Fernando Catroga (FLUC e Centro de História da Sociedade e da Cultura) analisa a tensão entre optimismo e pessimismo nas representações do nosso país nos séculos XIX e XX. A partir de meados do século XIX, Portugal surge, sobretudo numa literatura ensaística, como um objecto privilegiado de estudo, analisado com olhar clínico como sendo um “corpo moral” e uma “alma nacional”. As várias representações sobre Portugal, ao longo destes dois séculos, são testemunho da sua época e do pensamento de quem as produziu, não deixando, igualmente, de contribuir para a construção desse mesmo mundo que se pretendeu representar (p. 245-275).

Sérgio Neto é o autor do artigo *Música, mar e ideologia: Portugal entre “Os Lusíadas” e a “História Trágico-Marítima”* (p. 277-310). Este mestrando de História Contemporânea da FLUC e colaborador do CEIS 20 faz algumas reflexões sobre as influências do mar, um dos temas maiores da nossa mitologia (sobretudo quando associado aos Descobrimentos), na música erudita portuguesa e as suas ligações ao ideário nacionalista. Analisa obras de três compositores portugueses que reflectiram acerca do passado e destino de Portugal: Viana da Mota, Frederico de Freitas e Lopes-Graça. O primeiro parte de *Os Lusíadas* para traçar a índole lusa e dá uma visão cíclica da história da nação, expressando um nacionalismo ferido em busca de redenção. O segundo transparece um nacionalismo revestido de uma estética folclórica, que serviu na perfeição os objectivos propagandísticos do Estado Novo. Recusando tais propósitos e inspirando-se na *História Trágico-Marítima*, o último compositor delinea uma visão oposta ao “triumfalismo camoniano” e ao “mar como destino”, assumindo uma posição anticolonialista.

Portugal como enigma é o título do artigo de António Braz Teixeira do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (p. 311-326). O autor propõe-se lembrar o pensamento de Francisco da Cunha Leão para quem a génese e a sobrevivência de Portugal eram um enigma, cuja chave estava na diferenciação psicológica do homem português face ao castelhano. Transcorridos cem anos do nascimento de Cunha Leão e quase meio século da publicação da sua obra *O Enigma Português*, António Braz Teixeira conclui que o perfil psicológico dos portugueses traçado por aquele autor alterou-se substancialmente nas últimas três décadas, uma vez que “Portugal refluíu à sua inicial dimensão europeia e ibérica” (p. 326).

Também do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Álvaro Garrido desenvolve o tema *O Estado Novo e a recriação historicista de uma tradição marítima nacional. Discursos sobre a “grande pesca”*. A propaganda do Estado Novo criou um discurso historicista em torno de uma tradição marítima nacional, estritamente ligado à pretensão do regime em pôr fim à decadência da nação, em revivificar o país através de uma terceira via: o “Estado Corporativo”, o domínio das pescas tendo sido um dos mais emblemáticos sujeito a esta fórmula corporativa. Várias foram as iniciativas estatais de organização e enquadramento social das “populações marítimas” e intensa a propaganda apologética da “obra social das pescas”. A reanimação da “grande pesca”, sobretudo da pesca do bacalhau, e a renovação da marinha mercante marcaram o regresso de Portugal ao mar, numa tentativa de nacionalizar a tradição marítima portuguesa (p. 327-355).

O trabalho de Mariana Lagarto Santos (Curso de Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos da FLUC) intitula-se *A Formação da mentalidade colonial. Representações do Portugal Ultramarino em Livros de Leitura do Estado Novo* (p. 357-390). Os manuais escolares, como intermediários entre os programas oficiais e o aluno, foram um instrumento fundamental para a formação de uma “mentalidade colonial”. Estes procuravam legitimar o imperialismo, mostrando a vocação ancestral dos portugueses para civilizar e evangelizar os indígenas, e

proporcionavam um maior conhecimento dos territórios ultramarinos, de modo a incentivar a emigração para as colónias. Mas, nos finais da década de 50 e na de 60, há uma mudança de paradigma ideológico do colonialismo português e os manuais procuram atenuar a ideia da inferioridade do africano e “acentuar a de um Portugal pluricontinental e multirracial” (p. 385).

Márcio Barbosa apresenta o artigo *Spínola, Portugal e o Mundo: Pensamento e acção política nos anos da Guiné – 1968-73*. Este mestrando da FLUC analisa o pensamento de António de Spínola, particularmente a sua concepção da “Nação Portuguesa” e do seu “lugar no Mundo” desenvolvida na Guiné antes do 25 de Abril de 1974, baseando-se em obras escritas por este militar. Spínola defendia a “unidade na diversidade”, um Portugal constituído por “grupos humanos culturalmente heterogéneos”, mas com iguais responsabilidades, direitos e deveres (p. 404). A democratização e africanização das estruturas administrativas dos territórios ultramarinos e a sua simultânea integração na “Portugalidade”, contribuindo para a formação da “Comunidade Lusfada”, faziam parte da sua proposta de “renovação na continuidade” – a própria conjuntura internacional exigia uma nova ordem, que, neste caso, seria “herdeira e sucessora da *velha* ordem vestefaliana” (p. 421). Num contexto de bipolarização do mundo no duopólio americano-soviético, Portugal assumia-se como o único representante da ocidentalidade numa África cada vez mais aberta à influência do bloco comunista. Márcio Barbosa conclui que, para o general, num Portugal pluricontinental, a questão ultramarina era falsa e o aprofundamento da integração do nosso país na Europa era pouco viável (p. 391-427).

No ensaio “*O Império que nunca existiu*”. *A Cultura da descolonização em Portugal (c.1960-c.1980)*, Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) propõe algumas pistas para uma nova abordagem na interpretação das razões que levaram a que a descolonização de 1974-75 não provocasse uma crise da identidade portuguesa. Em 1951, a noção de Império foi abandonada com a revogação do Acto Colonial e, a partir da década de 60, reemergiu a ideia de que Portugal era uma vítima do Império que, na realidade, nunca possuía efectivamente, tendo servido apenas de intermediário. Cada vez mais a descolonização começava a ser vista por alguns como um meio de Portugal se libertar da subjugação ao Império e afirmar a sua soberania nacional contra as potências que dele se serviam para explorar África. O Império português foi desaparecendo como objecto de discurso, tendo esta “descolonização retórica” contribuído para uma nova ideia de Império, que poderia continuar mesmo após a separação político-administrativa, um Império espiritual ou cultural (p. 429-478).

Também do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, José Manuel Sobral expõe o tema: *O outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela Antropologia portuguesa (anos 70-80 do século XX)*. A obra de Jorge Dias, que marcou profundamente a Antropologia em Portugal, estuda a cultura popular e pesquisa o mundo rural, sobretudo as aldeias do Norte, encaradas como cerne do comunitarismo e da família patriarcal, elementos basilares da identidade nacional. As comunidades rurais eram o outro, o contraste indissociavelmente ligado à construção da identidade burguesa (urbana), que lhe estava tão próximo, mas que era completamente desconhecido e marginalizado. Esta visão das aldeias comunitárias como as representantes dos antepassados nacionais idealizada por Jorge Dias, assim como o próprio contexto científico internacional e ideológico da época influenciaram as opções da antropologia portuguesa na redescoberta de Portugal no pós 25 de Abril de 1974 (p. 479-526).

José Carlos Seabra Pereira (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) é autor do ensaio *Servanda Lusitania! (Ideia e representação de Portugal na literatura dos séculos XIX e XX)*. A

representação literária de Portugal, ao longo dos séculos XIX e XX, esteve estritamente ligada a uma “demanda identitária”, com o objectivo de produzir uma “realidade compensatória” ou de estimular reformas sócio-históricas (p. 527). Muitas destas representações procuraram exaltar Portugal, a grandeza do seu passado ou de determinada época histórica, enaltecer o “povo”, denunciar a degradação do património. No extremo oposto, aparecem-nos representações que depreciam os portugueses, mostram o desprezo sentido pela situação presente, denunciam a mediocridade cultural do país e denigrem as elites sociais e políticas. É, essencialmente, em torno desta antinomia que se sucedem as representações de Portugal nas correntes literárias e nos principais autores destes dois séculos analisados por José Carlos Seabra Pereira (p. 527-566).

“*Bombay Portuguese*”. *Ser ou não ser Português em Bombaim no século XIX* é o título desenvolvido por Paulo Varela Gomes do Departamento de Arquitectura da FCTUC (p. 567-608). No século XIX, vários grupos de residentes na região metropolitana de Bombaim designavam-se a si próprios “portugueses”, os “bombay portuguese” que, a partir de 1887, passaram a chamar-se “east-indians”. Os conflitos entre o padroado português do Oriente e a Congregação Papal da Propaganda da Fé, que culminaram no chamado “Cisma Goano”, afectaram a identidade dos “bombay portuguese”, para os quais ser português era “uma questão de crença religiosa e de língua” (p. 580). Tudo isto levou a que oscilassem entre a obediência e fidelidade à Inglaterra e à matriz cultural portuguesa da sua terra natal. Por outro lado, a constante chegada de migrantes goeses a essa região foi fatal para a sua crise identitária, uma vez que os goeses, também católicos, sobretudo de castas mais baixas, se autodenominavam portugueses, negando essa mesma designação aos “bombay portuguese”.

Cristina Robalo Cordeiro (FLUC) é a autora do artigo *Portugal visto de França: olhares filosóficos*, no qual procura analisar o lugar reservado a Portugal na literatura e na consciência cultural e política dos franceses. A partir da época das Luzes, enquanto a França era tida como um modelo para Portugal, nesse país além Pirinéus a nossa cultura e história foram praticamente ignoradas. Alguns filósofos e pensadores, desde de Voltaire a Sartre, fizeram breves referências ao nosso país, tomando-o normalmente como um exemplo negativo e defendendo que, através da filosofia, a França poderia transformá-lo, libertá-lo dos seus opressores. A partir do 25 de Abril de 1974, com a conquista da liberdade, o nosso país voltou a integrar-se no “sentido da História” e, conseqüentemente, no “discurso cultural francês”, estando subjacente a esta visão dos pensadores franceses uma certa filosofia da liberdade, uma liberdade da qual a França se julgava legítima inventora e representante. Na verdade, foi “a filosofia que decidiu do nosso destino e da nossa imagem na terra de Descartes” (p. 622), tendo os nossos trabalhadores imigrados, sobretudo a partir dos finais dos anos 50 do século XX, feito o resto. Afirma a autora que, nas últimas décadas, notou-se uma completa renovação da representação de Portugal e dos portugueses no imaginário francês (p. 609-622).

Da mesma Faculdade, Maria Aparecida Ribeiro apresenta-nos o texto: *Construindo o “Brasileiro”: contornos do imigrante português no Brasil de 800* (p. 623-648). Na literatura brasileira do final de Oitocentos, o português imigrado é visto como o Outro, sendo visível um certo antilusitanismo, acentuado pelos conflitos da independência de 1822 e renovado pela hegemónica presença dos imigrantes portugueses. Nessas representações literárias é denunciada a ignorância, a rudeza, o conservadorismo, a melancolia dos portugueses, assim como outros traços de carácter menos recomendáveis (a falta de asseio e a deformação física ou moral devido ao trabalho excessivo na ânsia de poupar). No reverso da medalha, o português “brasileiro”, o torna-viagem, era igualmente visto como o Outro pelos seus compatriotas, tornando-se mesmo objecto de ridicularização, como na obra de Camilo Castelo Branco ou de Eça de Queirós.

Também da FLUC, António Apolinário Lourenço desenvolve o tema *Um olhar sobre a Lusitânia. Portugal visto de Espanha*. Aponta como objectivo principal do seu estudo a análise da imagem de Portugal e dos portugueses em Espanha. Muitas vezes Portugal é caracterizado pela sua grande vaidade pessoal e nacional e pelo seu sentimentalismo exacerbado. Desde o século XVI, vários autores espanhóis, que nutriram ou não uma fraternal afeição pelo nosso país, aperceberam-se do antiespanholismo, por vezes arrogante, da população lusa que insistia em manter a sua independência, o seu “amor à autonomia nacional”, face a uma unificação ou integração ibérica. Com a liberdade do pós 25 de Abril e um novo contexto internacional globalizador, no qual o nacionalismo tende a diluir-se, intensificou-se o intercâmbio cultural e comercial entre estes dois países (p. 649-683).

Os dois últimos artigos deste número da *Revista de História das Ideias* já não integram directamente a grande temática das reflexões acerca de Portugal: um é da autoria de José Pedro Paiva e outro de Amadeu Carvalho Homem, ambos da FLUC e membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

O primeiro intitula-se *Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos* e demonstra como os prelados portugueses usaram a imprensa para afirmar o seu poder jurisdicional, publicando medidas normativas e regulamentadoras que lhes competiam no governo da Igreja, e difundir o seu magistério, visando a instrução dos clérigos e dos fiéis. O receio, por parte dos bispos, da propagação de doutrinas dissidentes e heterodoxas através do livro só apresentou os primeiros traços inequívocos em meados do século. Após o estabelecimento da Inquisição em Portugal (1536), foi esta instituição quem começou a dominar a censura literária, examinando até textos da autoria de bispos. Estes últimos, salvo raras excepções, não se opuseram a isso e até colaboraram na acção censória praticada pelo Santo Ofício (p. 687-737).

Amadeu Carvalho Homem apresenta-nos o ensaio *Riso e Poder. Uma abordagem teórica da caricatura política*, no qual tece algumas considerações sobre o imaginário do riso e algumas linhas para a interpretação das caricaturas políticas. Este género de caricatura insere-se num imaginário risonho de finalidade militante, tendo como objectivo uma desqualificação, vulgarização da figura que representa o Poder. Daí o recurso a estratégias caricaturais como a animalização, a vegetalização ou a reificação da figura humana, provocadoras do riso que desmantela a sacralidade subjacente à autoridade dos mandantes (p. 739-763).

Este número integra textos de grande qualidade e rigor científicos, uns mais hermenêuticos e extensos, outros de leitura mais imediata e acessível. Verifica-se, ainda, uma predominância de artigos relativos às ideias e representações de Portugal nos séculos XIX e XX, sendo muito poucos os que se reportam à Idade Média ou à Época Moderna. Contudo, no meu ponto de vista, todos constituem excelentes contributos para uma reflexão acerca de Portugal, das suas representações e construção na diacronia.

Filipa da Silva Lopes

OLIVEIRA, J. M. Pereira de, *O Espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, 2 volumes, edição facsimilada da edição de 1973, Porto, Afrontamento, 2007.

O estudo do Prof. José Manuel Pereira de Oliveira foi uma excelente tese de doutoramento em Geografia, produzida no âmbito do Centro de Estudos Geográficos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e nela apresentada e defendida. Publicada pela primeira vez em 1973 pelo Instituto de Alta Cultura, a sua reedição, mais que homenagem à memória do homem de ciência que foi Pereira de Oliveira, é a oferta de um instrumento de trabalho para todos os que se preocupam com o desenvolvimento sustentado e planificado da cidade do Porto. Não é possível construir planos directores municipais consistentes e com futuro sem se ter um conhecimento adequado dos traços persistentes que foram modelando a cidade ao longo dos séculos, desde as origens, não só na sua essência imaterial mas também na sua componente física. Eu acredito que as cidades e os lugares têm um génio próprio apreensível e que é possível captá-lo a partir da reflexão sobre os dados que nos são trazidos pelos estudiosos, por certo não apenas pelos geógrafos e pelos historiadores mas por todos os que se debruçam sobre os homens dessa cidade e desse lugar na sua relação com a natureza e com os outros homens da sua comunidade e das comunidades vizinhas, num determinado enquadramento, estruturado no espaço e no tempo.

Os dados coligidos pelo Prof. Pereira de Oliveira, a meu ver, são um contributo de grande importância para a apreensão desse tal génio que orientou a cidade no seu desenvolvimento secular.

Ao contrário de outras ocorrências, risco aqui do meu discurso a expressão «espírito da cidade» ou «espírito do lugar», não porque deixasse de crer que os lugares e as cidades têm um espírito próprio e irrepetível, mas porque a expressão hoje acha-se banalizada e transformada em pastel de nata onde cada um mete os ingredientes que entende.

Aparentemente não são os homens os protagonistas deste trabalho. De facto, com uma ou outra excepção, não encontramos no texto de Pereira de Oliveira destaques de pessoas ou de heróis individuais. Nas mais de 100 fotografias que ilustram o livro, nenhuma é o retrato ou imagem de qualquer personalidade. Mas se isto é realidade é também aparência: de facto, os homens e as mulheres do Porto não só são captados a animar muitas dessas fotografias dos lugares mas encontram-se subjacentes da primeira à última página.

Tal torna-se até evidente na segunda parte da dissertação em que o autor se debruça sobre o plano urbano. É que não há plano sem pessoas. As que os elaboram e as que os sofrem ou deles usufruem. Mas, mesmo a primeira parte, mais voltada para a inventariação e descrição dos elementos e factores naturais, adquire peso significativo e justificação porque os elementos e factores naturais «de algum modo condicionaram a longa acção humana». De resto, não deixarei de sublinhar que a palavra «humanização», humanização do espaço, é utilizada algumas vezes ao longo das centenas de páginas.

Citando o autor, «uma cidade é por excelência um facto artificial, isto é, no sentido amplo da palavra, o resultado de acções humanas conscientes e voluntárias, portanto não naturais».

São essas acções humanas conscientes e voluntárias, exercidas ao longo de séculos por gerações sucessivas e diferentes num determinado espaço, o espaço urbano do Porto, que lhe desenham e definem uma identidade própria, única e irrepetível.

Tudo isto me parece óbvio e não necessita de muitas explicações.

O que talvez necessite de explicação é o facto de um historiador se debruçar, com interesse e sem a sensação de estar metendo foice em seara alheia.

Não bastando para o efeito a qualidade de amigo do autor, porquê então tal ousadia?

A) O facto de o Autor dedicar o trabalho, entre outros, a Artur de Magalhães Basto e de lhe consagrar quase sete páginas na sua longa e exaustiva lista bibliográfica constituída por 18 páginas, poderá fornecer um início de explicação. É que Magalhães Basto, não sendo historiador de formação, e tendo sido docente de Geografia na primitiva Faculdade de Letras do Porto, tornou-se justamente famoso como historiador da cidade do Porto, continuando hoje por direito próprio bem no topo da historiografia portuense.

Por conseguinte, pela mediação de Magalhães Basto e de outros historiadores citados pelo autor, parece natural que um cultor de história urbana se sinta em casa ao falar deste livro.

B) Em segundo lugar, e pelo que atrás ficou dito, o desenvolvimento da dissertação que é evidentemente de Geografia, não recusou a História e a Arqueologia, especialmente nos capítulos V (o problema do sítio original), VI (a evolução do plano urbano: da origem a 1813) e o VII (evolução urbanística de 1813 aos nossos dias).

E. Julliard que elaborou uma tese de Geografia sobre a Baixa Alsácia confessava que a sua dissertação no fundo era tanto histórica como geográfica. Provavelmente ninguém dirá o mesmo do trabalho que nos congrega aqui. Mas a História está bem presente neste como noutros trabalhos do autor. Vejamos rapidamente.

No cap. V traça não só um magnífico ponto da situação sobre os conhecimentos que à época havia sobre o lugar original do povoamento do Porto mas também acrescenta hipóteses novas alicerçadas na sua fundada interpretação pessoal dos documentos e das cartas topográficas existentes. Jogando com os conhecimentos sobre a rede viária antiga bem como com os factos históricos (criação da diocese, duplo amuralhamento da cidade, advento de D. Hugo, doação de Dona Teresa e foral por ele outorgado, relações com o exterior), tenta chegar à compreensão não só da formação como do desenvolvimento do núcleo urbano primitivo. O Geógrafo, na sua visão reflexiva encontrou razões sérias para presumir que o *Portucale locus* seria na Ribeira. Ainda que nem todos concordem com esta asserção, os resultados mais recentes da Arqueologia urbana atestam e asseveram uma fruste ligação entre o morro da Sé e a zona ribeirinha.

No cap. VI tentando fixar etapas e modos do crescimento urbano, o autor faz verdadeira e original história do urbanismo portuense, valorizando e explorando documentos, como provavelmente ninguém antes o fizera. Refiro-me à sentença de D. Dinis de 1316 sobre os agravos que o Conselho da cidade alegava ter recebido dos oficiais do Bispo. Nesta perspectiva, parece-me de sublinhar a perspicácia da percepção do impulso urbanístico que resultou de várias decisões de D. João I: transferência da judiaria de Monchique para o morro da Vitória; abertura da Rua Nova ou Rua Formosa, depois Rua dos Ingleses, hoje Rua do Infante D. Henrique; fundação do Convento de Santa Clara. Poderia apresentar mais exemplos curiosos de como um geógrafo pode fazer excelente trabalho de historiador, num caminho inverso mas paralelo ao do mestre de Geografia Humana, Prof. Orlando Ribeiro: «nunca me esqueci de que se há mais de quarenta anos sou geógrafo, foi a vocação de historiador, haurida principalmente em Herculano, que me levou à Faculdade de Letras». (*Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, 1977)

O capítulo VII, «Evolução urbanística de 1813 aos nossos dias», é uma recolha exaustiva, com cronologias muito precisas a delimitar fases de desenvolvimento, sobre a marcha do urbanismo portuense, conjugando dados demográficos, políticas de construção, planos de arruamentos, transportes colectivos, planos directores municipais.

C) Pelo que ficou dito, surge uma terceira razão para um historiador estar nesta sessão: é que esta obra, não sendo trabalho de História, tornou-se indispensável ao historiador, ao historiador da cidade do Porto. Provavelmente este preferirá dar maior protagonismo às pessoas concretas, aos movimentos sociais, às práticas económicas, à mobilidade social, às instituições, etc. Mas as pessoas concretas e as instituições nascem, vivem e morrem enquadradas num dado tempo e implantadas num determinado espaço (espaço que é o cenário onde o homem vive mas que é também um produto da acção do homem). A informação contida em vários capítulos, sobretudo no VII, transformará rapidamente a tese de Pereira de Oliveira naquilo que nós em história chamamos fonte secundária (que não são fontes de segunda ordem, antes pelo contrário), porque são fontes construídas sobre fontes documentais. Tal como o célebre e celebrado livro do Padre Rebelo da Costa.

D) Quarta razão: o intercâmbio (natural) entre as duas disciplinas de Geografia e História.

O diálogo entre as duas disciplinas é muito antigo, remontando na Europa pelo menos ao séc. XIX, através da disciplina de Geografia Histórica que teve talvez a sua expressão máxima na Alemanha com o grande mestre Friedrich Ratzel. Aqui procedeu a chamada **Geopolítica**, disciplina que, tornando-se instrumento de manipulações políticas e ideológicas deixou de ser lugar recomendável de encontro de geógrafos e historiadores.

Mas, sobretudo em França, foram nascendo novos caminhos de diálogo entre as duas disciplinas, de que é exemplo a colaboração do historiador E. Lavisse com o geógrafo Vidal de la Blache.

O período entre as duas guerras mundiais, tendo como ponto de convergência a «Revue de Synthèse» de Henri Berr reforçou essa colaboração em que intervieram historiadores de renome como Marc Bloch e Lucien Febvre.

O historiador Fernand Braudel, discípulo de Lucien Febvre, a quem não agradavam as discussões sobre as fronteiras de cada disciplina, avançou muito na aproximação entre as duas disciplinas. Tendo feito dum personagem geográfico o tema da sua tese de 1949: *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, acabou por fazer apelo à convergência da Geografia e da História numa disciplina a que ele chamou **Geo-história**. Embora contasse alguns adeptos mesmo entre geógrafos (caso de Roger Dion), na verdade o seu apelo não teve seguidores.

Mas o influxo da Geografia na História não deixou de crescer. Para além das clássicas introduções geográficas às histórias dos países, a tomada de consciência do espaço não só como cenário da acção do homem mas também como produto dessa acção, é uma das características do discurso histórico surgido após a segunda guerra mundial. Ao mesmo tempo a descoberta da estatística, o recurso à cartografia e a distribuição espacial dos fenómenos converteram-se em métodos correntes da interpretação e investigação das causas desses fenómenos. Houve até historiadores que trataram de temas tradicionalmente pertencentes a Geografia: refiro-me a Le Roy-Ladurie e à sua *Histoire du Climat depuis l'an mil* (1967).

Pessoalmente julgo que os estudos sobre a cidade, sobre as cidades, podem e devem congrega historiadores e geógrafos. História Urbana e Geografia Urbana são áreas diferentes mas comple-

mentares, com uma grande fronteira de partilha. Julgo que a obra que aqui hoje comento, ainda que a edição original remonte a 1973, o continua a comprovar. Aliás, nesse aspecto como noutros, o Prof. Pereira de Oliveira deixou discípulos e seguidores, como o atestam os trabalhos de vários colegas do Departamento de Geografia.

Francisco Ribeiro da Silva

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (ed.), 2007 - *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinís: 1284*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa. (*Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum, Nova Série*, vol. 3). ISBN 978-972-623-101-1.

La Academia de las Ciencias de Lisboa – institución fundada en 1779 como “Academia Real das Sciencias de Lisboa” hasta la Proclamación en 1910 de la República Portuguesa, momento en el que cambió por la denominación actual – dio inicio en 1888 a la publicación de las actas de las “Inquisitiones” o “averiguaciones” generales realizadas en Portugal durante la dinastía de los Borgoña, o Primera Dinastía, de la mano de João Pedro da Costa Basto, paleógrafo ilustre de la Torre do Tombo y colaborador de Alexandre Herculano, “el verdadero mentor de la iniciativa”, en palabras de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro.

El proyecto de trabajo de la Academia sobre publicación de fuentes portuguesas había comenzado unos decenios antes, en torno a 1856, en la colección “*Portugaliae Monumenta Historica*”, contando progresivamente con cuatro grandes series de edición de fuentes históricas portuguesas: la dedicada a las fuentes narrativas “Scriptores”; la relativa a textos jurídicos “Leges et Consuetudines”; la dedicada a la documentación regia y particular, “Diplomata et Chartae”; y las ya citadas “Inquisitiones”. Se trataba, por tanto, de un ambicioso proyecto recopilativo de fuentes cuidadosamente editadas a imagen de la “*Monumenta Germaniae Historica*” (MGH) fundada en 1819 por Karl Freiherr von Stein, como señala José Matoso en la magnífica “Apresentação” del volumen.

Pero los proyectos ambiciosos en materia histórica nunca encuentran el apoyo y la continuidad necesaria, incluso entre la propia comunidad científica. José Matoso señala que aún siendo todavía hoy Alexandre Herculano referente de primer orden en la Academia, las fuentes medievales y la Edad Media dejaron “com a progressiva decadência do romanticismo, de constituir un período privilegiado de investigação histórica portuguesa” frente al período de los Descubrimientos, “mais «interessante» do ponto de vista da memória nacional”, dando lugar, ya en 1858, a la publicación de la “Coleção de documentos inéditos para a História das Conquistas Portuguesas na África, Ásia e América” o al “Corpo Diplomático Português” en 1862. Esta circunstancia propició numerosas interrupciones de los “*Portugaliae Monumenta Historica*” pero nunca su extinción como proyecto científico de primer orden, y desde luego jamás supuso una pérdida de interés por la edición de fuentes documentales “per se”.

Gracias al esfuerzo y dedicación de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, profesor de Historia Medieval en la Facultad de Letras de la Universidad de Porto (FLUP), se continua en el siglo XXI con la edición de las “Inquisitiones” del reinado de don Dinís (1279-1325), elaboradas en 1284, que eran las siguientes inéditas a las “Inquirições de 1258”, rematadas de editar por los

ilustres diplomatas Rui Pinto de Azevedo y Avelino de Jesús da Costa, en 1977. El nuevo volumen, sin embargo, no se encuadra en la primitiva serie “Inquisitiones”, sino que continua como tercer volumen de la “Nova Série”, surgida en 1980 para reeditar los interesantísimos nobiliarios medievales “Livros Velhos de Linhagens” (edición crítica de Joseph Piel e José Matosso, vol. 1) y los dos tomos del “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro” (edición crítica de José Matosso, vol. 2), conocido vulgarmente como el Nobiliario del Conde don Pedro o del Conde de Barcelos.

J. A. de Sotto Mayor señala en su completo estudio introductorio la importancia que las distintas “Inquirições” en general y las “dionisinas” en particular tienen para la historia medieval portuguesa: noticias de carácter económico y administrativo, de índole social y eclesiástica, además de interés toponímico y onomástico... Pero son las que ahora se editan, como ya anticipó Luís Krus, las que “ênfatizam as questões das funções, direitos, réditos e até formas de designação dos mordomos e juizes do rei, como pela abundante informação relativa aos nobres”, identificándose numerosos hidalgos con bienes y derechos en feligresías, la transmisión de sus dominios, los conflictos señoriales... Refleja una realidad “perfeitamente enquadrada na política de controlo senhorial” emprendida por don Dinís desde el comienzo de su reinado, que desencadenará importantes conflictos señoriales que culminarán en la guerra civil del final de su reinado; periodo por cierto bien conocido por el editor, autor en 2005 de una completa biografía del llamado “*Rei Poeta*” (Lisboa, Círculo de Leitores).

Esta “averiguación” de 1284 será la primera emprendida por aquel monarca— de un total de cuatro, todas inéditas —, y la menos extensa tanto en términos textuales como de ámbito geográfico. Apunta J. A. de Sotto Mayor, con razón, que las “inquirições” portuguesas de los siglos XIII y XIV representan un caso único en el panorama europeo, por las posibilidades investigadoras que este hecho supone. En Castilla, de hecho, sólo podrían “compararse” los libros de rentas de Sancho IV, estudiados por Francisco J. Hernández (“*Las rentas del rey: sociedad y fisco en el reino castellano del siglo XIII*”, 2 vols., 1993), o con más reservas, el libro “Becerro de las Behetrías de Castilla” (1352), mandado confeccionar por el rey don Pedro con el fin de averiguar el estado de los territorios castellanos del norte que gozaban de una forma señorial específica, de “behetría”, no de realengo, según las investigaciones del grupo de Carlos Estepa Díez.

Las “Inquirições Gerais” de 1284 originales no se conocen: la presente edición se transcribió de una copia algo posterior, de 1301, escrita en letra gótica — se hecha en falta alguna precisión mayor — injerida en el “Livro 2.º de Inquirições de D. Alfonso III” (Direcção-Geral de Arquivos/Arquivo Nacional da Torre do Tombo); algunos fragmentos también se encuentran copiados en el denominado “Livro Preto de Grijó”. De todo ello, deduce el editor, la copia es una transcripción íntegra del original.

Las reglas de transcripción empleadas por José Augusto Sotto Mayor siguen las recomendadas por el P. Avelino Jesús da Costa, sin diferir en sustancia de las célebres españolas “Normas de transcripción y edición de textos y documentos” de la Escuela de Estudios Medievales del CSIC, confeccionadas en el año 1944.

La introducción finaliza con los agradecimientos, entre los que creo oportuno destacar la co-financiación del Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) de la Universidad de Porto.

En lo que se refiere a los índices, incluye los habituales onomástico — “antroponímico” — y toponímico, juntos, a los que añade otro denominado “corográfico” — esto es, una modalidad

del toponímico que aglutina los nombres de lugares citados por los “julgados” de las “inquiriçõs” – y otro “remessivo” o de materias. El editor se disculpa por no presentarlos más completos, citando en particular el “ideográfico” o de frases y palabras... Sin embargo, aquí el proverbio o locución latina “excusatio non petita, accusatio manifesta” no se debe aplicar, porque los que hay son suficientes, bien elaborados y claros.

Las averiguaciones de los bienes y derechos del monarca lusitano ocupan casi cien páginas del libro. Comprenden los “julgados” de Sever, Figueiredo, Cambra y Fermedo y fueron ejecutadas por Estêvão Lourenço, clérigo y procurador regio. Las “inquiriçõs” recogen las informaciones que distintas “testemuynhas”, jurando sobre los “Santos Avangelhos”, realizaban en cada feligresía de “todolos dereytos d’el Rey” y de sus mayordomos: casales, fonsaderas, luctuosas, “entorviscadas”, portazgos, “anuduva” [adua], o “voz, coomha [coima] e omezio se o fezeren”... Así pues, se mencionan los derechos, las cuantías y rentas, el número de “casaes” de cada feligresía, los llevadores, los “herdadores” de algunos de esos lugares, las transmisiones de propiedades que “veem de filhos d’ algo”... Un sin fin de interesantísimas noticias que ponen de manifiesto, por un lado, lo imprescindible de conocer el significado preciso de cada palabra, de cada derecho, de cada denominación que encierra una realidad señorial; y por otra, la dificultad y deficiente funcionamiento y gestión del sistema señorial, la falta de autoridad real, los intentos por recuperarla... y lo que es más importante ahora, la necesidad de un conocimiento más exacto del señorío, de su realidad histórica, de su funcionamiento, poder y territorialidad.

Finalmente, es preciso resaltar otro aspecto del volumen: su perfecta edición, clásica, sencilla y clara, lo exigible para publicaciones científicas serias – incluye un completo mapa y una muestra del códice – en línea con la trayectoria editorial en la que se enmarca, sin esperpentos coloristas “WordArt” de última moda que restan solemnidad a las publicaciones.

Empapémonos en Hispania, pues, del espíritu de Alexandre Herculano y de sus colaboradores y continuadores, entre los que ahora se suma con justicia el Profesor Sotto Mayor Pizarro, pues, si bien al otro lado de la raya no contamos con estas precisas y preciosas “averiguaciones”, sí tenemos miles y miles de pergaminos, papeles y tumbos que permanecen inéditos, continentes de ingentes noticias que con unos correctos conocimientos paleográficos, latinos e históricos ayudarían a aproximarse a la verdadera esencia de la realidad medieval hispánica

*Pablo S. Otero Piñeyro Maseda*¹

¹ Doctor del IEGPS – CSIC-XuGA. Ó abeiro do Programa de recursos humanos (RHS) do Plan Galego de Investigación, Desenvolvemento e Innovación Tecnolóxica-Incite (2006-2010), Programa “Ángeles Alvariño”, cofinanciado polo Fondo Social Europeo.

Sociedade e cultura na obra de Francisco Ribeiro da Silva*

Na sessão de homenagem ao Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, por quem sempre senti estima e admiração, coube-me a honra de falar sobre as vertentes sociais e culturais da sua vasta bibliografia. E, embora a sua obra seja multifacetada, estes aspectos têm uma ampla relevância.

Gostaria, antes de mais, de recordar o facto de, no ano lectivo de 1978/79, ter sido aluno do Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, então Assistente da secção de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na disciplina de *História de Portugal (séculos XV-XVIII)*, onde colaborava com o Prof. Luís A. de Oliveira Ramos e depois, no ano académico de 1979/1980, na disciplina de *História Institucional e Política (séculos XV- XVIII)*. Curiosamente, em 1988/1989, eu próprio, já Assistente da mesma secção de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, colaborei com o Prof. Ribeiro da Silva, leccionando as aulas práticas no último ano lectivo (1988/1989) em que a referida disciplina de *História Institucional e Política (séculos XV-XVIII)* funcionou, dada a mudança operada, por essa altura, na estrutura curricular da licenciatura em História.

Conforme já dissemos, os aspectos sociais e culturais estão bem presentes na extensa obra do Prof. Francisco Ribeiro da Silva, bem como nas dissertações de mestrado e doutoramento que orientou.

No ano lectivo de 1989/1990, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto criou, no âmbito do Mestrado de História Moderna, um seminário intitulado *Alfabetização, Leitura e Mentalidades em Portugal no Antigo Regime*, do qual saíram trabalhos que se pautam pela novidade e rigor científico, ambas características e apanágio do Prof. Doutor Ribeiro da Silva. Entre as 29 dissertações de mestrado orientadas, entre 1991 e 2006, contabilizámos 11 ligadas a temáticas sociais, 12 a aspectos culturais, nomeadamente sobre alfabetização de que foi e é um investigador pioneiro e tema acerca do qual falaremos mais à frente. Orientou também várias teses de doutoramento nestas duas matérias. No âmbito das várias actividades ligadas à investigação e à divulgação, é de referir que, entre 1991 e 1996, foi coordenador editorial da Revista bianual EDUCAÇÃO, dirigida por António Almeida Costa e editada pela Porto Editora.

Dentre os livros publicados, cabe-nos destacar a sua extensa e inovadora dissertação de doutoramento intitulada *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, publicada no Porto, pelo Arquivo Histórico Municipal, em 1988, na colecção «Documentos e Memórias para a História do Porto», nº XLVI e os livros:

Absolutismo Esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990;

A criação das Paróquias de S. Nicolau e de Nossa Senhora da Vitória (1583). Aspectos sócio-económicos e religiosos da época. Porto, 1984;

Maçons, Católicos e Autarcas (A Loja «União Portucalense» de Vila Nova de Gaia). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, 1997;

O Porto das Luzes ao Liberalismo. Lisboa: INAPA, 2001, colecção Portucalense;

O Hospital da Irmandade da Lapa 1904-2004. Apontamentos Históricos. Porto, 2004.

* Comunicação apresentada na homenagem ao Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 8 e 9 de Novembro de 2006.

De referir que, na conclusão da obra *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757*, o Prof. Ribeiro da Silva escreve que “o estatuto político do povo não foi uniforme ao longo do período moderno, sendo necessário estabelecer e fixar as variações verificadas consoante os tempos e os lugares.” Além disto, não deixa de mencionar, a propósito dos referidos motins, que “um certo antagonismo entre a plebe e a aristocracia é vistível nos antecedentes destes tumultos e mostrar-se-á com evidência nos fins do século.¹”

Por outro lado, na sua dissertação de doutoramento *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, o aspecto social está bem presente. O capítulo IV, do volume I, trata da sociedade na cidade do Porto, durante o período filipino, partindo da “divisão tradicional da Sociedade em Clero, Nobreza e Povo”, a qual, conforme escreve, “embora vaga e equívoca, continua a mostrar-se metodologicamente útil como ponto de partida para análises mais pormenorizadas”. E, no final do capítulo, chega à importante conclusão de que “os diversos grupos sociais não se apresentavam bloqueados e estanques. A mobilidade impôs-se por diferentes vias”. Isto vem desmistificar a ideia, muitas vezes generalizada, de que no Antigo Regime a mobilidade social era muito difícil ou quase impossível. Além disto, o Prof. Ribeiro da Silva chama, ainda, a atenção para a presença no burgo portuense de cristãos-novos, estrangeiros, “mendigos, escravos e ciganos e outros marginais”².

Um dos aspectos da sua obra que considerámos relevante é a definição de “cidadão do Porto”. De facto, se a aristocracia da cidade era constituída por fidalgos e cidadãos, estes dois termos não são sinónimos. Os primeiros eram aqueles a quem o rei tinha concedido esta qualidade e cujos nomes figuravam nos *Livros de Matrícula*, ou, então, todos a quem a Casa de Bragança havia concedido este título por édito particular. Já os cidadãos formavam um grupo heterogéneo, pouco numeroso, que gozava, de facto, de direitos e privilégios importantes, não recebendo, no entanto, nenhum subsídio real. Contudo, nem todos viviam sumptuosamente. Na realidade, a distinção entre nobre e cidadão dizia respeito mais à honra e ao estatuto social que às funções exercidas na cidade.

Assim, ser cidadão era fundamentalmente possuir uma qualidade social local quanto à sua génese, que concedia privilégios válidos para além dos limites da cidade e do seu termo. Refira-se, também, que as benesses beneficiavam, de direito, todos os indivíduos deste grupo, mas não os tornavam automaticamente iguais entre si, daí que fosse um grupo também estratificado. Se por acaso, além dos privilégios que gozava, ostentava um modo de vida sumptuoso a distinção entre nobre e cidadão era quase nula. Além disto, o privilégio de cidadão era obtido pelo nascimento, pelo mérito, pela via institucional, pelo casamento ou pelo facto de se pertencer à classe dos letrados, o que, aliás, não era automático. Perdia-se, devido a uma desobediência grave, ou por “se exercer um modo de vida contrário aos ditames da honra que a qualidade de cidadão exigia”, ou, ainda, por acções contrárias aos interesses e liberdades da cidade ou falta de respeito, em relação às funções e cargos municipais. No fundo, “gozavam de um conjunto de benesses, das quais fazia parte a plenitude dos direitos políticos”³.

¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Absolutismo esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, pp. 113, 116.

² SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, p. 1988, p. 352.

³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, pp. 290-306 e SILVA, Francisco Ribeiro da - *Gentilshommes, nobles et cidadãos de Porto au XVII^e siècle: caractérisation sociale et voies d'accès*. In “Hidalgos & Hidalguía dans l’Espagne des XVI^e-XVIII^e siècles. Théories, pratiques et représentations.

Igualmente, na *História da Cidade do Porto*, dirigida pelo Prof. Luís A. de Oliveira Ramos dada à estampa, em 1994, na secção relativa aos *Tempos Modernos*, o Prof. Ribeiro da Silva faz um retrato preciso e correcto da sociedade portuense. De facto, os aspectos sociais do burgo ocupam 35 das cerca de 119 páginas dedicadas a esta época. Logo no início, escreve que “dentro de cada estado são numerosos os níveis hierárquicos e, tratando-se de uma sociedade de ordens e aberta à mobilidade, como era (...), nem sempre é fácil, na prática, arrumar indivíduos, famílias e grupos, ainda que conheçamos e apliquemos os três factores clássicos de definição das ordens: estatuto social, situação económica e grau de participação no poder.” Acrescentando, logo de seguida que “a divisão tripartida da sociedade em eclesiásticos, nobres e oficiais é um modelo aceite, reconhecido e até invocado nos meios portuenses da época moderna.”⁴

Na obra *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, volume da colecção *Portucale* da qual é também director, quando trata da sociedade setecentista afirma que, embora a maioria da população da cidade integrasse o denominado «terceiro estado», esta era uma “expressão demasiado genérica para agrupar toda a gente que não pertencia ao clero, nem à nobreza. O «povo» era assaz heterogéneo para caber todo num só grupo. Os estratos que o compunham afirmavam-se em razão de critérios diversos tais como riquezas, modo de vida, prestígio familiar, instrução, proximidade de poder ou dos poderes.” Além disto, neste livro trata também dos hábitos e lazeres das elites portuenses, das sociabilidades religiosas e da alimentação.⁵

Ainda no âmbito da vertente social é de assinalar a comunicação sobre *A Misericórdia de Santa Maria da Feira. Breve Notícia Histórica*, publicada em 1995, e a intitulada *Marginais e marginados à luz das Ordenações Filipinas*, datada de 1996, as quais tratam de franjas sociais muitas vezes esquecidas pela historiografia. Talvez seja aqui de referir as seguintes palavras do Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva:

“A História e os Historiadores são acusados por vezes (e não sem razão) de perpetuarem apenas a memória dos poderosos e dos senhores deste mundo. É um provérbio popular muito conhecido aquele de que «dos fracos não reza a História». Provavelmente essa é uma fatalidade imposta pelos materiais de que o Historiador dispõe. Grande parte dos documentos de que podemos lançar mão, não retratam senão as posições e a situação dos que mandavam e comandavam.”⁶

As *Ordenações Filipinas* entre os exemplos de “marginação ou exclusão” que apresentam, nomeiam os ciganos, os arménios, árabes, persas, “ou nacionais de outras nações sujeitas aos Turcos e ainda os mouriscos de Granada”. Os “judeus e os mouros livres ou cativos eram tolerados”, podiam permanecer no Reino, desde que autorizados pelo rei, embora tivessem de trazer consigo sinais identificadores. Os cristãos-novos, esses, estavam proibidos de sair do país. Os vadios eram um grupo temido e hostilizado, sendo os termos vadio e ocioso “equivalentes e com carga suficiente para evocar e definir marginalidades”. Por seu lado, malfeitor era aquele que, de acordo, com o expresso no título 116 do Livro 5º das *Ordenações*, tivesse cometido qualquer um dos 15 crimes

Paris : Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique/Maison des Pays Ibériques, 1989, pp. 208-210, 213, 216, 218 ; SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos*, In RAMOS, Luís A. de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, [1994], p. 322.

⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos*, In RAMOS, Luís A. de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, [1994], p. 302-337

⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*. Lisboa: Edições Inapa, [2001], pp. 47, 50-55.

⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da - *A Misericórdia de Santa Maria da Feira. Breve notícia Histórica*. In «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1995, vol. XII, p. 369.

aí enumerados. Entre eles, como não podia deixar de ser, encontravam-se os salteadores de caminhos e os feiticeiros. Já os escravos “*não chegavam a ser marginais*”, pois “*não estavam na periferia mas no outro lado, na outra face da vida da sociedade*”.

No entanto, se marginal for “*sinónimo de deviancionista, isto é aquele que fugia nas suas ideias e no seu comportamento às normas dominantes, então a lista dos factores de marginação e dos potenciais marginados*” tornava-se muito mais ampla. E o Prof. Francisco Ribeiro da Silva termina com a seguinte questão:

“*Devem ser considerados todos marginais? Talvez, mas é preciso distinguir entre actos e hábitos de marginalidade. Se todos fossem marginais, seria caso para perguntar: mas haveria ainda lugar para os conformistas?*”⁷

Na vertente cultural da obra do homenageado destacamos os trabalhos acerca da história da alfabetização e do ensino em Portugal. O interesse pelo tema da alfabetização data de 1979, quando apresentou a comunicação *Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d’Ave e da Maia, na 1.ª metade do séc. XVII*, no Colóquio de História Local e Regional que teve lugar em Santo Tirso. E, em 1983 produziu sobre o mesmo tema um outro trabalho intitulado *O Concelho de Gaia na 1.ª metade do séc. XVII; Instituições e níveis de alfabetização dos funcionários*. O primeiro foi publicado em 1982 e o segundo em 1984.

Na altura da defesa da sua dissertação de doutoramento apresentou uma tese complementar intitulada *A alfabetização no Antigo Regime (1580-1650). O caso do Porto e da sua região*, publicada, posteriormente, em 1986, no vol. III, da 2.ª série da «Revista da Faculdade de Letras. História»⁸. Neste trabalho estudou os níveis de alfabetização e escolarização no Porto e nos concelhos do termo da cidade, tendo para o efeito sido um dos pioneiros a utilizar documentação conservada no Arquivo Histórico Municipal do Porto e nos Livros de Admissão de Irmãos e Confrarias da Misericórdia⁹. Entre as primeiras utiliza os Livros das sessões da Câmara, pois, embora aí apareçam sobretudo as categorias sociais superiores, tanto rurais como urbanas, não são representativos apenas destes grupos. Ademais, possibilitam “*o conhecimento das capacidades de assinatura de grande parte dos moradores do Termo*”. Além destes, os Livros de Finanças, Arrematação, Sisas e Rendas, Imposição dos Vinhos, do Tombo Velho (1613-1614) são também fontes importantes para este tipo de estudo.

O Prof. Francisco Ribeiro da Silva examina as assinaturas e os sinais que constam nos livros da Câmara, pois apesar de existirem diferentes opiniões acerca da validade destes indicadores, para o período de 1580 a 1650, não se dispõem de outros elementos. Por outro lado, dado o facto de uma pessoa assinar pelo alfabeto não querer dizer que se trata de alguém verdadeiramente alfabetizado, a fim de resolver esta questão, o autor estabeleceu os seguintes patamares:

⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Marginais e marginados à luz das Ordenações Filípicas*. In “Actas do II Encontro Luso-Brasileiro sobre «Pobreza, Marginalidade, Marginação social»”. Porto: Universidade Portucalense, 1996, vol. XI, pp. 71-76

⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A alfabetização no Antigo Regime (1580-1650). O caso do Porto e da sua região*. In «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1986, vol. III, pp. 101-163.

⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A alfabetização no Antigo Regime (1580-1650). O caso do Porto e da sua região*, p. 106.

“1.º - os que assinam;

2.º - os que não sabem assinar, substituindo a assinatura por qualquer sinal que adiante descreveremos;

3.º - os que assinam tão mal que consideramos *duvidoso* que saibam, de facto, escrever;

4.º - os que não assinam nem deixam qualquer sinal na Acta.”

De qualquer modo, “o saber ler e escrever constituía aos olhos da «opinião pública» da época uma qualificação social importante que quem possuía não deixava de exhibir”. Assim, dada a importância de “saber ler e escrever, e mostrar que se sabia” conclui que quem assinava de cruz não era capaz de assinar pelo alfabeto. Contudo, os que o faziam primeiro por uma cruz e depois pelo alfabeto, em sua opinião, haviam, entretanto, aprendido a arte da escrita. Além disto, neste trabalho o autor reproduz os sinais mais utilizados, bem como a sua tipologia, no que cremos ser também um trabalho pioneiro em Portugal. E, quando analisa os concelhos da Maia, Gaia, Bouças, Refojos de Riba d’Ave, Aguiar de Sousa, Penafiel e Gondomar, zonas predominantemente rurais, tenta quantificar os níveis de alfabetização, tratando ofício a ofício e colocando a hipótese de que “as pessoas cuja actividade profissional se exercia nos sectores terciário e secundário sentiam maior necessidade e apetência pela instrução.”

Por outro lado, “os lugares mais desenvolvidos sob o ponto de vista sócio-económico” eram os que possuíam “melhores índices de alfabetização”, à frente, com 34% dos oficiais alfabetizados encontramos o de Penafiel e, em último lugar, o de Gondomar com apenas 3%. Após esta análise tão detalhada chega ao resultado de que a taxa de alfabetização da população masculina do termo do Porto rondaria os 15%, mas como as mulheres eram na sua maioria analfabetas, admite que a apenas “10% da população rural possuía o conhecimento das letras”, resultados muito inferiores aos encontrados, por exemplo, para a Normandia.

No que diz respeito ao “mundo urbano”, este parece levar grande avanço sobre o rural, calculando para o sector secundário e parte do terciário que a alfabetização se deveria situar entre os 35 e os 45%. Na conclusão final, Ribeiro da Silva afirma que “o Porto e a sua região provavelmente não atingiam, em 1600, a taxa de alfabetização da Inglaterra onde 25% dos homens sabiam ler e escrever”, mas não ficaria muito atrás da França, onde a percentagem da população masculina alfabetizada rondaria os 16%. E, termina dizendo que “alguns pontos parecem, entretanto, irrefutáveis: a vantagem do morador da cidade sobre o campo, do homem sobre a mulher, das elites sociais e do dinheiro sobre o homem comum”¹⁰.

Ainda no âmbito da alfabetização e ensino, participou no 1.º Encontro de História da Educação em Portugal com uma comunicação intitulada *O Ensino Público em Portugal no século XVII: avanços e recuos*, onde, conforme escreve, pretende mostrar a existência “de uma certa mentalidade retrógrada dos grupos dominantes do país nos fins do século XVI, primeira metade do século XVII, em relação aos Estudos que fossem para além do simples, ler escrever e contar.” Mais uma vez, o caso em análise é o burgo portuense utilizando para o efeito os “Livros de Actas da Câmara Municipal do Porto e outras fontes municipais”, bem como os “Capítulos apresentados nas Cortes de Lisboa de 1619 e 1641 e respectivas respostas por parte do Poder”.

As “Forças vivas da cidade” parecem ter tido uma atitude desconfiada e hostil para com os estudos de «gramática e latim», embora alguns, de ideias mais arejadas, procurassem “avançar

¹⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A alfabetização no Antigo Regime (1580-1650). O caso do Porto e da sua região*, pp. 106-125, 138, 141, 154, 160.

para o futuro”. No entanto, a aristocracia portuense não parecia convencida da «utilidade e necessidade» de escolas, tornando-se, inclusivamente, hostil à instalação dos Jesuítas na cidade. Opôs-se, mesmo, às obras de ampliação do Colégio de S. Lourenço, por ter corrido o boato que iam passar a existir «aulas de latim e outras ciências». Apesar das razões aduzidas contra a criação de estudos na cidade do Porto - falta de alojamentos e mantimentos, bem como o receio que mulheres e donzelas pudessem ser inquietadas pelos estudantes - o Prof. Ribeiro da Silva acredita que as verdadeiras razões “*tinham a ver com a mentalidade retrógrada dos dirigentes e dos responsáveis*”. A nobreza temia que os Estudos fossem um princípio de mobilidade social e, por outro lado, “*muita gente influente julgava incompatíveis os dois modelos de cidade: do trabalho e do estudo*”. Aliás, “*para muitos, estudante era sinónimo de ocioso*”.

Este modo de ver a instrução era compartilhado pelas classes influentes do país, pois, em nome do progresso defendiam “*a imobilidade social e a manutenção dos privilégios estamentais*”, opinião também partilhada pelos povos. Havia, aliás, a ideia que o número de letrados era excessivo. Nos finais do século XVI e primeira metade do século XVII, a ideia vigente era a de que “*os Estudos e a Universidade deveriam ser instrumentos de perpetuação do sistema*”. De facto, ao impedir a expansão das instituições de ensino e ao seleccionar os estudantes de acordo com critérios estamentais, obstava-se a que estas não pudessem desempenhar “*o seu papel natural de agentes de renovação e mudança*”¹¹.

Ainda, acerca deste tema, no trabalho intitulado *História da Alfabetização em Portugal. Fontes, Métodos, Resultado*, datado de 1993, o Prof. Ribeiro da Silva chama a atenção para o pouco interesse que, até à altura, este assunto tinha despertado em Portugal e para as lacunas existentes, sobretudo as que Roger Chartier chamou práticas “*de escrita e práticas da leitura*” pois, apesar de alguns estudos importantes, em sua opinião, “*ainda não sabemos o suficiente sobre as capacidades de escrita de práticas de leitura dos portugueses*”, sobretudo no que diz respeito ao denominado período moderno.

Neste trabalho, o autor faz um historial daquilo que designa por “*raízes dos estudos que constituem o que genericamente se chama a história dos processos de alfabetização*”. Recorda o contributo da historiografia francesa e do escritor oitocentista Louis Maggiolo, além das várias achegas dadas por autores lusos na segunda metade do século XX, para o estudo do caso português. Aponta o rumo a seguir, escrevendo que “*o caminho metodologicamente mais fecundo e hoje mais reclamado é o de fazer a contextualização dos níveis apurados, de modo a que a alfabetização possa constituir e ser tomada como uma variável histórica*”. Além disto, tal como fez na tese complementar da dissertação de doutoramento, volta a interrogar-se acerca do “*valor da assinatura como critério para a avaliação da alfabetização*” e a que nível ela corresponderia, perguntando se não se correrá o risco de “*misturar e confundir os quase analfabetos com os alfabetizados*”, sobrevalorizando, deste modo, o saber e escrever. Contudo, de acordo com François Furet e Jacques Ozouf, “*a assinatura constitui um bom barómetro da alfabetização*”.

Quanto às fontes, estas dependem das épocas históricas, porque para o século XIX dispomos dos censos, registos prisionais e militares, bem como livros de passaportes, guardados nos governos civis. Já no relativo às épocas anteriores há que utilizar registos de casamento, embora, no caso português, estes, por vezes, sejam de pouca valia, documentos notariais e fontes fiscais, apesar destas duas últimas contemplarem apenas o “*universo masculino*”. No que diz respeito aos

¹¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O ensino público em Portugal no século XVII: avanços e recuos*. In 1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações, Lisboa, 1988, pp. 115-123.

documentos municipais, estes, apesar de contemplarem um grupo “restrito”, oferecem “a vantagem de referir vários estratos sociais”. Documentos alfandegários, fundos da Inquisição, da Real Mesa Censória, da Intendência da Polícia, das chancelarias régias, inventários e catálogos das bibliotecas, colecções de legislação e textos literários são, de acordo com o autor, outros tantos fundos documentais a ter em conta para este tipo de estudos¹².

Um outro exemplo do interesse do Prof. Francisco Ribeiro da Silva pelo ensino e pela história da educação é o trabalho intitulado *O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de Oitocentos*, onde trata da história desta instituição, cujo alvará data de 1792, mas que começou apenas a funcionar em 1800. Foi “um dos primeiros estabelecimentos de ensino da cidade do Porto”, sendo “seguramente o primeiro promovido por uma Irmandade ou Ordem Terceira”. Funcionava em regime de internato e de externato. Os estudantes eram oriundos de “grupos sociais favorecidos”, provenientes do burgo portuense, do termo da cidade e do norte de Portugal, bem como do Brasil, embora também fossem admitidos alguns gratuitamente, nomeadamente os “filhos de irmãos pobres, órfãos ou filhos de pais incógnitos”. Estes prestavam alguns pequenos serviços, “sobretudo na área do culto religioso”¹³.

* * *

Muito mais havia para dizer acerca dos aspectos sociais e culturais presentes na obra do Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, limitámo-nos a assinalar aqui apenas alguns dos que mais nos marcaram, até porque a vastidão da obra não nos permitia abordar todos. Além do contributo que o seu labor trouxe para um melhor conhecimento das problemáticas da História de Portugal e da cidade do Porto, a sua acção foi também importante pelos caminhos trilhados, pelas pistas traçadas e pelas questões levantadas. Tudo isto pautado por um rigoroso trabalho de arquivo e pelo conhecimento e utilização da bibliografia portuguesa e estrangeira mais actualizada. Permito-me ao terminar, citar uma vez mais, o homenagem: “O homem é um ser complexo, multifacetado e a História global deverá tentar compreender todos os aspectos do mesmo homem.”¹⁴

Jorge Martins Ribeiro

Universidade do Porto - Faculdade de Letras
Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

¹² SILVA, Francisco Ribeiro da – *História da Alfabetização em Portugal. Fontes, Métodos, Resultados*. In “A. Nóvoa e J. Ruiz Berrio (coord.) - História da Alfabetização em Espanha e em Portugal. Investigações e actividades”. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, pp. 102-113.

¹³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de Oitocentos*. In «Revista da Faculdade de Letras - História», III série, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2000, vol. 1, pp. 53, 55, 57-59, 65.

¹⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Temores do Homem portuense do primeiro quartel do século XVIII*. In “Revista de História”. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p. 183.

Vilar, Juan B., *El Exilio en la España Contemporánea*. Murcia: Universidad de Murcia. 2006. 74 pp. (Depósito Legal: MU-1585-2006)

Esta Lição Inaugural do Ano Académico 2006-2007 da Universidade de Murcia, proferida por Juan B. Vilar tem como objetivo lançar a questão da emigração política como uma das faces de sociedades intolerantes, cívica e simbolicamente, e também expressão da paulatina consolidação de regimes políticos pluralistas e democráticos. O contexto da reflexão é a realidade espanhola contemporânea, desde o início de oitocentos até meados da década de setenta do século XX, com o sentido de propor um “estudo sistemático, equilibrado e suficientemente documentado do exílio espanhol considerado no seu conjunto” (p. 8). Este propósito é ancorado numa bibliografia rica, mas não isenta de desequilíbrios e com tendência a saturar períodos mais recentes, particularmente o compreendido entre 1936 e 1939, em detrimento nítido dos momentos precedentes, preocupação metodológica expressa pelo Autor (cf. 43-46; Bibliografia básica, p. 47-74) que é acompanhada por uma interessante precisão conceptual onde se quer estabelecer a diferença entre quem abandona *voluntariamente* ou *forçadamente* um país, ou seja distinguir entre razões económicas ou motivos políticos; surge neste aspecto a distinção entre emigrante e emigrado - galicismo que designa aquele que “abandona o país por incompatibilidade com os princípios revolucionários”.

Tomando como referência o *Diccionario de la Real Academia Española* vai observando o Autor as matizes que o conceito emigrado vai tendo: expatriado, refugiado e exilado, com uma conotação radical já que refere “alguém excluído do seu país de origem por ser considerado um delinquente político, de acordo com a normativa legal vigente no respectivo país de origem e em cada circunstância histórica concreta” (p. 9). No caso particular de Espanha surge *ransterrado* como “referência aos emigrados políticos que foram acolhidos, ou procuram refúgio e amparo na América hispana e em especial no México, ou com o sentido de deslocação interior” (p. 9). Neste bosquejo pelo *Diccionario...* nota J. B. Vilar que só a partir do início do século XX é que a significação exilado é incorporada no léxico.

Antes de caracterizar as dinâmicas do exílio e lançar um atento olhar ao período de 1936-1939, o Autor enfatiza duas dimensões que o exílio congrega: por um lado, é expressão de intolerância, e, por outro lado, tem efeitos renovadores e modernizadores. Quanto ao primeiro aspecto, destaca a precaridade e impossibilidade de convivência pela frequente alteração à normalidade constitucional o que origina saídas do país que em termos pessoais são vividas com uma forte intensidade dilacerante e com o permanente desejo de voltar. Momento de retorno que nem sempre é triunfal porque a recusa do novo está ainda presente em todos aqueles que recusam as luzes e vivem com o peso da tradição, como expressavam com frequência os emigrados oitocentistas. Nos círculos de exílio, discutia-se frequentemente da irrepreensibilidade ética do expatriado, que o devia proteger (assim como demonstrar à sociedade de acolhimento) da existência de “oportunistas e impostores”. O exilado devia-se distinguir pela sua “resignação nos trabalhos, a sua obediência às leis, e a sua profunda e sincera gratidão aos benfeitores” (p. 13), esta máxima não esconde porém as dificuldades de integração e as distorções mais ou menos visíveis consoante o país de acolhimento, como também a origem regional do emigrado, já que a Espanha não é um bloco monolítico pensado unicamente em termos de Castela, como sublinha o Autor (p. 13, 14, 15).

Relativamente aos efeitos renovadores e modernizadores pontualiza-se que o espanhol é um viajante forçado pelo ritmo traumático da história, e que o exílio é a incubação de “uma

ideologia nova”, uma assimilação de novos valores e uma revisão do próprio ideário; é em suma, “uma renovação que começa no próprio emigrado”, mas que alastra aos âmbitos do pensamento, da ciência e da cultura (p. 16, 17). J. B. Vilar recorda ainda que o exílio era “uma aventura para o desconhecido”, numa Espanha do início do século XIX onde viajar era uma odisseia inimaginável (p. 16). Refere-se com acutilância à “realidade da componente feminina da emigração” (p. 18) por considerar que é uma problemática sempre presente nos emigrados.

Dedica o Autor um par de parágrafos a discutir os efeitos positivos pelo retorno dos emigrados políticos do século XIX e o impacto extraordinário que originou nos países de acolhimento, especialmente na América Latina, o fluxo emigratório da Guerra Civil, 1936-1939, não esquecendo as trágicas consequências que provocou em Espanha: “Leva-nos a considerar que tão negativo como o êxodo em si foi a influência de tal ausência [note-se que cerca de 40% da elite intelectual exilou] na evolução cultural espanhola posterior...” (p. 21). Não será, então, de estranhar a recuperação que o Franquismo vai encetar para reabilitar alguns exilados, tanto no estrangeiro, como no interior; refira-se a título de exemplo que o exílio deu dois prémios Nobel (p. 21).

Outro aspecto que nos é referenciado prende-se com as emigrações carlistas que possibilitaram um ganho para a ideologia liberal de muitos exilados e um temperar dos princípios ideológicos dos monárquicos radicais (p. 19).

A dinâmica do êxodo contempla um ciclo que tem uma primeira expressão coetânea com a Revolução francesa e que no período de 1808 a 1814 ganha expressão pelo retorno de cerca de 21.000 exilados que assumiram funções relevantes na reforma político-administrativa que caracterizou a transição do Antigo Regime para o Liberalismo; um momento posterior focaliza-se nas emigrações liberais motivadas pelas repressões absolutistas de 1814-1820 e 1823-1833, separadas por “um êxodo de sinal contrário, ainda que menos intenso durante o Triénio constitucional” (p. 23).

Calcula-se que nestes três períodos tenham empreendido exílio mais de 50.000 espanhóis para países como a França, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Portugal e diferentes repúblicas ibero-americanas. J. B. Vilar nota que esta fase corresponde a um tipo de emigração elitista porque permitiu a difusão da língua e cultura espanholas pelos destinos dos exilados.

Entre 1833-1868 verifica-se a emigração da “incipiente esquerda anti-dinástica de carácter democrático e republicano” (p. 24), no quadro duma governação isabeliana caracterizada por uma forte instabilidade política. São de pontualizar, nesse cenário, “os motivos por intolerância de sinal religioso, caso dos evangélicos espanhóis expulsos em 1836 por serem considerados incompatíveis com a confessionalidade católica do Estado” (p. 24).

Um penúltimo momento está compreendido entre 1868 e 1936, ou seja o início do sexénio revolucionário, ou democrático, e o início da Guerra Civil. Este período selou o fracasso de uma República burguesa que apesar de centralizadora foi “dialogante, inovadora e reformista” (p. 24) e assistiu à emergência do movimento operário e à consolidação de diversos matizes políticos. O derradeiro momento é o período da Guerra Civil de 1936-1939, que o Autor designa como a “culminação de um ciclo migratório multiseular” (p. 25-39), descrevendo-o com grande detalhe e com a precisão que é possível estabelecer avança valores sobre o “impressionante êxodo” (p. 26) que originou (p. 32): mais de 1.200.000 espanhóis, para além das vítimas da “tremenda catástrofe” (p. 26). A Guerra Civil é-nos assim descrita por J. B. Vilar: “A Guerra Civil de 1936-1939 é sem dúvida uma das grandes tragédias da história de Espanha, mas também do mundo contemporâneo, pela sua intensidade, duração, devastadores efeitos, e pelas suas amplas

implicações e repercussões internacionais. Foi o desenlace não já violento, mas sim quase apocalíptico, de uma profunda crise socio-económica, política e cultural que vinha gestando-se desde muito atrás (as interessadas limitações, autocomplacência e erros da revolução liberal para uns e a recusa irreflexiva e irredutível a qualquer intento sério de renovação para outros) que terminou polarizando a sociedade espanhola em duas frentes [Frente Popular “*vs* Bloco Nacional] não só antagónicas mas incompatíveis.” (p. 25-26).

Circunstancia o Autor os destinos da emigração, destacando o fenómeno dos *niños de la guerra* (p. 28), em que grupos de crianças foram evacuados para destinos diferentes dos pais e adultos em geral; refere-se aos processos de repatriação; à origem geográfica dos exilados e enceta uma aproximação socioprofissional do exilado, ressaltando contudo que relativamente a estas duas variáveis não é possível caracterizá-las com precisão por “faltarem séries estatísticas completas e seguras” (p. 31, 32) pelo que os elementos que disponibiliza têm por base o estudo que J. Rubio elaborou para os fluxos que tiveram como destino a França. Retenha-se que as regiões da Catalunha e Aragão representavam 54,5% da origem dos exilados e que 30,4% e 45,4% dos emigrados trabalhavam nos sectores primário e secundário assumindo neste grande peso os operários especializados. No sector de serviços, 10,5%, destaque-se o peso dos professores dos diversos níveis de ensino, dos jornalistas e profissionais liberais, que apesar de se situar abaixo de 1% do total “alcançou um protagonismo dificilmente exagerável no conjunto do exílio” (p. 34), destacando-se de modo incontornável a designada *emigração literária* (p. 34-39). Assim a par de físicos, químicos, biólogos, arquitectos, engenheiros, filósofos e pedagogos, encontram-se artistas, escritores, poetas e tradutores, mas também historiadores, diplomatas, juristas e humanistas, que compreende nomes tão ímpares e universais como Antonio Machado, Juan Ramón Jiménez, Alejandro Casona, Max Aub, Ricardo Baeza, Ricardo Gutiérrez Abascal, Adolfo Salazar, Américo Castro, Claudio Sánchez Albornoz, Lorenzo Luzuriaga, Luis de Zulueta, Severo Ochoa, entre muitos outros nomes, como Concha Méndez, Margarita Xirgu, Maria Casares, Rosa Chacel, Maria Teresa Navarro e Emilia Hernando. Uma plêiade de mulheres e homens que se assumiram no campo da cultura como a marca de uma Espanha moderna.

A 20 de Novembro de 1975 morre Franco e o final do exílio configura-se para a diáspora de espanhóis. J. B. Vilar destaca como se processou em termos jurídicos e institucionais o retorno à Espanha democrática, explica “a complexa casuística” (p. 42) da condição de *emigrado político* (dedicando uma reflexão à questão do *exílio interior*) e diz-nos, para rematar o estudo, que em 1976 “o grosso do exílio espanhol ou tinha retornado ou descansava nos cemitérios da Europa e da América. Mas muito poucos desses sobreviventes optaram então pelo retorno, exceptuando, claro está, a elite dirigente do exílio (...). Em qualquer caso uns e outros, no término de uma existência azarosa, pródiga sobretudo em toda a espécie de carências e penalidades, sentiam-se satisfeitos com a missão cumprida” (p. 43).

José António Afonso

MEDINA, João (2006) *Portuguesismo(s): (acerca da identidade nacional) ensaio sobre as imagens de marca identitárias, os emblemas, os mitos e outros símbolos nacionais seguido de o Zé-povinho, estereótipo nacional e de outros estudos bem como de uma addenda (panorama documental e gráfico comentado)*

Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 543 p.

Recensão Crítica(*)

A recensão crítica de um texto pode, em meu entender, conjugar diversas operações intelectuais: identificação do autor; enquadramento sócio-cultural e editorial (contexto); análise e síntese de conteúdos (apresentação de temáticas tratadas e respectiva hermenêutica); delimitação das fontes e metodologias utilizadas. A perspectiva metodológica que defendo articula as variáveis (externas e internas) implicadas na elaboração do discurso historiográfico, e contempla o pensamento do historiador na sua historicidade. Os elementos biobibliográficos que a seguir exponho são carreados sem qualquer intuito *biógrafista* ou *intencionalista*.

A formação escolar de Medina começou com os quatro anos de expatriação em Joanesburgo. O autor empenhou-se, desde cedo, na oposição ao Estado Novo e licenciou-se em Filosofia, na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1966. Em 1970 doutorou-se em Sociologia na Universidade de Estrasburgo: convém lembrar que esta instituição foi o berço dos *Annales*. Os temas, os títulos e as metodologias de algumas obras de Medina indiciam quanto são tributárias de certos princípios e práticas difundidos por Febvre e Bloch. O regresso só se verificou após a mudança de regime. O inconformismo oposicionista de João Medina conjugou-se com a errância judaica e o exílio foi entendido como diáspora. A crença e a ideologia alimentaram-se mutuamente. A experiência conjuntural e transitória de vida no estrangeiro adquiriu um carácter simbólico, indirectamente reflectido em *Portuguesismo(s)* (Medina, João, *Autobiografia*, J. L., Ano XXVI, nº 941, de 25 de Outubro a 7 de Novembro 2006, P.144).

O autor apresenta um perfil intelectual multiforme, que concilia a investigação e docência com o publicismo – em suportes diferentes – não especializado, mas também universitário. Como professor, é catedrático desde 1988. Realizou diversas conferências científicas em universidades estrangeiras. O autor de *Portuguesismo(s)* também não se confina à dicotomia que Gramsci desenhou entre «(...)intelectuais tradicionais – professores, eclesiásticos e administradores – e orgânicos, ligados a classes ou empreendimentos que os utilizavam para organizar interesses, conseguir mais poder e obter mais controlo (...)» (citado por Said, Edward, *Representações do Intelectual*, Lisboa, Colibri, 2000, pp. 23 e ss).

Do percurso biográfico esboçado resulta que talvez não enjeite a perspectiva de intelectual defendida por Edward Said: «a política está em todo o lado; não nos podemos escapar para o reino da arte e do pensamento puros, nem, nessa mesma linha, para a esfera da objectividade desinteressada ou da teoria transcendental. Os intelectuais são do seu tempo, arrebanhados pelas políticas de representações para as massas (...)» (*idem, ibidem*, p.34).

Medina afasta-se, parcialmente, do intelectual orgânico, todavia não deixa de acolher a perspectiva que salvaguarda o serviço a uma instituição, na qual faz carreira. É, em meu entender, um intelectual específico, dado que se especializou em determinadas matérias, mas trata-as de uma forma que se coaduna com o ideal ou a nostalgia românticos do intelectual total, pertencente a uma elite, e preocupado em relacionar-se com públicos alargados. A análise dos títulos da sua bibliografia permite testar estas considerações. Trata-se de um percurso situado no século XX e

participante da respectiva memória histórica. Enquanto historiador, Medina dedica-se à História e Historiografia incidentes sobre a época contemporânea. O questionamento meta-historiográfico é recorrente, num duplo sentido; interroga a sua prática e questiona os contextos que a originaram e em que se desenvolve.

O autor de *Portuguesismo(s)* divide-se por diversos saberes como reflexo da formação já explicitada. Dai a relevância do excursus biográfico. O texto *Criação e Comunicação do Conhecimento Histórico na Faculdade de Letras de Lisboa* foi escrito em colaboração com outros colegas de departamento, em 1985 (Medina, João; Borges Nunes, Eduardo e Barreto, Luís Filipe, *Criação e Comunicação do Conhecimento Histórico na Faculdade de Letras de Lisboa*, Revista da Faculdade de Letras, nº 4, 5ª Série, 1985, pp. 7-10). Representa uma conjuntura específica da historiografia em Portugal, e é nela que deve ser estudado. O cruzamento de investigação e comunicação do conhecimento parece constituir-se como imperativo categórico dos títulos publicados por Medina. Verifica-se apetência pelo âmbito de análise cultural – a nível temático e metodológico – e convergência das duas vertentes que a História da Cultura assume desde os Anos 60, em alternativa ao modelo dominante no século XIX.

Foi neste contexto que se consolidaram, por um lado, a História das Mentalidades (sob a influência francesa, na esfera da segunda geração dos *Annales*) e, por outro, a História das Ideias, mais incrementada nos países anglo-saxónicos, em Itália, e também em Portugal (Luís Reis Torgal; José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da Historiografia em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 400). João Medina aproveita as duas perspectivas e concilia-as. *A Nova História Cultural*, preconizada por Lynn Hunt, tenta unir campos e métodos portadores de disparidade e dispersão de difícil circunscrição ou agrupamento (Hunt, Lynn, *A Nova História Cultural*, São Paulo, Martins Fontes, 1992).

Um dos temas que interessou Medina, e que considero revelador das suas práticas historiográficas, foi *O Caso Dreyfus em Portugal* (Medina, João, Lisboa, Revista da Faculdade de Letras, 5ª Série, nºs 16 e 17, 1994). A compilação – de documentos e de textos – é um processo formal comum a outros trabalhos, anteriores e posteriores, e concita uma operação intelectual reiterada metodologicamente: a síntese, atitude propiciadora de juízos críticos, e, por vezes, associada ao método comparativo, naquele caso decorrente do estudo da repercussão do *Caso Dreyfus em Portugal*. A obra do autor de *Portuguesismo(s)* é extensa e nela encontram-se temas de eleição recorrente e repetidamente trabalhados para além dos expostos: *Zé Povinho*; *O Iberismo (e Anti-Iberismo)*; *A Primeira República*, no seu conjunto, ou através da consideração de algumas personalidades; *O Estado Novo*; *a Europa*; *As Utopias*. De uma forma ou de outra, todos estes assuntos denotam investimento numa história da cultura que privilegia ideias, representações, símbolos, ideologias, num equilíbrio entre produções intelectuais e mentalidades, inseridas em contextos sócio-culturais dos séculos XIX e XX. *Portuguesismo(s)* inventaria e versa os temas referidos, sem excepção, dado que são relacionáveis com a questão da identidade, central no texto em vertente análise.

No plano do ensaísmo, ou de investigação académica, a *identidade portuguesa* e a imagem que os portugueses têm de si próprios são objectos de estudo, nas mais diversas áreas, desde o século XIX à actualidade, segundo várias tendências. Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Vitorino Magalhães Godinho, Eduardo Lourenço, Maria de Lourdes Belchior, António Teixeira Fernandes, Boaventura Sousa Santos, José Gil ou, mais recentemente, Maria Isabel João, José Manuel Sobral, Sérgio Campos de Matos, Moisés de Lemos Martins, Luís Cunha, Joana Miranda, entre muitos outros, têm, em meu entender, dado importantes contributos nesta matéria. A conjuntura

européia e mundial enfrenta a globalização, que pode ser produtiva, se estimular a individualidade dos países e dos indivíduos, mas também é negativa, quando aponta para a homogeneização ou uniformidade de procedimentos. *Portuguesismo(s)* teve uma primeira versão apresentada a um colóquio intitulado *Nação e Identidades – Portugal e os Portugueses e os Outros*, realizado na Faculdade de Letras de Lisboa, 9 a 12 de Dezembro de 2005. Esta situação denota um interesse na Historiografia como forma de divulgação de conhecimentos.

Neste contexto e, em parte, na sequência dele, deve entender-se a publicação do texto. *Portuguesismo(s)* é, em certa medida, “o Portugal de” João Medina. Constitui revisitação e súpula de grande parte dos estudos do autor, um balanço, no duplo sentido: síntese e movimento, testemunho e incitamento à continuação da investigação como modo de participação na sociedade. O emprego do vocábulo *identidade* é apropriado. Comparece no subtítulo escolhido pelo historiador: (*acerca da identidade nacional*) *ensaio sobre as imagens de marca identitárias, os emblemas, os mitos e outros símbolos nacionais seguido de o Zé-povinho, estereótipo nacional e de outros estudos bem como de uma addenda (panorama documental e gráfico comentado)*.

Atente-se num aparente paradoxo, que o texto não desfaz, tornando-o produtivo. Enquanto o título é lacónico, resume-se a uma palavra, o subtítulo – ausente da capa e, maioritariamente, da folha preliminar (anterrosto), talvez por razões de índole estilística, retórica, editorial—comparece, inteiramente, na folha de rosto e resulta prolixo, paródico, lembra procedimentos com ressonâncias na tratadística do Humanismo em Portugal nos séculos XVI a XVIII. Parece engendrar-se um quadro que permite vislumbrar a complexidade de definição de *Portuguesismo(s)*, termo que encerra polissemia. Medina reconhece-o, através do plural no qual enuncia a palavra.

A capa contempla quatro imagens de portugueses, que podem simbolizar a *identidade* nacional, escolhidas eventualmente por representarem – do plano superior para o inferior, e da esquerda para a direita – D. Sebastião, Camões, Zé-Povinho e Pessoa. Destaca-se a presença de uma personagem entre personalidades e a visão escultórica e caricatural do *Desejado*, por João Cutileiro. O autor reserva, inclusive, o espaço que antecede o *prefácio* para listar algumas definições de *portuguesismo* patentes em dicionários. São recolhidas informações relativas ao signifiante e ao significado. O autor não se circunscreveu às que se relacionam com a vertente semântica. Enquanto as primeiras definições se centram nos portugueses, as últimas contemplam a diferença face a outros povos, de modo explícito.

Medina classifica o seu estudo de modo genérico mas significativo. Chama-lhe ensaio e, sem a especificar, ou referir – implícita ou explicitamente – sugere-me uma tradição que incorpora personalidades distintas, de épocas diferentes como Montaigne, António Sérgio, Sílvio de Lima ou Eduardo Lourenço. *Portuguesismo(s)* é um conjunto de textos, estudos e documentos de proveniências diversas, reunidos em torno de um eixo axial, para o qual enviam e remetem: a *identidade* portuguesa e, mais precisamente, as respectivas representações culturais e simbólicas. O ensaio alimenta-se da conciliação, nem sempre estável, entre dois pólos gnoseológicos: o sujeito e o objecto, a expressão pessoal e o que acontece para além e fora dela.

O texto é difícil de classificar e talvez se situe, prioritariamente, no inventário ensaístico. Esta obra constitui um exercício aparentável com a *Ego-história*. *Portuguesismo(s)* desafia e alarga os limites do género, na medida em que se filia, acentuadamente, no amplo campo da ideologia. Esta inserção resulta problemática. É usual assumir-se que vivemos sob os efeitos da crise das ideologias, sobretudo se aparentáveis com os grandes sistemas, tendencialmente fechados, as metanarrativas totalizantes. O texto é sensível a outra aceção, que entende as ideologias como sistemas abertos, e contempla, eventualmente, não sistemas. *Portuguesismo(s)* demonstra «que o

historiador se apercebe cada vez mais do carácter contemporâneo da história (como já dizia Croce) e de que esta é inseparável do historiador (como pensava Marrou) (...)» (Torgal, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989, p.27).

Um dos limites da historiografia sobre a época contemporânea é a possível falta de distanciamento dos historiadores face ao momento em que vivem. Medina enfrenta essa reserva. A relação que vislumbro com a *Ego-história* não é total, nem visa o género de modo ortodoxo. A forma canónica congrega o percurso biográfico e intelectual do autor, narrado na primeira pessoa. Tem em conta a dimensão diacrónica como substrato da incursão. *Portuguesismo(s)* exclui trajectória semelhante, encarada na sua plenitude. A discussão explícita do estatuto da *Ciência de Clio* está ausente, mas o autor convoca os préstimos da historiografia, numa perspectiva que reitera outras tomadas de posição. O livro divide-se em três partes e cinco capítulos, estruturados do seguinte modo: três na primeira secção, um na segunda e outro na última. Contém uma *addenda*. o núcleo central do texto, no plano da extensão, é constituído pela parte inicial, intitulada: *sobre as imagens de marca identitárias portuguesas*. Em dois momentos consecutivos, Medina lança a *questão* (1º capítulo) e tenta responder-lhe.

O autor segue Braudel, cujo pensamento serve de epígrafe à primeira parte de *Portuguesismo(s)*, dedicada à reflexão sobre a *identidade como questão e as imagens de marca identitárias portuguesas*. A *identidade* não se esgota em certos vectores adstritos a uma perspectiva clássica, combatida por Medina. Os vectores invariantes para análise estrutural são: um território, uma língua, a historicidade, um estado, elementos incorporados numa dinâmica vasta e relativizados. Na obra em questão assume-se a desmontagem de certas visões da *identidade* de teor nacionalista, e essencialista, herdeiras de oitocentos. No século XIX deu-se expressão a uma construção centrada nos elementos clássicos da *identidade*, legitimadora do discurso e da propaganda vinculados ao encarecimento da nação: a Comunidade, o Estado, a Língua, a Religião, o Romance Histórico, Museus e Arte. A crítica de Medina à ideologia fundacionalista passa pela destruição de um mito das origens (o de Viriato) e pela recusa de uma historiografia que trata as personalidades históricas como emblemas de um sacrifício e morte pela Pátria.

O escalonamento dos assuntos tratados, no segundo capítulo, é o seguinte: *A construção das identidades nacionais; como se forja a identidade nacional; portuguesismos e anti-espanholismo; as metamorfoses deste síndrome luso; Viriato, o lusitano, pertence ao cânone português? Os mártires da pátria, os expulsos: o martírio dos judeus, a "gente da nação, que a nação banuiu do seu seio e duas vezes reduzida cinzas*. Parece imperar um raciocínio dedutivo, que parte do geral (nos dois primeiros pontos) para a respectiva particularização (nos quatro seguintes, que funcionam como exemplos dos anteriores).

A discussão teórica e académica sobre *identidade* não é aprofundada, nem se enumeram os estudos portugueses desse cariz dispersos por diversas áreas de saber. Até que ponto se pode afirmar que o europeísmo federalista de Medina afasta, liminarmente, formas não puras de nacionalismo ou, pelo menos, de patriotismo, afins a certas correntes de pensamento, afectas à modernidade pós-iluminista? O posicionamento anti-épico, em certa medida, não elimina, e subsume, o reverso do referente a que se opõe. Pela crítica legítima o criticado. Exime-se a soluções que excluam a respectiva configuração temática ou esquemática.

A *identidade* portuguesa é vista, criticamente, como *bem de consumo* (?), à mercê das estratégias do Estado e da elite oficial. As imagens de marca, presentes no segundo capítulo da primeira parte, podem assumir diversas naturezas: *as imagens de marca a nível cultural; espírito de escárnio e maldizer e tendência satírica; imagens de marca do foro gastronómico; música popular e*

canção nacional; o ditongo mais popular: o ão; imagens de marca oficiais: hino e bandeiras nacionais; o brasão português: o brasão das quinas; a esfera armilar; a nacionalização da floresta e da natureza; um falso emblema nacional: o galo de Barcelos; um alibi português: o luso tropicalismo.

O terceiro capítulo da primeira parte (p.101-202) é dedicado às figuras e personalidades que, segundo o autor, são reconhecidas pelo destaque que obtiveram na sociedade do seu tempo. Medina designa-as *heróis*. Este termo possui um cunho literário, e um lastro oitocentista, filiado no Romantismo. O destaque conferido a alguns percursos individuais pode ser lido como reacção ao estruturalismo braudeliano e assunção de afinidades com a terceira fase dos Annales e com certos sinais de pulverização da *Escola*.

A selecção dos *heróis*, como qualquer escolha, depende da subjectividade de quem a exerce. Acresce que Medina tem consciência da necessidade de teorizações e aplicações futuras do conceito de herói. Declara ambições confinadas a um inventário temático, que obedece aos seguintes agrupamentos: *santos populares; heróis literários e culturais; heróis ultramarinos; heróis régios e heróis políticos; heróis malditos; figuras anti – portuguesas.*

Na lista dos Santos Populares, Santo António é o único a receber destaque e tratamento diferenciado (p.101-105). São Pedro, São João e Nossa Senhora da Conceição merecem apenas referência curta, dado que fazem parte da hagiologia lusa. Esta discriminação pode dever-se a exigências de economia textual, ou à necessidade correlata de não haver desvios em relação aos temas principais da inventariação. O cruzamento da cultura erudita com a popular é escassamente estimulado neste andamento, o que não deixa de ser curioso num texto que alberga uma secção autónoma sobre o Zé-Povinho, objecto de estudo privilegiado em vários trabalhos.

Os *heróis literários e culturais* citados e tratados são os seguintes: Luís de Camões, Inês de Castro, Damião de Góis, Pedro Nunes e Garcia da Orta, Fernão Mendes Pinto, António Vieira, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Eça de Queiroz, António Sérgio, José de Almada Negreiros, Fernando Pessoa e Rodrigues Miguéis.

Quanto aos *heróis ultramarinos*, o infante D. Henrique é a figura da expansão que maior mitificação tem sofrido. O autor não refere a atenção que aquele tem obtido desde finais do século XIX, sendo alvo de comemorações que mais tarde o Estado Novo prolongou. Os *heróis* colonialistas recolhem maior destaque, em quantidade e extensão – ainda que não muito acentuada – da prosa. As personalidades apresentadas viveram entre finais do século XIX e princípio do século XX, à excepção de Afonso de Albuquerque, o que demonstra a afinidade de Medina com temáticas incluídas na época coincidente com aquele horizonte temporal apontado. Ficam os nomes: Afonso de Albuquerque; o Major Serpa Pinto e os exploradores Capelo e Ivens; o capitão Mouzinho de Albuquerque; os heróis de Quionga; Francisco Xavier de Aragão; Tenente Valadim; João de Almeida; Anacleto do Rosário.

Os *heróis régios* e os *heróis políticos* são apresentados em conjunto, sem divisões ou diferenciações: o Rei Pedro *O Cru*; Nuno Álvares Pereira; D. João II; o Marquês de Pombal; o Marechal Gomes Freire de Andrade; D. Pedro IV; D. Pedro V; Fontes Pereira de Melo; João Chagas; Henrique de Paiva Couceiro; António Machado dos Santos; Afonso Pala; Miguel Bombarda; Afonso Costa; Sidónio Pais; Humberto Delgado; Henrique Galvão; António de Oliveira Salazar – que ocupa cerca de um terço da secção em que é integrado –; Francisco Sá Carneiro, líder de uma direita que sob a sua chefia foi considerada civilizada. Os substantivos e adjectivos utilizados para descrever Salazar são portadores de diversos níveis e registos de linguagem, de modo a obter-se uma caricatura mordaz, na qual o uso do sarcasmo é revelador da reprovação de Medina que, ao pretender julgar a personalidade em causa, a trata como personagem literária.

Os *heróis populares* de sagas mais diversas (grandes feitos, vitórias desportivas, estrelas de teatro, cinema e TV) abrangem diferentes áreas do espectáculo. Destacam-se António Silva, Vasco Santana e João Villaret, cujo contributo para a história do Cinema e teatro em Portugal é, certamente, maior do que o espaço que lhes é dedicado. Os três partilham a mesma profissão. Faltou referir algumas personalidades importantes. Em grupo e, mais uma vez, abruptamente são enunciados – também laconicamente ídolos do desporto e dos estádios:– “os cinco violinos” e Eusébio, no futebol, ou Carlos Lopes e Rosa Mota, no atletismo, entre tantos outros que não mereceram citação.

Seguem-se os *heróis malditos*, apontados muito brevemente: o *traidor* Miguel de Vasconcelos; os *bandidos* que o povo venerava: Diogo Alves, José Brandão, José do Telhado ou Alves dos Reis. Também merecem referência, algo mais alargada, os regicidas Buiça e Costa, cujas biografias são indiciadas, provavelmente devido a Medina ser um especialista em assuntos da Primeira República, que teve a sua eclosão preparada por diversos factores, entre os quais o assassinato de D. Carlos e D. Luís. As *figuras anti-portuguesas* encerram o rol de *heróis*. Entre elas contam-se duas personagens com peso simbólico, mas sem existência concreta, o *Gigante Adamastor* e o *Velho do Restelo* e personalidades históricas: Junot, Bonga e Gungunhana – negros rebeldes – e Filipe II de Espanha.

A segunda parte de *Portuguesismos* intitula-se o *Zé-povinho, estereótipo nacional e autocaricatura do português desde 1875* (p.206 a 218). A personagem é vista como símbolo que incorpora suposta dualidade característica dos portugueses. Por um lado, o *Zé* é crítico feroz dos poderes oficiais e instituídos, que o mantém pobre e sem recursos, por outro, o autor considera esse posicionamento mais retórico do que efectivo.

A terceira parte de *Portuguesismos* (p.219-306) contempla a publicação de um poema anónimo de 1874 e quatro estudos diversos dados à estampa em circunstâncias distintas, descritas em nota a abrir cada artigo, coligidos e repescados por versarem, de modos díspares, temas e personalidades que podem ser integrados no conspecto e debate da identidade nacional: *O suplício do Bacalhau; Que fazer do chamado “Hino Nacional?”; Gilberto Freyre contestado; varões republicanos. Quatro retratos políticos da primeira república e o Mal-estar dos Marranos.*

O texto termina com uma conclusão intitulada *à maneira de posfácio: o patriotismo, hoje* (p.301 -306). Na minha opinião constitui, com a introdução, um díptico harmonioso, e não apenas instrumental, na economia da obra. São dois momentos nucleares e fundamentais, apesar de se situarem nas extremidades de *Portuguesismo(s)*. As heranças do passado – qualquer que seja o seu teor –, sobretudo as más, ou menos gratas, são enfrentadas, discutidas, assimiladas e digeridas, de modo a aprender-se, nas acções futuras, com os erros cometidos em tempos idos. A preocupação moral e a confiança no futuro denunciam comprometimento com algum optimismo e um pensamento de matriz utópica. Medina não alinha por *niilismo* puro ou *relativismo* infrene, mas também se abstém de concretizar, em moldes analíticos, o conceito de Europa ou os contornos da utopia que defende.

A *addenda* (p.309-538) funciona como conjunto de anexos, de diversas naturezas, conforme o subtítulo deixa antever e adivinhar: *gravuras, comentários, nótuas biográficas e uma antologia de textos*. Mais do que um anexo, constitui espólio vivo, pronto a alimentar a vontade de saber daqueles que aproveitarem as informações que contém. Divide-se em XI secções: *de Aljubarrota a Alcácer-Quibir; os emblemas: escudos, brasão, bandeira; Portugal diaspórico: aventura, expansão, descobertas e império; ícones culturais portugueses, do século XVI ao século XX, estadistas, mártires, bandidos e déspotas; o povo errante: os judeus expulsos, perseguidos e queimados, o Zé-Povinho,*

estereótipo nacional; Santo António dos portugueses; o bacalhau; o Galo de Barcelos; trademarks portuguesas, imagens de marca comerciais portuguesas.

Um balanço geral – sempre provisório – de *Portuguesismo(s)* leva-nos a considerar que se trata de uma obra que se situa, eventualmente, de forma maioritária, nas categorias de referência e divulgação e, enquanto inventário, cumpre a sua função. Por outro lado, é inovadora e quase inédita, dado que apenas a precede no género – com várias décadas de antecedência – o inquérito de Rocha Peixoto.

Portuguesismo(s) é um trabalho atractivo e diversificado, fornece importantes indicações temáticas a serem retomadas, e possui acervo de fontes rico e variado. Por vezes, a estrutura é algo repetitiva e monótona. Arriscaria que *Portuguesismo(s)* apresenta os atributos – ou, eventualmente, a falta deles – encontrados por João Medina nos–*Náufragos do Mar da Palha* (Medina, João, *Os Náufragos do Mar da Palha*, Lisboa, Livros do Horizonte, 2006), metáfora dos portugueses, e paródia ao mar que nos resta no *regresso a casa*. As duas obras, publicadas consecutivamente, são equivalentes simétricas. Ambas cumprem – a primeira enquanto inventário, a segunda como ficção, ou espécie de *roman à clef* – o desígnio de serem *viagens*, leia-se sínteses e sondagens, a dois universos quase indissociáveis da produção intelectual de Medina (ver, no mesmo sentido: Machado, Álvaro Manuel, *João Medina: Naufrágios e Sermões*, J. L., Ano XXVI, nº 947, de 17 a 30 de Janeiro de 2007, P.15). *Portuguesismo(s)* talvez tente demonstrar abertura às ideias que lhe são adversas, dado que o respeito pelas diferenças é, progressivamente, consignado no meio intelectual do pós-25 de Abril (ver Real, Miguel, *Discurso Sobre a Superação do Pensamento Identitário Português*, Revista Prelo, nº 3, 2ª Série, Lisboa, IN/CM, Set-Dez de 2006, pp. 165-175). Todavia, nem sempre escapa à tentação do esconjuro e do exorcismo face a formas de pensar com as quais não se identifica, e antagoniza, em permanência, por vezes frontalmente. Resta apurar até que ponto esta iniciativa editorial contribui para que os historiadores deixem de ser “esses desconhecidos”, segundo a expressão de A. Carvalho Homem (Homem, Armando Luís de Carvalho, *Os Historiadores, Esses Desconhecidos*, Coimbra, Revista Portuguesa de História, Volume XXIX, 1994, pp. 33-53).

Nuno Miguel Bessa Moreira
Doutorando em História pela FLUP.

TAVARES, André, *Arquitectura Antituberculose*, Porto, FAUP. ISBN 972-9483-73-6, p. 309.

Num primeiro instante, ao olhar o índice do livro *Arquitectura Antituberculose* de André Tavares pode sentir-se uma vertigem. As designações dos seus capítulos como *Álbum Fotográfico*, *Aromas balsâmicos à beira-mar*, *Encontros entre dois médicos*, *Rotas helioterapêuticas*, *Le tour d'Europe*, *A morte da soleira*, *Contágio disciplinar*, *Imagem e propaganda*, *A reconstrução do Homem*, *A higiene como virtude política*, *Medicina ortogonal* ou *Natureza e Betão Armado* poderão surpreender num livro de arquitectura. Contudo são eles que apontam, desde o início, um dos aspectos mais

relevantes deste texto: o modo como se entende a investigação em arquitectura. E porquê? Porque o caso de estudo de cada capítulo é apresentado como uma narrativa dedicada a um tema, configurando, no seu conjunto, uma visão panorâmica, rica de sentidos e de pontes entre saberes.

Este livro trata o período de construção dos sanatórios para a tuberculose em Portugal e na Suíça até à invenção dos antibióticos específicos. Este momento do combate à tuberculose centra a atenção nas qualidades do espaço construído, como factor capaz de regenerar os doentes, o que perspectiva o desejo de uma nova forma de vida, numa sociedade



1 . Clínica Heliântia de Francelos
[Arquivo Histórico Municipal do Porto]

mais saudável, com uma consciência moderna do corpo, da higiene e do habitar. Todos estes aspectos, decorrentes de uma pesquisa arquivística em Portugal e na Suíça, abordam sistematicamente as interações da arquitectura com a luta contra a tuberculose, no plano técnico, social e cultural, promovidas pelos médicos Joaquim Ferreira Alves (1883-1944) e Auguste Rollier (1874-1954), e o arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira (1884-1957).

A investigação agora apresentada, ao inscrever-se no desdobramento destas narrativas, contribui para uma releitura (crítica) das Histórias da arquitectura. Ao clarificar o papel da

Clínica Heliântia de Francelos (1929) no seio da arquitectura portuguesa do século XX, por exemplo, este livro abre outras vias de conhecimento (não canónicas) sobre os processos de difusão e construção da arquitectura moderna.

Até aos anos 60, a historiografia da arquitectura apresentava o Movimento Moderno como um estilo, registado numa sucessão coerente de obras e autores, e não como uma realização polissémica e dispersa que era. Este entendimento de Moderno, centrado em Sigfried Giedion (1888-1968) cofundador em 1928 do CIAM (Congrès



2 . Fotomontagem dos serviços fotográficos das clínicas do Dr. Rollier, Leysin

International d'Architecture Moderne), defendia a transformação da sociedade pela acção da “nova” arquitectura. Esta construção da história permitiu rejeitar, esquecer e desvalorizar processos arquitectónicos com outro entendimento de moderno (e com um peso efectivo na construção da cidade) que, ocorrendo no mesmo espaço e tempo, turvavam uma leitura “branca” da obra dos pioneiros do Movimento Moderno. Esta construção do moderno foi redutora. Mas foi igualmente eficaz e essencial. Sem esta redução da complexidade ou sem a eleição de arquitecturas chave, a pretensão do desenho para todos (com maior racionalidade, eficácia e gratificação estética), de um *International Style*, não se teria constituído como um novo horizonte. A unidade de habitação tipo, onde todos deveriam ser “iguais”, não teria sido sonhada.

A reivindicação da complexidade do processo onde a arquitectura se tece permitiu, desde o final da década de 60, pôr fim a uma visão ortodoxa do moderno. Assim, ao considerar outras narrativas, aceitou-se que o projecto arquitectónico é reunião de diferentes dimensões, o que define a sua necessária hibridéz. Permitiu-se que a arquitectura se tornasse mais próxima do habitante comum.

Este livro está construído a partir destas outras narrativas. Descobre-as e defronta a construção de uma história da arquitectura do lado da complexidade, da sua diversidade cultural e semântica. Ao adoptar esta posição, André Tavares está a afirmar, não só o enredo dos argumentos em estudo mas também uma posição face ao mundo da arquitectura e da crítica contemporânea que não se compadece com a volatilidade de algum do seu pensamento.

A história da *Arquitectura Antituberculose* mostra-nos um lugar de cruzamentos de pessoas e ideias, políticas e estratégias, materiais e técnicas, que constituem uma trama onde se constrói a arquitectura. A pluralidade de narrativas apresentadas nos diferentes capítulos, não é somente consequência da abertura disciplinar a outros conhecimentos, mas também da indispensabilidade de os considerar, para além de complementares, como parte integrante do saber arquitectónico. Ou seja, a afirmação de um espaço de trabalho próprio da arquitectura, tal como a sociologia, antropologia, medicina ou engenharia... com quem necessariamente partilha áreas de saber.

Os sanatórios e clínicas estudadas ao serem a expressão das “trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e a Suíça” afirmam uma cumplicidade entre saberes e arquitecturas, o que permite deixar uma interrogação: e a arquitectura o que é que determina nas terapêuticas?

O livro *Arquitectura Antituberculose* foi finalista dos prémios FAD (Fomento de las Artes y del Diseño) 2006 na secção Pensamento e Crítica.

Porto, 2007

Rui J. G. Ramos¹

¹ Professor na Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto. (r.amos@arq.up.pt)

Reedição de um clássico da Historiografia Coimbrã

DIAS (José Sebastião da Silva), *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, 2.ª ed., com «Introdução» e coord. editorial de Manuel Augusto RODRIGUES, Porto, Campo das Letras, 2006, 352 pp. (1.ª ed.: *Biblos*, 28 [1952], pp. 20-498; fez-se separata)



Fig 1. Cinco doutores em *Letras* recipiendários de insígnias na UC, com os respectivos «apresentantes» e o Reitor (Biblioteca Joanina, 1993, Nov.)

Da esq. para a dir.: Doutor Luís Ferrand de Almeida (1922-2006; «apresentante» do seguinte); Doutor José Maria Amado Mendes; Doutor António de Oliveira («apresentante» da seguinte); Doutora Maria Helena da Cruz Coelho; prelado universitário Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (em funções entre 1982 e 1998); Doutora Maria Manuela Bastos Tavares Ribeiro; **Doutor José Sebastião da Silva Dias** (1916-1994; «apresentante» da precedente e do seguinte); Doutor Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem; Doutor Jorge Manuel Barbosa Gaspar (da UL, «apresentante» da seguinte); e Doutora Fernanda Maria da Silva Dias Delgado Cravidão.

[Foto cedida pela Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, a quem profundamente se agradece; documenta a (porventura) última aparição em público – em Coimbra – do Doutor Silva Dias]

O Doutor José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) foi um insigne Mestre da U. Coimbra (1958-1979) e, em comissão de serviço, da U. Nova de Lisboa (1979-1986).

Natural de Arcos de Valdevez, cursou *Direito* na UC a partir de 1936. Foi então Presidente da Direção do CADC e Director da Revista respectiva (*Estudos*).

Licenciado em 1941, nos anos seguintes trabalhou em Lisboa, sucessivamente como Assistente dos Serviços de Acção Social (Instituto Nacional do Trabalho e Previdência) [1942-1946], Secretário do Tribunal de Execução das Penas [1948-1953], Inspector da Polícia Judiciária [1953-1956] e Provedor da Casa Pia [1956-1958].

Em 1957 deu-se a reforma curricular das Faculdades de Letras¹. Para o que de momento nos interessa, separavam-se as licenciaturas em *História* e em *Filosofia* e criavam-se quatro disciplinas anuais, «não agrupadas»², de *História da Cultura: Clássica, Medieval, Moderna e Portuguesa*. A convite do lente de *Filosofia* Doutor Arnaldo Miranda Barbosa (1916-1973), Silva Dias ingressará em 1958 no Corpo Docente da FL/UC, como professor contratado (além do quadro) do Grupo referido; regerá *História da Cultura Moderna, História da Cultura Portuguesa* (sua cadeira *emblemática*) e *História da Filosofia em Portugal*. Por longos anos trabalhará nestas 3 disciplinas; para além do que, nos Seminários de *História da Cultura Portuguesa* (para os então 5.ºs anos de *História* e de *Filosofia*, 1961 ss.) orientará a preparação das teses de centenas – seguramente – de licenciandos dos dois Cursos.

Nos finais da década de 50 concluiu o trabalho que se destinava a ser dissertação de doutoramento: *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI-XVIII)*³. Mas um problema legal se colocou então: como licenciado em *Direito*, Silva Dias não possuía os requisitos necessários à candidatura a um doutoramento em *História* ou em *Filosofia*. Só que o seu *patrono* Miranda Barbosa seria a última pessoa a deixar-se inibir face a obstáculos jurídico-burocráticos desta natureza: em Conselho de Faculdade fez aprovar uma “resolução/proposta” nos termos da qual as *Correntes do sentimento religioso...* eram título q.b. para o doutoramento h.c. em *Letras* pela UC. O acto solene decorreu em 1961, em cerimónia onde igualmente receberam as suas insígnias os Doutores Alexandre Fradique Gomes de Oliveira Morujão (*Filosofia*), Victor Raúl da Costa Matos (id.; † 1974) e Walter de Sousa Medeiros (*Filologia Clássica*)⁴.

E a carreira prosseguiu: em finais dos anos 60, o grau de doutor h.c. foi considerado habilitação suficiente para a prestação de provas para o título de *Agregado*; o Doutor Silva Dias prestou-as efectivamente em 1969, com a monumental dissertação *A Política Cultural da Época de D. João III*⁵. Um dos primeiros e mais entusiastas críticos desta Obra foi o seu amigo e condiscípulo Eduardo Lourenço: para o Autor de *Heterodoxia*, a *Política Cultural* associa, de modo ímpar na Cultura Portuguesa, a *erudição à problematização*.

Dois anos mais tarde atingiu a cátedra no grupo de *Filosofia*. Ainda antes de 1974 criou o *Instituto de História e Teoria das Ideias* (IHTI) e programou a revista *Philosophica Conimbricensia* (não concretizada)⁶. Após o 25 de Abril foi, por algum tempo, Presidente do CD da FL/UC; e, em 1976, esteve na criação do *Centro de História da Sociedade e da Cultura* (de que foi o primeiro Secretário-Geral) e da respectiva Linha 3 (*História da Cultura e das Mentalidades*). No quadro do IHTI, fundou, em 1977, a *Revista de História das Ideias*.

Em 1979, transferiu-se, em comissão de serviço, para a FCSH/UNL, a cuja *Comissão Instaladora* chegou a presidir. Com ele migraram de Coimbra os Doutores José Esteves Pereira, Zília Osório de Castro, João Francisco de Almeida Policarpo (precoceamente desaparecido em

¹ Min. da Educação: Francisco de Paula Leite Pinto; subsecretário de Estado da Educação: Baltazar Rebelo de Sousa.

² Entenda-se: *trans-departamentais*, como hoje diríamos.

³ T. I, vols. 1-2, Coimbra, Fac. Letras, 1960.

⁴ Cf. *Biblos*, 42 (1966).

⁵ Vol. I, tt. 1-2, Coimbra, Fac. Letras, 1969.

⁶ O trabalho «Braga e a Cultura Portuguesa do Renascimento» (Coimbra, 1972) é apresentado como separata dessa nunca concretizada publicação.

finais da década de 80) e António da Silva Pereira (e vá lá, que de um modo geral os *discípulos* não o deixaram ficar mal...)⁷. Mas, no fundo, mau passo este: influenciado, sem dúvida, pelo (efémero) *sucesso* – mormente junto do então incipiente *jornalismo cultural* – obtido nos Colóquios da Casa de Mateus sobre a *identidade portuguesa* (em circunstâncias em que pôde dialogar, entre outros, com Eduardo Lourenço, Sophia de Mello Breyner Andresen, Vasco Graça Moura, Miguel Torga, André Crabbé Rocha, Clara Crabbé Rocha *et alii*), Silva Dias cuidou certamente (e mal) que iria *deslumbrar* Lisboa com a sua *erudição esclarecida*. Conseguiu alguma coisa, é certo, na sua Nova (?) Universidade: a criação, no Departamento de *Filosofia*, de uma área de *História das Ideias*, com a correspondente *variante* à licenciatura troncal; e a criação de um Instituto e de uma Revista (*Cultura: História e Filosofia*)⁸. Mas já a sua passagem pela presidência da *Comissão Instaladora* da FCSH foi tudo menos *pacífica*⁹. Numa Faculdade repleta de *nomes sonantes* (Vitorino Magalhães Godinho, Maria de Lourdes Belchior [efemeramente], António José Saraiva [id.], Luís de Matos [id.], João Palma-Ferreira [id.], Luís de Albuquerque [colaboração eventual], António Henrique de Oliveira Marques, Joel Serrão, José-Augusto França, Artur Nobre de Gusmão, João Manuel Bairrão Oleiro, José Mattoso, Augusto Mesquitela Lima [recém-desaparecido], Adriano Duarte Rodrigues, Joaquim Manuel Nazareth, António Barreto, António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares, Iria Gonçalves, Maria Ângela Beirante *et alii*... *majores ac minores*), jamais eles conseguiram entender-se duradouramente, acabando por repartir-se por diferentes Departamentos (*História, Filosofia, Geografia, Sociologia, Antropologia, Comunicação Social, Estudos Portugueses*, mais tarde *Estudos Políticos* e ainda outros, porventura), no quadro de uma «Faculdade» discutivelmente «do tipo das Faculdades de Letras»¹⁰ – uma polémica decisão (não se pode acertar sempre...) do **melhor ministro da Educação** que Portugal teve após o 25 de Abril, o também recentemente desaparecido **Doutor Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia** (I e II GGCC, 1976-1978).

Por tudo isto e não só, o fim de carreira de Silva Dias foi particularmente penoso: jubilado por limite de idade em princípios de 1986, o Doutor Silva Dias continuou por algum tempo ligado às Instituições que criara na FCSH; mas não muito tempo depois, regressado de uma viagem ao Estrangeiro, Silva Dias entrou na Faculdade e viu, no seu gabinete, a secretária e as estantes esvaziadas de conteúdo; este estava espalhado pelo chão, à espera de que o proprietário o levasse *para Casa*... Responsável? Um lente depois tornado *figura nacional*, que a Silva Dias muito era devedor na sua progressão de carreira, e que na circunstância lhe comunicou, sem mais, que «tinha deixado de pertencer ao Instituto». Após uma primeira reacção de desalento, o

⁷ Em contrapartida, do IHTI permaneceram em Coimbra os Doutores Manuel Augusto Rodrigues (dr. em 1975), Luís Manuel Soares dos Reis Torgal (dr. em 1978), Maria Manuela Bastos Tavares Ribeiro (dr.^a em 1988), Fernando José de Almeida Catroga (id.), Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem (id.), Ana Cristina Bartolomeu de Araújo (dr.^a em 1997), Ana Leonor Dias da Conceição Pereira (dr.^a em 1999) e porventura mais um ou outro. A *Revista de História das Ideias* tem-se publicado ininterruptamente. E o Doutor Torgal criou entretanto o *Centro de Estudos Interdisciplinares sobre o século XX* (CEIS 20).

⁸ Tirando a Revista, o resto tem-se desagregado nos últimos anos.

⁹ Cf. A. H. de Oliveira Marques. *O Homem e o Historiador: balanço de seis décadas*, diálogos com João Pedro FERRO, Lisboa, Presença, 1994, pp. 116-117.

¹⁰ Vitorino Magalhães GODINHO, «Problemas da Institucionalização e do Desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas em Portugal», entrevista por Margarida MARQUES; Jorge PEDREIRA, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* [UNL], 3 (1989), pp. 3-38, *maxime* 36-37.

Doutor Silva Dias, ao fundo do corredor, reagiu: voltou para trás, exclamando «Ah, seu [...]»¹¹ e, com dois sopapos (ele, um septuagenário já debilitado...), deitou o impertinente *parvenu* por terra, pondo-o a bradar:

- Acudam, ele mata-me !...

Felizmente alguém lhe acudiu¹², que bem precisava, coitado...¹³

Até 1990 o Doutor Silva continuou a deslocar-se regularmente a Coimbra, onde ainda tinha doutorandos sob sua orientação: Maria Manuela Tavares Ribeiro, Fernando Catroga, Amadeu Carvalho Homem, António Martins da Silva e mais um ou outro. Para além do que, em Março de 1990 participou no magno Congresso de *História da Universidade*; em Maio do ano seguinte assistiu ao doutoramento h.c. pela FL/UC de Albert Silbert (1915-1996); e em Novembro de 1993 ainda pôde apadrinhar a solene imposição de insígnias de Manuela Tavares Ribeiro e Amadeu Carvalho Homem (v. **fig. 2.**). Mas meses depois deste último evento o seu estado de saúde agravou-se, tendo que recolher a uma *casa de repouso* nos arredores de Lisboa. Viria a deixar-nos em Novembro de 1994, perante alguma atenção da Comunicação Social escrita (v.g. o *Público*), ainda que por vezes com evocações vindas de gente descabida ou mesmo *farisaica*...¹⁴

Silva Dias foi, no final de vida – e continua a ser –, um Autor esquecido «e mesmo silenciado»: já o escrevi¹⁵ e repito. Porquê ?

O interesse pela História Cultural e Política da nossa Idade Média Tardia e do nosso Renascimento foi precoce na FL/UC: tenham-se em conta o *impulso fundador* do *teólogo* António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941) e a sequência, em ulteriores gerações, de Joaquim de Carvalho (1892-1958) e Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), de Mário Brandão (1900-1995) e Manuel Lopes de Almeida (1900-1980). Nos anos 50, Silva Dias vem inserir-se nesta *linhagem intelectual*, ainda que com outro aparato teórico: católico *socialmente empenhado*, pessoa de grande cabedal de leituras e reflexões (que fazia complementar de denso levantamento de fichas ideográficas), Silva Dias, nos seus *opera magna* sobre a História Cultural dos nossos sécs. XV-XVIII, fez o que faltava para transformar a preexistente «História dos factos culturais» (um pouco à maneira de Mário Brandão) numa «História das Ideias», expressão que justamente com ele começou a fazer carreira entre nós; «História das Ideias», entenda-se: não necessariamente centrada nos **grandes pensadores** filosóficos ou políticos, mas em autores eventualmente **menores** que, à sua dimensão, possam ter *vulgarizado* ou feito *circular* os primeiros.

¹¹ Intua o leitor o que o Doutor Silva Dias poderá ter dito...

¹² Há testemunhas, vivas e activas, desta ocorrência.

¹³ Embora não tenha ficado propriamente *em perigo de vida*...

¹⁴ Veja-se o que escrevi em «Historiadores (Os), esses desconhecidos», *Revista Portuguesa de História*, XXIX (1994), pp. 33-53.

¹⁵ A. L. de Carvalho HOMEM, «Diplomática e História do Direito, raízes da “nova” História Política», in *Direito Natural, Justiça e Política. II Colóquio Internacional do Instituto Jurídico Interdisciplinar: Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, pp. 87-101, *maxime* 97-98.

Objectivos entendidos no nosso meio cultural ? Tenho as minhas dúvidas, fora dos meios historiográficos. Por alguma razão os filólogos-classicistas e romanistas (e seus *cúmplices*, mesmo entre os historiadores... *hélas, hélas, hélas!*) interessados na Literatura neo-latina do Renascimento sempre tenderam a achar a História Cultural dos nossos séculos XV-XVI *terreno seu*; Silva Dias era-lhes pois – e é – figura *pouco cómoda*¹⁶. Ótimo ! Não se fala dele – ou fala-se em termos pouco elegantes, quando não explicitamente depreciativos – e *está o caso arrumado* !... A não reedição das Obras¹⁷ tem feito o resto...

A meritória «Introdução» do Doutor Manuel Augusto Rodrigues à presente reedição bem pode marcar o início de uma *viragem*. Ao longo de 42 pp. (7-49), o Autor escreve sucessivamente sobre:

- a) Dados biográficos (pp. 8-10);
- b) actividade profissional em Lisboa (p. 10);
- c) preocupações intelectuais (pp. 10-16);
- d) outras notas biográficas (pp. 16-18);
- e) professor universitário e investigador (pp. 19-22);
- f) produção científica (pp. 22-25; útil estabelecimento de uma *Bibliografia activa*, por áreas temáticas);
- g) Silva Dias e o tema da Universidade (pp. 26-32);
- h) *Portugal e a Cultura Europeia* (pp. 32-45);
- i) e «uma palavra especial dedicada à Sr.^a D. Maria da Graça Silva Dias» (pp. 46-49).

Pensará o Doutor Manuel A. Rodrigues deitar mãos a reeditar e prefaciá-los outros livros de tomo de Silva Dias ? E estará a «Campo das Letras» receptiva ? Se sim, bom será: estudiosos jovens poderão re-contactar com Obras há muito esgotadas; e talvez re-começar a perceber quem é (e quem foi) quem no *fazer História Cultural* entre nós, nas dimensões de *renovação* (conceptual ou metodológica) ou de *permanência arcaizante* (idem; Vitorino Magalhães Godinho

¹⁶ Acrescente-se o posicionamento crítico de Silva Dias relativamente ao passado nacional (criação cultural ensimesmada e censurada, momentos de fechamento face à Europa, etc.), bem longe de qualquer perspectiva de exaltação nacionalista ou de comemorativismo acéfalo. A idade e a falta de saúde começavam a pesar-lhe, mas Silva Dias nada teve a ver (nem intelectualmente seria lógico que tivesse) com o *comemoracionismo descobrimentista* dos anos 1986-1995: nem ele tal quereria, nem os poderes de então o (a ele) quereriam...

¹⁷ Apenas o volume *Descobrimientos (Os) e a Problemática Cultural do século XVI* (Coimbra, Fac. Letras, 1973) teve duas reeds. (Lisboa, Presença, 1982 e 1988) e uma trad. esp. (*Influencia de los Descubrimientos en la Vida Cultural del Siglo 16*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1986).

poderia falar, a este respeito, de «História Cultural parafrásica», i.e., a que se limita a re-dizer, com vocabulário de hoje, o que autores de antanho já disseram há muito tempo...).

Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII) compreende 10 capítulos e uma «Conclusão»; a saber:

1. «Da Renascença à Contra-Reforma» (pp. 53-90), com apartados sobre *As tendências culturais dos humanistas*, *Procura de novas bases para a filosofia e as ciências* e *A reacção contra o espírito da Renascença e da Reforma*.

2. «O signo de Aristóteles na filosofia seiscentista», com apartados sobre *Perspectiva do pensamento na Europa*, *Desenvolvimento dos conhecimentos astronómicos e matemáticos*, *Os cursos filosóficos de Soares e Cordeiro*, *A Philosophia Libera de Isaac Cardoso*, *Lacunas da cultura seiscentista* e *Penetração dos modernos em Portugal*.

3. «As disciplinas externas do pensamento barroco» (pp. 127-145).

4. «Bluteau e os pioneiros ericeirenses» (pp. 147-165).

5. «Estrangeiros e estrangeirados» (pp. 167-184).

6. «O papel da Congregação do Oratório» (pp. 185-208).

7. «A atitude do país oficial» (pp. 209-230).

8. «Verney e o Iluminismo europeu» (pp. 231-250).

9. «A polémica do *Verdadeiro Método*» (pp. 251-268).

10. «Sob o signo da renovação» (pp. 269-297).

11. E a «Conclusão»¹⁸ (pp. 299-304), onde podemos individualizar os seguintes tópicos:

a) A Obra é antes de mais qualificada como «roteiro de marcha e contramarcha do pensamento português em dois séculos de história», prosseguindo-se: «A polémica do Verdadeiro Método é o cólofon cultural do Barroco no nosso país, do mesmo modo que o duelo Pombal-jesuítas é o seu epílogo na ordem política. A expulsão dos filhos de Santo Inácio encerrou definitivamente o período doutrinário iniciado com a sua introdução no Colégio das Artes».

b) «O Humanismo não chegou a criar raízes entre nós, na sua forma crítica e libertária», 'obstaculizado' que foi «pela empresa dos Descobrimentos» e «pelo espírito militante dos homens da Contra-Reforma»; «por volta de 1580 (...) já as linhas mestras do Barroco estavam nitidamente traçadas e solidamente estabelecidas».

¹⁸ Seguida de 20 «Notas Finais» (de A. a U., pp. 305-333) e das Fontes e Bibliografia (pp. 335-350).

c) «*Daí até quase aos fins do século XVII, não houve mais filosofia nem mais ciência em Portugal (...) que a dos tratadistas escolásticos. (...) O país viveu então um longo período de isolamento cultural (...). Tanto quanto se pode concluir do presente estudo, os altos da nossa vida mental coincidem muito de perto com o período de mais intensa convivência da lusa gente com o pensamento europeu. Pelo contrário, as depressões acompanham pari passu os períodos de concentração nacional da inteligência*».

d) Só por volta de 1730, «*As ideias e os livros de fora*» deixam de circular na relativa clandestinidade do «*segredo das bagagens militares ou da mala diplomática*»: é o momento em que os ericeirenses firmam «*a sua influência política*»; «*Bastou-lhes, porém, a meia-luz dos cenáculos para conquistarem as inteligências de escol. A tolerância, quando não a protecção do governo, fez depois o resto*».

e) Abre-se então «*uma linha de pensamento cada vez mais europeu*»: «*Os seus pontos mais salientes são as conferências de Bluteau e outros convivas da casa Ericeira, a actuação dos estrangeiros e estrangeirados, as aulas dos teatinos, nêris e franciscanos, enfim, os trabalhos de Martinho de Mendonça, Azevedo Fortes e João Baptista. Quando Verney arribou literariamente a Portugal (...), já por cá se ouvira falar de Bacon, Galileu, Descartes, s'Gravesand, Musschembroeck, Newton e Locke (...). Faltava, porém, o selo da cultura pós-newtoniana, pois a traveção filosófica dos neotéricos era ainda a do Barroco, concebido como síntese do cartesianismo com o aristotelismo*».

f) «*A novidade do Verdadeiro Método consistiu, portanto, em mostrar aos portugueses o contraste entre o Barroco e o Iluminismo, e em salientar a mais-valia do segundo relativamente ao primeiro. Os debates a que deu origem fizeram luz nos espíritos – não só atirando a Escolástica para o crepúsculo final, mas desbancando inteiramente Descartes e seus epígonos*».

g) «*Os vinte anos compreendidos entre as lições de João Baptista e a odiosa expulsão da Companhia de Jesus foram de intensa luta intelectual. A Escolástica era o sinal de contradição. Os homens cultos distinguiram-se, antes de mais nada, conforme tomavam posição por ela ou contra ela. Nada mais erróneo, porém, do que supor que a guerra se fez em nome de um princípio certo e igualmente acatado por todos os modernizantes. Muito longe disso. A frente anti-escolástica era mais uma coligação que um partido (...); não obedecia, mesmo, a uma disciplina e nem sequer a um sistema (...)*». A oposição à Escolástica fraccionava-se «*em gassendistas, toscanos, cartesienses e filósofos experimentais*».

h) «*A influência de Newton e Locke no pensamento português acentuou-se muito, depois de 1752, graças aos padres do Oratório. Ganhou para o lado do experimentalismo quase todo o partido gassendo-casteliano e uma boa parte dos escolásticos*».

i) «*O Barroco lusitano comprime-se entre dois momentos históricos dominados pelo gosto da crítica, a variedade de tendências culturais e o espírito cosmopolita. Falta-lhe a tensão interna do Barroco universal, sobretudo na Itália, França e Inglaterra; ou (...) só a teve na sua fase derradeira. A sua característica mais saliente é a fidelidade escolástica. Mas, se o nosso Barroco viveu sem lutas durante quase século e meio, gozando a paz do seu saber sem inquietação, nem por isso se colocou à margem da cultura escolástica mundial. Não houve (...) conquista valiosa feita por esta que os nossos não assimilassem e até desenvolvessem (...)*».

j) «Há uma diferença entre os primeiros e os últimos escolásticos portugueses, no tocante à atitude em relação às novas formas de pensamento. Os iniciadores, com Pedro da Fonseca à frente, tentaram ou, pelo menos, sonharam com o acordo da Peripatética e do Humanismo. Os seus representantes finais, pelo contrário, depois de resistirem obstinadamente à invasão cartesiana e iluminista, cederam o terreno ao adversário, lançando-se num eclectismo análogo ao dos oratorianos e, como o destes, débil de preocupação sintética da filosofia perene com a ciência nova. Os próprios jesuítas, que tinham sido os campeões da resistência, se bandearam com os novos sistemas (...)».

k) «Os escolásticos não se esforçaram deveras pelo repensamento das grandes directrizes aristotélico-cristãs à luz dos novos conhecimentos, dos novos problemas e dos novos horizontes do espírito humano. (...) não se interessaram a fundo pelo desenvolvimento dos princípios tradicionais, nem pela reconsideração crítica, nem ainda pela re-equação dos seus problemas».

l) «A modorra do pensamento português durante o século XVII e princípios do XVIII filia-se, em grande parte, nos imperativos do momento político e no desejo profundo de preservar a unidade religiosa da nação. São esses dois factores que nos permitem compreender a história das nossas relações com a cultura europeia. Das suas três fases – uma caracterizada pelo desdém; a outra pela oposição cega em nome de uma mal entendida superioridade da “perennis philosophia”; e a última, pela adesão sem reservas – a primeira e a segunda entroncam, largamente, naquelas circunstâncias. As correntes novas do pensamento assumiram, com efeito, desde cedo uma feição militante que as comprometeu aos olhos dos filósofos católicos mais conscientes. (...) Os neotéricos portugueses podiam ter desfeito as confusões, mas de facto não o fizeram; pelo menos, não foram bastante enérgicos e explícitos na expurgação das doutrinas recentes».

m) «Os escritos destes Padres [da Companhia de Jesus] são, no conjunto, o que de melhor se escreveu no país em matéria de filosofia e de ciências, entre 1580 e 1730, aproximadamente. O condicionalismo da vida portuguesa, bem como a preocupação (...) de não abrir brecha por onde entrassem os erros e desvios religiosos da época, afastou-os do convívio com o pensamento universal, o que os impediu de se ocuparem seriamente no grande esforço que o tempo reclamava e que tanta influência podia ter exercido nos destinos da cultura pátria: o confronto das ideias de agora com a filosofia de sempre, em ordem a aproveitar das primeiras tudo o que pudesse corrigir e enriquecer a segunda».

n) «O conflito entre a ciência e a religião, que foi um dos dogmas do nacionalismo no século XIX, derivou, em igual medida, de certas directrizes do Iluminismo e da incompreensão dos escolásticos perante a cultura do seu tempo. Os escolásticos não se aperceberam nem do crescimento orgânico das disciplinas físico-naturais, nem do progresso vital da razão humana. Continuaram a subordinar a filosofia à teologia, a razão à autoridade, a criação ao comentário, quando as ciências particulares lutavam pela sua independência e os homens cultos procuravam bases puramente racionais para a filosofia».

o) «Os inovadores não foram mais felizes que os seus antagonistas. O contacto dos portugueses com a cultura universal, quando não se manifestou à escolástica, desenvolveu-se no sentido da adesão. Quase nunca se espraiou no sentido da discussão ou da assimilação crítica das novas correntes. Tudo se passou entre a resistência sem argumentos e o desdém sem atenção ao complexo mental do país. No

espírito dos inovadores, sobrepueram-se muitas vezes ideais políticos e ideais filosóficos que se contradiziam. E daí o carácter pragmático, senão partidário, que dominou o iluminismo em Portugal e que o abriu a influências ideológicas de sabor anti-clerical e, mesmo, de tendência anti-católica».

p)«(...) não há mais lugar para duas lendas importantes da nossa História: uma, a que figura a cultura escolástica parada nos conceitos do Curso Conimbricense, sem ulteriores progressos de carácter doutrinal ou mesmo científico; outra, a que pinta a renovação da cultura portuguesa como feito de Pombal, quando, na verdade, ela é independente do célebre ministro josefino e data mesmo de época anterior ao livro de Verney. Pombal não fez mais do que acelerar e, em parte, envenenar um movimento que vinha de longe e que, na altura das suas primeiras reformas, se tornara já incoercível».

Quanta actualidade, a da problemática de *Portugal e a Cultura Europeia!*... E quanta *coragem!*... E quantas posições *politicamente incorrectas* «avant-la-lettre» (v.g. em relação a Pombal) !...

Surpreendente também é que a Obra – ‘pedrada no charco’ da *sonolenta* Historiografia portuguesa do tempo¹⁹ e bem provavelmente não tida então na conta de que era credora – constitua a *estrela erudita* de alguém que contava ao tempo 36 anos !... Era sem dúvida a *revelação* de um Grande Mestre; em **grande**; numa *grandeza* que o futuro se encarregaria de confirmar...

Resta-me renovar o voto de que esta reedição seja o *ponto de partida* para uma *integral* da Obra de Silva Dias: a *Clio lusitana* carece-o; os probos estudiosos merecem-no.

Armando Luís de Carvalho HOMEM

¹⁹ Veja-se o desolador panorama de *Clio* no Portugal de meados de Novecentos traçado por Joaquim Romero MAGALHÃES, «De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et in adversis animi fortitudine», in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988.

AVANZINI, Alessandra (org.), *Giuseppe Verdi, un profilo pedagogico*. Milano: Franco Angeli, 2002. 126 pp. (ISBN 88-4G4-3838-8).

Os estudos reunidos no livro pretendem lançar um olhar pedagógico ao conjunto da obra de Verdi, balanceado por interrogações de matriz histórica. O centro da indagação parte da capacidade comunicativa que a música de Verdi demonstra – e que ainda hoje é extremamente patente –, como outras duas dimensões que são convocadas: uma que se prende com a formação e sedimentação do mito gerado pelo envolvimento de Verdi e que mantém um profundo interesse histórico já que se reproduziu (e foi apropriado) por diferentes forças políticas com interesses culturais e sociais divergentes; a outra dimensão coloca em evidência o carácter da obra do músico enfatizando as suas potencialidades educativas.

As abordagens propostas surgem em quatro momentos. Um primeiro momento, pretende explicitamente discutir os contornos do mito de Verdi e os problemas pedagógicos que se levantam nas vulgatas educativas; é neste quadro que Alessandra Avanzini (*Il mito di Giuseppe Verdi: un problema educativo*, p. 9-21) realça alguns aspectos do contributo de Verdi para a reunificação italiana, nomeadamente destacando o espírito patriótico de *Nabucco* e a capacidade emocional aí contida (*cf.*, a importância dos corais, p. 12), como ainda a possibilidade educativa em termos da apologia da unidade nacional. De acordo com Alessandra Avanzini na produção musical de Verdi podem-se já encontrar os elementos que compuseram o mito-ideia de uma educação intensa e com capacidade de oferecer (impor) grandes ideais, valores e exemplos – e que foram transmitidos, apropriados e transformados por liberais, socialistas, fascistas e por diferentes confissões religiosas (p. 13 *sq.*) – que encontram expressão na universalização do sonho de identidade, através de um desafio cultural, social e político, que *Va pensiero* poderá ter possibilitado (p. 17). De forma a ultrapassar o quadro emocional que envolve a obra de Verdi e que, em termos de recepção, a conota indelevelmente com uma circunstância histórica particular, é proposta a importância de se investigar o modo de fazer a música, ou seja a sua estrutura, e não tanto os conteúdos, ou seja os Libretos, para se poder destacar onde o contributo de Verdi possa ter sido crucial.

O segundo momento, remete para uma análise do modo como historicamente se foi forjando o mito de Verdi e como se foi reproduzindo através dos manuais escolares. Giovanni Genovesi (*Giuseppe Verdi nei libri di scuola: un'analisi dei testi di storia (1925-2000)*, p. 22-35) enfatiza o contributo da música popular de Verdi, com um forte cariz moralizante, que foi mais importante do que qualquer outro meio de comunicação, para “fazer a Itália” (p. 27), contudo Giovanni Genovesi realça aspectos da biografia de Verdi que possivelmente não o implicam tanto na vida política quanto a sua vinculação à reunificação fará pressupor. Assim, é proposto o desafio de uma leitura sistemática do modo como escolarmente se reproduz o estereótipo de um Verdi arrolado à força como músico da reunificação; o Autor, lança outras pistas, nomeadamente, a “mumificação” da música e da sua função cívica e formativa e a instrumentalização da história que os manuais escolares operam, naturalizando o contributo de Verdi (p. 28” *sq.*).

Luciana Bellata (*L'idea di Storia nei melodrammi Verdiani*, p. 36-48) propõe, num terceiro momento, uma revisitação dos conteúdos da obra de Verdi com o objectivo de evidenciar os temas que permanecem obscuros em algumas vulgatas. Convocando a *Traviata* e *Nabucco* remetem-nos para os problemas da educação popular em oitocentos propondo uma análise aos manuais escolares de então e à estrutura da disseminação de uma rede escolar. É num contexto de grande analfabetismo que a obra de Verdi surge como uma proposta educativa de carácter ético e cívico

(p. 38), podendo a *Traviata* – que adopta a estrutura da literatura popular da época – ser considerada como “o grande livro para o povo e para a sua formação” (p. 40) quando enfatiza um quadro axiológico peculiar que também se encontra expresso em *Nabucco* especialmente através das personagens negativas e da grande importância atribuída ao mundo popular, especificamente pelo acentuar de aspectos técnicos fundamentais: cenografia, barítono, coros. Luciana Bellata destaca, no entanto, que sendo Verdi um conservador nunca deixou de apologizar a educação popular (p. 47-48).

Um último momento, focaliza-se nas potencialidades educativo-cognitivas que as óperas de Verdi podem conter. Alessandra Avanzini (*Il bisogno di un principio d'ordine. Suggestioni educative nell'opera di Giuseppe Verdi*, p. 49-69) sublinha a seguinte ideia: não interessam as coisas que Verdi diz, mas sim como as diz (p. 51). É justamente neste aspecto que situa o desafio cognitivo da música de Verdi destacando dois aspectos: um relacionado com a literatura coetânea; outro que se prende a inovações estruturais na arte da composição – “fuga e retorno”, duetos” – que transportam para um nível de confronto-mudança, em que se patenteia o reflexo das questões essenciais da vida (mesmo na sua dimensão quotidiana) e a possibilidade da música ser uma metáfora de uma viagem; é, em síntese, conjugando o contexto com a distopia que a música emerge como essencial dando sentido ao “caos existencial” (p. 67).

Estes quatro momentos encerram com o realçar de uma faceta pouco conhecida de Verdi: a Proposta, elaborada em 1871, de Reforma do Instituto Musical apresentada à Comissão Ministerial presidida pelo Maestro di Busseto (o texto é reproduzido na íntegra em *Apêndice*, p. 91-119). Num estudo introdutório ao documento, da autoria de Alessandra Avanzini (*Sui Conservatori d'Italia. Note a margine della proposta di Riforma del 1871*, p. 70-90) são destacadas as ideias base do projecto bem como as concepções que Verdi patenteava sobre a “construção do artista”. Toda a proposta é pensada a partir do ponto de vista de um músico mas jamais esquecendo que a autonomia artística é crucial. Refere Verdi que a música é uma *Arte* que se conquista com *Mestria*, ou seja a virtuosa combinatória entre vocação, técnica e disciplina (académica e intelectual). Neste particular, a Música é traduzida, em termos de aprendizagem, em momentos que conjugam tensão educativa e técnica musical, pelo que se poderá compreender a importância que Verdi atribuía à formação de artistas e não somente de técnicos, ou seja o Instituto deveria ser uma “escola do pensar” aberta gratuitamente a *todos* que manifestassem vocação (p. 86-87).

Os olhares aqui reunidos são um contributo importante para uma história da educação que tenha presente a inserção da trajectória biográfica dos criadores, nos vários domínios da sociedade, possibilitando assim compreender como os actores vão entendendo o mundo, ultrapassando-se assim os limites minimalistas, ou instrumentais, do acto criador, surgindo este como a expressão de um intrincado tecer de múltiplas vivências.

José António Afonso

Small Ports of the Atlantic Coast (16th -19th centuries)

Research on coastal shipping, coastal fishing and coastal communities have pointed out the important role that small ports have played along the maritime coast. This article highlights two different aspects, their functions and the specificities of port communities. They were first and foremost created to serve local and regional economies in the Middle Ages. Some were then integrated into the influential centres of command ports which controlled the Atlantic system from the 17th century, before being downgraded in the 19th century. In port villages and towns, the relationship with the sea did not necessarily bring about a division between the seafarers and the rest of the population. Regional footholds could be seen onboard boats with crews from the parish and in the joint-ownership system which activated local capital.

Gérard Le Bouedec

Significance of “unimportant seaports” in the European seaport system in the Early Modern Age. A Portuguese case study

The paper presents a double perspective of analysis: a theoretical one, through which is intended to discuss patterns of seaport classification and ranking; and an empirical one, presented through a case study: Vila do Conde, a small seaport on north-western Portugal. One of the main issues of the paper is the discussion centred on the significance or insignificance of the so called “unimportant seaports”. Some concepts such as seaport system; seaport hierarchies and seaport complementarities are proposed as key approaches of the study.

Amélia Polónia

Caminha in the Sixteenth Century: seaport dynamics

The study of small and medium-sized ports is crucial for the understanding of the seaport's economical dynamics in the Portuguese Early Modern Age. Our master thesis is centred in a case study, the maritime community of Caminha, in the 16th century. Here we intend to analyze the role that this small port played on the complementary interactions of the Portuguese Northwest seaports system.

Sara Maria Costa Pinto

The Struggle for the Bay. The Life and Times of Sandwip, an almost unknown Portuguese Port in the Bay of Bengal in the Sixteenth and Seventeenth Centuries

This article places Sandwip, a lesser known salt trading island and port in the Bay of Bengal, then within the medieval kingdom of Bengal but now in Bangladesh, within the nexus of global trade and politics in the seventeenth century. It argues that we need to see the 'minor' settlements of the Portuguese in Southasia as neither 'formal' nor 'informal', instead we need to refocus and study Portuguese expansion as a multi pronged enterprise in which local exigencies and imperial vision were braided.

Rila Mukherjee

Merchants, ports and hinterlands. The building of sea-port structures in the Early Modern Porto

Emerging in the Middle Ages, Porto became one of the most important ports of the Iberian Peninsula. The city's affirmation over the nearby territory was accompanied by the expansion of business towards the northern markets of Flanders, Brabant, Great Britain and northern France (Brittany and Normandy), stimulating the emergence of a merchant navy, and inspiring a set of engineering works meant to organize the harbour. With this paper, I'll pay attention to the role performed by small ports and apparently modest business centres in the building and organization of the first global age.

The history of such port like Porto will contribute to enlighten fields of interaction that existed between the port-cities and their umlands and hinterlands, which supported its economy, mould a significant part of its society, and influenced its cultural standards. In this study I'll present the most important facts of the process of territorial domination, and the way things were conducted in order to get effective its mercantile economy. Charts will be presented and comment, once they are very informative to this evolution, and I'll also emphasize the international context in which it occurred.

Amândio Jorge Morais Barros

In between strategic imperatives and civilian subsistence: island supplies, coastal navigation and small ports in Eighteenth-Century Southern Brittany

Over the past few years researchers in maritime history have shown a marked interest in port microsites and the modes of local coastal navigation. The present article is a contribution to this field: it illustrates the dynamics of Eighteenth-Century small ports in Southern Brittany which had to supply a strategic fortress of major importance for the kingdom of France. This computer-assisted case study bears on relatively neglected sources (the archives of the service of

military supplies). It sheds some light on the living conditions of a garrison in the early modern age, assesses island-supplying problems and tackles the procedures used to remedy them.

Christophe Cérino

The small harbours, essential actors in the Baltic area

Northern Europe is a very active economic area in the 18th century. Many small harbours are involved in all kinds of exchanges but the network is more or less developed according to the different countries. The geographical conditions but also the economic policies run by states are the reasons for this. The more active harbours also show much dynamism by seizing opportunities and by taking advantage of the circumstances to increase their activities.

Pierrick Pourchasse

Seaport resources and infrastructures – management and functionality of a seaport. Aveiro 1756-1857

Seaports are fundamental infrastructures for the development of commercial relations between the hinterland and the foreland, within the context of maritime economy. A possible way to establish this importance is to evaluate how the seaport policies (local, regional or central management and investments) were responsible for the trade of merchandise between land and sea routes and vice-versa.

This issue may be all the more significant if we consider the case of the seaport of Aveiro, located on the Northwest coast of Portugal, subject to diverse localization proposals and finally built far from urban areas (town with a port, which is different from a town within a port). This leads us to reflect on the port management policies from the late 18th century to the early 19th century that could be considered suitable for its construction and consolidation.

Inês Amorim

The Wine-based Architectures of a monofunctional Port

This paper proposes a study of the Gaia trading centre, based on the importance of the Port Wine cellars in shaping the urban zone of the riverside area. The research focuses on the different types of cellars and their potential use for other activities, thus maintaining the identity of the area. Cellars could and should continue as structures dedicated to wine, but with different functions, since they are a part of an centuries-old port that is no longer monofunctional nor can it be so in the future.

Mariana Abrunhosa Pereira

“Mysteries of the Beyond in Ancient Egypt”: questions about the museological exploration of a conceptual frame

This article aims to point out the possibilities offered by a theoretical frame to the development of an exhibition plan. The «Mysteries of the Beyond in Ancient Egypt», the subject of the exhibition that took place in the Casa-Museu Teixeira Lopes from 26th February to the 26th of March of 2008, are here discussed from a theoretical point of view, in order to identify the guidelines that should have been present in the museological treatment of the Egyptian collection of Museu de História Natural da Universidade do Porto. The problems raised by the lack of scientific criteria adopted in the museological work are thus the main topic of our discussion.

Rogério Ferreira de Sousa

Relations between Portugal and Galicia XIV-XV centuries

The close link between Galicia and the kingdom of Portugal is known prior to its independence and throughout the Middle age. There are many elements in which major connections existed: geographical closeness, a common past until the XIIIth century, the same language, belonging to the same ecclesiastic jurisdiction, commercial relations, co-existence between its inhabitants and moments of clash and rivalry. A good sign of this close link are the lengthy documents that exist in Portuguese and Spanish files regarding these relations during this time.

Paz Romero Portilla

For the “socorro da Índia”: the municipality of Porto and the Crown authority after the Restoration War

This paper aims to analyze the dialogue between the Crown and the local authority of Porto regarding fiscal administration, after the War of Restoration. In 1672, the Crown requests funding from Porto's Sobejos das Sisas in order to build a fleet in the shipyard of Ribeira do Ouro, which can assist the India campaign.

In this work, the behavior and the municipal reactions, as well as the Crown's justifications regarding the request of this extraordinary expense are evaluated in a microperspective way, based on the correspondence exchange between the Crown and the municipality of Porto.

Patrícia Costa

José Bonifácio revisited: the academic and the soldier

There is a profusion of studies on Brazil's Patriarch of Independence, particularly originated in the hemisphere where he was born. His political project and the diversified activities developed following the proclamation of autonomy of the former "Land of Santa Cruz" inspired, namely among his compatriots, numerous studies about his personality and work. However, his brilliant career, both as an academic and a mine technician, as well as senior official to the Prince Regent D. João, and as a patriot in the battle field, after 1808 following the French invasion, has been relegated to a less important place. This paper describes the life of the Coimbra academic, always observant and diligent, the soldier (lieutenant colonel of the General Staff) and, for a short period, the police superintendant of Porto.

Eugénio Francisco dos Santos

Heroes wounded in war

Re-educate the soldier in the "Instituto de Mutilados de Santa Isabel (1917-1921)"

When the first war-wounded soldiers arrived to Lisbon, there was little if anything that could help their new condition. It was due to this urging need that the "Instituto de Mutilados da Guerra" emerged, in "Casa Pia de Lisboa", which aimed to support, reeducate and readapt our war handicapped/invalids, preparing them to further return to an active life.

Cláudia Pinto Ribeiro

Democracy and Culture: from Political Culture to Democratic Cultural Practices

Based on post-positivist assumption, this paper aims to demonstrate that the contributions from sociological neo-institutionalism are those which best contribute to a normative and simultaneously useful definition of cultural studies, within the Theory of Democracy, given the input that they bring, particularly from areas such as social history, cultural anthropology, sociologies of culture and new social movements that are based on notions of culture as praxis. This study is an attempt to describe those contributions, demonstrating some of their advantages but also their limitations, as well as show that the post-Geertzian concept of culture as a semiotic practice, is the most appropriate to identify, describe and explain the symbolical variables of democratic political regimes as non-domination political systems.

*António Rosas
Ramón Máiz*

Being an Historian and a Citizen nowadays

This study aims at questioning the Historians' civic and professional participation within the context of an activity that requires a particular set of professional duties and rules of procedure. Within this context, one will focus on the nature and validity of the knowledge of the past, built upon epistemological, methodological and ideological factors, whose philosophical debate is being conducted by post-modern theoreticians and philosophers. One also wants to stress some of the advantages, both of introducing and conquering "new" research fields, as well as, of the present day methodological perspectives of History as a serious and academic subject. Our goal is to follow the path of questioning, searching for an explanation of the ethical value of Clio's priests' work and, obviously, of its civic dimension. Actually, one wishes to think over the impact of the study of the human past on the 21th century's society, asking us what History Today is (and what it is for?) (using as a motto the title of a book recently published in Portugal).

Judite A. Gonçalves de Freitas